

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (OLYNTHO DE MAGALHÃES)

RELATORIO I DO ANO DE 1898 I APRESENTADO AO
PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS
DO BRAZIL ... EM 23 DE MAIO DE 1899. PUBLI-
CADO EM 1899.

INCLUI ANEXOS.

RELATORIO

APRESENTADO

—



PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

—

MINISTRO DE ESTADO DAS RELACOES EXTERIORES

DR. OLYNTHO DE MAGALHÃES

—

23 DE MAIO DE 1900



RIO DE JANEIRO
IMPRESSA NACIONAL

1899

INDICE ALFABETICO

Titulo	Especialidade (Página)	Anno (Vol. e pag.)	Titulo	Especialidade (Página)	Anno (Vol. e pag.)
América — Com. Portugal para o per- mutado de naturaliza- ções		II-3- IV	Arbitramento — Vile Caba. — Vile Malabailha. — Vile Trindade.		
Amor Toda Eterna.			Archivos — Dos Lapidos e Condi- ções	II	II-58
Amorões. — Fortalecimento do edifício do município de um mesmo regime das espedientes de In- tervenção de Estado		III-22	— Proclamação para os serviços e serviços. — Do Governo de Estado. — Vile Cordeiro. — Vile Cordeiro. — Vile Lapidos. — Vile Lapidos de Sta- do.	II II	II-58 II-58
Amorões — De Santa Helena no estado de Washington relativo à promulgação de cartas e documentos dos seus viles de Sta- do		II-10	Argentina (República) — Documento dos Estados dos de Sta Helena para o Estado de Sta do	II	
— De Estado Livre de Sta- do e Cordeiro. Porto General		II-11	— Estado especial de Sta Helena, Estado de Sta Helena com a docu- mento de Sta Helena dos Estados		II-4- II
— De Estados de Sta- do relativos à promulgação dos documentos de Sta- do relativos para naturalização e a inter- venção de Sta Helena relativos de Sta Helena e documentos de Sta Helena e documentos		II-12	Arbitramento — Vile Lapidos.		II-12
— De Estados de Sta- do e Cordeiro. Porto General		II-13	Armas-Vile Santa.		
— De Santa Helena de Sta- do e Cordeiro. Porto General		II-14	Arria — Vile Trindade.		
Ajusta. Vile Santa. Lapidos e documentos.			Austria-Hungria. — Vile Representação.		
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-15	Autographos — De naturalização de Sta do		II-16
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-16	— Vile Lapidos		
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-17	Bolivia — Lapidos e Sta Helena e Sta Helena		II-17
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-18	— Representação de Sta do e Sta Helena		II-18
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-19	Cartas — Vile Cordeiro e Sta Helena		II-19
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-20	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-20
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-21	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-21
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-22	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-22
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-23	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-23
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-24	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-24
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-25	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-25
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-26	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-26
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-27	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-27
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-28	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-28
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-29	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-29
Aleluia. — Estado de Sta- do		II-30	Cartas de Sta Helena e Sta Helena		II-30

Titulo	Expediente (Folios)	Assim (Folios e pagas)	Titulo	Expediente (Folios)	Assim (Folios e pagas)
Jornal - Vile Boletim.			Montepio	25	
Jornal - Vile Post.			Movimento		
Legião da carta de Mar- jaria no estado de São Paulo, em 1900.	15	1-15	- De Corpo Diplomático		
Legião			- De Corpo Diplomático	25	
- Secretaria dos negócios da Legação. - Co- municar.		21-25	- De Corpo Diplomático	27	
- Provisões para a Legação e para os negócios.	75	21-75	- De Corpo Diplomático	29	
- Representação	12	21-12	- De Corpo Diplomático	31	
- Representação em 1.º de Janeiro e em 1.º de Março.	25		- De Corpo Diplomático	33	
- Representação em 1.º de Março e no Imperio do Brasil.	35		- De representação em 1900.	35	
- Representação em 1.º de Março, Março e em 1900.	35		Medalha de honra do estado para o Pa- lácio Nacional	40	
- Vile Arquivo.			Montepio de gene- ral - Vile Boletim.		
- Vile Constituição.			Movimento de via-jeiros.	1	1-1
- Vile Corpo Diplomático.			Navegação		
Legislação			- De 1900	15	1-15
- Legislação sobre a in- dustria da mineração.			- Vile Boletim.		
- Legislação			Ocupação - Afiliado do Estado Livre e Conso- lido Federal Nacional		25-35
- Legislação sobre a in- dustria da mineração.			Ocupação para		
- Legislação			- Vile Boletim.		15-1
- Legislação			- Vile Boletim.		
Lei - Circular expedida a proposição para a lei de concessão de 1900.			Ocupação de via-jeiros para os negócios de Navegação, Navegação e Navegação	25	
- Vile Constituição.			Palácio Nacional		
Lei			- Constituição de 1900	25	21-2-24
Limites			- Vile Representação.		
- Lei de 1.º de Janeiro	25		Palácio Nacional		
- Lei de 1.º de Janeiro	25		- Vile Boletim		
- Lei de 1.º de Janeiro	25		- Vile Boletim de 1900.		
- Lei de 1.º de Janeiro	25		Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Lei de 1.º de Janeiro	25		Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
Lista dos Estados Pa- raos, que devem passar por 1900.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
Loção da representação da Secretaria de Estado.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
Medalha			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Vile Boletim.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
Movimento			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Vile Arquivo.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Vile Boletim.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Vile Boletim.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Vile Boletim.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
Movimento - Legislação sobre a lei de 1900.			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	
- Legislação			Paraguay - Estado ge- ral e movimento de via-jeiros para o Pa- lácio Nacional	25	

INDICE GERAL

EXPOSIÇÃO

	Pag.
Aprovação do Relatório	3
Bolivia	
União entre o Madeira e o Jatahy. — Monumento deste rio.	4
Estabelecimento de alfândegas no Acre e outros rios	5
Republica Paranaense	
Navegação do Juruá	13
Excepção do tratado de commercio e navegação. Alfândega. Mota de Taboaga	10
Tratado de auxilio e extradição	11
Salvaguarda dos marcos da fronteira	12
Republica Argentina	
Demarcação dos limites entre os rios Papaguaní e Sanio Antonio.	12
Tratado de auxilio e extradição	12
Paraguay	
Direitos sobre a herba-mate brasileira em transito pelo territorio dessa Republica	13
Chile	
Convenção sobre o accordo de prefeitos liberos	14
Tratado de arbitramento geral	14
Estados Unidos da Venezuela	
Sem limites com a Colombia. Lei da Carta de Maracay, em vir- tude da qual o Brasil deixa de estabelecer com aquellos Estados em parte da respectiva fronteira	1
Estados Unidos da America	
Viagem de Carlos de Witte pelos Antiochos e Solimões e Iquitos	17
Tratado de extradição.	17

	Pág.
América Central	
República Mayor de Centro America. Como a parte de Vello . . .	19
Allemanha	
Geo do professor Karl Beth. Quarta a elle concedida.	19
Republica Francesa	
Estabelecendo Tratado de arbitramento	20
União com a Guyana.	20
Gran-Bretanha	
União com a Guyana Ingles.	21
Países Baixos	
Convenção sobre extradito.	22
Portugal	
Acordo para a permutação de economistas portaes	22
Russia	
Memo de assegurar por real e duradoura e de pôr termo ao desmo- volvimento dos armamentos russos. Contra para uma con- fiança. Circular aos representantes estrangeiros acreditados em S. Petersburgo	22
Japão	
Emigração e commercio	23
Imposto de tonelagem sobre navios estrangeiros decretado e cobrado nos Estados do Pernam- buco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	23
União Postal Universal.	27
Congressos, Conferencias e Exposições	28
Corpo Diplomatico Estrangeiro.	28
Corpo Diplomatico e Consular	29
Legações Brasileiras	
Representação em S. Petersburgo e em Vienna.	35
Representação em Yedoda e no Imperio do Japão	36
Representação em Copenhague, Stockolmo e na Ilha.	36
Regimento das Legações	36
Consolidação dos laes sobre o Corpo Diplomatico.	37
Archivo das Legações.	37
Memorato do Corpo Diplomatico	37
Consulados Brasileiros	
Deposito escriptorio	38

Criação e suppressão	39
Consolidação das leis comerciais.	42
Movimento do Corpo Coadjuar	43
Recorta e despesa dos Conselheiros remunerados pelo Thesouro Federal no anno de 1898, incluindo os vencimentos dos res- pectivos Auxiliares	43
Recorta e despesa dos Conselheiros não remunerados pelo Thesouro Federal no anno de 1898	44
Recorta e despesa dos Vice-Conselheiros com renda superior a 500\$, no exercicio de 1898.	45
Movimento de estampillas em 1898.	47
Montepio	48
Secretaria de Estado	
Directoria Geral.	48
Personal	48
Insuficiencia de pessoal e vencimentos.	49
Palacio Nacional	49
Arquivos	50
Collegio de Inmigos	50
Conclusão	50
Synopse dos tratados e outros actos de interesse internacional que estão dependendo de appro- vação do Congresso Nacional	50

ANEXO N. 1

DOCUMENTOS

BOLIVIA

Limites entre o Madeira e o Javary — Kasiuta dario rio

N. 1 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	3
N. 2 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	4
N. 3 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	11

Estabelecimento de Alfândega no Arco e outros rios

	Pag.
N. 4 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	15
N. 5 — Nota da mesma Legação ao mesmo Governo	17
N. 6 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	18
N. 7 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	18
N. 8 — Nota da mesma Legação ao mesmo Governo	20
N. 9 — Nota da mesma Legação ao mesmo Governo	21
N. 10 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	22
N. 11 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	22
N. 12 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	23
N. 13 — Nota do mesmo Governo à mesma Legação	24
N. 14 — Decreto do Sr. Presidente acerca da navegação dos rios Apurí, Eneas e Putis	24
N. 15 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	25
N. 16 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	27
N. 17 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	27
N. 18 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	28
N. 19 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	30
N. 20 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Boliviana	31
N. 21 — Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro	32

REPÚBLICA PERUANA

Navegação da Juruá

N. 22 — Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro	34
N. 23 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Peruana	35
N. 24 — Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro	36
N. 25 — Nota do Governo Peruano à Legação Brasileira em Lima	37
N. 26 — Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano	39
N. 27 — Nota do Governo Peruano à Legação Brasileira em Lima	41
N. 28 — Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano	41
N. 29 — Nota da mesma Legação ao mesmo Governo	45

Execução do Tratado de Commercio e Navegação—Albionda Mista de Tabatinga

	Págs.
N. 30 — Nota da Legação Peruviana ao Governo Brasileiro	46
N. 31 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Peruana	47

Cláusulas n. 2, 11, 12 e 16 e 23 do Tratado de Commercio não executadas no Pará

N. 32 — Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano	48
N. 33 — Nota do Governo Peruano à Legação Brasileira em Lima	49
N. 34 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Peruana	50
N. 35 — Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro	51
N. 36 — Nota do Governo Peruano à Legação Brasileira em Lima	52

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Sem limites com a Colombia. Lavda da Carta de Espanha, em virtude da qual deixa o Brasil de confinar com aquelles Estados em parte da respectiva fronteira.

N. 37 — Nota do Governo da Venezuela à Legação Brasileira em Caracas .	53
N. 38 — Nota da Legação Brasileira em Caracas ao Governo Venezuelano .	55
N. 39 — Correspondência para a execução do Lavdo arbitral, concordado pela Legação em Caracas	56

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Vlagem da Canbasta « Wilmington » pelo Amazonas e Salimões e Iquitos

N. 40 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Americana	58
--	----

ALLEMANHA

Caso do professor Carl Sch. Quanto a este occadida

N. 41 — Nota do Governo Brasileiro à Legação Allemã	59
N. 42 — Nota da Legação Allemã ao Governo Brasileiro	60

RUSSIA

Mais de assegurar paz real e duradoura e de pôr termo ao desarmamento dos armamentos actuaes. Convém para uma conferencia. Circular aos representantes estrangeiros acreditados em S. Petersburgo.

Par. 1.

N.	43 — Nota Circular do Governo Russo ás Missões estrangeiras acreditadas em S. Petersburgo	31
N.	44 — Nota da Legação Brasileira na Rússia ao Governo Russo.	32
N.	45 — Segunda Circular, enviada do Jornal de S. Petersburgo	33

IMPOSTO DE TONELAGEM SOBRE NAVIOS ESTRANGEIROS DECRETADO E COBRADO NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, ALAGOAS E RIO GRANDE DO NORTE

N.	46 — Mensagem ao Congresso Nacional.	33
N.	47 — Aviso da Camera dos Deputados ao Ministerio das Relações Exteriores.	34
N.	48 — Nota do Governo Brasileiro á Legação Francesa	35
N.	49 — Aviso do Ministerio das Relações Exteriores á Camera dos Deputados	36
N.	50 — Mensagem ao Congresso Nacional.	37
N.	51 — Nota da Legação Francesa ao Governo Brasileiro.	38
N.	52 — Aviso da Camera dos Deputados ao Ministerio das Relações Exteriores	39
N.	53 — Aviso do Ministerio das Relações Exteriores á Camera dos Deputados	40
N.	54 — Nota da Legação Francesa ao Governo Brasileiro	41
N.	55 — Nota da mesma Legação ao mesmo Governo.	42

REPUBLICA DO CHILE

Tratado de arbitramento geral

N.	56 — Mensagem ao Congresso.	43
----	-------------------------------------	----

ANEXO N. 2

PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO, CORPO DIPLOMATICO E CONSULAR BRASILEIROS E ESTRANGEIROS

	Pags.
N. 1.— Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores	3
N. 2.— Quadro do Corpo Diplomático Brasileiro	5
N. 3.— Quadro do Corpo Diplomático Estrangeiro	8
N. 4.— Quadro das empregadas desta Secretaria de Estado, comprehendendo todas as comissões de que tem sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até o presente.	13
N. 5.— Quadro das empregadas diplomáticas e consulares brasileiras em effecção de serviço e em disponibilidade.	20
N. 6.— Quadro do Corpo Consular Brasileiro	29
N. 7.— Quadro do Corpo Consular Estrangeiro	33

ANEXO N. 3

LEIS, DECRETOS, CIRCULARES E PORTARIAS

N. 1 — 1838

Decreto n. 484 de 22 de julho de 1893. Approva o convenio celebrado entre o Brasil e o Chile em 4 de maio de 1892, sobre o commercio das produções litteraes	3
Decreto n. 488 de 23 de agosto de 1898. Autorisa o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 615-000\$180 para pagamento das indemnizações concedidas a commercantes Italianos, de accordo com o Protocollo de 18 de Janeiro de 1895	4
Decreto n. 504 de 23 de agosto de 1898. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 90-000\$ ao caixa de ET d., para o fim de solver as despesas com a missão que	

for encarregada de defender a direito da Nação Brasileira em questão de ligação com a Grã-Bretanha.	4
Decreto n. 404 de 12 de setembro de 1898. Approva a convenção firmada em 11 de dezembro de 1925 entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Países Baixos, para a extradição de criminosos	5
Decreto n. 519 de 17 de novembro de 1898. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 120.000\$, destinado às despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a República Argentina.	6
Decreto l. 516 de 17 de novembro de 1898. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Relações Exteriores o crédito especial de 100.000\$ para ocorrer às despesas com a substituição das marcos na fronteira do Brasil com a República do Peru.	6
Decreto n. 524 de 9 de dezembro de 1898. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de 15.000\$ supplemendar ao n. 3, do art. 3.º da lei n. 490 de 18 de dezembro de 1897	7
Decreto n. 530 de 17 de dezembro de 1898. Approva o acordo sobre permutação de commodities postais, seu valor declarado, entre esta República e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital em 8 de maio de 1898	8
Decreto n. 530 de 17 de dezembro de 1898. Approva os ajustes concluídos de Convenção Postal Cultural, de acordo sobre a partilha de cartas e encomendas seu valor declarado e de acordo relativo aos valores postais, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897 . . .	8
Decreto n. 550 de 28 de dezembro de 1898. Approva o Tratado de extradição celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da America em 14 de maio de 1897, com as modificações nelle introduzidas pelo protocolo assinado em 28 de maio deste anno pelos plenipotenciarios dos mesmos países	9
Decreto n. 557 de 30 de dezembro de 1898. Approva o Tratado de auxilio e de extradição firmado nesta Capital em 9 de agosto de 1898 pelos plenipotenciarios do Brasil e da Republica do Peru	10
Decreto n. 558 de 30 de dezembro de 1898. Approva o Tratado de auxilio e de extradição firmado pelos plenipotenciarios do Brasil e da Republica Argentina, nesta Capital, em 28 de outubro de 1900	10

N. 2 — DECRETOS

Págs.

Decreto n. 2008 de 13 de junho de 1898. Publica o adhesion do Estado Livre do Orange a Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.	11
Decreto n. 2000 de 18 de julho de 1898. Publica o adhesion da Republica Persiana aos acordos concluidos em Viena a 4 de julho de 1891, relativos a introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e a intervenção do correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas	12
Decreto n. 2007 de 8 de agosto de 1898. Manda executar o Tratado de 10 de abril de 1897 que submetta a arbitramento a questão de fronteira entre o Brazil e a Guyana Francesa	13
Decreto n. 2070 de 13 de agosto de 1898. Crea um Consulado em Vique.	16
Decreto n. 2074 de 23 de agosto de 1898. Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 205:000\$180 para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes italiani	20
Decreto n. 2073 de 23 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$, ao cambio de 27, para o fim de saldar as despesas com a missão que se encarregou de defender o direito da Rep. Brasileira na questão de fronteira com a Guyana Francesa	26
Decreto n. 2097 de 14 de setembro de 1898 — Manda executar a convenção de 4 de maio de 1897, que regula o exercicio das produções literarias entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e a do Chile.	31
Decreto n. 2099 de 14 de setembro de 1898—Crea um Consulado em Maridich.	34
Decreto n. 2085 de 7 de novembro de 1898. Publica o adhesion da Republica Imperiosa a Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897	35
Decreto n. 2048 de 12 de novembro de 1898 — Crea um Consulado em Breida.	36
Decreto n. 2110 de 12 de novembro de 1898. Auctua a criação do Consulado em Maridich	36
Decreto n. 2123 de 18 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 160:000\$, para cobrir as despesas com a substituição dos marcos na fronteira do Brazil com a Republica do Peru	37

Decreto n. 1019 de 13 de novembro de 1898. Altera ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 150:000\$, destinado à despesa com a demarcação da fronteira das Missões com a República Argentina	27
Decreto n. 1048 de 9 de dezembro de 1898. Altera ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de 15:000\$, complementar ao n. 3 de art. 2º da lei n. 490 de 18 de dezembro de 1897	28
Decreto n. 1049 de 14 de dezembro de 1898 — Cria um Consulado em Milão	28
Decreto n. 1108 de 28 de dezembro de 1899 — Mantém executor o acordo sobre permissão de encomendas postaes, sem valor declarado entre esta República e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital em 9 de maio de 1826.	29
Decreto n. 1109 de 28 de dezembro de 1898 — Manda executar a convenção firmada em 21 de dezembro de 1885 entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Países Baixos para a extradição de criminosos	31
Decreto n. 1130 de 28 de dezembro de 1898 — Manda executar os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, de acordo sobre a permissão de cartas e encomendas com valor declarado e de Acordo relativo aos valores postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897	32
Decreto n. 1181 de 12 de janeiro de 1899 — Supprime o Consulado no Rio de Janeiro	34
Decreto n. 1206 de 19 de janeiro de 1899 — Altera ao Ministério das Relações Exteriores um crédito extraordinário de 20:000\$, moeda do país, para o pagamento de uma indenização ao nobre cidadão Carlos Roldi	35
Decreto n. 1303 de 25 de janeiro de 1899 — Estabelece regras para a execução do art. 12 da lei n. 954, de 31 de dezembro de 1898, na parte relativa aos vice-consulados remunerados pelo Thesouro Federal	38
Decreto n. 1319 de 9 de fevereiro de 1899 — Dá providências sobre a guarda e entrega dos Archivos das Legações e dos Consulados e outras	39
Decreto n. 1328 de 22 de fevereiro de 1899 — Annula a criação do Consulado em Dresden	39
Decreto n. 1321 de 23 de março de 1899 — Publica e ordena, a partir de 1 de janeiro de corrente anno, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao Acordo de Washington de 15 de junho de 1897 relativo à permissão de cartas e encomendas com valor declarado	39

Decreto n. 3023 de 15 de março de 1899 — Publica o offiço, a partir de 1 de abril ultimo, da India Britannica ao Acordo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á permutação de cartas e economias com valor declarado.	52
Decreto n. 3048 de 7 de abril de 1899 — dá regimento definitivo para o serviço das Legações	58
Decreto n. 3058, de 11 de abril de 1899 — Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro	60
Decreto n. 3063, de 20 de abril de 1899 — Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro . . .	204

X. 3 — CIRCULARES

Circular sobre segues pela rotatoria — Extraordinarios no Exterior . . .	241
Circular sobre a acreção da tabela de emolumentos	242
Circular sobre a remessa dos apólices consulares sem vencimentos. .	243
Circular recomendo a confissão especial de prazos autorizadas por disposições legais	244
Lista de Repartições Fiscaes que devem possuir estagios de assignaturas consulares	244
Circular sobre comunicações de remessa de armas e munições de guerra	245
Circular sobre a expedição de passaportes a marít	247
Circular sobre a redacção da taxa de emolumentos consulares para navios	247
Circular chamando a attenção para a lei n. 550, de 31 de dezembro de 1898	247
Legislação estrangeira sobre a industria de mineração	248
Circular de Legações e Consulados Brasileiros mandando proceder a um inventario dos archivos das Legações e Consulados, até o dia anterior ao da abertura do Protocolo estabelecido pelo art. 3º do decreto n. 3018, de 7 de fevereiro de 1899	248
Circular sobre as chancelarias consulares	249
Circular sobre a cobrança e assignação de emolumentos	249

X. 4 — PORTARIAS

Expediente em addição aos vencimentos, com effecto na Secretaria do Estado, ao mesmo regimen dos empregados civis.	250
Despachos do Sr. Ministro General Euzébio Corrêa e Louver	251

	Págs.
Consolidação da legislação do Corpo Diplomático e Consular	151
Consolidação da legislação vigente sobre o Corpo Diplomático	152
Consolidação da legislação vigente sobre o Corpo Consular	153
Inventory, classificação e indexação dos papéis do arquivo desta Secretaria de Estado.	153

ANEXO N. 4

CONTABILIDADE

N. 1.— Projeto de orçamento da despesa do Ministério das Relações Ex- teriores para o exercício de 1908	2
--	---

ANEXO N. 5

N. 1.— Exemplos dos tratados, convenções, protocolos e outros actos or- denados entre o Brasil e as demais nações	3
--	---

EXPOSIÇÃO

Seu Presidente



Senhor Presidente, tenho a honra de apresentar-vos o Relatório do Ministério das Relações Exteriores, cuja pasta me confiasse por decreto de 15 de novembro do anno proximo passado.

BOLIVIA

Limites entre o Madeira e o Javary — Nascente deste rio

A commissão mista, que concluiu em 1874 a demarcação dos limites entre o Brazil e o Perú, não podendo chegar á nascente do Javary, para indicá-la, pôz um marco ao lugar que lhe pareceo conveniente e compozou em tres milhas a distancia d'elle á nascente, dando a esta a latitude de 7° 1' 17", S. lat.

Houve nisso, como já se explicou, engano que prejudica o Estado do Amazonas em 342 leguas quadradas de valioso territorio. O Capitão-Tenente Cunha Gomes, mandado expressamente ao Javary chegou á sua nascente na latitude por elle determinada de 7° 11' 48", 10 S. lat.

Assim verificado o erro de 1874, o Governo Federal (pela de 25 de abril de 1898, Relatório d'esse anno) resolveu suspender a demarcação para estender-se com a da Bolivia.

O Sr. Parodioli, por ter estado ausente, só respondeu áquella nota em 14 de setembro. Concluiu a sua resposta nestes termos :

« No duvido, Sr. Ministro, de que las razones lícitamente expuestas en esta oficio, parecerán a V. E. suficientemente fundadas para ordenar que se reanuden los trabajos de demarcación tan pronto como el Congreso Nacional provea el crédito necesario para los gastos de la Comisión Brasileña, pero si no pudiera obtenerse brevemente, por razones que no sé cómo á comprender, no sería motivo bastante para impedir que mi Gobierno continúe la ocupación que ha emprendido ya de los rios Aguay, Yacu y Purús y establezca las oficinas locales necesarias, en lagartos, aun en el peor caso para Bolivia, óstáticamente incontestables, pues sería perjudicial para sus intereses dejar por mas tiempo abandonadas esas regiones sobre las que están definidos sus derechos.»

O meu antecessor encerrou assim a sua réplica :

« Paso finalmente tiempo para observar que os trabalhos de uma demarcação não produzem os seus effeitos enquanto não são approvados pelos Governos interessados. Os que foram feitos na linha geodesica que vai do Madeira ao Javary ainda não tem essa condição essencial, porque não estão approvados por parte do Brazil e consequentemente não pôde ter o accordo do Governo Brasileiro a occupação de qualquer parte do territorio comprehendido entre a linha verdadeira e a proveniente do arco geographico. Isso porém não impede que o Governo Boliviano estabeleça alguma coisa em territorio incontestavelmente seu.»

Para o Governo Brasileiro e considerado Boliviano em relação ao Brazil o territorio ao Sul da linha Carlos Gomes, isto é, do que vai do Madeira á nascente do Javary na sua verdadeira latitude. Digo em relação ao Brazil, porque no Protocollo de 19 de fevereiro de 1895 (Relatorio desse anno) se faz a seguinte menção :

« O Dr. Carlos de Carvalho, desidando attender, declarou que o Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ao cumprir pela sua parte a demarcação da linha geodesica, que constitui a fronteira entre os dois territorios entre o Madeira e o Javary, não tem a intenção de prejudicar qualquer direito que o Peru

« possa ter ao territorio que aquella linha deixa para o lado da Bolivia
« ou a uma parte d'elle.»

O Governo Boliviano tem neste momento necessidade de attender
a graves acontecimentos politicos. Pareceu-me todavia necessario
corridal-o a reconsiderar a sua resoluçao e para isso dirigi ao En-
carregado de Negocios, Sr. Joannes Freyre, a nota de 5 de abril annexa
ao presente Relatório.

O Sr. Poravicini, que com duvida estava munido de instruções
do seu Governo, porque com elle se entendeu pessoalmente, longe de
concordar na rectificação da fronteira, insistiu, como se vê no trecho
transcripto do seu nota, para que se continuasse a demarcação na
direcção primitiva.

Essa é a resoluçao a que me referi, e o Governo Boliviano bem a
póde reconsiderar, porque os seus interesses estão attendidos com o
estabelecimento da alfândega de Puerto Alonso.

Estabelecimento de alfândegas no Acre e outros rios

O estabelecimento de uma alfândega ou posto fiscal da Bolivia á
margem do rio Acre ou Aquiri tem offerecido tanto a alfândega publica,
que deve entrar em particularidades dispensaveis em outras circum-
stancias.

O primeiro documento que encontro é um memorandum, datado de
8 de fevereiro de anno proximo pasado, em que o Sr. Poravicini, que
então aqui estava exercendo o seu cargo de Ministro Boliviano, parti-
cipou ao meu antecessor que o seu Governo tinha nomeado o Sr.
Valerio, Delegado Nacional nas regiões dos rios Paria, Yacu e Acre,
ordenando-lhe que estabelecesse alfândegas e postos fiscaes em lugares
inquestionaveis da fronteira.

Em julho apresentou-se o Sr. Valerio em Monaco pedindo ao Gover-
nador authorisação para estabelecer postos fiscaes nos lugares onde estão
os marcos. O Governador recusou-l'ha, por não conhecer officialmente
o estado da questao de limites e pediu informações pelo telegrapho.

O Sr. General Cerqueira respondeu nestes termos:

« A demarcação dos limites com a Bolívia foi suspensa por parte do
« Brasil, em consequência principalmente do erro commettido em 1874
« na determinação da latitude da nascente do Juary. Em 23 de abril
« passei nota ao Ministro Boliviano participando a suspensão e pro-
« pondo rectificação. Concordar no estabelecimento de postos fixos
« nos lugares onde estão os marcos, seria admitir a demarcação errada,
« em prejuizo desse Estado. Penso, pois, que responderias bem ao
« Sr. Valério. »

Os marcos são seis, porque em cada um dos rios foram collocados
dois, um em cada margem.

Esses marcos foram postos nos pontos em que a linha geodesica
que parte do Madeiro corta os tres rios na direcção que lhe dá a latitude
attribuida á nascente do Juary pela commissão mixta que concluiu em
1874 a demarcação dos limites entre o Brasil e o Perú.

Segundo a latitude achada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes,
que foi ao Juary expressamente para verificar si tinha havido erro na
computação de 1874, a linha geodesica desviou-se um pouco para o Sul.
E' nesta nova direcção que devem ser collocados os marcos, evitando-se
assim uma perda para o Estado do Amazonas de 141 leguas quadradas
de territorio, como consta do Relatório de 12 de Julho do anno proximo
passado.

Por isso o meu antecessor, concordando no estabelecimento de
uma alfindega ou posto fiscal no rio Acre (*Memorandum* de 22 de
outubro de 1898), declarou positivamente que esse estabelecimento só
pode ser feito « em territorio incontestavelmente boliviano, isto é, sobre
« a linha tirada do Madeiro á nascente do Juary, na verdadeiro latitude
determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes ».

O Governo peruano concordou no estabelecimento da alfindega, ou
antes a elle não se oppoz, pelas seguintes razões.

O Governo Boliviano pôde abrir no seu territorio os portos que
quizer e habilital-os para o commercio estrangeiro. E' direito que nin-
guem lhe pôde contestar. O erro bom ou máo desse acto corre por sua
conta. Estabeleceu uma alfindega no rio Acre, no lugar denominado
—Puerto Alvaro—. Os navios mercantiles brasileiros, que tem o direito

de navega? nas suas próprias aguas, podem subir pelo Amazonas, pelo Purús e pelo Acre até Puerto Alonso e fazer o commercio de importação e exportação. Si na volta carregem borracha, esta, sendo boliviana, desce para o Amazonas em transitio livre, de conformidade com o art. 11 da Constituição Federal.

Existe ha muito tempo em Villa Bella, na confluencia do Beni e do Mamoré, uma alfândega, que funciona, não obstante haver cessado o Tratado de commercio e pela qual se exporta alguma borracha.

A navegação do Amazonas e do Madeira foi aberta primeiro até Borja e depois até ao porto de Santo Antonio. Deste porto para cima e vice-versa, segundo o tratado de 1857 as mercadorias seriam transportadas em embarcações Brasileiras ou Bolivianas. O trafico assim estabelecido e proseguido durante annos não poderia ser interrompido sem grave prejuizo para os commerciantes nelle interessados. Ninguém pensou em interrompê-lo e em Villa Bella tem o Brasil um Vice-Consul.

O Governo Federal não poderia oppor-se ao estabelecimento da alfândega do Acre sem suspender aquelle trafico do Madeira até á approvação do novo Tratado de commercio, fechando o transitio concedido pelo anterior. Reconhecida a necessidade de tolerar a continuação do trafico, restava saber si, concordando no estabelecimento da nova alfândega, elle investia attribuições do Congresso Nacional. Convençoes-se de que se não investia pelas razões que já expuz.

A borracha que subir pela alfândega de Puerto Alonso, acompanhada de documento que prove a sua origem Boliviana, transitará pelas aguas Brasileiras sem pagar direito de transitio, de conformidade com o citado art. 11 da Constituição Federal. Nemo como nenhum prejuizo soffrerá o Estado do Amazonas.

Pela circumstancia de ser Boliviana, será esta borracha isenta de direitos de exportação no Estado do Amazonas, porque segundo a Constituição Federal (art. 6º, § 1º), os Estados da União só podem cobrar direitos de exportação sobre mercadorias de sua propria produção. Ainda neste caso nenhum prejuizo soffrerá o Estado do Amazonas.

Si esse Estado tem ou tendo direitos de exportação, o tem feito sem duvida na persuasão de ser a borracha assim tributado pro-

dado do seu proprio solo. Si pôde se provar o contrario, ficará evidente que a cobrança era illegal, não havendo, portanto, prejuizo ainda neste primeiro caso.

A borracha procedente do territorio ao Sul da linha Cunha Gomes não é Brasileira; só o é a extrahida ao Norte da linha Teffé. O territorio comprehendido entre as duas linhas é objecto de discussão com o Governo da Bolivia. A circumstancia de ser o territorio ao sul da linha explorado (si o é) por Brasileiros, não altera a sua condição, ainda quando se prove que os Brasileiros já alli se empregavam na extracção da borracha em 1867, quando se fez o Tratado respectivo. Esse Tratado está em vigor na parte relativa aos limites, e a demarcação feita de limalra conformidade com elle é que resolve o questào. Respeitada pela Bolivia a linha Cunha Gomes até que se chegue a um accordo e provada pelos meios factos a origem da borracha, nenhuma dvida pôde subsistir neste ponto.

Alí aqui expoz no essencial a accão do Governo passado. Direi agora a parte que nelle me tem cobido.

A Legação da Bolivia pediu com instancia a expedição de ordens para que as alfândegas de Manaus e Belém acolhassem os documentos expedidos de Puerto Ayres como justificativos do transitio das mercadorias, como ascriavam os armadores de Villa Bella. Pareceu conveniente nomear um Vice-Consul que legalizasse esses documentos, e assim se fez, communicando eu logo a nomeação á mesma Legação com o pedido de promover o reconhecimento provisório desse funcionario.

Fiz essa communicação em 4 de março, e no dia 6 fui obrigado a dirigir ao Encarregado de Negocios, Sr. Jaime Freyre, a nota annexa a este relatório.

O *Jornal de Commercio* transcreveu no seu numero de 25 de fevereiro um decreto publicado no *Commercio de Amazonas*, como expedido de Puerto Ayres pelo Sr. Parriclat, Ministro da Bolivia no Brazil, que nomeou ao Sr. Velasco como delegado aos territorios dos rios Aquiry e Purús.

Não sei como esse decreto chegou ao *Commercio de Amazonas*. A sua publicação não em officio official; mas, communicando-o bem, con-

vendi-me de que era sufficiente. Pedi, todavia, ao Sr. Jaimes Freyre que me informasse a esse respeito, e elle me respondeu que recorria ao seu Governo. Passei-lhe então a nota a que alludei.

O decreto começa assim :

« José Paravicini, Ministro Manipulandario da Bolivia no Brazil e « Delegado do Governo nos territorios dos rios Aquiri e Purús:

« Considerando que, estando abertas ao commercio Boliviano as « rios fluviaes dos rios Aquiri, Purús e Jacó, é necessario prover á « necessidade que demanda o seu desenvolvimento; que durante a « organização da marinha mercante Boliviana deve-se facilitar o com- « mercio de cabotagem, reservado aos cidadãos Bolivianos, em uso « das duplas facilidades que me foram concedidas pelo Supremo Go- « verno, decreto:

« Art. 1.º Ficam abertas á navegação mercante de todas as « nações que tem amizade com a Bolivia as rios fluviaes dos rios « Aquiri, Purús e Jacó, desde o ponto onde se acham situadas as « alfândegas e resguardos da fronteiras, onde seja possível a nave- « gação. »

Quem abre a navegação dos tres rios ao commercio Boliviano? O decreto não o diz, e limita-se a permitir a navegação da cabote- gem aos navios estrangeiros dos portos em que se acharem as alfândegas e postos fiscaes para cima. Por onde chegando a esses portos os navios estrangeiros? Necessariamente pelo Purús, isto é, por aguas Brasileiras, porque esse rio, que só na parte superior pertence á Bolivia, pertence ao Brazil na sua maior extensão. O Governo Brasileiro ainda não o abriu aos navios mercantes estrangeiros. O Sr. Paravicini, pois, empilou o acto relativo ao estabelecimento da alfândega de Puerto Alonso.

O meu antecessor limitou-se a concordar nesse estabelecimento, com exclusão do territorio comprehendido entre as duas linhas geo-désicas, e a transmitir ao Ministerio da Fazenda o pedido concernente aos documentos expedidos da « Puerto Alonso ».

Para que o Sr. Paravicini pudesse coarctar os navios estrangeiros a irem áquelle porto, seria preciso que primeiro expedisse o Governo Federal um decreto abrindo o Purús ao commercio estrangeiro, e elle

não o expedia. Ficou, portanto, a Bolívia limitada ao concurso das embarcações Brasileiras, porque estas podem navegar livremente nas aguas do seu proprio paiz.

REPUBLICA PERUANA

Navegação do Jurú

As fronteiras do Brazil com a Bolívia na parte comprehendida entre o Madeira e o Javary e com o Perú de Tabatinga para o Sul encontram-se na nascente do segundo rio.

O Perú pretende ter direito ao territorio que a fronteira ajustada com a Bolívia deixa para o lado dessa Republica e protestou contra o Tratado de 1867, logo que teve conhecimento d'elle. Agora reclama contra as autoridades Brasileiras, porque não permittem que as suas embarcações passem pelo Jurú Brasileiro para entrar no que elle considera Peruano, isto é, na parte desse rio que fica ao Sul da fronteira ajustada com a Bolívia. Essa reclamação não foi admitida, como consta da correspondencia annexa a este Relatório.

Excepção do Tratado de commercio e navegação — Alfândega mista de Tabatinga

O Ministro do Perú participou por nota de 22 de julho de 1880 que o seu Governo, de conformidade com o Tratado vigente, tinha nomeado o Agente Fiscal e Interventor para a Alfândega Mista de Tabatinga.

Comuniquei-se ao Ministerio da Fazenda.

As disposições do Tratado relativas àquella Alfândega são as seguintes:

XXIV

« Para a fim excepção do que fica estipulado com referencia ao com-
« mercio de importação e exportação do rio Arary, a sua localização e
« a arrecadação dos direitos aduaneiros, as Altes Portes Contratantes
« resolvem estabelecer em Tabatinga uma alfândega mixta ».

XXV

« Os empregados desta alfândega serão nomeados pelo Governo do
« Brazil, constituindo o Governo do Perú uma agencia fiscal, ou inter-
« ventor consular, que acompanhará o serviço dos manifestos, facturas,
« conhecimentos e guias de entrada de mercadorias e saída de pro-
« duções, bem assim nos exames e diligencias nos armazens terrestres
« ou maritimos da alfândega mixta.

XXVI

« Uma commissão mixta confeccionará um regulamento para ser
« observado na alfândega mixta depois de approvada pelos dois Go-
« vernos. »

XXVII

« Os actos da agencia fiscal ou do interventor consular prevale-
« cerão para todos os effeitos aduaneiros no commercio de importação
« e exportação perante as alfândegas brasileiras. »

Tratado de asylo e extradição

Ainda não foi ratificado o Tratado de asylo e extradição, concluido entre o Brazil e esta Republica em 6 de agosto do anno proximo findo e que o Congresso Nacional approvou pelo decreto n. 167, de 29 de dezembro ultimo.

Substituição dos marcos da fronteira

Ainda não se fez a substituição dos marcos que assignalam a fronteira entre o Brazil e o Perú, proposta pelo Governo dessa Republica e para a qual o Congresso Nacional concedeu o credito de 100:000\$, pedido pelo voto unanime em mensagem de 26 de junho do anno proximo passado. O Governo Peruano ainda não dice si aceita o projecto de instruções communs, que lhe foi offerecido.

REPUBLICA ARGENTINA

Demarcação dos limites entre os rios Papiri-guaná e Santo Antonio

O Congresso Nacional concedeu credito para esta demarcação, de conformidade com o laudo proferido pelo Presidente dos Estados Unidos da America, mas ainda não foi possível effectual-a, porque assumptos mais urgentes tem impedido este Ministerio de se entender com o da Republica Argentina. Pode ser que ainda este anno se dê começo a esse trabalho. Como o tempo que resta não é bastante para adiantar-o enough que o Congresso conceda novo credito.

Tratado de asylo e extradição

Faz-se ainda de ratificação o Tratado de asylo e extradição celebrado com esta Republica em 28 de outubro de 1896. O Congresso Nacional do Brazil o approvou pelo decreto n. 182, de 30 de dezembro do anno proximo findo.

PARAGUAY

Direitos sobre a herva mate brasileira em trânsito pelo território dessa República

Em junho do anno proximo passado foi apresentado á Camera dos Deputados por um de seus membros o seguinte projecto de lei:

« 1.º Aos trinta dias da promulgação da presente lei a herva mate de procedencia brasileira, que for exportada pelos portos da Republica, pagará os mesmos direitos que a herva de produção nacional.

« 2.º O producto do imposto creado pelo artigo anterior será applicado ao serviço da base 11.ª do ajuste da divida externa, approvedo pela lei de 15 de novembro de 1896 ».

Na exposição de motivos apresentada com o projecto lê-se o seguinte :

« Não se póz sobre a nossa herva a concorrência devida á melhor qualidade, como também á desigualdade de imposto que subsista contra toda razão e equidade.

« Por uma interpretação de « concorrência-offense » do Tratado de livre commercio com a provincia brasileira de Mato Grosso a exportação pelos nossos portos da herva brasileira beneficiada além do Apu tem sido isenta de todo direito.

« Nesse tratado as partes contractantes só se comprometteram a não cobrar imposto algum de importação sobre os productos naturaes ou manufacturados introduzidos de um paiz no outro; nada se dice ou se ajusta sobre a exportação pelos portos de um ou de outro Estado dos productos estranhos do outro Estado.

« Nessa conformidade, quando a herva paraguaya paga um imposto de exportação, o producto similar do provincia brasileiro de Mato Grosso, que sahe pelos portos da Republica para outros Estados, deve pagar o mesmo direito que aquella.»

O Ministro Branco redamou contra o projecto, mas este foi convertido em lei e promulgado.

Como o Tratado cessou em todas as suas partes, é inútil examinar agora o que elle estipulava a respeito dos productos do Estado de Mato Grosso introduzidos directamente ao Paraguay.

A decretação do direito de exportação não é acto de boa vizinhança e não ajuda o Brazil a fazer concessões. A industria Brasileira achará meios de dispensar o transito que tão caro lhe custa.

CHILE

Convenção sobre o exercicio de profissões liberas

Pelo decreto n. 434 de 23 de julho do anno proximo passado o Congresso Nacional approvou a Convenção celebrada com a Republica do Chile, em 4 de maio de 1887 e relativa ao exercicio das profissões liberas. Trocaram-se as respectivas ratificações nesta Capital, em 13 de setembro ultimo, sendo posta em execução a dita Convenção pelo decreto n. 2997, de 14 do mesmo mes.

Tratado de arbitramento geral

Em 23 de maio deste anno foi assignado entre os plenipotenciarios respectivos um Tratado de arbitramento geral, cujo texto está annexo a este Relatório.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Sem limites com a Colombia—Lendo da Carta de Espanha, em virtude do qual o Brasil deixa de confinar com aquelles Estados em parte da respectiva fronteira

Segundo o Tratado de limites de 5 de maio de 1829 a fronteira do Brazil com Venezuela começava nas cabeceiras do rio Memachi e, seguindo para Leste, atravessava o Rio Negro defronte da ilha de S. José, que está próxima á Pedra de Cacahy. Dehi continuava em linha recta, cortando o canal de Maturacó, passando pelas serras Copy, Imary, Gushy e Uruoupy e indo, nos termos convençados, até onde se estendessem os domínios dos dois Estados.

A demarcação desde o Memachi até ao serro Copy foi feita por uma commissão mista e dahi por diante amente pela commissão Brasileira, por entender o Venezuelano que, correndo a fronteira pela divisaõ das aguas não havia necessidade de se fazer esse trabalho.

Colombia tinha com Venezuela uma questão de limites que podia interessar ao Brazil, como resulta da seguinte declaração por elle feita no referido Tratado de 1829:

« Art. 8.º Sua Magestade o Imperador do Brazil declara que ao
« tratar com a Republica de Venezuela relativamente ao territorio si-
« tuado ao ponto do Rio Negro e banhado pelas aguas de Tomo e do
« Aquio, do qual allega posse a Republica de Venezuela, mas que já
« foi reclamado pela Nova Granada, não a sua intenção prejudicar
« quaisquer direitos que esta ultima Republica possa fazer valer sobre
« o dito territorio.»

A questão de limites entre Venezuela e Colombia foi submettida ao arbitramento do Sua Magestade o Rei de Hespanha e resolvida em 18 de março de 1862.

No laudo respectivo a parte da fronteira que nos interessa foi assim descrita :

« Trazo 1.º Desde el rancho del Malpures por la vaguada del Crique poco hasta su confluencia con el Gamalare; por el Atolapo aguas arriba hasta trece y seis kilómetros al Norte del pueblo de Yiván e trazando desde allí una recta que vaya á parar sobre el río Guatán e treinta y seis kilómetros al occidente del Pueblo de Pimichin e por el curso del Guatán, que más adelante toma el nombre de Río Negro, hasta la Piedra del Cucuy.»

Em consequência desse laudo, o Brasil deixou de confiar com Venezuela na parte demarcada em comum, menos no pequeno trecho que vai da Pedra do Cucuy ao Serro Cuy, onde parou esta demarcação. No Palácio de 1834 ha uma carta de toda a fronteira, que pôde ser consultada.

O trabalho feito pela Comissão Mista só nos aproveitaria si o Governo de Colombia o aceitasse, contentando-se com o limite por elle determinado; mas esse Governo estende as suas pretensões até ao Amazonas e assim fica inutilizada a demarcação feita do Mamachi á Pedra do Cucuy.

O laudo foi proferido em março de 1892 e só em dezembro do anno proximo passado participou o Governo do Venezuela á Legação Brasileira que la executal-o.

No dia que do Serro Cuy para Leste a demarcação foi feita sómente pela Comissão Brasileira. A carta geral da fronteira e o relatório dessa Comissão foram apresentados ao Governo do Venezuela em 20 de setembro de 1884 e só a 11 de janeiro de 1890 communicou elle ao Ministro do Brasil a sua resolução, deixando indecisa a questão por dvidas infundadas que já não exigem exame, porque se referem ao trecho da fronteira prejudicado pelo laudo da Corte de Hespanha.

Em conclusão, da extensa fronteira que corre do Mamachi ao Serro Anay, depende de accordo com o Colombia a parte que chega á Pedra do Cucuy e dali para Leste de accordo com Venezuela o resto que foi demarcado sómente pela Comissão Brasileira.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Viagem da canoeta « Wilmington » pelo Amazonas e Solimões a Iquitos

O decreto de 7 de dezembro de 1868 abriu aos navios mercantes estrangeiros a navegação do Amazonas até Tabatinga e a do Madeira até Boas. Um decreto posterior ampliou a concessão quanto ao Madeira, permitindo a sua navegação até ao porto de Santo Antonio.

Nenhum dos dois decretos se refere aos navios de guerra. Estes só podem subir aquelles rios por concessão especial em cada caso.

Sessa conformidade se tem procedido.

Em 1878 a Legação Americana pediu de ordem do seu Governo permmissão para que um navio de guerra subisse o Amazonas até á foz do Madeira e ella-lhe foi concedida como se vê na correspondencia annexa a este Relatório.

Em 1880 perguntou a Legação Britannica (documentos tambem annexos) si havia no Brazil portos inteiramente fechados aos navios de guerra estrangeiros.

Respondeu-se que os navios de guerra das nações amigas podiam entrar sem restricção em todos os portos maritimos e que, quanto aos fluviaes, dependia a sua entrada de concessão especial, pero cada caso, não havendo conversão em contrario.

Ainda de conformidade com essa regra ha pouco se concedeu á canoetista Americana Wilmington licença para subir o Amazonas, em demanda de Iquitos no Peru. Devo referir o que occorreu a esse respeito.

O Governador do Estado do Pará communicou-se por telegrama de 16 de março que o Commandante da canoetista desejava emprehender aquella viagem e que o Consul Americano pediu a sua intervenção junto ao Governo Federal para que lhe permittisse sem necessidade de renovar o pedido em Mandos.

Respondi no dia 17 que podia permittir contento que o Consul sollicitasse a concessão por escrito; e pedi ao Governador que dásse conhecimento dessa resolução ao do Amazonas.

O Commandante não esperou pela resposta. Quando ella chegou ao Pará, já elle tinha partido, levando o Consul consigo.

Disso informou-me o Governador em telegramma de 19.

Passei que o Commandante assim partisse por contar com decisão favoravel; mas o Governador do Estado do Amazonas communicou-me em telegramma de 19 de abril circumstancias que não justificavam aquella supposição. O Commandante, todo agradecido-lhe o modo por que o recebera, despediu-se dizendo que voltaria a Belém e de lá seguiria para a Ilha da Madara a partir da 10 horas da noite do dia 6. Um vapor procedente da Solimões deu noticia de ter encontrado a canoazeira subindo esse rio com destino a Iguaços.

A' vista dessa informação, de cuja veracidade não posso duvidar, passei ao Ministro Americano a nota que conheceis e que annexo a este Relatório.

Depois de expedida essa nota recbi a 19 de abril o seguinte telegramma do Governador do Estado do Pará :

« Acabo de ser procurado pelo Consul Americano e Commandante e do WTitington que vieram trazer-me importantes desculpas sobre a « partida para o Amazonas da WTitington antes que viesse authori- « ção por mim sollicitada ao Governo Federal e pedido do mesmo « Consul, o qual não julgava indispensavel a formalidade de ser impe- « trada a licença em officio e contando com certa acquiescencia do « Governo Federal para apressar a viagem.

« Estou convencido de que o Consul Kennedy foi etacero ao tomar « esta decisão. No decurso da conferencia tive occasião de ouvir « explicação satisfactoria e protestos de sympathia e consideração para « com o nosso país. »

Tratado de extradição

Pelo Decreto n. 550 de 26 de dezembro do anno proximo findo o Congresso Nacional approvou o Tratado de extradição celebrado com

os Estados Unidos da America em 14 de maio de 1897 e as modificações nelle introduzidas pelo Protocollo de 28 de maio de 1898.

Atado não foram trocadas as respectivas ratificações.

AMERICA CENTRAL

Republica Maior do Centro-America. Causa e pacto de União

As Republicas de Honduras, Nicaragua e Salvador uniram-se constituindo uma só entidade politica para o exercicio da sua soberania exterior, sob o nome de Republica Mayor do Centro-America e depois sob o de Estados Unidos do Centro Americano.

Essa organização foi communicada ao Governo Federal em setembro de 1896, como consta do Relatório de 1897.

Seguido participações recíprocas, rompeu-se a união, reassumindo cada uma das tres Republicas a sua inteira soberania.

ALLEMANHA

Caso do professor Karl Ruth. Quezitia a elle concedida

As particularidades desse caso occorrem do Relatório do anno proximo passado. Nelle transcreveu o meu antecessor o trecho seguinte de uma nota que dirigiu ao Encarregado do Negocios da Allermanha e que está annexa ao mesmo Relatório:

« Os actos praticados por particulares de um paiz ex-Ara cidadão e de outro nelle residente não em obrem de fôrma alguma a responsabilidade do Estado. A obrigação de indemnisar cabe aos autores do dano por effeito de condemnação passada em julgado, de conformidade com o disposto no art. 63, letter b, do Código Penal Brasileiro. »

Não houve condemnação e, attenta algumas circumstancias do caso, pareceu de equidade conceder-se ao professor Roth a quantia de 30:000\$, que foi paga á Legação Allemã mediante um credito que para isso foi aberto pelo decreto n. 1236 de 19 janeiro do corrente anno.

REPUBLICA FRANCEZA

ratificação do Tratado de arbitramento

Trocadas as respectivas ratificações nesta Capital em 6 de agosto do anno proximo findo, mandou-se executar pelo decreto n. 1237 de 8 dos mesmos mez e anno o Tratado concluido com a Republica Francesa em 10 de abril de 1887, que submette a arbitramento a questão do limites entre o Brazil e a Guyana Francesa.



Limites com a Guyana

Em 10 de abril de 1887 o meu antecessor assignou com o ministro da Republica Francesa o Tratado que submette a questão de limites ao arbitramento do Governo Suizo e um Protocollo, ao qual se ajustou a organização de uma commissão mista, destinada a preparar os elementos necessarios para que, proferida a sentença arbitral, se proceda de conformidade com ella á demarcação da fronteira.

Revestido o Tratado das condições precisas para a sua execução, organisou cada um dos dois Governos a sua commissão.

A Brasileira foi assim constituída:

1.^a Commissaria:

Majôr José Fructino da Silva;

2.^a Commissario substituto:

Tenente Antonio Cavalcanti de Albuquerque;

Ajudantes:

2.^o sargento João Freire José;

3.^o sargento Ricardo Barbosa.

As duas comissões reuniram-se em Cayenne e ali resolveram estabelecer a sede da Comissão Mista em Canary. Láahi se acham.

O Sr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, que tinha sido encarregado de preparar a Memória justificativa do nosso direito, foi acreditado na Seizem como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial, e já entregou ao Arbitro a dita Memória, com os documentos e mapas em que ella se apóia. Essa memoria foi apresentada no dia 3 de abril, dentro, portanto, do prazo de oito meses, estipulado no art. 3.^o do Tratado e contado do dia em que se trocaram as ratificações. O merecimento da nossa Ministrio, já honrosamente precedo em missão semelhante, dá-me esperança de resultado igualmente favoravel.

GRAN-BRETANHA

Limites com a Guyana Inglesa

A negociação de um accôrdo directo sobre esses limites foi confiada ao Sr. João Arthur da Sousa Corrêa, nosso Ministro em Londres. Elle se conduzia com toda a intelligencia, mas sem resultado favoravel, porque a nossa ultima proposta não pareceu satisfactoria. Acabando, portanto, o alvitre já suggerido pelo Governo Britannico, de ser a questão submettida a arbitramento. Enquanto não se conclue o respectivo Tratado será preparada a Memória justificativa do nosso direito. Esse trabalho foi por vós aceriadamente confiado ao Sr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, dando-lhe por auxiliares os Srs. Des. José Pereira da Graça Azeite e João Caldas Vianna, como elle mol conhecidos pelo seu desprendimento.

PAIZES BAIXOS

Convenção sobre extradição

O Congresso Nacional approvou pelo decreto n. 803 de 12 de setembro de 1884 a Convenção para a extradição de criminosos, celebrada entre esta Republica e o Reino dos Paizes Baixos, em 31 de dezembro de 1864. Trocadas as ratificações sendo cedido em 17 de dezembro do anno proximo findo, foi a dita Convenção posta em execução pelo decreto n. 1469 de 28 do mesmo mez.

PORTUGAL

Acôrdo para a permutação de encomendas postaes

Foi approvado pelo Congresso Nacional, por decreto n. 126 de 17 de dezembro do anno proximo findo o Acôrdo celebrado com Portugal em 9 de maio do mesmo anno, concernente á permutação de encomendas postaes sem valor declarado. Mandou-se executar-se pelo decreto n. 3168 de 29 de dezembro ultimo.

RUSSIA

Mãos de assegurar por real e duradoura e de por termo ao desenvolvimento dos armamentos actuaes. Convida para uma Conferencia. Circular aos representantes estrangeiros acreditados em S. Petersburgo

Está annexa a este Relatório com outros documentos uma circular dirigida pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros da Russia aos agentes diplomaticos acreditados em S. Petersburgo, convidando os respectivos

Governos por uma Conferencia, destinada a buscar meios de se pôr termo ao progressivo desenvolvimento dos armamentos actuaes e a assegurar por esse modo uma paz geral e duravel.

Esse convite, feito de ordem de Sua Magestade o Imperador da Rússia as Russias, foi por vós tomado em consideração com o interesse devido á importancia do seu objecto e aos intentos humanitarios do seu Augusto Autor.

O Brazil não será representado nessa Conferencia, porque, depois de ponderar bem o assumpto, resolveu-se não aceitar o obsequioso convite; mas applaudir as resoluções que forem tomadas e possam ter o effeito desejado.

O objecto da Conferencia interessa a todas as nações, mas particularmente ás da Europa e ás das grandes potencias que mais tem desenvolvido os seus armamentos. Os do Brazil são bem modestos e bem inferiores ás suas necessidades. Elle pois não poderia tomar o compromisso de se não engraciar e logo deturpar de ser apto para influir com o seu voto em deliberações certamente humanitarias, mas provocadas de preferencia pelas conveniencias immediatas da politica do velho Mundo.

JAPÃO

Emigração e commercio

O meu antecessor informou no Relatório do anno proximo passado o seguinte :

« O Sr. Rubeiro Lisboa, Ministro no Japão, disse-me em officio de 28 de fevereiro :

« Um dos agentes de companhias Japonesas de emigração, que « foram ao Brazil, chegou ha poucas dias a esta capital e prestou sobre « o nosso paiz e as suas condições para o emigrante japonês as informações resumidas no artigo de Japão *Times*, que tenho a honra « de annexar.»

« Infelizmente a opinião do Sr. Tanaka funda-se especialmente
« n'um facto incontestável: o alto preço das passagens comparadas
« por um lado com o custo do transporte ao Brazil do emigrante eu-
« ropeu e, por outro, com o do emigrante japonês destinado ao Me-
« xico, às Repúblicas da Centro America e do Peru, que igualmente
« desejam essa emigração.»

« As informações do Sr. Tanaka foram sido commentadas nesse
« sentido pela imprensa japonesa e estrangeira, e não ha argumento a
« oppôr enquanto o cambio no Brazil se mantiver baixo como está,
« deixando as despesas com o transporte de um emigrante o mais de
« trescentas mil reis, sem contar outros gastos supplementares e os
« lucros da empresa que se incumbisse desse serviço.»

« Segundo o resumo feito no artigo da Japan Times, o Sr. Ta-
« naka, disse mais do que consta do officio do Sr. Ribeiro Lisboa.
« Na sua opinião o Brazil não se adapta a empresas como a que
« se trouxe a este país, isto é, não convém a emigração japonesa.»

« Quanto ao commercio directo entre este país e o novo (quali-
« fica o Sr. Lisboa), penso que poderia elle ser iniciado desde já com
« grande vantagem para nós.

«

« A objecção que se apresenta para se iniciar desde já o comer-
« cio directo deste país para o Brazil é a longa distancia e o alto frete
« que seria exigido. Entretanto, começo-me de que muitos artigos
« supportariam o frete de 50 shillings por tonelada de 40 pés cubicos,
« preço pelo qual, segundo a carta da cotação para, a Norddeutscher
« Lloyd, está disposto a fazer o transporte de Yokohama até o Rio de
« Janeiro (via Bremen) offerecendo mesmo estabelecer navegação di-
« recta em condições ainda mais vantajosas, desde que as transacções
« tornem bastante vultoso para compensar a carga de um vapor.»

Transcrevo agora o seguinte officio, de 30 de janeiro do corrente
anno, que recebi do mesmo Sr. Lisboa:

« Desde o estabelecimento desta Legação e do Consulado em Yoko-
« hama, tanto eu como o Sr. Ferraz Regal, recebemos frequentes con-
« sultas com relação á emigração japonesa para o Brazil e ao com-
« mercio directo entre as duas paizes. Por outro lado, do Brazil tenho

« lido occasião de satisfazer também a varios pedidos de informações
« sobre assumptos japonezes. A supressão desta Legação e dos Con-
« sulates no Japão torna d'ora em diante impossivel a satisfação de
« semelhantes requisições, que mais necessaria se fará sentir agora
« que parecem encaminhar-se a uma solução pratica os propósitos de
« iniciar a emigração e de estabelecer uma corrente de transacções
« directas entre este paiz e o Japão.»

« Deito já informado do plano da Sociedade Nacional de Agricult-
« tura para a exploração agricola de terras do Estado do Rio de Ja-
« neiro com braços japonezes e devo levar ao vosso conhecimento
« a existencia de firmes propósitos, por parte de negociantes deste paiz,
« de aproveitar as facilidades que obterão com a entrada em vigor
« dos novos Tratados, para iniciar transacções directas com o Brazil.
« O novo regimen, que vigorará desde 1 de julho da corrente anno,
« permitirá aos negociantes estrangeiros estabelecer-se em todos os
« pontos do interior do Japão e ahí comprar as gneros de exportação
« em condições muito mais vantajosas do que até agora.

« Algumas casas commerciaes preparam-se já desde alguns
« meses a dedicar-se á exportação de artigos japonezes para o Brazil;
« em novembro do anno proximo pensado partito uma remessa de
« mercadorias como ensaio e sei que outras se preparam.

« A supressão dos nossos consulates vem porém trazer embe-
« rços a esses propósitos, pois para o despacho de muitas dessas
« mercadorias nas nossas alfandegas é indispensavel o visto consular
« nas facturas, de accordo com o art. 13 das disposições preliminares
« do Tariff. Os artigos japonezes similhães aos classificados na Tariff
« não supportam os taxes impostos por quantidades, peso ou medida
« e só podem ser vantajosamente importados no Brazil pagando di-
« rectas ad-valorem, beneficiado assim do pouco custo da mão de
« obra neste paiz. Ora, sendo obrigatorio o visto Consular nas facturas
« para os despachos ad-valorem, a ausencia do Agente-Consulor do Brazil
« no Japão torna impossivel o cumprimento dessa disposição legal.

« A' vista dessas razões e da consciencia também da não ser
« cortada de toda a nossa representação neste paiz, venho propor-vos

« a nomeação de um Consul sem vencimentos em Yokohama e apre-
« sento á vossa approvação o nome do Sr. Hubert Victor Gulien, o
« qual dirige ha quatro annos o Consulado da Dinamarca naquella
« portu e está por isso bem ao par do serviço consular. O Sr. Gulien
« é negociante conciliado e reúne todos os predicados necessários
« para o bom desempenho das funcções consulares. O Sr. Ferraz
« Rego, o qual proximo já deve estar nesta Capital quando este officio
« chegar ás vossas mãos, poderá informar-vos mais detalhadamente
« sobre a pessoa que proponho e tambem sobre a conveniencia e neces-
« sidade mesmo de mantermos um fiscolegario nesta paiz para at-
« tender ou informar sobre assumptos de emigração e commercio.

« No caso de que vos dignéis de acceher favoravelmente esta minha
« proposta e de receberdes este officio antes de 15 de março, época
« até a qual calculo não poder partir, por ter de esperar a minha
« revocatoria para só então despedir-me do Imperador e de varios
« Príncipes Imperiaes, commo que me autorizassels por telegrammas a
« acceuar provisoriamente o Sr. Gulien Consul em Yokohama; desde
« modo poderá elle occupar-se immediatamente dos negocios que
« exigem a sua intervenção consular, sem esperar a chegada do seu
« titulo de nomeação.»

Tomando em consideração a proposta do Ministro Brasileiro,
resolvemos acceuar o Sr. Hubert Victor Gulien, por elle indicado,
para o cargo de Consul em Yokohama, sem vencimentos, expedindo-se
em 15 de março ultimo o respectivo decreto.

IMPOSTO DE TONELAGEM SOBRE NAVIOS ESTRANGEIROS DECRETADO E COBRADO NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, ALA- GOAS E RIO GRANDE DO NORTE

O vossa antecessor pediu ao Congresso Nacional em mensagem
de 29 de julho do anno proximo passado credito para a restituição
das quantias pagas indevidamente por navios estrangeiros em conge-

quencia da decretação daquelle imposto. O officio do meu antecessor, que acompanhou a mensagem, contém todas as informações necessárias.

Este importante assumpto pôde ainda de resolução do Congresso.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

O Congresso Nacional approvou pelo decreto n. 137 de 17 do mez de dezembro ultimo e mandou-se executar pelo decreto n. 3170 de 28 do mesmo mez os tres ajustes firmados pelo Plenipotenciario Brasileiro no Congresso Postal Universal de Washington em 21 de junho de 1887 e concernentes a:

- 1.º Convenção Postal Universal;
- 2.º Acôrdo para a permutação de cartas e encomendas com valor declarado;
- 3.º Acôrdo relativo ao serviço de vales postaes.

Segundo notifiquei-me a Legação Americana, de ordem do meu Governo, já havia este recebido as ratificações dos Governos que tinham accedido todas ou algumas daquelles questões.

Acceitaram sómente o 1.º ajuste o Canadá; Estado Independente do Congo; Estados Unidos da America; Estados Unidos Mexicanos; Grã-Bretanha e varias colonias Britannicas; India, Republica Sul Africana e Venezuela;

O 2.º ajuste — os Paizes Baixos (só);

O 3.º a França (só),

O 1.º e o 2.º — a França e Colonias Francesas e a Russia;

O 1.º e o 3.º — o Japão; Paizes Baixos e Colonias Neerlandesas e o Reino de Sião.

Acceitaram todos os tres ajustes — a Alemanha e protectorados Allemães, Belgica, Bulgaria, Dinamarca e Colonias Dinamarquesas, Grão Ducado do Luxemburgo, Italia, Portugal e suas colonias, Regencia do Tâniá, Suecia e Noruega e Suiza.

Adheriram á Convenção o Estado Livre de Orange e a Republica Dominicana.

CONGRESSOS, CONFERENCIAS E EXPOSIÇÕES

O Governo Federal foi convidado para se fazer representar nos seguintes :

Congressos :

veterinaria, em Baden-Baden ;

sobre o tratamento da tuberculose, em Berlim ;

de legislação aduaneira ;

de legislação do trabalho ;

de hydrologia ;

pediátrico, em Bruxellas ;

dos Orientalistas, em Roma ;

comercial, em Viena ;

comercial, internacional, em Philadelphia.

Conferencia sobre a prophylaxia da syphilis e moléstias venereas, em Bruxellas ;

Exposições :

internacional de 1901, em Glasgow ;

de avicultura e de horticultura, em S. Petersburgo ;

de mineração, em Cracovia.

CORPO : DIPLOMATICO ESTRANGEIRO

Entregarem as suas credenciaes :

Em 18 de julho de 1898, o Sr. D. Blas Vidal, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay ;

Em 20 de agosto, o Sr. Visconde de Larosier de Sainte Fortanada, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franca ;

Em 12 de setembro, o Sr. Conde d'Arco Valley, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Sua Magestade o Imperador Alemão e Rei da Prússia ;

Em 15 de novembro, o Sr. D. Ricardo de Laros, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Sua Magestade Catholica ;

Em 8 de abril do corrente anno, o Sr. D. Manuel Gorostaga, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Republica Argentina.

Em 15 de maio o Sr. Dr. D. Fernando I Ybarbura, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Republica do Paraguay.

Por se terem apresentado os respectivos Ministros, estão accreditados como Encarregados de Negocios :

de Portugal, o Sr. Commandador João Oliveira de Sá Camelo Lampreia ;

de Belgica, o Sr. Conde Leo d'Ursel ;

da Russia, o Sr. Conselheiro Alexandre Gregor ;

da Austria-Hungria, o Sr. Barão de Rodich ;

do Japão, o Sr. Yagoro Mitru ;

da Santa Sé, Monsenhor Dr. Henrique Silva ;

da Bolivia, o Sr. D. Ricardo Jaymes Freire ;

do Peru, o Sr. D. Hernán Valverde ;

Com puer registro e filletamento, em Vienna, do Sr. Alexandre Mezzy de Sotthauer, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Sua Magestade Imperial e Real Apostolica, e em Dakar do Sr. Dr. D. Francisco Ibaez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Republica Peruana.

CORPO DIPLOMATICO E CONSULAR

A primeira parte do art. 13 da lei n. 360 de 31 de dezembro ultimo autorizou o Poder Executivo a « reformar a Secretaria das Relações Exteriores e bem assim a reorganizar o serviço diplomatico e consular da Republica, submettendo opportunamente ao Congresso o seu plano de reforma antes de ser este posto em execução. »

Este serviço evidentemente carece ser melhorado.

A experiencia demonstra que as difficilissimas modificações parciais por que tem passado a organização do nosso Corpo Diplomático o collocaram mal para o desempenho da elevada missão que lhe é reservada; e que comêta fazer é uma reforma geral que obteiga a uma determinada uniformidade, capaz de dar-lhe a força e o prestigio necessarios.

Em todos os países cultos a representação no exterior occupa seriamente a attenção dos legisladores e os Governos, conscientes da sua importancia, não cessam de velar pela sua boa organização e regular funcionamento.

Na situação a que ficou reduzido o Corpo Diplomático Brasileiro não ha reforma acertada que não implique augmento de despesa, e por isso profunda offereção ao orçamento vigente.

Infelizmente no presente momento não é isso possível, e eu cumprim rigorosamente o que me recomendarão, offerecendo ao Congresso um projecto de orçamento para 1900 identico ao do corrente exercicio, isto A, sem acrescimo de despezas na rubrica relativa ás Legações e Consulados.

Não devo por isso deixar de mencionar as lacunas de que se resente a actual legislação diplomatica e consular.

Para facilitar aos membros do Congresso Nacional o estudo e apreciação sobre este assumpto, mandei fazer uma Consolidação das leis, decretos e outras decisões referentes ao nosso Corpo Diplomático e Consular.

Este útil trabalho acompanha o presente Relatório. Enquanto não for alterado, servirá tambem de repertorio de consulta e assim contribuirá para facilitar consideravelmente a missão dos nossos agentes no exterior.

Quanto extimir a nossa legislação diplomatica, verificarei que a lei n. 814 de 22 de agosto de 1891, regulamentada pelo decreto n. 940 de 20 de março de 1893, estabeleceu, quanto aos chefes de missão, tres categorias differentes — os Enviados Extraordinarios, os Ministros Residentes e os Encarregados de Negocios effectivos.

As ultimas modificações neste particular não trouxeram van-

legens, nem para o serviço público, nem para os proprios funcionarios.

Esta inconveniente accresceu-se ainda mais recentemente com a sensivel redução feita nos respectivos vencimentos, pois é evidente que a cada categoria corresponde maior ou menor obrigação de despesa na ordem de representação official.

Convenia recordar tambem esta classificação outra garantia para o funcionario, que nella encontra mais probabilidades de acesso, pois restringe-se de tal modo em cada classe o quadro dos concurrentes á promoção.

Torna-se então mais effective tanto a vantagem adquirida pela antiguidade, como a distribuição proporcional dos postos considerados bons e máos, que podem assim com mais regularidade caber a todos.

Parece-me que seria acertado no interesse da nossa politica exterior na America do Sul restabelecer a nossa representação diplomatica nas Republicas de Venezuela, Colombia e Equador.

Nestas paizes seria sufficiente manter Legações regidas por Encarregados de Negocios effectivos, sem secretario.

Com pequena despesa se conseguiria conservar naquellas nações limitrophes a tradição da nossa influencia politica e commercial e assegurar uma fonte de confiança de informações officiaes.

Com a Colombia, por exemplo, temos ainda importante questão de fronteira a decidir, e o interesse publico ad-hieria a fazer si brassamos aquella Republica um representante diplomatico.

Com o mesmo pensamento de alargar a esphera da nossa acção diplomatica conviria acreditar cumulativamente no Mexico o nosso actual representante em Washington, e exemplo do que fazem outros paizes.

A Lei n. 332 de 8 de novembro de 1898 estabeleceu a classe de Addidos sem vencimentos. Não reconheço vantagem que justifique esta categoria no nosso serviço diplomatico. A lei que a criou, gerando-lhes preferencia nas nomeações de segundos secretarios, terá como consequencia monopolisar a carreira nas mãos dos maços abastados, tão pouco democraticos, que não podem ser os legisladores re-

publicanos, que devem facilitar o acesso dos cargos públicos a todas as capacidades.

Na Europa em geral os Governos favorecem a manutenção da classe dos addidos sem vencimentos, porque está na índole daquelles povos o regimen do privilegio, e a sua preocupação constante é de recrutar para a representação ao exterior os fillos das familias nobres, fidalgo infante que condiz com a natureza dos palcos monarchicos. Entre nós a selecção só pôde existir pela intelligencia e meritos comprovados.

Debalto do ponto de vista pratico semelhante creação tem sido inteiramente negativa. A' vista da nossa difficil situação financeira, que naturalmente emburça os haveres de todos, os nomeados para aquella categoria os sollicitam em seguida uma licença, fugindo á obrigação do respectivo cargo, ou se empenham para serem considerados addidos á Secretaria de Estado, onde ellas não são necessarias os seus serviços.

Esta situação anomala a que ficaram reducidos os addidos sem vencimentos aconselha a supressão da classe de tales functionarios. Si o Congresso Nacional entender tomar alguma deliberação sobre o assumpto, deve por equidade resguardar os direitos daquelles, ainda em pequena numero, que seguirem para os seus postos por conta propria e que tem prestado bons serviços nas legações para que foram nomeados.

Uma disposição antiga estabelecida que os functionarios diplomaticos e consulares que vinham ao Brazil com licença recebessem os seus vencimentos ao cambio de 27. Concorro plenamente com as seguintes palavras de um dos meus predecessores neste Ministerio : « Não era » justo que os empregados em disponibilidade e os que vieram trabalhar » na Secretaria recibam em moeda do paiz os seus vencimentos, e os re- » cebam em ouro os que aqui estão por interesse proprio, sobrecar- » regando o Thesouro com a differença do cambio. » Foi neste sentido que providenciou o Decreto n. 2146 de 28 de outubro de 1889.

Devo, estremo, notar que o art. 3.^o do alludido decreto restringe o pensamento do art. 16 do decreto n. 907 A de 11 de novembro de 1890, que estaboe o seguinte : « Para vir ao Brazil, tem o em- » pregado direito a uma licença de seis meses, de quatro em quatro » annos, com todos os seus vencimentos, descontadas as gratificações

que se abonarem ao seu substituto, e se dessem pelo serviço interino. . . .
Entendo que para estes casos especiais devia prevalecer a doutrina antiga, pois está entendido que o diplomata ou consul que vá ao Brasil tem de supportar não só as despesas da sua viagem, como também conservar gastos no país onde está acreditado.

Por uma ausência, por exemplo, de seis meses não seria proveitosa rescindir, com o sacrifício de pesadas indenizações, o contrato de sua casa de residência, contrato que em geral é feito por prazos longos, embalsalar os seus móveis, ou debê-lo se desfazer com prejuizos consideráveis, para recommençar ao fim da licença com as dificuldades e as despesas que implicam naturalmente uma nova instalação.

Tenho esperança de que o Congresso Nacional tomará na devida conta estas razões. Além disso não seria justo que o funcionario que pretende vir ao Brasil se veja obrigado de semelhantes embaraços, quando a legislação em vigor manda pagar em ouro as licenças solicitadas para serem gozadas no estrangeiro. Isto equivale a uma desnaturalisação legal, o que não estimula uma viagem ao Brasil visto quando maiores interesses privados a tornam indispensavel para o funcionario.

No tocante á disponibilidade ha faltas sensíveis na nossa legislação. O principal defecto consiste em equiparar o tempo de serviço para os effeitos da disponibilidade e aposentadoria. Até 1886 a aposentadoria só era concedida depois de 15 annos de serviço effectivo e a disponibilidade, principalmente inactiva, em qualquer tempo. Descriam destas disposições vantagens para o funcionario que a ellas deve ter direito como um estímulo necessario e prêmio merecido pelos esforços, zelo e dedicação com que tenham exercido os seus cargos.

Como medida disciplinar deve existir uma categoria especial de disponibilidade sem vencimentos até o maximo de doze annos, a exemplo do que se pratica em França (art. 4.º do decreto de 24 de abril de 1880). Não é crível que os funcionarios que tenham commettido uma falta de gravidade relativa, e que por este motivo devam ser afastados temporariamente, sejam equiparados aos que são postos em disponibilidade por qualquer conveniência do serviço ou supressão do emprego por effeito de lei. Pense que para estes até as leis directas

devem ser alienadas, garantindo-lhes em semelhante emergência a entrada livre de direitos de importação e objectos de uso que possuam no exercício de suas funções officiaes. A nossa actual legislação aduaneira apenas concede estas vantagens aos chefes de missão.

Pelo art. 13 da reforma Quintino Bocayuna, que contém disposições muito acertadas, e é a melhor que tem sido posta em pratica, « os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactive destando de pertencer ao Corpo Diplomático, etc. . . » Entretanto neste particular ha uma omissão importante, pois aquelle que fór posto em disponibilidade activa, cujo criterio unico é o arbitrio do Ministro, pôde ficar passando no organismo durante toda a sua existencia, si não fór aproveitado. Parece que já é tempo de reparar esta falta, aliás nociva ao funcionalismo e ao proprio interesse do Estado. Não ha melhor estimulo ao trabalho e á dedicação á causa publica do que a equidade garantida nas leis. Lembra, pois, a conveniencia de limitar-se o prazo dentro do qual poderá o funcionario gozar das vantagens da disponibilidade activa, sob pena de instituir-se na pratica pelo regimen vigente uma nova especie de pensionistas validos do Thesouro Federal. Gostando assim de uma situação relativamente commoda, muitas vezes elles recusam postos que requeiram, para aguardarem oportunidade mais vantajosa, o que é sempre um embargo para a Administração.

Preciso lembrar neste assumpto a seguinte disposição, ainda em vigor : « Os empregados que o Governo conservar cinco annos em « disponibilidade inactive, destando de pertencer ao Corpo Diplomático, « ficando privados do ordenato e das honras. Sendo, porém, apocara « todas, si já tiverem tempo para isso, não se lhes contanda o da « quella disponibilidade. » Sendo esta lei anterior á promulgação da Constituição Federal, que exige a invalidaz (art. 73) como condição para que para a aposentadoria, ficou sem effeito a compensação estabelecida quanto aos effeitos da citada lei. Resulta d'isso que funcionarios com longos annos de serviço, ainda validos, por não terem sido aproveitados durante o periodo da sua disponibilidade inactive, perdem inteiramente quaisquer vantagens de carreira, ficando riscados do respectivo quadro, o que constitui grave injustiça que convém reparar.

No tocante a despesa de transporte e de estabelecimento, entendo que as disposições da segunda parte do art. 4.º da lei n. 321 de 8 de novembro de 1890 não satisfazem as conveniências do serviço e muito menos é necessária decência de representação no exterior, sobretudo depois que os vencimentos dos funcionários diplomáticos e consulares foram consideravelmente diminuídos. E' sobre estes vencimentos que se baseara os cálculos para aquellas despesas. Deita lembrar que a maior parte dos nossos representantes no estrangeiro recebe menos de 18:000 por anno, descontados ainda os impostos de lei. Nos casos de remoção, a dotação de um torço daquela quantia, isto é 5:000\$000, é evidentemente insufficiente para a instalação de um Ministro Plenipotenciário. Na impossibilidade de solicitar neste sentido uma reforma conveniente, o que reclamaria augmento de verba no nosso orçamento, entendo que se poderia circular em parte aquelles inconvenientes restabelecendo-se sobre a matéria as disposições do art. 2.º do decreto n. 987 A de 11 de novembro de 1890.

Para corresponder a este mesmo pensamento podiam os agentes no exterior ser dispensados do pagamento do imposto sobre vencimentos.

Tenho a mais viva confiança que o Congresso Nacional se esforçará para manter o prestigio e a decência da nossa representação no exterior, contribuindo para a sua dignificação com as medidas indicadas, que aliás não podem gravar os encargos do Thesouro. Foi lido tambem em vista esta ultima conveniencia, que é apresentada para o anno vindouro orçamento identical ao do exercicio corrente.

LEGAÇÕES BRAZILEIRAS

Representação em S. Petersburgo e em Vienna

O Congresso Nacional votou com a lei n. 560 de 31 de dezembro do anno proximo findo os meios precisos para a representação diplomatica naquellas capitães. Foram, pois, dispensados de se exercerem provisoriamente, na primeira o Ministro Brasileiro junto á Santa Sz. Dscharel

José Augusto Ferreira da Costa e na segunda o Ministro junto ao Governo Italiano, Dr. Francisco Rags de Oliveira, sendo designado para exercer o seu cargo na Rússia o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Henrique Carlos Ribeiro Lisboa e promovido àquella categoria para a Austria-Hungria o 1.^o secretário Dr. Bruno Gonçalves Chaves.

Representação em Venezuela e no Império do Japão

Dez-se outro destino ao pessoal das Legações acriladas nesses Paizes, por não ter o Congresso Nacional decretado com a lei acima indicada, os meios para a sua manutenção.

Representação em Copenhague, Stockholm e na Haia

O Governo providenciará opportunamente quanto á execução da disposição contida no art. 13, n. 11, da lei já citada, que o autorizou a acreditar cumulativamente junto aos Governos da Dinamarca e da Suecia e Noruega, ministros já acreditados em outros paizes.

Na Corte da Hollanda, também incluída na autorização acima, já tinha sido designado cumulativamente o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto ao Governo Britânico, João Arthur de Souza Correa.

Regimento das Legações

O Regimento das Legações Brasileiras, posto em execução, interinamente, por decreto de 15 de maio de 1884, já não satisfazia ás conveniências do serviço, pois continha disposições expressamente revogadas por leis, e outras em desacôrdo com a organização diplomática actual. Julgou, portanto, necessário organizar um novo Regimento, definitivo, que foi promulgado por decreto de 7 de abril ultimo.

Consolidação das leis sobre o Corpo Diplomático

Em portaria de 9 de novembro de 1895, um dos meus antecessores tinha resolveido preparar uma Consolidação das leis vigentes sobre o Corpo Diplomático.

Mandei rever e completar esse trabalho, cuja utilidade já vos expus, por uma comissão dos Directores de Secção da Secretaria de Estado, Frederico Affonso de Carvalho, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, e José Antonio de Espinheira. Foi elle approvado pelo decreto n. 3361 de 20 de abril ultimo.

Archivo das Legações

Uma outra providencia que mereceu a vossa approvação e está traduzida no decreto n. 3310 de 9 de fevereiro do corrente anno, refere-se á guarda e entrega dos archivos das Legações e dos Consulados. As disposições que regulavam este assumpto existiam esparsas em circulares e outras ordens avulsas. Não havia protocollo de entrada e saída dos papéis nas respectivas chancellarias, o que dificultava a busca e impossibilitava a fiscalização e entrega dos ditos archivos. Ampliar e reunir todas essas disposições tal foi o fim do decreto n. 3310.

Movimento do Corpo Diplomático

Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios :

Nomeados :

Richard José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, em missão especial em Berna.

Designados :

Pedro de Araújo Bolívar, para Madrid ;

Henrique Carlos Ribeiro Lobo, para S. Petersburgo.

Removidos :

Julio Henrique de Mello e Alvim, de Santiago do Chile para Lisboa ;
Francisco Xavier da Cunha, de Madrid para Bruxellas.

Promovidos :

Dr. José Pereira da Costa Motta, para Santiago do Chile ;
Dr. Bruno Gonçalves Chaves, para Vienna ;

Dispensados do exercício cumulativo :

Dr. Francisco Regia de Oliveira, em Vienna ;
Bacharel José Augusto Ferreira da Costa, em S. Petersburgo.

Postos em disponibilidade :

Dr. Olyntho de Magalhães ;
José de Almeida e Vasconcellos.

Exonerado, por não ter o Senado Federal approvado a sua remoção para Lisboa :

Bacharel Salvaador de Mendonça.

1.^o Secretarios:

Designado :

Dr. Alfredo de Barros Moreira, para Roma.

Removido :

Augusto Cochran de Alencar, de Madrid para Lisboa.

Posto em disponibilidade :

Manoel Carlos Gonçalves Pereira.

2.^o Secretarios:

Removido :

Oscar de Tsché von Roonholz, da Bolivia para Vienna.

Nomeados :

Alfredo de Almeida Brandão, para S. Petersburgo ;

Bacharel Luiz de Lima e Silva, para Madrid.

Postos em disponibilidade :

João Gualberto de Mattos ;

Dr. Dario Barreto Galvão.

Adidos :

Nomeados :

Luiz Guimarães Filho, em Buenos Ayres ;

Alberto Georges Moreira, em Roma ;

Fernando Guerra Drost, em Lisboa ;

Carlos Salgado, em Montevideo ;

Annibal Volcano Rebello, em Roma ;

Hippolyte Pacheco Alves de Araujo e Raul Parentes do Rio Branco, á Missão Especial em Berna.

Foi igualmente nomeado Secretario da mesma Missão o Sr. Domicio da Gama.

CONSULADOS BRAZILEIROS

Disposição Orçamentaria

A lei n. 580, de 21 de dezembro ultimo, que fixou a despesa para o corrente exercicio financeiro, não votou a verba pedida para o Consulado em Cayenna ; reduziu a Vice-Consulados remunerados os Consulados no Rosario e Posadas, na Republica Argentina e em Assumpção ; transferiu a sede do Consulado Geral em França, de Paris para o Havre ; consignou verba para os Consulados em Marselha e Trinele ; para os Vice-Consulados em Bremen e Southampton ; reduziu, finalmente, os vencimentos de todos os Consules gerais de 1.ª classe a 10:000\$, os dos Consules a 7:000\$ e supprimiu o cargo de Chancelier no Porto.

Para a execução do art. 12 da lei acima indicada, na parte relativa aos Vice-Consules remunerados, expediu-se o decreto n. 3303 de 23 de janeiro ultimo, dando-lhes jurisdicção propria e adoptando outras providencias referentes ao respectivo serviço.

Criação e supprimento

Por decreto ns. 2870 de 12 de agosto, 2889 de 14 de setembro, 2118 de 12 de novembro e 2149 de 14 de dezembro, todos de 1888 e nos termos da authorização concedida no art. 2.º do lei n. 322 de 8 de novembro de 1886, foram creados Consulados, respectivamente, em Vigo, Marich, Dresden e Milão.

Posteriormente, por decretos ns. 3113 de 12 de novembro de 1886 e 3253 de 28 de fevereiro deste anno foram annulladas as creações dos Conselhos que tinham sede em Munich e em Dresden.

E' muito conveniente elevár-se a Consulação o Vice-Consulado em Southampton, cuja renda attinge o anno passado a 12:304\$250.

Os Vice-Consulados em La Plata, Mossamedes, La Pallice, Mont-Caseros e New-Castle, merecem ser classificados entre os de remuneração fixa, podendo ser marcada a de 4:000\$, para os dois primeiros e a de 3:000\$, para os outros.

Consolidação das Leis Consulares

No capitulo precedente mencionei as providencias tomadas a respeito da Consolidação das leis relativas ao Corpo Diplomatico. Igual procedimento tive quanto ao Corpo Consular, no sentido de reunir em trabalho congenero todas as disposições que lhe dizem respeito. Deste serviço, iniciado em virtude da mesma portaria de 9 de novembro de 1886, a que alludi, foram encarregados os Directores da Secção da Secretaria de Estado, Luiz Pedro da Silva Rosa, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro e o Consul Geral de 1.^a classe Manoel de Azevedo Barroso Bastos.

Conduzida com a brevidade por mim recommendada, foi aquella Consolidação posta em vigor por decreto n. 3253 de 28 de abril ultimo. Achá-se em anexo ao presente Relatório.

Movimento do Corpo Consular

Consules de 1.^a classe :

Fernando :

Manoel da Silva Pontes, de Paris para Buenos Ayres.

Reintegrado :

Antonio Fontoura Xavier, em New York.

Postos em disponibilidade :

Joaquina Ferraz Lago.

João Germano Vieira de Barros.

Mancel de Azeredo Barroso Bastos.

Consules de 2.^a classe :

Designados :

Dr. Pedro de Castro Pereira Sodré, para o Havre.

Alfredo Pereira Lima, para servir provisoriamente no Vice-Consulado no Rosario.

Bacharel Olympio Adolpho de Souza Filanga, idem idem no Vice-Consulado, em Southampton ;

Pedro Pinheiro Guimarães, idem idem no Vice-Consulado em Póvoas ;

Eduardo Drealhe Faciolli, idem, idem, no Vice-Consulado em Assumpção.

Posto em disponibilidade :

Nicolas Pinto da Silva Valle.

Consules :

Designados :

Francisco José da Silveira Lobo, para Trieste.

João Balduino Leoni, para Paris.

Dr. Alberto Bazz Corrado, para Marsella.

Dr. José Marcelino de Moraes Barros, para servir no Vice-Consulado, em Bremen.

Nomeados :

Joaquina da Silva Lessa Paranhos, para Milão, sem vencimentos.

João de Planchar, para S. Petersburgo, sem vencimentos.

Hubert Victor Guisten, para Tokusima, sem vencimentos.

Dr. Joaquim Antonio da Oliveira Botelho, para Valparesio, sem vencimentos.

Promovido :

José Monteiro de Godoy, em Vigo, sem vencimentos.

Posto em disponibilidade :

Manoel Jerônimo Ferreira da Cunha.

Exonerados :

Dr. Roberto Preziosi, de Trieste.

Antonio Araújo Silva, do Rosario.

Theobald Custodio Ceiso de Saboga e Silva, de Assumpção.

Fernando Hachradl, de Munich e de Breslau.

Vice-Cônsules :

Nomendos :

Socrates Moglia, em S. Thomé.

Afonso Avelino Mendes, em Porto Alegre, no Rio Acre ou
Aquiry.

Exonerado :

Carlos Weismann, de Bremen.

Chancelier :

Exonerado :

Alvaro de Souza Neves.

**Receita e despesa da fundação mantida pelo Throner Institut, no anno de 1886, indicadas em
realizante da respectiva localidade**

LOCALIDADES	RECEITA	DESPESA	EXCESSO	DEFICIT
Austria	1000000	1000000	0	
Berlim	1000000	1000000		0
Berlino	1000000	1000000	0	
Bombay	1000000	1000000	0	
Calcutta	1000000	1000000	0	
Copenhague	1000000	1000000	0	
Geneva	1000000	1000000	0	
Hamburgo	1000000	1000000	0	
Heidelberg	1000000	1000000	0	
Leipzig	1000000	1000000	0	
Londres	1000000	1000000	0	
Lyon	1000000	1000000	0	
Mannheim	1000000	1000000	0	
Munich	1000000	1000000	0	
Nuremberg	1000000	1000000	0	
Paris	1000000	1000000	0	
Petersburg	1000000	1000000	0	
Prague	1000000	1000000	0	
Ratisbona	1000000	1000000	0	
Regensburg	1000000	1000000	0	
Stuttgart	1000000	1000000	0	
Tubingen	1000000	1000000	0	
Vienna	1000000	1000000	0	
Wurzburg	1000000	1000000	0	
Total	10000000	10000000	0	0

RESUMO

Receita	10000000
Despesa	10000000
Saldo	0

O Conselho em Pessadas nada produziu no anno de 1886.

VOS-CONTAS	RECEITA	DEPESA	Saldo
Thomson	11:000:00	11:000:00	0:000:00
Rio de Janeiro	1:000:00	1:000:00	0:000:00
S. João de Deus	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Porto Alegre	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Brasília	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Recife	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Salvador	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Fortaleza	1:000:00	1:000:00	0:000:00
S. Paulo	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Viçosa	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Florianópolis	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Curitiba	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Paraná	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Paraguay	1:000:00	1:000:00	0:000:00
Tudo	11:000:00	11:000:00	0:000:00

² Representa a renda de juro e de juros. De juros a duas annuidades, uma em 1900, a outra de 1901 a 1902, e de juros de 1903. A renda anual foi, em 1900, de 11:000:00 e em 1901 de 11:000:00.

Em 1900, em 19 de abril de 1901, — (Continuação, Grupos Paralelos de Juros).

Os consulados em Joffe, Hongkong, Malte e Quilmane nada produziram no anno de 1900.

Não enviaram cotas os Consulados em Athenas, La Paz, Managua, S. Salvador, Lima, S. Thomaz, Cabo da Boa Esperança, Tenerife e Vera Cruz.

Definido-se da despesa dos consulados remunerados os vencimentos dos funcionarios consulares, na importancia de 219:203:445, os quaes foram pagos por virtude do orçamento, a despesa nella feita foi reduzida apenas a 422:987:222 e o saldo eleva-se a 540:363:223, ao cambio de 27.

A renda que hoje conhecida dos consulados não remunerados pelo Thesouro Federal attinge a 61:337:911 e as despesas foram de 19:229:223, ficando ainda o saldo de 14:008:688, conforme o quadro respectivo.

Adicionando-se estas quantias ás acima citadas, verifica-se que a renda geral dos emolumentos arrecadados elevou-se a 722:502\$603; as despesas consideráveis não remuneratórias foram de 154:228\$971 e o saldo líquido de 568:273\$632, ao cambio de 27.

Semelhante resultado deve-se em grande parte á nova tabela de emolumentos promulgada pelo decreto n. 3835 de 14 de março de 1906, que entrou em execução em 1 de maio do mesmo anno.

A' vista do aspecto é de esperar para o vigésimo exercício uma renda ainda superior, attendendo-se á data em que começou a vigorar a referida tabela.

O serviço costear continua, pois, a ser mantido sem outra ajuda e offerece uma boa fonte de renda para o Thesouro Federal.

Anexo á tabela n. 131

VALORES	RECEITAS EM 1 DE JANEIRO		RECEITAS		DEBITOS EM 1 DE JANEIRO		DEBITOS		RECEITAS EM 1 DE DEZEMBRO	
	RECEITAS	DEBITOS	RECEITAS	DEBITOS	RECEITAS	DEBITOS	RECEITAS	DEBITOS	RECEITAS	DEBITOS
1900	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1901	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1902	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1903	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1904	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1905	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1906	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1907	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1908	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1909	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1910	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1911	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1912	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1913	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1914	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1915	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1916	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1917	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1918	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1919	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1920	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1921	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1922	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1923	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1924	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1925	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1926	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1927	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1928	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1929	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1930	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1931	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1932	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1933	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1934	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1935	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1936	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1937	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1938	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1939	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1940	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1941	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1942	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1943	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1944	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1945	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1946	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1947	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1948	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1949	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1950	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1951	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1952	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1953	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1954	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1955	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1956	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1957	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1958	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1959	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1960	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1961	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1962	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1963	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1964	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1965	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1966	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1967	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1968	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1969	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1970	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1971	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1972	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1973	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1974	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1975	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1976	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1977	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1978	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1979	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1980	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1981	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1982	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1983	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1984	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1985	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1986	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1987	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1988	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1989	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1990	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1991	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1992	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1993	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1994	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1995	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1996	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1997	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1998	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
1999	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140
2000	25.000	25.000	140	140	-	-	140	140	25.140	25.140

MONTEPIO

Continua suspensa a admisso de novos contribuintes para o monte-
pio em virtude do art. 37 da lei n. 400 de 16 de dezembro de 1897.

Foram expedidos titulos de pensionarias aos herdeiros do Enviado
Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Bruxellas Francisco Vieira
Monteiro, Dr. Casimiro Dias Vieira, consel em Londres, e Napoleão
de Siqueira Lamais, secretario de legação aposentado, na importancia
de 5720\$. Attinge a 22.080\$750 a importancia das pensões concedidas
até esta data.

SECRETARIA DE ESTADO

Directoria Geral

Confirma como Director Geral o venerando Sr. Visconde de Cabo
Frio, cuja competencia e dedicacão pelo serviço publico já tornaram-se
notorias. Tenho grande satisfação em dar testemunho do subido valor
do benemerito funcionario que é hoje, pelas suas qualidades supe-
riciores, um exemplo vivo de zelo patriótico, pois contendo longos annos
de experiencia presta sempre ao Ministro informações utilissimas aos
serviços desta Secretaria, onde mantém a melhor ordem e disciplina,
condições indispensaveis para o bom funcionamento de uma repartição
de Estado.

Louro a sua grande lealdade de funcionario e agradeço-lhe o va-
lioso auxilio que tem prestado á minha administração.

São tambem dignos de elogio os demais empregados, pela presteza e
interesse com que executam os seus trabalhos.

Personal

Foi concedida a exoneração que pedia o ammannense desta Secre-
taria de Estado Horacio Cordovil de Siqueira e Mello e nomeado para
este logar Manoel Raymundo de Menezes.

Foi designado official de Gabinete o 1.^o official Miguel Francisco do Monte Junior, por ter sido exonerado desse cargo o 2.^o official Joaquim Tibirichá Pinheiro Guimarães.

Foram dispensados os serviços dos editores, bacharel Armando Soares Dias, bacharel Eduardo de Lima Ramos, bacharel Arminio da Mello Franco e Alvaro de Almeida Franco, os quaes trabalhavam nesta Secretaria.

Insufficiencia de pessoal e vencimentos

Reconheço que é insufficiente o pessoal de que está dotada a Secretaria de Estado, assim como os vencimentos daquelles funcionarios, cuja correção temo podido verificar, atendendo-se a que são obrigados a uma certa representação inherente aos cargos do Ministerio das Relações Exteriores.

Seria conveniente que o Congresso autorizasse a readmissão, como auxiliares no quadro do pessoal da Secretaria de Estado, dos funcionarios diplomaticos ou consulares que a ella já pertenceram, sem prejuizo todavia daquelles que não receberam commissoes fora do país.

Palacio Itamaraty

Como é sabido, durante muitos annos funcionou em prédio particular esta importante repartição. Além de não se prestar convenientemente ao fim a que era destinada, por vezes leve o Governo de gastar avultadas sommas naquella edificação, ficando benfitorias que só revertiam em favor do proprietario.

Era de 12:828 o aluguel que pagava o Governo. Nestas condições julgo preferivel transferir a Secretaria de Estado das Relações Exteriores para o proprio nacional — Palacio Itamaraty — que dispõe de appropriadas accommodações para este fim.

Archim

No Archivio desta Secretaria existem mappaes, publicações e documentos de alta valia. O methodo e a ordem nestas collecções constituem um grande passo para que possam ser facilmente aproveitados tão preciosos subditos.

N'uma administração intelligente esta é a base do serviço. Nomeel por isso uma commissão central, composta dos directores de secção da mesma Secretaria Luiz Pedro da Silva Rosa, Frederico Affonso de Carvalho, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, José Antonio d'Espalheiro e do archivista Esguio Ferraes de Abreu, cujo fim principal é inventariar, organizar e methodizar todos os papéis do Archivio, constituindo com o resultado destas pesquisas, um indicador geral, alfabético, pelo qual possam ser immediatamente conhecidos os assumptos tratados nas mesmas collecções, a serie e o numero dos volumes.

Não existindo tambem um catalogo da Bibliotheca, ficou a mesma commissão incumbida de preparal-o.

Espero que, uma vez concluidos todos trabalhos, fique este Ministerio dotado de valiosos elementos de estudo e de consulta.

Collecção de Tratados

Por ordem de um dos meus predecessores foi incumbido o Sr. Feliciano José da Costa, Director do Secção apresentado desta Secretaria do Estado, de organizar a synopse e o indice alfabético dos Tratados, Convenções, Protocollos e outros actos celebrados entre o Brazil e as demais nações.

Para completar este importante trabalho, que sabe agora augmentado e reviso no presente Ministerio, mandei publicar em volume separado o texto daquelles Tratados. Fica assim preenchida uma grande lacuna que se fada sentir depois da publicação da collecção de Tratados, feita pelo Dr. Pereira Pinto.

CONCLUSÃO

São estas, Sr. Presidente, as informações que me cabe prestar-vos sobre as assumptas occorridas durante o curto prazo de seis meses que tenho tido a honra de dirigir os negocios do Ministerio das Relações Exteriores. Si fallar nesta exposição outros esclarecimentos, especialmente os de caracter confidencial, terei grande satisfação em completal-a verbalmente, de accordo com os vossos desejos e as diversas conveniencias do serviço publico.

Capital Federal, 21 de maio de 1890.

Olympe de Megalhães.

**Synopse des traités et autres actes de caractère international que cette Assemblée de approbation
du Congrès National**

DATE	PAYS	OBJETS	APPROBATION
2 de maio de 1888 . . .	Estados . . .	Exatidão de Fatos e condições dos rios Marañon e Manabita . . .	Apresentado á Camera dos Deputados pelo o manage- ger de 6 de julho de 1888.
22 de julho de 1890 . . .	Estados . . .	Traatado de amizade . . .	Apresentado á Camera dos Deputados pelo o manage- ger de 24 de setembro de 1890.
22 de julho de 1890 . . .	Estados . . .	Traatado de amizade, commercio e navegação	
11 de novembro de 1898 . . .	Estados . . .	Exatidão sobre condicoes de proteccao de terras	Apresentado á Camera dos Deputados pelo o manage- ger de 15 de novembro de 1898.
4 de maio de 1897 . . .	Chile . . .	Exatidão de commercio e na- vegacao	Apresentado á Camera dos Deputados pelo o manage- ger de 10 de maio de 1897.
4 de maio de 1897 . . .	Chile . . .	Traatado de amizade . . .	
15 de maio de 1898 . . .	Chile . . .	Traatado de arbitramento p. r. .	Apresentado á Camera dos Deputados pelo o manage- ger de 22 de maio de 1898.

ANNEXO N. 1

Documentos

BOLIVIA

Límites entre el Mato Grosso y el Javary. Nueva carta n.º

N. 1

Nota de Legación Boliviana al Gobierno Brasileño.

Legación de Bolivia en el Brasil — Petrópolis, septiembre 14/1893.

Señor Ministro — El día 17 de abril último, y pocos momentos antes de embarcarme, en viaje á inspeccionar el Consulado de Curitiba, recibí en oficio, fecha 25 del mismo mes, cuya lectura me decidió á enviar un tanto mi Ilustración, á fin de ponerlo, personalmente en conocimiento de mi Gobierno. Ha cumplido mi propósito, y después de la meditada consideración de que ha sido objeto cada uno de los puntos que dicho oficio contiene, paso á contestarlo, lo que me proporcionará la ocasión de reproducir los razonamientos que ya expuse verbalmente en las diferentes conferencias celebradas en esa Cancillería.

El Gobierno, que ha cumplido fielmente el tratado de límites de 1857, tan combatido por la opinión general del país por la gran desmembración territorial que contiene, no rehuye la discusión sobre las dificultades que V. E. ha creído encontrar para proseguir las operaciones de demarcación, ni la retendrá en lo sucesivo si llegaren á presentarse otras nuevas, porque cree que de ella resultará la verdad y la justicia, que es lo que persiguen ambos Gobiernos para terminar definitivamente sus cuestiones de fronteras, y porque confía en que el Excmo. Gobierno del Brasil se guiará siempre por la justificación que ha caracterizado sus actos.

Los incoherencias que V. E. cree que existen para la continuación de los trabajos de la Comisión Mixta de límites, en la hipótesis de que las nacientes del río Yavary se encuentren en lugar distinto al fijado en el protocolo de febrero 29 de 1888, son, en mi concepto solamente aparentes, puesto que, con pleno conocimiento de lo difícil, sino imposible que es fijar con exactitud el origen principal de un río, se acordó reconocerlas, para los efectos de la demarcación con Bolivia, en el mismo punto en que las estableció la comisión mixta brasilero-peruana, que practicó la operación de su estudio y reconocimiento en 1874, y aun cuando esa operación fuere inexacta, tiene carácter definitivo, porque los límites de los países vecinos no pueden variar constantemente, según sean los resultados de los estudios más ó menos prolijos de las Comisiones que los examinen. Mi Gobierno consideró, pues, definitivo el protocolo arriba citado, porque, además de lo dicho, no contiene condición alguna, ni su ejecución depende de nuevas investigaciones.

Por otra parte, la fijación de las nacientes del Yavary, para los deslindes con el Perú, que ha sido también aceptada para la demarcación con Bolivia, no se ni puede ser modificada, mientras no proceda el consentimiento de los Gobiernos de los tres países interesados, pues, desde que Bolivia reconoció como verdadera la situación geográfica atribuida á ellas en la demarcación brasilero-peruana, ese hecho diplomático se ha convertido en tripartito y no puede ser modificado sin previo consentimiento de los tres países. Ni debe ser de otro modo, puesto que el Brasil no puede tener un criterio para sus deslindes con el Perú y otro distinto para con Bolivia, y á ese extremo llegaríamos si se aceptara que la línea de demarcación que parte del Madere, vaya á terminar en punto diverso de aquel que está reconocido como la naciente principal del Yavary. Mas claramente: las nacientes del Yavary, para los deslindes con el Perú estarían á los 7° 1' 17", 5 de latitud Sud y 74° 8' 27", 07 longitud O. de Greenwich, y esas mismas nacientes para los deslindes con Bolivia estarían á los 7° 31' 4", 40 de latitud S. 73° 47' 44", 80 longitud O. de Greenwich, lo cual sería contrario á la buena lógica y á la verdad que es una é indivisible. Considero, por tanto, que mi Gobierno estuvo en lo cierto al atribuir carácter definitivo al citado protocolo de 29 de febrero y que mi predecessor el Dr. Díaz de Medina trató solamente la manera

de considerarlo, cuando dijo que el marco del Yavary constituye un punto de límite, deliberadamente establecido y definitivamente reconocido por los Excmos. Gobiernos de Bolivia y del Brasil.

Pero aun existe otra razón en apoyo de este aserto, que no duda pesará en el ánimo de V. E.

Cuando en 1894, iniciados apenas los trabajos de la Comisión mixta en la sección comprendida entre el Madera y el Yavary, el Ilustre antecesor de V. E. Sr. Carlos Augusto de Carvalho indicó la necesidad de verificar la operación practicada en 1874 por la Comisión mixta brasílero-peruana, ya se discutió con el Dr. Medina este mismo punto en oficios vehementes que llevaron al ánimo del Señor Carvalho el convencimiento del carácter definitivo del protocolo de 13 de febrero, en cuya virtud resolvieron recoger las notas, comisiones, de los que solo he tenido conocimiento por las copias que existen en el archivo de esta Legación, lo cual me dá motivo para considerar este suceso concluido y pasado en autoridad de cosa juzgada.

En cuanto á los errores, aunque de pequeña importancia, que existen en el cálculo de las latitudes medias adoptadas para el trazo de la línea geodésica entre el Madera y el Parí, no tendría inconveniente mi Gobierno en aceptar la revisión y rectificación de ella, si no creyera necesario examinar previamente el cuadro original firmado por ambos Comisarios, pues sería muy posible que los 22 errores notados en las copias, sean simplemente atribuibles al copista.

Debe tenerse presente, además, que el azimuth astronómico no influye en las latitudes, que son determinados por un cálculo enteramente independiente; y que las distancias calculadas por la Comisión entre los distintos marcos colocados, aun cuando no fueran exactas, no influirán en la demarcación, pues constituyen solamente un dato científico; fuera de que no sabe esta Legación en que dato, superior á los cálculos de la Comisión mixta, se apoya la afirmación de no ser exactas las distancias calculadas entre los marcos colocados.

No duda, Sr. Ministro, de que las razones lijaramente expuestas en este oficio, parecerán á V. E. suficientemente fundadas para ordenar que se reanuden los trabajos de demarcación, tan pronto como el Congreso Nacional provea el crédito necesario para los

gastos de la Comisión brasileña, pero si esto no pudiera obtenerse brevemente, por razones que no alcanzo á comprender, no sería motivo bastante para impedir que mi Gobierno continúe la ocupación que ha emprendido ya de los ríos Aquiré, Yaco y Purús, y establezca las oficinas fiscales necesarias, en lugares, aún en el peor caso para Bolivia, absolutamente incesionables, pues sería perjudicial para sus intereses dejar por más tiempo abandonadas esas regiones sobre las que están definidos sus derechos.

Tengo la honra de reiterar á V. E. las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

Al Señor General Dr. D. Dionisio E. de Castro Corqueira, Ministro de Relaciones Exteriores.

JOSE PARAVICINI.

N. 2

Nota do Governo Brasileiro á Legação Boliviana.

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 12 de novembro de 1908.

A nota, que o Sr. D. José Paravicini, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, serviu-se dirigir-me em 14 de setembro em resposta á minha de 25 de abril, foi por mim considerada com a atenção devida á sua importante matéria, que é a demarcação dos limites entre os rios Madre e Javary.

Não tenho a satisfação de concordar com o Sr. Ministro nas razões que oppõe ao que tive a honra de dizer-lhe na citada nota de 25 de abril.

A comissão mista que concluiu a demarcação dos limites entre o Brazil e o Perú por na latitude de 8° 59' 29", S foi um marco desti-

sado a assignar a nascente do Javary, como consta de termo lavrado em 14 de março de 1874. Foi-o ali por lhe ser impossível vencer dificuldades que lhe impediam o passo até á nascente e compozou em oito milhas a distancia entre ella e o marco. Refez os seus cálculos em Tebetinga e reduziu a distancia a tres milhas, como se vê em uma nota posta ao mencionado termo.

Dessa breve exposição resulta que a latitude de 7° 4' 17" é attribuida á nascente não foi determinada por observação astronomica, mas por uma computação sujeita a erro. Duas computações fez a commissão com uma differença de cinco milhas para menos na segunda.

Na citada nota ao termo de 1874 dice a commissão:

« Deste modo ficou determinado o ponto do verdadeiro nascimento « do rio Javary.»

O protocollo de 1886 foi assignado, ao menos por parte do Brazil, na hypothese de ser exacta aquella asserção e não, como parece ao Sr. Paravizini, por se ter pido conhecimento da difficuldade ou impossibilidade de se determinar com exactidão a origem principal de um rio. Em rigor a determinação da latitude da nascente do Javary era incumbencia da commissão que ha. compilar a demarcação dos limites entre o Brazil e a Bolivia, mas aproveitou-se o trabalho feito para evitar nova exploração e muita despesa.

A razão allegada pelo Sr. Paravizini significaria, pelo menos, que os dois Governos duvidavam da exactidão da computação feita em Tebetinga e é inadmissivel que, tendo duvida, elles deixassem de verificar si era fundada, empregando os meios de que podiam dispor.

A razão allegada attribue ao protocollo alicances que não tem. Por elle se ajuntou completar a demarcação, fazendo-a entre o Madeira e o Javary, isto é, ajuntou-se completar a execução do tratado de 1867.

Ora, segundo este tratado, a fronteira que se ha de marcar vai do Madeira á nascente do Javary. Portanto, mantendo-se a latitude de 1874, não se executa o tratado nem se executa o protocollo.

Os dois Governos adoptaram a operação de 1874 como si fosse feita pela sua commissão mista. Si pois se verifica que essa operação está errada, o erro é não só da commissão que a fez, como também dos mesmos Governos; e como não houve intenção de alterar a direcção

da linha divisória, e só deve demarcar de conformidade com o tratado de 1857, é preciso dar-lhe a direcção nelle convencionada.

O protocolo de 1855 não é ajuste de limites nem de alteração de limites; é simplesmente um acto pelo qual se concordou em completar a excepção do que estava ajustado e se determinou como se havia de proceder. A segunda parte está subordinada á primeira que nada alterou e, si a ella já não corresponde quanto á latitude, deve ser substituída nesse ponto para que preencha o seu fim.

Nenhuma alteração essencial de um tratado solemne pôde ser feita sem as formalidades, também essenciais, da primitiva negociação. Segundo o de 1857, si as nascentes do Javary estivessem ao Norte do paralelo 10° 27', a fronteira seria constituída por uma linha que atingisse as ditas nascentes. Verificou-se esta hypothesis, mas houve erro na determinação da latitude adoptada no protocolo. Esse erro pôde ser corrigido em acto semelhante; mas para que se manifestasse a direcção por elle produzida seria necessario um tratado que alterasse o primeiro e no qual se declarasse que, não obstante o erro geographico, a fronteira seria formada por uma linha dirigida, não á nascente, mas á latitude errada. Os dois Governos poderiam ajustar essa alteração, mas o da Bolivia não teria razão para esperar que o do Brazil lhe cedesse duzentas e quarenta e duas leguas quadradas de bom territorio sem a menor compensação.

A disputa — para todos os effeitos da demarcação — não influencia a questão de direito, nem era necessaria. Dada a latitude de 1874, os marcos seriam collocados, como foram, nos pontos em que a linha, seguindo a direcção produzida pelo erro, cortasse as rias comprehendidas entre os dois estremos. Essa direcção seria definitiva, si fosse conforme com o tratado de 1857 ou si em outro, revestido de todas as formalidades, se ajustasse expressamente a alteração da fronteira, abstando a nascente do Javary como ponto terminal e marcando latitude inferior, apesar da perda de territorio causada por esse deicto a uma das partes contractantes.

O tratado de limites entre o Brazil e o Perú é de 23 de outubro de 1851 e a respectiva demarcação terminou em 14 de março de 1854.

O tratado com a Bolivia é de 26 de março de 1857, e a demarcação

da fronteira entre o Mato Grosso e o Javary foi ajustada em 19 de fevereiro de 1886.

O Brasil não consultou a Bolívia quando fez o seu tratado com o Peru, nem consultou o Peru no mesmo caso.

Com o Peru ajustou que da Tabatinga para o Sul a fronteira correria pelo rio Javary, isto é, até a sua nascente.

Com a Bolívia também ajustou que a fronteira terminaria na dita nascente.

Agora propõe à Bolívia a rectificação do erro commettido em 1874 e, tratando-se de substituir os marcos que designavam a fronteira com o Peru, inclue na substituição o da nascente do Javary para ser collocado de modo que indique a verdadeira latitude.

Não sem, portanto, o Governo Brasileiro dois critérios, como parece ao Sr. Paravieiri. Pelo contrario, elle tambem entende que a verdade é uma e indivisivel; e no presente caso ella consiste nisto, que a nascente do Javary está na latitude de 7° 11' 48", 10 Sul. O Governo da Bolívia pôde verificar si assim é, e sem o concurso do Peruano que não foi necessario nem procurado quando se negociou o tratado de 1897; como tambem sem esse concurso pôde concordar em que a sua fronteira com o Brazil acaba na referida latitude, corrigindo-se o erro e repellido-se a disposição d'aquelle tratado, involuntariamente violado.

Nenhuma nota retirada tem valor, quer quanto á sua materia, quer quanto ao motivo da sua annullação; é documento que deixa de existir. Não obstante isso, o Sr. Paravieiri invoca uma, que o meu antecessor retirou e na qual tinha proposto ao Sr. Dr. Medina que se considerasse provisoria a demarcação que se se fazia e se verificasse a verdadeira posição da nascente do Javary.

O facto de retirar o Sr. Dr. Curvello aquella nota não significa que, apesar do erro geographico denunciado como indubitavel, elle reconheceu no protocollo de 19 de fevereiro caracter definitivo. Veja, pelo contrario, que não abandonou a idéa de verificação. Ao proprio Sr. Dr. Medina dirigiu elle a nota de 8 de abril de 1898, participando-lhe que a commissão brasileira voltava ao Amazonas para reunir-se á Boliviana, e dizendo que lhe parecia necessario verificar si era exacto, como se

observava, que a nascente do Javary estava acima da latitude determinada em 1874.

Nessa nota disse o Sr. Dr. Carlos de Carvalho:

« recomendei ao Sr. coronel Thaumaturgo de Azevedo que, feita a demarcação tomando por base aquella latitude, explorasse o Javary desde o marco até a verdadeira nascente, em commun com o commissario boliviano ou só, si elle o isto se não prestasse. »

A verificação ordenada não era objecto de simples curiosidade scientifica. O meu antecessor queria conhecer a verdade para ter base em que sustentasse o seu procedimento, e a sua resolução era tão firme, que o commissario brasileiro, segundo as instrucções delle recebidas, si lhe fallasse o concurso do boliviano, devia fazer a exploração por si só.

Parou ao Sr. Paraviciini que o azimuth não influe nas latitudes. Sou obrigado a provar-lhe o contrario, embora para isso me seja preciso entrar em particularidades technicas, mais proprias de uma discussão scientifica do que de um documento diplomatico.

O azimuth influe nas latitudes, porque estas são calculadas por meio de fórmulas em que elle entra como um dos elementos. Delle dependem não só as latitudes, como tambem as longitudes; para demonstrar-o bastaria a simples inspecção das equações empregadas para a sua determinação.

As fórmulas, que a commissão emprega para o calculo do azimuth e do comprimento da linha geodesica não foram bem escolhidas, pois conforme a opinião dos melhores saberes, ellas só podem ser applicadas com vantagem quando a extensão da linha geodesica não exceda 80 kilometros. Deste limite para cima dá resultados mais correctos a fórmula de Puissant. Neste caso está a linha do Madeira ao Javary.

O valor do raio equatorial terrestre, com que a commissão entrou na fórmula, não é o adoptado actualmente depois das mais recentes operações geodesicas. Com effeito, ella adoptou o valor: 6378456,2 e ha cerca de vinte e oito annos o *Arcusire da Parvus das Longitudes* já dava para o raio equatorial terrestre o valor: 6378223

metros. Como o raio equatorial terrestre é elemento fundamental, o azimuth calculado pela contagem não é o exacto.

Os comprimentos das linhas comprehendidas entre o marco de Madeira e os diversos pontos de demarcação, si bem que não influam directamente para prejudicá-la, não são os verdadeiros, porque as fórmulas empregadas para a sua determinação não são as correctas.

Creo ter respondido satisfactoriamente ás razões expostas pelo Sr. Paravidini, e pois não me é possível concordar na continuação dos trabalhos de demarcação, conservando-lhes a mesma base, hão á, a latitude erroneamente attribuída em 1874 á nascente do lavary.

Pego, finalmente, licença para observar que os trabalhos de uma demarcação não produzem os seus effeitos enquanto não são approvados pelos Governos interessados. Os que foram feitos na linha geodésica que vai do Madeira ao lavary ainda não tem essa condição essencial, porque não estão approvados por parte do Brazil, e consequentemente não pôde ter o accordo do Governo Brasileiro a occupação de qualquer parte do territorio comprehendido entre a linha verdadeira e a proveniente do erro geographico. Isso, porém, não impede que o Governo Boliviano estabeleça alfândegas em territorio inequivocamente seu.

Aproveito esta oportunidade para ter a honra de reitterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. D. José Paravidini.

& & &

DIOSIRIO E. DE CASTRO CERQUEIRA.

N. 3

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil. — Rio de Janeiro, 29 de noviembre de 1888.

Me es honroso dirigirme al Señor Doctor Don Olindo de Magalhães, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos de

Brasil, ó fin de dar respuesta al oficio que en digno antecedente, el Señor General Doctar Don Dionisio E. de Castro Carqueira, se sirvió pasar en 12 del corriente al Señor Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Bolivia, Doctar Don José Paravicini, con referencia á la demarcación de fronteras entre los ríos Madera e Yavary.

Tengo el sentimiento de manifestar al Señor Ministro que las razones aducidas en ese oficio, aún que muy poderosas, siéndolasen consideradas, no son suficientes, á juicio de esta Legación, para imponer la necesidad de volver sobre acuerdos realizados libremente y con pleno conocimiento de causa, y cuyos efectos inmediatos han comenzado á producirse, mediante considerables sacrificios por parte de la República Brasileira y de la que tengo la honra de representar.

El protocolo de 19 de febrero de 1835 no fué, como lo cree el señor General Carqueira, basado en la hipótesis de que la Comisión mixta brasílero-paraguaya hubiera fijado con absoluta exactitud la posición de las nacientes del río Yavary. Los negociadores de ese protocolo sabían que la Comisión no llegó hasta esas nacientes y que se limitó á calcular la distancia que mediaba entre ellas y el marco levantado, según acta de 14 de marzo de 1834. Sabían también que este oficio fué posteriormente reformado en Tabatinga, y como muy bien dice el Señor General Carqueira que la latitud atribuida al punto terminal de la línea de frontera no fué determinada por observaciones astronómicas sobre el terreno.

El protocolo de 19 de febrero no ha sido, por consiguiente, originado por una falta de inteligencia, ya que sus autores seguramente conocían perfectamente estos antecedentes. Así se desprende del texto que dice: « Este instrumento está, pues, para los efectos de la demarcación entre » el Brasil y Bolivia, en los 7° 4' 13",5 de latitud S. y 74° 52' 47 de » longitud O. de Greenwich.

Además, en el protocolo de 10 de mayo de 1835, que contiene las instrucciones acordadas por ambos Gobiernos para la Comisión mixta que debía efectuar las demarcaciones, se lee sobre este punto, en los siguientes explícitos términos:

« No hay necesidad de verificar la posición de este último río (el » Yavary), porque los Gobiernos de Bolivia y del Brasil adoptaran como

« hecha por su Comisión mixta, la operación por la cual en la demar-
« cación de los límites entre el Brasil y el Perú se terminó aquella-
« posición. Las aserciones del Yavary están, pues, para todos los efectos
« de la demarcación entre Bolivia y el Brasil situados á los 7° 4' 17",5
« de latitud Sur y 74° 8' 27",07 de longitud O. Greenwich.

Con la frase: *no hay necesidad de verificar la posición de este afluyente río*, parece terminar todo incidente relativo á este asunto. Como definitiva quedó, pues, establecida la posición geográfica del nacimiento del Yavary, á los efectos de la demarcación; y en virtud del común acuerdo, se dió principio á los trabajos de las Comisiones de límites.

En base, por lo tanto, debe ser considerada como una verdad jurídica, admitida por ambos países, y el cumplimiento de los protocolos de 12 de febrero y 10 de mayo, obligatorio para las naciones cuyos representantes los ajustaron, debidamente autorizados y á satisfacción de los respectivos Gobiernos, como lo prueba su principio de ejecución.

Fue el deseo de evitar los inconvenientes múltiples, los crecidos gastos, las demoras considerables, la falta misma de certeza absoluta en la determinación de los nacientes de un río como el Yavary, lo que impuso á los dos gobiernos á aceptar para todos los efectos de la demarcación el cálculo de la Comisión brasileña-peruana.

La tarea de verificación, encomendada mas tarde al Capitan da Cunha Gomes cualquiera que fuera su resultado, no podía tener por objeto anular un acuerdo definitivo, ni modificar el criterio que informa estas palabras del protocolo de 10 de mayo: *no hay necesidad de verificar la posición de este afluyente río*.

No alimenta mi Gobierno el deseo de pedir al del Brasil la cesión de una parte de su territorio, ni por consiguiente, la hipótesis del Señor General Cerqueira tiene aplicación en el presente caso. La ejecución del tratado de 1867, que hizo retroceder las fronteras de mi país, impuso la necesidad de acuerdos especiales que regularizaran la demarcación. Uno de esos acuerdos estableció la posición geográfica del término de la línea Madera—Yavary, sin alterar, porque no podía hacerlo, el texto del tratado principal. Es pues, el cumplimiento de este tratado, con arreglo á dichos acuerdos, lo único que mi Gobierno, por órgano de

esta Legación, solicita del Gobierno del Brasil, y si mantiene su doctrina de que los protocolos de 18 de febrero y 10 de mayo tienen carácter obligatorio, es entre otros motivos, porque es absolutamente necesario que estos ajustes diplomáticos sean considerados definitivos, como lo son efectivamente, para evitar las reformas inconsecuentes que pueden ocasionar las observaciones, mas ó menos inseguras, de las Comisiones técnicas.

Concedo con el Señor General Carqueira cuando manifiesta que el primero de dichos protocolos no se refiere de límites ni de alteración de límites; en ningún tiempo lo ha atribuido esos alcances la Legación de mi cargo; pero tampoco lo considero como un simple acto por el cual se acordaba cumplir la ejecución de lo que estaba pactado y la forma de realizarlo. Este acuerdo solo fué objeto de la primera cláusula. La segunda establece terminantemente lo que ambos gobiernos entienden por posición geográfica de las nacientes del río Yavary, y esta segunda cláusula que ha surtido ya sus efectos no puede ser considerada tan despojada de importancia que su substitución no ofrezca graves inconvenientes. Tanto mas cuanto que no se ha producido ninguna circunstancia fortuita ó que hubiera escapado á la previsión de los negociadores. No es tal la verificación efectuada por el Capitan de Cunha Gomes, puesto que esta verificación era calificada de necesaria por el protocolo de 10 de mayo. El Señor Dr. Díaz de Medina, no atribuyó ni podía atribuir, trascendencia á la Comisión del Capitan de Cunha, porque nunca concordó en volver sobre un punto que consideraba definitivamente resuelto.

Espero que el Señor Dr. D. Olyntho de Magalhães encontrará que las anteriores razones apoyan suficientemente la doctrina de mi Gobierno, de la que no hago interpreté al sostener el carácter obligatorio y definitivo de los protocolos tantas veces citados.

Como la continuación de las tareas de las Comisiones demarcadoras depende de la resolución de este punto de divergencia, me permito instar al Señor Ministro de Relaciones Exteriores la conveniencia de subordinar á dicha resolución el estudio de los arrendos que el Señor General Carqueira creyó encontrar en los trabajos ya efectuados sobre la línea Madara-Yavary.

Aprovecho esta buena oportunidad para reiterar al Señor Ministro de Relaciones Exteriores las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

Al Señor Dr. Don Olinto de Magalhães,
Ministro de Relaciones Exteriores,
Rio de Janeiro.

& & &

RICARDO JAMES FREYRE.

Establecimiento de Alamedas de Acre e outras rias

N. 4

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legação de Bolívia em el Brazil, Petropolis, octubre 15 de 1908.

Señor Ministro.— Conforme con los deseos manifestados por V. E. en nuestra conferencia de 7 del corriente mes, tengo el honor de enviarle un Memorandum relativo á las facilidades que he solicitado para la copiación de documentos procedentes de la Aduana Boliviana de Aiquiry.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi consideración muy distinguida.

Al Señor General Dr. D. Dionisio E. de Castro Cerqueira.
Rio de Janeiro.

& & &

JOSÉ PARAYCINI.

Memorandum a que se refiere a nota precedente

MEMORANDUM

La libertad de comunicaciones por la frontera común, entre las Repúblicas de Bolivia y el Brazil, se halla establecida por el artículo 9º

del Tratado de 27 de marzo de 1867; y por el art. 1.º del mismo tratado, la libertad del comercio y la navegación mercante de la República de Bolivia, por las aguas de los ríos que, corriendo por el territorio brasileño, vayan á desembocar en el Océano. La reciprocidad consignada en este hecho da mayor fuerza á dicha concesión.

En virtud de estas franquias, el Gobierno boliviano resolvió establecer sus Aduanas en las proximidades de la frontera común, afín de proporcionar los intereses fiscales, en el considerable comercio que se ejerce, aprovechando las grandes vías fluviales de la cuenca amazónica; pero, subordinando la elección de los lugares mas apropiados para la instalación de sus oficinas, á los resultados de la demarcación de sus fronteras, se limitó á establecer la Aduana de Villa Bella Lara de los ríos Madre de Dios, Beni, Madera y Marañón.

Continuando las operaciones de delimitación, y erigidos que fueron los marcos del Acre, del Yacu y del Purús, ordenó la instalación de las Oficinas fiscales en los márgenes del primero de estos ríos, reservando, para su oportunidad, el establecimiento de resguardos en los puntos mas adecuados de las demás arterias fluviales.

Para realizar este propósito, comisionó al señor Delegado Nacional en las regiones del Noroeste, quien se dirigió á Iquitos, con el objeto de dar cuenta de su misión á las autoridades estaduales, afín de que no surgieran dificultades en la aceptación de los conocimientos, guías y demás documentos de la nueva Aduana, y se facilitara, con arreglo al tratado vigente, el tránsito de las mercaderías bolivianas de importación ó exportación. El Señor Gobernador de Amazonas se equivocó, sin duda, en la apreciación de los propósitos del funcionario boliviano y se negó á autorizar este procedimiento, creyendo, tal vez, que se trataba de una concesión especial, siendo así que el plan del Gobierno boliviano se reduce á impedir el contrabando, que se efectúa acicalmente por los ríos Acre y Purús, en razón de la distancia á que se encuentran las oficinas de la Aduana de Villa Bella, y de las dificultades de la navegación.

No entrando en forma alguna en el propósito del Gobierno de Bolivia obstaculizar la continuación de la demarcación de sus límites con el Brasil, pues, por el contrario, ha demostrado siempre su orden-

le deseo de llevarla á término, he resuelto que la dicha Aduana del Acre sea establecida en un territorio absolutamente incontestado, mas aún, en un territorio que, aún exceptadas por Bolivia las modificaciones y rectificaciones propuestas por la Cancillería del Brasil, en las últimas operaciones de la Comisión mixta sería siempre considerado netamente Boliviano.

La Legación de Bolivia solo pide, por lo tanto, que las Inspecciones aduaneras de Manaus y el Pará, seja los documentos que expide la Aduana del Acquiry, en la misma forma que lo hacen actualmente con los que proceden de la Aduana de Villa Bella, dando-se así cumplimiento al tratado de 27 de marzo de 1857.

Petropolis, octubre 15 de 1895.

JOSÉ PARAVIENTI.

N. 5

Nota de Legación Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil

El Ministro de Bolivia saluda con la mayor consideración al Señor General Doctor Don Dionisio E. de Castro Carqueiro, Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil y le ruega se digna hacerle saber si, como quedó acordado en la última conferencia — hechas expedidas por el Ministerio de Hacienda las órdenes necesarias para que las autoridades aduaneras de Manaus y el Pará, reconozcan los documentos expedidos por la Aduana Boliviana del Acre, como justificativo de las mercaderías en tránsito.

Petropolis, octubre 15 de 1895.

JOSÉ PARAVIENTI.

N. 6

Nota do Governo Brasileiro á Legação Boliviana

O Ministro de Estado das Relações Exteriores faz os seus cumprimentos ao Sr. Dr. D. José Perovicini, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia, e como resposta, providencia ao memorando anexo á sua nota de 13 do corrente, tam a honra de participar-lhe que hoje declara pelo telegrapho ao Governador do Estado do Amazonas que pôde concordar ao estabelecimento do posto Advancado á margem do Acre ou Aquiry em territorio incontestavelmente Boliviano, isto é, acima da linha tirada do Madeira á margem do Javary na verdadeira latitude determinada pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes. Também participa que hoje se entende com o Sr. Ministro da Fazenda para que elle dê pelo telegrapho as ordens necessarias a fim de serem nas Alfândegas do Maranhão e do Pará recebidos os documentos expedidos pelo posto avançado do rio Acre como justificativos das mercadorias em transitio.

O Ministro das Relações Exteriores assim procede confiado na declaração feita pelo Sr. Perovicini ao seu memorando, segundo o qual o dito posto avançado está estabelecido em territorio incontestavelmente Boliviano, isto é, na forma declarada ao Governador do Estado do Amazonas.

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1888.

Dionisio E. de Castro Carqueira.

N. 7

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil, Petropolis, octubre 23 de 1888.

Tengo el honor de acusar recibo del oficio de 22 del corriente, en el cual el Señor General Dr. Dr. Dionisio E. de Castro Carqueira, Mi-

El Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil, se sirve comunicarme como respuesta posterior a mi memorándum de 13 del mismo mes, que en esa fecha telegrafaba al Gobernador del Estado de Amazonas que podía aceptar el establecimiento de la Aduana en la margen del río Acre ó Acquirí, en territorio incontestablemente Boliviano, esto es, sobre la línea trazada del Madera á las nacientes del Yarey en la posición determinada por el Capitan Don Esteban Cuervo Gomez, y que en el mismo día se ponía de acuerdo con el Ministro de Hacienda, para que diese por telégrafo, las órdenes necesarias á fin de que en las aduanas de Manaus y el Ford, sean recibidos los documentos expedidos por la aduana del Acre como justificativos de las mercaderías en tránsito.

Concluyo el Señor Ministro manifestándole que así procede conforme en la declaración hecha por mí en el memorándum referido, según la cual dicha Aduana sería establecida en territorio incontestablemente Boliviano, esto es, en la forma declarada al Gobernador de Amazonas.

Agradezco al Señor General Cerqueira la adopción de estas medidas y confirmo las declaraciones del memorándum que les ha servido de base, pues la Legación de Bolivia no pretende que el establecimiento de las aduanas nacionales en los afluentes del Amazonas, influya en forma alguna en la demarcación de los límites brasilero-boliviano, cuya terminación solo depende de los trabajos de la diplomacia y de las comisiones técnicas.

Confiado en el claro criterio del Sr. Ministro, espero que las ordenes impartidas hayan sido suficientemente explícitas para evitar toda dificultad á las autoridades bolivianas de esas regiones y al comercio que en ellas se efectúa, y que se desenvolverá, sin duda alguna, al amparo de una situación clara y netamente definida.

Aprovecho esta oportunidad para presentar al Señor Ministro de Relaciones Exteriores las seguridades de mi más alta consideración.

Al Excm. Señor General Dr. D. Dionisio E. de Castro Cerqueira,
Ministro de Relaciones Exteriores.— Rio de Janeiro.

JOSE PARAVICINI.

N. 8

Nota da Legação da Bolívia ao Governo Brasileiro

Legação de Bolivia en el Brasil.— Petropolis 14 de enero de 1899.

Señor Ministro,—Tengo el honor de poner verbalmente en conocimiento de V. E. que, por informaciones de los funcionarios consulares de Bolivia en Pará y Manaus, tenía conocimiento esta Legación de que los inspectores de Aduana de aquellas ciudades no habían recibido las órdenes necesarias para aceptar los documentos que expidiera la Aduana del Acre, como justificativo del tránsito por territorio brasileiro de las mercaderías bolivianas de importación y exportación.

Ruego a V. E. se digne escusarme al insistir sobre este punto solicitando nuevamente, por su intermedio, la expedición de dichas Órdenes, que fueron pedidas al Ministerio de Hacienda por el digno antecesor de V. E. en 22 de octubre último según oficio pasado á esta Legación en la misma fecha, por el Señor General Dr. D. Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Como las oficinas aduaneras creadas en los territorios del Acre por leyes recientes del Congreso boliviano, han comenzado o comienzan en breve á funcionar, no es difícil darse cuenta de los enormes perjuicios que ocasionaría al comercio de esas regiones, el desconocimiento por las autoridades brasileiras, de la legalidad de los guías y certificados que expiden, pues la considerable distancia que media hasta la frontera y la falta absoluta de vías rápidas de comunicación, tornan imposible cualquier aviso inmediato.

No duda de que, en mérito de estas razones, se servirá V. E. adoptar las medidas que en su alto criterio juzgue necesarias, para obviar los inconvenientes que, por acaso, se hubiesen presentado en la tramitación de este asunto.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

A S. E. el Señor

Dr. D. Olyntho de Magalhães

Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Brasil.
Rio de Janeiro.

• • •

RICARDO JAMES FREYRE.

N. 9

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil, Petropolis, 25 de enero de 1899.

Tengo el honor de comunicar á S. E. el Señor Dr. D. Olyntho de Magalhães, Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Brasil, que la Aduana nacional boliviana, destinada á precavalar los intereses fiscales en los territorios del Acre, ha sido establecida el 3 del corriente mes, en el punto denominado Puerto Alonso, sobre la márgen de dicho rio Acre, y fuera de la linea que partiendo del marco del Madera, vá á terminar en los 7° 11' 43", 50 de latitud S. y 73° 47' 46", 50 de longitud O. de Greenwich, con arreglo al memorándum de esta Legación fecha 15 de Octubre de 1898, al oficio de ese Ministerio de 28 del mismo, y al que el Señor Ministro Paraguayo dirigió, en respuesta, al Señor General Cerqueira el 28 del mes y año citados.

Aprovecho esta nueva oportunidad para reiterar al Señor Ministro de Relaciones Exteriores las seguridades de mi distinguida consideración.

A S. E. el Señor Dr. D. Olyntho de Magalhães,

Ministro de Relaciones Exteriores.

Rio de Janeiro.

• • •

RICARDO JAMES FREYRE.

N. 10

Nota do Governo Brasileiro á Legação Boliviana

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 28 de janeiro de 1899.

Pela nota, que o Sr. D. Ricardo James Freyre, Encarregado de Negocios da Bolivia, serviu-se dirigir-me em 25 do corrente meae, fico solto de ter sido a Alfandega da Acre estabelecida no lugar chamado Puerto Alonso; ora, isto é, ao sul da linha que, partindo do marco do bladeira, termina na latitude de 7° 31' 48", 00 sul.

Agradeço esta communicação e aproveito o ensejo para ter a honra de reitterar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças de minha mais distincta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo James Freyre.

h *h* *h*

OLYTHO DE MAGALHES.

N. 11

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legação da Bolivia em el Brazil — Petropolis, 19 de febrero de 1899 — Urgente.

Señor Ministro — Por comunicaciones telegráficas, absolutamente fidedignas que osbo de recibir sé que en el Estado de Amazonas, en territorio limítrofe con Bolivia, sobre el rio Acre, se prepara una expedición armada con el objeto de atacar las oficinas aduaneras de Puerto Alonso, en las que se encuentra actualmente el Señor Ministro Dr. Don José Paravicioli, en comisión especial de mi Gobierno.

Parece que los iniciadores de este acto de bandolerismo son industriales establecidos sobre la frontera, á cuyos abusos y explotaciones

legales en territorio boliviano han venido á poner término las medidas adoptadas por las autoridades de mi país.

No se ocultará al alto criterio de V. E. la gravedad de esta denuncia, y no dado de que en vista de ella, el Gobierno de V. E. se dignará expedir, con la urgencia que el caso requiere, las órdenes necesarias para impedir tal atentado, responsabilizando a sus instigadores.

Aprovecho esta nueva oportunidad para reiterar á V. E. las seguridades de mi muy distinguida consideración.

A S. Ex. el Señor Dr. D. Olympeo de Magalhães,
Ministro de Relaciones Exteriores.
Rio de Janeiro.

h h h

RICARDO JAIMES FREYRE.

N. 12

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Bolívia

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 20 de fevereiro de 1909.

Estou da posse da nota, que o Sr. D. Ricardo Jaimes Freyre, Encarregado de Negocios da Bolívia, dirigiu-me hontem, denunciando uma expedição que, segundo lhe consta por informações fidedignas, preparava-se em territorio Brasileiro para atacar o posto aduaneiro de Puerto Alonso, e petição providencias.

Antes de receber essa nota já eu tinha telegraphado ao Governador do Estado do Amazonas solicitando informações sobre o que tem occorrido no rio Acre, porque, si são exactas as noticias aqui publicadas, muito mal se tem procedido em territorio Boliviano com os Brasileiros. Tenho pois duplo interesse em obter aquella informação.

Não obstante a confiança que ao Sr. Freyre merecem as communicações que recebeu, devo aguardar a resposta do Governador. Pôde

ser que aquellas industrias se preparem para a propria defesa e não para um ataque ao posto aduaneiro.

Tenho a honra de rellamar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo Jaimes Freyre.

h h h

OLYVIERO DE MAGALHÃES.

N. 13

Nota do Governo Brasileiro á Legação Boliviana

Rio de Janeiro—Ministerio das Relações Exteriores, 25 de Setembro de 1909.

Pego ao Sr. Ricardo Jaimes Freyre, Encarregado de Negocios da Bolívia, que se sirva dizer-me si é autenthico o decreto transcrito no Jornal do Commercio de hoje e expedido em 4 do mez proximo passado pelo Sr. Paravicini como Delegado do seu Governo.

Aproximo este esboço para rellamar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças da minha distincta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo Jaimes Freyre.

OLYVIERO DE MAGALHÃES.

N. 14

*Decreto do Sr. Paravicini sobre a navegação dos rios Aquiré,
Miyacú e Paria*

José Paravicini, Ministro Plenipotenciario da Bolívia no Brazil e Delegado do Governo nos territorios dos rios Aquiré e Paria:

Considerando que, estando aberto ao commercio boliviano os rios fluviaes dos rios Aquiré, Paria e Jacú, é necessario prover á necessidade que demanda o seu desenvolvimento;

Que, durante a organização da marinha mercante boliviana deve-se facilitar o commercio de cabotagem, reservado aos cidadãos bolivianos; em uso das duplas facilidades que me foram concedidas pelo Supremo Governo, decretei:

Art. 1.º Ficam abertas á navegação mercante de todas as nações que têm amizade com a Bolivia as vias fluviaes dos rios Aquirý, Puris e Ichi, desde o ponto onde se acham situadas as alfândegas e resguardos da fronteira, onde seja possível a navegação.

Art. 2.º Os navios mercantes, desde que entrem nas aguas bolivianas, substituirão a bandeira da nação a que pertencem pela bandeira boliviana.

Art. 3.º Todas as embarcações que navegarem em aguas bolivianas ficam obrigadas a ancorar em seus portos, apresentando os manifestos das mercadorias que transportarem, o rol de sua tripulação, carta de saúde do porto de procedencia, despacho consular e todos os demais documentos prescriptos pelas leis e regulamentos, sob pena de serem declarados piratas e tratados como tales.

Art. 4.º O commandante da qualquer embarcação que, entrando em porto boliviano não estiver munido dos documentos prescriptos no regulamento consular e presente decreto, será punido com uma multa de cem mil pesos bolivianos pelo chefe de Alfândega.

Art. 5.º Todas as embarcações que navegarem pelas aguas bolivianas ficam obrigadas a transportar as malas de correio procedentes de repartições fiscaes.

Art. 6.º Todos os proprietarios de embarcações ou os commandantes que as commandem ficam obrigados a inscrevê-las em um registro, que fica aberto na Alfândega de Porto Alonso e pagar o direito de tonelagem por cada vez que arribarem aos portos maiores ou menores, habilitados para o commercio.

Art. 7.º Os proprietarios de embarcações, que desejarem formar parte do commercio de cabotagem em territorio boliviano, ficam obrigados a constituir em Porto Alonso um consignatario ou agente, responsavel pelas operações do navio ou navios que possuir, a prestar uma fiança real, cuja importancia será fixada pelo Administrador da mesma Alfândega.

Esta formalidade será preenchida no período de seis meses, a contar da presente data.

O Secretario da Delegação fica encarregado da publicação e execução do presente decreto e de communicar-o a quem corresponder. Dado em Porto Alegre, aos 4 dias de janeiro de 1899.— José Paracianal.— O Secretario da Delegação, Manoel Oza Murgio.

N. 15

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil.— Petropolis, 28 de febrero de 1899.

Señor Ministro — No tengo á la vista los textos de las diversas disposiciones de régimen interno, dictadas por el Delegado del Gobierno de Bolivia en los territorios del Acre y del Pará.

En consecuencia, y á fin de satisfacer el pedido que contiene la nota de V. E., de 23 del corriente mes, me dirijo en esta misma fecha á mi Gobierno, solicitando informaciones sobre la autenticidad del decreto á que V. E. se refiere.

Me será muy honroso transmitir á V. E. la respuesta en cuanto llegue á mi poder.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar á V. E. la seguridad de mi alta consideración.

A S. Ex. el Señor Dr. D. Olymbio de Magalhães,
Ministro de Relaciones Exteriores.

RICARDO JAMES FREYRE.

N. 16

Nota do Governo Brasileiro á Legação Boliviana

Rio de Janeiro—Ministerio das Relações Exteriores, 4 de março de 1899.

O Sr. D. Ricardo Jaimes Freyre, Encarregado de Negocios da Bolívia, sabe por comunicação feita em conferencia que o Governo Federal resolveu nomear um Vice-Consul para residir em Puerto Alonso. A nomeação recai na pessoa do Sr. Affonso Avelino Mendes, como consta da inclusa cópia autentica da respectiva Carta Polémica. Rogo ao Sr. Freyre que, de conformidade com a segurança que verbalmente me deu, sirva-se providenciar para o reconhecimento proprio do Sr. Mendes.

Aproveito esta oportunidade para ter a honra de reiterar ao Sr. Encarregado de Negocios os seguranças da minha mais distincta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo Jaimes Freyre.

& & &

OLYTHO DE MAGALHÃES.

N. 17

Nota da Legação Boliviana ao Governo Brasileiro

Legación de Bolivia en el Brasil — Petropolis, 8 de marzo de 1899.

Tengo el honor de acusar recibo del oficio en que S. E. el Señor Dr. Don Olytho de Magalhães, Ministro de Relaciones Exteriores de la República del Brasil, se sirve comunicarme el nombramiento de Vice-Consul en Puerto Alonso expedido en favor de Don Affonso Avelino Mendes.

Com este offcio, ha recebido igualmente, uma copia de las Letras patentes respectivas.

Ha adoptado ya las medidas necesarias para que el nuevo funcionario sea reconocido con carácter provisorio, mientras el Gobierno de Bolivia expida el esquetur de estilo.

Me es grato renovar con este motivo al Señor Ministro de Relaciones Exteriores, las seguridades de mi muy distinguida consideración.

A S. E. el Señor

Dr. D. Olyndio de Magalhães,

Ministro de Relaciones Exteriores — Rio de Janeiro.

Δ Δ Δ

RICARDO JAMES FREYRE

N. 18

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Bolivia

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 4 de março de 1906.

O Sr. Dr. Ricardo James Freyre, Encarregado de Negocios da Bolivia, respondendo, em 26 do mez proximo passado, á nota que tive a honra de dirigir-lhe no dia anterior, disse-me que ia pedir ao seu Governo informação sobre a authenticidade do decreto, aqui transcripto no *Jornal do Commercio*, em que o Sr. Paravicini declarou aberta a navegação dos rios Aquirí, Purús e Hyacuí e deu varias providencias a esse respeito.

A importancia deste assumpto não me permite esperar pela resposta do Governo Boliviano, que pôde ser demorada. Na hypothese portanto de ser authentico o decreto, como creio, peço licença para fazer as seguintes observações e declarações:

Parece á primeira vista que o decreto só dispõe de aguas Bolivianas mas na realidade elle excede os seus limites.

O Aquiry e o Hyuacá são afluentes do Purús e correm em parte por território Brasileiro. O Purús assim corre na sua maior e mais importante extensão. As embarcações que demandarem Puerto Alonso, como qualquer porto estabelecido no Hyuacá ou no Purús terão necessariamente de subir pelo Purús Brasileiro, que não está aberto à navegação estrangeira. Quando pois o Sr. Paravichai abre os tres rios à navegação mercante das nações amigas do seu paiz, incita os navios dessas nações a violarem a soberania territorial do Brazil.

Por um decreto expedido a 31 de julho de 1837 o Brazil abriu a navegação:

Do Amazonas até a povoação de Tabetinga;

Do Tocantins até a cidade de Cametá;

Do Tapajoz até a cidade de Santarém;

Do Madeira até a villa de Borba.

A concessão relativa ao Madeira foi ampliada por decreto de 25 de janeiro de 1873, permitindo-se a navegação até ao porto de Santo Antonio.

O Governo Boliviano conhece esse decreto e sabe que o Purús Brasileiro não está nelle comprehendido.

Pelo tratado de 7 de março de 1837 (art. 7.º) o Brazil permitia, por concessão especial, que fossem livres para o commercio e a navegação mercante da Bolivia as aguas dos rios navegaveis, que correndo por territorio brasileiro vão desembocar no Oceano; e a Bolivia permitia que fossem livres para o commercio e a navegação mercante do Brazil as aguas dos seus rios navegaveis.

Esse tratado de 1837 só está em vigor na parte relativa aos limites; com elle cessou però entre as partes a concessão concernente á navegação dos rios.

O tratado de 18 de julho de 1837, que não chegou a ter execução, continha (art. 11) disposição semelhante á do anterior.

Finalmente o tratado de 21 de julho de 1894, que ainda pende no Brasil de approvação do Congresso Nacional, também concede (art. 22) a navegação dos rios mediante reciprocidade.

As estipulações do primeiro tratado, enquanto estiverem, substituíram em parte o regimen do decreto de 1837. O mesmo effeito teriam

as do seguinte, si tivessem entrado em vigor; e o terço as do último, si elle fôr approvedo pelo Congresso Nacional, ratificado pelas duas Partes contractantes se promulgado depois de se trocarem as ratificações. Mas esse effeito não se estende nem se estenderá aos navios mercantes de outras nações.

A concessão, feita pelo Sr. Paravicini, no art. 1.^o do seu decreto, não pôde atingir e não atinge o regimen do decreto de 1857. O Governo Brasileiro não permite que navios estrangeiros naveguem pelas suas aguas para Puerto Alonso, sejam quaes forem as proleções que se apresentarem fundadas nesse concessão.

No art. 3.^o o Sr. Paravicini obriga os navios estrangeiros que quizerem navegar adina de Puerto Alonso a substituirem as suas bandeiras pelo Boliviana. Nessa disposição está comprehendido a bandeira Brasileira, desde que não é expressamente exceptada. Esta pois fica sujeita a uma prohibição, porque a tanto equivale a substituição decretada, mas impraticavel.

A' vista disso não podém o Governo Boliviano estranhar que o do Brazil prohiba o transito de embarcações Bolivianas por aguas Brasileiras não abertas ás bandeiras mercantes de todas as nações, e elle o prohibe.

Limitando-me por ora ao que fica exposto e declarado, aproveito a oportunidade para reitamar ao Sr. Encarregado de Negocios as saudades da minha distincta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo Aizman Freyre.

△ △ △

OLYMBIO DE MAGALHÃES

N. 19

Nota da Legação da Bolívia ao Governo Brasileiro

Legação de Bolívia em el Brazil, Petropolis, 14 de Março de 1898.

Tengo el honor de acusar recibo del oficio que S. E. el señor Doutor D. Olymbio de Magalhães, Ministro de Relaciones Exteriores de

la República del Brasil, se sirvió dirigirme en 8 del corriente más, consignando ciertas observaciones al Decreto que publicó el *Jornal do Commercio*, como procedente de la Delegación nacional boliviana en los territorios del Acre y del Purús.

Como estas observaciones y la declaración que las termina, han sido emitidos en la hipótesis de que dicho Decreto sea auténtico, me limitaré a transmitirlos á mi Gobierno, del cual he solicitado ya las informaciones necesarias, como manifesté al Señor Ministro de Relaciones Exteriores, en oficio anterior.

Aprovecho esta nueva oportunidad, para renovar al Señor Ministro, las seguridades de mi muy distinguida consideración.

A. S. E. el Señor

Dr. D. Olymbio de Magalhães,

Ministro de Relaciones Exteriores — Rio de Janeiro.

• • •

RICARDO JAMES FREYRE.

N. 20

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Bolívia

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 5 de abril de 1899.

Pago ao Sr. D. Ricardo James Freyre, Encarregado de Negocios da Bolívia, que se sirva tomar em consideração e communicar ao seu Governo o que passo a expôr a respeito da fronteira entre o Madeira e o Javary.

A demarcação dessa fronteira está suspensa em consequencia do desacôrdo sobre a latitude da nascente do Javary.

Entende o Governo Boliviano que, segundo o protocollo de 19 de Setembro de 1893, a latitude determinada em 1873 prevalece definitivamente.

mente para a demarcação, embora se prove que houve erro na respectiva operação.

Entende o Governo Brasileiro que, não podendo o Protocollo alterar o Tratado de 1807, deve-se proceder á rectificação do erro cometido.

A dificuldade proveniente dessa divergência cresce neste momento pela resolução, que o Sr. Paravicini lançou, de coarctar os navios mercantes estrangeiros a frequentarem os rios Parú, Acro ou Aquiry e Hyacú, no porto pertencente á Bolivia, passando necessariamente por aguas brasileiras que não estão abertas ao commercio estrangeiro.

O Tratado de 24 de Julho de 1806, que pendu no Brazil de resolução do Congresso Nacional, contém a respeito da navegação dos rios brasileiros (art. 21) disposição muito honravel á Bolivia. E' possível que o Congresso hesite em apprová-lo, em consequencia não só de recusar o Boliviano a rectificação de um erro geographico, que deixa incompleta a fronteira, como tambem de decreto expedido pelo Sr. Paravicini.

A recusa do Governo Boliviano tende a privar o Brazil da parte de cada um dos tres rios mencionados. Abri-los esses mesmos rios e outros navegaveis que communham com o Oceano, seria responder a um acto injusto com um favor importante, que não tem equivalencia, porque o que a Bolivia faria segundo o Tratado é nominal.

O decreto do Sr. Paravicini exclue a parte dos tres rios que é objecto de divergencia, porque abre a navegação dos portos em que estiverem as alfândegas para cima, e a alfândega de Puerto Alonso foi estabelecida milhas acima da linha Cunha Gomes. Mas para aquella navegação de cabotagem o Decreto aproveita a parte illigica dos mesmos rios e não se sabe quem a abre aos navios estrangeiros.

Não foi o Governo do Brazil.

Não faço essas observações para prevenir a resolução do Congresso nem para persuadir o Governo Boliviano a transigrir neste assumpto, porque elle não admittie transacção.

O meu fim é apontar as difficuldades que podem sobrevir e convidar o Governo da Bolivia a reexaminar a sua resolução.

Aproveito esta oportunidade para ter a honra de reiterar ao Sr. Encarregado de Negocios as seguranças da minha distinta consideração.

Ao Sr. D. Ricardo Jaimos Freyre.

& & &

OLYVIERO DE MACHADO.

N. 21

Nota da Legação da Bolívia ao Governo Brasileiro.

Legação de Bolívia em el Brazil, Parapetia, 7 de abril de 1898.

Señor Ministro — Tenho la honra de accusar recibo del oficio de V. E. datado en 3 del corriente mes, y relativo á las divergencias ocasionadas por la determinación geográfica de las nacientes del rio Yavary.

De acuerdo con la indicación de dicho oficio, transmitiré á mi Gobierno las observaciones de V. E. que, sin duda alguna, serán examinadas con la mas alta y deferente consideración.

Entretanto, ruego á V. E. se digna permitirme que le manifieste que el decreto del señor Dr. Paravicini (exponiendo que el texto conocido sea autentico) no comprende, en forma alguna, ni para los navios extranjeros, ni para los nacionales que explotan el cabotaje, las secciones de los rios Acre, Purús y Yacu, que atraviesan el territorio objeto del desacuerdo.

No tengo conocimiento de que, hasta ni explícitamente, haya adoptado hasta hoy las autoridades bolivianas medida alguna en su radio de aplicación se extiende al Norte de la línea de Corba Gomes. Las providencias dictadas por el Gobierno de Bolívia y por sus delegados, se refieren exclusivamente á los territorios sobre los cuales no existe contestación por parte del Brazil.

En cuanto á la determinación geográfica del origen del rio Yavary, el Gobierno de Bolívia, por órgano de esta Legación, ha expuesto

las razones en que funda su doctrina, apoyada en una demarcación efectuada por dos comisiones técnicas, y en dos Protocolos firmados por los Representantes de los Países interesados, Permitámos V. E. que le observe que el sustentar esta doctrina no puede ser considerado como un acto injusto.

Tendré el honor de transmitir a V. E. la respuesta de mi Gobierno, adelantándose a aspirar que si tendrá siempre en vista la cordialidad tradicional de las relaciones entre el Brasil y Bolivia.

Aprovecho esta oportunidad para renovar a V. E. las seguridades de mi muy distinguida consideración.

A S. E. el Señor

Dr. D. Glyntho de Magalhães,

Ministro de Relaciones Exteriores.

Rio de Janeiro.

RICARDO JAIMES FREYRE.

REPUBLICA PERUANA

Atestación de Jura

N. 22

Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro

Legación del Perú. — Rio de Janeiro, 14 de junio de 1898.

Hé recibido de mi Gobierno un oficio en el cual me comunica que los datos remitidos por las autoridades del Departamento de Loreto manifiestan, que las embarcaciones peruanas que trafican en el río Yurú, tropiezan con numerosas dificultades suscitadas por las autoridades brasileñas, para impedir que penetren en el Bejo Yurú o Yurú Brasileiro y recorran sus aguas. Con cualquier protesto las embar-

ocasionen peruanas son detenidas un tiempo mas o menos largo y a veces obligadas a regresar, porque se les niega el paso. Esto ocasiona graves perjuicios a los negociantes y a los dueños de las embarcaciones, que no encuentran otro medio de evitárlas, que abandonar la bandera peruana y tomar la del Brasil que les proporciona la libertad de sus movimientos en el lago Yurac.

El Gobierno que ve los males que estos hechos ocasionan y los obstáculos que crean al desarrollo del incipiente comercio de las regiones del Alto Yurac, ha creído que debe poseerlos lúrmise y con tal motivo me previene, que los ponga en conocimiento de V. Ex. y que invocando las estipulaciones del tratado de Comercio y Navegación vigente, solicite que se dicten las medidas que sean necesarias para que los mencionados hechos no se repitan y puedan las embarcaciones peruanas surcar libremente el Yurac en toda su extensión.

Esperando que V. E. se sirva tomar en consideración lo expuesto, aprovecho esta oportunidad para reiterarle las seguridades de mi mas elevada estimación.

Sr. General D. Domicio E. de Castro Corqueira,
Ministro de Relaciones Exteriores.

FRANCISCO ROSAS.

N. 23

Nota do Gacerno Brasileiro á Legação Peruana

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 16 de julho de 1886.

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que o Sr. Dr. Francisco Rosas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Perú, me dirigia em 14 do corrente, reclamando contra as difficuldades que, conforme allega, são postas ás embarcações de seu país, afim de impedir a sua navegação no Yurac Brasileiro.

Nesta data officio ao Ministerio da Fazenda pedindo-lhe a sua attenção para esse assumpto e que me forneça os necessários esclarecimentos para responder ao Sr. Rosas.

Reitero ao Sr. Ministro os protestos da minha alta consideração,

Ao Sr. Dr. D. Francisco Rosas.

• • •

DIONÍSIO E. DE CASTRO CANGUEIRA.

N. 24

Nota da Legação Paranaense ao Governo Brasileiro.

Legação del Perú, Rio de Janeiro, de agosto de 1896. (Recebida a 19.)

Com referência ao officio que dirigi a V. E. el 14 de junio proximo pasado, sobre la negativa de las autoridades brasilienses a permitir a las embarcaciones peruanas la entrada al Yurá brasiliense, me es grato incluirle copia de un officio que versa sobre ese asunto, pasado por el jefe de la Aduana del Perú al Consul General del Perú en ese lugar. En ese officio el indicado jefe declara, que la Aduana del Perú no está habilitada para permitir el despacho de embarcaciones que enarbolan la bandera peruana en el río Yurá y agrega para justificar ese hecho diversas razones, que V. E. apreciará y de las que no creo oportuno ocuparme.

No ha decidido a poner en conocimiento de V. E. el mencionado officio, porque me ha parecido que se contiene algo bastante luz sobre la causa de las dificultades con que tropiezan las embarcaciones peruanas que navegan el Yurá.

Reitero a V. E. las seguridades de mi mas alta consideración.

Al Sr General Dionísio E. de Castro Canguera, Ministro de Relaciones Exteriores.

• • •

FRANCISCO ROSAS.

Cópia a que se refere a Nota precedente

Alfândega do Pará, 6 de julho de 1888.

Em resposta a vosso officio n. 13 de 24 de maio ultimo vos informo que esta Alfândega não está habilitada a permitir o despacho de embarcações que arvoram a bandeira Peruana no rio Juruá.

O art. 4.^o do Tratado de 10 de outubro de 1891 não comprehendendo e não pôde abranger o rio Juruá; ao contrario resolveu qualquer dúvida o art. 4.^o, que não pôde ler de encontro ao preceito estabelecido nos decretos ns. 3719 de 7 de dezembro de 1866, 3329 de 31 de julho de 1867 e Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 12 de julho de 1867.

O mesmo rio Juruá, cuja direcção é em parte de E. a O. desde 6° 38',8 para N. E. entra no Brasil pelo territorio litigioso entre o Pará e a Bolivia, segundo diversos mappaes geographicos, entre os quaes o que serviu de base para a negociação do Tratado de 10 de outubro de 1891 e o de E. Levasseur. Nessa hypothese não é common ao Brasil e ao Perú para os fins do Tratado.

Saude e Fraternidade.

Ao Sr. Carlos Lopez Lamasaga, Consul do Perú no Brazil.

(Firmado) LEONDES SENA CAMARÁ, Inspector.

N. 25

Nota do Governo Peruano á Legação Brasileira em Lima

Ministerio de Relaciones Exteriores — Lima, 21 de setembro de 1888.

Señor Ministro — El Comisionado especial del Supremo Gobierno en Loreto ha comunicado á este Ministerio el oficio que le dirigió el Consul General del Perú en el Pará, dando cuenta de la negativa de las

autoridades brasileñas á permitir la navegación del Turuá y sus afluentes, por embarcaciones peruanas.

Ajusta me permito remitir á Vuestra Excelencia copia autorizada de esa comunicación, en la que se consigna la declaración categórica del Inspector de la Aduana de Manaus, abiertamente infractorio del artículo 1 del tratado Soares-Chermont, que consagra la libre navegación de los ríos comunes al Perú y al Brasil para las embarcaciones peruanas y brasileñas.

Práximo á ausentarse de Rio Janeiro, por exigencias del servicio, el Señor doctor Rome, Ministro del Perú, viene obligado, por tal causa, á solicitar, por el órgano autorizado de Vuestra Excelencia, la cesación de tan perjudicial estado de cosas, seguro de que el Gobierno del Brasil, en su reconocida justificación, sabrá atender esta demanda.

Aprovecho la oportunidad para reiterarle, Señor Ministro, las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

Al Excmo. Señor Don Henrique de Miranda, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

• • •

MARCO POMA.

Cópia a que se refiere a nota precedente

Un sello del Consulado General del Perú en el Pará — Brasil — N. 31 — Belém, julio 20 de 1888.

Señor Comisionado especial en el departamento de Loreto. — Iquitos, S. C. E.

Por demás morosa se ha presentado la gestión que Us. me encomendare, de investigar la exactitud de la negativa de las autoridades brasileñas fluviales para onstar la navegación de nuestra bandera en el río Turuá. La que aquí indirectamente isoló, callandome del comerciante peruano Sr. Theobaldo Neco, establecido en ese río, según una tramitación obstruccionista, dando por resultado perjuicios para dicho caballero y no alcanzar criterio alguno sobre el punto que todos estamos interesados en conocer. Entiendo bien que otorgar categóricamente

mente al Sr. Inspector de esta Aduana el 24 de mayo y aun quedo pendiente de su respuesta.

En Manass, con antecedentes parecidos, habia que abordar, tambien, una declaracion oficial, y al respecto, el Sr. Vice-Consul allí, me dice en 8 del corriente, como expresion de ella, lo siguiente : « En mi « visita al Inspector de la Aduana (administrador) refiriendome á las « partes del oficio de ese Consulado seguido con el numero 14, me dijo « esta autoridad haber ya ordenado á Us. sobre el asunto. Repitámos, « asimismo, que no podia ser permitido el uso de la bandera peruana « para las embarcaciones del rio Yurub y sus afluentes.

« Correspondiendo de igual numero á las instrucciones de Us., « ayer he inscrito el término de la gestión, por lo que hace á Manass, « á la Legacion de la República en Rio, salvando así, la equivocación ó « creencia del funcionario aduanero de Manass, que asservera haberme « comunicado conmigo, tratando del tema en cuestion. »

Dios guarde á Us. S. C. E.

CARLOS LÓPEZ LARRAÑAGA.

Es conforme.— Lima, setiembre 22 de 1898.

El Oficial Mayor de Relaciones Exteriores,— J. Fernando García.

N. 26

Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano

Legação dos Estados Unidos do Brazil, Lima, 22 de setembro de 1898.

Senhor Ministro — Tive a honra de receber a afiada Nota datada de hontem, pela qual se serviu V. Ex. informar-me de que o commissario especial do governo em Loreto havia communicado a esse Ministerio o officio que lhe dirigiu o consel geral do Peru no Pará, dando conta da recusa das autoridades brasileiras em per-

mitir a navegação do Parú e seus affluentes por embarcações peruanas.

Dignou-se ainda V. Ex. de remetter-me, senão, uma cópia autorizada dessa communicação, em que se contém a declaração categorica do Inspector da Alfandega de Mandos, abertamente infractora do art. 1.^o do Tratado Soana-Chermont, que cede a livre navegação dos rios communs ao Parú e ao Brazil para as embarcações peruanas e brasileiras.

Concluz V. Ex. observando que por estar proximo a ausentar-se do Rio de Janeiro, por assignacia do serviço, o Sr. Dr. Rosa, Ministro do Parú, via-se obrigado, por esta causa, a solicitar, pelo orgão autorizado desta Legação, a cessação de tão prejudicial estado de coisas, certo de que o Governo do Brazil, em sua reconhecida justificação, saberá attender a esse pedido.

Em resposta, Senhor Ministro, collo-me a satisfação de certificar a V. Ex. que, pelo proximo correo, «pressar-me-hei em levar ao conhecimento do meu Governo os factos constantes da citada Nota de V. Ex., podendo, antretanto, assegurar desde já a V. Ex. que, cumprido o Governo do Parú fiel e completamente o referido tratado, o meu Governo, sempre leal á sua tradicional politica, para com esta Republica, guardará com vivo interesse e a mais attenta perfeitão do Governo Peruano toda e qualquer má e indevida interpretação que heja sido dada ao art. 1.^o do Tratado Soana-Chermont.

Prevaleço-me deste ensejo, Senhor Ministro, para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais elevada e distincta consideração.

Ao Exm. Sr.

Dr. D. Malhada F. Porras,

Ministro das Relações Exteriores.

△ △ △

HENRIQUE DE MIRANDA.

N. 27

Nota do Governo Peruano á Legação Brasileira em Lima

Ministerio de Relaciones Exteriores—Lima, 5 de outubro de 1898.

Señor Ministro — Con referencia á mi nota fecha 23 de setiembre ultimo, tengo la honra de remitir á Vuestra Excelencia cópia de la comunicación recibida del Comisionado especial del Supremo Gobierno en Loreto, en que consta la negativa del Inspector de la Aduana del Pará a permitir la entrada de embarcaciones peruanas en el río Yurubí.

La circunstancia de haber sido el Señor Serra Campos mas explícito en su contestación que el Inspector de la Aduana de Moncos, permite hacer notar al error en que se encuentra, al considerar el Yurubí como no comprendido en el artículo I del tratado Socome-Chermoní, á causa de la creencia de que entra al Brasil por territorio disputado entre el Perú y Bolivia, siendo así que el indicado río atraviesa gran parte de la provincia peruana de Bajo Amazonas por lugares nunca disputados á nuestra soberanía.

Por lo demás, cualquiera que sea el alcance de los decretos citados por el Señor Serra Campos, Vuestra Excelencia sabe bien que no pueden ser opuestos como limitación á lo que claramente establece el tratado de comercio firmado en 1891.

Sírvase, Señor Ministro, aceptar, en esta oportunidad, las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

Al Excmo. Señor

Don Henrique de Miranda,

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

Copia a que se refiere a nota precedente.

N.º 1

Comisionado Especial del Supremo Gobierno en el Departamento de Loreto. Iquitos, agosto 19 de 1898.

Señor Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores.

S. M.— Por oficio de 18 de julio último, signado con el número 280, se cuenta al digno Despacho de U. S. de la negativa de las autoridades brasileñas del Estado de Amazonas, para permitir el acceso de nuestra bandera en el río Yurak, presentando en el aludido oficio que la gestión de nuestro Consul General en el Pará alcanzaría en ese Estado un resultado igual al de Amazonas.

Efectivamente, el fin obtenido ha sido desfavorable, como se informará U. S. por las adjuntas copias que tengo el honor de anexar a este oficio.

El Supremo Gobierno a quien compete resolver lo que sea mas conveniente a tan delicado y trascendental asunto, compulsará sobre el más acertado proceder.

Dios guarde a U. S., S. M.

(Fir.) RAFAEL GUERRA.

E's conforme. — Lima, octubre 8 1898. — El oficial Mayor de Relaciones Exteriores, — J. Fernando Garmend.

N.º 2

Consulado General del Perú en el Pará — Belém, julio 11 de 1898
N.º 31 A.

Señor Comisionado Especial en el Departamento de Loreto.

Dando término a la comisión que en parte relaciono en mi oficio precedente a U. S. N.º 31, sísto participarle esta vez, que la Aduana de este puerto también deniega el derecho de acceso de nuestra bandera al río Yurak, como se ve por la copia anexa

é esta comunicação, que he pasado á la Legación de la República en Rio, remittiendo seu original al Despacho de Relaciones Exteriores porque juzgo importantes las declaraciones contenidas en ella y emandas de la Cancilleria brasileira, dado el tiempo que han necesitado para responderme.

Quiera U. S. disimular la demora en solucionar el punto en referéncia, á pesar de la diligencia é interés que me han armado.

Deos guarda a U. S.,

S. C. E.

CARLOS LOPES LARRABAGA.

E's conforme —Lima, octubre 8 de 1898.

El Oficial Mayor de Relaciones Exteriores, *J. Fernando Gassoni*
N. 33

Estados Unidos do Brazil.—Alfandega do Pará, 8 de julho de 1898.
—N. 471.

Em resposta ao vossa officio n. 13 de 24 de maio ultimo, cumprimento informar-vos que esta Alfandega não está habilitada a permitir o despacho de embarcações, que arriaram a bandeira peruana no rio Jurua.

O art. 1.^o do Tratado de 19 de outubro de 1891 não comprehende e nem podia abranger o rio Jurua, ao contrario resolveu qualquer duvida pelo art. 4.^o, que não pôde se de encontro aos preceitos estabelecidos nos decretos ns. 3748 de 7 de dezembro de 1895, 3890 de 24 de julho de 1897, e Imperial resolução de consulta do Conselho de Estado de 12 de julho de 1897. O mesmo rio Jurua, cuja direcção média é em parte de E. para O. desde 6.^o 37 S. para N. E., entra no Brazil pelo territorio litigioso entre o Pará e a Bolívia, segundo diversos mappaes geographicos, entre os quaes o que serviu de base para a negociação do tratado de 1.^o de outubro de 1891, e o de E. Lecomteur. Nessa hypothese não é commum do Brazil e ao Pará para os fins do tratado.

Saudes e Respeitos.

Ao Senhor Carlos Lopes Larrabaga, Consul do Pará no Brazil.

O Inspector.

Leandro Serra Campos.

Es conforme com o original remittido al Ministerio de Relaciones Exteriores. Belém, julio 13 de 1898.— *Lopez L.*

E's conforme. —Lima, octubre 6 de 1898.

El -oficial Mayor de Relaciones Exteriores, — *J. Fernando Garzón.*

N. 28

Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano

Legação dos Estados Unidos do Brazil — Lima, 6 de outubro de 1898.

Senhor Ministro — Tenho a honra de accusar o recebimento da attenção nota, que referendo-se á anterior de 25 de setembro ultimo Vossa Excelencia dirigiu-me hontem, acompanhando-a, dentre outros documentos, de uma cópia de communicação feita pelo Consul Geral do Perú em Belém, ao Commissario do Governo Peruano em Loreto, da qual consta a recusa do Inspector da Alfandega do Perú em permitir a entrada de embarcações peruanas no rio Jariá.

Ante a serie de ponderações que acerca dessa recusa dignou-se Vossa Excelencia de apresentar-me, cumpre-me assegurar a Vossa Excelencia que, sem demora, levarei ao conhecimento do meu Governo, com os respectivos documentos a offensa nota de Vossa Excelencia, certo de que serão tomadas as devida consideração.

Aproveito este ensejo, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excelencia os protestos da minha mais elevada e distincta consideração.

Ao Excellenissimo Senhor Dr. D. Melitón F. Porras,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

À À À

HENRIQUE DE MIRANDA.

N. 29

Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano.

Legação dos Estados Unidos do Brazil—Lima, 10 de dezembro de 1866.

Senhor Ministro—O Sr. Henrique de Miranda levou ao conhecimento do Governo Brasileiro a Nota, que Vossa Excelência lhe dirigio em 21 de setembro e cuja recepção elle accusou no dia seguinte.

Vossa Excelência disse que o Inspector da Alfandega de Mâncos não permite a embarcações Peruanas a navegação do Jurá e dos seus affluentes, e, considerando essa recusa como infração do art. 1.^o do tratado vigente, pede que se lhe ponha termo.

De ordem do Sr. Ministro do Estado das Relações Exteriores, tanto a honra de offerecer a Vossa Excelência as seguintes considerações:

E' exacto que pelo art. 1.^o do tratado de commercio e navegação a dos rios communs ao Brazil e ao Perú é livre para as embarcações Peruanas, mas isso não resolve a presente questão, a qual depende de uma preliminar, que consiste em saber si o Jurá é rio commun. Esse rio, segundo parece, tem as suas nascentes sobre da linha geodesica que constitue a fronteira entre o Brazil e a Bolivia em virtude do tratado de 1867. O Perú protesta contra esse tratado, mas ainda não se entendeu com a Bolivia a respeito do territorio que julga seu, e assim para o Brazil subsiste em inteiro vigor aquelle tratado. Permitir a navegação do Jurá e dos seus affluentes em virtude do art. 1.^o do tratado de commercio e navegação seria admitir que o Jurá é rio commun e isso actualmente é impossivel. Si o Perú obtiver que a Bolivia o reconheça como dono do territorio em questão, cessará toda duvida sobre a applicação do invocado art. 1.^o do tratado e terão as embarcações peruanas direito a navegação nella garantida. O Brazil não tem interesse em que o Perú seja prejudicada, e, não ha muito tempo, em Protocollo assignado no Rio de Janeiro resolveu o direito que elle porventura tenha ao territorio deixado para o lado da Bolivia pela referida linha geodesica; mas por isso mesmo

não pôde agora prejudicar a Bolívia reconhecendo que o Jurué é rio
comum a elle e ao Perú.

Por mais esta oportunidade, queira Vossa Excellencia, Senhor Mi-
nistro, acuitar as seguranças do misto mais uma consideração.

A Sua Excellencia

?

O Senhor Dr. Dom Melião F. Moraes,
Ministro das Relações Exteriores.

5 2 5

ARTHUR STOCKER PEREIRA DE MENEZES

Exemplo do tratado de commercio e navegação

Aduana Mista de Tabatinga

N. 30

Nota da Legação Peruana ao Governo Brasileiro

Legación del Perú, Rio Janeiro, julio 23 de 1897.

Señor Ministro — Tengo el honor de participar á V. E. que mi
Gobierno cumpliendo lo estipulado en el Tratado de comercio y nave-
gación de octubre de 1894, ha nombrado al Sr. D. Carlos Lopez Lar-
rañaga, Agente Fiscal e Interventor en la Aduana Mista de Tabatinga,
para que en ella ejerce las atribuciones que le señala el artículo 26
del mencionado tratado. El nuevo empleado se dirigirá dentro de poco
al lugar de su destino.

Constituida en la Aduana de Tabatinga la intervención Peruana,
debo hacer notar á V. E. que ha llegado el caso de dar cumplimiento
al artículo 26 del Tratado, que dispone que una comisión mixta proyo-
lará un reglamento que despues de aprobado por ambos Gobiernos
regirá en la Aduana Mista.

Também era oportuno indicar a V. E. que mi Gobierno me ha facultado para designar la persona ó personas, que en representación del Perú deben tomar parte de la comisión que ha de encargarse de formular el reglamento de la Aduana Mixta.

Me es grato renovar á V. E. las muestras de mi más alta consideración.

Al Señor Doctor

Don Dionisio E. de Castro Cerqueira,

Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil.

F. Rojas.

N. 31

Nota do Governo Brasileiro á Legação Peruana

Rio de Janeiro — Ministério das Relações Exteriores, 26 de julho de 1897.

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota, que o Sr. D. Francisco Rojas, Embaixada Extraordinario e Ministro Placipotenciario da Republica Peruana, dirigiu-me em 23 do corrente, communicando-me a nomeação de Sr. D. Carlos Lopes Larrafaga para o cargo de Agente Fiscal e Interventor na Alfandega Mixta de Tabatinga, em execução do art. 25 do tratado de commercio e navegação de 10 de outubro de 1881.

Agradeço ao Sr. Ministro essa communicação, que vou transmitir ao meu collega da Fazenda, a quem cabe providenciar sobre a execução das disposições relativas áquella Alfandega, aproveito o ensejo para refferir-lhe os sentimentos de minha alta consideração.

Ao Sr. D. Francisco Rojas.

DIONISIO E. DE CASTRO CERQUEIRA.

Clausulas nr. 8, 11, 12 e 16 a 23 do Tratado de Commercio e Navigação no Perú

N. 32

Nota da Legação Brasileira em Lima ao Governo Peruano

Legação dos Estados Unidos do Brasil, Lima 5 de outubro de 1887.

Senhor Ministro — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que o meu governo foi oficialmente informado de que a Alfândega de Iquitos não observa a clausula XIV do Tratado de Commercio e Navigação, celebrado entre o Brasil e a Republica do Perú em 18 de outubro de 1891, o qual pela troca das ratificações procedida nesta capital em 15 de março do anno proximo finda, assim como pelo decreto do Governo Brasileiro n. 2369 de 30 de abril do mesmo anno, mandando extingui-lo, já devia por parte do Perú e de conformidade com a clausula XI, ter entrado em pleno vigor. Como V. Ex. sabe, segundo a referida clausula XIV, os productos brasileiros que se importarem no Perú, e os peruanos que se importarem no Brasil pelo Amazonas e seus affluentes continuem, sem licenças de todos e quaisquer direitos; entretanto a Alfândega de Iquitos está caprichosamente sujeitando a maior parte das produções brasileiras a direitos, limitando-se a dispensar-se com relação a algumas espécies de mercadorias de primeira necessidade.

A' vista de tão manifesta e inexplicavel irregularidade, venho, em obediencia a instrução de meu Governo e absolutamente confiado na rectidão e sabedoria do Governo Peruano, solicitar a V. Ex. que se digne de dar, com a possivel brevidade, as necessarias providencias, a fim de que a reciprocidade de favores ajustados no alludido Tratado de Commercio e Navigação tenha o mais fiel e rigoroso cumprimento.

Prevelejo-me deste assajo, Senhor Ministro, para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais elevada e distinta consideração.

Ao Exm. Sr. Sr. Don Enrique de la Riva Agüero,
Ministro das Relações Exteriores.

DESDE JOTE DE MIRANDA.

N. 33

Nota do Governo Peruano á Legação Brasileira

Lima — Outubro 8 de 1887.

Señor Ministro — He recebido la aizada nota de V. E. fecha 5 del corriente, por la que se sirve comunicarme que su Gobierno ha sido informado oficialmente de que la Aduana de Iquitos no observa la cláusula XIV del tratado vigente de Comercio y Navegacion, celebrado entre el Perú y la Republica del Brasil en 10 de octubre de 1881.

Agrega V. E. que, apesar de las claras disposiciones que encierra la referida cláusula, la Aduana de Iquitos cobra indebidamente derechos á los productos brasileños que se importan al Departamento de Loreto, exceptuando unicamente de ellos á determinadas artículos de primera necesidad.

Concluye V. E. participandome que en vista de tan inexplicable irregularidad, ha recibido instrucciones para solicitar de mi Gobierno que se adopten las medidas necesarias á efecto de que sea fielmente cumplida la cláusula XIV del referido Tratado.

En contestacion, tengo la honra de expresar a V. E. que el Despacho de mi cargo no ha tenido hasta ahora conocimiento de los hechos que se ha dignado V. E. comunicar, por lo cual no les he podido oportuno y eficaz remedio; pero en vista de la aizada informacion de V. E. me he apresurado á transmitirlos al señor Ministro de Hacienda, comunicandole que impartiera, á la posible brevedad, las ordenes convenientes al Comisionado Especial del Gobierno en Loreto y á la Aduana

de lquitos, afm de que se d3 estrita observancia d la clausula XIV del Pacto rememorado por V. E.

Me complesco en renovar d V. E., con este motivo, los sentimientos de mi alta y especial deferencia.

Al Excm. Se5or Henrique de Miranda,

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos de Brasil.

E. DE LA RUYA AGÜERO.

N. 34

Nota do Governo Brasileiro d Legação Peruana

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 10 de agosto de 1907.

Tendo o Commissario do Thesouro Federal nos Estados do Pará e Amazonas tido ao conhecimento do Governo que, por parte do Perú, ainda não estão em vigor as clausulas ns. 3, 11, 12 e 15 a 18 do Tratado de Commercio e Navegação de 12 de outubro de 1891, nesta data faço sobre este assumpto as necessarias recommendações d Legação Brasileira em Lima, declarando-lhe que as respectivas disposições devem ser executadas independentemente do estabelecimento da Alfandega mista de que trata a clausula 24.

Foi lida esta communicação ao Sr. D. Francisco Rosa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Perú, aproveito a oportunidade para ler a honra de referir-lhe os protestos da minha alta consideração.

Ao Sr. D. Francisco Rosa.

~ ~ ~

DIOMAS II. DE CASTRO CERQUEIRA.

N. 35

Nota do Legação Peruana ao Governo Brasileiro

Legación del Perú — Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1897.

Señor Ministro — He recibido el oficio n. 4311, fecha 30 del actual, en que me participa V. E., que habiendo puesto en conocimiento del Gobierno el Comisario del Tesoro Federal en los Estados del Perú y Amazonas, que por parte del Perú no están en vigor las cláusulas números 3, 11, 12 e 15 a 23 del Tratado de Comercio y Navegación de 10 de octubre de 1891, ha hecho sobre este asunto a la Legación Brasileira en Lima las recomendaciones necesarias, declarándole que las mencionadas cláusulas deben ser ejecutadas, independientemente del establecimiento de la Aduana Mixta, de que trata la cláusula 24.

Aprovecho esta ocasión para reiterar a V. E. las seguridades de mi más distinguida consideración.

Al Señor General

D. Dionisio E. de Castro Carqueira,

Ministro de Relaciones Exteriores.

• • •

F. Rouss.

N. 36

Nota do Governo Peruano á Legação Brasileira em Lima

Ministerio de Relaciones Exteriores — Lima, 27 de setiembre de 1898.

Señor Ministro — Tengo la honra de remitir adjunta, para conocimiento de Vuestra Excelencia, copia autorizada del oficio que me ha dirigido el señor Ministro de Hacienda, en el que se transcribe el decreto expedido por S. E. el Presidente de la República, sobre los

derechos de importación y exportación que debe cobrarse al comercio internacional del río Yavary.

Con tal motivo, le reitero, Señor Ministro, las seguridades de mi alta y distinguida consideración.

Al Excmo. Señor

Don Henrique de Miranda,

E. E. y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

M. PARRAS.

Cópia a que se refiere a Nota precedente

Ministerio de Hacienda — Lima, setiembre 20 de 1896.

Señor Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores.

S. E. el Presidente de la República ha tenido á bien expedir el decreto que sigue :

« Visto el oficio del Ministro de Relaciones Exteriores, remitiendo
« copia de la exposición que le ha dirigido la Legación del Brasil, con
« respecto al comercio internacional en el río Yavary.

« En ejecución del Tratado de Comercio y Navegación vigente entre
« el Perú y los Estados Unidos del Brasil :

« Decreto :

« 1.º Desde el 1.º de noviembre próximo, se cobrará por la expor-
« tación de goma elástica procedente de la región del río Yavary, el im-
« puesto de 10 % ; i por la de los demás productos de la misma región
« el 7 %.

« 2.º Estos impuestos serán calculados sobre el valor oficial de los
« productos, según las últimas estimaciones de ellos en la plaza de
« México.

« 3.º Desde la misma fecha, se sujetará la importación de merca-
« derías, no pereables ni brasileñas con destino á la región del Yavary i
« cualquiera de sus márgenes, á los derechos que actualmente paga
« conforme á la legislación del Brasil.

« 4.º Por las diferencias de calidad ó cantidad encontradas en el
« despacho i contratación aduaneras de los sacanderías, se pagará

e derechos dobles. Casa de Gobierno, Lima, á 12 de setiembre de 1898.
« X. de Piérola.— Ignacio Rty. »

Lo transcribo a Us. para su conocimiento i fines consiguientes.

Dios guarde a Us.

(Firmado) Ignacio Rty.

Es conforme.— Lima, setiembre 20 de 1898.

El oficial Mayor de Relaciones Exteriores, J. Fernando Garroni.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Seas límites con Colombia. Laudo de Cortes de España, en virtud de qual deja a Brasil de continuar con aquellos Estados en parte de respectiva frontera.

N. 37

Nota de Gobierno de Venezuela á Legación Brasileira en Caracas

Ministerio de Relaciones Exteriores — Caracas, 7 de diciembre de 1898.

Excmo. Sr. — La antigua cuestión de límites entre Venezuela y Colombia, sometida al arbitraje de la Corona de España desde el año de 1894 — Venezuela aceptó la decisión del Arbitro, y el Congreso facultó al Poder Ejecutivo en 24 de agosto de 1894 para cumplirla. Transcurrieron los años sin llevarse á término el asunto; y ahora, la presente Administración Constitucional, ha excitado al Gobierno de Colombia por conducto de la Legación acreditada en Caracas, á establecer la manera de ejecutar aquel Laudo. Con ocasión dicha excitación por el Gobierno de Colombia, el Presidente de Ven-

mea dictó el Decreto Ejecutivo que hallará inserto V. E. en la Gaceta Oficial n. 7481, de que le acompaño un ejemplar.

El empeño que este Gobierno tiene en dejar cumplida la sentencia del Arbitro, — no obstante haber resultado ella tan contraria á lo que Venezuela sostiene como jurisdicción territorial suya en las partes deslindadas, — obedece al concepto de que, consagrado en el principio del Arbitramento como parte del Derecho Constitucional Venezolano, en formal cumplimiento, en todos los casos, es para la República nacional de orden superior en la esfera de sus relaciones políticas.

Desa el Primer Magistrado de la República que esta acto de consecuencia internacional sea apreciado como corresponde, y se mire, sobre todo como valioso precedente de la sinceridad con que profesa Venezuela las doctrinas escritas en su Código Fundamental.

Confío á la cortes voluntad de V. E. la comunicación al respetable Gobierno que representa, de las ideas y antecedentes contenidos en esta carta oficial.

Ranoro á V. E. las protestas de mi consideración más alta y distinguida.

Excmo. Sr. José de Almeida e Vasconcellos, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil.

J. CARCAÑO MATHRU.

Cópiu a que se refiere a nota precedente

Copiado de Gaceta Oficial n. 7481, de 28 de noviembre de 1898.

Presidencia de la República.

El Presidente de los Estados Unidos de Venezuela.

En vista de que el Acuerdo del Congreso de la República, sancionado el 24 de agosto de 1884, facultó al Poder Ejecutivo para ajustar con el de la República de Colombia la ejecución práctica del Lando dictado por la Corte de España el 10 de marzo de 1891, respecto de la demarcación fronteriza del territorio de ambas Naciones: en vista tambien de que el Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la

República de Colombia, ha participado á este Gobierno que el suyo acepta la excitación que, verbalmente primero, y luego por escrito, se le ha hecho, para llevar á cabal ejecución la prestada sentencia; y en atención finalmente, á que el mismo Representante Diplomático de Colombia acaba de participar que está plénamente autorizado para concertar con el Plenipotenciario que al efecto designe el Gobierno de Venezuela, el Pacto de que se trate;

Con el voto consultivo del Consejo de Gobierno,

Decreta:

Art. 1.º Se nombra al Señor Doctor Santiago Briceño, Plenipotenciario especial de los Estados Unidos de Venezuela para ajustar con el Representante Diplomático de la República de Colombia el Pacto de ejecución del Laudo relativo á los límites entre las dos Naciones.

Art. 2.º El Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores queda encargado de dar cumplimiento á este Decreto y de comunicarlo á quienes corresponde.

Dictado en el Palacio Federal del Capitolio en Caracas, sellado con el Sello del Poder Ejecutivo Nacional y referendado por el Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores, á 26 de noviembre de 1898.— Año 33 de la Independencia y 40º de la Federación.—
Ignacio Andrade.

(Referendada.)

El Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores.

J. Calcaño Marrero.

N. 38

Nota da Legação Brasileira em Caracas ao Governo Venezuelano

Legação dos Estados Unidos do Brasil em Venezuela, Caracas, 12 de dezembro de 1898.

Senhor Ministro — Com data de 7 do corrente fui-me entregat hoje a Nota, com que Vossa Excdia. honrou-me, cobrando o n. 2483

da Gazeta Oficial, para communicar-lhe que a actual Administração Constitucional desta Republica escolheu o Governo da Colombia a estabelecer a mandara da dar execução ao Laudo da Corte de Hespanha sobre os limites das duas Republicas — execução que foi bem acco-
lhida pelo referido Governo.

Apreciando devidamente o empenho com que estes Estados acolham o juizo arbitral proferido, embora contrario, como Vossa Excellencia manifesta, ao que sustentaram como jurisdicção territorial sua, na primeira oportunidade remetterei ao meu Governo copia da Nota a que respondo, e estou certo de que ella aquiescerá em subido gráo o louvavel procedimento de Vossasias nestas emergencias.

Digne-se Vossa Excellencia de acceher as reiteradas seguranças de minha muy distincta estima e alta consideração.

A Sua Excellencia

O Sr. General Juan Carlos Márquez.

Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos da Venezuela.

& & &

JOSE DE ALMEIDA E VASCONCELLOS.

N. 39

*Concepção para a execução do Laudo arbitral, communicada pela
Legação em Caracas*

Estados Unidos da Venezuela — Ministerio de Relaciones Exteriores — Direcção do Direito Público Exterior. — Caracas, 4 de enero de 1909. — 83º y 40º.

Resuelto:

Considerado el Pacto o Convención que suscribió el 30 de diciembre último el señor Doctor Santiago Briceño, en calidad de Plenipotenciario especial de los Estados Unidos de Venezuela, con el señor Doctor Luis Carlos Ríos, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipo-

terinario de la República de Colombia, para la ejecución del Laudo Arbitral dictado por la Corona de España el 16 de marzo de 1891, respecto de los límites entre las dos Naciones, el señor Presidente de la República ha resuelto, con el voto consultivo del Consejo de Gobierno, aprobarlo en todas sus partes.

Comuníquese y publíquese.

Por el Ejecutivo Nacional.— Calixto Marín.

Punto ó Convención que reglamenta la ejecución del Laudo Arbitral en la cuestión de límites entre los Estados Unidos de Venezuela y la República de Colombia.

Los Estados Unidos de Venezuela y la República de Colombia, y en su nombre los respectivos Presidentes Constitucionales, reconociendo la necesidad y conveniencia de proceder á la ejecución práctica del Laudo Arbitral que Su Magestad la Reina Regenta del Reino de España dictó el 16 de marzo de 1891 para fijar la línea fronteriza de las dos Naciones, en virtud del Tratado celebrado por estas el 11 de setiembre de 1881, y del acto adicional de París de 15 de febrero de 1886, han resuelto, de conformidad con las autorizaciones otorgadas por los Cuerpos Legislativos de uno y otro País, celebrar con tal fin un Pacto ó Convención, y han nombrado para negociar, con el carácter de Plenipotenciarios:

3. E. el Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, al señor Doctor D. Santiago Briceño, y

3. E. el Presidente de la República de Colombia, al señor D. Luis Carlos Ríos, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario ante el Gobierno de los Estados Unidos de Venezuela ;

Quiénes después de haberse comunicado sus Plenos Poderes, que hallaron en buena y debida forma, han estipulado los siguientes artículos:

Art. 1.º Las Altas Partes contratantes darán ejecución práctica á la sentencia arbitral dictada por la Corona de España el 16 de marzo de 1891, y en consecuencia se procederá á la demarcación y al arceja.

misile de los límites que trae aquella sentencia, en la extensión en que no los constituyan rios ó las cumbres de una sierra ó una serranía.

Art. 3.º Para la mas pronta disposición de los límites, la masa del Laudo Arbitral se considerará dividida en dos grandes porciones compuesta la primera de las secciones 1.ª, 2.ª, 3.ª y 4.ª, establecidas por dicho Laudo; y la segunda, de la sección 5.ª y de los dos tramos en que está subdividida la 6.ª.

Art. 3.º Para practicar el deslinde y amojonamiento, los dos Gobiernos nombrarán una Comisión mixta, la cual se dividirá en segundas agrupaciones para las secciones á que se refiere el artículo precedente. Cada agrupación se compondrá de un ingeniero y un abogado por cada parte, y de los demás ingenieros, empleados y auxiliares que se estimen convenientes.

Art. 4.º Dentro del término de cuatro meses después de haberse hecho cenceja de las ratificaciones de este Pacto ó Convención, las respectivas Altas Partes Contratantes harán los nombramientos que les corresponden para formar dicha Comisión mixta.

Art. 5.º Para el amojonamiento, las agrupaciones mixtas harán fijar en los puntos que determinen, postes, pilastras, ó otros signos permanentes; de modo que el límite fronterizo sea inequívoco y pueda reconocerse en cualquier tiempo con plena exactitud.

Art. 6.º Cada agrupación mixta extenderá por duplicado actas de las operaciones técnicas que en el día hubiere practicado y de las demás circunstancias que considere importantes; y autorizadas por todos los miembros presentes, las comisiones respectivas las enviarán a sus Gobiernos con los planos y mapas que se levanten.

Art. 7.º Los Venezolanos ó Colombianos que, por virtud del trazo de la línea, hubieren de pasar de una jurisdicción á la otra, conservarán su nacionalidad; á menos que opten por la nueva, en declaración hecha y firmada ante la autoridad respectiva, dentro de seis meses después de estar bajo la nueva jurisdicción.

Art. 8.º Si en la demarcación y amojonamiento ocurrieren dudas ó desacuerdos, se resolverán por los comisionados á sus respectivos Gobiernos. Queda establecido que tales dudas ó desacuerdos no surgen-

derán la prosecución del trazo y amojonamiento sino en la parte respectiva de la cual hayan ocurrido.

Art. 9.º Las Altas Partes Contratantes resolverán amigablemente las dudas y desacuerdos expresados; y tan luego como éste se verifique, se procederá á practicar la demarcación y amojonamiento del modo y en los términos que aquellas determinaren.

Art. 10 La agrupación mixta de la primera sección se reunirá en la ciudad de Maracaibo, de los Estados Unidos de Venezuela, y de la segunda, en la villa de Arica, de la República de Colombia, el octavo mes después de verificado el canje de las ratificaciones de este Pacto ó Convención.

Art. 11. Si alguno de los Gobiernos no hiciere los nombramientos que le correspondan para constituir la Comisión mixta en los términos establecidos, ó si los comisionados dejaren de concurrir dentro de los lapsos señalados, pueda el otro disponer que sus comisionados procedan por sí solos al amojonamiento y trazo de la línea, con la escrupulosa probidad y rectitud que cumple á la lealtad y buen nombre de las Naciones.

En este caso, la Comisión delimitadora tiene derecho á usar del territorio del uno ó del otro País para las operaciones que hagan indispensables dichos trazo y amojonamiento; y la línea que trace será el límite definitivo entre las dos Naciones.

Art. 12. El presente Pacto ó Convención será ratificado y las ratificaciones se canjearán en Caracas, ó más tarde, dentro de cuatro meses. En fe de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios susodichos, lo firmamos y sellamos por duplicado, en Caracas, á 30 de diciembre de 1898.

(L. 1.) SANTIAGO BRUNO.

(L. 2.) LUIS CARLOS RUIZ.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Viagem da Canhoneira «Wilmington» pelo Amazonas e Solimões a Iquitos

N. 40

Nota do Governo Brasileiro à Legação Americana

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 22 de abril de 1899.

Referindo-me á permissão conferencia que tive com o Sr. Charles Page Bryan, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, na qual me communicou que a canhoneira americana Wilmington tentou subir o rio Amazonas em visita aos nossos portos daquela região, informei ao Sr. Ministro que, tendo-me o Governador do Estado do Pará, em 15 de março, solicitado, a pedido do Commandante do navio, a necessaria authorização para effectuar aquella viagem, eu a havia concedido, correspondendo assim aos sentimentos de franca amizade de que está possuido o Governo Federal para com o dos Estados Unidos da America.

No dia 19 do corrente fui informado pelo referido Governador de que o commandante da canhoneira Wilmington partira do porto de Belém antes de receber a sua resposta affirmativa. Apesar de estar o mesmo Governador autorizado a transmitir ao do Estado do Amazonas a resolução do Governo Federal, deitou de lado o a vista do procedimento irregular do Commandante dequelle vaso de guerra.

No porto de Manaus foi o navio americano recebido com as formalidades do estylo e a officialidade obsequiada pelo governo local. O commandante, em vista de despedida, disse em palacio ao Governador que pretendia seguir viagem com destino a Belém e de lá á Ilha da Madriz. Entretanto de 10 horas da noite dequelle dia deixou o navio o porto de Manaus e duas dias depois, alli chegando o paquete Rio Branco,

o respectivo commandante communicou ao capitão do porto que encontrara a *Whitington* subido o rio Amazonas em direcção á fronteira peruana.

Não posso deixar de exprimir ao Sr. Ministro a estranheza que estes factos causaram ao Governo Federal.

Consultado sobre assumpto identico pelo Governo de Sua Magestade Britannica, o do Brazil, em nota de 26 de junho de 1882, declarou : « que os navios de guerra das nações amigas podem entrar sem restricção alguma em todos os portos maritimos do Imperio ; e que « quanto aos portos fluviaes, a sua entrada depende de concessão especial para cada caso, não havendo convenção em contrario ».

Peço ainda a attenção do Sr. Ministro para a nota que o Sr. Hillard, Representante Diplomatico de seu paiz, dirigiu a este Ministerio em 6 de abril de 1878, relativamente ao *Antarctic*, navio de guerra da sua Nação, bem como para a resposta que lhe foi dada em 18 de maio do mesmo anno.

Aproveito a occasião para ter a honra de reiterar ao Sr. Bryan as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Charles Page Bryan.

~ ~ ~

OLYMPIO DE MAGALHES.

Correspondencia a que se refere a nota precedente

Nota da Legação Americana ao Governo Imperial

(Tradução). Legação dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1878.

O senhor assignado, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, tem a honra de communicar a V. Ex. que recebe informações do seu Governo de que o Ministro da Marinha deseja preparar um navio de guerra proprio para subir o Amazonas até á foz do Rio Madeira, levando instrumentos para estudar,

em benefício dos interesses commerciaes das duas paizes, uma vez que o Governo Imperial do Brazil permite que se leve a effeito esse trabalho.

O abaixo assignado pede, pois, respeitosamente a V. Ex. que leve isto ao conhecimento do Governo Imperial, e espera que será concedida a licença solicitada pelo Ministro da Marinha visto ser fôr de duvida que a empresa ha de promover os interesses commerciaes de ambos os Estados.

O abaixo assignado aprova e conchita pelo renovar a S. Ex. as seguranças da sua distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Barão de Villa Bella.

Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

HENRY WASHINGTON HILLIARD.

Nota do Governo Imperial á Legação Americana

Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 17 de abril de 1874.

Acorde o recebimento da Nota de 6 do corrente, pela qual o Sr. H. W. Hilliard, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, expressa o desejo de seu Governo de mandar um navio de guerra sob o Amizadeis até á foz do Mindeira para uma exploração em benefício dos interesses commerciaes das duas paizes.

Depois de me entender com outro Ministerio interessado nesta materia, fui a honra de responder ao Sr. Ministro, a quem renovo as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Henry Washington Hilliard.

À À À

BARÃO DE VILLA BELLA.

Nota do Governo Imperial á Legação Americana

Rio de Janeiro — Ministério dos Negocios Estrangeiros, 13 de maio de 1878.

Referindo-me á minha nota de 17, de abril ultimo, tenho a honra de communicar ao Sr. H. W. Hilliard, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, que ao Governo Imperial é grato conceder a licença solicitada pelo daquelles Estados para que um de seus navios de guerra possa subir o Amazonas até á foz de Madeira, com o fim de proceder a explorações em benefício das relações commerciaes.

Restou ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Henry Washington Hilliard.

& & &

Barão de Villa Bella.

Nota da Legação Americana ao Governo Imperial.

(Tradução) — Legação dos Estados Unidos da America — Rio de Janeiro, 30 de maio de 1878.

Tenho a honra de communicar a S. Ex. o Sr. Barão de Villa Bella, Ministro dos Negocios Estrangeiros, que, em obediencia ás instruções do Ministro da Marinha dos Estados Unidos e de conformidade com a authorisação dada pelo Governo Imperial do Brazil para que um navio de guerra dos Estados Unidos soada o Amazonas, o Sr. Remy, commandante do *Enterprize*, está proximo a entrar naquella rio.

Pago, pelo, que se expõem instruções ás autoridades do Pará informando-as da decisão do Governo Imperial, para que facilitem o cumprimento da importante commissão confiada ao commandante Remy.

Pago licença para renovar a S. Ex. o Sr. Barão de Villa Bella as seguranças da minha alta consideração.

HENRY WASHINGTON HILLIARD

Nota do Governo Imperial á Legação Americana.

Rio de Janeiro.—Ministério dos Negocios Estrangeiros, 3 de junho de 1873.

Respondendo á Nota de 30 de maio ultimo, pela qual o Sr. H. W. Hilliard, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, me annuncia a proxima partida do navio de guerra de sua nação *Enterprise* para a sua viagem ás aguas do rio Amazonas, comprou-me communicar-lhe que, na mesma data de 13 do dito mez, em que tive a honra de dirigir-me ao Sr. Hilliard sobre este assumpto, officiei aos Presidentes das Províncias do Pará e Amazonas, recomendando-lhes que as competentes autoridades locais expedissem ordem de não porerem embargo algum á passagem do dito navio, e ao contrario lhe prestassem os auxilios de que necessitasse.

Achando-se assim prevenidos os despois ora mencionados na referida nota, aproveito a occasião para reiterar ao Sr. Hilliard as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Henry Washington Hilliard.

• • •

PARTE DE VILLA BELLA

Nota da Legação Britânica ao Governo Imperial

(Tradução). Petrópolis, 18 de maio de 1882.

Senhor Ministro.—Recebi ordem do Conde Granville, Principal Secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade, para fornecer ao seu Governo informação sobre os seguintes pontos:

- 1.ª Sab que condições é permittida aos navios de guerra estrangeiros entrarem e saírem dos portos do Brazil?
- 2.ª Si ha portos inteiramente fechados aos navios de guerra, queseão?

2.ª Que restrições, si existirem, limitam actualmente o numero de navios de guerra de uma mesma nacionalidade, que possam achar-se conjuntamente em duas portos, e a que porto ou portos se referem ?

Eu ficaria muito agradecido a V. Ex., si me habilitasse a fornecer ao meu Governo a informação por elle pedida.

Ainda ficaria muito agradecido, si V. Ex. me communicasse qualquer decreto ou decretos que estejam em vigor no Imperio sobre este assumpto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex. as saudades da minha mais alta consideração.

A Sua Excellencia o Sr. Franco de Sá.

~ ~ ~

EDWIN CORBETT.

Nota do Governo Imperial á Legação Britanica

Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 19 de maio de 1882.

Em resposta á Nota que o Sr. Edwin Corbett, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, serviu-se dirigir-me a 13 do corrente mez, perguntando, de ordem do seu Governo, si ha disposições de lei que definam as condições de entrada e saída dos navios de guerra estrangeiros nos portos do Imperio, tenho a honra de participar ao Sr. Ministro que nesta data peço ao Ministro da Marinha que me habilite a prestar-lhe a informação pedida.

Aproveito a occasião para renovar ao Sr. Corbett as saudades da minha mais alta consideração.

Ao Sr. Edwin Corbett.

~ ~ ~

F. FRANCO DE SÁ.

Nota do Governo Imperial á Legação Britânica

Rio de Janeiro — Ministério dos Negocios Estrangeiros, 26 de junho de 1882.

Respondendo definitivamente á Nota que o Sr. Edwin Corbett, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, serviu-se dirigir-me em 18 de mez proximo passado, e cuja recepção já accusci, tenho a honra de declarar-lhe que os navios de guerra das nações amigas podem entrar sem restricção alguma em todas os portos maritimos do Imperio; e que, quanto aos portos firmados, a sua entrada depende de concessão especial para cada caso, não havendo convenção em contrario. Complementando esta informação, incluso remetto ao Sr. Corbett um exemplar do regulamento sobre o ancoradouro dos navios de guerra nacionaes e estrangeiros no porto de Rio de Janeiro.

O Governo Imperial muito agradecerá ao de Sua Magestade Britannica qualquer informação que lhe possa dar sobre as disposições que regulam esta materia nos portos da Gran-Bretanha e das suas colonias e dominios.

Tenho a honra de reiterar ao Sr. Corbett as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Edwin Corbett,

À À À

F. FRANCIS DE SÁ.

Nota da Legação Britânica ao Governo Imperial

(Tradução). — Petrópolis, 30 de novembro de 1882.

Seuor Ministro. — Referindo-me á nota que me foi dirigida pelo antecessor de Vossa Excellencia em 28 de junho ultimo, tenho a honra de dizer, em resposta ao pedido nella feito, que os navios de guerra estrangeiros são admitidos em tempo de paz nos portos ingizes, sem

que estejam sujeitos a restrição alguma, além dos regulamentos ordinários de quarentena, pólvora e porto.

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excellência a segurança da minha mais alta consideração.

A Sua Excellência o Sr.

L. Cavalcanti de Albuquerque.

h h h

EDWIN CORBETT.

Nota do Governo Imperial á Legação Britânica

Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 22 de novembro de 1882.

Acuso a recepção da nota de 20 do corrente, pela qual o Sr. Edwin Corbett, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Sua Magestade Britannica, se serviu informar-me sobre a entrada de navios de guerra estrangeiros nos portos ingizes.

Agradeço ao Sr. Ministro essas informações, aproveito a occasião para lhe a honra de renovar-lhe as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Edwin Corbett.

h h h

L. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE.

ALLEMANHA

Casa do professor Karl Roth. Quantia a este concedida

N. 41

Nota do Governo Brasileiro a Legação Allema

Rio de Janeiro. — Ministerio das Relações Exteriores, 11 de Janeiro de 1899.

Tenho a honra de commoçar ao Sr. Conde d'Arco Valley, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia, que já se acha na Thesouraria Geral do Thesouro Federal á sua disposição a quantia de trinta contos de reis (30:000:000) concedida ao subdito do seu paiz Karl Roth.

Cabe-me prevenir ao Sr. Ministro que a referida quantia poderá ser recebida em qualquer dia útil, naquella repartição, das 10 ás 2 horas da tarde.

Aproveito o ensejo para renovar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Conde d'Arco Valley.

h h h

OLIVIERO DE MAGALHÃES

Tradução annexa á nota precedente

Imperial Legação Alemã no Brazil — N. 188 — Petrópolis, 25 de fevereiro de 1904.

Senhor Ministro — Tive a honra de receber a muito attenciosa nota de Vossa Excellencia de 11 do corrente, pela qual Vossa Excellencia teve a bondade de communicar-me que a indemnisação de trinta contos de réis, concedida ao subdito alemão Carlos Roth, estava á minha disposição na Thesouraria Geral do Thesouro Federal.

Recbi em seguida esta somma ; e uso aguardar occasião para fazer nova communicação sobre a realisação do pagamento a Carlos Roth.

Eu não poderia, nesta occasião, deixar de manifestar a Vossa Excellencia os meus melhores agradecimentos pela bondade com que se esforçou para realisar o compromisso ajustado, relativo a esta indemnisação.

Quero Vossa Excellencia aceitar as seguranças renovadas de minha mais alta consideração.

A Sua Excellencia

O Sr. Dr. Olympio de Magalhães,

Ministro das Relações Exteriores

△ △ △

GEORGE D'ARCO VALLEY

RUSSIA

Mémoire de sauvegarde par lequel le Gouvernement a déclaré l'arrêt des armements actuels. Circulaire pour une conférence. Circuler aux représentations étrangères accréditées en S. Petersbourg

N. 43

*Nota Circular do Governo Russo de Armas estrangeiras accredi-
tadas em S. Petersburg*

Le maintien de la paix générale et une réduction possible des armements excessifs qui pèsent sur toutes les nations se présentent, dans la situation actuelle du monde entier, comme l'idéal auquel devraient tendre les efforts de tous les Gouvernements.

Les vœux humanitaires et magnanimes de Sa Majesté l'Empereur, mon Auguste Maître, y sont entièrement acquiesces.

Dans la conviction que ce but élevé répond aux intérêts les plus essentiels et aux vœux légitimes de toutes les Puissances, le Gouvernement Impérial croit que le moment actuel serait très favorable à la recherche, dans les voies d'une discussion internationale, des moyens les plus efficaces d'assurer à tous les peuples les bienfaits d'une paix réelle et durable, et de mettre ainsi tout un terme au développement progressif des armements actuels.

Au cours des vingt dernières années les aspirations à un apaisement général se sont particulièrement affirmées dans la conscience des nations civilisées. La conservation de la paix a été posée comme but de la politique internationale; c'est en son nom que les Grands États ont conclu entre eux de puissantes alliances; c'est pour mieux garantir la paix qu'ils ont développé dans des proportions énormes jusqu'ici leurs forces militaires et qu'ils continuent encore à les accroître sans reculer devant aucun sacrifice.

Tous ces efforts pourtant n'ont pu aboutir encore aux résultats désirables de la pacification souhaitée.

Les charges financières, suivant une marche ascendante, atteignent

la prospérité publique dans sa source; les forces intellectuelles et physiques des peuples, le travail et le capital sont en majeure partie détournés de leur application naturelle et consacrés improductivement. Des centaines de millions sont employés à acquiescer des engins de destruction affroyables, qui, considérés aujourd'hui comme le dernier mot de la science, sont destinés demain à perdre toute valeur à la suite de quelque nouvelle découverte dans ce domaine. La culture nationale, le progrès économique, la production des richesses se trouvent paralysés ou suspendus dans leur développement.

Ainsi, à mesure que s'accroissent les armements de chaque Puissance républicaine de moins en moins au but que les Gouvernements s'étaient posé. Les crises économiques, dues en grande partie au régime des armements à outrance, et le danger constant qui gît dans cet amoncellement du matériel de guerre, transforment la paix armée de nos jours en un fardeau écrasant que les peuples ont de plus en plus de peine à porter. Il paraît évident dès lors, que, si cette situation se prolongeait, elle conduirait fatalement à ce cataclysme même, qu'on tient à écarter et dont les horreurs font frémir à l'avance toute pensée humaine.

Mettre un terme à ces armements incessants et rechercher les moyens de préserver les colonies qui menacent le monde entier — tel est le devoir suprême qui s'impose aujourd'hui à tous les Etats.

Pénétré de ce sentiment, Sa Majesté l'Empereur a daigné m'ordonner de proposer à tous les Gouvernements, dont les Représentants sont accrédités près la Cour Impériale, la réunion d'une conférence qui aurait à s'occuper de ce grave problème.

Cette conférence serait, Dieu aidant, d'un heureux présage pour le siècle qui va s'ouvrir. Elle rassemblerait dans un palais si beau les efforts de tous les Etats qui cherchent sincèrement à faire triompher la grande conception de la paix universelle sur les éléments de trouble et de discord. Elle cimenterait en même temps leur accord par une collaboration solidaire des principes d'équité et de droit, sur lesquels repose la sécurité des Etats et le bien-être des peuples.

St. Pétersbourg, le 22 août 1903.

C^{te}. MOURAVIEFF.

Tradução

A manutenção da paz geral e uma redução possível dos armamentos excessivos que pesam sobre todas as nações, se apresenta na situação actual do mundo inteiro como o ideal para o qual devem convergir os esforços de todas as Governos.

A isso se dirigem inteiramente os instintos humanitários e magnânicos de Sua Magestade o Imperador, meu Augusto Amo.

Convencido de que este elevado fim corresponde aos mais essenciais interesses e aos legítimos votos de todas as Potências, o Governo Imperial acredita que o momento actual seria muito favorável ao exame, em discussão internacional, dos meios mais efficazes de garantir a todas as povos os benefícios de uma paz real e duradoura, e de pôr, antes de tudo, um termo ao desenvolvimento progressivo dos actuaes armamentos.

Durante o curso dos últimos vinte annos, o vivo desejo de um apaziguamento geral se tem particularmente affirmado na consciencia das nações civilisadas. A conservação da paz foi indicada como o fim da politica internacional; é em seu nome que as Grandes Estações tem concluido entre si poderosas alianças; é para melhor garantir a paz que ellas tem desenvolvido, em proporção desconhecida até agora, suas forças militares e que continuam ainda a augmental-as sem recuar diante de nenhum sacrificio.

Entretanto todos esses esforços ainda não poderão conduzir aos resultados benéficos da pacificação desejada.

Seguindo em marcha ascendente, os encargos financeiros attingem a prosperidade pública em sua propria fonte; as forças intellectuaes e physicas dos povos, o trabalho e o capital, são na maior parte desviadas da sua natural applicação e consumidas improduttivamente. Centenas de milhões são empregados na compra de terriveis machinas de destruição, que consideradas hoje como a ultima palavra da sciencia estão destinadas a perder amanhã todo o valor, em consequencia de novas descobertas desta especie. A cultura nacional, o progresso economico, a produção das riquezas acham-se paralyzadas ou fribndas no seu desenvolvimento.

Por isso, os armamentos de cada Potência, quanto mais augmentam, mais correspondem ao fim que os Governos tinham em vista. As crises economicas, devidas em grande parte ao regimen dos armamentos excessivos e o perigo continuo que se occulta neste amontoamento do material de guerra, transformam a paz armada de nossos dias em um fardo esmagador, que os povos tem, cada vez mais, difficuldade em supportar. E pois parece evidente que, si esta situação se prolongar, fatalmente se chegará ao proprio catadysmo que se teve em vista evitar e cujos horrores fazem estremecer desde já todo pensamento humano.

Põe termo a esses incessantes armamentos e procurar os meios de prevenir as calamidades que ameaçam o mundo inteiro—tal é o dever supremo que hoje se impõe a todos os Estados.

Compuncto deste sentimento, Sua Magestade O Imperador dignouse de ordenar-me que propozesse a todos os Governos, cujos Representantes estão acreditados na Corte Imperial, a reunião de uma conferencia para occupar-se deste grave problema.

Esta conferencia seria, com ajuda de Deus, um presagio feliz para o seculo que vai começar. Reuniria, em poderosa liga, os esboços de todos os Estados que busco sinceramente o triumpho da grande concepção da paz universal contra os elementos de perturbação e de discordia. Cimentaria, ao mesmo tempo, o seu accordo para a consagração solidaria dos principios de equidade e de direito sobre que repousa a segurança dos Estados e o bem estar dos povos.

S. Petersburgo, 13 de agosto de 1903.

CAROL MOKRAWIETZ.

N. 44

Nota da Legação Brasileira na Rússia ao Governo Russo

Légation des Etats Unis du Brésil en Russie—Saint-Petersbourg, le 27 janvier 1904.

Monsieur le Ministre—Ayant transmis à mon Gouvernement la dépêche circulaire du 1224 soit d'ordre, Monsieur le Président Pro-

dans de Moraes, dont le terme devait expirer bientôt après, en appréciant hautement son contenu, a cru de son devoir dans un but d'intérêt politique, de laisser à son successeur la décision à prendre à ce sujet, ne voulant pas par un acte des derniers jours de son administration engager la responsabilité du nouveau Président.

Il est revenu à Son Excellence Monsieur Manoel Ferraz de Campos Salles, qui est entré en fonctions le 15 novembre dernier de prendre connaissance de la mentionnée circulaire de Votre Excellence.

Autorisé, Monsieur le Ministre, par mon Gouvernement à répondre à cette circulaire je m'empresse d'exposer à Votre Excellence les motifs qui ont déterminé le Gouvernement du Brésil, à son grand regret, à ne pas se faire représenter dans la conférence.

Les crises par lesquelles le Brésil a passé dans ces dernières années et qui l'ont profondément ébranlé, sont trop connues pour que j'aie besoin de les développer ici : nos forces de mer et terre ont été grandement atteintes et notre condition financière s'est trop détériorée.

Aussi la seule pensée de la nouvelle administration est la reconstruction de notre crédit, la mise en valeur de notre richesse et la réorganisation de nos forces militaires dans un but de paix. C'est pourquoi mon Gouvernement ne voudrait prendre aucun compromis d'avance pour le maintien du statu quo militaire.

Le Brésil, à l'exemple de la Russie dans un moment historique, se recueille pour refaire ses forces, et tend à s'efforcer tant que possible des questions qui ne le toucheraient pas directement, d'ailleurs se trouvant très éloigné et sans aucune influence dans les affaires politiques d'Europe, son rôle dans la conférence serait nul.

Néanmoins Son Excellence Monsieur le Président est très sensible à la haute marque de distinction faite envers sa patrie par cette invitation dont il est très reconnaissant et comprenant toute l'importance qu'eura pour le progrès et la prospérité des peuples la réalisation des idées généreuses de Sa Majesté L'Empereur il fait le vœu les plus sincères pour l'heureux résultat de la conférence.

J'ose espérer pour ma part, Monsieur le Ministre, que Sa Majesté dans Sa Haute Sagesse daignera apprécier à leur juste valeur et les

sentiments dont je suis l'interprète et les raisons que je viens de soumettre à Votre Excellence.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, l'assurance de ma plus haute considération.

A Son Excellence

Monsieur le Comte Mouravieff,

Ministre des Affaires Étrangères.

3 4 5

FERRIRA DA COSTA.

Tradução

Legação dos Estados Unidos do Brasil na Rússia — Roma, 27 de Janeiro de 1900.

Senhor Ministro — Tendo eu transmitido ao meu Governo o despacho-circular de 12/24 de agosto ultimo, o Sr. Presidente Prudente de Moraes, cujo mandato devia expirar dentro em pouco, julgou do seu dever, apreciando altamente o conteúdo do mesmo despacho, deixar ao seu successor, por conveniencia politica, a decisão do assumpto, por isso que não quiz, por um acto dos ultimos dias de sua administração, expor a responsabilidade do novo Presidente.

Come a Sua Excellencia o Senhor Manoel Ferraz de Campos Sales, que entrou em exercicio a 15 de novembro ultimo, tomar conhecimento da mencionada circular de Vossa Excellencia.

Autorizado por meu Governo a responde-la, apresso-me, Senhor Ministro, a expor a Vossa Excellencia os motivos que determinaram o Governo do Brasil, bem a seu parir, a não se fazer representar na conferencia.

As crises por que tem passado, nestes ultimos annos, o Brazil e que o tem profundamente abalado são demasiado conhecidas para que me julgue na necessidade de descrever-las agora; nossas forças de

mar e terra foram grandemente affligidos e a nossa situação financeira muito resentiu-se com elles.

Por isso a unica preocupação da nova Administração é a reconstituição do nosso credito, a valorisação da nossa riqueza e reorganisação das nossas forças militares com um fim pacifico. Eis e razão por que o meu Governo não quer tomar de antemão compromisso algum para a manutenção do statu-quo militar.

A exemplo da Russia em momento historico, o Brazil se recusa para rebaixar suas forças e procura abster-se o mais possível de questões que lhe não affectam directamente, e achando-se ainda muito abastado e sem influencia alguma nos negocios politicos da Europa, o seu papel na conferencia seria nullo.

Todavia a Sua Excellencia o Senhor Presidente foi muy sensível a esta prova de distincção dispensada á sua Pátria naquello conselho, pelo qual é muito grato, e comprehendendo toda a importancia que terá para o progresso e para a prosperidade dos povos a realisação das idéas generosas da Sua Magestade o Imperador, faz os mais sinceros votos pelo feliz resultado da Conferencia.

Por minha parte, como espero, Senhor Ministro, que Sua Magestade, em sua alta sabedoria, se dignará de apreciar em seu justo valor, não só os sentimentos de que sou interprete como as razões que acabo de submeter a Vossa Excellencia.

Quiera acceitar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração.

A Sua Excellencia

O Senhor Conde MouraviEFF,

Ministro dos Negocios Estrangeiros.

& & &

FERRIRA DA COSTA.

N. 45

Seconde circular, extraída de « Journal de S. Pétersbourg »

Lorsqu'en mois d'août dernier mon Auguste Maître m'ordonnait de proposer aux gouvernements dont les représentants se trouvent accrédités à St. Pétersbourg la réunion d'une conférence destinée à rechercher les moyens les plus efficaces d'assurer à tous les peuples les bienfaits d'une paix réelle et durable et de mettre ainsi tout un terme au développement progressif des armements actuels, rien ne semblait s'opposer à la réalisation plus ou moins prochaine de ce projet humanitaire.

L'accueil empressé fait à la démarche du gouvernement impérial par presque toutes les puissances ne pouvait que justifier cette attente.

Appréhiant hautement les ténaces sympathiques dans lesquels était conçue l'adhésion de la plupart des gouvernements, le cabinet impérial a pu recueillir en même temps avec une vive satisfaction les témoignages du plus chaleureux assentiment qui lui étaient adressés, et ne cessent de lui parvenir, de la part de toutes les classes de la société de différents points du globe terrestre.

Malgré le grand courant d'opinion qui s'était produit en faveur des idées de pacification générale l'horizon politique a sensiblement changé d'aspect en dernier lieu. Plusieurs puissances ont procédé à des armements nouveaux, s'efforçant d'accroître encore leurs forces militaires, et, en présence de cette situation incertaine, on pouvait être amené à se demander si les puissances jugaient le moment actuel opportun à la discussion internationale des idées émises dans la circularité du 12 août.

Esperant toutefois que les éléments de trouble qui agitent les sphères politiques feront bientôt place à des dispositions plus calmes et de nature à favoriser le succès de la conférence projetée, le gouvernement impérial est, pour sa part, d'avis qu'il serait possible de procéder dès à présent à un échange préalable d'idées entre les puissances dans le but :

a) de rechercher, sans retard, les moyens de mettre un terme à l'accroissement progressif des armements de terre et de mer, question

dont la solution devient évidemment de plus en plus urgente en vue de l'extension nouvelle donnée à ces armements, etc.;

c) de préparer les voies à une discussion des questions se rapportant à la possibilité de prévenir les conflits armés par les moyens pacifiques dont peut disposer la diplomatie internationale.

Dans le cas où les puissances jugeraient le moment actuel favorable à la réunion d'une conférence sur ces bases il serait certainement utile d'établir entre les cabinets une entente au sujet du programme de ses travaux.

Les thèmes à soumettre à une discussion internationale au sein de la conférence pourraient, en traits généraux, se résumer comme suit :

1. Entente stipulant la non-augmentation, pour un terme à fixer, des effectifs actuels des forces armées de terre et de mer, ainsi que des budgets de guerre afférents; étude préalable des voies dans lesquelles pourrait même se réaliser, dans l'avenir, une réduction des effectifs et des budgets ci-dessus mentionnés.

2. Interdiction de la mise en usage, dans les armées et les flottes, de nouvelles armes à feu quelconques et de nouveaux explosifs, aussi bien que de poudres plus puissantes que celles adoptées actuellement, soit pour les fusils que pour les canons.

3. Limitation de l'emploi dans les guerres de campagne des explosifs d'une puissance formidable, déjà existants, et prohibition du lancement de projectiles ou d'explosifs quelconques, du haut des balcons ou par des moyens analogues.

4. Défense de l'emploi dans les guerres navales de balistes-torpilleurs sous-marins ou plongeurs, ou d'autres engins de destruction de la même nature; engagement de ne pas construire à l'avenir de navires de guerre à épave.

5. Adoption aux guerres maritimes des stipulations de la Convention de Genève de 1864, sur la base des articles additionnels de 1868.

6. Neutralisation, au même titre, des navires ou chaloupes chargés du sauvetage des naufragés pendant ou après les combats maritimes.

7. Révision de la Déclaration concernant les lois et coutumes de la guerre, élaborée en 1864 par la conférence de Bruxelles et restée non ratifiée jusqu'à ce jour.

3. Accepção em princípio de l'usage des bons offices, de la médiation et de l'arbitrage facultatif, pour des cas qui s'y présentent, dans le but de prévenir des conflits armés entre nations; orientée au sujet de leur mode d'application et établissement d'une pratique uniforme dans leur emploi.

Il est bien entendu que toutes les questions concernant les rapports politiques des Etats et l'ordre de choses établi par les traités, comme en général toutes les questions qui ne rentreront pas directement dans le programme adopté par les cabinets, devront être absolument exclues des délibérations de la conférence.

En vous adressant, Monsieur, la demande de bien vouloir prendre, au sujet de ma présente communication, les ordres de votre gouvernement, je vous prie en même temps de porter à sa connaissance que dans l'intérêt de la grande cause que tient si particulièrement à cœur à mon Auguste Maître, Sa Majesté Impériale juge qu'il serait utile que la conférence ne s'agît pas dans la capitale de l'une des grandes puissances, où se concentrant tant d'intérêts politiques qui pourraient peut-être réagir sur la marche d'une œuvre à laquelle sont intéressés à un égal degré, tous les pays de l'Europe.

St. Pétersbourg, le 30 décembre 1893.

C^e MORAVIDOFF.

Tradução

Quando, no mez de agosto ultimo, o meu Augusto Amo me ordenou que propozesse aos Governos, cujos representantes se acham acreditados em St. Petersburgo, a reunião de uma conferencia destinada a achar os meios mais efficazes de assegurar a todos os povos os beneficios de uma paz real e duradoura e de pôr, antes de tudo, termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos,— nada parecia oppor-se à realisação, mais ou menos proxima, desse projecto humanitario.

O acolhimento prestatos, dispensado á acção do Governo Imperial por quasi todas as Potencias, só podia justificar aquella expectativa. Apreciando altamente os termos sympathicos em que foi concebida a adhesão

da maior parte dos Governos, o gabinete Imperial pôde receber ao mesmo tempo, com viva satisfação, os testemunhos do mais caloroso assentimento que lhe eram dirigidos, e não cessam de lhe chegarem da parte de todas as classes da sociedade dos diferentes pontos do globo terrestre.

Apesar da grande corrente de opinião produzida em favor das idéas de pacificação geral, o horizonte político mudou sensivelmente de aspecto, em ultimo logar. Varias Potencias fizeram novos armamentos, empregando-se ainda para augmentar suas forças militares e, em presença desta situação incerta, poderíamos ser levados a indagar si as Potencias julgam opportuno o momento actual para a discussão internacional das idéas emitidas na Circular de 12 de agosto.

Todavia, esperando que os elementos de perturbação, que agitam as espheras politicas, darão, dentro em pouco, o lugar a disposições mais calmas e de modo a favorecer o successo da projectada conferencia, o Governo Imperial é de opinião, por sua parte, que seria possível, desde já, fazer uma troca de idéas, preliminar, entre as Potencias, com o fim :

a) de achar, sem demora, os meios de pôr termo ao augmento progressivo dos armamentos de mar e terra, questão cuja solução se torna cada vez mais urgente á vista da nova extensão dada a estes armamentos, e

b) de preparar os elementos para a discussão das questões relativas á possibilidade de prevenir os conflictos armados pelas vias pacificas de que pôde dispor a diplomacia internacional.

No caso em que as Potencias julgam o momento actual favoravel á reunião de uma conferencia sobre essas bases, seria certamente útil o estabelecimento de um accordo entre os gabinetes a respeito do programma dos seus trabalhos.

Em trez ou quatro pontos, os themas a submeter á discussão internacional no seio da conferencia, poderiam ser resumidos como em seguida :

1.^o Accordo estipulando o não augmento, por um prazo a fixar, dos effectivos actuaes das forças armadas de mar e terra, assim como dos armamentos de guerra respectivos : estudo pórão dos elementos

com os quais se poderia mesmo realizar no futuro uma redução dos efectivos e dos orçamentos acima mencionados ;

2.ª Proibição de pôr em uso, nas esquadras e nas armadas, novas e quaisquer armas de fogo, e novos explosivos, assim como potências mais poderosas do que as adoptadas actualmente, tanto para espingardas como para canhões ;

3.ª Limitação do emprego, nas guerras de campanha, dos explosivos de potencia formidável, já existentes, e proibição do lançamento de projectis ou de quaisquer explosivos, do alto de balões ou por meios analogos ;

4.ª Proibição do emprego, nas guerras navaes, de barcos torpedeiros submarinos ou submersíveis, ou de outras machinas de destruição de mesma natureza ; compromisso de não construir, para o futuro, navios de guerra com esporta ;

5.ª Adeptação, nas guerras maritimas, das estipulações da Convenção de Ginebra de 1864, sobre a base dos artigos addicionaes de 1864 ;

6.ª Neutralisação, sob o mesmo titulo, dos navios ou chalupas encarregados da salvação dos naufragos durante ou depois dos combates navaes ;

7.ª Renovação da declaração concernente da lei e costumes da guerra, elaborada em 1864 pela Conferencia de Bruxellas e não ratificada até hoje ;

8.ª Accelliação, em principio, do uso de bons officios de mediação e de arbitramento facultativo, para os casos que a isso se prestarem, com o fim de extirpam-se conflitos armados entre nações, accordo a respeito do seu modo de applicação, e estabelecimento de uma regra uniforme ao seu emprego.

Fico bem entendido que todas as questões concernentes as relações politicas dos Estados e a ordem da cousa estabelecida pelos tratados, como, em geral, todas as questões que não entrarem directamente no programma adoptado pelos gabinetes, deverão ser absolutamente excluidas das deliberações da Conferencia.

Dirigido-vos, Senhor, o pedido do terço a bondade de receber, sob o assumpto da minha presente communicação, as ordens do

vosso Governo, vos rogo ao mesmo tempo que leveis ao seu conhecimento, no interesse da grande causa que tão particularmente preoccupa o meu Augusto Amo, que Sua Magestade Imperial pensa ser conveniente que a Conferencia não tenha sede na capital de alguma das grandes Potencias, onde se concentram tantos interesses politicos que talvez possam reagir sobre a realisação de um empreendimento no qual estão interessados, por igual, todos os paizes do Universo.

S. Petersburgo, 30 de dezembro de 1888.

C. MOURAVER,

Imposto de tonelagem sobre navios estrangeiros decretado e cobrado nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte

N. 46

Mensagem ao Congresso Nacional

Senhores Membros do Congresso Nacional.

No offício, que incluso vos apresento no proprio original, o Ministro de Estado das Relações Exteriores trata de assumpto importante, que recomendo ao vosso exame e approvação.

Em virtude da disposição do orçamento da receita, votado para o exercício de 1888—89, cobrou-se no Estado de Pernambuco sobre varios navios estrangeiros um imposto de 300 réis por tonelada, que era e foi declarado inconstitucional e cuja cobrança motivou reclamações ainda não satisfeitas.

Para evitar maior dano, na restituição de quantias indevidamente cobradas, pareceu conveniente pedir ao Congresso o credito necessario, ficando salvo ao Governo Federal o direito de reaver a quantia assim adiantada.

Tambem nos Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte se cobrou imposto inconstitucional, cuja importancia convém restituir da mesma forma.

Capital Federal, 29 de julho de 1896.

PRESIDENTE J. DE MORAES BARROS,

Presidente da República.

Senhor Presidente — A lei do Estado de Pernambuco n. 121 de 29 de junho de 1895, que criou a sua receita para o exercício de 1895—96, sujeitou os navios mercantes estrangeiros ao seguinte imposto :

« 300 réis por tonelada de todos os vapores, navios mercantes e
« embarcações de coberta enxada, estrangeiras, que descarregarem no
« porto quer interno, quer externo do Recife, destinada a sua impor-
« tancia ao custo do serviço da policia maritima. »

A arrecadação desse imposto foi regulada pelas instruções annexas ao decreto expedido pelo Governador em 3 de julho de 1896, nas quaes se lê o seguinte :

« Art. 1.º — O imposto de trezentos réis por tonelada de todos os
« vapores, navios mercantes e embarcações estrangeiras de coberta
« enxada que descarregarem ou carregarem no porto interno ou no
« ancoradouro externo desta Capital, é devido uma unica vez por anno,
« na primeira entrada que a este porto fizerem aquellas embarcações.

« § 1.º Nas casas de arribada forçada ou nos casos de embarcações
« á ordem que receberem unicamente providões precisas para seguirem
« sua derrota, ficam isentas do referido imposto.

« § 2.º Se, porém, no caso de arribada por força maior receberem
« além das que foram forçadas a descarga qualquer mercaderia, ficarão
« sujeitas ao imposto. »

A 9 de julho, isto é, um dia depois da expedição dessas instruções, communicou o Ministro Inglês pelo telegrapho ao meu antecessor que em Pernambuco se exigia do seus navios do seu país o pagamento do imposto e que elle tinha aconselhado que se satisfizessem sob protesto. Pediu ao mesmo tempo que se expedisse ordem para a restituição.

Foi esta a primeira reclamação recebida neste Ministerio.

O Governador, respondendo pelo telegrapho a um pedido de informações, disse em summa : a policia do porto é serviço estadual a que as embarcações estrangeiras, comprehendidas as inglezas, sempre se têm sujeitadas, sem allugar incompetencia dos governos locais ; a lei do orçamento estabeleceu o imposto pago uma só vez em cada exercício ; esse imposto constitue medida indirecta de protecção á navegação nacional ; imposto semelhante, sob a designação de direito de desembarque e despacho, é cobrado no Pará sem reclamação ; o Consul Inglez, que reclamara, declarou a revocação do escripto e lei até ser a inconstitucionalidade do imposto pronunciada pelo poder competente.

Parece que um imposto semelhante já era cobrado desde 1886 ; mas isso não invalida o direito de reclamação, desde que a cobrança é evidentemente inconstitucional.

Referindo-se a isso e a conferencia com o meu antecessor, disse o Ministro Inglez em nota de 14 de julho :

« Tive a honra de mostrar a V. Ex. que a taxa em questão era illegal, por ser imposta apesar do art. 7.^o da Constituição e V. Ex. informou-me que era inteiramente dessa opinião e que, consequentemente o Governo Federal não tivesse meio de impedir a cobrança desse imposto illegal na data marcada para seu pagamento, todavia para evitar essa illegalidade se dariam os passos que se conformassem com os preceitos constitucionaes.

« V. Ex. teve a bondade de informar-me que as quantias cobradas em virtude do decreto em questão seriam restituídas.

« Dei instruções ao Consul para aconselhar aos proprietarios que paguem sob protesto ; mas é meu dever informar a V. Ex. que o Governo de Sua Magestade recorrerá ao Governo Federal para o embozo das quantias illegalmente cobradas e de todas as despesas de estado em que os navios em questão tenham incorrido. »

Começo transcrever aqui a seguinte nota dirigida pelo meu antecessor ao Ministro Inglez em 26 de setembro de 1893 :

« Referindo-se á nota que o Sr. Constantino Phipps, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica dirigiu-me em 24 do corrente, tenho a honra de communicar-lhe que

« nesta data officio ao Ministerio dos Negocios da Fazenda para que me
« habilite a responder sobre o pagamento de 12:984\$191, importancia
« das taxas cobradas em Pernambuco por tonellagem de navios e das
« despesas das competentes protestos, não estando comprehendidos
« naquella quantia os juros.

« Aproveito este ensejo para declarar-lhe que assim procedendo
« não faço mais do que pedir esclarecimentos, sem que isto importe
« sequer um começo de reconhecimento da responsabilidade da Repu-
« blica.»

O Ministro da Fazenda, a quem o meu antecessor officiara a 19, 23 e
25 de julho e a 7, 8 e 21 de agosto de 1894, disse-lhe em 13 de novembro:

« Percebo-me com lei claramente offensiva do preceito consti-
« tucional que «declara de competencia da União (art. 7º n. 2 da Consti-
« tuição de 24 de fevereiro) os direitos de entrada, saída e estada de
« navios, sendo livre o commercio de cabotagem de mercadorias nacio-
« nais, bem como de estrangeiras que já tiverem pago imposto de im-
« portação» procurei entender-me com o Governador de Pernambuco
« para o fim de sustar a execução da dita lei, posto-se desde logo termo
« ás reclamações de que me destes conhecimento naquelles avisos.

«
« A minha intervenção não produziu resultado, recebendo no dia
« immediato a resposta do Governador nestes termos :

«
« Ao Consul Ingles logo que apresentou-me a primeira das reclama-
« ções respondi explicando-lhe, não só a natureza e a legalidade do
« imposto, mas fazendo-lhe ver que não por via diplomatica, mas por
« outro meio que a Constituição Federal ordina, deviam os collectados
« pagar pelo que lhes parecia de seu direito. Nessa resposta discuto
« a questão, e tendo-a transmittido ao Sr. Ministro do Exterior,
« rogo-vos que tomeis conhecimento della para melhor defesa dos
« interesses nacionaes.

« Logo que tive reclamação consular mandei levar a deposito as
« quantias arrecadadas, si bem que esteja convencido de que os subditos
« estrangeiros residentes no Brazil estão sujeitos ás nossas leis e
« regulamentos fiscaes e segundo as suas prescripções é que devem

« agir como os nacionais; assim sendo, fallam aos Consules o direito de
« serem attendidos quando, advogados dos interesses commerciaes dos
« seus compatriotas, procuram resolver por via diplomatica em
« reclamação collectiva ou individual as allegações e protestos que aos
« Tribunaes do paiz cabe decidir.

« Os consignatarios e agentes de navios estrangeiros julgam
« inconstitucional o imposto de tonelagem, pois usam do seu direito
« perante a justiça federal, que é a unica competente para declarar
« a inconstitucionalidade.

.....

« Decretem os tribunaes judicioriaes federaes a inconstitucionalidade
« de qualquer artigo ou paragrapho da lei do organismo colonial, que,
« fiel observador da Constituição Federal, não demore a suspensão
« da arrecadação, e só assim com legitimidade qualificada inconstitu-
« cional.»

« Não sendo lícito, disse em seguida o Sr. Ministro da Fazenda,
« deixar que as fontes de renda da União, já tão esmagadas, sejam
« assim eschevadas em seu detrimento, provocando os Estados, com a
« decretação de leis de tal natureza, difficuldades como estas que
« trouxeis ao meu conhecimento, julguei necessario provocar a
« intervenção do Procurador Geral da República para o fim de fazer
« valer os direitos da União junto á Justiça Federal, acatando o
« alvitre que suggeristes em vosso aviso de 19 de junho »

Nessa conformidade dirigio-se o Ministerio da Fazenda ao Pro-
curador Geral, encerrando o seu aviso nestes termos :

« Não pode a União consentir que as fontes de renda que lhe
« pertencem exclusivamente sejam exploradas pelos Estados, que desta
« arte acarretam-lhe prejuizos consideraveis, o, o que não é menos
« grave, provocam reclamações insistentes por parte das nações
« estrangeiras. Ao Poder Judiciario compete resolver as causas e
« conflictos entre a União e os Estados (art. 32, n. 1, letra C da
« Constituição) e, pois, informando-vos da existencia d'aquella lei e
« instruições, como das reclamações que a seu respeito tem recebido,
« volto provocar a vossa intervenção para promoverdes a declaração

« de sua inconstitucionalidade junto ao Tribunal competente, propondo
« contra a Fazenda Estadual do Pernambuco a acção de perdas e
« danos ou a que entenderdes conveniente na espécie para salvo-
« guardar os interesses da União. »

Esta resolução do Governo foi communicada á Legação Britanica em nota de 20 de novembro de 1895.

Em 8 de abril do anno seguinte dirigiu o meu antecessor ao Governador do Estado de Pernambuco este telegramma:

« Inicio relações officiaes com V. Ex. pedindo sua celeridade
« attenção para o imposto de tonelagem que recabe sobre a navegação
« transatlantica e tem sido objecto de vnuas reclamações.»

O Governador respondeu por meio dos telegrammas seguintes :

« 12 de abril— Espero Congresso Estado que agora funciona, preste
« attenção reclamações imposto tonelagem..»

« 28 de junho— Senado votou hoje terceira discussão organico.
« Foi supprimido imposto tonelagem..»

Essa resultado da diligencia de meu antecessor foi por elle communi-
cado em notas de 29 de junho ás Legações da Gran-Bretanha, Italia,
Alemanha, Austria-Hungria, Belgica, França e Portugal.

Devo transcrever aqui integralmente o officio de 7 de agosto, em
que o Procurador Geral da Republica, respondendo ao meu antec-
essor, informou sobre o resultado da acção que propuzera. E' este:

« Accusando o recebimento do vosso aviso de hontem sob o n. 4.990,
diz-vos-hei o seguinte:

« Em cumprimento ao aviso do Ministerio da Fazenda n. 445 de 13 de
« novembro de 1895, propuz perante o Supremo Tribunal Federal uma
« acção ordinaria contra o Estado de Pernambuco, por haver a lei esta-
« dual n. 131 de 28 de junho de 1895, art. 3.º, n. 1, creado o imposto de
« 300 réis por tonelada de embarcações estrangeiras de cabotem cruzado,
« que descarregarem ou carregarem no porto interno ou ao ancor-
« douro exterior da Capital do Estado, visto assim de encontro aos
« termos da lei do art. 1.º n. 2 da Constituição Federal. Conclui a
« petição inicial, requerendo que o Supremo Tribunal declarasse a

« inconstitucionalidade do alludido imposto, que fôra regulamentado
« pelas instruções do Governador de 3 de julho de 1886, e qua, conse-
« quentemente, mandamos cessar a sua cobrança e execução.

« Por sentença de 30 de maio, publicada na publicação de 27 de junho
« deste anno, o Supremo Tribunal Federal, considerando que, con-
« quanto manifestamente inconstitucional o imposto, por infringente do
« art. 7º, n. 2 da Constituição, todavia os juizes e tribunaes federaes
« só podem intervir em especie (art. 2 do decreto n. 843 de 21 de ou-
« tubro de 1890), o que supple osso individuos ou coactos como
« objecto do pleito, nos quaes a sentença dá ou negue effeitos juridicos ;
« considerando que a lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, referindo-se
« ás leis inconstitucionaes, aos regulamentos illegaes, apenas autorisa
« a que não sejam applicados aos casos occorrentes; considerando qua,
« comquanto os juizes e tribunaes possam demonstrar a inconstituei-
« nidade de leis e regulamentos, não lhes é todavia dado concluir pela
« annullação de leis e regulamentos, mas sómente pela annullação dos
« actos qua, em virtude delleas, tenham sido praticados; considerando
« que a annullação de disposições legais ou regulamentares, que servem
« de norma para uma serie de casos, importa a revogação da respec-
« tiva lei ou regulamento, e consequentemente o exercicio de uma func-
« ção legislativa ou regulamentar; considerando que o pedido na acção
« importa a revogação de disposições regulamentares, (he outros con-
« ditórios que parecem-me dispensaveis de mencionar) julgo improce-
« dente a acção, sem prejuizo da que cabia á União propor para a an-
« nullação ou decesso dos seus direitos.

« Esta decisão foi adoptada por sete votos contra tres, que se fundi-
« mentaram largamente.»

A decisão do Tribunal foi annunciada ao Governador pelo meu ante-
cessor em telegramma de 12 de agosto de 1886 nestes termos:

« Remetterei pelo correio a V. Ex. cópia informação Procurador
« Geral Republica sobre imposto landagem, considerado inconstituei-
« nal Supremo Tribunal Federal. Interesses naturalmente requeri-
« m não restituição imposto pago a como Supremo Tribunal multa pelo
« parece caso evitar demandas. Resolverá, porcia, V. Ex. como melhor
« couvier aos interesses desse Estado.

A cópia da informação foi remetida com aviso de 3 de agosto. Antes de a receber telegraphica o Governador dizendo que a aguardava para resolver sobre a sua materia.

Quando examinei a direcção deste Ministerio (agosto de 1890) encontrei um effeito do Governador accusando o recebimento da informação do Procurador Geral. Referindo-me a esse effeito, pedi-lhe em aviso de 15 de setembro que, para conhecimento das Legações estrangeiras interessadas, me informasse sobre as providencias dadas para a restituição das quantias arrecadadas.

Na mesma data de 15 de setembro communiquei á Legação Britannica a decisão do Tribunal e o pedido por mim feito ao Governador.

Em 23 de abril do anno proximo passado, dirigio-me o Ministro legatário a seguinte nota:

« Senhor Ministro — Com relapio á correspondencia anterior sobre
« o imposto de torchagem cobrado pelo Governo do Estado de Pernambu-
« buco, que, como V. Ex. sabe, foi declarado illegal pelo Supremo
« Tribunal Federal do Brazil, informo o Consul de San Magistade em
« Pernambuco que na Mensagem Presidencial apresentada recente-
« mente ao Congresso daquelle Estado não se fez proposta alguma que
« assegure a restituição das quantias illegalmente arrecadadas.

« Seja-me permittido ter a honra de lembrar que na sua nota de
« 9 de novembro ultimo ao Sr. Relator, V. Ex. disse que a restituição
« por elle pedida só poderia ser feita quando o Congresso do Estado
« desse ao Governo o credito necessario.

« Supponho que V. Ex., empregando o termo — Governo — refere-se
« ao Federal, com quem e de San Magistade conta para a restituição.

« Como porten não se tenha recorrido ao Congresso do Estado para
« que forneça as quantias necessarias, peço licença para chamar a
« attenção de V. Ex. para a nota de 30 de novembro de 1890, publicada
« no Boletario Official da sua Repartição e dirigida pelo seu distincto
« antecessor ao Ministro Affonso acreditado nesta Republica, o qual,
« depois de mostrar o character inconstitucional do dito imposto (do qual
« tambem se me queixara), tinha insistido pela sua suspensão, reco-
« hendendo a deposito publico as quantias cobradas para se facilitar a
« devida restituição.

« Na resposta ao Ministro Almeida, datada de 30 do dito mez, o Sr. Carvalho declarou-lhe que as quantias cobradas tinham sido depositadas pelo Governo de Pernambuco, até que o Supremo Tribunal dásse decisão sobre a illegalidade do imposto.

« Tendo sido essa decisão devidamente promulgada, pede a V. Ex. que não tarde em pedir ao Governo de Pernambuco a restituição (com o dinheiro recolhido ao depósito publico) das quantias cobradas sobre navios de firmas Britanicas em virtude do dito imposto illegal e pelas quaes o Governo da Sua Magestade considera responsavel o do Brasil.

« Aproveito, etc. »

(Assignado) C. Pereira.

Com effeito o Sr. Dr. Carlos de Carvalho expressou-se assim na citada nota de 30 de novembro:

« Em resposta ao que o Sr. Brasil suggera relativamente á suspensão da cobrança do referido imposto, até que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie sobre a inconstitucionalidade da lei estadual, communico-lhe que o Governo de Pernambuco já providenciou a esse respeito mandando levar a deposito as quantias arrecadadas. »

O imposto foi supprimido, como se communica de Legações interessadas, mas ainda não se fez a restituição.

Em 16 de setembro de 1896 levei ao conhecimento das ditas Legações que o Supremo Tribunal Federal julgara o imposto illegal e que eu acabava de pedir ao Governador de Pernambuco informação a respeito das providencias dadas para que fozera restituídas as quantias indevidamente cobradas.

O Governador respondeu-me nestes termos :

« Satisfazendo o vosso pedido constante do aviso n. 8, de 16 de setembro ultimo, tenho a honra de informar-vos que a restituição das quantias recebidas concernentes ao imposto de tonlagem decorre todo pela lei n. 128, de 18 de junho de 1895, amente poderá ser effectuada depois que o Congresso do Estado habilitar o Governo com o necessario credito. »

Posteriormente, em 18 de dezembro, disse-me ainda o Governador :

« Satisfazendo o pedido constante do aviso de 20 de novembro e próximo findo, sob n. 15, concernente a restituição das quantias correspondentes ao imposto de tonelagem, tenho a honra de informar-vos que a arrecadação do imposto de que se trata, durante o exercício findo em julho ultimo, atingiu a importância de noventa e sete e cinco centos quatorze mil e setenta e dois mil réis, que foi recolhida a conta de rendas especiais.

« Dessa quantia foi despendida a de quatorze contos setecentos e quatorze mil trezentos e trinta e tres réis com o custeio da polícia marítima e tomou-se, por empréstimo, a de oitenta e um contos e sessenta e dois mil e duzentos réis, que passou para a conta da renda ordinaria, não tendo sido ainda affectada a respectiva habilitação, não só por falta de recursos da mesma caixa, como porque, tendo o Supremo Tribunal Federal dado provimento ao recurso interposto por este Estado no processo instaurado pela União, considerou-se desnecessaria a escripturação que estava sendo feita.

« Ainda quando porém a quantia estivesse depositada, não podia o Governo mandar restituí-la sem autorização do Congresso, que decretou o imposto de tonelagem para ser applicado á habilitação de despesas ordinarias do Estado.

« Na mensagem que devo apresentar ao Congresso, por occasião da sua proxima reunião, lhe darei conhecimento do julgamento proferido na causa promovida contra o Estado, afim de que elle me habilite a restituir as quantias recebidas, votando para esse fim o credito necessario.»

Assim pois não se realisa a esperança concebida pelos reclamantes, á vista da declaração de depósito.

O Governador, como se vê na parte final do seu officio, promette-me tratar desse negocio na Mensagem de março do anno proximo passado e pedir ao Congresso que o habilite a fazer a restituição. Não o fez então, mas em Mensagem de 6 de maio o fez resultando, porque, segundo me informou em officio de 4 de agosto, o Congresso Estadual encerrou-se sem votar o credito pedido.

O imposto foi decretado em junho de 1886 para ser cobrado no

exercício de 1895-96, 1896-97, desde julho de 1895, e não consta que tenha sido autorizada a restituição das quantias arrecadadas. A Mensagem apresentada pelo Governador ao Congresso Legislativo do Estado em 6 de março do corrente anno não trata deste assumpto, que assim está em solução ha tres annos. Para concluir-o parece conveniente pedir ao Congresso Nacional o credito necessario e eu communicarei essa resolução á Legação Britanica em 14 de agosto de anno proximo passado. A mesma providencia deve ser applicada ás reclamações feitas por outras legações. Si o Congresso conceder o credito, opportunamente tratará o Governo Federal de obter indemnisação.

As reclamações ingliezas, todas contra o Estado de Pernambuco, importam em 33:143064, comprehendidas as despezas de alguns protestos. A Legação tambem reclama pelos juros.

A Legação da Belgica reclama contra o imposto de Pernambuco em 13 de julho de 1895 e em 24 de janeiro do corrente anno apresentou uma conta de 2:908937, importancia das quantias pagas por cinco navios.

Na mesma data de 13 de julho de 1895 reclamou a Legação Francesa tambem contra o imposto de Pernambuco e apresentou depois duas contas das quantias pagas por 15 vapores da Companhia Chargeurs Reunis e por oito da Companhia Messageries Maritimes, na importancia total de 12:416326, á qual será acrescentada a dos juros vencidos.

A Legação da Alemanha iniciou reclamação contra o imposto de Pernambuco em 26 de julho de 1895 e em 27 de agosto do mesmo anno contra imposto semelhante cobrado no Estado de Alagoas.

O imposto pago em Pernambuco por 56 navios allemães importou em 22:206937.

No Estado de Alagoas o imposto era de 220 reis por tonelada. Foi abolido na lei que cria a receita para o anno de 1898. Pagarão-no 12 navios allemães, na importancia total de 12:028900.

A reclamação apresentada pela Legação de Portugal refere-se á art. 16º do Rio, que pagou em Pernambuco 322063.

As Legações da Austria-Hungria e Italia não pediram indemnisação.

Segundo communicação do Consul Geral da Suécia e Noruega, datada de 2 de novembro de 1886, um príncipe russo pagou \$39000 em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte. O Governador participou-me em 2 de abril de 1887 que a cobrança do imposto havia cessado no exercício respectivo.

Em resumo, são pedidas as seguintes indemnizações:

Gran-Bretanha	80:142\$054
Belgica	2:062\$000
Francia	18:414\$280
Allemanha	36:262\$487
Portugal	321\$000
Suecia e Noruega	53\$000
	38:172\$742

Como já referi, as quantias arrecadadas em Pernambuco, segundo informação do Governador, importaram em 90:472\$00. As reclamações apresentadas contra aquelle Estado montam a 78:902\$125. Ha uma differença de 22:414\$275.

Capital Federal, 28 de julho de 1888.

DOMINGO B. DE CASTRO CHAGAS.

N. 47

Ato da Camara dos Deputados ao Ministerio das Relações Exteriores

Secretaria da Camara dos Deputados — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1888.

Sr. Ministro das Relações Exteriores — Tendo o Governo, em Mensagem de 29 de julho ultimo, que acompanha o vosso officio de 10, sollicitado do Congresso Nacional o credito preciso para a restituição de direitos indevidamente cobrados sobre varios navios estrangeiros nos

estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, roga-vos intermedia, como requisita a Comissão de Organetto:

1.^a, qual a importância total do credito necessario ;

2.^a, qual a importância do mesmo credito correspondente aos direitos individualmente cobrados em cada um dos referidos Estados.

Saude e Fraternidade.

Juao da Matta,

1.^o secretario.

N. 48

Nota do Governo Brasileiro á Legação Francesa

Rio de Janeiro — Ministério das Relações Exteriores, 2.^a de setembro de 1906.

Tenho a honra de participar ao Sr. Visconde de Lavour, Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa, que o Sr. Presidente da Republica pediu ao Congresso Nacional o credito necessario para a restituição dos direitos de tonelagem individualmente cobrados sobre navios estrangeiros e que include nesse pedido a quantia de 18.414\$280 paga em Pernambuco por navios francezes, sollicitando ao mesmo tempo authorisação para satisfazer os juros.

Aproveito com prazer esta oportunidade para offerecer ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Visconde de Lavour.

L. L. L.

Dionicio E. de Castro Conquista.

N. 49

Acta do Ministerio das Relações Exteriores á Camera dos Deputados

Rio de Janeiro—Ministerio das Relações Exteriores, 2 de setembro de 1898.

Senhor 1.^o Secretario — Tenho a honra de responder ao vosso aviso de 28 de maio proximo passado.

Segundo a exposição, que fiz em 28 de julho ao Sr. Presidente da Republica e que está annexa á sua Mensagem do dia seguinte, o credito pedido para a restituição de direitos indevidamente cobrados sobre navios estrangeiros nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, era de \$8:175\$000. Depois de expedida a Mensagem recbi das Legações de Austria-Hungria e de Italia declaração dos direitos cobrados em Pernambuco sobre navios das suas nacionalidades, na importância respectivamente de \$388\$000 e de \$187\$000. Sobre esse acrescimo dirige o Sr. Presidente ao Congresso nova Mensagem.

Deve-se, portanto, o credito a \$8:342\$000.

Deve porém observar que as Legações de Gran-Bretanha e da Republica Francesa também reclamam paços juras, e que convém proceder com igualdade relativamente aos reclamantes das outras nacionalidades. Não posso calcular a importancia dos juras, porque depende da época do pagamento.

Contando sem juras, o credito, com o acrescimo, divide-se deste modo :

Pernambuco.....	\$8:384\$000
Alagoas.....	13:063\$000
Rio Grande do Norte.....	18\$000

Saudes e Estabilidade.

Ao Senhor Primeiro Secretario da Camera dos Senhores Deputados.

DECELIO H. DE CASTRO CARQUEIRA.

N. 50

Mensagem ao Congresso Nacional

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Na Mensagem de 29 de julho eu vos pedi um credito de \$8.175\$751 para a restituição de direitos de tonelagem indevidamente cobrados sobre navios estrangeiros nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Depois daquella data o Ministro do Estado das Relações Exteriores recebeu das Legações do Austria-Hungria e da Italia, como consta de seu officio annexo em original, reclamações contra o Estado de Pernambuco, na importancia de \$1.283\$500 e \$1.187\$870. Peço-vos, portanto, que, addicionando essas quantias á que consta de minha primeira Mensagem, me concedais um credito de \$9.363\$621 com autorisação para o pagamento dos juros.

Capital Federal, 2 de setembro de 1898.

FRANCISCA J. DE MORAES BARROS,
Presidente da República.

Officio a que se refere a Mensagem precedente

Senhor Presidente — No officio, que lleve a honra de vos dirigir em 28 de julho e que remetteis ao Congresso Nacional com a Mensagem do dia seguinte, eu disse que as Legações de Austria-Hungria e de Italia não tinham pedido indemnisação. Já fizeram a sua reclamação contra o Estado de Pernambuco, na importancia respectivamente de \$1.283\$500 e \$1.187\$870. Addicionadas essas quantias á que consta do mencionado officio, montam os direitos cobrados a \$9.363\$621, sem prejuizo dos juros. E' pois necessario completar o pedido por meio de nova Mensagem ao Congresso.

Capital Federal, 1 de setembro de 1898.

DEODORO E. DE CASTRO GARCIA.

N. 51

Nota da Legação Francesa ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil — Petropolis le 3 septembre 1893.

Monsieur le Ministre — Par une lettre en date du premier de ce mois, Votre Excellence a bien voulu me faire savoir que Son Excellence Mr. le Président de la République a demandé au Congrès National le crédit nécessaire au remboursement des droits de tonnage indûment perçus sur les navires étrangers, et que Son Excellence y comprend la somme de 15:418:230 payée à Pernambuco par des bâtiments français. Votre Excellence ajoute que Son Excellence Mr. le Président de la République demande en même temps au Congrès de le mettre en mesure de répondre aux réclamations des intérêts relatives aux intérêts des versements effectués :

J'ai l'honneur d'acuser réception à Votre Excellence de cette communication dont je la remercie.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

Son Excellence.

Monsieur Dionísio E. de Castro Garçeira.

Ministre des Relations Extérieures.

△ △ △

VIGORIS DE LAYARD.

Tradução

Legação da Republica Francesa no Brazil — Petropolis, 3 de setembro de 1893.

Senhor Ministro — Por nota datada do 1.º doeste mez, Vossa Excelencia teve a bondade de communicar-me que Sua Excellencia o Sr.

Presidente da Republica pediu ao Congresso Nacional o credito necessario para a restitução dos direitos de tonelagem individualmente cobrados aos navios estrangeiros, e que Sua Excellencia lachie neste pedido a somma de 15:41-4880, paga em Pernambuco por navios francezes. Vossa Excellencia accrescenta que Sua Excellencia o Sr. Presidente da Republica pede ao mesmo tempo ao Congresso que o habilite a responder ás reclamações dos interessados relativamente aos juros dos pagamentos effectuados.

Tenho a honra de accusar recepção a Vossa Excellencia deesa communicação, que lhe agradeço.

Quere aceitar, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

A Sua Excellencia,

O Senhor Dionisio E. de Castro Carqueira.

Ministro das Relações Exteriores.

VINCENTE DE LAYRER.

N. 52

Acto da Camara dos Deputados ao Ministerio das Relações Exteriores

Secretaria da Camara dos Deputados — Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1898.— N. 248.

Sr. Ministro das Relações Exteriores.— Devolvendo-vos novamente os presentes papéis, que acompanharem o vosso officio de 2 de setembro ultimo, relativamente ao credito de 969488000 e respectivos juros, de que tratam as Mensagens de 29 de julho e 3 do referido mez de setembro, para a restitução de direitos individualmente co-

brados sobre varios navios estrangeiros, em diversos Estados da União, rogo-vos informais si essa restituição é de natureza urgente e iradiavel, depois de verificada a sua exactidão.

Saudes e Fraternidade.

JULIO DE MELLO.

1.º Secretário.

N. 53

Aviso do Ministerio das Relações Exteriores á Camara dos Deputados.

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 1.º de dezembro de 1888.

Senhor 1.º Secretario. — Em resposta a vosso Aviso n. 248, de 29 do mez proximo passado, apressamo-me a dizer-vos que não pôde ser adia ha a restituição de direitos indevidamente cobrados, de que tratam as Mensagens de 29 de julho e 2 de setembro. A cobrança desses direitos começou em 1885 e desde então comparecem tambem as reclamações. O adiantamento das restituições provocará outras e assim ocorrerão as difficuldades creadas pelas leis Estacionais.

Incluoos vos devolvo os papéis que acompanharam o vosso aviso.

Saudes e Fraternidade.

Ao Sr. Primeiro Secretario da Camara dos Senhores Deputados.

OLIVIERO DE MAGALHÃES.

N. 54

Nota da Legação Francesa ao Governo Brasileiro

Légation de la République Française au Brésil. — Petropolis, le 3 décembre 1903.

Monsieur le Ministre — Par une communication en date du 1^{er} septembre, Mr. Dionisio de Castro Cerqueira faisait savoir à cette Légation que Mr. le Président de la République du Brésil « avait demandé au Congrès National le crédit nécessaire pour la restitution des droits de tonnage indûment perçus sur les navires étrangers. » Le prédecesseur de Votre Excellence ajoutait que Mr. le Président de la République « avait compris dans cette demande la somme de 15:414\$200 payés à Pernambuco par des navires français, en sollicitant en même temps de faire payer les intérêts. »

Le 3 du même mois, la Légation de la République Française s'empressait de porter cette communication à la connaissance de Mr. le Ministre des Affaires Étrangères à Paris, et Mr. Delcassé en informait les Directeurs des compagnies françaises de navigation intéressées.

Ces compagnies n'ont pas encore, malgré le délai de trois mois écoulé depuis que la communication précitée m'est parvenue, été appelées à toucher les sommes qui leur sont dues. D'autre part, mes investigations au *Diário Oficial* ne m'ont pas amené à découvrir la date à laquelle les fonds nécessaires à cet effet ont pu être votés par le Congrès.

Je serais, en conséquence, très reconnaissant à Votre Excellence de vouloir bien me mettre le plus tôt possible en mesure de répondre à la question qui m'est adressée relativement à la suite donnée par le Congrès à la demande que Mr. Dionisio de Castro Cerqueira m'a annoncée dès le 3 septembre dernier, comme un fait accompli.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

Son Excellence

Monsieur Olympe de Magalhães,

Ministre des Relations Extérieures.

À À À

VTE. DE LAVALLÉ.

Tradução

Legação da Republica Francesa no Brazil—Petropolis, 3 de dezembro de 1903.

Senhor Ministro — Por uma communicação datada do 1º de setembro o Sr. Dionisio de Castro Carqueira fez saber a esta Legação que o Sr. Presidente da Republica do Brazil « tinha pedido ao Congresso Nacional o credito necessario para a restituição dos direitos de tonnage e legem indevidamente cobrados sobre os navios estrangeiros. » O antecessor da Vossa Excellencia ajuntou que o Sr. Presidente da Republica « tinha comprehendido aquella pedido a somma de « 18:414\$80 pagos em Pernambuco por navios francezes, solidamente e no mesmo tempo o pagamento dos juros ».

A 2 de mesmo mez a Legação da Republica Francesa apressou-se a levar aquella communicação ao conhecimento do Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros em Paris e o Sr. Delcassé dalla informou os Directores das Companhias Francesas de navegação interessadas.

Apesar de terem decorrido tres mezes desde que me chegou a prefallida communicação, ainda as Companhias não foram chamadas para receberem as quantias que lhes são devidas. Por outro lado, as investigações que fiz no *Diario Officiel* não me conduziram a descobrir a data em que os meios necessarios para esse fim tenham sido votados pelo Congresso.

Pistrei, portanto, obrigado a Vossa Excellencia si tiver a bondade de habilitar-me com a maior brevidade possivel a responder á pergunta

que me é dirigida relativamente ao endimento dada pelo Congresso ao pedido que o Sr. Dionísio da Costa Carqueiro me encaminhou a 3 de setembro ultimo como coisa feita.

Queria, Sr. Ministro, acellar as seguranças da minha alta consideração.

A Sua Excellencia

O Sr. Olyntho de Magalhães,

Ministro das Relações Exteriores.

Δ Δ Δ

V. DE LAVAIEU.

N. 55

Nota do Governo Brasileiro á Legação Francesa

Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 8 de dezembro de 1888.

Em resposta á nota, que o Sr. Visconde de Lavour, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Francesa, serviu-se dirigir-me em 3 do corrente tendo a honra de dizer-me que o Congresso Nacional ainda não votou o credito pedido para a restituição de direitos indevidamente cobrados de navios estrangeiros.

Aproveito esta oportunidade para reiterar ao Sr. Ministro as seguranças da minha alta consideração.

Ao Sr. Visconde de Lavour.

OLYNTHO DE MAGALHÃES.

REPUBLICA DO CHILE

Tratado de arbitramento geral

N. 56

Mensagem ao Congresso Nacional

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Submetto á vossa deliberação um Tratado de arbitramento, firmado entre esta Republica e a do Chile em 18 do corrente, constante de cópia autentica, inclusa e que me parece merecerá a vossa approvação.

Capital Federal, 30 de maio de 1899.

M. FERNAN DE CAMPOS SALLES,

Presidente da República

Officio que acompanha a Mensagem precedente

Excmo. Presidente— Em virtude dos plenos poderes que me conferiste, assignei em 18 do corrente ao Sr. D. Anjel C. Vialba, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Chile, tambem devidamente autorizado, um Tratado de arbitramento, constante de cópia autentica junta, que tenho a honra de passar ás tuas mãos e cuja importancia para os dois países me dispense de encarecê-lo.

Capital Federal, 10 de maio de 1899.

OLYNTIO DE MAGALHÃES.

**Tratado de arbitraje entre as Repúblicas
dos Estados Unidos do Brasil e do Chile**

**Tratado de arbitraje entre las Repúblicas de
los Estados Unidos del Brasil y de Chile**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica do Chile, desejando estabelecer o modo de serem resolvidas as controversias que surgirem entre os dois paizes e as que se não puder obter solução amigavel mediante negociações directas, concordaram em celebrar um Tratado de Arbitramento e para esse fim nomearam seus plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Olyntho Maximo de Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da Republica do Chile o Sr. D. Anjel Custodio Vicuña, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da mesma Republica;

Os quaes, revestidos os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes.

ARTIGO 1.º

As Alias Partes Contratantes obrigam-se a submeter a juizo

El Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la Republica de Chile, deseados establecer el modo de solucionar las controversias que surjan entre los dos paizes, que no hayan podido ser resueltas amigablemente, mediante negociaciones directas, han convenido en celebrar un Tratado de Arbitraje, para cuyo fin nombraron sus Plenipotenciarios, á saber :

El Presidente de la Republica de los Estados Unidos del Brasil, al Señor Dr. Olyntho Maximo de Magalhães, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la Republica de Chile al Señor Don Anjel Custodio Vicuña, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de esta misma Republica.

Los cuales, habiendo trocado sus respectivos Plenos Poderes, que encontraron en buena y debida forma, concordaron en los articulos siguientes :

ARTICULO 1º.

Las Alias Partes Contratantes se obligan á someter á compromiso

arbitral as controvérsias que surgirem entre ella, no periodo de duração do presente Tratado, em que as pretensões contradictorias possam ser formuladas juridicamente e nas quaes não se tenha podido obter solução amigavel mediante negociações directas.

ARTIGO 1.º

Em cada um das vezes as Alias Partes Contratantes farão uma Convenção especial que determine o objecto preciso do litigio, a duração do poder do arbitro e todas as regras relativas ao processo. Na falta dessa Convenção, caberá ao arbitro especificar, como base para as reciprocas pretensões das Partes, os pontos de facto e de direito que terão de ser resolvidos para decidir a questão.

ARTIGO 3.º

O arbitro será um só e sua escolha deverá recair no Governo de alguma Potencia amiga, scelta de comum accordo pelas Partes. El não chegar a esse accordo, cada uma das Partes designará um Governo de sua preferença e os dois em que houver recebido a designa-

arbitral las controversias que surjan entre ellas, en el periodo de duración del presente Tratado, en que las pretensiones contradictorias puedan ser formuladas juridicamente, y respecto de las cuales no se haya podido obtener solución amistosa, mediante negociaciones directas.

ARTICULO 2.º

En cada uno de los casos, las Alias Partes Contratantes concluirán una convención especial, que fijará el objeto preciso del litigio, la duración del poder del árbitro, y todas las reglas relativas al procedimiento.

Fallando esa convención, corresponderá al arbitro la especificación como base para las reciprocas pretensiones de las Partes, de los puntos de hecho y de derecho que deberán ser resueltos para decidir la cuestión.

ARTICULO 3.º

El árbitro será uno sólo y su elección deberá recaer en el Gobierno de alguna Potencia amiga, aceptada de común acuerdo por las Partes. Si no se profujera este acuerdo, cada una de las Partes indicará un Gobierno de su preferencia, y los dos, en que haya re-

ção indicarem um terceiro Governo, que será o definitivamente escolhido como árbitro pelas duas Nações interessadas. Quando uma das Partes deixar de indicar um árbitro de sua preferência, dentro de trinta dias após a escolha da outra Parte, o árbitro escolhido por esta será juiz definitivo no pleito.

ARTIGO 4.º

Havendo accordo entre as Partes, as funções arbitraes poderão ser também confiadas a Tribunaes de justiça, Corporações Sciéntificas, Funcionarios e simples particulares, sejam ou não cidadãos do Estado que os nomear.

ARTIGO 5.º

O árbitro usará, para esclarecer a justiça, de todos os meios de informação que julgar necessários, e as Partes se compromettam a pô-los á sua disposição. Um delegado de cada uma das Nações interessadas ao litigio representará o respectivo Governo em todos os assumptos que tenham relação com o arbitramento.

caso esta designação, determinará um tercer Gobierno, que será el definitivamente elegido como árbitro por las dos Naciones interesadas. Cuando una de las Partes dejase de indicar al árbitro de su preferéncia dentro de treinta dias después de la designación de la otra Parte, el árbitro escogido por ésta, será juez definitivo en la contienda.

ARTICULO 4.º

Existiendo acuerdo entre las Partes, las funciones arbitrales pueden ser también confiadas á Tribunales de Justicia, Corporaciones Científicas, á Funcionarios y á los simples particulares, sean ó no ciudadanos del Estado que los nombre.

ARTICULO 5.º

El árbitro hará uso, para esclarecer la justicia, de todos los medios de informaciones que estime necesarios, y las Partes se comprometen á ponerlos á su disposición. Un mandatario de cada una de las Naciones interesadas en el litigio representará á sus propios Gobiernos en todos los asuntos que tengan relación con el arbitraje.

ARTIGO 6.^o

O árbitro é competente para decidir sobre a validade do compromisso e sobre sua interpretação. Deverá decidir segundo os princípios do Direito Internacional, a menos que o compromisso imponha a applicação de regras especiais ou autorize o árbitro a resolver como amigável conciliador.

ARTIGO 7.^o

A sentença deverá decidir definitivamente cada ponto do pleito e será redigida em duplicata e assignada pelo árbitro. Também deverá ser notificada por este a cada uma das Partes por intermedio do respectivo delegado.

ARTIGO 8.^o

A sentença legalmente proferida decide, nos limites de seu alcance, o pleito entre as Partes. Elle deverá conter a indicação do prazo dentro do qual terá de ser executada. As questões que puderem surgir na execução da sentença serão resolvidas pelo mesmo árbitro que a houver proferido.

ARTICULO 6.^o

El árbitro es competente para decidir sobre la validez del compromiso y sobre su interpretación. Deberá decidir según los principios del Derecho Internacional, á menos que el compromiso no imponga la aplicación de reglas especiales ó no autorice al árbitro para decidir como amigable componedor.

ARTICULO 7.^o

La sentencia deberá decidir definitivamente cada punto del litigio, deberá ser redactada en original duplicado, y subscribida por el árbitro. También deberá ser notificada por este á cada una de las Partes, por medio de su respectivo Mandatario.

ARTICULO 8.^o

La sentencia, legalmente pronunciada, decide, en los límites de su alcance, la contienda entre las Partes. Elle deberá contener la indicación de los términos dentro de los cuales deberá ser ejecutada. Sobre las cuestiones que pudieran surgir en la ejecución de la sentencia, deberá decidir el mismo árbitro que la ha pronunciado.

ARTIGO 9.º

Si alguna das Nações interessadas, antes de executada a sentença, tiver conhecimento de que a decisão baseou-se em documento falso ou erroreo, ou que a sentença, no todo ou em parte, foi motivada por um erro de facto, poderá solicitar do mesmo arbitro a revisão do laudo.

ARTIGO 10.º

Cada um dos Estados Contratantes obriga-se a observar e cumprir lealmente a sentença arbitral.

ARTIGO 11.º

O presente Tratado terá força obrigatória por espaço de dez annos, contados de data da troca das ratificações. Findo esse prazo continuará em vigor até que uma das Partes Contratantes notifique á outra a sua denuncia. Neste caso cessará ainda durante um anno contado da data da notificação.

ARTIGO 12.º

As despezas geradas do arbitramento serão pagas pro rata entre as duas Nações interessadas no exemplo.

ARTICULO 9.º

Si alguna de las Naciones interesadas, antes de que la sentencia haya sido ejecutada, tuviese conocimiento de que se ha juzgado con la base de un documento falso ó equivocado, ó que la sentencia, en todo ó en parte, ha sido el efecto de un error de hecho, podrá pedir, ante el mismo árbitro, la revisión del fallo pronunciado.

ARTICULO 10.º

Cada uno de los Estados Contratantes se obliga á observar y ejecutar lealmente la sentencia arbitral.

ARTICULO 11.º

El presente Tratado tendrá fuerza obligatoria por diez años, á partir de la fecha del canga de las ratificaciones. Concluido este término, seguirá en vigor hasta que alguna de las Partes Contratantes notifique á la otra su denuncia. En este caso continuará subsistente hasta que transcurra un año desde la fecha de dicha notificación.

ARTICULO 12.º

Los gastos generales del arbitramento serán pagados á prorrata entre las dos Naciones que son parte en el asunto.

ARTIGO 12.^o

O presente Tratado será ratificado e as ratificações serão trocadas em Santiago do Chile, no mais breve prazo possível.

Em fé do que os respectivos plenipotenciários firmaram e sellaram o presente Tratado em dois exemplares, cada um delles escripto nas linguas portugueza e hespanhola.

Fecho na cidade do Rio de Janeiro em 18 de maio de 1898.

(L. S.) OLIVIERO MAXIMO DE MARGALHÃES.

(L. S.) ANSEL C. VIEIRA.

ARTICULO 12.^o

El presente Tratado será ratificado, y las ratificaciones serán cargadas en Santiago de Chile, en el mas breve plazo posible.

En fé de lo cual los respectivos Plenipotenciarios firmaron y sellaron el presente Tratado en dos ejemplares, cada uno de ellos escrito en lengua portuguesa y espolola.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro a 18 de Mayo de 1898.

(S. L.) OLIVIERO MAXIMO DE MARGALHÃES.

(L. S.) ANSEL C. VIEIRA.

ANNEXO N. 2

Pessoal da Secretaria de Estado,
Corpo diplomatico e Corpo consular bra-
zileiros e estrangeiros

N. 1

Quadro do Pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado

Dr. Olyntho de Magalhães.

Gabinete do Ministro

Official do Gabinete — O 1º Official Miguel Francisco de Monte Junior.

Director-Geral

Joaquim Thomaz de Amaral.

1ª Secção

DO PROTOCOLO

DIRECTOR — José Antonio do Espinheiro.

1º Official — Miguel Francisco de Monte Junior (serve no Gabinete).

2º " — Raymundo Nuno Peçigueiro do Amaral (serve na Directoria Geral).

" " — Joaquim Tibúrcio Pinheiro Guimarães.

Auxiliares — Leonardo Lessa Junior.

2ª Secção

DOs NEGÓCIOS POLITICOS E DIPLOMATICOS

DIRECTOR — Frederico Affonso de Carvalho.

1º Official — José Alexandrino de Oliveira.

" " — Arthur Eduardo Raux Briggs.

Auxiliares — Manoel Coelho Rodrigues.

Addido de Legação — Mario Bellini Ramos.

3ª Secção

DOS NEGÓCIOS COMMERCAES E CONSULARES

DIRECTOR — Luiz Pedro da Silva Rosa.

1º Official — Antonio José de Paula Fonseca.

2º " — Alfredo José Ferreira Baptista.

Amanuense — Vital do Espírito Santo Fontesella.

4ª Secção

DA CONTABILIDADE

DIRECTOR — Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.

2º Official — Arino Ferreira Pinto.

Amanuense — Ernesto Augusto Ferreira.

 " — José Maria de Campos Parada.

 " — Manoel Raymundo de Menezes.

ARCHIVO

Archivista — Eugenio Ferraz de Alencar.

Amanuense — Gregorio Pinagreiro do Amaral.

PORTARIA

Porteiro — Paulino José Soares Pereira.

Ajudante do Porteiro — Antonio Pereira da Miranda.

Comissario — João Ventura Rodrigues.

 " — Miguel José da Costa.

Correio — Carlos Maurício da Silva.

 " — Joaquim Fernandes da Sá.

Secretaria de Estado dos Negocios Exteriores, 20 de abril de 1889.

G. D. D. D. D. D.

JOAQUIM THOMAS DO AMARAL.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomático Brasileiro

AMERICA

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Excellencia Joaquim Francisco de Assis Brazil, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Menezes da Oliveira Lima, 1.^o Secretario.

Excellencia Alvaro de Almeida Franco, Adido. (ausente.)

REPÚBLICA ARGENTINA

Excellencia Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

João Fausto de Aguiar, 1.^o Secretario.

Mario Belfort Ramos, Adido. (Serve na Secretaria de Estado.)

Luiz Guimarães Filho, Adido. (ausente.)

REPÚBLICA DA BOLÍVIA

Excellencia Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

REPÚBLICA DO CHILE

Dr. José Pereira da Costa Motta, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Excellencia Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, 1.^o Secretario.

REPÚBLICA DO PARAGUAY

Excellencia Brazilio Ribert da Cunha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Excellencia Antonio Nunes Gomes Pereira, 1.^o Secretario.

João Ribert da Cunha, Adido. (ausente.)

REPÚBLICA DO PERU

Barthel Henrique de Miranda, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (ausente).

Arthur Stockler Pinto de Menezes, 2.º Secretário (Encarregado de Negócios).

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Barthel Alberto Fialho, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Raul Franklin Reydon de Azevedo, 1.º Secretário.

Barthel Carlos Salgado, Adido.

EUROPA

IMPERIO ALEMAO

Cyrt de Azevedo, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Alfredo Carlos Alencastro, 1.º Secretário.

Barthel Armando Soares Dias, Adido. (ausente.)

Gustavo de Viana Kelsch, Adido.

AUSTRIA-HUNGARIA

Dr. Bruno Gonçalves Chaves, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Oscar de Tsché von Boonholtz, 2.º Secretário.

Barthel Luiz Pereira Soares, Adido.

BELGICA

Francisco Xavier de Costa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Barthel Alfredo Leite Rodrigues Torres, 1.º Secretário.

Barthel Arnaldo de Mello Franco, Adido. (ausente.)

REPÚBLICA FRANCESA

Dr. Gabriel de Toledo Pinx e Almeida, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel Oscar Reynier do Amaral, 1.^o Secretário.

Abílio Cesar Borges, 2.^o Secretário.

Bacharel José Pereira de Chermont Raulo, Adido.

Alberto Georges Moreau, Adido.

GRAN-BRETANHA

João Arthur de Souza Corréa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel José Candeiro do Rago Barroa, 1.^o Secretário.

Silvino Gurgel do Amaral, 2.^o Secretário.

ESPAÑA

Bacharel Pedro de Araújo Balbino, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel Luiz de Lima e Silva, 2.^o Secretário.

ITALIA

Dr. Francisco Ragis de Oliveira, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Dr. Alfredo de Barros Moreira, 1.^o Secretário.

Antônio Veloso Rabello, Adido.

PAISES BAIXOS

João Arthur de Souza Corréa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

PORTUGAL

Julio Henrique de Mello e Alvim, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel Augusto Cochrane de Alencar, 1.^o Secretário.

Bacharel Luiz Felipe Maria da Motta Azevedo Corréa, Adido.

Fernando Gomes Durval, Adido. (ausente.)

ATENA.

Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel Alfredo de Almeida Brandão, 3.^o Secretário.

Bacharel Eduardo de Lima Ramos, Adido. (ausente).

SANTA ELL

Bacharel José Augusto Ferreira da Costa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Bacharel Carlos Megalhães de Azevedo, 3.^o Secretário.

ATENA

Missão ordinária

Bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira, 3.^o Secretário (Encarregado de Negocios.)

Bacharel Luiz Martins da Souza Dantas, Adido (ausente).

Missão especial

Bacharel José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Domicio da Gama, Secretário.

Hippolyto Pacheco Alves de Azeijo, Adido.

Raul Paranhos do Rio Branco, Adido.

1.^a seção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 20 de abril de 1899.

+ Emissor.

José ANTONIO DE ESPINHEIRO.

N. 3

Quadro do Corpo Diplomático Estrangeiro

AMERICA

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Charles Page Bryan, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Thomas C. Dawson, Secretario.

Tenente James A. Shipton, Adido Militar.

REPUBLICA ARGENTINA

D. Manuel Garmíezaga, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

D. Baldomaro M. Fonseca, Secretario de 1.^a Classe.

REPUBLICA DA BOLIVIA

Dr. D. José Paravizal, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (ausente).

D. Ricardo Jaimez Freyre, Secretario, Encarregado de Negocios.

REPUBLICA DO CHILE

D. Angel C. Vicuña, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

D. Eduardo C. Mac-Clear, 1.^o Secretario.

D. Alberto Yoaeham Varas, 2.^o Secretario.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

D. Blas Vidal, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (ausente).

D. Angel L. Dufour, 1.^o Secretario. Encarregado de Negocios.

REPÚBLICA DO PARAGUAY

D. Fernando Luchini, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (nomeado).

REPÚBLICA DO PERU

D. Horán Velarde, Secretario de 1.^a classe, Encarregado de Negocios.
D. Felipe Rojas (adido).

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

General Jacinto Regino Pachano, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (ausente).

D. Elío G. Gonzalez, Secretario (ausente).
D. Jacinto R. Pachano Filho, Adido (ausente).

EUROPA

IMPERIO ALEMAO

Conde d'Arco-Valley, Conselheiro de Legação, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Príncipe Heinrich XXXI de Reuss, Secretario de Legação (nomeado).
Felix Müller, Conselheiro suizo, Chancelier da Legação.

AUSTRIA-HUNGARIA

Barão de Rodich, Secretario, Encarregado de Negocios.

BELGICA

Conde d'Ursel, Secretario, Encarregado de Negocios.

REPÚBLICA FRANCESA

Vicente de Lamoignon de Saint Fortuoné, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

A. R. Conty, Secretario de Embaixada (ausente).
P. Bissel, Aluno-Chancelier, Secretario-Archivista.

GRAN-BRETAGHA.

Edmund Constantine Henry Phipps, C. B. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Sir Brooke Boothby (Bar^o), Secretario da Legação.

Hugh E. E. Macdonell, 2^o Secretario.

Joseph J. Hanson, traductor.

HISPANIA.

D. Ricardo de Larios, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

D. Luis Pastor, Secretario de 2^a classe (ausente).

ITALIA.

Conde Pedro Arisicelli, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Cavalleiro V. Rossi-Tosca, Secretario.

Cavalleiro Raffaele Agnoli, Vice-Consul, Chanceller, Addido á Legação.

Cavalleiro Augusto Straniero, Vice-Consul, Addido á Legação.

PORTUGAL.

Conselheiro Antonio José Nunes, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

Commandador João Oliveira da Sil. Comelo Lameira, 1^o Secretario, Encarregado de Negocios.

Luis Arenas de Lima, 2^o Secretario (nomado).

Conselheiro Alfredo Barbosa dos Santos, Addido Honorario.

RUSSIA.

Conselheiro de Estado Miguel de Giers, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (ausente).

Conselheiro Alexandre Greger, 1^o Secretario, Encarregado de Negocios (ausente).

Antonio de Walli, Addido.

SANTA SÉ

Monsenhor José Mucchi, Arcebispo de Thessalonica, Intermunio Apostólico e Enviado Extraordinário (ausente).

Monsenhor Henrique Sibilo, Camareiro Honorario, Auditor da Intendência, Encarregado de Negocios.

Monsenhor André Croci Landeen, Secretario de Monsenhor Intermunio (ausente).

ASIA

IMPERIO DO JAPÃO

Shigenori Okoshi, Ministro Residente (nomado).

Yagoro Kiura, Secretario de 2.ª classe, Encarregado de Negocios.

Toshitami Toyama, Secretario-interprete.

Taiyo Hojo, Chancelier.

Etsujiro Okamura, Chancelier.

1.ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de abril de 1889.

O Secredo,

José Antonio do Espinheiro.

N. 4

Apesar das supostas boas intenções de estado, compreendendo todos os mecanismos de que tem sido incapazes desde sua primeira tentativa de o fazer.¹

[illegible]

³ No significant data could be obtained from the interval between 15 and 20 min.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

Nome	Designação do 1.º cargo 1971	Carreira	Data da promoção a provisório
Eduardo Figueira de Almeida Costa	Suplente	De secretário de secretarias	21 de dez. de 1959
	Procurador	1.º official	22 de abril de 1960
	Designado	Director interno da 1.ª secção	1 de dez. de 1959
	Procurador	1.º official	1 de maio de 1960
	Designado	Director interno da 1.ª secção	1 de maio de 1960
	Designado	Idem	14 de jan. de 1960
	Procurador	Director da secção	27 de abril de 1960
	Designado	Official de gabinete	1 de dez. de 1959
	Designado	Idem	1 de jul. de 1960
Frederico Affonso de Carvalho	Secretário	Adido a uma secretaria de Estado	21 de jan. de 1957
		Relatório ao presidente do seu cargo a 12 de janeiro de 1957	
	Idem	Procurador	21 de maio de 1959
	Procurador	Assessor	20 de maio de 1960
		Relatório ao presidente do cargo de 7 de abril a 10 de novembro de 1959	
	Idem	1.º official	5 de maio de 1959
	Idem	1.º official	21 de ago. de 1959
Leão Leopoldo Fernandes Ribeiro	Idem	Director da secção	28 de ago. de 1959
		Relatório ao presidente do cargo de 2 de novembro de 1959 a 21 de dezembro de 1959	
	Secretário	Procurador chefe secretaria de Estado	21 de abril de 1959
		Relatório ao presidente do seu cargo a 10 de abril de 1959	
		Relatório ao presidente do cargo de 1 a 10 de janeiro de 1959	
	Procurador	Assessor	1 de dez. de 1959
	Idem	1.º official	22 de mar. de 1960
Paulo Antonio de Espinosa		Relatório ao presidente do cargo de 7 de janeiro a 10 de dezembro de 1959	
	Idem	1.º official	20 de jan. de 1960
	Designado	Director interno da 1.ª secção	28 de mar. de 1959
	Designado	Idem	1 de jul. de 1959
	Procurador	Director da secção	21 de jul. de 1959
	Secretário	Procurador da Contadoria da Marinha	21 de jul. de 1959
Paulo Antonio de Espinosa	Procurador	Idem	27 de jul. de 1959

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

Nome	Procedimento de nomeação, data,	Qualificação	Antes da mudança (1) Portugal
José António de Baptista	Nomeado...	Procurador desta secretaria de Estado (Estava em exercício do seu cargo a 2 de maio de 1933.)	21 de abril de 1933.
	Procurador...	Advogado	27 de mai. de 1933.
	Idem...	2.º official	29 de maio de 1933.
	Idem...	2.º official	27 de abril de 1933.
	Designado...	Official de gabinete	1 de dez. de 1933.
	Procurador...	Escritor de câmara	25 de dez. de 1933.
	Designado...	Official de gabinete (Estava em posse de licença de 21 de setembro de 1932 a 10 de janeiro de 1933.)	11 de abril de 1933.
2.º official			
José Alexandre de Oliveira	Nomeado...	Procurador desta secretaria de Estado (Estava em exercício do seu cargo a 23 de março de 1933.)	29 de mar. de 1933.
	Procurador...	Advogado	28 de abril de 1933.
	Idem...	2.º official	1 de jul. de 1933.
	Idem...	2.º official	29 de mar. de 1933.
		(Estava em posse de licença de 21 de setembro a 23 de novembro de 1932 a 12 de agosto a 10 de setembro de 1933.) (Serviu de Director-Geral da Direcção de 1 de setembro de 1933 a 10 de novembro de 1933.)	
Sérgio Francisco de Almeida Almeida	Nomeado...	Procurador desta secretaria de Estado (Estava em exercício do seu cargo a 23 de setembro de 1934.)	21 de set. de 1934.
	Procurador...	Advogado	26 de jan. de 1935.
	Idem...	2.º official	1 de mar. de 1935.
		(Estava em posse de licença de 26 de março a 29 de abril de 1935.)	
	Designado...	Official de gabinete	1 de jul. de 1935.
	Procurador...	2.º official	26 de dez. de 1935.
	Designado...	Official de gabinete (Serviu de Director-Interino de 14 setem- bro de 34 a 26 de novembro de 1935, de 1.º de dezembro de 1935 a 1 de janeiro de 36 de janeiro a 15 de maio, de 20 de maio a 22 de junho de 36 de junho a 30 de agosto de 36 de setembro de 1936 a 10 de janeiro de 37 de abril a 21 de julho de 37 de agosto a 26 de setembro e de 1.º de de novembro de 1936.)	24 de ag. de 1935.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

Nome	Qualificação, Cargo e Data, etc.	Funções	Tempo por decreto e portarias
Agostinho Francisco de Almeida Coronel de Engenharia	Engenheiro	Official de gabinete	15 de março de 1931
Antônio José de Paula-Pereira Médico	Medico	Presidente desta secretaria de Estado (Exerceu em exercício de seu cargo a 8 de maio de 1931.)	15 de abril de 1931.
	Procurador	Advogado	15 de jul. de 1931.
	Advogado	1.º off. judicial	17 de abril de 1931.
		(Exerceu em proveito de cargo a 1 de março a 7 de abril de 1931.)	
	Advogado	1.º off. judicial	1 de jan. de 1931.
		Procurador da Fazenda Pública do Município de 2 de setembro a 21 de dezembro de 1931 e de 1.º a 17 de fevereiro de 1932.)	
Artur de Almeida e Sousa Bibliotecário	Comendado	Presidente desta secretaria de Estado (Exerceu em exercício de seu cargo a 21 de julho de 1931.)	15 de jul. de 1931.
	Procurador	Advogado	15 de jan. de 1931.
	Advogado	1.º off. judicial	15 de mar. de 1931.
	Advogado	1.º off. judicial	15 de set. de 1931.
2.º off. judicial			
Barbosa, Ricardo Pereira Governador de Estado	Comendado	Presidente da Comissão de Estado	28 de ago. de 1931.
	Procurador	1.º promotor	1 de mai. de 1931.
	Comendado	Presidente desta secretaria de Estado (Exerceu em exercício de seu cargo a 14 de maio de 1931.)	30 de maio de 1931.
	Procurador	Advogado	24 de jan. de 1931.
	Engenheiro	Official de gabinete	1 de set. de 1931.
	Engenheiro	Advogado	21 de set. de 1931.
	Designado	Assessor da Secretaria Geral	21 de jan. de 1931.
	Procurador	1.º off. judicial	1 de maio de 1931.
Antônio Pereira Pinto	Comendado	Presidente desta secretaria de Estado (Exerceu em exercício de seu cargo a 20 de set. de 1931.)	15 de set. de 1931.
	Procurador	Advogado	15 de maio de 1931.
	Advogado	Advogado	1 de mar. de 1931.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

Nome	Função exercida, etc.	Observações	Data em que chegou a Portugal
Agostinho Fiala	Despedido	Menor	31 de maio de 1893.
	Procurador	1.º official (Entrou em exercício de seu cargo a 21 de janeiro de 1893.)	21 de jan. de 1893.
Augusto Tibério Pinheiro Silva	Despedido	Procurador desta secretaria de Estado. (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de janeiro de 1893.)	12 de jan. de 1893.
	Procurador	Antecessor (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de abril de 1893.)	1 de abril de 1893.
	Despedido	1.º official	1 de jan. de 1893.
	Designado	Official de primeira	28 de set. de 1893.
	Despedido	Menor	28 de set. de 1893.
	Designado	Menor	28 de set. de 1893.
	Despedido	Menor (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de janeiro de 1893.)	12 de jan. de 1893.
Alfredo José Pereira Nogueira	Despedido	Procurador desta secretaria de Estado. (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de janeiro de 1893.)	12 de jan. de 1893.
	Procurador	Antecessor (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de maio de 1893.)	12 de maio de 1893.
	Menor	1.º official	28 de set. de 1893.
António		—	—
António Augusto Pereira	Despedido	Procurador desta secretaria de Estado. (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de maio de 1893.)	12 de maio de 1893.
	Procurador	Antecessor	1 de abril de 1893.
Gregório Domingos da Silva	Despedido	Adido à Secretaria de Marinha	28 de maio de 1893.
	Menor	Procurador	28 de abril de 1893.
	Procurador	1.º official	28 de jan. de 1893.
	Despedido	Antecessor desta secretaria de Estado. (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de janeiro de 1893.)	12 de jan. de 1893.
Thomé de Castro Costa Pereira	Menor	Antecessor da Intendência da Guerra	4 de agosto de 1893.
	Despedido	Antecessor	12 de junho de 1893.
	Despedido	Antecessor desta secretaria de Estado. (Entrou em exercício de seu cargo a 12 de junho de 1893.)	12 de jun. de 1893.
Leopoldo Luiz, Pinheiro	Menor	Adido	28 de set. de 1893.

CONSTITUTIONAL LAW: 100 QUESTIONS

NOME	Qualificação, e data de nascimento, ano.	Categoria	Tempo em exercício e partida
Esmeralda Leite Junior		[Exerceu em cargo de Inspetor de 20 de janeiro a 22 de julho de 1932.]	
Marcel Cárlos Rodrigues	Exonerado	Auxiliar desta Secretaria de Estado [Exerceu em comissão de seu cargo a 29 de julho de 1932.] [Exerceu em cargo de Inspetor de 20 de janeiro a 24 de dezembro de 1937.]	22 de jul. de 1932
João Maria de Campos Pa- ralha	Idem	[Exerceu em comissão de seu cargo a 11 de novembro de 1932.]	11 de nov. de 1932
Manoel Raymundo de Al- meida	Idem	[Exerceu em comissão de seu cargo a 27 de janeiro de 1932.] [Exerceu em cargo de Inspetor desde 21 de fevereiro de 1932.]	27 de jan. de 1932
Arquiteto			
Magno Victor de Almeida	Idem	Proj. de arquitetura de Alameda do O- gital Federal.	28 de dez. de 1932
	Exonerado		2 de dez. de 1932
	Exonerado	[Exerceu em comissão de seu cargo a 22 de dezembro de 1932.]	2 de dez. de 1932
	Idem	[Exerceu em cargo de Inspetor de 27 de janeiro a 22 de julho de 1932 a 22 de dezembro de 1932.]	27 de jan. de 1932
	Exonerado	[Exerceu em cargo de Inspetor de 27 de janeiro a 22 de julho de 1932 a 22 de dezembro de 1932.]	22 de dez. de 1932
Perito			
Perito José Soares Pereira	Exonerado	Quarta de Alameda do Capital	21 de nov. de 1932
	Exonerado		24 de jul. de 1932
	Exonerado		1 de nov. de 1932
	Exonerado		26 de jul. de 1932
	Exonerado	[Exerceu em comissão de seu cargo a 22 de julho de 1932.]	22 de jul. de 1932
	Designado	Ajudante de portaria	22 de dez. de 1937
	Procurador	Partido	4 de dez. de 1932
Ajudante de portaria			
Antônio Pereira de Almeida	Assessor geral	Chefe de Gabinete do Palácio do Capital Federal.	1 de set. de 1932
	Procurador	Cabe de gabinete	2 de set. de 1932
	Procurador		2 de set. de 1932

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOME	CLASSIFICAÇÃO, SEGUNDO O Q. D. N. 1. 1902.	CATEGORIA	DATA DO INGRESSO E PROMOVAÇÃO
<i>Ajudante de justiça</i>			
Antônio Pereira de Sousa	Promovido....	Categoria desta secretaria de Estado... (Relatório em favor do seu cargo a 7 de dezembro de 1882.)	7 de dez. de 1882.
	Designado....	Ajudante de justiça.....	Idem.
	Promovido....	Idem.....	20 de abril de 1883.
<i>Continuam</i>		—	
João Vazquez Rodriguez	Promovido....	Categoria desta secretaria de Estado... (Relatório em favor do seu cargo a 4 de dezembro de 1882.) (Relatório em favor de aumento de 7 de janeiro a 7 de maio de 1883.)	4 de dez. de 1882.
		—	
Eligio José de Costa	Idem.....	Idem..... (Relatório em favor do seu cargo a 9 de maio de 1883.)	9 de maio de 1883.
José Bernardino Pereira	Idem.....	Idem interino..... (Relatório em favor do seu cargo a 14 de dezembro de 1882.)	21 de jan. de 1883.
<i>Correio</i>		—	
Carlos Eduardo de Silva	Idem.....	Correio da secretaria de Estado.....	20 de jul. de 1882.
	Idem.....	Idem desta secretaria de Estado... (Relatório em favor do seu cargo a 7 de janeiro de 1883.)	8 de jan. de 1883.
		—	
Joseph Francisco de M.	Idem.....	Categoria Militar de Polícia da Capital Federal.....	20 de ag. de 1882.
	Promovido....	Categoria de engenheiro.....	1 de dez. de 1882.
	Tornou-se....	Idem.....	25 de nov. de 1882.
	Promovido....	Categoria da secretaria de Justiça.....	14 de nov. de 1882.
	Idem.....	Idem desta secretaria de Estado... (Relatório em favor do seu cargo a 12 de agosto de 1882.) (Relatório em favor de aumento de 21 de dezembro de 1882 a 22 de março de 1883.)	4 de ag. de 1882.

* Categoria da secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 10 de abril de 1883.

O Diretor,

LEON LACERDA FERNANDES PEREIRA

EMBAIXADAS EXTRAORDINARIAS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

Nome e qualificação	Nome e qualificação do titular	Paiz	Paiz do qual é titular	Data da nomeação
Francisco Xavier de Caldas	Embaixador	Estado americano e ministro plenipotenciário (Partida a 15 de março de 1890.)	Itália	11 de jan. de 1890.
	Consulador	Idem de 15 dias.	Idem	11 de jan. de 1890.
	Embaixador	Idem	República Oriental do Uruguai	11 de jan. de 1890.
	Idem	Idem	Argentina	11 de mar. de 1890.
	Idem	Idem	Idem	Idem
	Idem	Idem	Idem	Idem
Rafael Oyarzun de Larrea	Embaixador	Estado americano e ministro plenipotenciário (Partida a 10 de janeiro de 1890.)	Itália	11 de jan. de 1890.
	Embaixador	Idem	Peru	1 de mar. de 1890.
	Idem	Idem de 15 dias.	Argentina	4 de jan. de 1890.
	Idem	Idem	República Argentina	1 de mar. de 1890.
	Idem	Idem	México	1 de mar. de 1890.
	Idem	Idem	Idem	Idem
	Idem	Idem	Idem	Idem
	Idem	Idem	Idem	Idem
Dr. Rafael de Trujillo Pizarro	Embaixador	Estado americano e ministro plenipotenciário (Partida a 1 de julho de 1890.)	Argentina	11 de jan. de 1890.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

PAISES DES ENVOIÉS	PROTECTOR, S. E. ou S. M. A., etc.	CATEGORIA	PAISES ET COUR POUR LES ENVOIÉS	DATE DES ENVOIS ET REVOQUES
Royaume de France de Louis XVIII. Louis de Launay.	Consulats.	Consulat Extraordinaire à Mexico, Placé au titre de la classe.	Republique de Cuba.	26 de dec. de 1799.
		(Délats en grace de li- cence de 20 de novem- bre à 17 de agosto de 1802.)		
	Exercice.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
Royaume de France de Louis XVIII. Louis de Launay.	Consulats.	Exercice extraordinaire à Mexico, Placé au titre de la classe.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Consulats.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Exercice.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Consulats.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Exercice.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
Royaume de France de Louis XVIII. Louis de Launay.	Consulats.	Exercice extraordinaire à Mexico, Placé au titre de la classe.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Consulats.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Exercice.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Consulats.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		
	Exercice.	Mex.	Republique Argentine.	6 de jan. de 1807.
		(Délats en grace de li- cence de 5 de novem- bre à 6 de agosto de 1802.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

PAISES ENVIADOS	ENVIADOS, EXTRAORDIN., ETC.	DEFINICAO	PAISES ENVIADOS EXTRAORDINARIOS	DATA DO INICIO DO EMPREGO
Barthol. Jacques Francisco de Almeida Rosa	Brasileira	Exatidão extraordinária e ministerio plenipotenci- ciário	Estados Unidos da Am- erica	1 de mar. de 1881.
Dr. Francisco Ro- gerio de Oliveira	Brasileira	Exatidão de 1.ª classe	República da Bolivia	14 de jan. de 1879.
		(Partiu a 20 de julho de 1879.)		
	Brasileira	Idem	Archie. Bengali	29 de jan. de 1879.
	Brasileira	Idem	Francia	2 de jan. de 1879.
	Brasileira	Idem	República da Porto	14 de mar. de 1879.
	Brasileira	Idem	República Oriental do Uruguay	20 de mar. de 1879.
		(Partiu de Pernambuco de Pernambuco de 10 de mar. a 10 de junho de 1879.)		
		(Partiu em grupo de 1.ª classe de 10 de julho a 10 de agosto de 1879 e de 10 de agosto a 10 de julho de 1880.)		
	Brasileira	Idem	Império da India	10 de jan. de 1881.
		(Partiu em grupo de 1.ª classe de 10 de janeiro de 1880 a 10 de janeiro de 1881.)		
	Brasileira	Idem	Republica da Paraguay	10 de mar. de 1880.
		(Partiu em grupo de 1.ª classe de 10 de janeiro de 1880 a 10 de julho de 1880.)		
	Idem	Idem	Idem	10 de ag. de 1880.
	Idem	Idem	Idem	10 de ag. de 1880.
	Brasileira	Idem	Idem	10 de ag. de 1880.
		(Partiu em grupo de 1.ª classe de 10 de janeiro de 1880 a 10 de julho de 1880.)		
	Idem	Idem	Idem	10 de ag. de 1880.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOME DO ENVIADO	PROVAÇÃO, A QUE FUIZ SUBMETTIDO	EXTREMIDADE	PAISES EM QUE FUIZ ENVIADO	DATA DO COMEÇO DO ENVIAMENTO
Dr. Francisco Paes de Oliveira	Ato de 11 de novembro de 1871.	Estados Unidos e México, para representar a delegação brasileira.	Estados Unidos.	7 de set. de 1871.
	Exercício.	México.	México.	7 de jan. de 1872.
Deputado Pedro de Araújo (Silva)	Idem.	Estados da 1ª classe.	República da Espanha.	22 de jan. de 1872.
		Porto a 22 de junho de 1872.		
	Mandado.	Serviço.	Portugal.	22 de jan. de 1872.
	Exercício.	Estados da 2ª classe.	Espanha.	22 de set. de 1872.
		Lista de senhores de 1 a 22 de junho de 1872, de senhores de 23 de agosto de 1872, de 24 de julho a 25 de setembro de 1872, de senhores de 26 de outubro a 27 de dezembro de 1872, de 28 de janeiro a 29 de março de 1873, de senhores de 30 de abril a 31 de junho de 1873, de senhores de 1 de julho a 2 de setembro de 1873, de 3 de outubro a 4 de dezembro de 1873, de 5 de janeiro a 6 de março de 1874, de senhores de 7 de abril a 8 de junho de 1874.		
	Exercício.	Secretaria.	Estados Unidos da América.	22 de set. de 1872.
		(Estava em posse de 1 de maio de 1872 a 17 de junho de 1872.)		
	Mandado.	Serviço.	Espanha.	22 de jan. de 1872.
	Exercício.	Secretaria.	Espanha.	22 de jan. de 1872.
		(Estava em posse de 1 de maio de 1872 a 1 de setembro de 1872.) Lista de senhores de 1 de setembro de 1872 a 1 de junho de 1873.		

EMBAIXADAS EXTRAORDINARIAS E MINISTROS PLENIPOTENCIÁRIOS

EMB. DE EMBAIXADAS	EMBAXADAS, SECRETÁRIOS, ETC.	CATEGORIA	PAÍS DO QUE FORAM ENVIADOS	DATA DO COMEÇO DO EMPLEO
Barthel Pöhl de Amoy Solida		[Estava em Paris de 1º de junho de 1880 a 20 de abril de 1881.]		
	Presença...	Estava extraordinária e sempre (desempenhando) de 1º classe.	Portugal.....	1º de maio de 1881.
	Presença...	Idem.....	Idem.....	1 de maio de 1881.
	Presença...	Idem.....	Idem.....	1 de maio de 1881.
		[Estava em Madrid de 1º de junho de 1881 a 1 de maio de 1882.]		
	Madrid....	Estava a sua cargo.	Espanha.....	1 de maio de 1882.
Barthel Pöhl de Amoy Solida		—		
	Presença...	Estava de 1ª classe.	Francia.....	1 de maio de 1881.
		[Estava a 1º de junho de 1881.]		
		[Estava de 1º de junho de 1881 a 1 de maio de 1882.]		
	Madrid....	Idem.....	Idem.....	1 de maio de 1881.
	Presença...	Estava de 1ª classe.	Idem.....	20 de maio de 1881.
Barthel Pöhl de Amoy Solida		[Estava em Paris de 1º de junho de 1881 a 1 de maio de 1882.]		
	Presença...	Estava.....	Belgia.....	1 de maio de 1881.
Barthel Pöhl de Amoy Solida		[Estava em Paris de 1º de junho de 1881 a 1 de maio de 1882.]		
	Presença...	Estava.....	Idem.....	1 de maio de 1881.

ENVIRONMENTAL EXTRACTION & MONITORING: ELASTICITY-DRIVEN

[illegible]

EMBAIXADES EXTRAORDINARIAS E MINISTROS PLENIPOTENCIÁRIOS

Nome dos Embaixadores	Representação, data de chegada e saída.	Caracteres	Países em que tiveram representação	Nome dos Embaixadores ou representantes
Richard José Aguiar Pereira da Costa.....	Brasília.....	(Entrou em posse de li- quidação de 1.º de julho a 15 de dezembro de 1971.) Serviço extraordinário e ministro plenipotenciário.....	Bahia.....	15 de jan. de 1972.
	à representação completa.....	México.....	Bahia.....	7 de dez. de 1972.
	Brasília.....	Colômbia.....	México.....	14 de jan. de 1973.
Henrique Carlos Ri- beiro Lúcio.....	Brasília.....	Ambaixador de 1.ª classe..... (Partiu a 20 de janeiro de 1971.)	Brasília.....	22 de dez. de 1970.
	Brasília.....	Colômbia..... (Das 12h30 estava em posse de licença, porém o marco a 15 de 1972.)	Estados Unidos da América.....	4 de dez. de 1971.
	Moscou.....	Sérvia.....	Portugal.....	21 de mar. de 1971.
	Brasília.....	Ambaixador de 1.ª classe..... (Entrou em posse de li- quidação de 1.º de setembro de 1971 a 15 de março de 1972.)	Marrocos.....	22 de mar. de 1972.
	Brasília.....	Secretário de embaixada plenipotenciário.....	Colômbia.....	9 de set. de 1972.
	Brasília.....	Ambaixador de 1.ª classe..... (Entrou em posse de li- quidação de 1.º de maio a 15 de agosto de 1972.)	Marrocos.....	1 de set. de 1972.
	Brasília e representação.....	Secretário..... (Partiu a 21 de dezembro de 1972.) (Partiu de embaixada) de regresso de 20 de dezembro de 1972 a 1.º de janeiro de 1973.)	República Oriental do Uruguai.....	22 de mar. de 1973.
	Brasília.....	Secretário.....	Portugal.....	22 de jan. de 1973.
		(Entrou em posse de li- quidação de 2.º de junho de 1972 a 15 de junho de 1973, de 1.º de abril a 15 de maio e de 1.º de setembro a 20 de dezembro de 1972.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

Nome por extenso...	Intimação, a B.O. nº 101, 1893.	Função...	Estado por que passou a representação	Data da entrega da credenciação
Richard Henrique de Almeida...	Preservado...	Secretaria.....	Império Alemão.....	18 de set. de 1893.
		(Estado de encargos de negócios de 15 de julho a 1 de julho de 1893.)		
	Preservado...	2º secretário.....	Idem.....	18 de set. de 1893.
		(Estado de encargos de negócios de 1 a 15 de outubro de 1893 a de 15 de outubro a 15 de novembro de 1893.)		
		(Estado em geral de li- quidação de 1 de julho de 1893 a 15 de março de 1894 a de 17 de maio de 1894 a 31 de jan- eiro de 1895.)		
Richard Alberto Folles.....	Preservado...	Secrétaire adjoint (ajuda a substituir plenipoten- ciário de 1º classe)...	Belgica.....	17 de set. de 1894.
	Preservado...	Idem.....	Idem.....	18 de set. de 1893.
		(Estado em geral de li- quidação de 1 de julho de 1893.)		
		Idem.....		
		(Estado em geral de li- quidação de 1 de julho de 1893.)		
Richard Alberto Folles.....	Preservado...	Ambassadeur (1º classe)...	Austria-Hungria.....	18 de set. de 1893.
		(Estado de 15 de outubro de 1893.)		
		(Estado de encargos de negócios de 1 de julho a 1 de julho de 1894.)		
		(Estado em geral de li- quidação de 1 de outubro de 1893 a 1 de maio de 1894.)		
	Preservado...	Idem.....	Belgica.....	18 de set. de 1893.
Richard Alberto Folles.....	Idem.....	Secrétaire adjoint (ajuda a substituir plenipoten- ciário de 1º classe)...	Austria-Hungria.....	18 de set. de 1893.
		(Estado de encargos de negócios de 1 de julho a 1 de julho de 1894.)		
		(Estado em geral de li- quidação de 1 de outubro de 1893 a 1 de maio de 1894.)		
	Idem.....	Idem.....	Belgica.....	18 de set. de 1893.
		(Estado de encargos de negócios de 1 de julho a 1 de julho de 1894.)		

EMBAIXADAS EXTRAORDINARIAS E MINISTROS PLENIPOTENCIÁRIOS

PAISES E OS EMBAIXADORES	EMBAIXADOR, CARACTERE, etc.	QUALIFICAÇÃO	PAISES EM QUE FORAM ENVIADOS	DATA DO ENCAMIÓDAMENTO DO EMBAIXADOR
Eduardo Ribeiro Paulo	Embaixador	Secretário de Estado para o Interior, em Conselho (Interino) antes da guerra pro- pria, embaixador no Brasil.		15 de nov. de 1918.
	Embaixador	Secretário	República Argentina	15 de jan. de 1919.
	Embaixador	Plenipotenciário em nome do Brasil, de 1.º de agosto de 1918 a 1.º de junho de 1919.		15 de jan. de 1919.
	Embaixador	2.º secretário	Brasil	15 de dez. de 1919.
	Embaixador	Chefe de delegação de negócios de 1.º de novembro de 1919 a 1.º de março de 1920.		15 de dez. de 1919.
	Embaixador	2.º secretário	Portugal	1 de ago. de 1920.
	Embaixador	Plenipotenciário em nome do Brasil, de 1.º de agosto de 1920 a 1.º de julho de 1921.		1 de ago. de 1920.
	Embaixador	Chefe de delegação de negócios de 1.º de maio a 1.º de julho de 1921.		1 de ago. de 1920.
	Embaixador	Plenipotenciário em nome do Brasil, de 1.º de agosto de 1921 a 1.º de fevereiro de 1922.		1 de ago. de 1920.
	Embaixador	Secretário extraordinário e ministro plenipoten- ciário	Brasil	15 de dez. de 1920.
Eduardo Paulo Ri- beiro das Neves Lima	Embaixador	Idem	República Oriental do Uruguai	1 de jan. de 1921.
	Embaixador	Plenipotenciário em nome do Brasil, de 1.º de agosto de 1921 a 1.º de agosto de 1922.		1 de jan. de 1921.
	Embaixador	Idem		1 de jan. de 1921.
	Embaixador	Adido de 2.º classe	Chile	15 de ago. de 1921.
Eduardo Paulo Ri- beiro das Neves Lima	Embaixador	Idem		15 de ago. de 1921.
	Embaixador	Idem		15 de ago. de 1921.
	Embaixador	Idem	Portugal	15 de jan. de 1922.
Eduardo Paulo Ri- beiro das Neves Lima	Embaixador	Chefe de delegação de negócios de 1.º de julho a 1.º de outubro de 1922, de 1.º de novembro de 1922 a 1.º de janeiro de 1923 e de 1.º de fevereiro de 1923 a 1.º de abril de 1924.		15 de jan. de 1922.
	Embaixador	Idem		15 de jan. de 1922.

ENTRADAS EXTRAORDINARIAS E MINISTROS PLENIPOTENCIAIROS

PAISES COM REPRESENTAÇÃO	EMBAIXADAS, LEGACIÕES E CONSULADOS	CITIZENS	PAISES COM PAISES ADJUNTOS	TOTAL DOS DEPOSITOS DO ESTADO
Espanha, Folia de Mina das Indias Lombardia.....	Embaixada.....	Admissão de 1º classe.....	Grã-Bretanha.....	22 de dez. de 1902.
		(Serviço de esquadra de 1 de novembro de 1902 a 15 de junho de 1903 e de 1 de julho a 3 de novembro de 1903; serviço de esquadra de esquadra de 1 de novembro de 1903 a 15 de dezembro de 1903.)		
	Embaixada.....	Embaixada.....	Grã-Bretanha.....	11 de dez. de 1902.
		(Serviço de esquadra de legação em Londres de 1 de dezembro de 1902 a 31 de maio de 1903.)		
	Embaixada.....	1º esquadra.....	Grã-Bretanha.....	22 de dez. de 1902.
Dr. José Pereira de Mello, Mello.....	Embaixada.....	(Foi esquadra de de- positos de Companhia de 1 de julho a 3 de julho de 1903.)		
	Embaixada.....	1º esquadra.....	Grã-Bretanha.....	1 de dez. de 1902.
		(Serviço de esquadra de esquadra de 1 de julho a 3 de julho de 1903.)		
	Embaixada.....	Serviço extraordinário e esquadra principal Lombardia.....	Grã-Bretanha.....	6 de jan. de 1903.
Dr. José Pereira de Mello, Mello.....	Embaixada.....	Admissão de 1º classe.....	Grã-Bretanha.....	11 de jan. de 1903.
		(Partida a 12 de abril de 1903.)		
	Embaixada.....	Serviço.....	Legação Consular de Lombardia.....	22 de dez. de 1902.
		(Serviço de esquadra de 1 de maio a 1 de de- zembro de 1903.)		
		(Serviço de esquadra de 1 de maio a 1 de de- zembro de 1903 a 1 de abril de 1904.)		
Dr. José Pereira de Mello, Mello.....	Embaixada.....	Admissão de 1º classe.....	Grã-Bretanha.....	22 de jan. de 1903.
		(Serviço de esquadra de 1 de maio a 1 de de- zembro de 1903, de 1 de maio a 1 de junho de 1904 a 1 de novembro de 1904 e de novembro de 1904 a 30 de novembro de 1904.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

Nome do Representante	Nomeação, a quem é en- viado.	Função	Paiz em que está acreditado	Data da acreditação no paiz legat.
Dr. José Paulo da Costa Mello....	Buenos-Ayres....	Atitude de 1.º de maio....	Espanha Atlantic.....	22 de set. de 1892.
		Período de credenciação de 12 de abril a 22 de de- cembro de 1891, de 3 a 4 de abril de 1892 e de 28 de janeiro a 10 de junho de 1893.)		
	Lisboa....	2.º secretaria.....	Portugal.....	14 de dez. de 1891.
		Período de credenciação de setembro de 9 de agosto a 17 de maio de 1891, e de 8 de ju- nho a 10 de setembro de 1892, de 5 de maio a 3 de julho de 1893 e de 22 de setembro de 1893 a 28 de feve- reiro de 1894.)		
Dr. Bruno Souza- ves Carneiro....	Moscou.....	Envio de representação commissão plenipoten- ciária.....	Rússia.....	7 de jan. de 1893.
		—		
	Genebra....	Atitude de 1.º de maio....	Suécia.....	20 de nov. de 1892.
	Praga....	2.º secretaria.....	Sérvia.....	22 de dez. de 1892.
	Buenos-Ayres....	Idem.....	Argentina.....	10 de jan. de 1893.
		Período a 20 de abril de 1893.)		
Francisco....		Período de credenciação em Portugal de 1.º de julho a 3 de setembro e de 1.º de setembro de 8 de agosto a 1 de setembro de 1893.)		
	Praga....	2.º secretaria.....	Rússia.....	20 de out. de 1892.
		Atitude em nome do paiz de 1.º de abril a 10 de setembro de 1892.)		
		Período de credenciação de setembro de 3 de julho a 10 de setembro de 1893.)		
	Sérvia.....	Envio de representação + comissão plenipoten- ciária.....	Sérvia-Hungria.....	7 de jan. de 1893.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Nome do Embaixador	Embaixador em Nova York em 1900	Secretaria	Países onde se foi Prime. Secretario	Tempo em que esteve em Nova York
Richard Auguste Coudreau de Lamoignon	Presidente	Secretaria	República do Chile	1 de jan. de 1900.
		(Partiu a 15 de janeiro de 1900.)		
	Primeiro Sec.	1.º secretario	Idem	1 de jan. de 1900.
		(Serviço de correspondência de agosto de 19 de setembro de 1900 a 1 de março de 1900, de 23 de fevereiro a 15 de agosto de 1900.)		
		(Estava em Nova York de 15 de agosto de 1900 a 15 de julho de 1900.)		
	Embaixador	Idem	República Oriental do Uruguay	15 de jan. de 1900.
		(Serviço de correspondência de agosto de 19 de agosto de 1900.)		
	Idem	Idem	Império do Brasil	1 de jul. de 1900.
		(Serviço de correspondência de agosto de 15 de setembro a 15 de fevereiro de 1900 a 1 de setembro de 1900.)		
	Idem	Idem	República do Peru	15 de jan. de 1900.
		(Estava em Nova York de 15 de agosto de 1900 a 15 de fevereiro de 1900.)		
	Idem	Idem	Portugal	15 de jan. de 1900.
		(Serviço de correspondência de agosto de 1 de março de 1900.)		
Richard Auguste Coudreau de Lamoignon	Embaixador	Secretaria	República do Peru	15 de jan. de 1900.
		(Partiu a 15 de fevereiro de 1900.)		
	Primeiro Sec.	1.º secretario	Idem	15 de ago. de 1900.
		(Serviço de correspondência de agosto de 15 de janeiro a 15 de julho de 1900 a 15 de maio a 15 de fevereiro de 1900.)		
	Embaixador	1.º secretario	República Oriental do Uruguay	1 de abril de 1900.
Idem	Idem	Idem	República Oriental do Uruguay	1 de ago. de 1900.
	Idem	Idem	Colômbia e Equador	1 de jan. de 1900.
	Idem	Idem	Colômbia e Equador	1 de jan. de 1900.

CONTINUAÇÃO DOS PRIMEIROS SECRETARIOS

nomes dos Secretários	representações, nos dias 1914, etc.	EXTENSÃO	países onde se tinham representações	data das representações em Amoy.
Richard Stuart Ro- bertson de Amoy...	Reservista...	Permissão de representação deputados em Amoy de 15 de agosto de 1914 a 1 de julho de 1915.	Francia...	17 de maio de 1915.
Richard Elliott de Hornby, 2.º e 3.º Fornet...	Proposta...	Adido de 2.º classe...	Suecia-Suecia...	10 de maio de 1915.
	Proposta...	Memo de 2.º classe...	República da China...	1 de maio de 1915.
		(Permissão de 5 de agosto de 1914.)		
	Mandado...	Permissão...	Estados Unidos da Amé- rica...	1 de jul. de 1915.
	Proposta...	2.º secretário...		15 de dez. de 1915.
	Proposta...	2.º secretário...	Suecia-Suecia...	1 de maio de 1915.
	Reservista...	Memo...	Estados Unidos da Amé- rica...	1 de maio de 1915.
		(Permissão em agosto de 1914 de agosto de 1 de julho a 15 de setembro de 1915.)		
	Memo...	Memo...	República da China de Guang...	1 de maio de 1915.
		(Permissão de representação de deputados de 15 de agosto a 1 de julho de 1915.)		
	Reservista...			15 de jul. de 1915.
	Proposta...	Responsabilidade sobre...		15 de set. de 1915.
	Proposta...	Reservista e sua esposa...	China...	1 de jul. de 1915.
		(Permissão de representação de deputados de 15 de agosto a 1 de julho de 1915 a 1 de maio de 1916.)		
Richard Stuart Ro- bertson de Amoy...	Reservista...	Adido de 2.º classe...	República da França...	10 de maio de 1915.
	Mandado...	Permissão...	República da China de Guang...	1 de maio de 1915.

CONTINUAÇÃO DOS PROEMISSOS SECRETARIOS

nome dos embaixadores	embaixada, embaixador, etc.	atribuições	países para que foram nomeados	data das deliberações do Embaixador
Alfredo Lúcio de Albuquerque Torres...	Paraguai...	1.º secretário.....	República Argentina...	28 de set. de 1905.
		Serviço de 1.º secretário de 1 de agosto a 1 de maio de 1905, e de Maio até de 1905 a 20 de maio de 1905.)		
	Paraguai...	Menor.....	Itália.....	2 de set. de 1905.
	Paraguai...	1.º secretário.....	Itália.....	2 de jan. de 1906.
		Serviço de embaixador de agosto de 1905 a 1 de maio de 1906, e de maio de 1906 a 20 de maio de 1906.)		
Alfredo Lúcio de Albuquerque Torres...	Paraguai...	Serviço de 1.º secretário de 1 de maio de 1905 a 1 de maio de 1906, e de 1 de maio de 1906 a 20 de maio de 1906.)	Belgica.....	1 de jan. de 1906.
		Serviço de embaixador de agosto de 1905 a 1 de maio de 1906, e de 1 de maio de 1906 a 20 de maio de 1906.)		
	Paraguai...	Menor.....	Belgica.....	1 de jan. de 1906.
		Serviço de embaixador de agosto de 1905 a 1 de maio de 1906, e de 1 de maio de 1906 a 20 de maio de 1906.)		
		—		
Alfredo Lúcio de Albuquerque Torres...	Paraguai...	Ata da 1.ª sessão.....	Paraguai.....	28 de set. de 1905.
		(Partiu a 1 de dezembro de 1905.)		
	Paraguai...	1.º secretário.....	Itália.....	28 de set. de 1905.
		Serviço de 1.º secretário de 1 de maio a 1 de junho de 1905.)		
	Paraguai...	Menor.....	Império Alemão.....	2 de abril de 1906.
Alfredo Lúcio de Albuquerque Torres...		Serviço de 1.º secretário de 1 de maio a 1 de junho de 1905, e de 1 de junho de 1905 a 1 de julho de 1905, de embaixador de agosto de 1905 a 1 de setembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de setembro de 1905 a 1 de outubro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de outubro de 1905 a 1 de novembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de novembro de 1905 a 1 de dezembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de dezembro de 1905 a 1 de janeiro de 1906.)		
		Serviço de 1.º secretário de 1 de maio a 1 de junho de 1905, e de 1 de junho de 1905 a 1 de julho de 1905, e de 1.º secretário de 1 de julho de 1905 a 1 de agosto de 1905, e de 1.º secretário de 1 de agosto de 1905 a 1 de setembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de setembro de 1905 a 1 de outubro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de outubro de 1905 a 1 de novembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de novembro de 1905 a 1 de dezembro de 1905, e de 1.º secretário de 1 de dezembro de 1905 a 1 de janeiro de 1906.)		
	Paraguai...	1.º secretário.....	República Oriental do Uruguai.....	2 de jan. de 1906.
		Serviço de embaixador de agosto de 1905 a 1 de maio de 1906, e de 1 de maio de 1906 a 20 de maio de 1906.)		
		—		

CONTINUAÇÃO DOS PRIMEIROS SECRETÁRIOS

DADOS DOS EXTERMINADOS	EXTERMINADO DO QUAL F. E. S., F. S.	EXTERMINADO	PAÍS PARA QUE F. E. S. SE DESLOCA	DATA DO EXTERMINADO E DESLOCAÇÃO
Richard J. Flavin Donat Quisenberry 1938.....	Paraná.....	1º secretário.....	República Oriental do Uruguai.....	12 de jan. de 1938.
		(Partiu a 30 de junho de 1938.)		
		(Serviço de representação de negócios de 27 de junho a 1 de agosto de 1938.)		
	Rio de Janeiro.....	Idem.....	Paraguai.....	1 de set. de 1938.
		(Retorno ao país de 2- quinta de 1 de dezembro de 1938 a 12 de junho de 1939.)		
	Montevideo.....	Servir a seu cargo.....	República Argentina.....	20 de set. de 1939.
	Idem.....	Servir a seu cargo.....	Paraguai.....	21 de set. de 1939.
		(Serviço de representação de negócios de 20 de setembro de 1939 a 1 de maio de 1940.)		
	Idem.....	Partiu.....	República Argentina.....	12 de set. de 1940.
		(Serviço de 1º secretário de 1 de janeiro a 16 de março de 1940.)		
Alfredo Carlos de Sotomayor.....	Paraná.....	1º secretário.....	Paraguai.....	1 de jan. de 1938.
		(Partiu a 11 de fevereiro de 1938.)		
	Rio de Janeiro.....	Idem.....	República Argentina.....	27 de sep. de 1938.
	Paraná.....	1º secretário.....	Idem.....	28 de set. de 1938.
		(Retorno ao país de 2- quinta de 1 de janeiro a 11 de março de 1939.)		
		—		
	Paraná.....	Assessor de 1º classe.....	Argentina.....	24 de jan. de 1939.
		(Partiu a 11 de fevereiro de 1939.)		
	Rio de Janeiro.....	Idem.....	República Argentina.....	27 de sep. de 1939.
	Paraná.....	1º secretário.....	Idem.....	28 de set. de 1939.
		(Serviço de 1º secretário de 1 de janeiro a 11 de fevereiro, de 20 de setembro a 28 de no- vembro de 1939 e de 1 de abril a 22 de maio de 1940.)		
	Rio de Janeiro.....	Idem.....	Solano.....	1 de jan. de 1940.
	Solano.....	Idem.....	Venezuela.....	22 de set. de 1940.
		(Serviço de representação de negócios de 20 de set. de 1940 a 20 de maio de 1941.)		
	Idem.....	Partiu seu posto.....	Solano.....	23 de jan. de 1941.

CONTINUACIÓN DEL PRIMEROS SECRETARIO

Nome do Interlocutor	Localidade, data e hora em.	Assunto	Nome para que possa ser usado	Data em que chegou ao destino
Alfredo Carlos A. Lafont.	Panama.	1º telegrama. (Chega ao posto de li- gação de 20 de julho de 1907 a 16 de janeiro de 1908.) (Chega de correspondência de ligação de 20 de janeiro a 15 de março de 1908.)	República Argentina.	16 de jan. de 1908.
	Removido.	Idem.	Montevideo.	3 de jan. de 1908.
	Idem.	Idem.	Império Alemão.	27 de jan. de 1908.
		—		
Alfredo de Barros Lima.	Removido.	Atestado de 16 dias. (Perdição 1 de agosto de 1907.)	Panama.	16 de jul. de 1907.
	Montevideo.	Removido.	Santa Fé.	16 de ag. de 1907.
	Removido.	Atestado de 16 dias.	República de Peru.	1 de maio de 1908.
	Montevideo.	Removido. (Chega ao posto de li- gação de 15 de maio a 16 de agosto de 1907.) (Chega de correspondência de 20 de janeiro a 22 de setembro de 1907.)	Colômbia.	16 de maio de 1908.
	Idem.	Removido. (Chega ao posto de li- gação de 15 de maio a 20 de outubro de 1907.)	Costa Rica.	16 de out. de 1907.
	Idem.	Removido. (Chega ao posto de li- gação de 15 de agosto a 22 de setembro de 1907.) (Chega de correspondência de 1 de janeiro de 1907 a 15 de março de 1907.) (Chega ao posto de li- gação de 15 de julho a 16 de novembro de 1907.)	Chile.	16 de set. de 1907.
	Removido.	1º telegrama. (Chega de 1º telegrama de 20 de setembro a 1 de novembro de 1907.)		16 de out. de 1907.
	Montevideo.	Idem.	Peru.	16 de out. de 1907.

CONTINUAÇÃO DOS PRIMEIROS SECRETAROS

PRIMEIROS SECRETAROS	SECRETAROS DELEGADOS, etc.	LEGACIÕES	PAISES EM QUE FORAM ENVIADOS	ANOS EM QUE FORAM ENVIADOS
Ligação do Brasil Santos.....		Plano em geral da legação do Br. no exterior de 1890 a 1.º de maio de 1900 e do Br. de agosto de 1902 a 1.º de janeiro de 1903.)		
	Removido.....	1.º secretario.....	France.....	20 de set. de 1890.
		Partida do 1.º secretario de 1 de maio a 21 de julho de 1895, de 1.º de agosto de 1895 a 21 de dezembro de 1895 e de 21 de janeiro de 1896 a 21 de abril de 1896.)		
	Removido.....	2.º secretario.....	Venezuela.....	22 de jan. de 1897.
	Removido.....	2.º secretario em substituição.....		1 de jan. de 1901.
Legação do Brasil Punta de Aguiar.....		Plano em substituição do 1.º secretario de 1 de janeiro a 21 de fevereiro de 1899.)		
	Removido.....	Exerceu o seu cargo.....	Itália.....	25 de jan. de 1901.
		—		
	Removido.....	2.º secretario.....	Venezuela.....	21 de dez. de 1900.
		Partida do 2.º secretario de agosto de 1.º de agosto a 21 de janeiro de 1900 e de 21 de janeiro de 1900 a 21 de agosto de 1900.)		
Legação do Brasil Punta de Aguiar.....		Partida do 2.º secretario de 1 de agosto a 21 de janeiro de 1900 e de 21 de janeiro de 1900 a 21 de agosto de 1900.)		
	Removido.....	Idem.....	República Argentina.....	1 de set. de 1900.
	Idem.....	Idem.....	República de Uruguay.....	21 de set. de 1900.
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	1 de dez. de 1900.
		Partida do 2.º secretario de 21 de janeiro a 21 de agosto de 1900 e de 21 de agosto de 1900 a 21 de maio de 1904.)		
Removido.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....	21 de set. de 1901.

CONTINUAÇÃO DAS PRIMEIRAS SECRETARIAS

PRIMEIRAS SECRETARIAS	INDICAÇÃO DE NOMES, GÊN.	NACIONALIDADE	PAÍS PARA O QUAL FORAM ENVIADAS	DATA DO INGRESSO NA SECRETARIA
Elizabeth Jolly Filho de Aguiar	Montado.....	Serviço..... (Serviço de correspondência de negócios de 21 de outubro a 15 de novembro de 1902.) (Serviço de 1º secretário de 22 de junho a 25 de outubro e de 2º de novembro de 1902 a 1 de janeiro de 1903.)	Grã-Bretanha.....	10 de outubro de 1902.
	Montado.....	Volta para um posto..	Portugal.....	21 de dez. de 1902.
	Presença.....	1º secretário.....	Irã.....	27 de abril de 1903.
	Montado.....	Serviço.....	República Argentina.....	21 de out. de 1903.
	Reservado.....	1º secretário..... (Serviço de correspondência de negócios de 1 de fevereiro a 2 de agosto de 1903.)	Montado.....	1 de jan. de 1904.
	Reservado.....	1º secretário..... (Serviço a 2 de julho de 1903.) (Serviço de 1º secretário de 12 de julho de 1903 a 20 de outubro de 1903, de correspondência de negócios de 21 de outubro de 1903 a 1 de janeiro de 1904.)	República Argentina.....	28 de jan. de 1905.
	Montado.....	Serviço..... (Serviço de 1º secretário de 21 de janeiro a 22 de fevereiro de 1905.)	República do Uruguay.....	2 de jan. de 1905.
	Reservado.....	Montado.....	Colômbia.....	7 de out. de 1905.
	Presença.....	1º secretário.....	República do Uruguay.....	2 de abril de 1906.
	Montado.....	Serviço para um posto.....	Colômbia.....	4 de abril de 1906.
Richard Reid Filho de Aguiar	Montado.....	Serviço para um posto.....	República do Uruguay.....	15 de dez. de 1911.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Nombre del interesado	Designación, a R. D. n.º 1.151, 1900.	Categoría	Forma más o menos definitiva	Fecha del nombramiento
Alfonso Cruz Berge	Ministro...	Asistente de 1.ª clase... (Prestó a. 5 de agosto de 1895.) Secretaría de Instrucción de 11 de noviembre a 30 de junio de 1896.) (Estuvo en posesión de licencia de 11 de agosto de 1895 a 31 de febrero de 1896.)	Impreso a Real...	11 de jul. de 1895.
Manuel...	Ministro...	Idem...	Real...	15 de sep. de 1895.
Manuel...	Idem...	Secretaría preliminar...	Impreso...	11 de jun. de 1896.
Manuel...	Idem...	Idem...	Real...	11 de nov. de 1896.
Pablo...	Idem...	1.ª secretaría...	Idem...	11 de feb. de 1897.
		(Estuvo a cargo de la Secretaría de Instrucción de 11 de agosto de 1895 a 11 de febrero de 1896.)		
Manuel...	Idem...	2.ª secretaría...	Real...	11 de feb. de 1897.
		(Estuvo en posesión de licencia de 11 de abril a 1 de noviembre de 1896.)		
Manuel...	Idem...	3.ª secretaría...		11 de nov. de 1896.
		(Estuvo en posesión de licencia de 11 de agosto de 1895 a 11 de febrero de 1896.)		
Manuel...	Idem...	Idem...	Real...	11 de nov. de 1896.
		(Estuvo en posesión de licencia de 11 de agosto de 1895 a 11 de febrero de 1896.)		
Manuel...	Idem...	Idem...	Real...	11 de jun. de 1897.
		(Estuvo en posesión de licencia de 11 de agosto de 1895 a 11 de febrero de 1896.)		
Manuel...	Idem...	Idem...	Real...	11 de jun. de 1897.
		(Estuvo en posesión de licencia de 11 de agosto de 1895 a 11 de febrero de 1896.)		

CONTRIBUTORS FOR EDITORIAL DEVELOPMENT

Nome dos Embaixadores	Representação, data e duração	Características	Residência, data que foram recebidos	Nome dos Embaixadores receptivos
R. Thier, Marquês Pere de Meunier	Francês.....	Atitude de 1.º class. (Partiu a 10. de fevereiro de 1891.)	Calha.....	12 de set. de 1890.
	Francês.....	1.º secretário..... (Partiu de 1.º secretário de 15 de maio a 5 de julho de 1891.)	Lima.....	12 de dez. de 1890.
	Francês.....	1.º secretário.....	República de Venezuela	2 de set. de 1891.
	Lima.....	Lima.....	Sancti-Spangria.....	14 de set. de 1891.
	Madrid.....	Madrid.....	Madrid.....	12 de set. de 1891.
	Lima.....	(Partiu ao posto de 1.º secretário de 12 de outubro a 12 de dezembro de 1891.)		
	Lima.....	Volou para este posto	Sancti-Spangria.....	20 de jan. de 1892.
Mons. de Toffi van Zeeveldt.....	Francês.....	1.º secretário..... (Partiu a 12 de janeiro de 1892.)	Francisco.....	17 de dez. de 1891.
	Francês.....	Lima.....	Colômbia.....	8 de jan. de 1892.
	Lima.....	Lima.....	Peru.....	26 de jan. de 1892.
	Lima.....	Lima.....	Sancti-Spangria.....	22 de jan. de 1892.
	Lima.....	Lima.....	Colômbia.....	8 de jan. de 1892.
	Lima.....	Lima.....	Sancti-Spangria.....	22 de jan. de 1892.
	Lima.....	Lima.....	Sancti-Spangria.....	22 de jan. de 1892.
Barthel José Ma- nos Carlos de Almeida.....	Francês.....	Francisco Páez.....	Comarca de Rio Negro de, Estado do Rio...	25 de set. de 1892.
	Lima.....	José Mariátegui e de Co- lón..... (Partiu de João de Vi- cente Almeida da com- arca de Rio Negro, Província, Estado do Rio, de 1.º de julho a 10 de setembro de 1892, de 10 de setembro a 7 de outubro de 1892, de 10 de outubro de 1892 a 10 de janeiro de 1893.)	Barra de Barra de Rio Negro, Estado do Rio.....	12 de dez. de 1892.

CONTINUAÇÃO DOS SEGUNDOS SECRETARIOS

Nome do Secretário	Carregado Anterior (Data, ano)	Carregado	Nome para o qual foi eleito	Data do primeiro releitorado
Bartholomaeu de Almeida Ferreira	Secretário	1.º secretário	João de Deus	8 de jan. de 1892
	Secretário	Idem	Idem	10 de jan. de 1892
		(Dados o primeiro de um cargo a 20 de maio de 1892)		
	Secretário	Idem	Idem	1 de jan. de 1893
		(Dados em março de um cargo a 20 de maio de 1893.)		
Silvio Jorge de Almeida		(Serviço de correspondência de agosto de 20 de maio a 20 de junho de 1893.)		
	Idem	Idem	Idem	1 de jan. de 1894
		(Faltou a 20 de janeiro de 1894.)		
	Secretário	Idem	Idem	25 de out. de 1894
	Secretário	Idem	Idem	26 de jan. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	26 de jan. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	26 de jan. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de mar. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
Bartholomaeu de Almeida Ferreira	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895
	Secretário	Idem	Idem	1 de out. de 1895

CONTINUAÇÃO DOS MEMBROS SECRETARIOS

Nome dos Secretarios	Residência, PAÍS E (C) - E. A. R. P.	Profissão	País Nat. que possui nacionalidade	Tempo nos Secretariats de Relações
Richard Luis de Lima e Silva	Residência	Advogado	Brasil	21 de Jan. de 1935.
	Idem	2º Secretario	Portugal	2º de abril de 1935.
	Residência	Idem	Francia	21 de maio de 1935.
		Relações em comissão de nos, cargo a 15 de julho de 1935.		
	Residência	2º Secretario	Idem	21 de Jan. de 1935.
	Residência	Idem	Argentina	21 de Jan. de 1935.

ABSIDOS

Nome dos Absidados	Nacionalidade, e, se não for, sua	Categoria	País para o qual representa	Data dos Testemunhos no Belo-Capim
Richard José Pe- reira de Oliveira Rios	Brasileiro	Atleta	Francia	24 de dez. de 1935.
Richard Arnaldo Bauer Sig.	Idem	Idem	Alemanha	24 de dez. de 1935.
	Brasileiro	Serviço postal, Secretariado de Estado		24 de dez. de 1935.
Alvaro de Almeida Fonseca	Brasileiro	Atleta	Estados Unidos	17 de jan. de 1936.
	Brasileiro	Serviço postal, Secretariado de Estado		17 de jan. de 1936.
Richard Luis Pe- reira Maria de Alves Lacerda Gomes	Brasileiro	Atleta	Portugal	1 de jan. de 1936.
Richard Henrique F. Alves de Araújo	Idem	Idem	Sul-Africana	14 de set. de 1935.
Richard Luis Pe- reira Gomes	Idem	Idem	Áustria-Hungria	11 de set. de 1935.
Richard João Vi- tor de Queiroz	Idem	Idem	Paraguay	18 de set. de 1935.
Richard Luis Mar- cos de S. A. P. S.	Idem	Idem	Brasil	20 de jan. de 1937.
Richard Francisco Albuquerque de Pau- lino Lima Faria	Idem	Idem	República Argentina	25 de maio de 1937.
	Brasileiro	Serviço	Paraguay	25 de maio de 1937.
Armando de Melo Ferreira	Brasileiro	Atleta	Bélgica	25 de maio de 1937.
	Brasileiro	Serviço postal, Secretariado de Estado		25 de maio de 1937.
Richard João Bal- des Ramon	Brasileiro	Atleta	República Argentina	25 de jul. de 1937.
	Brasileiro	Serviço postal, Secretariado de Estado		25 de jul. de 1937.
Richard Ricardo de Lima Faria	Brasileiro	Atleta	Brasil	25 de jul. de 1937.
	Brasileiro	Serviço postal, Secretariado de Estado		25 de jul. de 1937.
Expedito de Figue- iredo	Brasileiro	Atleta	Alemanha	27 de jan. de 1936.

CONTENTS

Nome dos estrangeiros	Qualificação, N.º de P. C. T. E. S., etc.	Emprego	País para onde foram destinados	Local dos documentos de emigração
Leopoldo de Faria	Nomeado	Alfama	República Argentina	21 de set. de 1932
Alfredo Gonçalves Alves	Idem	Idem	Francia	28 de set. de 1932
Fernando Soares Dutra	Idem	Idem	Portugal	8 de set. de 1932
Carlos Augusto	Idem	Idem	República do Uruguay	14 de set. de 1932
Amador Teodoro de Almeida	Idem	Idem	Idem	7 de jan. de 1933

CONTINUAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE 2.ª CLASSE

SECRET DO CONSELHO	PROTECTOR DO CONSELHO	CONSELHEIRO	PLANO DO CON- SELHO	DATA DO CONSELHO, DO CONSELHO
Judeo Christo de 1890 Pouco Pouco 1890	Conselho	Conselho geral (Pouco a 17 de setembro de 1890.)	Conselho geral	1 de ago. de 1890.
	Conselho	Conselho geral de 2.ª classe	Conselho geral	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891
	Conselho	Conselho	Conselho	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
Judeo Christo de 1890 Pouco Pouco 1890	Conselho	Conselho geral (Pouco a 17 de setembro de 1890.)	Conselho geral	1 de ago. de 1890.
	Conselho	Conselho geral de 2.ª classe	Conselho geral	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
Judeo Christo de 1890 Pouco Pouco 1890	Conselho	Conselho geral (Pouco a 17 de setembro de 1890.)	Conselho geral	1 de ago. de 1890.
	Conselho	Conselho geral de 2.ª classe	Conselho geral	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
Judeo Christo de 1890 Pouco Pouco 1890	Conselho	Conselho geral (Pouco a 17 de setembro de 1890.)	Conselho geral	1 de ago. de 1890.
	Conselho	Conselho geral de 2.ª classe	Conselho geral	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	1 de jan. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.
	Conselho	Conselho	Conselho	10 de mar. de 1891.

CONTINUAÇÃO DOS CONSELHOS GERAIS DE 1ª CLASSE

nomes dos beneficiários	nomeação, a partir de qual ano	atribuições	função em que exercida	data em que cessou ou extinguiu-se
Eduard de Silva Fidelis Junior...	Constituído...	Conselho geral de 1ª classe	Maranhão...	17 de abril de 1907.
	Idem...	Idem...	Pará...	1 de jan. de 1911.
	Idem...	Idem...	Guaymas...	1 de jan. de 1911.
Augusto Fontana Zurro...	Constituído...	Conselho geral de 1ª classe	Paraná...	11 de jul. de 1908.
	Constituído...	Conselho...	Pará...	14 de jan. de 1911.
	Constituído...	Idem geral de 1ª classe	Goias...	1 de maio de 1908.
	Idem...	Idem de 1ª classe	Guaymas...	11 de jan. de 1911.
	Constituído...			11 de abril de 1911.
		(Extinto a exigência de ser pago a 1 de julho de 1911.)		
	Constituído...	Conselho geral de 1ª classe	São Paulo...	10 de set. de 1909.
		(Paralisado a 17 de janeiro de 1911.)		
Eduard José Pa- gony de Almeida Bento Junior...		(Extinto em razão de li- quidação de 11 de feve- reiro a 11 de agosto de 1911.)		
	Constituído...	Relatório...	São...	1 de set. de 1908.
	Constituído...	Conselho geral...	Maranhão...	11 de maio de 1910.
		(Paralisado a 15 de maio de 1911.)		
	Constituído...	Conselho geral...	Pará...	11 de maio de 1910.
	Constituído...	Idem de 1ª classe...	São...	1 de jan. de 1911.
	Constituído...	Idem...	Maranhão...	11 de maio de 1911.
Idem...	Idem...	Idem...	Três...	1 de maio de 1910.
		(Extinto em razão de li- quidação de 11 de maio a 11 de dezembro de 1911.)		
Constituído...	Conselho geral de 1ª classe	Paraná...	11 de jul. de 1908.	

CONTINUAÇÃO DOS CONSULES GERAIS DE 2ª CLASSE

PAISES DES CONSULATS	CONSULATS, ville et date, 1892.	LEGATIONS	PAISES ET VILLES DESULATS	DATES DES NOMINATIONS DESULATS
José Domingos Bernal dos Santos, ... Dr. Pedro de Castro Freixo, Rio de Jan., ...	Buenos Aires, ...	Consul geral de 2ª classe	Brasil, ...	10 de jan. de 1892.
	Buenos Aires, ...	Adido de 2ª classe.	Argentina, ...	20 de set. de 1892.
	Caracas, de ...	Idem, ...	Venezuela, ...	9 de set. de 1892.
	Buenos Aires, ...	Consul geral, ...	República Francesa, ...	24 de jan. de 1892.
		(Partiu a 20 de agosto de 1892.)		
		(Partiu em parte de li- quidação de 5 de setem- bro a 12 de julho de 1892.)		
	Buenos Aires, ...	Consul geral, ...	Uruguai, ...	25 de maio de 1892.
	Caracas, de ...	Idem de 2ª classe, ...	Idem, ...	4 de jan. de 1892.
	Buenos Aires, ...	Idem, ...	Santa Cruz da Guayana,	22 de jan. de 1892.
	Paraguai, ...	Idem, ...	S. Przemysla, ...	25 de abril de 1892.
	Buenos Aires, ...	Idem geral de 2ª classe,	Colômbia, ...	16 de set. de 1892.
	Idem, ...	Idem, ...	Venezuela, ...	4 de jul. de 1892.
		(Partiu em parte de li- quidação de 22 de setem- bro de 1892 a 28 de jul- ho de 1892.)		
	Idem, ...	Consul geral de 2ª classe	Brasil, ...	27 de jan. de 1892.
		(Partiu em parte de li- quidação de 27 de junho a 27 de setembro de 1892.)		
	Buenos Aires, ...	Idem em disponibi- lidade, ...		22 de set. de 1892.
		(Partiu em disponibi- lidade em 12 de junho de 1892 a 7 de junho de 1892.)		
	Madrid, ...	Exerceu o seu cargo, ...	Esanha, ...	2 de jan. de 1892
Alfredo Pereira Lima, ...	Buenos Aires, ...	Consul geral, ...	Hollanda, ...	20 de jan. de 1892.
		(Partiu a 2 de março de 1892.)		
	Caracas, de ...	Consul geral de 2ª classe	Idem, ...	8 de set. de 1892.
	Buenos Aires, ...	Idem, ...	Est. Pol., ...	27 de abril de 1892.
		(Partiu em parte de li- quidação de setembro de 1892 a 4 de setem- bro de 1892 a 28 de setem- bro de 1892 a 28 de set. de 1892.)		
	Buenos Aires, ...	Consul geral de 2ª classe	Idem, ...	8 de maio de 1892.

CONTINUAÇÃO DOS CONSULS GERAIS DE 2ª CLASSE

nomes dos diplomatas	provações, M E M + J E M E, anos	extensões	países em que serviram	nomes dos diplomatas em sucessão
José Caldas, Ex- posto de Porto...		(Prestou a 1 de julho de 1885.)		
	Procurador...	Consul 2da classe...	Apelido...	11 de set. de 1885.
	Encarregado...	Idem...	Paris...	5 de abril de 1886.
Rodolpho Ottonio Calderon de Souza Pinheiro		sem		
	Encarregado...	Procurador Geral do Tribunal de Re- cursos...	Ex-procurador de Porto Calleiros...	18 de jan. de 1886.
	Encarregado...	Director da escola In- dígena...	Idem...	8 de jan. de 1886.
	Idem...	Consul...	Montevideo...	20 de set. de 1886.
		(Prestou a 20 de janeiro de 1886.)		
		(Relatou em nome de la- cayes de 21 de junho a 12 de dezembro de 1886.)		
	Encarregado...	Idem...	Porto...	14 de set. de 1886.
	Procurador...	Idem de 2a classe...	Apelido...	5 de abril de 1887.
	Encarregado...	Ex posto em disponibi- lidade...		14 de dez. de 1887.
	Encarregado...	Breve proferido em 1- to de Conselho de...	Bartholomew...	11 de jan. de 1888.

000001

[illegible]

CONTINUAÇÃO DOS CONSULES

Provincia das Representações	Representações, em nome de quem	Nacionalidade	Assento em qual Consulado	Data das indicações e de nomeações
Provincia para as partes Leste...	Consulados sem officio	Grandes e pequenos domos	Luzern, ...	18 de jul. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Bolzano, ...	18 de jul. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Friburgo, ...	18 de dez. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Basileia, ...	18 de maio de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	S. Francisco, ...	17 de dez. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Basileia, ...	18 de dez. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Basileia, ...	18 de dez. de 1895.
Provincia para as partes Oeste...	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Basileia, ...	18 de dez. de 1895.
	Consulados...	Grandes e pequenos domos	Basileia, ...	18 de dez. de 1895.

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

PAISES EM DISPONIBILIDADE	DESCRIÇÃO DE SEUS DEBES, ETC.	EXERCÍCIO	PAISES DOS SEUS INTERESSOS	DATA DA EXTERMINAÇÃO DO SERVIÇO
Estados Unidos República da América	Caridade...	Secretaria de Estado		1 de agosto de 1924.
	Guatemala...	Adido de 1ª classe...	República Oriental do Uruguay	16 de abril de 1924.
	México...	Ajudante de governo...	México	12 de jan. de 1924.
	Haiti...	México		12 de out. de 1923.
	Guatemala...	Adido de 1ª classe por- tador de credenciais...	Venezuela	1 de maio de 1924.
	Paraguai...	Secretaria	República Argentina	16 de jan. de 1923.
	Guatemala...	Em serviço extraordinário por despacho de		1 de jan. de 1923.
	Colômbia...	Em comissão extra- ordinária		22 de fev. de 1923.
	Guatemala...	Secretaria	Estados Unidos da Amé- rica	2 de out. de 1923.
	Guatemala...	Em ponto em disponibilidade desde abril		16 de maio de 1923.
	Guatemala...	Secretaria de embaixada de negócios brasileiros	República de Venezuela	16 de out. de 1923.
	Guatemala...	Secretaria	Brasil	2 de maio de 1923.
	Guatemala...	Em ponto em disponibilidade desde outubro		22 de out. de 1923.
	Paraguai...	Embaixada de nego- cios	República de Venezuela	11 de out. de 1923.
	Guatemala...	México	República da Bolívia	1 de jul. de 1923.
	Paraguai...	Adido brasileiro	México	21 de maio de 1923.
	México...	Em serviço extraordinário e algumas plenipotenciário	República Oriental do Uruguay	16 de jan. de 1923.
		(Estava em ponto de li- cença de 1 de setem- bro a 1 de novembro de 1923.)		
	Guatemala...	Em serviço extraordinário como plenipotenciário e primeiro plenipotenciário	República Argentina	1 de maio de 1923.
	Guatemala...	México	México	11 de maio de 1924.
		(Assumeu as funções de embaixador do Uruguai e da República Argentina, de março de 1923 a 21 de janeiro de 1923.)		
	Guatemala...	Em ponto em disponibilidade		22 de maio de 1923.
		Assumeu as funções de embaixador do Uruguai e da República Argentina, de março de 1923 a 21 de janeiro de 1923.		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

Nome do Agente	Qualifica- ção e data de saída	Categoria	País de sua última Atribuição	Data da próxima ou passada atribuição
Eduardo Leal Nascimento de Almeida	Consulante	Estado da Bahia e outras paróquias de 1884		11 de set. de 1883
	Consulante	Estado da Bahia	República	7 de mar. de 1884
	Consulante	Estado da Bahia		8 de set. de 1883
	Consulante	Estado da Bahia		1 de set. de 1883
Eduardo José de Almeida e Trazin- colla	Consulante	Estado da Bahia	República	9 de ag. de 1884
	Consulante	Mato Grosso	Portugal	10 de jan. de 1884
	Consulante	Mato Grosso	Secretaria de Estado	24 de set. de 1883
	Consulante	Estado da Bahia	Paraguay, Nova Gra- ma e Espediente	9 de jan. de 1884
	Consulante	Mato Grosso	Portugal	10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
Eduardo José de Almeida e Trazin- colla	Consulante	Mato Grosso	Paraguay, Nova Gra- ma e Espediente	9 de jan. de 1884
	Consulante	Mato Grosso	Portugal	10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883
	Consulante	Mato Grosso		10 de set. de 1883

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

PAISES EM DESTINO	CLASSIFICAÇÃO DO AGENTE DIPLO.	PAISES-ORIGEM	PAISES DE QUE FORAM AGENTES	DATA DO DESEMPENHO DIPLOMATICO
Estados Unidos da América (Estados- Unidos)	Embaixador...	Serviço de embaixador de representações...	República de Portugal...	21 de dez. de 1917.
	Ministro...	(Serviço até 11 de janeiro de 1918.)		
	Consul...	Ministro...	Brasil...	12 de junho de 1917.
	Encarregado...	Encarregado...		1 de dez. de 1917.
		(Título em disponibilidade desde janeiro de 1918 a 12 de fevereiro de 1918.)		
	Primeiro...	Encarregado desde agosto...		21 de dez. de 1917.
	Segundo...	Encarregado a vez represent. de representações...	República Argentina...	16 de jun. de 1918.
	Terceiro...	Encarregado de repre- sentações...	República de Venezuela...	21 de nov. de 1918.
	Quarto...	Serviço extraordinário a título de plenipotenciário desde 16 de maio...	Colômbia...	1 de dez. de 1918.
	Quinto...	Ministro...	República de Venezuela...	16 de nov. de 1918.
São Paulo de 19- 1918.	Encarregado...	Encarregado...		21 de nov. de 1918.
		(Serviço até 1 de julho de 1918.)		
	Primeiro...	Encarregado desde 19- 1918...		1 de jan. de 1918.
	Segundo...	Encarregado a vez represent. de representações...	República de Venezuela...	2 de jan. de 1918.
	Encarregado...	Encarregado...		2 de jan. de 1918.
	Embaixador...	Encarregado desde...	República de Chile...	21 de dez. de 1918.
		(Serviço em disponibilidade de janeiro a 11 de fev. a partir de 1918.)		
	Primeiro...	Encarregado...	Brasil...	21 de jan. de 1918.
	Segundo...	Encarregado...	Grã-Bretanha...	21 de nov. de 1918.
Congo...	Embaixador...	Embaixador...	Brasil...	21 de nov. de 1918.
	Primeiro...	Encarregado...	Portugal...	21 de nov. de 1918.
	Encarregado...	Encarregado de representações de representações de 11 de janeiro de 1918 a 11 de fevereiro de 1918.		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

PROVINCIA DO EMPREGADO	emprego, cargo ou função	qualificação	posto em que foram empregados	data da exoneração ou licenciamento
Joaquim Mendes de Almeida	Secretaria	Secretaria	Cabo-Verde	15 de mar. de 1913.
		Chefe de administração de fazendas de 1.º de agosto de 1911 a 1.º de maio de 1912.		
	Procurador	Procurador de Imp. e Off. de Imp. e Off. de Imp.	Consuladoria de Imp.	1 de mar. de 1913.
	Escrivão	Escrivão	Idem	22 de set. de 1913.
	Pasta	Em disponibilidade		4 de mar. de 1913.
		Chefe de administração de fazendas de 1.º de agosto de 1911 a 1.º de maio de 1912.		
	Idem	Em disponibilidade		1 de mar. de 1913.
	Procurador	Procurador de Imp. e Off. de Imp. e Off. de Imp.		15 de set. de 1913.
	Escrivão	Escrivão de Imp. e Off. de Imp. e Off. de Imp.		1 de mar. de 1913.
Raimundo Vazquez de Almeida	Secretaria	Adido de 1.º classe	Trinidad	4 de set. de 1913.
		(Foi a 1.º de janeiro de 1913.)		
		(Foi a 1.º de janeiro de 1913.)		
	Escritório	Escritório	Escritório de Imp. e Off. de Imp. e Off. de Imp.	21 de jan. de 1913.
		Chefe de administração de 1.º de janeiro de 1913, a 1.º de maio de 1914 a 1.º de junho de 1915.)		
	Escritório	Adido de 1.º classe	Idem	11 de set. de 1913.
	Idem	Idem	Portugal	7 de set. de 1913.
	Idem	Idem	Idem	10 de set. de 1913.
		Chefe de administração de 1.º de agosto de 1911 a 1.º de maio de 1912.		
	Idem	Adido de 1.º classe	Idem	22 de set. de 1913.
		(Foi a 1.º de janeiro de 1913.)		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

Nome patronômico	Qualifica- ção e data de n.º	Antecedente	Paiz, villa ou cidade para onde	Desde que chegou ao destino
Dr. Alfredo de Mello	Nomeado	1.º secretario	Montevideo	15 de mar. de 1911.
	Designado	Secret. de 2.ª classe espe- cial	Sancti Spiritus	20 de sep. de 1911.
		Chefe de secção de negócios de 1.º de agosto a 20 de setem- bro de 1911.		
	Formado	1.º secretario	Montevideo	21 de set. de 1911.
	Designado	1.º secretario	Sancti Spiritus	14 de set. de 1911.
	Nomeado	1.º secretario	Prague	2 de jan. de 1912.
	Formado	Chefe de secção de negócios de 1.º de agosto a 20 de setem- bro de 1911.	Montevideo	27 de set. de 1911.
	Nomeado	Idem	Montevideo	2 de jan. de 1912.
	Nomeado	2.º posto em disponibi- lidade	Montevideo	14 de nov. de 1911.
	Nomeado	Ministro de Estado das Relações Exteriores		15 de nov. de 1911
Rodolpho Teófilo Ben- dizim de Lencina	Idem	Idem	Idem	16 de nov. de 1911.
		(Partida 1 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 2 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 3 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 4 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 5 de fevereiro de 1912.)		
Rodolpho Teófilo Ben- dizim de Lencina	Nomeado	Idem	Montevideo	16 de nov. de 1911.
		(Partida 6 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 7 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 8 de fevereiro de 1912.)		
Rodolpho Teófilo Ben- dizim de Lencina	Nomeado	Idem	Montevideo	16 de nov. de 1911.
		(Partida 9 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 10 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 11 de fevereiro de 1912.)		
Rodolpho Teófilo Ben- dizim de Lencina	Nomeado	Idem	Montevideo	16 de nov. de 1911.
		(Partida 12 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 13 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 14 de fevereiro de 1912.)		
Rodolpho Teófilo Ben- dizim de Lencina	Nomeado	Idem	Montevideo	16 de nov. de 1911.
		(Partida 15 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 16 de fevereiro de 1912.)		
		(Partida 17 de fevereiro de 1912.)		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

Nome do Estrangeiro	Qualifica- ção, cargo, etc.	Nacionalidade	Paiz para o qual enviado	Data de chegada ao destino
Richard Lutz, Ba- rão-grau de Lützow [alemão].....	Primeiro Secre- tário.....	1.º secretário..... (Chefe em geral de li- quidação de 1.º de julho a 31 de dezembro de 1934.)	Chile.....	21 de dez. de 1934.
	Segundo.....	Secre-.....	Império Africano.....	21 de dez. de 1934.
	Terceiro.....	3.º secretário.....	Estados Unidos.....	1 de jan. de 1935.
	Quarto.....	(Chefe em geral de li- quidação de 1.º de julho de 1934 a 31 de maio de 1935 e chefes de li- quidação de 1.º de agosto de 1934 a 31 de junho de 1935.)		
	Quinto.....	1.º secretário.....	Império Africano.....	21 de dez. de 1934.
	Sexto.....	2.º posto em disponibi- lidade (secrário).....		1 de jan. de 1935.
Maximilian Oskar Grauert [alemão].....	Comandante.....	Adjunto de 1.ª classe.....	República Federal de Eugene.....	21 de dez. de 1934.
	Segundo.....	Secre provisoriamente.....	República Argentina.....	21 de dez. de 1934.
	Terceiro.....	Adjunto de 1.ª classe.....		21 de dez. de 1934.
	Quarto.....	Idem de 1.ª classe.....		21 de dez. de 1934.
	Quinto.....			
	Segundo.....			
	Terceiro.....			
	Quarto.....			
	Quinto.....			
	Sexto.....			
	Comandante.....	Adjunto de 1.ª classe.....		21 de jan. de 1935.
	Primeiro.....	1.º secretário.....		21 de dez. de 1934.
	Segundo.....	(Chefe em geral de li- quidação de 1.º de julho de 1934 a 31 de maio de 1935.)		
	Terceiro.....	3.º secretário.....	Grã-Bretanha.....	1 de jan. de 1935.
	Quarto.....	Idem.....	Portugal.....	1 de dez. de 1934.
	Quinto.....	Idem.....		
	Segundo.....			
	Terceiro.....			
	Quarto.....			
	Sexto.....			

AGENTES DIPLOMÁTICOS E CONSELHEIROS QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

Nome dos Diplomatas	Instalação, data e nº do at.º	qualificação	país para cujas relações estão disponíveis	data das notícias ou at.ºs
Miguel Carlos Gonçalves Pereira...	Buenos Aires...	1.º secretário	Argentina	31 de jul. de 1935.
	Paraguai...	1.º secretário	Pará...	2 de jan. de 1935.
		Serviço de acompanhamento do deputado do Rio de Janeiro n.º 2 de agosto de 1935.)		
	Buenos Aires...	1.º secretário	Argentina	17 de set. de 1935.
	Comunicação...	2.º posto em disponi- bilidade		25 de dez. de 1935.
Oswaldo de Sá Valle	Montevideo...	Secretaria de Comércio	Uruguai	31 de jul. de 1935.
	Buenos Aires...			1.º de maio de 1935.
	Montevideo...	Ata da 1.ª sessão	República Oriental do Uruguai	22 de maio de 1934.
	Montevideo...	Serviço	Uruguai	22 de set. de 1935.
		Serviço em companhia com cargo n.º 20 de se- tembro de 1934.)		
	Montevideo...	Serviço	Uruguai	22 de set. de 1935.
	Montevideo...	1.º secretário	Uruguai	22 de set. de 1935.
	Montevideo...	Serviço	Uruguai	22 de set. de 1935.
		Serviço de 1.º secretário de 2 de setembro de 1935 a 15 de março de 1936.)		
		Serviço em grupo de fi- nanceiros de 15 de agosto a 20 de setembro de 1935.)		
	Buenos Aires...	1.º secretário	República Argentina	31 de set. de 1935.
	Montevideo...	1.º secretário	Uruguai	22 de maio de 1935.
		Serviço de acompanhamento do deputado do Uruguai n.º 1 de agosto de 1 de setembro até 15 de julho de 1935.)		
Oswaldo de Sá Valle	Buenos Aires...	1.º secretário	Uruguai	22 de maio de 1935.
	Montevideo...	Idem	República Oriental do Uruguai	1 de jul. de 1935.
		Serviço de acompanhamento do deputado do Uruguai n.º 2 de maio a 15 de ju- nho de 1935 a 1 de julho a 1 de maio de 1937.)		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

nome e o nome do pai	nome, sobrenome, e data de nascimento	função	estado para o qual estão disponíveis	data de cessação de função
Richard Freeman de Paula Araújo e Silva, natural de	Brasileiro...	Estava em disponibilidade...		1 de maio de 1938
		(Estava disponível desde janeiro, depois 30 de março de 1938.)		
	Canadá...	Um conselheiro e de representação...	Canadá...	31 de maio de 1938
	Canadá...	2º vice-consul...	Egypt...	31 de maio de 1938
	Canadá...	Secundário de primeiro...	Elas Grande de Pa...	17 de jul. de 1938
	Canadá...	De representação...	Elas...	14 de sep. de 1938
	Canadá...	Um conselheiro...	Canadá...	30 de set. de 1938
	Canadá...	Um conselheiro e de representação...	Polónia...	17 de set. de 1938
	Canadá...	Um...	Porto...	25 de set. de 1938
	Canadá...	Um de classe...	de de Finanças de Pa...	31 de sep. de 1938
	Canadá...	Um de 1ª classe...	República de Bolívia...	3 de set. de 1938
	Canadá...	Um...	República Democrática de Checoslováquia...	3 de set. de 1938
Richard Arthur de Paula de Castro Lima	Canadá...	Um de 1ª classe...	Portugal...	1 de dez. de 1938
		(Faleceu a 1 de julho de 1938.)		
		(Faleceu de um ataque de infarto cardíaco de 1938 a 30 de abril de 1938, de 31 de julho a 31 de outubro de 1938 e de 1 de novembro a 3 de novembro de 1938 e de 12 de julho de 1938 a 12 de maio de 1939.)		
	Canadá...	Um de 1ª classe...	Estados Unidos de América...	31 de maio de 1938
	Canadá...	Um...	Portugal...	31 de jul. de 1938
	Canadá...	Um...	Canadá...	31 de dez. de 1938
	Canadá...	Um...	Argentina (Buenos Aires)...	31 de set. de 1938
	Canadá...	Um...		
	Canadá...	Um...		
	Canadá...	Um...		
	Canadá...	Um...		
	Canadá...	Um...		

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSELHARES QUE SE ACELAM EM DISPONIBILIDADE

Nome do Diplomata	Carreira, situação e etc.	Partidos	País para o qual estava destinado	Data da chegada ao destino
Barbosa e Silva Jornalista do Estado Liberal, antigo...	Reservado...	P. reservado, ... (Estava em gozo de licença de 15 de maio a 10 de agosto de 1901 e de 1 de agosto de 1901 a de 1 de setembro de 1901.) (Serviu o Consulado Geral em Santiago de Chile de julho a 5 de agosto de 1900.) (Estava em gozo de licença de 7 de setembro de 1901 a 15 de abril de 1902.)	Belgica, ...	1 de jul. de 1902.
	Reservado...	P. posto em disponibilidade, ... (Está em disponibilidade de licença desde 15 de abril de 1902.)		27 de abril de 1902.
	Reservado...	P. reservado, ... (Serviu a 11 de março de 1901.) (Serviu de correspondente de imprensa de 12 de abril de 1901 a 7 de fevereiro de 1902.)	Marrocos, ...	23 de dez. de 1901.
	Reservado...	P. reservado de, ...	República Oriental do Uruguay, ...	2 de dez. de 1901.
Machado Espinosa Jornalista do Estado Liberal e antigo...	Idem, ...	Idem, ...	República Argentina, ...	10 de jan. de 1902.
	Idem, ...	Idem, ...	Uruguay, ...	10 de jan. de 1902.
	Idem, ...	(Estava em gozo de licença de 17 de maio a 10 de julho de 1901.)		
	Idem, ...	(Estava em gozo de licença de 1 de abril de 1901 a 1 de janeiro de 1902.)	Belgica, ...	10 de jul. de 1902.
Machado Espinosa Jornalista do Estado Liberal e antigo...	Reservado...	P. posto em disponibilidade, ... (Está em disponibilidade de licença desde 10 de janeiro de 1902.)		10 de jan. de 1902.
	Reservado...	P. reservado, ...	República Argentina, ...	7 de out. de 1901.
Machado Espinosa Jornalista do Estado Liberal e antigo...	Reservado...	Idem, ...	Paraguay, ...	10 de out. de 1901.

AGENTES DIPLOMÁTICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

AGENTES em disponibilidade	qualificação, grau ou idade, etc.	experiência	países para que foram nomeados	data das nomeações anteriores
Paulo de Albuquerque Quares, David.....		27 de set. a 1 de novem- bro de 1926.)		
		(Serviço de 1º secretariado de 1 de janeiro a 31 de março de 1926.)		
	Consulário.....	Para o seu país.....	Espanha e Espanha.....	21 de set. de 1926.
		(Serviço de 1º secretariado de 1.º a 31 de abril de 1926.)		
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	12 de outubro 1926.
		(Estado em qual de 1. março de 21 de março a 31 de dezembro.)		
	Exonerado.....	Exonerado.....	Colômbia e Espanha.....	17 de abril de 1927.
	Exonerado.....	1º posto em disponibi- lidade.....		14 de set. de 1927.
		(Está em disponibilidade desde 1.º de janeiro de 1927.)		
				
Augusto Bento Bar- ros da Fonseca Fonseca.....	Nomeado.....	1º secretariado.....	Itália.....	26 de set. de 1926.
		(Estado após qual em nome do Conselho Nacio- nal de 1 de fevereiro a 31 de junho de 1926.)		
		(Para o 2º de junho de 1926.)		
	Exonerado.....	1º secretariado.....	Itália.....	26 de set. de 1926.
	Nomeado.....	Idem.....	Itália.....	22 de jan. de 1927.
	Exonerado.....	1º posto em disponibi- lidade.....		21 de dez. de 1927.
		(Está em disponibilidade desde 1.º de janeiro de 1927.)		
				
	Nomeado.....	1º secretariado.....	Grã-Bretanha.....	1 de jan. de 1927.
	Exonerado.....	Idem.....	Itália.....	24 de jan. de 1927.
Pedro de Almeida Almeida de Almeida.....	Consulário.....	em disponibilidade desde 1 de janeiro de 1927.....		11 de nov. de 1927.
				
Dr. Manoel Barreto Barreto.....	Nomeado.....	1º secretariado de 1.º de janeiro.....	Grã-Bretanha.....	4 de set. de 1927.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	22 de set. de 1927.
	Nomeado.....	Idem.....	Idem.....	24 de nov. de 1927.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	21 de dez. de 1927.
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

Nome do Diplomata	Posto que está agindo, em 1914	Antecedente	Paiz para o qual está em disponibilidade	Data da nomeação ou reinstalação
Dr. Bernardino Lima Carneiro	Comandante	Consul..... (Porto, p. 1 de janeiro de 1913.) (Estava em posto de li- cenciado da 3.ª de janeiro para a (disponibilidade de 1913.)	Bélgica.....	14 de nov. de 1913.
	Comandante	Consul.....	R. Petersburgo.....	14 de jul. de 1913
	Idem.....	Idem..... (Estava em posto de li- cenciado da 3.ª de janeiro para a 3.ª de dezembro de 1913.)	Londres.....	17 de outubro de 1913.
	Comandante	Em posto em disponibi- lidade..... (Está em disponibilidade desde depois 1 de janeiro de 1914.)		14 de dez. de 1913.
	Comandante	Consul..... (Porto, p. 1.º de janeiro de 1914.)	Londres.....	14 de set. de 1913.
	Comandante	Consul..... (Estava em posto de li- cenciado da 3.ª de janeiro para a 3.ª de agosto, e não reinstalação da 1.ª de janeiro a 3.ª de setem- bro de 1914.)	Singapore.....	30 de dez. de 1913.
Augusto Carneiro de Melo e Silva	Comandante	Consul..... (Está em disponibilidade desde depois 30 de de- zembro de 1913.)		28 de set. de 1913.
	Comandante	Idem.....		28 de set. de 1913.
	Comandante	Idem.....		28 de set. de 1913.
Cecilio Pires Fer- reira	Comandante	Consul..... (Porto, p. 1.º de janeiro de 1914.)	Berlim.....	28 de dez. de 1913.
	Comandante	Idem.....	Budapesta.....	14 de nov. de 1913.
	Comandante	Em posto em disponibi- lidade..... (Está em disponibilidade desde depois 1 de ja- neiro de 1914.)		14 de dez. de 1913.
	Comandante	Idem.....		14 de dez. de 1913.

Quarta Secção do Ministério do Estado das Relações Exteriores, em 30 de abril de 1914.

O Director,
LUIZ CARLOS FERNANDES PEREIRA.

H. G.

Question de l'usage des données personnelles

[illegible]

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAÍS	CLASSIFICAÇÃO	NOME	CIDADE ONDE RESIDE	DATA DA CRIAÇÃO DO CONSULADO
Argentina (Buenos Aires, dep.)	Vice-consul	Fernando Carlos Ferreira Leite	Buenos Aires	12 de mar. de 1923.
	Consul	Fernando Carlos Ferreira Leite	Buenos Aires	5 de jan. de 1924.
	Vice-consul	Alfredo de Toledo de Godin	Buenos Aires	12 de jul. de 1924.
	Idem	Luiz de Menezes de Alencar	Philadelphia	21 de mar. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	A. L. Pennington	S. Francisco de California	19 de mar. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	William A. Martin	Cuba	5 de jul. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	Augusto de Sautari Le Prieux	Porto Rico	11 de set. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	Emery E. Alexander	Chicago	1 de set. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	Antonio Capella de Argüelles	Baltimore	12 de jan. de 1925.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	George A. Buchanan	Richmond	27 de set. de 1924.
	Agente consular	R. S. Smith	Montevideo	10 de set. de 1924.
	Vice-consul	Carlos F. Smith	Charleston	12 de set. de 1924.
	Agente consular	Donald G. Hall	Montevideo	12 de set. de 1924.
	Vice-consul	Harold F. Gourley	Panama	19 de set. de 1924.
	Agente consular	Paul Komar	Montevideo	12 de set. de 1924.
	Vice-consul	Walter B. Parley	Washington (Distrito da Col.)	1 de set. de 1924.
	Agente consular	Henry M. Parley	Buenos Aires	12 de set. de 1924.
	Vice-consul	William E. Adams	Charleston	12 de set. de 1924.
	Agente consular	W. B. Smith	Montevideo	12 de set. de 1924.
	Vice-consul	Walter B. Cook	Buenos Aires	12 de set. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	Alonso de F. Gonzalez	S. Lourenço	12 de set. de 1924.
	Agente consular		Montevideo	
	Vice-consul	Anthony Richard Agre	Montevideo	12 de set. de 1924.
	Agente consular	William Henry Agre	Montevideo	12 de set. de 1924.
	Vice-consul		Buenos Aires	
	Agente consular	Alonso E. M.	Montevideo	12 de set. de 1924.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSILAR BRASILEIRO

PAISES	EMPRESA	MEMBROS	COMARCA POR MEMBROS	DATA DO CANTO PATENTE DE ESTIPULACAO
Belgica	Aguia commercial	Jules de Snyper Mery	Quadr.	28 de jul. de 1881.
	Chemical	John Sadet	Colombo	4 de abril de 1881.
	Aguia commercial	Raymond Serrys	Lima	27 de ag. de 1881.
	Chemical	Armand Gaudin	Luzern	20 de maio de 1881.
	Aguia commercial	Edg. J. J. J. J.	Gene	1 de mar. de 1881.
	Chemical	Henri Van Nieuwen	Gene	28 de jan. de 1881.
	Aguia commercial	...	Gene	...
	Chemical	Pierre Thiers	Gene	2 de mar. de 1881.
	Aguia commercial	Auguste Martel	Gene	21 de jul. de 1881.
	Chemical	Emmanuel C. J. J. J.	Gene	20 de jan. de 1881.
	Aguia commercial	...	Gene	...
	Chemical	Charles Fay de Thiers	Gene	12 de out. de 1881.
	Aguia commercial	Henriette Galt	Gene	12 de ag. de 1881.
	Chemical	Alfred Caplain	Gene	14 de mar. de 1881.
	Aguia commercial	Jean Le Galt	Gene	27 de ag. de 1881.
Bélgica	Chemical	Adolphe Bouché	La Fée	1 de jul. de 1881.
	Chemical	Marcel Pierre Bouché	Gene	1 de out. de 1881.
	Gene	Edouard Gaudin	Gene	21 de jan. de 1881.
	Gene	Charles Gaudin	Gene	1 de jan. de 1881.
	Gene	Antoine Trévisan	Gene	21 de mar. de 1881.
	Gene	Emmanuel Gaudin	Gene	1 de jul. de 1881.
	Gene	Auguste Gaudin	Gene	1 de mar. de 1881.
	Gene	Pierre Gaudin	Gene	1 de jul. de 1881.
	Gene	Adolphe Gaudin	Gene	21 de jan. de 1881.
	Aguia commercial	...	Gene	...
Chile	Chemical	Dr. Jacques Auguste de	Valparaiso	20 de abril de 1881.
	Chemical	Emmanuel Gaudin	Gene	21 de mar. de 1881.
	Gene	Emmanuel Gaudin	Gene	21 de mar. de 1881.
	Aguia commercial	...	Gene	...
	Chemical	Emmanuel Gaudin	Gene	21 de mar. de 1881.
	Aguia commercial	...	Gene	...
	Chemical	Emmanuel Gaudin	Gene	21 de mar. de 1881.
	Gene	Emmanuel Gaudin	Gene	21 de mar. de 1881.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAISES	GRANDEZAS	NOME	LOCALIDADE	Antes das reformas patrias ou internacional
França	Vice-consul	John Desrochers	Lille	1 de ago. de 1881.
	Agente consular	Constant Tournier	Strasbourg	20 de mar. de 1881.
	Vice-consul	Dr. Edouard Louis Vidal	Spire	20 de jul. de 1881.
	Agente consular	Joseph Vidal	Mannheim	1 de jan. de 1884.
	Vice-consul	Auguste Parnis	Cherbourg	1 de maio de 1884.
	Agente consular	Auguste Berthe	Cherbourg	20 de jul. de 1884.
	Vice-consul	Arbelle Ernest Mayer, Le Paillet ou Le Besselle		1 de ago. de 1881.
	Agente consular	Emile Mayer	Metz	20 de jan. de 1881.
	Vice-consul	John Wilson Desrochers	Strasbourg	20 de mar. de 1881.
	Agente consular	Le's Tournier	Metz	20 de jan. de 1881.
	Consul	Dr. Albertus Henri Gode	Mantelien	10 de jan. de 1884.
	Vice-consul	John Charles Charles Bon	Metz	20 de mar. de 1881.
	Consul titular	John Charles Charles Bon	Strasbourg	1 de jan. de 1881.
Grã-Bretanha e Irlanda	Vice-consul	John Pagnier	Metz	1 de abril de 1881.
	Consul titular	Dr. Pedro de Castro Pereira Sobal	Barro	1 de jan. de 1881.
	Vice-consul	John Eduardo Lepout	Metz	20 de mar. de 1881.
	Consul titular	John Carlos de Foisie	Liverpool	20 de mar. de 1881.
	Vice-consul	William John Pagnier	Metz	20 de mar. de 1881.
	Chancelier effectivo	Henrique Ribeiro	Metz	1 de jan. de 1881.
	Vice-consul	John Eduardo Lepout	Palmerston	1 de mar. de 1881.
	Agente consular	Edward Fox	Metz	1 de jul. de 1881.
	Vice-consul	Thomas Warr Fox	Spencer	20 de jul. de 1881.
	Agente consular	John Gearing	Metz	20 de jul. de 1881.
	Vice-consul	Charles John Harvey	Card	20 de ago. de 1881.
	Agente consular	James Charles Bates	Metz	1 de mar. de 1881.
	Vice-consul	Henry Charles Nathan	Strasbourg	20 de mar. de 1881.
	Agente consular	Henry Charles Nathan	Strasbourg	10 de mar. de 1881.
	Vice-consul	Thomas James	Card-Park	20 de ago. de 1881.
	Agente consular	John Henry Jones	Metz	20 de ago. de 1881.
	Vice-consul	Robert H. Brown	Strasbourg	21 de jan. de 1881.
	Agente consular	John Henry Jones	Metz	20 de ago. de 1881.
	Consul	Dr. John Charles Bates	Strasbourg	10 de mar. de 1881.
	Vice-consul	John Miller	Metz	20 de jul. de 1881.
	Agente	William Frederick Jones	Strasbourg	20 de ago. de 1881.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CONTO CONJUGAL, 1941-1942

[illegible]

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAISES	ESPANHOL	PORTUGUEZ	CARREIRA DEPARTAMENTO	DATA DO NOME- NTO DO CONSULADO
Espanha	Vice-consul	Antonio Juanito de Cabrera y Barrios	Madrid	11 de dez. de 1880.
	Agente consular	Agente de Caballeria y Bicentenario	Madrid	11 de jan. de 1881.
	Vice-consul	Jose Antonio Fernandez y Rodriguez	Barcelona	21 de jul. de 1881.
	Agente consular	Miguel Hernandez	Madrid	21 de set. de 1881.
	Vice-consul	Julio de Arango y Lacort	Madrid	1 de nov. de 1881.
	Agente consular	Francisco Arango y Lacort	Madrid	21 de set. de 1881.
	Vice-consul	Manuel Linares y Rodriguez	S. Sebastian	11 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares	Madrid	21 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Palma (Cataluña)	11 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
Italia	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Vice-consul	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.
	Agente consular	Agente Linares y Pujol	Madrid	1 de set. de 1881.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	LOCAL DO EMPREGO	DATA DO EMPREGO
Argentina	Consul	José Silva	Tucumán	30 de jul. de 1887.
	Vice-consul	Paulo Ray Calvo	Mendoza	30 de dez. de 1891.
	Mesa	Paulo Silva	Bogotá	25 de out. de 1893.
	Mesa	Carlos Eljor	Montevideo	20 de jul. de 1894.
	Mesa	João Baptista Soares	Asunción	4 de set. de 1895.
Brasil	Transmissão	Antonio Barba	Veracruz	5 de out. de 1895.
Chile	Consul	Dr. D. Roberto Castro	Valparaíso	31 de out. de 1895.
	Consul	Fernando Pereira	Santiago	20 de jul. de 1896.
Paraguay	Consul	Alvaro de Castro	Asunción	20 de jan. de 1896.
	Transmissão	Fernando de Castro	Concepción	8 de set. de 1896.
	Mesa	João Carlos de Castro	Vila Rica	8 de jan. de 1897.
Peru	Secretaria	Alvaro de Castro	Lima	1 de jan. de 1896.
	Vice-consul	Carlos Carlos	Machu Picchu	20 de jan. de 1896.
	Mesa	Fernando de Castro	Manaus	20 de jul. de 1897.
	Agente consular	Paulo Francisco de Castro	São Paulo	4 de jan. de 1898.
	Consul	Dr. Lino de Castro	Lima	15 de jan. de 1898.
	Vice-consul	Alvaro de Castro	Machu Picchu	1 de jan. de 1898.
	Mesa	Antonio Carlos	Asunción	20 de jan. de 1898.
Portugal e suas dependências	Secretaria	Paulo Francisco de Castro	Lisboa	20 de set. de 1898.
	Vice-consul	Antonio Francisco de Castro	Machu Picchu	20 de jan. de 1898.
	Consul	Paulo Francisco de Castro	Machu Picchu	1 de jan. de 1898.
	Vice-consul	Antonio Carlos de Castro	Lima	4 de jan. de 1898.
	Mesa	Antonio Carlos	Lima	20 de jan. de 1898.
	Agente consular	Antonio Carlos	Lima	20 de jan. de 1898.
	Vice-consul	Antonio Carlos	Lima	20 de jan. de 1898.
	Mesa	Antonio Carlos	Lima	20 de jan. de 1898.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	CARREIRA E DATA DE SAÍDA	DATA DAS CÉDULAS PÚBLICAS DE MANIFESTAÇÃO
Portugal e suas colônias	Agente consular	José e Maria Lúcia Cortez	Porto	18 de maio de 1920.
	Vice-consul	Antônio Maria Carneiro	Ilha das Flores	7 de set. de 1921.
	Math	Miguel José de Sa- lazar e Almeida	Lisboa	15 de dez. de 1921.
	Agente consular		Lisboa	
	Vice-consul	José Domingos Frazão	Saiz e Sargis	19 de out. de 1922.
	Agente consular	José e Agostinho de Sousa Figueira	Mato	27 de abril de 1923.
	Vice-consul		Ilha de S. Jorge	
	Idem	Antônio José de Sousa Carvalho	Ilha de São-Vicente	19 de set. de 1924.
	Idem	Dr. Lourenço Gonçalves Albino	Idem	28 de abril de 1926.
	Consul-general	José Carlos Magalhães Vila de Santos	Porto	18 de abril de 1927.
	Vice-consul	Miguel Vilalva Ro- drigues Porto	Mato	28 de dez. de 1927.
	Math	Miguel Rodrigues Gon- çalves Viana	Vilaça de Espinho	28 de set. de 1928.
	Agente consular		Idem	
	Vice-consul	Paul Maria Rago Teófilo	Castelo	28 de ago. de 1929.
	Agente consular	José de Magalhães e Sousa	Idem	18 de julho de 1929.
	Vice-consul	Raymundo Costa Soares de Almeida	Braga	25 de set. de 1929.
	Agente consular	Alfredo Jovito de Melo Mendes	Idem	20 de set. de 1931.
	Vice-consul	Albino E. de Costa Leite	Vila Verde	11 de abril de 1932.
	Agente consular	José Xavier de Ma- rques Campos	Idem	7 de out. de 1932.
	Consul	Paulo Pedro de Carvalho	Queluzas	20 de maio de 1934.
	Vice-consul	Francisco Antonio Del- la Mota	Mato	2 de jan. de 1935.
Luzia	Consul	José de Figueira	S. Paulo	21 de dez. de 1938.
	Idem	Sebastião Roldão	Idem	21 de julho de 1939.
	Idem	Ricardo Figueira	Saiz	14 de set. de 1941.
	Idem	Frederico Gomes	Matamoros	1 de dez. de 1942.
	Idem	Alfredo Delgado	Matamoros	24 de set. de 1943.
	Idem	Miguel Mendes Araújo	Orizaba	2 de mar. de 1954.
	Idem	Edmundo Del-	Idem	28 de jan. de 1955.

CONSTITUIÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAISES	CLASSIFICAÇÃO	NOME	LAÇOS DE GRAU	Data das relações diplomáticas
Bélgica e Luxemburgo	Agente consular.	Genel Holberg.....	Colômbia.....	15 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genl W. J. van Nieuwenburg.	Colômbia.....	3 de ago. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	21 de ago. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	20 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	21 de ago. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
Bélgica	Consul.....	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	20 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
Espanha e Portugal	Consul.....	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	20 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Agente consular.	Genel Van Nieuwenburg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.
	Vice-consul.....	Genel Holberg.....	Colômbia.....	2 de set. de 1895.

Expediente do Ministério da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 21 de abril de 1895.

© 1895

Imp. Typ. do Gov. do Rio de Janeiro.

N. 7

Quadro do Grupo Senador Estrangeiro residente no Brasil

PAIS	SENADOR	PAIS	SENADOR RESIDENTE	DATA DO ESTABELECIMENTO
Alemanha.....	Senador.....	Dr. Wilhelm Wernke.....	Capitel Federal.....	10 de jun. de 1926.
	Idem.....	Herrmann Krenschlag Cassell.....	Frankfurt.....	5 de ag. de 1927.
	Idem.....	Joh. Alwin Nilsen.....	Berlim.....	5 de set. de 1924.
	Vice-senador titular.....	Walter.....	Berlim.....	10 de setembro de 1927.
	Senador.....	Ernst Staal.....	Berlim.....	23 de ag. de 1926.
	Senador geral.....	Reinold de Kusteren.....	Hannover.....	3 de set. de 1926.
	Idem.....	Therese Hahn.....	Paris, França.....	5 de set. de 1926.
	Senador.....	Reinold Fock.....	Berlim.....	4 de jun. de 1924.
	Idem.....	Reinold Seifert.....	Hannover.....	10 de set. de 1926.
	Idem titular.....	Julius Seifert.....	Berlim.....	11 de set. de 1927.
	Senador.....	Gerard Hermann Gieseler.....	de Lube.....	10 de jun. de 1926.
	Idem.....	Augusto Fock.....	Berlim.....	10 de jun. de 1926.
	Vice-senador.....	Reinold Martin Lohse.....	Hannover.....	3 de jun. de 1924.
	Agente consular.....	Pauline Schuler.....	Frankfurt.....	10 de set. de 1927.
	Senador titular.....	Reinold.....	Berlim.....	10 de set. de 1926.
	Agente consular.....	Ulrich Fock.....	Hannover.....	11 de outubro de 1926.
	Senador titular.....	Reinold.....	Berlim.....	10 de jun. de 1926.
	Agente consular.....	Reinold.....	Berlim.....	11 de set. de 1926.
	Idem.....	Ernst Hermann Gieseler.....	Berlim.....	10 de jun. de 1926.
	Senador.....	Ulrich Fock.....	Hannover.....	10 de set. de 1926.
	Agente consular.....	Augusto Fock.....	Berlim.....	10 de set. de 1927.
Argentina / Estados Unidos do.....	Senador geral.....	Augusto Fock.....	Capitel Federal.....	10 de jun. de 1926.
	Vice-senador geral.....	John Taylor Levin.....	Berlim.....	10 de set. de 1926.
	Senador.....	Henry W. Fock.....	Berlim.....	11 de set. de 1926.
	Vice-senador.....	Luis Jorge Mackay.....	Hannover.....	12 de set. de 1927.
	Senador.....	Augusto Fock.....	Hannover.....	10 de set. de 1926.
	Vice-senador.....	John Fock.....	Berlim.....	10 de set. de 1926.
	Senador.....	Kenneth E. Kennedy.....	Berlim.....	10 de set. de 1926.
	Vice-senador.....	John F. Fock.....	Berlim.....	11 de set. de 1926.
	Senador.....	Paula B. Fock.....	Berlim.....	10 de set. de 1926.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO GRUPO CASILLAR ESTRANGEIRO

PAÍS	GRUPO	NOME	LOCALIDADE	DATA DO CASAMENTO
América (Espanha)	Vice-consul	Julio Diego M.	Sevilla	15 de jul. de 1899.
	Agente consular	Jose Vardier	San Grande	8 de set. de 1897.
	Mim	Sebastião Gótti	Madrid	11 de set. de 1899.
	Mim	Antonio Espinosa de Tena	Valencia	28 de jul. de 1900.
	Mim	E. L. Mares	Barça, Valência de San Mateo	12 de jun. de 1900.
	Mim	Leite Torres	Orizaba	22 de jun. de 1900.
	Mim	Arco Calvo	Philadelphia	1 de jun. de 1900.
	Mim	João Costa	Prado	12 de maio de 1900.
	Mim	João Roberto	Aranga	7 de set. de 1899.
	Mim	João C. Rodas	Yucatan	12 de abril de 1900.
	Mim	L. H. S. (Pardo) (Pardo)	Porto Alegre	8 de jun. de 1900.
	Secundário de Agente consular	André Chaput	Idem	22 de maio de 1900.
	Agente consular	Roberto Costa	Florianópolis	12 de set. de 1900.
	Mim	João Costa	Victoria	5 de maio de 1899.
América (Espanha) (Espanha) (Espanha)	Consul	Luís de J. D. D. D.	Capital Federal	8 de set. de 1900.
América (Espanha) (Espanha) (Espanha)	Consul geral	Edmundo Lora	Idem	18 de maio de 1900.
	Vice-consul	E. D. A. D. D.	Idem	8 de set. de 1900.
	Mim	João Costa	Compos	18 de set. de 1900.
	Consul	Francisco Lora	Idem	11 de set. de 1900.
	Mim	Edmundo Lora	Forquilha	8 de set. de 1900.
	Mim	João Costa	Forquilha	18 de set. de 1900.
	Vice-consul	João Costa	Idem	1 de set. de 1900.
	Consul	E. D. A. D. D.	Florianópolis	12 de set. de 1900.
	Vice-consul	E. D. A. D. D.	Idem	18 de set. de 1900.
	Consul	Francisco Lora	Idem	11 de set. de 1900.
	Mim	Edmundo Lora	Idem	18 de set. de 1900.
	Mim	João Costa	Idem	1 de set. de 1900.
	Vice-consul	João Costa	Idem	12 de set. de 1900.
	Consul	Francisco Lora	Idem	11 de set. de 1900.

CONSTITUIÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSILIAE ESTRANGEIRO

PAIS	GRADO	NOME	LOCAL DO EXERCÍCIO	DATA DO EXERCÍCIO
Argentina (República)	Consel.	Fernando García de Neco	Porto Alegre	27 de set. de 1904.
	Idem	Gustavo Lindberg	Rio de Janeiro	3 de jul. de 1905.
	Idem	Carlos Alberto Andre	Idem	25 de set. de 1905.
	Idem	Pedro A. Batista	Rio de Janeiro	27 de jan. de 1906.
	Vice-consel.	D. Alberto Pastore	Idem	28 de set. de 1906.
	Consel.	Alonso Soares de	Caracas	7 de set. de 1906.
	Idem	João Pellegrini Filho	Paraguay	20 de jan. de 1907.
	Vice-consel.	D. Ernesto Lora	Paraguay	3 de ago. de 1907.
	Consel.	Amplio Borda	Uruguai	15 de set. de 1907.
	Idem	Adolfo de Cruzado	Idem	3 de set. de 1908.
Argentina-Paraguay	Consel.	Gregorio João	Capital Federal	20 de set. de 1907.
	Idem	F. B. Olvera	Bahia	25 de jul. de 1908.
	Idem	Emiliano Borda	Paraguay	29 de set. de 1907.
	Idem	Fernando Lemaire	Idem	20 de set. de 1907.
	Idem	Fernando Borda	Idem	3 de jul. de 1908.
	Idem	Ernesto Borda	Idem	4 de jul. de 1908.
	Vice-consel.	Carlos Borda	Rio Grande	20 de set. de 1907.
	Consel.	João José Batista	Porto Alegre	27 de jan. de 1906.
	Exercício de	Carlos Borda	Idem	3 de set. de 1908.
	Vice-consel.	Emiliano Borda	Caracas	7 de set. de 1906.
Belgica	Consel.	Leo Laurens Pils	Capital Federal	11 de set. de 1904.
	Vice-consel.	D. Deth	Idem	1 de set. de 1904.
	Consel.	Dr. N. de Janssens	Idem	4 de set. de 1907.
	Idem	João José de Janssens	Paraguay	14 de set. de 1908.
	Idem	João Pils	Idem	11 de set. de 1908.
	Idem	Antonio Luis	Paraguay	28 de ago. de 1907.
	Idem	D. van Haper	Idem	5 de ago. de 1907.
	Idem	H. Schelle	Idem	8 de set. de 1907.
	Idem	H. Pils	Idem	11 de set. de 1908.
	Idem	Ernesto Lemaire	Porto Alegre	20 de jan. de 1906.
	Idem	Antonio Luis	Rio Grande	20 de set. de 1907.
	Idem	J. de Janssens	Idem	11 de set. de 1907.
	Idem	D. Borda	Idem	7 de set. de 1908.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

Paiz	Grado	Nome	Localidade	Antes
Belgica	Consul geral	F. van Der Heyde....	B. Paulo.....	1 de set. de 1877.
	Vice-consul	F. van Donst....	Deventer.....	18 de set. de 1877.
	Agente consular	Joseph de Jonghe....	Amsterdã (Ant. Breda).....	1 de jan. de 1878.
Bélgica	Consul geral	François Joseph Gode... de 1878.	Capital Federal..	4 de set. de 1878.
	Vice-consul	Albert Jost de Froiden.	Amsterdã.....	18 de jan. de 1878.
	Consul	Camille Constant Gode... des Alençons.....	Perwez.....	1 de set. de 1881.
	Ministro	Georges Nils.....	Perwez.....	1 de jan. de 1881.
	Vice-consul	Edouard Joris de Ve... gistré.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Consul	Miles Straalen.....	Amsterdã.....	11 de set. de 1878.
	Vice-consul honor.	Leif Tross.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Consul	Ernest Vlieg.....	Amsterdã.....	21 de jan. de 1881.
	Ministro	Leif Tross.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Vice-consul	Charles Foulon de... de 1878.	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Consul	Joseph Gode de R... Pauze.....	B. Louvain.....	21 de jan. de 1881.
	Vice-consul	Leif Tross.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Ministro	Edouard Jost.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1878.
	Consul	Adrien Gode.....	Amsterdã.....	21 de jan. de 1881.
	Vice-consul	Edouard Jost.....	Amsterdã.....	21 de set. de 1878.
	Ministro	Frédéric de Joris Ber... des Gode.....	Amsterdã.....	21 de set. de 1878.
	Consul	Adrien de Gode, Mo... de 1878.	B. Louvain.....	21 de jan. de 1881.
	Ministro	Joseph Foulon de... de 1878.	Amsterdã.....	21 de jan. de 1881.
	Ministro	Adrien Gode.....	Amsterdã.....	21 de jan. de 1881.
Bélgica	Consul geral	D. Agostinho Teller R...	Capital Federal..	1 de set. de 1877.
	Vice-consul	D. Agostinho Teller R...	Amsterdã.....	1 de set. de 1877.
	Consul	D. Agostinho Teller R...	Perwez.....	1 de set. de 1877.
	Vice-consul	Edouard Jost.....	Amsterdã.....	1 de set. de 1877.
	Consul	Agostinho Teller R...	Amsterdã.....	1 de set. de 1877.
	Ministro	Agostinho Teller R...	Amsterdã.....	1 de set. de 1877.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	LOCALIDADE	DATA DE NOMINAÇÃO
Chile	Consul. geral	Probaldo A. Rami- rez	Santiago	4 de out. de 1911.
	Idem.	Antonio Francisco de Soto Roldán	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Idem.	Francisco I. Barrios Sandoval	San Grande de	21 de set. de 1911.
	Idem.	Osorio Adolfo Neco- se	Temuco	1 de agosto de 1911.
	Vice-consul	Jaime Augusto Kitzke	S. Francisco	27 de ago. de 1911.
Colômbia	Consul. geral	Leopoldo de Soto Klein	Capital Federal	5 de jan. de 1911.
	Consul.	Theodoro Thomas Go- ttsche	Bahia	10 de ago. de 1911.
	Idem. honorário	Roberto Pardo	Manizacés	21 de set. de 1911.
	Idem.	Leopoldo Adolfo de O- livera	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Idem.	Maxim José Francisco Rojas Garmatz	Medellin	20 de set. de 1911.
	Vice-consul	Elisepo Alvarado Bar- rios	Manizacés	20 de set. de 1911.
	Consul.	Richard Jacques Vande- rhaeghe de Boven Driess	Bahia	21 de set. de 1911.
Costa Rica	Idem.	Jaime José de Barrios Morales	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
Cuba	Encarregado de negócios. geral	F. Pardo	Capital Federal	1 de out. de 1911.
	Consul.	Theodoro Thomas Go- ttsche	Bahia	10 de ago. de 1911.
	Idem.	Encarregado de Neg- ócios	Puerto Montal	10 de set. de 1911.
	Vice-consul	Frank Brockmann	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Encarregado de negócios. honorário	Leopoldo Adolfo	Santiago	21 de set. de 1911.
	Vice-consul	Theodoro José de Barrios	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Consul.	Augusto Martín Go- ttsche	San Grande de	21 de set. de 1911.
	Idem.	Leopoldo Adolfo	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Encarregado de negócios. honorário	Jaime José de Barrios	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Vice-consul honorário	Carlos Augusto de Bar- rios	Puerto Montal	20 de set. de 1911.
	Idem.	Augusto Martín Go- ttsche	Medellin	20 de set. de 1911.
	Encarregado de negócios. honorário	Richard Jacques	Bahia	21 de set. de 1911.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIS	GRADUAÇÃO	NOME	LOCAL DO CONSULADO	DATA DE NOMINAÇÃO
Dinamarca	Encarregado de Negociações	Athens Emilio A. Mathias	S. Paulo	28 de outubro de 1938.
Espanha (Republ.)	Consul	Benigno Fernandez (arab.)	Capital Federal	24 de maio de 1937.
	Encarregado de consular	J. Fernandez	Idem	22 de jul. de 1939.
	Consul	Antonio Kraus	Paranaíba	22 de junho de 33.
Espanha	Consul geral	J. de Vila Vila	Capital Federal	22 de jun. de 1939.
	Vice-consul	D. Benito Salazar	Idem	22 de set. de 1937.
	Idem	Dr. Pedro Luis Chaves	Idem	22 de jan. de 1936.
Estados U. Nord-Occid.	Consul geral	Edgar Charles des Fours	Capital Federal	26 de sep. de 1934.
	Consul	Francisco Baptista da Silva Aguiar	Flora	24 de set. de 1935.
Finlândia	Vice-consul	Georgus Maala Marnell	Capital Federal	22 de abril de 1935.
	Vice-consul	P. Lehto	Campana	2 de set. de 1937.
	Consul	Georgus Maala Maala	Santa	22 de jun. de 1933.
	Agente consular	Ollypeltis João José	Paranaíba	22 de set. de 1938.
	Vice-consul	Lele Ferreira da Silva	Curitiba	22 de jul. de 1936.
	Consul	Paavo Tuomela	S. Paulo	22 de abril de 1934.
	Agente consular	Eino Valio	Santa	22 de maio de 1939.
	Idem	Antoni Edvardi Pe	Curitiba	22 de set. de 1934.
	Consul	Francisco Maria Am	Santa	27 de maio de 1936.
	Agente consular	Julius Neri	Fortaleza	22 de julho de 1938.
	Idem	Charles Selander	Jato de Fina	22 de jun. de 1936.
	Vice-consul	Augusto Soares Sousa	Paranaíba	4 de set. de 1935.
	Agente consular	Joseph Elmer Mary	Paranaíba	21 de jul. de 1938.
	Idem	Major Forslund	Vitoria	22 de maio de 1937.
	Idem	John Harting	Paria Alegre	22 de set. de 1936.
	Idem	Robert William Smith	Rio Grande	27 de jan. de 1936.
	Vice-consul	Dr. August P. Anthony	Curitiba	22 de maio de 1935.
	Agente consular	Edla Vindman	Curitiba	22 de jun. de 1938.
	Idem	Leopoldo Jorda	Polana	22 de set. de 1936.
	Idem	Arvo Niska	Paranaíba	22 de set. de 1935.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONCELHAR ESTRANGEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	PROVENIENCIA	DATA DE DESIGNAÇÃO
França	Agente auxiliar...	André Marchais...	Orléans...	20 de Out. de 1902.
	Idem...	Dr. Francisco Martins Pires...	Alentejo Porto...	27 de Junho de 1902.
	Idem...	Leandro (George) Paul...	Orléans...	2 de Nov. de 1902.
	Consel. geral...	William George Knap...	Orléans...	25 de Fev. de 1903.
	Vice-concel.	Charles Desvignes, Roux...	Orléans...	3 de Abril de 1903.
	Concel.	Ernesto Carlos Antonio...	Orléans...	12 de Abr. de 1903.
	Encarregado de...	Charles A. Austin...	Orléans...	1 de Maio de 1903.
	Vice-concel.	Roberto Brown...	Orléans...	25 de Maio de 1903.
	Idem...	Alberto F. Gousser...	Orléans...	26 de Maio de 1903.
	Concel.	Adolphe Tréhenas...	Orléans...	3 de Set. de 1903.
	Vice-concel.	Arthur L. G. Williams...	Orléans...	3 de Set. de 1903.
	Idem...	William Robert (Dr.)...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	Edmond Albert...	Orléans...	8 de Set. de 1903.
	Consel. inferior...	Charles Lindsay Tan...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Concel.	Francis Wilson Mac...	Orléans...	1 de Maio de 1904.
	Vice-concel.	André Louis-Jour...	Orléans...	20 de Maio de 1904.
Bélgica	Concel.	Frans John Frederic...	Orléans...	22 de Set. de 1903.
	Vice-concel.	Charles Gidder...	Orléans...	1 de Ago. de 1903.
	Idem...	William Bart Clingh...	Orléans...	12 de Jan. de 1903.
	Idem...	Josephus Isaac Geyse...	Orléans...	7 de Maio de 1903.
	Idem...	René Louis...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Agente auxiliar...	Josephus Isaac Geyse...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Vice-concel.	William B. Perrier...	Orléans...	1 de Ago. de 1903.
	Idem...	Frans Charles Frederic...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	John Frederick Horne...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Consel. geral...	Charles Lemaire...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Vice-concel.	Jean Auguste de Pign...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	Charles Louis de Agne...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	Henry Arthur...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	Charles Louis de Agne...	Orléans...	20 de Set. de 1903.
	Idem...	Jean Auguste de Pign...	Orléans...	20 de Set. de 1903.

continuação do quadro do corpo consular estrangeiro

NOME	DESIGNAÇÃO	PAÍS	LOCAL DO ATRIBUTO	DATA DO ATRIBUTO
Arábia	Vice-consul	Tim Carlos Barboza	Porto Alegre	21 de dez. de 1910.
Bolivia	Consul	Liberto Mesa (jornal.)	Capital Federal	28 de mar. de 1911.
Espanha	Consul	D. Juan Caplanich y Pardo	Rio de Janeiro	28 de mar. de 1911.
	Vice-consul	Joaquim Pereira de Mello	Curitiba	28 de mar. de 1911.
	Consul	Alto Becerra	Bahia	2 de ag. de 1911.
	Consul	João Príncipe y Páez	Paraguay	27 de mar. de 1911.
	Consul	João Correa (jornal.)	Paraná	28 de mar. de 1911.
	Encargado do Vice-consulato	Emiliano Alfonso Vazquez	Mato Grosso	14 de set. de 1911.
	Vice-consul	João Carlos Barboza	Curitiba	28 de mar. de 1911.
	Consul	Francisco João Pardo	Manaus	1 de set. de 1911.
	Consul	Agustín Rodríguez (jornal.)	Montevideo	1 de jul. de 1911.
	Encargado do Vice-consulato	Joaquim Antonio Martins	Ilheus	1 de jan. de 1911.
	Vice-consul	R. Manuel Thompson	Recife	20 de mar. de 1911.
	Consul	Arturo Francisco de Alencar	Paraguay	10 de dez. de 1911.
	Vice-consul interino	João Theodoro de Sousa Lobo	Florianópolis	1 de jan. de 1911.
	Consul interino	Florisindo Rodriguez	Rio Grande	20 de mar. de 1911.
	Consul	Benito Riquelme y Lopez (jornal.)	Polônia	24 de mar. de 1911.
	Vice-consul	Francisco Silva	Mato Grosso	28 de dez. de 1911.
	Encargado do Vice-consulato	Agustín Fernandez	Porto Alegre	28 de jul. de 1911.
	Vice-consul	João Augusto de Freitas	Porto Alegre	1 de ag. de 1911.
	Consul	João Cordeiro (jornal.)	Uruguay	20 de set. de 1911.
	Consul interino	João Nogueira	Mato Grosso	1 de ag. de 1911.
	Consul	João Cordeiro de Castro Caldeira	Porto	1 de set. de 1911.
	Encargado do Vice-consulato	Antonio Augusto Francisco Guimarães	Curitiba	10 de jan. de 1911.
	Vice-consul	Guillermo Antonio y Sandoval	Uruguay	1 de mar. de 1911.
	Consul interino	Narciso Ernesto Caporale	Bahia	1 de ag. de 1911.
	Consul	Guillermo Nogueira de Silva	Montevideo	1 de jan. de 1911.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	EMPREGO COM NOME	DATA DE NOMINAÇÃO
Espanha.....	Vice-consul.....	Carlos Trindade de Car- valho.....	J. Paulo.....	4 de ag. de 1928.
	Idem.....	R. Roberto Aguiar.....	J. Braga.....	23 de maio de 1930.
	Idem.....	Ruy São João.....	Antônio de Li- vramento.....	4 de out. de 1930.
	Idem.....	Miguel Antunes.....	Diogo.....	23 de ag. de 1931.
	Idem.....	Emmanuel Freire.....	Vitorino.....	1 de mar. de 1931.
	Idem.....	D. Leonardo Almeida Baptista.....	Mina.....	1 de jan. de 1932.
Polónia.....	Idem.....	Augusto Henriques.....	Capital Federal.....	1 de jan. de 1932.
	Agente consular.....	Dr. Guilherme Rodari.....	Portugal.....	1 de ag. de 1932.
	Idem.....	Felipe De Sella.....	Parahyba do Sul.....	1 de mar. de 1932.
	Consul.....	Carlos de Matos.....	Pernambuco.....	28 de ag. de 1932.
	Agente consular.....	Antonio Moreira de Al- meida Lima (antigo).....	Piauí.....	20 de jul. de 1932.
	Encarregado de agente consular.....	Frederico Pelli.....	Mato.....	1 de ag. de 1932.
	Vice-consul.....	Adolpho Antunes.....	Santaes.....	1 de ag. de 1932.
	Consul.....	Cam. Carlos Capella.....	Pernambuco.....	17 de jan. de 1932.
	Vice-consul.....	Alonso Pina Ford.....	Mato.....	24 de mar. de 1932.
	Agente consular.....	Augusto Caldeira.....	Rio Grande.....	1 de jan. de 1933.
	Idem.....	Roberto Majari.....	Mato.....	1 de set. de 1933.
	Encarregado de agente consular.....	Orlando Pereira.....	Bahia.....	12 de jan. de 1933.
	Consul interino.....	Orlando E. Majari de Lima.....	Florianópolis.....	1 de dez. de 1933.
	Agente consular.....	Carlos Peralta.....	Rio.....	28 de set. de 1933.
	Idem.....	Manoel de Oliveira.....	Campana.....	22 de set. de 1933.
	Consul geral.....	Cam. Lúcio Costa.....	J. Paulo.....	1 de jul. de 1933.
	Vice-consul.....	Augusto Saldaña.....	Florianópolis.....	1 de mar. de 1933.
	Agente consular.....	Vicente Maria Soares.....	Florianópolis.....	1 de ag. de 1933.
	Idem.....	Francisco Garcia.....	Florianópolis.....	1 de ag. de 1933.
	Consul.....	Cardinal Filipe Ba- rros de Almeida.....	Castela.....	1 de ag. de 1933.
	Agente consular.....	Frederico Alberto Tre- vis.....	Pernambuco.....	28 de maio de 1933.
	Idem.....	Constantino Lima.....	Mato.....	27 de set. de 1933.
	Idem interino.....	João Francisco.....	Mato.....	27 de set. de 1933.
	Idem.....	João Maria Gomes.....	Pernambuco.....	28 de maio de 1933.
	Idem.....	Guilherme Domingos.....	Florianópolis.....	1 de ag. de 1933.
	Vice-consul.....	João Carlos.....	Campana.....	10 de set. de 1933.
	Agente consular.....	Adolpho Beltrame.....	Florianópolis.....	1 de jan. de 1934.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	GRADUAÇÃO	NOME	LOCALIDADE	DATA DO NOMENCLATÓRIO
Bélgica	Consul.	Alexandre Gervais	Vitória	20 de set. de 1897.
	Idem.		João de Fátima	
	Auxiliar-consul.	Indro Paulo Lagrange	Pernambuco	27 de set. de 1897.
	Idem.	Ernstine Adolphe Carpentier	Pernambuco	14 de out. de 1897.
	Idem.	Pauline Minelli	Trinidad	11 de set. de 1897.
	Idem.	Clément Berron	Colômbia do Sul	14 de ag. de 1897.
	Idem.		Belém	
	Vice-consul.	Luigi Rinaldi	Belém	
Países Baixos	Consul geral.	Frederick Palm	Capital Federal	14 de jul. de 1897.
	Vice-consul.	J. M. Gotschal	Idem.	14 de jul. de 1897.
	Idem.	Paulo Leibel	Campana	10 de set. de 1897.
	Consul.	Alfred Paul de Gans	Belém	20 de jun. de 1897.
	Idem.	Leopoldo Fribolin	Pernambuco	20 de jul. de 1897.
	Idem.	José Marcel	Fortaleza	20 de jun. de 1897.
	Idem.	Arno Gahn	Pernambuco	20 de jun. de 1897.
	Idem.	Augusto Pedro de B.	Manaus	1 de jun. de 1897.
	Idem.	Edmond Holstede	Fortaleza	20 de jul. de 1897.
	Idem.	A. C. A. W. Barmann	S. Paulo	20 de jun. de 1897.
	Vice-consul.	Victor Boyer	Santos	9 de set. de 1897.
	Consul.	Joseph Martin Garcia	Recife	20 de maio de 1897.
	Idem.	Charles Eugène Joubert	Montevideo	20 de mar. de 1897.
	Idem.	Charles Carr	Pernambuco	20 de jun. de 1897.
	Idem.	J. Dams	Vitória	20 de jul. de 1897.
	Idem.	Ed. Schmitz	Belém	20 de jun. de 1897.
	Vice-consul.		Manaus	
	Idem.	G. Dugg	Porto Alegre	20 de set. de 1897.
	Idem.	Antoine M. Burrows Per-	São de S. Paulo	20 de set. de 1897.
Paraguay	Consul geral.	Auguste Armand Chalm	Capital Federal	20 de dez. de 1897.
	Vice-consul.	Henrique Castello Branco	Idem.	20 de dez. de 1897.
	Consul.	Paulo de Aguiar	Pernambuco	9 de jul. de 1897.
	Idem.	Auguste Eugène Martin	Montevideo	20 de dez. de 1897.
	Idem.	João Francisco de B.	Colômbia	20 de jul. de 1897.
	Idem.	Charles Jacques Po-	Manaus	20 de set. de 1897.
	Vice-consul.	Edo. Guesz de Munka	Fortaleza	14 de set. de 1897.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSILAR ESTRANGEIRO

PAISES	GRADUAÇÃO	NOME	LOCALIDADE DO EXERCÍCIO	TEMPO DE EXERCÍCIO
Paraguay	Consul	D. Felipe Frutos y Saldaña	Buenos Aires	20 de set. de 1894.
	Vice-consul	João Rita Vazquez	México	22 de set. de 1894.
	Consul	Francisco Soares de Almeida	Puerto Alegre	25 de jan. de 1895.
	Mém.	Manuel Augusto Alfaro	Buenos Aires	1 de jul. de 1895.
	Mém.	Fernando Dreyfus	S. Paulo	12 de jul. de 1895.
	Mém.	Flaviano C. J. Rivas	Puerto Rico/Venez.	29 de set. de 1895.
	Mém.	José Rodriguez Suarez Carden	Atenas	20 de set. de 1895.
	Mém.	José Augusto Corral	Bolivia	22 de set. de 1895.
	Vice-consul	José Lorenzo	Montevideo	5 de set. de 1895.
	Consul	José Alberto Suarez Magallon	Montevideo	25 de set. de 1895.
	Mém.	Francisco Tomas Juarez	Palmas	20 de set. de 1895.
Peru	Consul geral	J. Miranda P. Cevallos	Capital Federal	11 de jan. de 1895.
	Consul	M. R. Salazar	Bolivia	21 de set. de 1895.
	Mém.	D. Alejandro de la Puente	Lima	20 de set. de 1895.
	Mém.	Carlos Lora	Puerto Rico	20 de set. de 1895.
	Vice-consul	Alfredo Rueda	Montevideo	25 de jan. de 1895.
	Mém.	Manuel de Silva M. Rueda	Montevideo	5 de jul. de 1895.
	Mém.	Gerardo Lora de Pineda	Bolivia	5 de jan. de 1895.
	Mém.	Francisco de Paula Cervera Campello	Puerto Alegre	25 de set. de 1895.
	Mém.	Tito Arceles de Rueda	Puerto Rico	7 de set. de 1895.
	Consul geral do Rio de Janeiro	Guillermo Rodriguez Barrios Cardenas	Capital Federal	20 de set. de 1895.
Portugal	Vice-consul	Alfonso Fernandes de Silva Mendes	Lima	25 de jan. de 1895.
	Mém.	Dr. José Maria de Sousa Lourenço	Lisboa	10 de set. de 1895.
	Mém.	José Carlos de Mello	Maguari	5 de set. de 1895.
	Mém.	Francisco Pereira de Almeida	Lisboa	20 de set. de 1895.
	Mém.	Agostinho Cardoso de Carvalho	Lisboa	5 de jan. de 1895.
	Mém. Interim.	João Augusto de Vellozo	Montevideo	20 de set. de 1895.
	Mém. Mém.	José Rodriguez Lopez	Buenos Aires	22 de jan. de 1895.
	Mém.	João Carlos de Castro	S. João do Rio	27 de set. de 1895.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

Paiz	Qualidade	Nome	Localidade onde Missionou	Data de chegada
Portugal	Vice-consul	João Antonio Ribeiro	Petrópolis	24 de mai. de 1895.
	Mes. Interim	Edmundo Carlos Soares	Vila da Penha, do Rio de Janeiro	22 de ag. de 1895.
	Mes.	João da Gama Ribeiro Junior	Volterra	4 de dez. de 1895.
	Agente consular interino	Antonio José de Almeida Gomes	Yaguajay	22 de fev. de 1895.
	Mes.	Miguel João Soares	Serra Fria, Rio de Janeiro	22 de ago. de 1895.
	Mes. Interim	Francisco José Gonçalves Maia	S. Paulo	28 de jan. de 1895.
	Mes.	Barão de Tinópolis	Aracaju	7 de set. de 1895.
	Mes.	Antonio de Medeiros Carmo	Castroville	20 de fev. de 1895.
	Vice-consul	Joaquim Soares Gomes	Parangaricutzingo	28 de set. de 1895.
	Mes.	João Pereira de Almeida	Campana	22 de mar. de 1895.
	Mes.	Antonio José Rodrigues Carvalhal	Tapachula	22 de mar. de 1895.
	Agente consular	João Marques da Silva Guimarães (Jornalista)	Rosario	2 de maio de 1895.
	Mes. Interim	Antonio Domingos Soares Beazerville	Mes.	junho de 1895.
	Mes.	Leão Martins de Vello	Rio Verde	2 de maio de 1895.
	Mes.	Antonio Marques da Silva	Salvador	2 de maio de 1895.
	Vice-consul	João Teixeira da Mota	Salvador	22 de set. de 1895.
	Agente consular	João Joaquim Silva da Silva	Serra Negra	22 de maio de 1895.
	Mes.	Alvaro José Gomes Pereira	Recife	22 de junho de 1895.
	Mes.	João Teixeira Portugal Pinheiro	Monte Maria, Minas Gerais	22 de ag. de 1895.
	Vice-consul Interim	Estanislau Antonio Dias	Serra Verde	22 de jan. de 1895.
	Vice-consul	João Joaquim Pinheiro Machado	Vila de Foz	22 de set. de 1895.
	Agente consular	Antonio Joaquim da Silva	S. João de Paraty	22 de set. de 1895.
	Vice-consul	João Leão Ribeiro	Alfama	7 de set. de 1895.
	Mes.	Augusto Pinto de Almeida	Serra Talhada, do Pernambuco	2 de set. de 1895.
	Mes.	Antonio Manoel Ribeiro Magalhães	Recife	22 de set. de 1895.
	Agente consular	João Augusto Monteiro	Serra Talhada	22 de set. de 1895.
	Mes.	Augusto Domingos Pinheiro	Paraty	2 de set. de 1895.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	LOCAL DO EMPREGO	Data de nomeação
Portugal.....	Agente consular.....	Leão Fortunato da Costa Oliveira.....	Coimbra.....	21 de jul. de 1881.
	Idem interior.....	Alcides Pinto Coelho.....	S. João d'El-Rei.....	15 de sep. de 1881.
	Idem.....	Manoel José do Passos.....	Beja.....	15 de jan. de 1882.
	Idem.....	Antônio Baptista de Oliveira.....	Ponte de Lima.....	24 de jul. de 1882.
	Idem.....	João Victor de Almeida.....	Marinhago.....	15 de maio de 1882.
	Idem.....	João Carlos de Matta.....	Marinhago.....	2 de jan. de 1883.
	Idem.....	Miguel Rodrigues de Almeida.....	Leiria.....	25 de set. de 1883.
	Idem.....	João Baptista Vianna de Carvalho Vasconcelos.....	Ponte.....	5 de maio de 1883.
	Idem.....	Antônio Soares de Sousa.....	Ponte.....	9 de jan. de 1884.
	Vice-consul interior.....	Manoel de Araújo Almeida.....	Ponte.....	25 de set. de 1884.
	Agente consular interior.....	Manoel Augusto Fernandes de Araújo.....	Lamego.....	28 de jan. de 1885.
	Consul.....	Baptista Antonio de Almeida Marques.....	S. João.....	24 de set. de 1885.
	Chanceler consular.....	Leão Leopoldo Flores.....	S. João.....	8 de jul. de 1885.
	Vice-consul.....	José Francisco de Silva Ferreira.....	Ponte de Lima.....	24 de set. de 1885.
	Idem.....	Albino Gonçalves de Silva.....	Ponte de Lima.....	8 de set. de 1885.
	Idem.....	Francisco Teixeira de Costa Leite.....	Ponte.....	28 de jul. de 1885.
	Idem interior.....	Estevão Augusto Teixeira.....	Coimbra.....	27 de jan. de 1886.
	Idem.....	Baptista Estevão de Almeida.....	S. Paulo.....	28 de jul. de 1886.
	Agente consular.....	Antônio Adolpho Vianna.....	Trofa.....	21 de set. de 1887.
	Vice-consul.....	Francisco Francisco de Almeida.....	Coimbra.....	28 de set. de 1887.
	Idem.....	Albino Dias de Costa.....	Coimbra.....	28 de jul. de 1887.
	Idem.....	Miguel Francisco de Almeida.....	Alentejo.....	24 de set. de 1887.
	Agente consular.....	Manoel Ferreira de Almeida.....	Estremoz.....	22 de jan. de 1888.
	Idem.....	Alcides de Silva Vianna (junior).....	Marinhago.....	22 de jan. de 1888.
	Encarregado de negócios consular.....	Antônio Marques Rodrigues.....	Idem.....	25 de set. de 1888.
	Agente consular.....	Joaquim José Pedro Rodrigues.....	Sagres.....	2 de set. de 1888.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIS	EMPREGO	NOME	LOCAL DO EMPREGO	DATA DO EMPREGO
Portugal	Vice-consul	Alfredo Yaguez Pina de Regal	Matilde Pina	11 de out. de 1911
Rússia	Encarregado de negócios		Capital Federal	
	Vice-consul	Francisco Alvares	Idem	2 de jan. de 1911
	Idem	João Antonio Pinto	Idem	11 de nov. de 1911
	Idem	Luiz Lara de Figueiredo Palmeira	Porto Alegre	21 de ag. de 1911
	Idem	Alfredo Fortes	Santos	21 de out. de 1911
	Idem	São Antonio	Idem	7 de dez. de 1911
Suecia e Noruega	Consul geral	Dr. J. M. Estrada	Capital Federal	21 de jan. de 1911
	Vice-consul	Yacov Joel de Costa Pinto	Idem	21 de maio de 1911
	Idem	Odino de A. Garay	Idem	21 de dez. de 1911
	Idem	Lorenz Berg	Paraná	21 de nov. de 1911
	Idem	Agostino Alfaro de A. Ingenheiro	Idem	
	Idem Interim	William Rodari	Idem	
	Idem	João Pedro Ribeiro	R. Lago	11 de jan. de 1911
	Idem	Harold Robert Law- rence Pitt	Idem	11 de fev. de 1911
	Idem	Edoardo Smith	Santos	11 de abr. de 1911
	Encarregado de negócios	João Manoel	Porto Alegre	11 de jan. de 1911
	Vice-consul	Wladimir Seydman	Rio Grande	1 de jan. de 1911
	Idem	Dr. J. Brandeburgo	Aracaty	11 de ag. de 1911
	Idem	Ante Costa	Paraty de Rio Grande	11 de jan. de 1911
	Idem	Julius Veiga	Florianópolis	17 de jan. de 1911
	Idem	Kenneth George Ma- carty	Idem	12 de fev. de 1911
	Idem	Carlos Smith	Passo de Lima	21 de ag. de 1911
	Idem	François Benoit Gomes	Paranaguá	11 de dez. de 1911
	Idem	Ernesto Almeida	Aracaty	11 de nov. de 1911
	Idem	Alberto Laigros	R. Paulo	1 de jan. de 1911
Suécia	Consul geral	Augusto Emilio Haffner	Capital Federal	11 de fev. de 1911
	Idem	João Manoel	Idem	11 de maio de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAISES	EMPRESAS	EMPRESAS	EMPRESAS	EMPRESAS
Brasil	Consul	Enrico Antonio (jurista)	Paranápolis	11 de maio de 1900.
	Consul interino	David Hirsch	Idem	25 de set. de 1901.
	Idem	Frank da Costa (engenheiro)	Bahia	27 de maio de 1902.
	Representação de consules	Arthur da Costa	Mato Grosso	4 de abril de 1904.
	Consul	Felix Leuchinger (jurista)	San Grande do Sul	7 de maio de 1905.
	Vice-consul	Paul J. Leuchinger (jurista)	Idem	11 de maio de 1906.
	Idem	Arnold Wallengren	Idem	11 de maio de 1906.
	Idem	Carlton Espedon	Florianópolis	2 de maio de 1910.
	Consul geral	D. Antonio Mazzari	Capital Federal	20 de dez. de 1910.
	Consul	Carlos Sauer	Idem	22 de jan. de 1911.
Europa e República Oriental do Uruguai	Vice-consul	José Pina	Idem	4 de jan. de 1911.
	Idem	Leopoldo Sandoz	Montevideo	20 de maio de 1915.
	Idem	Ephraim Fruton de Almeida	Curitiba	14 de jan. de 1916.
	Consul	Henrique Augusto Lopes	Bahia	14 de set. de 1916.
	Vice-consul	D. Antonio Petras	Mato Grosso	27 de set. de 1916.
	Idem	Paulo Joaquim Telles	Algarve	8 de set. de 1916.
	Idem	Marcelo Polier de Mello	Panama	23 de set. de 1916.
	Consul	José de Silva Lopo Filho	Paranápolis	8 de set. de 1917.
	Idem	Julio Antonio Gualin	Costa Rica	14 de set. de 1916.
	Idem	João Paulo Pinheiro Vianna	San Antonio	28 de set. de 1916.
	Idem	Dr. Antonio Pereira de Almeida	Montevideo	1 de ago. de 1916.
	Vice-consul	Julio Manoel Ribeiro Vianna	Artemisa	5 de jan. de 1917.
	Idem	Paulo João Bast	Curitiba	24 de jan. de 1917.
	Consul	José de Barros Pinheiro	Aracaju	4 de set. de 1917.
	Idem	João Manoel de Silva	Florianópolis	2 de set. de 1919.
	Idem	Felix Bordin	Porto Alegre	1 de jan. de 1919.
	Vice-consul	Paulo Torres (P.O.)	Algarve	20 de maio de 1914.
	Idem	Sergente Mayor D. Carlos Vazquez	San Luis de La Guayana	1 de dez. de 1919.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

NOME	GRADUAÇÃO	PAÍS	CATEGORIA	DATA DE NOMINAÇÃO
Uruguay (República Oriental do).....	Consul.....	D. Henrique Soares.....	Polícia.....	16 de jul. de 1921.
	Idem.....	Castillo Correo.....	Engl.....	26 de ab. de 1922.
	Idem.....	D. Castillo Barros.....	Engenheiro.....	16 de ag. de 1921.
	Vice-consul.....	Edward Monzon.....	Engl.....	18 de jul. de 1922.
	Consul.....	D. Francisco Jubelet Sanguin.....	Agencia.....	12 de jan. de 1923.
	Vice-consul.....	Gustavo Amador.....	Engl.....	14 de maio de 1923.
	Consul.....	Amelio Bernal y Nolasco.....	Receita, Tribuna de Policia.....	11 de maio de 1924.
	Vice-consul.....	Ramon A. Torres.....	D. Policia.....	25 de ag. de 1923.
	Idem.....	Polio Castel.....	Quartel.....	17 de mar. de 1923.
	Idem.....	Porfirio Aires de Cordero.....	Policia.....	25 de maio de 1924.
	Idem.....	Officio Garcia.....	Policia.....	3 de jun. de 1927.
	Consul.....	Henrique A. de Saiz de Azaola.....	Gravata.....	23 de jan. de 1923.
	Idem.....	Tomaso-consul Felipe Pichon y Gortari.....	Receita.....	25 de mar. de 1925.
	Idem.....	José Garcia Pichon.....	Policia.....	12 de jan. de 1925.
	Vice-consul.....	José Guadalupe Parilla.....	D. Francisco de Policia.....	12 de jan. de 1925.
	Idem.....	Francisco Lora de Silva.....	Quartel.....	1 de nov. de 1925.
	Consul.....	Leopoldo Pereira de Carvalho.....	Peru.....	15 de ag. de 1926.
	Idem.....	José Rodriguez Miquelena Pina.....	D. Policia.....	17 de maio de 1926.
Venezuela.....	Consul genl.....	Enrique de Barrios.....	Capital Federal.....	16 de set. de 1923.
	Vice-consul.....	Rodrigo Ferrer Nolasco.....	Idem.....	16 de set. de 1923.
	Idem.....	José Guadalupe Parilla.....	D. Policia.....	25 de jan. de 1925.
	Consul.....	Guillermo Antonio Elías.....	Policia.....	5 de set. de 1927.
	Idem.....	Edgardo Macrina de Rivas.....	Peru.....	25 de maio de 1928.
	Vice-consul.....	Dr. Pedro de Alcantara Baptista Mendez.....	Idem.....	1 de jan. de 1928.
	Consul.....	María de S. Riquelme.....	Policia.....	25 de set. de 1928.
	Idem.....	Hernando José Pineda.....	Quartel.....	25 de set. de 1928.
	Encargado de Consul.....	Antonio Machado González.....	Idem.....	
	Idem.....	Guillermo Antonio de Rivas.....	R.O. Grande de Policia.....	25 de set. de 1928.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSILHAR ESTRANGEIRO

PAIS	SENADOR	SENADOR	DEPUTADO PROVINCIAL	DEPUTADO DO PARLAMENTO
Tunisia.....	Thaoulet.....	Abdoul Kader el Mra.	Farouk.....	Abdoul el Kader.
	Abdoul.....	Abdoul el Kader el Mra.	Mahmud.....	Abdoul el Kader.
	Abdoul.....	Abdoul el Kader el Mra.	Abdoul el Kader.....	Abdoul el Kader.
	Abdoul.....	Abdoul el Kader el Mra.	Abdoul el Kader.....	Abdoul el Kader.

Tunisia, Senador do Parlamento da República das Nações Unidas, 1945-1946.

de Tunis.

1945-1946, 1947-1948.

ANNEXO N. 3

Leis, Decretos, Circulares e Portarias

N. 1

LEIS

Decreto n. 494 — de 22 de julho de 1896

Approva a Convenção celebrada entre o Brazil e o Chile em 4 de maio de 1891, sobre o exercicio das profissões liberais.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' approvada a Convenção de 4 de maio de 1891, celebrada entre o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o da Republica do Chile, regulando o exercicio das profissões liberais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1896, 11ª da Republica.

Pedeste J. de Moraes Barros.

Assinado A. de Castro e Silva.

Decreto n. 490 — de 23 de agosto de 1898

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de \$150,000 para pagamento das indenizações concedidas a reclamantes Italianos, de accordo com o protocolo de 12 de fevereiro de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de \$150.000\$120, para pagamento das indenizações concedidas a reclamantes Italianos, de accordo com o protocolo de 12 de fevereiro de 1898, assignado pelos Governos Italiano e brasileiro, fazendo as necessarias operações de credito e revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1898, 1.ª da Republica.

FRANCISCO J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Corqueiro.

Decreto n. 500 — de 23 de agosto de 1898

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de \$50,000, no cambio de \$1 d., para a fim de cobrir as despesas com a missão que for encarregada de defender a honra da Nação Brasileira na questão de Italia com a Geyata Francesa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de \$50.000\$, no cambio

de 27 d., para o fim de solver as despesas com a missão que se encarregada de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guayana Francesa, fazendo as necessarias operações de credito e revogando as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1888, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.

Decreto n. 502 — de 12 de setembro de 1888

Após a Convenção firmada em 21 de dezembro de 1886, entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e os Polacos Russos, para a extradição dos criminosos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.^o E' approvada a Convenção firmada em 21 de dezembro de 1886 pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Republica, e o Casal Geral dos Polacos Russos, para a extradição dos criminosos.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de setembro de 1888, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.

Decreto n. 529 — de 17 de novembro de 1898

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 100:000\$, destinado às despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a República Argentina.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 500:000\$, destinado às despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a República Argentina, conforme o laudo arbitral.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Órgão de Imprensa.

Decreto n. 530 — de 17 de novembro de 1898

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 100:000\$, para ocorrer às despesas com a substituição dos marcos na fronteira do Brazil com a Republica do Paraguay.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 500:000\$, para ocorrer às despesas com a substituição dos marcos arrolados ou que houverem

desaparecido na fronteira do Brazil com a Republica do Peru, fazendo para isso as necessarias operações de credito: revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olinda de Magalhães.

Decreto n. 524 — de 9 de dezembro de 1898

Amendo: o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de \$30000, complementar ao n. 3 do art. 3º da lei n. 426, de 15 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. If o Poder Executivo autorizo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de \$30000, complementar ao n. 3, do art. 3º da lei n. 426, de 15 de dezembro de 1897; revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olinda de Magalhães.

Decreto n. 536 — de 17 de dezembro de 1888

Approva o Acôrdo sobre permissão de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1888.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.^o Fica approvedo o Acôrdo sobre permissão de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1888.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1888, 1.^o da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Ministro de Agricultura.

Decreto n. 537 — de 17 de dezembro de 1888

Approva os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, de Londres sobre a permissão de cartas e encomendas com valor declarado e do Acôrdo relativo aos rates postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1887.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.^o Ficam approvedos os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do Acôrdo sobre a permissão de cartas e encomendas

com valor declarado o do Acôrdo relativo aos valores postaes, bem como os protocolos finais que se referem aos dous primeiros, celebrados em Washington a 13 de Junho de 1897.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Gyulio de Magalhães.

Decreto n. 563 — de 23 de dezembro de 1898

Approva o Tratado de extradição celebrado entre o Brazil e os Estados Unidos da America em 14 de maio de 1897, com as modificações nelle introduzidas pelo protocolo assignado em 23 de maio do presente anno pelos plenipotenciarios dos mesmos paizes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o Tratado de extradição celebrado em 14 de maio de 1897 entre o Brazil e os Estados Unidos da America, com as modificações nelle introduzidas pelo protocolo assignado em 23 de maio do presente anno pelos plenipotenciarios dos mesmos paizes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Gyulio de Magalhães.

Decreto n. 557 — de 30 de dezembro de 1898

Approva o Tratado de seço e de extradição firmado nesta Capital em 6 de agosto de 1898 pelos plenipotenciários do Brasil e da República do Peru.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o Tratado de seço e de extradição firmado nesta Capital em 6 de agosto de 1898 pelos plenipotenciários do Brasil e da República do Peru.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1898, 10ª da República.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Chefe do Departamento.

Decreto n. 558 — de 30 de dezembro de 1898

Approva o Tratado de seço e de extradição firmado pelos plenipotenciários do Brasil e da Republica Argentina, nesta Capital, em 25 de outubro de 1898.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o Tratado de seço e de extradição firmado pelos plenipotenciários do Brasil e da Republica Argentina, nesta Capital, em 25 de outubro de 1898.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1898, 10ª da República.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Chefe do Departamento.

N. 2

DECRETOS

Decreto n. 2209 — de 13 de junho de 1896

Publica a adesão do Estado Livre de Orange à Convenção Postal Universal de Washington de 13 de junho de 1895.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão do Estado Livre de Orange à Convenção Postal Universal assignada em Washington em 13 de junho de 1895, segundo a communicação da Legação dos Estados Unidos da America, de 8 do corrente, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja tradução official o este acompaña.

Capital Federal, 13 de junho de 1896, 10^a da Republica.

PRESIDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Tradução

Legação dos Estados Unidos da America — Petropolis. 4 de junho de 1896.

De conformidade com as instruções do meu Governo, tenho a honra de notificar a S. Ex. o Sr. general Dionisio E. de Castro Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores, que de accordo com o art. VI do protocollo final do Congresso Postal realizado em Washington em junho do anno passado, o Governo dos Estados Unidos recebeu por intermedio do Dr. Hendrick Pieter Nicolas Muller, consul geral do Estado Livre de Orange na Haia e delegado especial do seu Governo para este fim, a declaração da adhesão do Estado Livre de Orange à Convenção Postal Universal, assignada em Washington em 13 de junho de 1895, nos termos do art. VI do referido protocollo final.

A declaração foi feita nesta intelligencia :

a. Na tabela annexa ao art. IV do regulamento de execução mencionado sob numero 1, o equivalente para o Estado Livre de Orange será fixado como se segue :

Em 2 1/3 pence por 35 centimos.

Em 1 penny por 30 centimos.

Em 1 1/2 penny por 2 centimos.

b. No § 3º do art. XXXIV do mesmo regulamento, o Estado Livre de Orange será posto na sexta classe quanto á contribuição da quota de despesa do Secretario Internacional.

Aproveito a oportunidade para reaver a V. Ex. as garantias de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. General Dionisio E. de Castro Corgueiro, Ministro das Relações Exteriores.

CHARLES PAGE BRYAN.

Decreto n. 2638 — de 18 de julho de 1898

Fulcra o offício da Republica Peruana aos accões concluidos em Vienna a 4 de julho de 1891, relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do serviço nas viagens de jornais e publicações periodicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publico o offício da Republica Peruana aos accões concluidos em Vienna o 4 de julho de 1891, relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do comercio nas viagens de jornais e publicações periodicas, segundo a communicação do Conselho Federal Suizo de 17 de junho proximo passado ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official a este acompaña.

Capital Federal, 18 de julho de 1898, 5º da Republica.

FRANCISCO J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Corgueiro.

Tradução

Berna, 17 de junho de 1893.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por carta datada de 31 de maio ultimo, a legação do Peru na Suíça deu-nos conhecimento da adesão do seu país aos acordos concluídos em Viena a 4 de julho de 1891, e relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.

Apeosamo-nos á solicitar esta adesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 18 e 19 dos referidos acordos e aproveitamos esta occasião para renovar-lhe, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suizo.

O Presidente da Confederação.

Engly.

O Chancelier da Confederação.

Blagier.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro.

Decreto n. 9267 — de 8 de agosto de 1893

Revêta e reconte o Tratado de 10 de abril de 1897, que celebra o arquivamento a questão de limites entre o Brazil e o Guyana Francesa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Havendo o Congresso Nacional approvado pela lei n. 424, de 8 de dezembro de 1897, o tratado de 10 de abril do mesmo anno, que celebra o arquivamento a questão de limites entre o Brazil e o Guyana

Francês e tendo sido trocadas as respectivas ratificações nesta Capital Federal em 8 do corrente mes :

Decreta que o mesmo tratado, cujos termos segue, seja inteiramente observado e cumprido.

Capital Federal, 8 de agosto de 1888, 10^a da República.

Protegeu A. de Moraes Barros

Dionicio M. de Castro Carqueira.

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil eo Governo da Republica Francesa, desejando fixar definitivamente as fronteiras do Brazil e da Guyane Francesa, convem em recorrer para isso á deciso arbitral do Governo da Confederação Helveta.

O Arbitro sera convidado a decidir qual é o rio Japou ou Viçente Pinão e a fixar a limite interior do territorio.

Para a celebração do tratado nomearam os dois Governos alguns plenipotenciarios, a saber :

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil nomeou o General de Brigada Dionicio Evangelista de Castro Carqueira, Ministro do Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da Republica Francesa nomeou o Sr. Stephen Pichon.

Le Gouvernement de la République des Etats Unis du Brésil et le Gouvernement de la République Française, désirant fixer définitivement les frontières du Brésil et de la Guyane Française, conviennent de recourir pour cela à la décision arbitrale du Gouvernement de la Confédération Helvétique.

L'Arbitre sera invité à décider quelle est la rivière Japou ou Vincent Pinçon et à fixer la limite intérieure du territoire.

Pour la conclusion du traité les deux Gouvernements ont nommé comme plenipotentiaires, à savoir :

Le Président de la République des Etats Unis du Brésil, a nommé le Général de Brigade Dionicio Evangelista de Castro Carqueira, Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

Le Président de la République Française, nommé Mr. Stephen

Prêso do Extraordinário do Ministério Plenipotenciário da mesma República do Brasil.

os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, venderam os artigos seguintes :

ARTIGO 1.

A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que, conforme o tratado preciso do artigo 8.º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicoze Pinão é o Oyapoc, que desagua no Oceano a Oeste do Cabo d'Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

A República Francesa pretende que, conforme o sentido preciso do artigo 8.º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicoze Pinão é o rio Araguary (Arouary), que desagua no Oceano ao Sul do Cabo do Norte e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

O Arbitro resolveu definitivamente sobre os peritos das duas Partes, adoptando em sua sentença, que será obrigatorio e sem appellação, um dos dois rios pretendidos ou, si assim entender.

Pichon, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plenipotenciare de ce Gouvernement au Brésil.

Lesquels, après avoir échangez leurs plens pouvoirs, qui ont été reconnus en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit :

ARTICLE 1.

La République des Etats Unis du Brésil prétend que, conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, le Rio Japoc ou Vicoze Pinçon est l'Oyapoc, qui se jette dans l'Océan à l'Ouest du Cap d'Orange et qui par son thalweg, doit former la ligne frontalière.

La République Française prétend que, conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, le rivière Japoc ou Vicoze Pinçon est la rivière Araguary (Arouary) qui se jette dans l'Océan au Sud du Cap Nord et qui, par son thalweg, doit former la ligne frontiere.

L'Arbitre se prononcera définitivement sur les prétentions des deux Parties, adoptant l'une ou l'autre, qui sera obligatoire et sans appel. L'une des deux rivières choisies ou, si ainsi entendre.

alguns dos rios comprehendidos entre elles.

de elles qui s'ont comprises entre elles.

ARTIGO 2

ARTICLE 2

A Republica dos Estados Unidos do Brazil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecido positivamente pela Convenção de Paris, de 26 de agosto de 1817, e o paralelo de 2° 25", que, partindo do Oyapoc, se terminam na fronteira da Guyana Holandesa.

A França pretende que o limite interior é a linha, que partindo do cabeceira principal do braço principal do Araguary, siga para Oeste parallelamente ao rio Amazonas até encontrar a margem esquerda do rio Branco e continue por esta margem até encontrar o parallello que passe pelo ponto extremo da serra de Acarey.

O Arbitro resolverá definitivamente qual é o limite interior, adoptando em sua sentença, que será obrigatoria e sem appellação, uma das linhas pretendidas pelas duas Partes ou escolhendo como solução intermedia, a partir do cabeceira principal do rio adoptado como sendo o Japoc ou Vicente

1.ª République des Etats Unis du Brésil prétend que le limite intérieure, dont une partie a été reconnue positivement par la Convention de Paris du 26 août 1817, est sur le parallelle de 2° 25", qui, partant d'Oyapoc, va se terminer à la frontière de la Guyane Hollandaise.

La France prétend que le limite intérieure est la ligne qui, partant de la source principale de bras principal de l'Araguary, continue par l'ouest parallellement à la rivière des Amazones, jusqu'à la rencontre de la rive gauche du rio Branco et suit cette rive jusqu'à la rencontre du parallelle qui passe par le point extrême des montagnes de Acarey.

L'Arbitre résoudra définitivement quelle est le limite intérieure adoptant dans sa sentence, qui sera obligatoire et sans appel, une des lignes revendiquées par les deux Parties, ou choisissant comme solution intermédiaire, à partir de la source principale de la rivière adoptée comme étant le Japoc ou

passa até o território da Guyana Francesa, a divisão de águas do lado do Aracoma, que nella se encontra constituída em canal sua utilidade pelas camadas da serra Tucumãtoque.

ARTIGO 3

A fim de habilitar o Arbitro a proferir a sua sentença, cada uma das duas Partes deverá, no prazo de oito meses, depois da troca das ratificações do presente Tratado, apresentar-lhe uma memoria contendo a exposição dos seus direitos e os documentos comprobatorios. Estas memorias impressas serão ao mesmo tempo communicadas ás Partes Contratantes.

ARTIGO 4

Terminado o prazo previsto no artigo 3, cada uma das Partes terá um novo prazo de oito meses para apresentar ao Arbitro, si julgar conveniente, uma segunda memoria em resposta ás allegações da outra Parte.

ARTIGO 5

O Arbitro terá o direito de exigir das Partes os esclarecimentos que julgar necessários e de regular os

Vincul. Propon por la Estación Holandesa, la línea de partage des eaux du bassin des Aracomas, qui, dans cette région, est constituée, dans sa presque totalité, par la ligne de Jala des monts Tucum-Thomas.

ARTICLE 3

Afin de permettre à l'Arbitre de prononcer sa sentence, chacune des deux Parties devra, dans le délai de huit mois, à partir de l'échange des ratifications du présent Traité, lui présenter un mémoire contenant l'exposé de ses droits et les documents s'y rapportant. Ces mémoires imprimés seront en même temps communiqués aux Parties Contractantes.

ARTICLE 4

Passé le délai prévu à l'article 3 chacune des Parties aura un nouveau délai de huit mois pour présenter à l'Arbitre, si elle le juge nécessaire, un second mémoire en réponse aux allégations de l'autre Partie.

ARTICLE 5

L'Arbitre aura le droit d'exiger des Parties les éclaircissements qu'il jugera nécessaires, et réglera

termos não previstos para o processo de arbitramento e incidentes occorrentes.

ARTIGO 6

As despesas do processo arbitral determinadas pelo Árbitro serão divididas igualmente entre as Partes Contractantes.

ARTIGO 7

As communicações entre os Representantes das Partes Contractantes serão feitas por intermédio da Repartição dos Negocios Estrangeiros da Confederação Suíça.

ARTIGO 8

O Árbitro decidirá dentro do prazo maximo de um anno, a contar da data da entrega das primeiras Memorias ou denegandas, e as partes tiverem replicado.

ARTIGO 9

Este Tratado, depois de preenchidas as formalidades legais, será ratificado pelas duas Gornções e as ratificações serão trocadas na Ca-

pelos cas non prévus pour la procédure de l'Arbitrage et les incidents qui survient d'ordinaire.

ARTICLE 6

Les frais du procès arbitral déterminés par l'Arbitre seront partagés également entre les Parties Contractantes.

ARTICLE 7

Les communications entre les Représentants des Parties Contractantes auront lieu par l'intermédiaire du Département des Affaires Étrangères de la Confédération Helvétique.

ARTICLE 8

L'Arbitre décidera dans le délai maximum d'un an à compter de la remise des premières mémoires ou des seconds, si les Parties ont répliqué.

ARTICLE 9

Ce Traité, après l'accomplissement des formalités légales, sera ratifié par les deux Gouvernements et les ratifications seront échangées.

gital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no prazo de quatro mezes, ou antes, si possível for.

Em 2 do que os respectivos Plenipotenciarios firmam o dito Tratado e lhe poem os seus sellos.

Fecho no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1897.

(L. S.) DOMINGO E. DE CASTRO
CERQUEIRA.

(L. S.) S. PICHON.

en la Capitale Fédérale des Etats Unis du Brésil, dans le délai de quatre mois ou avant, s'il est possible.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires respectifs ont signé le dit Traité et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Rio de Janeiro, le 30 avril 1897.

(L. S.) DOMINGO E. DE CASTRO
CERQUEIRA.

(L. S.) S. PICHON.

Decreto n. 2970 — de 15 de agosto de 1898

Cria um Consulado em Vigo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 3 de novembro de 1888, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Vigo.

Capital Federal, 15 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRESIDENTE R. DE MARIAS BARROS.

Domingo E. de Castro Cerqueira.

Decreto n. 2074 — de 23 de agosto de 1893

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de \$13:000:000, para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes Italianos.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 489, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de \$13:000:000 para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes Italianos, de accordo com o protocollo de 13 de Janeiro de 1891, assinado pelos Governos Italiano e Brasileiro, ficando-se as necessárias operações de crédito e revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1893, 10ª da Republica.

FRANCISCO J. DE MOURA BARROS.

Dionísio E. de Castro Cergueira.

Decreto n. 2075 — de 23 de agosto de 1893

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 70000\$, ao cambio de \$17, para o fim de saldar as despesas com a missão que fór encarregada de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Francesa.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 501, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 9:000\$, ao cambio de \$17, para o fim de saldar as des-

peças com a missão que lhe é encarregada de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Francesa; ficando-se as necessárias operações de crédito e revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1898, 90ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Corguiero.

Decreto n. 2997 — de 14 de setembro de 1898

Para cumprir a convenção de 4 de maio de 1897, que regula o exercício das profissões liberais entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a do Chile

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional approvedo, pelo decreto n. 154, de 23 de julho do corrente anno, a convenção de 4 de maio de 1897, celebrada entre o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o da Republica do Chile, regulando o exercicio das profissões liberais, cujas ratificações foram já trocadas nesta Capital Federal em 12 do corrente mez:

Decreta que a mesma convenção, que a este acompaña, seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898, 90ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Corguiero.

**Convênio entre o Brasil e o Chile sobre o exercício
de profissões liberais**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República do Chile, tendo concordado em celebrar uma convenção sobre o exercício das profissões liberais, nomearam para esse fim seus plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o General de brigada Dionísio Evangelista de Castro Carqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República do Chile, o Sr. D. Joaquín Walker Martínez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da mesma República no Brasil;

Os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO 1.º

Os cidadãos de qualquer das duas Repúblicas contratantes poderão exercer livremente no territorio da outra a profissão para a qual estiverem habilitados por diploma

**Convênio entre o Brasil e o Chile sobre o exercício
de profissões liberais**

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la República de Chile, habiendo acordado celebrar una convención sobre el ejercicio de las profesiones liberales, nombraron para ese fin sus plenipotenciarios, á saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, el General de brigada D. Dionísio Evangelista de Castro Carqueira, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República de Chile, el D. Joaquín Walker Martínez, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la misma República en el Brasil;

Los cuales, después de canjear sus plenos poderes, que hallaron en buena y debida forma, conviniere en lo siguiente:

ARTICULO 1.º

Los ciudadanos de cualquiera de las dos Repúblicas contratantes podrán ejercer libremente en el territorio de la otra la profesión para la cual estuvieren habilitados

ou título expedido pela autoridade nacional competente, uma vez que para esse exercício não seja exigida por lei a qualidade de cidadão brasileiro ou chileno.

Os certificados de estudos preparatórios ou superiores em qualquer dos dois países, expedidos em favor de nacionais de um dos dois, produzirão no outro os mesmos efeitos que lhes atribuir a lei da República de onde emanarem.

ARTIGO 2º

O diploma ou certificado autenticado e o certificado de identidade de pessoa, passado pelo agente diplomático ou consular de nação que houver expedido o diploma ou certificado, produzirão os efeitos previstos na presente convenção, depois de registrados no Ministério das Relações Exteriores, que dará conhecimento do registro ao Ministério ou Repartição a que interessar o exercício da profissão.

ARTIGO 3º

A presente convenção vigorará por tempo indeterminado, cessando

por diploma ó título expedido por la autoridad nacional competente, siempre que para ese ejercicio no sea exigida por la ley la calidad de ciudadano brasileiro ó chileno.

Los certificados de estudios preparatorios ó superiores en cualquiera de los dos países, expedidos en favor de nacionales de uno de ellos, producirán en el otro los mismos efectos que les atribuirá la ley de la República de donde emanen.

ARTICULO 2º

El diploma ó certificado autenticado y el certificado de identidad de persona, pasado por el agente diplomático ó consular de la nación que hubiere expedido el diploma ó certificado, producirán los efectos pactados en la presente convención, después de registrados en el Ministerio de Relaciones Exteriores, que dará conocimiento del registro al Ministerio ó Repartición á que interessare el ejercicio de la profesión.

ARTICULO 3º

La presente convención regirá por tiempo indeterminado, cesando

em anno depois que uma das Altas Partes-contrahentes a houver denunciado á outra.

Será ratificada e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, depois de approvada pelos Congressos das duas Altas Partes contrahentes.

Em testemunho do que, os respectivos plenipotenciarios firmaram e sellaram a presente convenção.

Feita na cidade do Rio de Janeiro aos quatro dias do mez de maio de mil oitocentos noventa e sete.

(L. S.) DOMINGO R. DE CASTRO
CARQUEIRA.

(L. S.) J. WALKER MARTINEZ.

un año despues que una de las Altas Partes contrahentes la hubiere denunciado á la otra.

Será ratificada y las ratificaciones cambiadas en Rio de Janeiro, despues de aprobada por los Congressos de las dos Altas Partes contrahentes.

En testimonio de lo que, los respectivos plenipotenciarios firmaron y sellaron la presente convenção.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro, á los cuatro dias del mes de mayo de mil ochocientos noventa y siete.

(L. S.) DOMINGO R. DE CASTRO
CARQUEIRA.

(L. S.) J. WALKER MARTINEZ.

Decreto n. 2229 — de 14 de setembro 1898

Cria um consulado em Munich.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3.º da lei n. 328, de 8 de novembro de 1893, decreta :

Artigo unico. Fica creado um consulado em Munich.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898, 10.ª da Republica.

FRANCISCO J. DE MORAES BARROS.

Domingo R. de Castro Carqueira.

Decreto n. 3096 — de 7 de novembro de 1898

Política e adheção da República Dominicana à Convenção Postal Universal de Washington de 13 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, faz publico a adheção da Republica Dominicana à Convenção Postal Universal assignada em Washington, em 13 de junho de 1897, segundo a communicação da Legação dos Estados Unidos da America, de 26 de outubro proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este accompanha.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898, 93^a da Republica.

FRANCIS J. DE MORAES BARROS

Dionisio E. de Castro Corguelro.

Traducção

Legação dos Estados Unidos da America — Petropolis, 26 de outubro de 1898.

Sr. Ministro — De conformidade com as instruções do meu Governo, venho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Woezy Gil, Encarregado de Negocios da Republica Dominicana nos Estados Unidos da America, notificou formalmente, em 25 de setembro de 1898, de ordem do seu Governo, a adheção da Republica Dominicana à Convenção Postal Universal, assignada em Washington em 13 de junho de 1897, nos termos de art. IV do Protocollo final.

Aproveito a oportunidade para reitern a V. Ex. as seguranças de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. General Dionisio E. de Castro Corguelro, Ministro das Relações Exteriores.

Charles Page Bryan.

Decreto n. 3115 — de 12 de novembro de 1898

Cria um Consulado em Dresden.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3.º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1898, decreta :

Artigo unico. Fica creado um consulado em Dresden.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 40.ª da Republica.

PRIMEIRO J. DE MOURA BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Decreto n. 3116 — de 12 de novembro de 1898

Insall a criação do consulado em Munich.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica sem effeito o decreto n. 2968, de 14 de setembro ultimo, que creou o consulado em Munich.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 40.ª da Republica.

PRIMEIRO J. DE MOURA BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Decreto n. 3128 — de 18 de novembro de 1898

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 1.000.000\$000 para ocorrer as despesas com a reabilitação das marcos na fronteira do Brasil com a República do Peru.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 123, de 17 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 1.000.000\$000, para ocorrer as despesas com a substituição dos marcos arruinados ou que houverem desaparecido na fronteira do Brasil com a República do Peru.

Capital Federal, 18 de novembro de 1898, 10^a da República.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Órgão de Magalhães.

Decreto n. 3129 — de 18 de novembro de 1898

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de 100.000.000 destinado as despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 1^o do decreto legislativo n. 513, de 17 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 100.000.000, destinado as despesas com demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina, conforme o modo seguinte.

Capital Federal, 18 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES

Órgão de Magalhães.

Decreto n. 3148 — de 8 de dezembro de 1898

Acta do Ministério das Relações Exteriores a respeito do (2586603), complementar ao n. 3 do art. 3.º, da lei n. 430, de 16-dezembro-de 1897.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 334, de 2 de dezembro, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito de 15:000\$, complementar ao n. 3 do art. 3.º, da lei n. 430, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1898, 11.ª da República.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Clayton de Menezes.

Decreto n. 3149 — de 14 de dezembro de 1898

Acta em sessão em Milão.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Usando da autorização que lhe é concedida pelo art. 3.º da lei n. 334, de 2 de dezembro de 1898, decreta:

Artigo-unico. Fica creado um consulado em Milão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1898, 11.ª da República.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Clayton de Menezes.

Decreto n. 2108 — de 28 de dezembro de 1893

Toda carta e Acórdão sobre permissão de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital em 9 de maio de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Revendo o Congresso Nacional approvedo, pelo decreto n. 304, de 17 do corrente mez e anno, o accordo sobre permissão de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1893, decreta que seja observado e cumprido tão inteiramente como nella se contém.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1893, 10^a da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALES.

Orgão de Imprensa.

Acórdão

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Governo de Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, desejando facilitar as relações commerciaes entre os seus respectivos paizes, por meio da permissão, por intermedio do correio, de encomendas postaes, sem valor declarado, resolveram concluir com este objecto um Acórdão especial, e autorisarem devidamente para esse fim os agentes assignados, os quaes concordarem nas seguintes disposições :

ARTIGO 1^o

Podem ser permitidos volumes, sem declaração de valor, sob a denominação de *encomendas postaes*, entre os Estados Unidos do Brazil, Portugal, Açores e Madeira, até ao peso de 3 kilogrammas em cada volume.

§ 1.º Fica reservado às Administrações dos correios dos dois países contratantes a faculdade de mutuamente concordarem na adopção de encomendas postaes de peso superior a 3 kilogrammas, logo que as condições do serviço permitirem a adopção desta medida.

§ 2.º O regulamento especial, que for combinado entre as direcções gerais dos correios dos dois países contratantes, determinará as outras condições a que devem satisfazer as encomendas postaes para poderem ser admitidas a este serviço.

ARTIGO 3º

Cada uma das partes contratantes garante, através do seu territorio, o transitto das encomendas permitidas por intermedio dos seus correios e assume o respectivo responsabilidade dentro dos limites marcados no art. 2.º

Parágrafo unico. As questões a aboar aos correios brasileiro ou portuguez, pelo transitto das encomendas postaes a que se refere o presente artigo, serão designados em mappa conformes ao modelo A anexo ao regulamento para a execução deste Acôrdo.

ARTIGO 3º

A franquia das encomendas postaes é obrigatoria.

ARTIGO 4º

A franquia das encomendas postaes permitidas entre os Estados Unidos do Brazil, Portugal, Açores e Madeira, compõe-se:

a) Pelo que respeita o Portugal, Açores e Madeira, de um porte comprehendendo, em cada encomenda, a taxa do expediente de 75 centimos, a taxa de transitto maritimo de 2 francos e 80 centimos e a taxa pertencente ao correio brasileiro, de 75 centimos.

Sendo as encomendas procedentes da ilha da Madeira, addicionalmente ao porte acima indicado, a taxa de transitto maritimo de 30 cen-

simão, em cada encomenda, e sendo procedentes das Ilhas dos Açores applicam-se ao referido porto a taxa de transito marítimo de 1 franco, em cada encomenda.

6. Pelo que respeita aos Estados Unidos do Brazil, de um porto comprehendendo, por cada encomenda, a taxa da expedição de 75 centimos, a taxa de transito marítimo de 2 francos e 50 centimos e a taxa pertencente ao correio portuguez, de 75 centimos, sendo a encomenda destinada a Portugal (continente), de 1 franco e 25 centimos, sendo destinada á Ilha da Madeira, e de 1 franco e 75 centimos sendo destinada ás Ilhas dos Açores.

Parágrafo unico. Cada um dos deus países ficará a equivalencia do franco na sua moeda respectiva para a cobrança das taxas ou partes das encomendas postaes e poderá modificar essa equivalencia conforme a fluctuação do cambio.

ARTIGO 3º

O país de procedencia pôde cobrar do remetente de encomendas pela distribuição das mesmas e pelo cumprimento das formalidades de Alfândega no país do destino, um porte adicional que não pôde exceder de 25 centimos por encomenda, e que revertirá a favor do seu ultimo país.

ARTIGO 4º

As encomendas a que se refere este Acôrdo não podem ser sujeitas a nenhum taxa postal, além das indicadas nos art. 1º e 2º e ao seguinte art. 7º.

ARTIGO 7º

A recepção das encomendas postaes de um país para outro em consequencia de mudança de residencia dos destinatarios ou a devolução das encomendas caídas em rotta, de lugar a entrega supplementar

das portas fixados no art. 4.^o a cargo dos destinatários, ou das remessentes, conforme o caso, sem prejuizo de reembolso dos direitos de Alfândega pagos.

ARTIGO 3.^o

E' prohibido expedir pelo correio encomendados postaes contendo cartas, notas, com caracter de correspondencia ou objectos cuja admissao não esteja autorizada pelas leis e regulamentos dos alfandegos, ou dos dois paizes interessados.

Paraphratico unico. No caso de ser expedida de um para outro dos dois paizes contraentes qualquer encomenda comprehendida em algumas destas prohibições, a Administração do paiz de destino procede em harmonia com as suas leis e regulamento internos.

ARTIGO 4.^o

Salvo o caso de força maior, quando uma encomenda se perder, se subtrahida ou soffrer avaria, o remittente e, na sua falta ou o pedido deste, o destinatario, tem direito a uma indemnização correspondente á importancia real da perda ou avaria, sem que, todavia, esta indemnização possa exceder á quantia de 25 francos.

§ 1.^o A obrigação de pagar a indemnização compete á Administração a que pertence a repartição remittente. Fica, porém, reservada a esta Administração o recurso contra a Administração responsavel, isto é, contra a Administração em cujo territorio ou no serviço da qual teve lugar a perda ou avaria.

§ 2.^o A responsabilidade pertence, enquanto não houver prova em contrario, á Administração que, tendo recebido a encomenda sem fazer observação, não puder entregar a entrega ao destinatario ou a repartição regular para outra Administração, conforme o caso.

§ 3.^o O pagamento da indemnização pela Administração remittente deverá ser feito dentro do prazo de um anno, contado da data da reclamação. A Administração responsavel é obrigada a embolsar sem

decreta a Administração remittente da importância da indemnização paga por este.

§ 1.º Não entendeu que o reclamante admitta poderá ser admitido durante o periodo de um anno, contado da data da entrega da encomenda ao correio; passado este prazo, o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

§ 2.º As Administrações devessem de ser responsabilis pelos encomendas postaes, logo que os interessados as recebem.

ARTIGO 10º

A legislação interna de cada um dos países contractantes comtina a ser applicada em tudo o que não se acha previsto nas estipulações contidas no presente Accordo.

ARTIGO 11º

As Administrações postaes dos dois países contractantes indocem as repartições ou localidades autorizadas para a permutação interna-cional de encomendas postaes, prescubam o modo de transmissõ e adoptam todas as medidas regulamentares necessarias para a execução do presente Accordo.

ARTIGO 12º

A Administração postal de cada um dos países contractantes pôde, em circumstâncias extraordinarias que justifiquem a suspensão da permutação de encomendas, suspender esse serviço, no todo ou em parte, dando immediato conhecimento á outra Administração, si preciso fór. Pelo telegrapho.

ARTIGO 13º

O presente Accordo comecará a vigorar no dia que fór fixado pelas duas Administrações postaes, e terminará, mediante aviso feito por uma das partes contractantes, com um anno de antecedencia.

Em virtude do que, os abaixo assignados, devidamente autorizados para esse fim, assignaram o presente Acto e lhe appuzeram o selo das suas armas.

Feito em duplicata na cidade do Rio de Janeiro, nos nove dias do mez de maio de mil oitocentos e noventa e oito.

(L. S.) DOMINGOS E. DE CASTRO CINQUEIRA,

Ministro da Guerra dos Estados Unidos do Brasil.

(L. S.) JOÃO OLIVEIRA DE SA CAMILO LAMPRELA,

Ministro da Marinha de Portugal.

Decreto n. 3038 — de 28 de dezembro de 1898

Para executar a convenção firmada em 21 de dezembro de 1898 entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e os Paizes-Bahores para a extradição de criminosos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Havendo o Congresso Nacional approvedo pelo decreto n. 502, de 12 de setembro deste anno, a convenção firmada em 21 de dezembro de 1898 entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e os Paizes-Bahores para a extradição de criminosos, e tendo sido trocadas as respectivas ratificações nesta cidade em 17 do corrente mez, decreta que seja observado e cumprido tão integralmente como nelle se contém.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 19^a da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALES.

Ministro da Justiça

Le Président de la République des Etats Unis du Brésil et Sa Majesté le Roi des Pays-Bas et sa Son Altesse Sa Majesté le Prince Régent du Royaume des Pays-Bas, ayant résolu d'un commun accord de conclure

une nouvelle convention pour l'extradition des malfaiteurs, ont nommé à cet effet pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil Carlos Augusto Carvalho, Ministre d'Etat des Relations Extérieures ;

Sa Majesté la Reine Régente du Royaume des Pays-Bas F. Palm, Chevalier de l'Ordre du Lion Néerlandais, Commandeur de l'Ordre aboli et la Rose du Brésil, des Ordres de la Couronne de Chine du Luxembourg, de la 1^{re} Classe de St. Olaf de Norvège, de N. S. Jéhu-Christ du Portugal et du Libérateur de Vénézuëla, Chevalier des Ordres d'Isabelle la Catholique d'Espagne et de la Couronne d'Italie, Conseil Général de Sa Majesté la Reine des Pays-Bas au Brésil ;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants :

Article 1. Le Gouvernement du Brésil et le Gouvernement des Pays-Bas s'engagent à se livrer réciproquement, d'après les règles déterminées par les articles suivants, à l'exception de leurs nationaux, les individus condamnés ou prévenus à raison d'un des faits ci-après énumérés, commis hors du territoire de l'Etat auquel l'extradition est demandée.

1. ^a — Attentat contre la vie ou la liberté du Président de la République des Etats-Unis du Brésil, du Chef d'un des Etats de la dite République, du Roi, de la Reine Régente ou du Régent du Royaume des Pays-Bas, ou entreprise dans le dessein de les rendre incapables de régner ou de tenir le Gouvernement ;

2. ^b — Attentat contre la vie ou la liberté du Vice-Président de la République des Etats-Unis du Brésil, du Vice-Président ou Vice-Gouverneur d'un des Etats de la dite République, de la Reine non Régente, de l'héritier présomptif du trône ou d'un membre de la famille souveraine des Pays-Bas ;

3. Meurtre ou assassinat, meurtre ou assassinat commis sur un enfant ;

4. Menaces, faites par écrit et sous une condition déterminée, pour valant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef ;

5. Avortement, procuré par la femme accusée ou par d'autres ;

5. Sévices, ayant occasionné une grave lésion corporelle ou la mort, sévices commis avec préméditation, ou sévices graves ;

6. Viol ; attentat à la pudeur ; le fait d'avoir, en dehors du mariage, un commerce charnel avec une fille ou une femme au-dessous de l'âge de seize ans, ou avec une femme au-dessus de cet âge lorsque la coupable est qu'elle est étonnée ou sans connaissance ; actes d'immoralité, lorsque la coupable soit que la personne avec laquelle il les commet, est étonnée ou sans connaissance, ou lorsque cette personne n'a pas atteint l'âge de seize ans ; excitation d'une personne au-dessus de cet âge à commettre ou à subir des actes d'immoralité ou à avoir, en dehors du mariage, un commerce charnel avec un tiers ;

7. Excitation de mineurs à la débauche et tout acte ayant pour objet de favoriser la débauche de mineurs, punissable d'après les lois des deux pays ;

8. Bigamie ;

9. Enlèvement, rapt, séquestration, substitution ou supposition d'un enfant ;

10. Enlèvement de mineurs ;

11. Contrefaçon ou falsification de monnaies ou de papier-monnaie, entreprise dans le dessein d'émettre ou de faire émettre ces monnaies ou ce papier-monnaie non contrefaits et non altérés, ou mise en circulation de monnaies ou de papier-monnaie contrefaits ou altérés, lorsqu'elle a lieu à dessein ;

12. Contrefaçon ou falsification de timbres et de marques de l'État ou de marques d'ouïe exigées par la loi, pour autant que les lois des deux pays permettent l'introduction de ce chef ;

13. Faux en contre et usage fait à dessein de l'écriture fautive ou falsifiée, pour autant que les lois des deux pays permettent l'introduction de ce chef, la falsification ou l'introduction de l'étranger de billets d'une banque de circulation locale en vertu de dispositions légales, dans le dessein de les mettre en circulation comme n'étant ni faux ni falsifiés, lorsque l'acte se fait au moment où il les a reçus, qu'ils étaient faux ou falsifiés ;

14. Faux nomme ;

13. Corruption de fonctionnaires publics, pour autant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef : corruption ; détournement commis par des fonctionnaires ou par ceux qui sont considérés comme tels ;

14. Incendie allumé à dessein, lorsqu'il peut en résulter un danger commun pour des biens ou un danger de mort pour autrui ; incendie allumé dans le dessein de se procurer ou de procurer à un tiers un profit illégal au détriment de l'assureur ou du porteur légal d'un contrat à la grosse ;

15. Destruction illégale commise à dessein d'un édifice appartenant en tout ou en partie à un autre ou d'un édifice ou d'une construction, lorsqu'il peut en résulter un danger commun pour des biens ou un danger de mort pour autrui ;

16. Actes de violence commis en public, à forces réunies, contre des personnes ou des biens ;

17. Le fait illégal commis à dessein de faire couler à fond, de faire échouer, de détruire, de rendre impropre à l'usage ou de délériorer un navire, lorsqu'il peut en résulter un danger pour autrui ;

18. Emeute et insubordination des passagers à bord d'un navire contre le capitaine et des gens de l'équipage contre leurs supérieurs ;

19. Le fait commis à dessein d'arrêter ou en péril un convoi sur un chemin de fer ;

20. Vol ;

21. Escroquerie ;

22. Abus de blanc-séing ;

23. Détournement ;

24. Banqueroute frauduleuse.

Sont comprises dans les qualifications précédentes la tentative et la complicité, lorsqu'elles sont punissables d'après la législation du pays auquel l'extradition est demandée.

Article 2. L'extradition n'aura pas lieu :

1. Lorsque le fait a été commis dans un pays tiers et que le Gouvernement de ce pays requiert l'extradition ;

2. Lorsque la demande en sera motivée par le même fait, pour

lequel l'individu réclamé a été jugé dans le pays auquel l'extradition est demandée et du chef duquel il y a été condamné, absous ou acquitté;

à 31, d'après les lois du pays auquel l'extradition est demandée, la prescription de l'action ou de la peine est acquise avant l'arrestation de l'individu réclamé, ou, l'arrestation n'ayant pas encore eu lieu, avant qu'il n'ait été cité devant le tribunal pour être entendu.

Article 3. L'extradition n'aura pas lieu aussi longtemps que l'individu réclamé est poursuivi pour le même fait dans le pays auquel l'extradition est demandée.

Article 4. Si l'individu réclamé est poursuivi ou est cité une peine pour une autre infraction que celle qui a donné lieu à la demande d'extradition, son extradition ne sera accordée qu'après la fin de la poursuite dans le pays auquel l'extradition est demandée, et, en cas de condamnation, qu'après qu'il aura subi sa peine ou qu'il aura été gracié. Néanmoins, si d'après les lois du pays qui demande l'extradition, la prescription de la poursuite pouvait résulter de ce délai, son extradition sera accordée, si des considérations spéciales ne s'y opposent, et sous l'obligation de renvoyer l'extradé aussitôt que la poursuite dans ce pays sera faite.

Article 5. L'individu extradité ne pourra être ni poursuivi, ni puni, dans le pays auquel l'extradition a été accordée, pour un fait punissable quelconque non prévu par la présente convention et antérieur à son extradition, ni extradité à un Etat tiers sans le consentement de celui qui a accordé l'extradition, à moins qu'il n'ait eu la liberté de quitter de nouveau le pays aussitôt pendant un mois après avoir été jugé, et, en cas de condamnation, après avoir subi sa peine ou après avoir été gracié.

Il ne pourra pas non plus être poursuivi ni puni du chef d'un crime ou d'un délit prévu par la convention, antérieur à l'extradition, sans le consentement du Gouvernement qui a livré l'extradé et qui pourra, s'il le juge convenable, exiger la production de l'un des documents mentionnés dans l'article 3 de la présente convention. Toutefois, ce consentement ne sera pas nécessaire lorsque l'inculpé aura demandé explicitement à être jugé ou à subir sa peine ou lorsqu'il n'aura pas quitté, dans le délai fixé plus haut, le territoire du pays auquel il a été livré.

Article 6. Les dispositions de la présente convention ne sont point

applicables aux délits politiques. La personne qui a été extradite à raison de l'un des faits de droit commun mentionnés à l'article 1, ne peut, par conséquent, en aucun cas, être poursuivie et punie dans l'Etat auquel l'extradition a été accordée, à raison d'un délit politique commis par elle avant l'extradition, ni à raison d'un fait considéré un semblable délit politique, à moins qu'elle n'ait eu la liberté de quitter de nouveau le pays pendant un mois après avoir été jugée et, en cas de condamnation, après avoir subi sa peine ou après avoir été graciée.

L'extradition sera accordée, alors même que le coupable alléguerait un motif ou un but politique, si le fait pour lequel elle est demandée constitue principalement un délit commun.

Article 7. La remise de l'extradé ne sera rendue effective qu'après audience, au Brésil, du Procureur Général de la République et sans préjudice du recours à l'*Arbeits-corpas*, et aux Pays-Bas, de l'officier de justice auprès du tribunal de l'arrondissement dans lequel l'individu réclamé a été arrêté.

Article 8. L'extradition sera demandée par la voie diplomatique et ne sera accordée que sur la production de l'original ou d'une expédition authentique, soit d'un jugement de condamnation, soit d'une ordonnance de mise en accusation ou de renvoi devant la justice répressive avec mandat d'arrêt, soit d'un mandat d'arrêt délivré dans les formes prescrites par la législation de l'Etat qui fait la demande, et indiquant suffisamment le fait dont il s'agit, pour mettre l'Etat requis à même de juger s'il constitue, d'après sa législation, un cas prévu par la présente convention, ainsi que la disposition pénale qui lui est applicable.

Article 9. Les objets saisis en la possession de l'individu réclamé seront livrés à l'Etat requérant, si l'autorité compétente de l'Etat requis en a ordonné la remise.

Article 10. En attendant la demande d'extradition par la voie diplomatique, l'arrestation provisoire de l'individu, dont l'extradition peut être requise aux termes de la présente convention, pourra être demandée :

du côté du Brésil :

par le Ministre de la Justice ;

par le Président du Suprême Tribunal Fédéral ;
par le Procureur Général de la République ;
par le Président de la Cour d'Appellation du District Fédéral ;
par le Procureur Général du District Fédéral ;
par les Présidents des Tribunaux Supérieurs des Etats ;
par les chefs du Ministère Public des Etats ;
du côté des Pays-Bas :

par tout officier de justice ou tout juge d'instruction (juge commissaire).

Elle pourra être obtenue, par télégramme collationné en conformité des dispositions du règlement annexé à la Convention Télégraphique Internationale conclue à St. Pétersbourg le 23 juillet 1875.

Article 11. L'étranger arrêté provisoirement, aux termes de l'article précédent, sera, à moins que son arrestation ne doive être maintenue pour un autre motif, mis en liberté, si dans le délai de deux mois après la date du mandat d'arrestation provisoire, la demande d'extradition par la voie diplomatique, avec remise des documents prescrits par la présente convention, n'a pas été faite.

Article 12. Lorsque dans la poursuite d'une affaire pénale non politique un des gouvernements jugera nécessaire l'audition de témoins se trouvant dans l'autre Etat, une commission rogatoire sera envoyée à cet effet par la voie diplomatique, et il y sera donné suite, en observant les lois du pays où les témoins seront invités à comparaître. En cas d'urgence toutefois une commission rogatoire pourra être directement adressée par l'autorité judiciaire dans l'un des Etats à l'autorité judiciaire dans l'autre Etat.

Toute commission rogatoire, ayant pour but de demander une audition de témoins, devra être accompagnée d'une traduction française.

Article 13. Si dans une cause pénale non politique la comparution personnelle d'un témoin dans l'autre pays est nécessaire ou désirée, son gouvernement l'engagera à se rendre à l'invitation qui lui sera faite, et en cas de consentement, il lui sera accordé des frais de voyage et de séjour, d'après les tarifs et règlements en vigueur

dans le pays où l'audition devra avoir lieu, sauf le cas où le gouvernement requérant estimera devoir allouer au témoin une plus forte indemnité.

Aucun témoin, quelle que soit sa nationalité, qui, cité dans l'un des deux pays, comparaitra volontairement devant les juges de l'autre pays, ne pourra y être poursuivi ou détenu pour des faits ou condamnations criminelles antérieures, ni sous prétexte de complicité dans les faits objets du procès où il figurera comme témoin.

Article 14. Lorsque dans une cause pénale non politique la confrontation de criminels, détenus dans l'autre Etat, ou bien la communication de pièces de conviction ou de documents, qui se trouveraient entre les mains des autorités de l'autre pays, sera jugée utile ou nécessaire, la demande en sera faite par la voie diplomatique, et l'en y donnera suite à moins de considérations spéciales qui s'y opposent, et sous l'obligation de renvoyer les criminels et les pièces.

Article 15. Le transit, à travers le territoire de l'un des Etats contractants, d'un individu livré par une tierce puissance à l'autre partie et n'appartenant pas au pays du transit, sera accordé sur la simple production, en original ou en expédition authentique, de l'un des actes de procédure mentionnés à l'article 8, pourvu que le fait servant de base à l'extradition soit compris dans la présente convention et ne rentre pas dans les principes des articles 2 et 4 et que le transport ait lieu, quant à l'escorte, avec le concours de fonctionnaires du pays qui a autorisé le transit sur son territoire.

Les frais du transit seront à la charge de l'Etat requérant.

Article 16. Les gouvernements respectifs renonceraient de part et d'autre à toute réclamation pour la restitution des frais d'arrestation, de transport et autres, qui pourrait résulter, dans les limites respectives, de l'extradition des prévenus, accusés ou condamnés, ainsi que de ceux résultant de l'exécution des commissions rogatoires, du transport et du renvoi des criminels à confronter, et de l'aval et de la restitution des pièces de conviction ou des documents.

L'individu à extraditer sera conduit au port que désignera l'agent

diplomatique ou consulaire du gouvernement requérant, aux frais duquel il sera embarqué.

Article 17. La présente convention, laquelle n'est pas applicable aux colonies, entrera en vigueur six semaines après l'échange des ratifications.

A partir de sa mise à exécution la convention du 1^{er} juin 1888 cessera d'être en vigueur et sera remplacée par la présente convention, laquelle continuera à sortir ses effets jusqu'à six mois après déclaration contraire de la part de l'un des deux gouvernements.

Elle sera ratifiée et les ratifications en seront échangées à Rio de Janeiro, aussitôt que possible après l'approbation par le Congrès des Etats-Unis du Brésil.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs ont signé la présente convention et y ont apposé leurs cachets.

Fait en double expédition à Rio de Janeiro le 21 décembre 1888.

(L. S.) CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO.

(L. S.) F. PALM.

Tradução

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil e Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino dos Paizes-Baixos, tendo recebido de common accordo celebrar uma nova convenção para a extirpção da criminalidade, nomearam para esse fim seus plenipotenciarios, a saber :

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, Carlos Augusto de Carvalho, Ministro do Estado das Relações Exteriores :

Sua Magestade a Rainha Regente do Reino dos Paizes-Baixos, F. Palm, cavalleiro da ordem do Leão Neerlandez, commandador da extincta ordem da Rosa do Brazil, das ordens da Coroa de Carvalho do Luxemburgo, da 1^a classe da Santo Olavo da Noruega, do N. S. Jesus Christo de Portugal e da Libertador da Venezuela, conselheiro

dos ordens de Isabel a Catholica da Hespanha e da Corte deella, Consel Geral da Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Bahores no Brazil;

Os quaes, depois de se communicarem os seus plenos poderes, que acharam em bom e devido fôrta, convieram nos artigos seguintes:

Art. 1. O Governo do Brazil e o Governo dos Paizes-Bahores se obrigam a entregar reciprocamente, de conformidade com as regras estabelecidas nos artigos seguintes, á extradição dos seus cidadãos, os individuos condemnados ou processados por algum dos crimes abaixo enumerados, commettidos fora do territorio do Estado, no qual a extradição for pedida.

1. — Attentado contra a vida ou a liberdade do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, do chefe de um dos Estados da dita Republica, do Rei, da Rainha Reunida ou da Rainha do Reino dos Paizes-Bahores ou praticado com o fim de obter a facção de reinar ou de assumir o governo;

2. — Attentado contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, do Vice-Presidente ou Vice-Governador de um dos Estados da dita Republica, da Rainha não Reunida, do herdeiro presumptivo do throno ou de um membro da familia soberana dos Paizes-Bahores;

3. Homicidio ou assassinio, infanticidio (nascente ou assassinio commetter um enfant);

4. Ameaças feitas por escripto e em condições determinadas, uma vez que as leis dos dois países permittem a extradição por este crime;

5. Aborto provocado pela mulher grávida ou por outrem;

6. Servicias, das quaes resulta grave lesão corporal ou a morte, servicias commettidos com premeditação, os servicias graves;

7. Estupro; attentado ao poder; o facto de ter, fora do casamento, commercio carnal com mulher virgem ou mulher menor de 21 annos ou com mulher acima dessa idade, desde que o criminoso saiba que ella está privada dos sentidos (qu'elle está dormindo ou está comovencida); actos de immoralidade, desde que o criminoso saiba que a pessoa com a qual elle os commette está privada dos sentidos (está dormindo ou está comovencida), ou quando esta pessoa não tenha sido

gião a idade de 16 annos; exaltação de pessoa abaixo dessa idade para commetter ou prestar-se a actos de immoralidade ou para ter, fora do casamento, commercio carnal com um terceiro;

7. Exaltação de menores a libidinagem e a todo acto que tenha por fim favorecer a libidinagem de menores, punível segundo as leis dos dois países;

8. Bigamia;

9. Rapta, occultação, suppressão, substituição ou supposição de criança;

10. Rapto de menores;

11. Contrafacção ou alteração de moedas ou de papel-moeda, praticada com o fim de emitir ou fazer emitir essas moedas ou esse papel-moeda, como não contrafeitos e não alterados, ou introdução na circulação de moedas ou papel-moeda contrafeitos ou alterados, quando ella é feita propositalmente;

12. Contrafacção ou falsificação de carimbos e de sellos do Estado ou de marcos de industria (marques d'ouvrier) exigidos pela lei, contanto que as leis dos dois países permitam a extradicação por este crime;

13. Falsificação de escriptura e uso intencional de escriptura falsa ou falsificada, contanto que as leis dos dois países permitam a extradicação por este crime; a defecção ou importação de bilhetes de banco de circulação fundada em virtude de disposições legais com o fim de os pôr em circulação como não sendo falsos nem falsificados, desde que o autor saiba, quando os recebe, que são falsos ou falsificados;

14. Juramento falso;

15. Corrupção de funcioñarios publicos, contanto que as leis dos dois países permitam a extradicação por este crime; concussão, extorsão commettildo por funcioñarios ou por aquelles que são assim considerados;

16. Incendio proposital, desde que possa resultar perigo estannum á propriedade ou perigo de morte para outrem; incendio ptocto com o fim de obter para si ou para terceiro proveito illegal com prejuizo do segundor ou do proprietario legal de um contracto de risco maritimo;

17. Destruição illegal, scilapropositalmente, de um edificio perten-

existir no todo ou em parte a outro ou de um edificio ou de uma congregação, desde que possa resultar perigo commum ou a propriedade, ou perigo de morte para outrem ;

18. Actos de violencia commettidos por aggruppamentos em publico contra pessoas ou bens ;

19. O facto illegal commettido com o fim de fazer submergir, co-echar, danhar, tornar impracticavel ou deteriorar um navio, desde que possa resultar perigo para outrem ;

20. Revolta, insubordinação de passageiros a bordo de um navio contra o capitão e da equipagem contra seus superiores ;

21. O facto commettido com a intenção de pôr em perigo um comboio de estrada de ferro ;

22. Furto ;

23. Estelionato (escroqueria) ;

24. Abuso de assignatura em branco ;

25. Desvio de dinheiros ;

26. Bancarrota fraudulenta .

Estão comprehendidas nas qualificações precedentes a tentativa e a complicitade quando sejam punidos pela legislação do país, ao qual a extradição é solicitada.

Art. 2. A extradição não terá lugar :

1. Quando o facto for commettido em um terceiro país o que o Governo desse país requerer a extradição ;

2. Quando o pedido for motivado pelo mesmo facto, pelo qual o individuo reclamado houver sido julgado no país o que a extradição é solicitada e em virtude do qual foi ali condemnado, absolvido, ou tenha cumprido a sentença ;

3. Se, de conformidade com as leis do país ao qual a extradição é solicitada, estiver prescripta a acção ou o prazo antes da prisão do individuo reclamado ou, não se tendo ainda effectuada a prisão, antes de ter sido citado a comparecer perante o tribunal para ser ouvida.

Art. 3. A extradição não terá lugar enquanto o individuo reclamado estiver sendo processado pelo mesmo facto no país, ao qual a extradição é solicitada.

Art. 4. Si o indivíduo reclamado está sendo processado ou cumprindo sentença por uma infração diversa daquela que motivou o pedido de extradição, sua entrega não será effectuada ainda depois de terminado o processo no país ao qual a extradição é solicitada e, no caso de condemnação, ainda depois que elle tiver cumprido a pena ou se perdoado.

Entretanto, si de conformidade com as leis do país que solicita a extradição, a prescrição do processo possa resultar dessa demora, sua extradição será concedida, si considerações especiais não se oppuzerem a isso e com a obrigação de fazer regressar o indivíduo entregue, logo que o processo nesse país estiver terminado.

Art. 5. O indivíduo entregue não poderá ser nem processado, nem punido no país ao qual a extradição foi concedida, por qualquer crime não previsto na presente convenção e anterior à sua extradição, nem entregue a um terceiro Estado sem o conhecimento do que concedeu a extradição, salvo si tiver tido a liberdade de deixar novamente o dito país durante um mez, depois de ter sido julgado e, no caso de condemnação, depois de haver cumprido a pena ou de ter sido perdoado.

Não poderá também ser processado, nem punido por motivo de um crime ou de um delicto previsto pela convenção, anterior à extradição, sem o consentimento do Governo que o entregou e que poderá, si julgar conveniente, exigir a produção de um dos documentos mencionados no art. 8 da presente convenção.

Quando, este consentimento não será necessario quando o accusado tiver pedido espontaneamente para ser julgado ou para cumprir a pena, ou quando não tiver demandado, no prazo acima fixado, o territorio do país ao qual foi entregue.

Art. 6. As disposições da presente convenção não são applicaveis aos delictos politicos.

O indivíduo que for entregue em consequencia de um dos crimes do direito commum, mencionados no art. 1, não pôde, portanto, em caso algum, ser processado e punido no Estado ao qual a extradição tiver sido concedida, por um delicto politico, commetido por elle antes da extradição, nem por crime commum e semelhante delicto politico, salvo

al elle tiver tido a liberdade de deixar novamente o paiz durante um mez depois de haver sido julgado, e, no caso de condemnação, depois de ter cumprido a pena ou de ter sido perdoado.

A extradição será concedida ainda mesmo que o criminoso allegue um motivo ou fim politico, si o facto pelo qual ella é solicitada constituir principalmente um delicto commum.

Art. 7. A entrega do criminoso não se tornará effectiva ainda depois da sentença: no Brazil, do Procurador Geral da Republica, sem prejuizo do recurso de habeas-corpus, e nos Paizes Baixos, do official de justiça junto ao Tribunal da circumscripção, na qual o individuo reclamado for preso.

Art. 8. A extradição será solicitada por via diplomatica e não será concedida sem a apresentação do original ou de cópia autentica, quer da sentença de condemnação, quer do despacho de pronuncia, quer do mandado de prisão expedido com as formalidades prescriptas pela legislação do Estado que faz o pedido e indicando claramente o crime do que se trata, e fim de habilitar o Estado requerido a julgar si ella constitue, segundo sua legislação, um caso previsto pela presente convenção, e bem assim a disposição penal que lhe é applicavel.

Art. 9. Os objectos encontrados em poder do individuo reclamado serão entregues ao Estado requerente, si a autoridade competente do Estado requerido ordenar a sua entrega.

Art. 10. Enquanto se não tiver o pedido de extradição por via diplomatica, a prisão provisoria do individuo, cuja extradição pode ser solicitada nos termos da presente convenção, poderá ser pedida:

Por parte do Brazil:

pelo Ministro da Justiça;

pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal;

pelo Procurador Geral da Republica;

pelo Presidente da Corte de Appellação do Districto Federal;

pelo Procurador Geral do Districto Federal;

pelos Presidentes dos Tribunaes Superiores dos Estados;

pelos Chefes dos Ministerios Publicos dos Estados.

Por parte dos Paizes Baixos:

por qualquer official de justiça ou qualquer juiz de instrução (juz commissario).

Ella poderá ser obtida por telegramma autenticado, de conformidade com as disposições do regulamento anexo á convenção telegraphica internacional, concluida em S. Petersburgo em 22 de julho de 1878.

Art. 11. O estrangeiro preso provisoriamente, nos termos do artigo precedente, será, e menos que a sua prisão devesse ser mantida por outro caso, posto em liberdade si, no prazo de dois meses, contados da data do mandado de prisão provisoria, não tiver sido feito o pedido de extradicação por via diplomatica, acompanhado dos documentos prescritos na presente convenção.

Art. 12. Quando no seguimento de uma causa penal, não politica, um dos Governos julgar necessario a audição de testemunhas que se achem no outro Estado, será para esse fim enviada carta rogatoria por via diplomatica e dar-se-lhe-á andamento, observando-se os leis do país onde as testemunhas forem convidadas a comparecer. Contudo, em casos urgentes, uma carta rogatoria poderá ser directamente dirigida pela autoridade judiciaria de um dos Estados á autoridade judiciaria do outro.

Qualquer carta rogatoria, que tenha por fim pedir audição de testemunhas, deverá ser acompanhada de uma traducção franceza.

Art. 13. Si em uma causa penal, não politica, o comparecimento pessoal de uma testemunha no outro país for necessario ou desejado, seu Governo se esforçará para que ella acceda o convite que lhe é feito á, no caso de necessidade, ser-lhe-ão concedidos meios para a viagem e para a estadia, de conformidade com as tarifas e regulamentos em vigor no país onde a audição deverá realisar-se, excepto quando o Governo requerente entender que deve dar á testemunha maior indemnisação.

Nenhuma testemunha, qualquer que seja a sua nacionalidade, que, citada em um dos dois países, comparecer voluntariamente perante os juizes do outro país, não poderá ser alli processada ou detida por factos ou condemnações criminosas anteriores, nem sob pretexto de complici-

dade nos factos que constituem o objecto do processo em que elle figurar como testemunha.

Art. 14. Quando em uma causa penal, não politica, a confrontação de criminosos, detidos no outro Estado, ou a communicação de peças de convicção ou de documentos que se acham em poder das autoridades do outro paiz, for julgada útil ou necessaria, o pedido será feito por via diplomatica e será atendido, si considerações especiaes não se oppuserem a isso e com obrigação de fazer regressar os criminosos e de restituir os documentos.

Art. 15. O transito pelo territorio de um dos Estados-contractantes, de um individuo entregue por terceira potencia á outra parte e não pertencente ao paiz do transito, será concedido mediante a simples exhibição, em original ou por cópia authenticas, de um dos actos do processo, mencionados no art. 8, consoante que o facto que serve de base para a extradição esteja comprehendido na presente convenção e não se ache previsto nas disposições dos arts. 2 e 6, e que o transporte se effectue, quanto á execução, com o concurso de funcionario do paiz que autorisa o transito pelo seu territorio.

As despezas do transito correrão por conta do Estado requerente.

Art. 16. Os dous Governos reconhecem reciprocamente a qualquer reclamação para restituição de despesa de manutenção, transportes e outras que resultem, nos limites respectivos, da extradição dos individuos, accusados ou condemnados, assim como dos provenientes do cumprimento das cartas rogatorias, do transporte e do regresso de criminosos acorados, e da remessa e da restituição das peças de convicção ou dos documentos.

O individuo entregue será conduzido ao porto que o agente diplomatico ou consular do Governo requerente designar, á custa do qual será embarcado.

Art. 17. A presente convenção, que não é applicavel ás colonias, entrará em vigor sete semanas depois da troca das ratificações.

A contar da data em que ella for posta em execução, a convenção de 1 de junho de 1831 cessará de vigorar e será substituída pela presente.

que continuará a produzir seus efeitos até mais tarde depois de declaração em contrario por parte de um dos dois Governos.

Será ratificada e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro, o mais breve possível, depois da approvação pelo Congresso dos Estados Unidos do Brazil.

Em 24 de que os respectivos plenipotenciários assignaram a presente convenção e nella passaram seus sellos.

Folio em duplicata no Rio de Janeiro, aos 24 de dezembro de 1894.

(L. S.) CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO.

(L. S.) F. PALM.

Decreto n. 3170 — de 28 de dezembro de 1894 (1)

Para executar os artigos constantes da Convenção Postal Universal, de Acórdão sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do Acórdão relativo aos valores postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approvado pelo decreto n. 337, de 17 de dezembro do corrente anno, os artigos constantes da Convenção Postal Universal, de Acórdão sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do Acórdão relativo aos valores postaes, bem como os protocolos finais que se referem aos dous primeiros, celebrados em Washington a 15 de junho de 1897, e, tendo sido depositada a respectiva ratificação na mesma cidade em 23 deste mez, decreta que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelle se contém, os quaes entraram em vigor em 1 de janeiro de 1898.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1894, 10^a da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Órgão de Attestados.

(1) Os artigos a que se refere este decreto referem-se postagens no segundo volume do Relatório de 1898.

Decreto n. 3198 — de 12 de janeiro de 1899

Supprime o Consulado no Rosario

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que pela lei n. 569, de 31 de dezembro proximo findo, foi votada a veto necessaria para a gratificação de um Vice-Consulado no Rosario, decreta :

Artigo unico. Fica suprimido o Consulado no Rosario.

Capital Federal, 12 de janeiro de 1899, 11.ª da Republica.

M. FERNAN DE CAMPOS SALLES.

Ministro de Negócios.

Decreto n. 3199 — de 19 de janeiro de 1899

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30000\$, moeda do paiz, para o pagamento de uma indemnização ao subdito allemão Carlos Roth.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Tendo-se comprometido com a Legação do Imperio Allemão, por motivo de ordem superior, a pagar ao professor Carlos Roth, subdito daquela nação, a quantia de 30000\$, moeda do paiz, como indemnização dos danos a elle causados por occorrido dos successos occorridos, em novembro de 1897, na villa do Polhoço, Estado de Santa Catharina ;

E havendo consultado o Tribunal de Contas, que foi de parecer que pôde ser aberto um credito para o referido fim, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 30000\$, moeda do paiz, para o pagamento de uma indemnização ao subdito allemão Carlos Roth.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1899, 11.ª da Republica.

M. FERNAN DE CAMPOS SALLES.

Ministro de Negócios.

Decreto n. 3202 — de 25 de janeiro de 1892

Estabelece regras para a execução do art. 12, da lei n. 360, de 31 de dezembro de 1890, na parte relativa aos vice-consulados remunerados pelo Thesouro Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de regular a execução do art. 12, da lei n. 360, de 31 de dezembro de 1890, na parte relativa aos vice-consulados remunerados pelo Thesouro Federal decreta :

Art. 1.º O vice-consul residente em Assumpção terá jurisdicção em toda a Republica do Paraguay : o residente em Posadas, no territorio das Missões ; o residente no Rosário, na provincia de Santa Fé ; o residente em Southampton, no respectivo condado, e o residente em Bremen, na dita cidade livre.

Art. 2.º Todos esses funcionarios se corresponderão directamante com o Ministerio das Relações Exteriores e o delegado do Thesouro Federal em Londres.

Art. 3.º A esses funcionarios serão applicadas as disposições dos arts. 1.º, 2.º e 4.º do decreto n. 2124, de 18 de dezembro de 1890.

Art. 4.º Os supraditos vice-consules nomearão agentes commerciaes que os substituam nos seus impedimentos, procedendo propostos informados pelos legações e mediante approvação do Governo.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1892, 11.º da Republica.

M. FERREI DE CAMPOS SALLES.

Offyete de Magnificas-

Decreto n. 3210 — de 9 de fevereiro de 1899

21. providências sobre a guarda e entrega dos Archivos das Legações e dos Consulados e cónsules,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Tendo em vista as disposições em vigor sobre a guarda e entrega dos Archivos das Legações e dos Consulados e

Considerando a necessidade de consolidar e ampliar aquellas disposições decreta :

Art. 1.º Toda a correspondencia das Legações e Consulados de qualquer caracter, extensiva, reservada ou confidencial, trocada entre o Ministerio de Estado das Relações Exteriores e os seus agencias, as Memorias, Relatorios ou quaisquer outros documentos officiaes por elles expedidos ou recebidos, assim como os Tratados e Convenções entre o Brazil e as demais potencias constituem propriedade do Estado.

E' inteiramente vedado tirar-se cópia de qualquer daquelles documentos sem prévia autorização do Governo, quando não for para uso official.

Art. 2.º Deve existir em cada Legação ou Consulado um protocolo de entrada de todos os documentos alli recebidos.

Art. 3.º Esquelle protocolo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a serie do documento (extensiva, reservada ou confidencial), a Secção, o numero e data do mesmo documento e o seu assumpto, conforme o modelo A, anexo.

Art. 4.º Os funcionarios diplomaticos ou consulares quando forem removidos ou esonerados entregação ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto, todos os documentos pertencentes ao Archivo confiado á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como os minutaes, numeradas por ordem de data, por elles redigidos.

Art. 5.º Esta entrega será feita por uma declaração escripta (modelo B, anexo) em triplicata.

Art. 4.º Deste exemplar um ficará na respectiva Chancellaria, outro será remittido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retirar.

Art. 7.º As pessoas encarregadas de missões especiaes e de outras quaesquer comissões deste Ministerio ficam obrigadas a depositar no Ministerio de Estado das Relações Exteriores, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papéis referentes aos serviços temporarios que lhes forem confiadas.

Art. 8.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de fevereiro de 1899, 11.ª da Republica.

M. FERRAS DE CAMPOS SALLES.

Olytho de Magalhães.

MODELO A

Data de recolhimento	Numero do volume de entrada	Característica		Bolsa do documento (orig., Bolson., Cont., f.º)	Bolsa e que pertence a este ou ao outro	Numero do documento	Data			Arquivo
		Lugar de origem	Assinatura do autor				Dia	Mes	Anno	

MODELO B

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DO ARQUIVO

Nesta data, de accordo com o disposto no Decreto n.º 2100, de 9 de fevereiro de 1899, procedeu-se á verificação dos papéis e registros que compoem o arquivo da Legação do Consulado do Brasil em... entre o Sr... (nome do funcionario que se retira) e o Sr. (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou :

1.º, que o dito arquivo contém os papéis, registros, correspondencias, documentos e mais colleções pertencentes a esta repartição de accordo com o inventario precedido em... (data);

2.º, (outros detalhes podem ser incluídos nesta parte).

O Sr. (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou copia dos papéis que estão em seu poder official.

Decreto n. 3218 — de 28 de fevereiro de 1899

Annulla a concessão do Consulado em Drcade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
decreta:

Artigo unico. Fica sem effeito o decreto n. 3138, de 12 de novembro
ultimo, que crea o Consulado em Drcade.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1899, 11^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALES.

Ógilio de Albuquerque.

Decreto n. 3222 — de 10 de março de 1899

Publica a adhesão a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao Acordo de Washington de 15 de junho de 1887 relativo á permissão de cartas e encomendas com valor declarado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz
publica a adhesão, a partir de 1 de janeiro do corrente anno, do
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao accordo de Washington de 15
de junho de 1887, relativo á permissão de cartas e encomendas
com valor declarado, segundo a communicação do Conselho Federal
Sulco de 16 de dezembro ultimo ao Ministerio das Relações Exteriores,
cuja traducção official está accompanying.

Capital Federal, 10 de março de 1899, 11^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALES.

Ógilio de Albuquerque.

Tradução .

Berna, 11 de dezembro de 1888.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nobres datadas de 30 de novembro último e de 7 do corrente, a Legação Britânica em Berna deu-nos conhecimento da adesão, a partir de 1 de janeiro de 1889, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ao Acôrdo de Washington de 15 de junho de 1887, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.

Apresentamos a notificar esta adesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 15 do referido Acôrdo e 24 da Convenção principal de Washington.

Aproveitamos esta occasião para reaver-vos, Sr. Ministro, as saudades de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço.

O Presidente da Confederação.

Raffa.

O Chancelier da Confederação.

Stämpfli.

A S. Ex. e Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro.

Decreto n. 3283 — de 10 de março de 1889

Publica a adesão, a partir de 1 de abril próximo, da Índia Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1887, relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publico a adesão, a partir de 1 de abril próximo, da Índia Britannica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1887, relativo á permutação

leção de cartas e encomendas com valor declarado, segundo a comunicação do Conselho Federal Suíço de 27 de janeiro da corrente anno ao Ministério das Relações Exteriores, cuja tradução official está acompanhada.

Capital Federal, 10 de março de 1898, 11^a da República.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olinda de Magalhães.

Tradução

Berna, 27 de janeiro de 1898.

Sr. Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 12 do corrente, a legação da Grã-Bretanha nos informou a adesão, a partir de 1 de abril próximo, da Índia Britânica ao accordo de Washington de 15 de junho de 1893, relativo à permissão de cartas e encomendas com valor declarado.

Aprezamos-nos a notificar esta adesão a V. Ex., de conformidade com os arts. 15 do referido Accordo e 24 da Convenção principal.

Aproveitamos esta occasião, Sr. Ministro, para renovar-vos as saudações da nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço.

O Presidente da Confederação.

E. Maffei.

O Chancelier da Confederação.

Rigler.

A S. Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil. — Rio de Janeiro.

Decreto n. 3248 — de 7 de abril de 1889

Do regimento delibido para o serviço das Legações.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o Regimento das Legações Brasileiras foi mandado pôr em execução interiormente pelo decreto de 15 de maio de 1884;

Considerando que esse Regimento contém grande numero de disposições já expressamente revogadas por leis, e outras que não se conformam com a organização actual do serviço publico ;

Decreta :

Art. 1.º E' approvedo, para ser posto em execução definitivamente, o Regimento para o serviço das Legações, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de abril de 1889, 11.º da Republica.

M. FERREZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo de Magalhães.

Regimento das Legações da Republica dos Estados Unidos do Brazil

TITULO PRIMEIRO

DO ESTABELECIMENTO DAS LEGAÇÕES BRASILEIRAS

CAPITULO PRIMEIRO

ORGANIZAÇÃO E POLICIA DA SECRETARIA DA LEGAÇÃO E DO SEU ARCHIVO

ARTIGO 1.º

O chefe da Legação, logo que chegar ao lugar do seu destino, mandará proceder á organização do respectivo archivo, que constará dos livros designados mais adiante (art. 11); á aquisição dos sellos das armas da Republica e da mobília indispensavel para a secretaria do

Legação, não tendo meios em vista a despesa que cumpre manter do que a restrita economia que deverá regular todas quantas despesas estiver autorizado para fazer.

ARTIGO 1.º

Organizado o arquivo e depois de rubricados pelo Ministro todos os livros que a compõem, fica a sua immediata inspecção pertencendo ao secretario, sob responsabilidade sua.

ARTIGO 2.º

Logo que se achar instalado qualquer Legação do Brazil, deverá o respectivo chefe assim communicar-o á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a todas as outras Legações Brasileiras e, na falta destas, aos Consules Brasileiros, assim como as que residir no Estado onde se acreditar.

ARTIGO 3.º

Os despachos que a Legação receber do Ministerio, e que serão competentemente encadernados no fim do anno, terão também parte de arquivo, assim como as communicações que lhe dirigirem o Governo, junto ao qual estiver acreditada, as mais Legações, Consules e autoridades brasileiras e de outras Potencias.

ARTIGO 4.º

Toda a correspondencia das Legações de qualquer caracter — official, reservada, confidencial —, trocada entre o Ministerio das Relações Exteriores e os seus agentes, os memoriaes, relatorios ou qualquer outros documentos officiaes por ellas expedidos ou recebidos, assim como os tratados e convenções entre o Brazil e as demais Potencias constituem propriedade do Estado.

E' intransmissivel todavia tirar-se copia de qualquer desses documentos sem prévia authorisação do Governo, quando não se para uso officiaes.

ARTIGO 6.º

O livro secreto B, de que faz menção o art. 11, deverá estar sob a guarda do proprio Ministro, por ser destinado tanto para o registro das informações que se ordenam (art. 68) sobre a idoneidade de todos os empregados e capacidade dos cidadãos brasileiros sujeitos à Legação, como para outras quaisquer communicações secretissimas.

ARTIGO 7.º

De igual modo se conservarão as instruções especiais e as informações do 1.º secretario sobre a capacidade dos 2.ºs, dos côdices e dos empregados subalternos da Legação.

ARTIGO 8.º

A policia da Secretaria da Legação e a sua regular conservação fica particularmente a cargo do 1.º secretario, e na falta deste, do 2.º, que vigiará incessantemente sobre a boa ordem e decoro que devem alli ser constantemente mantidas.

ARTIGO 9.º

Para as sellos e sellos da Republica servirá de symbolo a esphora celeste, qual se debenha no centro da bandeira, tendo em volta as palavras — Republica dos Estados Unidos do Brazil —, as quaes se acrescenta (sempre em portuguez) na parte inferior, estas — Legação em... (nome da paiz) — de modo que se destaque das outras, mas completando o circulo. Os sellos serão circulares e terão tres centímetros de diametro.

ARTIGO 10

Deve existir em cada Legação um protocollo de entrada de todos os documentos alli recebidos.

Esse protocollo deverá consistir a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a série do documento (extensivo — restr-

gada — e — confidenciais), a secção, o número e a data do mesmo documento e o seu assumpto, conforme o modelo seguinte :

Data do recebimento.	Número do ordem de entrada.	Pessoalidade		Módulo do documento (D, R, C, I).	Secção a que pertence o assumpto.	Número do documento.	Data			Assinatura
		Lugar de origem.	Designação do autor.				Dia.	Mês.	Anno.	

ARTIGO II

Além do protocolo mencionado no artigo antecedente, a Legação deverá ter os seguintes livros :

TITULOS	PARTICULARES
1. Ministério	Offícios dirigidos ao Governo Brasileiro.
2. Diversos	Comunicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fora do Brasil.
3. Legações	Comunicações ao Corpo Diplomático Brasileiro.
4. Consules	Comunicações ao Corpo Consular Brasileiro.
5. Termos e declarações.	Vide art. 68.
6. Passaportes.	Registre dos que conceder ou legalizar a Legação.
7. Notas.	Comunicações ao Governo junto ao qual a Legação está acreditada.
8. Inventários e contas .	Escrituração de todas as despesas e aquisições por conta do Governo.

9. Secreto	Comunicações desse título,
10. Secreto B	Comunicações de que trata o art. 8.º
11	Registro de historico dos assumptos de de mais importancia tratados na Le- gação.
12	Registro especial das conferencias sobre negocios a cargo da Legação.
13	Registro especial das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exte- riores.
14	Registro das edições de proclamas e dos casamentos (art. 11 do decreto n. 238, de 27 de fevereiro de 1890).
15. Registros	Livro em que serão anotadas as suas entradas e saídas.
16. Montepio	Livro destinado de inscrições para o montepio.

CAPÍTULO SEGUNDO

DOS UNIFORMES E LEM DE CONDECORAÇÕES

ARTIGO 12

Os membros do Corpo Diplomático regular-se-hão em seus uniformes pelos figurinos annexos ao Regimento das Legações de 15 de maio de 1884, substituído-se nos botões das fardas e nos copos do espaldar as armas do Imperio pelas da Republica, e conservando no chapéo o mesmo leão sem os ornatos que por costume se lhe acrescentavam.

ARTIGO 13

Os membros do Corpo Diplomático deverão ter em vista o art. 12, § 2º da Constituição da Republica, que extinguiu os ordens honorarios brasileiros, sendo-lhes vedado, pois, o uso de títulos nobiliarchicos ou correspondencia official de condecorações daquelles ordens, a que se

varem pertencido, e bem assim o mesmo art. 22, § 20, em virtude do qual perderão todos os direitos políticos os cidadãos brasileiros que acolherem condecorações ou títulos honoríficos estrangeiros.

TÍTULO SEGUNDO

SERVIÇOS GERAIS

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA APRESENTAÇÃO E RETIRADA

ARTIGO 14

O Chefe da Legação Brasileira, notificando ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado, onde deve residir, a sua chegada, poderá particularmente informações sobre a apresentação que lhe possa competir, entendendo-se com a pessoa que lhe for designada, caso seja este o caso.

§ 1.º Os Ministros Brasileiros reclamarão todas aquellas honras que lhes constar terem sido feitas aos da igual categoria de outros Paizes e bem assim a perfeita reciprocidade do que se praticar no Brasil relativamente aos Ministros desse Estado residentes do mesmo circulo.

§ 2.º Serão acompanhados no acto da sua apresentação pelos Secretarios e Adidos, quando isso não for contrario ao ceremonial do paiz onde tiverem de residir.

§ 3.º Quanto ás visitas de etiqueta que deverão fazer aos Ministros do Estado, Corpo Diplomático e mais personagens da diplomacia, occupar-se-hão tambem pela pratica regida nos paizes de suas residencias.

ARTIGO 15

Os Chefes da Legação conformar-se-hão com as disposições do artigo antecedente, quando tiverem de retirar-se dos paizes onde estiverem acreditados.

ARTIGO 16

Na eventualidade de se julgarem os Chefes de Legação inhabilitados de continuar a manter relações amigáveis com os Governos junto aos quais estejam acreditados, cumpre-lhes dar, por meio mais prompta, conhecimento disso ao Governo Federal que, pela mesma forma, lhes indicará o procedimento que devem ter.

ARTIGO 17

No caso de ruptura de relações diplomaticas, os Chefes de Legação só procederão de accordo com as instruções que lhes expedir o Governo Federal.

ARTIGO 18

Os Chefes de Legação, dado o caso do artigo anterior, antes de se retirarem, entregarão aos Consules Brasileiros e, na falta destes, a qualquer Legação de país amigo a guarda do respectivo archivo.

CAPITULO SEGUNDO

DA ENTREGA DA LEGAÇÃO

ARTIGO 19

Assentando-se da Legação o Ministro com licença ou por ordem do Governo, acreditará, na qualidade de encarregado de negocios, o 1.^o Secretario e, na falta deste, o segundo, quando houver, munido-os das devidas instruções para que prosigam no andamento das negociações pendentes e no cumprimento das ordens do Governo.

§ 1.^o Os funcionários diplomaticos quando forem removidos ou exonrados, entregarão ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto todos os documentos pertencentes ao archivo confiado á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio de cargo, assim como os minutas numeradas por ordem de datas por elles redigidas.

§ 2.ª Essa entrega será feita por uma declaração escripta em triplicata, conforme o modelo seguinte:

(Modelo)

« Nesta data, de accordo com o disposto no decreto n. 3315, de 9 de fevereiro de 1899, procedeu-se á verificação dos papéis e registros que compoem o archivo da Legação do Brazil em.....entre o Sr. (nome do funcionario que estiver) e o Sr. (nome do funcionario titular ou substituto interino.)

Desta verificação resultou:

1.ª Que o dito archivo continha os papéis, registros, correspondencia, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição, de accordo com o inventario procedido em..... (data):

2.ª (Outras declarações podem ser incluídas nesta parte.)

O Sr. (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou copia dos papéis que recebeu em seu caracter official.»

§ 3.ª Daquella triplicata, um exemplar ficará na respectiva Chancelleria, outro será remittido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retira.

§ 4.ª Além da referida entrega, deverá o Ministro fornecer ao seu Successor as necessarias informações sobre o estado e andamento dos negocios a seu cargo, capacidade dos empregados da Legação e finalmente todas aquelles esclarecimentos que o possam habilitar para dignamente preencher o lugar de que o empousa.

ARTIGO 30

As pessoas encarregadas de missões especiais e de outras quaisquer comissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no mesmo Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papéis referentes aos serviços temporarios que lhes foram confiadados.

CAPÍTULO TERCEIRO

DA CORRESPONDENCIA

ARTIGO 21

As Legações Brasileiras se corresponderão directamente com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores; com as demais Legações Brasileiras e com o Consol estabelecido no Estado de sua residência; e, em officio abertos, com os seus Ministerios por intermedio da Secretaria.

ARTIGO 22

Em caso de gravidade ou urgencia deverão os Ministros Brasileiros transmittir directamente aos Governadores ou Presidentes dos Estados quaisquer communicações que interessem a segurança ou a saúde publica, e os habilitem a tomar com opportundade convenientes medidas preventivas e curativas.

ARTIGO 23

Os officios relativos a objecto de serviço publico devem ser separados dos que versarem sobre negocios particulares ou tratarém de acontecimentos politicos, e terão numeração especial para cada uma das secções da Secretaria de Estado e para cada uma das series — offensiva — reservada — confidencial; essa numeração começará a se encerrar dentro de cada anno civil.

ARTIGO 24

Os officios, nãos e absolutamente qualquer correspondencia devem ser escriptos, sem excepção alguma, em papel lizo mas forte, de 22 centimetros de largura sobre 33 de comprimento, pautado, de modo que offereça em todos os quatro lados margens iguaes, as paginas numeradas no centro; designando a primeira no alto a direita a Legação respectiva e a data; o segundo, a secção e o numero; na parte in-

fez/er a autoridade ou pessoa a quem for dirigida e na última página o índice por parágraphos com os números correspondentes aos que tiver o officio.

ARTIGO 25.

De todos os indices, lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um delles, será remetida no mez de janeiro uma cópia para servir de índice geral do volume respectivo, formando-se um índice para cada secção e para cada rubrica — ostensiva — reservada — confidencial.

§ 1.º Elles serão assim organizados :

Declaração da secção, rubrica e anno ;

Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez ;

No centro o resumo com referencia aos parágraphos que tratam do assumpto ;

Ao lado direito tres columnas destinadas à rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao objecto ;

Cada uma das rubricas se designará pela sua letra inicial—O. R. C.

§ 2.º As copias, do mesmo formato e com as quatro margens iguaes de dos officios, indicarão no alto o numero, data, secção e rubrica daquella a que vierem annexas.

§ 3.º A 1.ª margem dos officios concernentes a escriptos já tratados em outros mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior ao mesmo objecto.

§ 4.º O texto deve referir-se ás copias dos documentos annexos, numerados successivamente, repellido-se esses numeros à margem dos parágraphos respectivos.

§ 5.º Excluem-se absolutamente quaisquer abreviaturas.

§ 6.º A excepção da primeira pagina, onde a designação da Legislação, a data, etc., occupam alguns espaços em branco, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando reservadas as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os parágraphos.

§ 7.º Nos termos do art. 13 da Constituição Federal, a funcção que preside o Ministério dos Negócios Estrangeiros é o — Ministro

de Estado das Relações Exteriores— e assim deve ser designado na correspondência official.

§ 8.º Os officios se encerram com esta formula — *Saude e fidelidade*— precedendo a assignatura, e o tratamento official sera unicamente — *Vos*.

§ 9.º Os officios que alludirem a artigos de jornal ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos (indicados os titulos e datas), costados por sua ordem sobre folhas de papel de formato ji indicando no art. 21.

§ 10. A recepção de despatches que não exigirem resposta será feita no ultimo paragrapho do officio que tratarem de algum outro assumpto e as communicações sobre objectos transiçoes, a respeito dos quaes não houver necessidade de correspondencia, serão reunidas em um só officio, ao qual se irá adicionando tudo quanto occorrer até o ultimo momento.

§ 11. No remessa dos officios deve-se evitar o augmento desnecessario do peso das malas, compelindo separar unicamente as reservados e confidenciaes dos outros, sem distinguí-los por cores, e ficarem-se somente tres marcos clem do dos officios.

§ 12. A correspondencia deve consistir unicamente em officios extensivos e reservados; e confidenciaes, somente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o Agente Diplomatico e o Ministro.

§ 13. A communicação por outras partes deve ser sobre objecto de serviço publico e não sobre o Agente de dever de tratar de elle officioamente.

§ 14. Toda a correspondencia, incluindo a confidencial, dirigida a quem quer que seja, relativamente ao serviço publico, deve ser registrada.

ARTIGO 26

A's Missões Especiais e a quaesquer outras Comissões são recommendedo exclusivamente as regras applicaveis quanto á correspondencia.

ARTIGO 27

Nas communicações de maior importancia e segredo se usará dos cifras, segundo o systema do — alphabeto polygraphico.

ARTIGO 28

As de maior urgencia devem ser feitas pelo telegrapho.

Os telegrammas serão redigidos com o maior breueza possível e escriptos em cifra unicamente quando a materia for muito reservada e supprimindo-se as palavras e particulas, cuja utilidade não prejudique a sua intelligencia, ficando responsavel pelo custo dos telegrammas ou das palavras inutilis ou inaccionarias que transgredirem esta disposição.

Não serão indemnizados nem responsáveis os telegrammas offiaes sobre objecto offial de attribuição legal. Não serão responsáveis os de interesse particular quando traxerem resposta propria.

ARTIGO 29

As informações sobre os assumptos constantes dos arts. 37, 39, 43 e 44 serão annualmente publicadas com o titulo — Informações Diplomaticas e Consulares do Brazil; os documentos estrangeiros que figurarem naquella collecção deverão ser traducidos ao allemão e darão noticia ou extracto, segundo o seu estensão ou natureza; não poderão noticias ou observações de caracter reservado, excepto estas, ser communicadas separadamente em officio de outro sorte.

ARTIGO 30

Os relatorios de que trata o art. 1.^o serão em duas columnas ou correspondencia, deixando sempre o verso em branco, de modo que, apenas recebidos, possam ser mandados para o Director Offical, e serão dirigidos á Secretaria de Estado e em continuação ao respectivo Director Geral, para de soco examina-los antes da publicação.

ARTIGO 31

Os relatorios de noticias a que se refere o art. 15, tendo de ser terminados no fim do anno, serão numerados e ordenados e avaliados que farão fôr o seu livro.

TITULO TERCEIRO

DEVERES ESSENCIAES

CAPITULO PRIMEIRO

DEVERES DOS CHEFES DE LEGAÇÃO

ARTIGO 12

Os primeiros deveres dos Chefes de Legação são:

1.º Procurar manter inalteravel a mais perfeita harmonia e boa intelligencia entre o Brazil e a Potencia junto á qual se acham acreditados ;

2.º Zelar constantemente a dignidade do Chefe do Estado e da Nação que representam ;

3.º Fugir incessantemente pelos direitos e interesses dos seus concidadãos.

ARTIGO 13

Para os mencionados effeitos vigiarão solidamente sobre a fiel observancia dos tratados celebrados com o Brazil e reclamarão contra qualquer infracção que occorrer.

ARTIGO 14

Exigirão ainda aquellas repulias geraes que ao Bras possam negar a forma aliás consagrada pelo Direito das Gentes, favor do Governo, Hulo da paiz ou direito consuetudinario ; preferindo, sempre que seja proficuo, tratar verdadeiramente destes usurpções.

ARTIGO 15

Terão a maior circumspecção em todas essas reclamações, que deverão sempre ser feitas com a mais cordal urbanidade, conciliando-se o decoro da Republica com a respeitosa consideração devida ás nações amigas e aliadas.

ARTIGO 35

Procurando iniciar estavelmente o Governo do estado as relações politicas entre o Paiz da sua residência e as outras Potencias, e dando tambem circumstanciado conta do que colligirem a respeito da segurança e andamento das pretensões destas.

ARTIGO 36

Dando parte da conclusão de quaisquer tratados, convenções ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas e consequências.

ARTIGO 37

Jamais deverão omitir ao sua correspondencia ordinaria a participação das noticias conciliandas que houver sobre a conservação do sossego interno e externo do paiz, mencionando os preparativos e armamentos que indicarem alguma ruptura e outros quaisquer movimentos que causem sensepço ao publico.

ARTIGO 38

Communicarão as leis e regimentos promulgados; as discussões importantes a que derem lugar no Parlamento e as Camaras Legislativas e as difficuldades praticas que entorpecerem a sua natural execução.

ARTIGO 39

Participarão as invenções de qualquer natureza; os progressos das sciencias e artes; as medidas adoptadas para promovê-las e premial-las, bem como os meios por que se poderiam estender os seus beneficios aos cidadãos brasileiros.

ARTIGO 40

Não só dando noticia do estado da saude publico como tambem communicarão os regulamentos preventivos que se adaptarem em caso de contagio ou peste.

ARTIGO 42

Transmittirão copia das actas que passarem e recolherem sobre negocios de maior importancia e bem assim os protocolos das conferencias que a respeito das mesmas tiverem.

ARTIGO 43

Annunciarão as alterações que sobrevierem no pessoal e systema da Administração publica.

ARTIGO 44

Remetterão os principaes e mais conciliadas joruaes que se publicarem tanto a favor do Governo do Brazil como da opposição e nellese facto discretamente inserir a relação dos ataques que se possam dirigir contra o mesmo Governo.

ARTIGO 45

Remetterão um relatório annual dos negocios tratados na respectiva Legação.

ARTIGO 46

Farão, além disso, o historico, que remetterão á Secretaria, de cada um dos negocios de mais vulto que pela mesma Legação tenha possuido desde a sua criação.

ARTIGO 47

Remetterão, para serem publicados no Diário Officia/, relatórios de noticias politicas, economicas e financieras.

ARTIGO 48

Exporão á Secretaria um relatório de noticias mais desenvolvidas e que abranja todas as grandes questões que possam estabelecer precedentes, citando as fontes mais autorizadas e em que se encontre a exposição circumstanciada de todos os factos.

ARTIGO 40

Correspondentes-hão directamente com os demais Legações Brasileiras, a fim de que se coadjuvem e mutuamente promovam e facilitem o bom desempenho das respectivas incumbências.

ARTIGO 41

Encarado no fim de anno uma lei recapitulação da correspondência, a que se refere o artigo precedente, treçada sobre o livro de serviço publico.

ARTIGO 42

Do mesmo modo communicando as demais Legações todas as outras noticias que alcançarem no polo de sua residencia relativamente aos negocios das outras, onde existam igualmente Missões Brasileiras, uma vez que tais negocios affectem de qualquer modo os interesses do Brazil.

ARTIGO 43

Trestando aos Agentes Consulares, que lhes são subordinados, a mais franca e cordial cooperação, apellando quando for preciso as reclamações que fluírem em virtude do Regulamento Consular.

ARTIGO 44

Fulgando conveniente a criação de Conselhos Brasileiros no Estado onde residirem, e porventura os não haja, deverão assim significar ao Governo.

ARTIGO 45

Interposto parecer sobre a criação de Vice-Consulados e a nomeação de Vice-Consules e Agentes Commercialles, propostas pelos Consules, afim de serem confirmados pelo Governo, ao qual se encaminhando, pelo todo assentir no providimento ulterior de lugares já creados, sobre de approvação do Governo.

ARTIGO 35

Compete-lhes o beneplácito ás demissões do Vice-consulado não confirmados pelo Governo, dadas pelos Consules, quando aquelles não correspondam á confiança destes.

ARTIGO 36

Prestar-se-á a obediência do *Magister* para os Cartas Patentes que os Consules são obrigados a entregar-lhes, ou remetter-lhes, para de estarem no exercício das suas funções.

ARTIGO 37

Observar-se a mais perfeita urbanidade com as Legações dos outros Estados, jamais se negando aos bons officios que ellas lhes requerem, comtanto que não levantado compromettimento o decoro e a dignidade da Republica e do Governo do Brazil, em cujo nome nunca devesse igualmente contrahir quesequer aquelles para que se não acharon devidamente autorizados, limitando-se, neste caso, a occorrer ad referendam as propostas que se lhes possam fazer.

ARTIGO 38

Prestar-se aos cidadãos Brazileiros todos os auxilios necessarios para a manutenção dos seus direitos, promovendo por todos os meios ao seu alcance a criação, prosperidade e consolidação dos seus estabelecimentos.

ARTIGO 39

Aos estrangeiros, que justificarão ser cidadãos Brazileiros, mandarão soccorrer pelos Consules, fazendo observar, na falta destes, o que a semelhança respeito se acha estabelecida no respectivo Regulamento.

ARTIGO 40

No prestio de lras soccorres sempre que haja toda a circumstancia, devendo unicamente considerer-se como descaído, al'm

dos prisioneiros de guerra e naufragos náufragos, aquelles Brasileiros que voluntariamente preveem que a sua honra nada soffre com o estado de guerra a que se acham reduzidos, sendo esta occorrida por acontecimentos inteiramente independentes da sua regular condicão.

ARTIGO 61

Dão-se passaportes aos funcionários do Ministerio das Relações Exteriores ou comissionados do Governo e, nos casos singulares e espediats, aos demais cidadãos Brasileiros.

ARTIGO 62

Poderão exigir dos empregados consulares todas as informações relativas aos assumptos a cargo das mesmas empregarias.

ARTIGO 63

Relatarão e cumprimento das regularas logo que se receberem, recebendo no livro proprio as suas recibas e recibos e não ficando desprovas para isso sem ordem do Governo, salvo quando as mesmas forem expedidas ex-officio.

ARTIGO 64

Só poderão receber aquelles regulares por intermédio do Secretario de Estado das Relações Exteriores.

ARTIGO 65

Compete-lhes o exercício de attribuições sobre o casamento civil, conforme o determinam a lei n. 181, de 14 de janeiro de 1893, e o decreto que o regula, n. 233, de 27 de fevereiro de mesmo anno, e a lei sobre as que lhe confere o decreto n. 2388, de 7 de março de 1893, sobre o registro civil.

ARTIGO 66

Os Cônsules das Legações, e não sendo elles e espediats do posto-pro, são competentes para alisar as quellas regularas ao

funeral dos contribuintes que fallecerem, de accordo com o art. 4.^o do decreto n. 542 A, de 30 de outubro de 1890, podendo ser pagos pelos colles da Comenda, quando os emolumentos arrecadados o permitirem.

ARTIGO 67

Até o dia 15 de janeiro de cada anno, os Chefes daquellas Legações remetterão a Secretaria de Estado das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occorrencias que se houverem dado durante o anno, relativo ao mesmo mois-año.

ARTIGO 68

Mandarão registrar nos livros da Legação e extrahir delle, não havendo inconveniencia, os documentos que os cidadãos brasileiros lhes apresentarem ou requererem.

ARTIGO 69

Incombe-lhes a maior vigilancia a respeito da Secretaria da Legação e dos empregados que lhes estão sujeitos, e prestarão, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado, sem numero, informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular não só daquelles empregados como tambem dos Consules Geraes e dos Agentes Consulares. Estas informações só serão vistas pelo Governo o guardadas com a maior segurança.

ARTIGO 70

Iniciarão devidamente nos negocios da Legação os respectivos Secretarios, que se devem substituir nos seus impedimentos; bem entendido enquanto a circumspecção destes justificar a confiança do Governo e o concedo que anteriormente lhes merecessem; e no caso contrario dando immediata conta ao Governo para providenciar como couder.

ARTIGO 71

Afim de habilitar os Secretarios e Adidos para superiores cargos da carreira diplomatica, propor-lhes-hão memorias sobre qualquer

alçada proprio para desenvolver o seu entendimento e mostrar a utilidade e talentos de que foram dotados, communicando os trabalhos mais importantes de uns e de outros.

ARTIGO 72

Mantendo as horas de trabalho, durante as quaes os empregados da Legação nella devem permanecer. Além desse tempo marcado, poderão estes ser convocados todas as vezes que o serviço assim o exigir.

CAPITULO II

DEPUTES DOS 1.^o E 3.^o SECRETARIOS E DOS ADJUDOS DE LEGAÇÃO

ARTIGO 73

Incombe aos 1.^o Secretarios e aos 3.^o das Legações cada um das seguintes funções:

I. Substituir os Ministros nos casos já marcados ou no do seu falecimento, e assumir então o caracter de Encarregado de Negocio, ficando ligados a todas as obrigações prescritas pelo presente Regulamento aos Chefes de Legação.

II. Lembrar aos Ministros tudo quanto lhes parecer conveniente e útil e representar-lhes mesmo, com o respeito que lhes devessem sempre tributar, sobre aquellas decisões que julgarem menos acertadas, de quem elles, cumprirão, humilhado o Ministro.

III. A inspecção da Secretaria que rega, a guarda do respectivo archivo e selo das Actas.

IV. Os trabalhos de segredo e seu registro que exclusivamente lhes pertence.

V. A redacção das memorias, informações e relatorios que exigir o Chefe da Legação.

VI. A redacção do expediente principal e sua distribuição pelos 1.^o Secretarios e Adjudos.

VII. A formação dos mapas, cecias e outros documentos para o Ministerio.

VIII. Requerer ao Ministro as livros, papel e outros artigos necessários para o expediente e satisfazer essas despesas e outras, à vista da competente ordem do Ministro para esse affeito.

IX. Formalisar, sob responsabilidade propria, uma fel informação semestral sobre a expediente, applicação, discrição e conduta dos 2.^{os} Secretarios e Addidos e sobre o modo por que os empregados subalternos desempenham as suas obrigações.

X. Passar certidões requeridas, precedendo despacho do Ministro.

ARTIGO 74

Incombe aos 2.^{os} Secretarios das Legações que vivem 1.^{os}, cujas vezes fôrão no impedimento ou ausencia destes, e aos Addidos, debaixo da inspecção dos Secretarios:

I. A escripturação e registro da Legação.

II. Pôr a limpa o expediente, tirar as 2.^{as} vias, copias e mais trabalhos de que os encaregarem os 1.^{os} Secretarios.

III. Fazer os exercicios de que trata o art. 71, pelos quaes se habilitarão e mostrarão a sua idoneidade para superiores empregos.

IV. Classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Legação receber.

ARTIGO 75

Os Addidos coadjuvarão os Secretarios naquillo que lhes fôr determinado pelo Ministro ou Chefe de Legação.

TITULO QUARTO

DO REGISTRO EM GERAL

CAPITULO UNICO

ESCRITURAÇÃO DO REGISTRO

I. Registro do relatório de informações

ARTIGO 76

O relatório de que trata o art. 46 deve ser registrado nas Legações em livro proprio e conservado pelo mesmo systema, sendo a conservação

remetida á Secretaria de Estado antes os autos pelo primeiro paquete de cargo imperativamente.

ARTIGO 77

Si acontecer que antes doquelle mez seja mudado o Chefe da Legação, entregará ao seu successor ou ao Secretario incumbido da Legação o aludido relatório, comprehendendo o tempo até a sua retirada.

II. Registro das conferencias

ARTIGO 78

As conferencias sobre negocios a cargo da Legação serão consignadas por extenso em registro especial para ser consultado quando couber e sobretudo nos casos em que, retirado o Chefe da Legação ou o seu successor, for necessário porfizar de todos os incidentes de tais conferencias.

ARTIGO 79

Esse registro será feito assim:

- 1.º Dia, mez e anno;
- 2.º Especificação do assumpto;
- 3.º Exposição do que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-ha ao lado direito margem sufficiente para o data da conferencia immediatamente anterior e da subsequente, relativas ao mesmo assumpto.

ARTIGO 80

Os officios que versarem sobre o objecto das conferencias serão acompanhados de copias textuaes delles.

III. Registro do « *ordre de service* »

ARTIGO 81

Para que, no caso de mudança do Chefe da Legação, ou do Secretario, seus successores tenham prompto conhecimento dos ordens expedidos pelo Ministerio das Relações Exteriores, deves ser registado

chronologicamente em livro especial todas aquellas que por sua natureza tiveram execução permansente, procedendo-se para esse fim a uma exatidão minuciosa, quanto ao passado.

Esse registro terá á direita margem sufficiente para notarem-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente.

IV. Registros especiais

ARTIGO 82

As Legações terão, além disso, registros especiais:

§ 1.º Para as editaes de proclamas e dos escriptos civis.

§ 2.º Para as entradas e sahidas das registorias.

§ 3.º Para as inscripções do Montepio, de accordo com o art. 22 do decreto n. 362 A, de 31 de outubro de 1890.

Capital Federal, 7 de abril de 1899.—OLINTO DE MAGALHÃES.

Decreto n. 3259 — de 11 de abril de 1899

Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de se reunir toda a legislação sobre o Corpo Consular Brasileiro, que tem soffrido grande numero de modificações desde a promulgação do decreto n. 4063, de 25 de maio de 1872, que mandou executar o Regulamento Consular em vigor, decreta :

Art. 1.º E' approvada a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro, mandada elaborar pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que a subscrive.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de abril de 1899, 19ª da Republica.

M. FERNAN DE CAMPOS SALLES.

Olynto de Magalhães.

**Consolidação das leis, decretos e decisões referentes
ao Corpo Consular Brasileiro, a que se refere o
decreto n. 32339, de 24 data.**

TÍTULO I

ORGANIZAÇÃO DO CORPO CONSULAR

CAPÍTULO I

**DA FUNÇÃO DOS CONSOULARES, SUAS ATTRIBUIÇÕES, DENOMINAÇÃO, CLASSES
E PRIORIDADES**

Art. 1.º Aos Consules incumbem nos seus distritos e lugares de residência, promover o commercio e navegação, bem como proteger as pessoas e interesses dos cidadãos brasileiros. (Regulamento consular, art. 1.º)

Art. 2.º Os distritos comprehendem todo o territorio em que os Consules Geraes e Consules exercem sua autoridade directamente, ou por meio da Vice-Consules.

Lugares de residencia comprehendem o territorio em que os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules ou Agentes Commercialles exercem por si, sem outro intermedio, sua autoridade. (Regulamento consular, art. 3.º.)

Art. 3.º O Corpo Consular compõe-se de Consules gíraes de 1.ª e 2.ª classe, Consules, Vice-Consules, Chancelleres e Agentes Commercialles. (Decreto n. 907 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º.)

Art. 4.º Haverá em cada paiz um só Consulado Geral, e, quando seja necessario, além do Consul Geral um ou mais Consules de Independencia. (Decreto n. 907 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º § 1.º.)

Art. 5.º Não obstante a disposição do artigo antecedente nas colónias e domínios importantes, poderá o Governo estabelecer Consulados Geraes ou Consulados. (Decreto n. 907 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1.º § 2.º.)

Art. 6.º Poderá o Governo crear Consulados sem remuneração fixa e igualmente estabelecer novos Vice-Consulados não remunerados, estes mediante propostas dos Consules e informações das respectivas

Legações, que as hão de acompanhar, acerca da necessidade que delle ha pelo frequencia das naves brasileiras, importancia de suas relações commerciaes com o Brazil, e por outras attendíveis circumstanças. (Lei n. 222, de 8 de novembro de 1895, art. 3.º e regulamento consular, art. 14.)

Art. 7.º O Consul Geral poderá servir em mais de um país, si, por sua pequena extensão e limitadas relações commerciaes com o Brazil, assim convier. (Regulamento consular, art. 3.º.)

Art. 8.º Cada Consul Geral ou Consul terá no lugar da sua residência um Vice-Consul que o substitua nos seus impedimentos; e, para o mesmo fim, cada Vice-Consul dos outros pontos do país, um Agente Commercial. Estes empregados terão, sendo possível, as habitações dos Consules Geraes e Consules.

Si o serviço o exigir será o Consul Geral ou Consul auxiliado por um Chanceller, cujas attribuições serão as que determinam os arts. 73 e 140. (Decreto n. 907 U, de 11 de novembro de 1893, art. 3.º e regulamento consular, art. 16.)

Art. 9.º Os Consulados remunerados pelo Thesouro Federal deverão ser os seguintes:

Consulados Geraes de 1.ª classe: Hamburgo, Nova-York, Buenos-Aires, Antuerpia, Ginebra, Liverpool, Lisboa, Munique e Paris;

Consulados Geraes de 2.ª classe: Trieste, La Paz, Valparaíso, Copenhague, Barcelona, Rotterdam, Assumpção, Iquitos e Genéva;

Consulados: Suíça, Cayenna, Haaga, Bardica, Marsella, Napoles-Porto, Londres, S. Petersburgo, Montreal, Vera-Cruz, Georgetown, Port-au-Prince, Cardiff, Stockholm, Yokohama e Kobe;

Vice-Consulados: Baltimore, Rosarno, Nova-Orleans, Frankfurt & M., Bremen, Vigo, S. Thomaz e Lázaro. (Decreto n. 375, de 5 de junho de 1894, lei n. 25, de 30 de dezembro de 1891, decreto n. 278, de 27 de julho de 1895, lei n. 322, de 8 de novembro de 1895 e decreto n. 278, de 5 de janeiro de 1898.)

Ha Chancelleres remunerados pelo Thesouro Federal nos Consulados Geraes e Consulados seguintes: Hamburgo, Nova-York, Liverpool, Ginebra e Lisboa. (Lei n. 507, de 24 de dezembro de 1898.)

Art. 10. Serão nomeados :

Os Consules Geraes e Consules por decreto do Governo, á vista dos quaes se lavrarão as respectivas cartas-patentes, sujeitas aos direitos marcados por lei. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1893, art. 5º e regulamento consular art. 13.)

Os Vice-Consules remunerados em virtude de lei, por portaria do Ministro das Relações Exteriores. (Decreto n. 2154, de 16 de dezembro de 1893, art. 3º.)

Os Chancelleres por portarias do Ministro das Relações Exteriores, espontaneamente ou á vista de propostas dos Consules. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1893, art. 3º.)

Art. 11. Para os lugares de Consul Geral e Consul poderão ser preferidos, sem exame, os empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, respectivamente desde a classe dos directores de secção até a dos segundos officios inclusive. Fora desses casos, ninguém será admitido ao serviço consular além pela classe dos Consules ou dos Chancelleres.

Poderão ser nomeados sem exame os doutores ou bacharéis em direito pelas faculdades do Brazil e os habilitados em outros estabelecimentos.

Nos outros casos, a nomeação dependerá de exame na forma dos arts. 18 a 19. Fica, porém, deile dispensado o brasileiro de reconhecida aptidão que residir fora do Brazil. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1893, art. 6º, decreto n. 2154, de 16 de dezembro de 1893, art. 5º.)

Art. 12. Os cargos de Consules Geraes de 1ª e 2ª classe só serão confiados a brasileiros. O de Consul poderá ser preenchido por estrangeiro quando circunstancias especificas tornarem difficil o seu preenchimento por brasileiro. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1893, art. 7º.)

Art. 13. O Governo nomeará, no principio de cada anno, uma commissionão composta de tres membros para proceder ao exame dos candidatos aos lugares de Consules e Chancelleres. (Instrucções para exame de candidatos de 17 de novembro de 1893, art. 2º.)

Art. 14. Os candidatos aos lugares de Conselheiros e de Chancelleiros que não estiverem dispensados de exame de habilitação, nos termos do art. 11, deverão inscrever-se mediante requerimento instruído com certidão de idade. (Decreto n. 1821, de 22 de dezembro de 1894, art. 1º.)

Art. 15. Os candidatos deverão, além disso, apresentar á comissão de exame quaisquer diplomas ou certificados de estudos que hajam obtido. (Instruções para exames de candidatos, de 17 de novembro de 1894, art. 4º.)

Art. 16. O exame terá lugar publicamente em uma das salas da Secretaria de Estado, e durará duas horas, sendo 30 minutos para cada uma das materias. (Instruções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1894, art. 5º.)

Art. 17. O exame de habilitação versará sobre as seguintes materias:

a) conhecimento pratico das linguas modernas, especialmente da inglesa e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e falar correntemente esta ultima ;

b) geographia commercial em geral e chorographia do Brazil ;

c) principios de direito das gentes, noticias dos tratados e noções de direito publico brasileiro ;

d) legislacão consular, aduaneira e fiscal ;

e) direito commercial, maritimo e cambial ;

f) noções dos direito de familia e successões, registro civil ;

g. noções de jurisprudencia e criminalica ou notarial ;

h) redacção official.

(Decreto n. 1821, de 2 de dezembro de 1894, art. 3º.)

Art. 18. A commissão deliberará depois do exame acerca do merito do candidato, declarando-o habilitado ou não. Em caso de empate, considerar-se-ha inhabilitado.

No primeiro caso se lhe dará copia autentica do termo do exame ; no segundo não poderá apresentar-se a novo exame sem que haja decorrido pelo menos um anno.

A presidencia do acto compete ao Director Geral da Secretaria de Estado, que terá voto. (Instruções para exames de candidatos, de 17 de

novembro de 1893, art. 6.^o, e decreto n. 1931, de 22 de dezembro de 1894, art. 5.^o.)

Art. 19. As dívidas que ocorrerem acerca das demais formalidades necessárias para o exame, serão resolvidas pela comissão e expellus a approvação do Ministro do Estado das Relações Exteriores. (Instruções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 7.^o.)

Art. 20. Considerar-se-hão interinas ou provisórias as nomeações de Chancelleros que recaírem em pessoas não habilitadas na forma dos arts. 14 e 19. (Decreto n. 1931, de 22 de dezembro de 1894, art. 5.^o.)

Art. 21. Os nomeados que tiverem as condições exigidas para Consul e Chanceller, ficando pertencendo ao Corpo Consular e tendo direito á promoção. (Decreto n. 2194, de 16 de dezembro de 1895, art. 4.^o.)

Art. 22. Os cargos de Consul sem remuneração são considerados de simples comissão e exercidos de preferença por brasileiros com as habilitações legais para Consul e Chanceller. (Decreto n. 1994, de 16 de dezembro de 1895, art. 5.^o.)

Art. 23. Os Vice-Consules não remunerados pelo Thesouro Federal serão nomeados, preferidos igualmente os cidadãos brasileiros, pelo Consul Geral ou Consul, que remetterá a portaria de nomeação, submettendo-a á confirmação do Governo por intermédio da Legação, que informará sobre a idoneidade do nomeado, afim de Governo resolver sobre a sua confirmação.

No caso, porém, de ser este immediatamente necessario, poderá ter lugar o provimento interino com prévio assentimento da Legação. (Regulamento consular, art. 17, decreto n. 501 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5.^o e circular n. 7, de 20 de agosto de 1893.)

Art. 24. As nomeações dos Vice-Consules propostas pelos Consules Geraes e Consules serão feitas por portaria (modelo n. 1. Regulamento Consular, art. 18.)

Art. 25. Os Vice-Consules poderão nomear Agentes Commercias para substitui-os em seus impedimentos (modelo n. 2): mas deverão preferentemente propor tais nomeações ao respectivo Consul para sua

approvação e do Governo. Não fica, porém, inhibido o Consul de nomear por si o Agente, não estando pela proposta do Vice-Consul. (Regulamento consular, art. 19, decreto n. 197 B, de 11 de novembro de 1890, art. 8º.)

Art. 26. Quando tiver de submeter á approvação do Governo a nomeação de Vice-Consules para o seu districto, deverá o Consul Geral ou consul indicar nos respectivos títulos as elites toam de funcioonar em um ou mais territorios do paiz e os denominar exactamente de modo que, bem conhecidos os limites dos districtos Vice-consulares, não se laidem dírvidas quanto á concessão do a requerer, nem difficuldades no exercicio do cargo. (Circular n. 3, de 23 de abril de 1879.)

Art. 27. O Governo não approvará as nomeações dos Vice-Consules e Agentes Commercias, embora para exercicio interior, sião depois de ter recebido os autographos das suas assignaturas sem prejuizo do disposto no art. 24, pois, neste caso, deverão elles ser acompanhados dos sellos respectivos. (Circular n. 4, de 31 de maio de 1881.)

Art. 28. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules, deverão nomear sempre seus substitutos legais, Vice-Consules e Agentes Commercias, além de não delegarem poderes em pessoas não designadas por lei. (Circular de 27 de junho de 1879.)

Art. 29. Quando circumstancias especiais o exigirem, podem ser empregados consulares os de outras nações, obtida prévia licença dos seus respectivos governos. (Regulamento consular, art. 19.)

Art. 30. Compete aos Consules Geraes de qualquer das duas classes o uniforme de Capitão de Mar e Guerra e aos Consules o de Capitão de Fragata. (Decreto n. 197 B, de 11 de novembro de 1890, art. 8º.)

Art. 31. Os empregados consulares deverão comparecer sempre vestidos com o seu uniforme em todos os actos de seu officio que praticarem em publico perante os brasileiros, e ainda perante estrangeiros, quando o não contrariem os costumes locais. (Regulamento consular, art. 34.)

Art. 32. Os empregados consulares primeiramente visitarão aos navios da Armada Brasileira ancorados nos portos do seu districto, que formam divião ou esquadra.

E primeiro visitarão aos empregados consulares os comandantes das outras embarcações do guerra, que estiverem nos portos de suas residências. (Regulamento consular, art. 23.)

Art. 23. Quando os empregados consulares fizerem a sua primeira visita aos navios da Armada Brasileira, serão nos portos do seu districto, leste — uma salva de nove tiros de peço o Consul Geral, — de sete o Consul, — de cinco o Vice-Consul.

O Consul Geral será recebido no alto da escada pelo 1.º cônsul-adjunto, e a tropa estará em armas.

Nos tempos mercantes que não leste peço, será usada a bandeira nacional á chegada do empregado consular, e, si este for o Consul Geral, a esquadra se formará. (Regulamento consular, art. 23.)

Art. 24. Nas salas de seu officio serão respeitadas e obedições pelos brasileiros que estiverem no seu districto, em residências. (Regulamento consular, art. 24.)

Art. 25. Os empregados consulares poderão, em seus districtos, das honras outorgadas pelos tratados, os daquellas a quem as leis e usos do paiz lhes derem direito. (Regulamento consular, art. 25.)

Art. 26. Quando por qualquer occorrença não ha vir alguém no districto, o Consul só pedirá os sellos diplomaticos que em seus laes costuma permitir o Governo Junto do qual está acreditado. (Regulamento consular, art. 26.)

Art. 27. No exercício das incumbencias extraordinarias do Governo Brasileiro, e no das do art. 25, os Consules não poderão preterir privilegios, isenções ou immunições diplomaticas. (Regulamento consular, art. 27.)

Art. 28. Os Consules deverão conformar-se com as leis e estilos do paiz em que residirem, ainda que contrarias ou differentes das disposições desta Consolidação, mas, sempre-lhes dar panto circumstanciado do que a tal respeito observarem ao Ministerio das Relações Exteriores. (Regulamento consular, art. 28.)

Art. 29. Não poderão esgrihir precedencias, nem qualquer al-phe nas festas sollemnes, si não estiverem reguladas em Tratados, nem publicação alguma que lhes não seja manifestamente de al-phe por posse, consentimento ou gerarchia. (Regulamento consular, art. 29.)

Art. 40. Os Consules são sujeitos à jurisdição das autoridades civis e criminaes do paiz em que residirem, salvo as modificações estabelecidas em ajustes internacionais. (Regulamento consular, art. 131.)

Art. 41. Os Vice-Consules confirmados pelo Governo ou ainda mesmo interinamente nomeados pelos Consules, com approvação do Ministro Diplomático, sendo reconhecidos pelas autoridades locais, terão nos lugares de sua residência os mesmos direitos e deveres que aos ditos Consules competem por esta Consolidação, desde os arts. 272 a 280, de 311 a 319 e 322, bem como todas as outras faculdades que pelos Consules, sob sua responsabilidade, lhes forem concedidas.

Os mesmos direitos e deveres competem aos Agentes Commercias, uma vez que tenham obtido o credencial do Governo, e sejam reconhecidos pelas autoridades locais. (Regulamento consular, art. 132.)

Art. 42. Os Consules não poderão exercer a profissão de commercio em seus districtos.

Excepção-se os não remunerados, de potencias de pequena importancia commercial com o Brazil, uma vez que se não encontrem nelleas pessoas igualmente habilitadas que não sejam negociantes. (Regulamento Consular, art. 11.)

Art. 43. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão aceitar nomeação de agente ou delegado de sociedade no Brazil ou fora, seja qual for o objecto da nomeação; e aquelles que não forem brasileiros não devem aceitar nomeações que não sejam propriamente commerciaes sem consultar o Ministerio das Relações Exteriores, directamente ou por intermedio de seus chefes. (Circular n. 3, de 17 de agosto de 1885.)

Art. 44. E' igualmente prohibido aos Consules aceitar a presidencia, embora honoraria, de assemblies gizees de bancos. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, n. 13, de 5 de agosto de 1891.)

Art. 45. Na prohibição do art. 43 estão comprehendidas as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas não as litterarias sem fim commercial. (Circular n. 4, de 30 de abril de 1888.)

Art. 46. As disposições do art. 72, § 2.º da Constituição da Republica, que exalta os ordens honorificos, deverão ser respeitadas pelos empregados consulares. (Circular de 13 de agosto de 1937, 1.ª acção.)

Art. 47. Os Consules poderão fazer comparecer os brasileiros na respectiva Chancelleria, para negocio que será declarado na intimação, sob pena de perderem todo o direito a protecção do Governo as que não obedecerem.

Os Consules informarão ao Ministerio das Relações Exteriores quaes são os brasileiros locuções na disposição deste artigo. (Regulamento consular, art. 159.)

Art. 48. Todas as vezes que entenderem ser necessario ou conveniente, poderão os Consules convocar os negociantes nacionaes estabelecidos no porto de sua residencia, e bem assim os capitães de navios, tambem nacionaes alli surtos, afim de se deliberar sobre alguns interesses commercial do Brazil, ou o beneficio dos seus cidadãos.

Serão os presidentes destas reuniões ou assemblies, e, da resolução nella tomada, mandando lavrar termo. (Regulamento consular, art. 159.)

CAPITULO II

DE EXTINÇÃO, SUSPENÇÃO E CESSAÇÃO DO NOMENSO CONSULAR

Art. 49. Os funcionarios consulares obrigam-se-lhe, por compromisso formal, no acto da posse, ao cumprimento de seus devoirs legais. (Disposição do art. 53, paragrapho unico da Constituição da Republica, em virtude da qual ficaram prejudicados os arts. 49 e 51 do Regulamento Consular.)

Art. 50. Os empregados consulares, nomeados ou renovados, partirão para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos no prazo de duas mezes contados da data em que tiverem a comunicação official, cujo recebimento será logo accusado, salvo os casos em que o Governo entender que devesse fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 512, de 28 de abril de 1892.)

Art. 51. Nenhuma empregado consular principiará a exercer o seu officio antes de obter crepitação da autoridade do paiz em que residir. (Regulamento consular, art. 42.)

Art. 52. Os Consules Geraes e Consules entregam ou remettam

nos cotes-pontes ao Chefe da Legação Brasileira, para que esta obtenha o *aquezantar* da autoridade competente.

Quando não houver Legação Brasileira no paiz em que os Consules deverão exercer suas funções, o cote incumbirá solidal-o directamente da sobredita autoridade. (Regulamento consular, art. 53.)

Art. 53. Os Consules Geraes e Consules apresentarão o *aquezantar* ás autoridades locais da sua residência, afim de serem coteas reconhecidas, quando não for estylo ser feita esta comunicação pelo mesmo Governo que o conceder. (Regulamento consular, art. 44.)

Art. 54. Os Vice-Consules procederão da mesma maneira, com a differença de ser o respectivo Consul Geral quem solicitará o *aquezantar* para elles; os Agentes Commercialles serão apresentados pelos Vice-Consules ás autoridades do districto de sua jurisdição, depois de obtido pelos cotes competentes o *aquezantar*. (Regulamento consular, art. 45, despacho á Legação em Buenos Aires, n. 20, de 8 de junho de 1838.)

Art. 55. Immediatamente depois deverão fazer publico que estão no exercicio de suas funções, para que chegue ao conhecimento dos cidadãos brasileiros residentes no paiz, e dos capitães e mestres dos navios que se acharem nos portos respectivos, para effeito de os reconhecerem, e a elles se dirigirem em todas as suas dependencias. (Regulamento consular, art. 45.)

Art. 56. Logo que os Consules Geraes ou Consules principiam a exercer as suas funções remetterão a assignatura ou firma com o selo de que hão de servir-se nos actos de seu officio aos Ministerios das Relações Exteriores e da Fazenda, e directamente ás Alfândegas de Marília, Pará, Maranhão, Parahyba, Ceará, Parahyba, Pernambuco, Macaé, Penelo, Sergipe, Bahia, Victoria, Santos, Paranaguá, Florianopolis, Rio Grande, Uruguayana e Corumbá, e ás Delegações Fiscaes em Minas Geraes e Goyaz, afim de que seja, quando for necessario, conferida com a assignatura dos documentos que sejam exhibidos nas referidas Alfândegas e Delegações Fiscaes, ou que tenham de ser reconhecidas para produzir effeito nos territorios em que são estabelecidas. Incumbe-lhes igualmente remetter a assignatura ou firma dos Vice-

Consules e Agentes Commercias dos seus districtos. (Regulamento Consular, art. 52, decreto n. 2120, de 30 de julho de 1890 e circular n. 3, de 17 de setembro de 1893.)

Art. 57. Modificando-se com o tempo as assignaturas dos Agentes Consulares, devem ser remettidos novos autographos dos empregados neta antigos, com o data. (Circular n. 3, de 11 de outubro de 1893.)

Art. 58. Não serão reconhecidas as firmas dos Agentes Consulares cuja nomenclatura e autographo não fôrrem remettidos nos termos do art. 57. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, de 3 de janeiro de 1894.)

Art. 59. É inteiramente vedado tirar cópia de quaesquer documentos pertencentes aos Consúdios, sem previa authorisação do Governo, quando não fôr para uso official, por serem elles propriedade do Estado. (Decreto n. 3215, de 9 de fevereiro de 1890, art. 1.º)

Art. 60. Os empregados consulares porão sobre a porta principal de sua residencia official as armas da Republica com a legenda — Consulado Geral — Consulado — ou — Vice-Consulato de Brazil em... — e arvorarão a bandeira nacional.

Exceptuam-se os paizes em que o Governo local prohiba expressamente estes actos, salvo si os tratados os autorisarem.

Por casa de residencia para os fins d'este artigo o do seguinte deve entender-se aquella onde o funcionario consular tem permanencia official, isto é, a da Chancellaria; e esta, quando o seu aluguel fôr pago pelo Governo Federal, não deve funcionar nas casas de residência dos Consules. (Regulamento consular, art. 50, e circular n. 3, de 8 de março de 1893.)

Art. 61. As armas e a bandeira nacional são destinadas somente a indicar a Chancellaria Consular aos marinhaes e a outras competentes; mas, nunca se entende que a Chancellaria Consular, por meio dellea, dá auxilio a quaesquer criminosos, ainda que cidadãos brasileiros, ou abeta as diligencias de chapões, prisões e execução da justiça do paiz. (Regulamento consular, art. 51.)

Art. 62. Os empregados consulares depois de reconhecidos, tomam conta dos archivos e moveis do Consulado, por inventario escripto

no livro respectivo, que também servirá de recibo. (Regulamento consular, art. 17.)

Art. 63. Os empregados consulares quando forem removidos ou extintos desligarão, ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir o posto previamente, todos os documentos pertencentes ao archivo e confiados á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio de cargo, assim como os minutas numeradas por ordem de datas por elle redigidas. Esta entrega será feita por uma declaração escripta, em triplicata (modelo n. 45.) Destes exemplares, um ficará na respectiva Chancellaria, outro será remettido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro permanecerá ao funcionario que se retirar. (Decreto n. 3310, de 9 de fevereiro de 1889.)

Art. 64. Si os archivos e moveis de que se fizer entrega, forem exactamente os mesmos descritos no inventario, o empregado consular o assignará, com o seu predecessor ou a autoridade, ou individuo de quem os recebe. (Regulamento consular, art. 48.)

Art. 65. Si houver falta nos archivos ou nos moveis e o que os entregar não se comprometter a apresentar os objectos que faltarem, nem mostrar que ficaram inutilizados, o empregado consular os especificará no recibo, e participará á autoridade competente. (Regulamento consular, art. 49.)

Art. 66. As pessoas encarregadas de quaisquer comissões do Ministerio da Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papéis referentes aos scripções temporarias que lhes foram confiadas. (Decreto n. 3310, de 9 de fevereiro 1889, art. 74.)

Art. 67. Os Consules exercerão a mais activa e minuda inspecção sobre todos os procedimentos dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes de seus districtos. (Regulamento consular, art. 53.)

Art. 68. Os Consules serão responsaveis por todos os actos consulares praticados no seu districto, ainda que por Vice-Consules ou Agentes Commerciaes, si não tiverem o cuidado de os suspender immediatamente, ou de os reprehender, segundo a gravidade desses actos. (Regulamento consular, art. 54.)

Art. 69. Os Consules visitando, quando julgarem a propósito e o Governo previamente autorisar os despesas necessarias, as partes da provincia ou potencias nos quaes não residirem habitualmente, dando disso parte á Legação, e em um ou outro caso serão substituídos pelos Vice-Consules. (Regulamento consular, art. 68.)

Art. 70. Não estando qualquer Vice-Consul confirmado pelo Governo, e não correspondendo á confiança do respectivo Consul, este o pôde demittir, procedendo beneplacito do Ministro Diplomático. Mas, si sua nomeação estiver revestida da approvação do Governo, limitar-se-ha o Consul a suspendê-lo, dando immediatamente parte, para final decisão. (Regulamento consular, art. 69.)

Art. 71. No caso de demissão o Consul ou Vice-Consul continuará a exercer as suas funções até que seu successor obtenha o crepescular, si não houver ordem em contrario. (Regulamento consular, art. 70.)

Art. 72. Si circumstancias imprevistas constrangerem os Consules a abandonar seu posto, deverão entregar o archivo ao Vice-Consul, si houver ou á Legação da Republica, ou, sellando-o com o sello do Consulado, ao Consul de uma nação amiga. Podem crê-lo-tambem da mesma maneira, perante testemuhas, a dois negociantes brasileiros, honrados, ou enfim, na falta destes, a dois dos mais respeitaveis negociantes estrangeiros.

As formalidades da entrega são as mesmas em todos os casos. (Regulamento consular, art. 70.)

Art. 73. No caso de morte de um empregado consular qualquer ou do Consul, si não houver Vice-Consul, Agente Commercial ou Chancelier, seus herdeiros ou testamenteiros convocarão dois negociantes brasileiros, ou, na falta destes, dois dos estrangeiros mais respeitaveis, na presença do Agente Consular de uma nação amiga. Este Agente tomará posse dos sellos, com os quaes sellará os archivos e todos os papéis, sem abrir ou examinar nenhum.

Os negociantes receberão immediatamente em depósito o archivo assim sellado, e o Agente da nação amiga constituirá a expedição dos negocios consulares, até que o Governo resolve como julgar conveniente.

A disposição deste artigo tem vigor si não houver Legação Brasileira no districto, ou si, prevenida esta, não disponer outra coisa. (Regulamento consular, art. 207).

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DE EFFECTIVIDADE, LICENÇAS, DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA, AJUDAS DE CUSTO E MONTE-PIO

SECÇÃO I

DOS VENCIMENTOS DE EFFECTIVIDADE

Art. 74. Os vencimentos dos empregados do Corpo Consular serão pagos ao câmbio de 27 dinheiros por 1\$, e por meses vencidos. (Decreto n. 2246, de 25 de outubro de 1895, art. 1.º.)

Art. 75. O Consul Geral de 1.ª classe vencerá actualmente 12:000\$, sendo 4:000\$ de ordenado e 8:000\$ de gratificação; o de 2.ª classe 10:000\$, sendo 3:000\$ de ordenado; o Consul 8:000\$, sendo 2:000\$ de ordenado; e o Chancelier 4:000\$, igualmente divididos em ordenado e gratificação. (Decreto n. 2978, de 11 de novembro de 1890, art. 3.º.)

Art. 76. Os empregados consulares quando removidos ou promovidos, logo que deixarem a effectividade do serviço, receberão apenas o ordenado que será o de antigo posto até o dia da partida para seu destino. (Decreto n. 2197, de 29 de outubro de 1893, art. 3.º, parágrafo unico, despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 6, de 17 de fevereiro de 1896.)

Art. 77. A effectividade do serviço a que se refere o artigo antecedente deve ser contada do dia em que os empregados consulares chegaram á sede do Consulado para onde foram tomados ou promovidos. (Circular n. 6, de 4 de outubro de 1897.)

Art. 78. Os empregados consulares sofrerão perdas de vencimentos quando excederem o prazo que lhes for marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificada, e quando não chegarem á sede do Consulado receberão somente o ordenado, que lhes será abacado desde o dia da partida, dependendo as

certas vantagens da effectividade do serviço. (Decreto n. 2185, de 28 de outubro de 1895, art. 3.º.)

Art. 71. Os agentes consulares só poderão sacar pelos respectivos vencimentos depois de terem chegado ao lugar de sua residência (sede do Consulado). (Circular de 3 de fevereiro de 1884 e aviso do Ministerio das Relações Exteriores, n. 14, de 28 de março de 1886.)

Art. 80. Não serão admitidos os saques de empregados consulares em transito sem o orden expresso do Ministerio das Relações Exteriores por circumstancias de força maior. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores, n. 14, de 28 de março de 1886.)

Art. 81. Quando effectuarem os seus saques deverão os empregados consulares não só avisar o Delegado do Thesouro Federal em Londres, como discriminar no documento que lhe tenha de remetter as quantias que tenha de alistar, quer de sello da remessa, quer dos impostos (sobre vencimentos), quer de montepio, cfm de que ella possa fazer a necessaria escripturação. O recibo deve ser, porém, de quantia integral a que tiverem direito. (Aviso n. 1, de 7 de janeiro de 1888 ao Ministerio da Fazenda, despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 45, de 16 de junho de 1885, e decreto n. 2775, de 19 de dezembro de 1887, arts. 4.º, 5.º e 8.º.)

Art. 82. Em vez de effectuarem saques, poderão os mesmos funcionarios ter procuradores ou enviar seus recibos a negociantes daquella praça para apresental-os o Delegado no devido tempo, afim de receberem seus vencimentos. Procederão, porém, a respeito das commissões, como em relação aos saques. (Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 31, de 12 de julho de 1872.)

Art. 83. Os Consules deverão communicar o Secretario das Relações Exteriores, pela 1.ª secção, os saques que o pessoal do respectivo Consulado effectuar p.ª conta do mesmo Ministerio, expressando as quantias sacadas em moeda local, com a indispensavel discriminação quando tratar-se de mais do que uma importância e com a especificação dos vencimentos e de todas as despezas. (Circulares as. 1 e 2, de 1 de abril e 18 de outubro de 1886.)

Art. 84. Além de seus vencimentos, os funcionários que regerem Consúlados que tenham verba no orçamento da Republica para as despesas de expediente, receberão por meses vencidos, a referida quantia. (Decreto n. 941, de 24 de março de 1893, e n. 2143, de 23 de outubro, de 1895.)

Art. 85. Os funcionários consulares só devem sacar sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, depois de receberem aviso della os que residirem na Europa, e depois de authorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores os que residirem na America. (Circular n. 8, de 2 de dezembro de 1897.)

Art. 86. Os Consules e Vice-Consules sem vencimentos, tem direito apenas á metade dos emolumentos que perceberem, não podendo, porém, a sua remuneração exceder de 4:000\$ por anno. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1893, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1896.)

Art. 87. Os Consules sem vencimentos e os Vice-Consules encarregados da gestão dos Consúlados só tem direito á metade dos emolumentos arrecadados nas sedes dos Consúlados até a quantia de que trata o artigo anterior.

A metade dos emolumentos de que se trata deve ser retirada mensalmente por todos os agencias consulares sem vencimentos, até a quantia de 333\$33 no maxima. Quando, porém, em alguns meses, a dita metade for inferior a essa quantia e em outros superior, os mesmos funcionarios poderão indemnizar-se retirando do excesso de outros meses o que deixaram de retirar em tempo, ou accedido sobre a Delegacia do Thesouro em Londres a devida importância no fim do anno, por conta do excesso dos meses cujas saídas já se tinham sido recolhidas. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1893, art. 3º, e circular n. 4, de 10 de agosto de 1896.)

Art. 88. Os Consules e Vice-Consules que não exercerem os seus cargos todo o anno só deverão proceder por essa forma em relação ao tempo em que estiverem em exercício; e aquelles que funcioasarem apenas alguns dias terão direito unicamente á metade dos emolumentos que arrecadarem, proporcionalmente á quantia de 333\$33

mensas. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 7.^o, e circular n. 4, de 30 de agosto de 1897.)

Art. 29. Os Vice-Consules encarregados de Consúlados com verba no orçamento, quando saírem sobre o Delegado do Thesouro Federal em Londres a sua remuneração correspondente á metade dos emolumentos, deverão declarar-lhe qual a renda mensal dos respectivos Consúlados. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 7.^o, e circular n. 4, de 30 de agosto de 1897.)

Art. 30. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores não providenciará sobre o pagamento ao Thesouro Federal, dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brasil sem que proveja com documento da Delegacia em Londres qual a data do seu último saque allí realizado; e todos os que trouxerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição sem que proveja com outro do Thesouro Federal que não os receberam nella, ou, no caso contrario, até quando receberam. (Circulares ns. 5 e 19, de 1 de abril e 31 de outubro de 1895.)

Art. 31. A gratificação dos Consules Geraes e Consules está sujeita a desconto integral nas falias de exercício. (Circular n. 3, de 30 de maio de 1894.)

Art. 32. Para a execução do disposto nos precedentes artigos deverão os Consules em effectividade dar conhecimento pela 4.^a Seção da Secretaria de Estado, das datas em que saírem para seus destinos, daquella em que começarem ou deixarem o exercício, daquella em que receberam comunicação de demissão ou retirada e daquella em que começou ou terminou o gozo das licenças que lhes foram concedidas. O mesmo procedimento a respeito de seus subordinados remunerados pelo Thesouro Federal, cumprido, porém, e estes faz-l-o sobre as datas de suas portadas. (Decreto n. 949, de 20 de março de 1894, art. 33, e circular n. 9, de 18 de outubro de 1895.)

Art. 33. Quanto aos Vice-Consules e auxiliares remunerados por conta dos emolumentos, devem ser communicadas as datas do começo e terminação de seu exercício, em vez das datas em que saírem para seus destinos. (Circular n. 5, de 18 de outubro de 1895.)

SECÇÃO II

DAS LICENÇAS

Art. 94. Nenhum Consul Geral ou Consul se ausentará do respectivo Consulado sem licença do Governo e quando o faça por imperiosas circumstancias, que deverá perfeitamente justificar, dará immediatamente parte da sua resolução á respectiva Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, ficando responsavel por qualquer prejuizo que de sua ausencia resulte ao Governo ou aos particulares. (Regulamento consular, art. 33.)

Art. 95. Os empregados consulares que se retirarem dos seus empregos sem licença, ou que estiverem sem o exercer por mais tempo do que a da licença, serão demittidos, salvo disposição excepcional do artigo anterior, a que o Consul só recorrerá em caso extremo, e sempre dependente da ulterior approvação do Governo. (Regulamento consular, art. 33.)

Art. 96. Para vir ao Brazil terá o empregado direito a uma licença de seis meses, de quatro em quatro annos, com metado de seus vencimentos. Essa licença poderá ser prorogada por seis meses, com um terço dos vencimentos.

Nas outras cases de licença se procederá do mesmo modo ; si, porém, por qualquer circumstancia, nessas outras cases se prorogar a licença por mais de um anno, não terá o fractionario consular direito a vencimento algum. (Decreto n. 597 B, de 11 de novembro de 1890, art. 15.)

Art. 97. Os Consules poderão, sem prejuizo do serviço, dar licença aos outros empregados consulares do seu districto para sahirem dos logares de sua residencia ; mas, só ao Ministro das Relações Exteriores compete concedal-as, quando o prazo exceda de seis meses. (Regulamento Consular, art. 57.)

Art. 98. O empregado que sem licença expressa do Governo estiver por mais de oito dias ausente do respectivo posto não será pago de seus vencimentos integros durante o que exceder desse prazo. Bastará para essa fim communicação do Consul a respeito do tempo excedido,

ainda quando a ausência seja de elle proprio. (Circular de 30 de abril de 1880, e despachos á Delegacia em Londres de 2 de junho de 1879 e 16 de agosto de 1883.)

Art. 99. O que estiver no gozo de licença não poderá continuar a receber seus vencimentos integres, do dia em que voltar ao exercício, salvo, si antes do termo della partir para um novo destino, em virtude de remoção com ou sem promoção. (Despachos á Delegacia em Londres, n. 37, de 23 de maio de 1878, e n. 21, de 24 de outubro de 1886.)

Art. 100. Ficam sem effeito as licenças em cujo gozo não entrarem os empregados consulares, dentro de seis meses, contados da data de sua concessão. (Circular de 23 de outubro de 1871.)

Art. 101. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao das antecedentes para o fim de fazer-se nos vencimentos os devidos descontos. (Disposição do regulamento da Secretaria applicada ao Corpo Consular, e decreto n. 4333, de 6 de abril de 1883, art. 10.)

Art. 102. Quando requererem licença deverão os empregados consulares declarar onde pretendam goza-la, a fim de se providenciar como for de direito. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1877.)

Art. 103. Os empregados que quiserem gozar parte da licença no Brazil e parte no estrangeiro deverão, dar-lhe opportunamente, para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1877.)

Art. 104. Os que vierem ao Brazil e resolverem depois passar parte do tempo no estrangeiro ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior, do dia que especificar para seu começo em diante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1877.)

Art. 105. Os empregados consulares que vierem ao Brazil em licença ou ali permanecerem no desempenho de qualquer commissão receberão em moeda corrente do paiz os vencimentos que lhes competirem. (Decreto n. 2346, de 23 de outubro de 1878, art. 2º.)

SEÇÃO II

1.—DA DISPONIBILIDADE

Art. 105. Os empregados consulares postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal e apresentar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no prazo de dois meses, contados da data em que tiverem a respectiva comunicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Este prazo poderá ser prorrogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, por motivos de força maior, devidamente comprovados. (Decreto n. 3038, de 14 de outubro de 1897, art. 1.º.)

Art. 107. Os empregados que excederem o referido prazo ou a sua prorrogação serão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 3038, de 14 de outubro de 1897, art. 2.º.)

Art. 108. Os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactiva delibério de pertencer ao Corpo Consular, ficando por consequencia privados do ordenado e das honras. Serão, porém, aposentados si já tiverem tempo para isso, não se lhes contando o daquela disponibilidade. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 14.)

Art. 109. Os agentes consulares postos em disponibilidade só poderão servir fora do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 308, de 8 de novembro de 1890, art. 1.º, § 2.º.)

Art. 110. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebiam em effectividade. (Decreto n. 990, de 10 de março de 1890, art. 39 e regulamento consular, art. 12.)

Art. 111. Os funcionarios consulares que, estando em disponibilidade activa, forem admitidos a serviço publico estranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 112. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para a aposentadoria e o empregado que se pedisse

não tiver 30 annos de serviço, ao fim de cinco de tal disponibilidade, deitará de pertencer ao Corpo Consular. (Decreto n. 307 B, de 11 de novembro de 1893, art. 12, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1896, art. 1º, § 2º.)

II — DO APOSENTADORIA

Art. 113. Poderão ser aposentados com ordenado por inteiro os empregados que tiverem 30 annos de serviço effectivo, e com o correspondente os que contarem 10 ou mais e menos de 30, quando provada a sua invalidade em inspecção de sanidade. Com menos de 10, nenhum será aposentado. (Decretos ns. 307 B, de 11 de novembro de 1893, art. 13, e n. 117, de 4 de novembro de 1892, arts. 2º, 3º e 4º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1896, art. 1º, § 2º.)

Art. 114. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo logar si o empregado ali tiver serviço pelo menos dois annos, e no caso contrario o do immediatamente inferior. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4º, § 2º.)

Art. 115. O ordenado dos empregados que forem aposentados estando em effectividade, começará a correr do dia em que tiverem cessado os vencimentos que antes percebiam.

E dos que forem aposentados achando-se em disponibilidade, da data de decreto da aposentadoria. (Decreto n. 240, de 20 de março de 1893, art. 40, e regulamento consular, art. 12.)

Art. 116. Os empregados que se acharem em disponibilidade e os que forem aposentados conservarão o tratamento e poderão usar uniforme correspondente ao ultimo cargo que servirem no Corpo Consular. (Decreto n. 240, de 20 março de 1893, art. 17, e regulamento consular, art. 12.)

Art. 117. Os vencimentos accrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para os aposentados decorrido o mesmo periodo de dois annos após a sua decretação. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4º, § 3º.)

Art. 118. O empregado consular que contar mais de 30 annos de effectivo serviço terá direito ao respectivo ordenado e mais 5 % da

gratificação por anno que exceder daquella tempo. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 2.^o.)

Art. 119. Os annos de serviço exigidos para disponibilidade e aposentadoria serão contados da data da partida para o primeiro posto consular e comprehenderão para a aposentadoria tanto o tempo de effectividade como o de disponibilidade activa. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1893, art. 43, e lei n. 323, de 8 de novembro de 1895, art. 1.^o, § 3.^o.)

Art. 120. As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade inactiva serão descontadas para a aposentadoria. (Decreto h. 940, de 20 de março de 1893, art. 44, e lei n. 323, de 8 de novembro de 1895, art. 1.^o § 3.^o.)

Art. 121. Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que terão lugar entre um e outro despacho para preparar-se o empregado, receber instruções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1893, art. 45, e regulamento consular, art. 12.)

Art. 122. Não se considera tempo de serviço de exercício o de licença e de enfermidades que se prologarem por mais de seis meses, nem o desempenho que não dê direito á aposentadoria. (Regulamento consular, art. 12, e decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892.)

Art. 123. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores que fazem occasionalmente ou em conformidade com o art. 11 passarem a fazer parte do Corpo Consular será contado o tempo de serviço que tiverem naquella repartição para aposentadoria como membros do mesmo corpo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1893, art. 47 e regulamento consular, art. 13.)

Art. 124. Na contagem do tempo para aposentadoria deverá igualmente ser incluído o de exercício de emprego de conselheiro federal. (Lei n. 117, de 4 de novembro de 1892, e aviso n. 82, de 1 de julho de 1896, do Ministério da Fazenda.)

Art. 125. Haverá na Secretaria de Estado das Relações Exteriores a cargo immediato do director geral, um livro de matricula dos empregados do Corpo Consular, no qual serão apontados os decretos de suas

nomeações, remoções retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os lugares e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido com todas as indicações e esclarecimentos necessários para que se possa logo e facilmente conhecer o tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem.

No principio de cada anno será remetida a cada um dos ditos empregados uma cópia da sua rubricula ou do que nella houver accrescido no anno antecedente, afim de que possam fazer as reclamações competentes e sejam logo liquidadas e decididas, sendo a decisão lançada no livro respectivo e assignada pelo Ministro de Estado. (Decreto n. 190, de 27 de março de 1888, art. 43, e regulamento consular, art. 13.)

SECÇÃO IV

DAS ARTES DO COZO

Art. 126. As expensas de custo constarão do despesa de transporte e de estabelecimento. (Decreto n. 1864, de 27 de janeiro de 1886, art. 2º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1888.)

Art. 127. As despesas de transporte são calculadas pelo Secretario de Estado á vista da demonstração que o interessado offerecer com a indicação do numero de pessoas da família que não tiverem economia separada. Para os effeitos deste artigo a família comprehenderá a mãe viúva ou divorciada, a esposa, as filhas solteiras, viúvas ou divorciadas, os filhos e enteados menores de 11 annos, os netos, orphãos de pai ou de mãe e irmãos solteiros.

Esse calculo será submettido á approvação do Ministro. (Decreto n. 1864, de 28 de janeiro de 1886, art. 1º, § 1º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1888.)

Art. 128. Nos casos de remoção ou disponibilidade a pedido, deitará de ser abonada a indemnização de despezas de transporte, quer o pedido consista de requerimento, quer não. (Decreto n. 128 de 28 de janeiro de 1886, art. 1º, § 3º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1888, art. 4º § 1º.)

Art. 129. A família do que faltar no exercício do emprego ou no gozo de licença fora da República serão abonadas no dobro as despesas de transporte, segundo o art. 127. (Decreto n. 1361, de 26 de janeiro de 1896, art. 1.^o, § 2.^o, e lei n. 322, de 3 de novembro de 1896.)

Art. 130. A demissão ou disponibilidade a bem do serviço público ou por sentença e a demissão a pedido sem mais obrigação o Governo a reparar o empregado e sua família (Decreto n. 1361, de 26 de janeiro de 1896, art. 1.^o, § 2.^o e lei n. 322, de 3 de novembro de 1896, art. 4.^o.)

Art. 131. Nos demais casos será sempre abonada a indemnização de despesas de transportes. (Decreto n. 1361, de 26 de janeiro de 1896, art. 1.^o, § 2.^o e lei n. 322, de 3 de novembro de 1896.)

Art. 132. Tendo direito às despesas de estabelecimento:

a) os Agentes Consulares, inclusive os Chanceliers effectivos, que tiverem primeira nomeação;

b) os Chanceliers provisionaes, quando o Ministro julgar de equidade;

c) os Agentes Consulares que estiverem em disponibilidade sem pedido e passarem á effectividade. (Decreto n. 1361, de 26 de janeiro de 1896, art. 1.^o, § 6.^o a, d, e, e lei n. 322, de 3 de novembro de 1896.)

Art. 133. Para despesas de estabelecimento terão:

a) no caso de primeira nomeação, os Agentes Consulares, inclusive os Chanceliers, um tempo dos vencimentos istaes de um anno;

b) no caso de remoção por conveniencia do serviço ou de volta á effectividade terão os Agentes Consulares um tempo dos vencimentos istaes de um anno;

c) no caso de supressão de Consulado, a remoção sempre dará direito às despesas de estabelecimento. (Decreto n. 1361, de 26 de janeiro de 1896, art. 1.^o, § 7.^o, d, e lei n. 322, de 3 de novembro de 1896, art. 4.^o, § 2.^o, a e c.)

Art. 134. Quer o empregado tenha, quer não, direito às despesas de estabelecimento, poderá o Ministro, si julgar conveniente, mandar abonar-lhes, como adiantamento, para descontar-se dentro do anno á-

rancoiro, quando igual aos vestimentos de um trimestre. (Decreto n. 1354, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 3.º e lei n. 332, de 8 de novembro de 1895.)

Art. 135. Quando por motivo de ordem publica o empregado for designado para temporariamente servir em diverso Consulado, além das despesas de transporte, poderá o Governo abonar-lhe uma outra indemnização até um quarto de vestimentos. (Decreto n. 1351, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º, § 3.º.)

Art. 136. Fora dos casos estabelecidos não serão abonadas despesas de estabelecimento. (Decreto n. 1354, de 26 de janeiro de 1895, art. 1.º § 10.)

Art. 137. As ajudas de custo serão pagas sempre em ouro ao cambio de 27 d. por 1\$000. (Lei n. 332, de 8 de novembro de 1895, art. 4.º.)

Art. 138. O pagamento das ajudas de custo para viagem a primeiro estabelecimento será autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, logo que o empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino, salvo o caso que se ache em país estrangeiro ou distante da Capital Federal, porque então será expedida a ordem competente logo que ostar conveniência. (Decreto n. 540, de 26 de março de 1892, art. 30, e regulamento consular, art. 12.)

Art. 139. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo mesmo Ministro logo que forem expedidos os decretos de demissão, retirada ou renovação. (Decreto n. 540, de 26 de março de 1892, art. 32, e regulamento consular, art. 12.)

SEÇÃO V

DE MONTO-PLO

Art. 140. E' applicado aos funcionarios ~~ativos~~ e aposentados do Ministerio das Relações Exteriores o ~~monte-plo~~ creado pelo decreto n. 542 A, de 31 de outubro de 1892, e ~~concessão~~ contribuições do mesmo monte-plo os empregados consulares. (Decreto n. 1332, de 28 de novembro de 1895, arts. 1.º e 3.º, n. 3.)

Art. 141. Considera-se funcionario do Ministerio das Relações Exteriores todo o empregado de nomeação efectiva do mesmo Ministerio que pague vencimentos fixos pelo Thesouro Nacional. (Decreto n. 1032, de 28 de novembro de 1890, art. 3º.)

Art. 142. As quantias deduzidas para o monte-pio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores serão escripturadas no Thesouro Nacional, sob o mesmo titulo estabelecido pelo art. 13 do decreto n. 943 A, de 31 de outubro de 1890, e constituirão com os fundos de que trata o art. 3º do citado decreto, uma só verba. (Decreto n. 1.092, de 23 de novembro de 1890, art. 4º.)

Art. 143. Todas as attribuições mencionadas nas arts. 8º, §§ 1º, 2º, 4º e 5º, e 47 do decreto n. 943 A, de 31 de outubro de 1890, competem ao director geral da Secretaria das Relações Exteriores, devendo todo o expediente relativo ao monte-pio creado por este decreto ficar a cargo da secção de contabilidade da mesma Secretaria. (Decreto n. 1.092, de 23 de novembro de 1890, art. 5º.)

Art. 144. Das decisões proferidas pelo director geral da Secretaria haverá recurso para o Ministro das Relações Exteriores no que disser respeito á admissoão ou recusa de contribuintes, e nos outros casos para o Ministro da Fazenda, a quem compete a suprema fiscalisação da instituição. (Decreto n. 1.032, de 23 de novembro de 1890, art. 6º.)

Art. 145. A declaraçáo a que se refere o art. 17 do decreto n. 943 A, de 31 de outubro de 1890, no seu começo será entregue na Secretaria de Estado, no decurso do primeiro mez da contribuiçáo, pelos funcionarios que residirem ou estiverem no paiz, e nos Legações, Consolados Geraes, Consolados ou Vice-Consolados Brasileiros, pelos que residirem no estrangeiro, até um mez depois de terem conhecimento desse decreto. Esse documento será levado com todas as formalidades estabelecidas no citado artigo e assignado em presença do director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado ou do respectivo agente diplomatico ou consular, que o deveráo remetter logo á mesma secretaria.

Parágrafo unico. Aquella declaraçáo será rubricada pelo supradito director da Secção de Contabilidade quando feita nesta Capital, e

legalizado pelos Chefes das Legações, Consules Geraes, Consules e Vice-Consules, conforme for opportuno, quando lavrado em país estrangeiro. (Decreto n. 1002, de 15 de novembro de 1890, art. 7.º.)

Art. 146. As declarações de que trata o mencionado decreto n. 942 A, deverão ser feitas perante Legações e Consulados e serão testemunhadas por duas empregadas consulares; e no caso de não as haver no lugar, poderão ser-o por duas pessoas idôneas: preferidas as que estiverem nas condições de ser-lhes confida a guarda dos archivos, segundo as disposições do art. 72 desta Consolidação.

Essas declarações, depois de legalizadas e registradas, serão remetidas á Secretaria das Relações Exteriores, que as archivará. (Decreto n. 1002, de 15 de abril de 1891, art. 4.º.)

Art. 147. Nos Legações e nos Consulados Geraes e Consulados em cuja sede não existir legação, haverá um livro destinado ás inscripções de conformidade com o art. 28 do precluido decreto n. 942 A.

Nos Vice-Consulados não haverá registro algum. (Decreto n. 1002, de 15 de abril de 1891, art. 3.º.)

Art. 148. Os chefes das Legações e Consulados a cujo cargo estiver o expediente do montepio, serão competentes para classificar as quantias destinadas ao funeral dos contribuintes que fallecerem, de conformidade com o art. 47 do dito decreto n. 942 A, podendo ser pagas pelo cônsul dos Consulados.

Para esse fim deverão os interessados communicar-lhes o modo por que fizeram em seus saques os descontos relativos ao montepio.

Os titulos dos pensionistas serão assignados pelo director geral da Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n. 1002, de 15 de abril de 1891, arts. 2.º e 3.º.)

Art. 149. Até o dia 15 de janeiro de cada anno os Consulados que tiverem a seu cargo o expediente do montepio, remetterão á Secretaria das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occorrendas que se tiverem dado durante o anno. (Decreto n. 1002, de 15 de abril de 1891, art. 6.º.)

Art. 150. O prazo para concorrer com a joia adicionalmente na forma do § 1.º do art. 14 do decreto n. 942 A, para os empregados con-

sulares expirará na occasião em que se occorem os primeiros vendimentos. (Decreto n. 133, de 20 de abril de 1801, arts. 1.^o e 2.^o, e decreto n. 2149 de 28 de outubro de 1805, art. 1.^o.)

Art. 131. Os empregados consulares privados do emprego por sentença ou demittidos ao arbitrio do Governo perderão todos os direitos relativos ao municipio a que se referem os decretos ns. 943 A, e 1002, si debucarem de contribuir com a respectiva quota, até seis meses depois da perda do emprego ou demissão ou durante dois meses em qualquer época posterior. (Decreto n. 1265, de 11 de março de 1806, artigo unico b.)

CAPITULO IV

DAS RELAÇÕES DOS EMPREGADOS CONSULARES COM SEUS SUPERIORES, ENTRE SI E DA SUA CORRESPONDENCIA

Art. 132. Os empregados consulares são subordinados ás Legações para o effeito de lhes ministrarem todas as informações que por ellas forem exigidas relativamente aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regulamento consular, art. 63.)

Art. 133. Aos chefes das Legações cabe inspecção e procedimento dos Consules e n'estes empregados consulares, para o fim de informar o Governo, que providenciara como for conveniente; e bem assim dar-lhes, quando necessitarem, instruções para o desempenho de seus deveres. (Regulamento consular, art. 63.)

Art. 134. Os Consules deverão consultar o Ministro Diplomático brasileiro nos negocios que forem concernentes com interesses politicos, salvo sempre os casos urgentes. (Regulamento consular, art. 74.)

Art. 135. Si não houver Legação Brasileira, os Consules, não tendo obtido das autoridades locais a reparação que tiverem sollicitado, se dirigirão ao governo do paiz; e si em qualquer caso de importancia não for attendida a sua reclamação, dando disso conta circumstanciada ao Governo da Republica. (Regulamento consular, art. 75.)

Art. 136. As reclamações ou representações dos Consules ás autoridades locais e aos governos de seus districtos devem ser feitas com

previsão e prudência, evitando-se todos prejuízos exagerados, que possam dar motivo a queixas e dissensões entre os respectivos governos, e procurando conciliar effectivamente a dignidade do Governo da Republica com o respeito e reconhecço devidos a seus amigos e aliados. (Regulamento consular, art. 76.)

Art. 157. Ao Consul respectivo são subordinados todos os outros empregados consulares; d'elle, como centro commun, devem dimanar as instruções e as providencias, e com elle os mesmos Vice-Consules praticam a correspondência no exercicio de suas funções, salvo quando satisfizerem a informações que lhes forem exigidas pelos Ministros Diplomaticos, ou quando circumstancias urgentes exigirem prompta participação ao Governo, ou a qualquer autoridade da Republica, mas de toda esta correspondencia extraordinaria remettendo copia ao respectivo Consul. (Regulamento consular, art. 62.)

Art. 158. Os consules entregarão a cada um de seus subordinados, com o seu titulo de nomeação, o exemplar desta Consolidação, acompanhada das instruções complementares, que exigir o exacto cumprimento de seus deveres. (Regulamento consular, art. 79.)

Art. 159. Os empregados consulares empregarão a lingua do país onde residirem, ou a franceza e inglesa na correspondencia com as autoridades ou subditos estrangeiros, que não entenderem a portuguez. (Regulamento consular, art. 78.)

Art. 160. O Chancelier pôde ser autorizado pelo Consul a escrever os termos consulares, a guardar os sellos e selar, a dirigir ou examinar os trabalhos da secretaria, a acompanhar os capitães de navios de guerra ou administrações competentes, a fazer traduções legaes, e prestar a dição e substituir ao Consul por morte d'elle, quando não haja Vice-Consul no lugar de sua residencia e o Consul não tiver designado quem o deva substituir. (Regulamento consular art. 80.)

Art. 161. Os Consules são responsaveis pelos actos e omissões praticados pelo Chancelier. (Regulamento consular, art. 80.)

Art. 162. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão delegar poderes nos respectivos Chancelleres ou auxiliares para attribuições de sua exclusiva competencia, visto como devendo existir

no lugar da residência, daquelles empregados Vice-Consules ou Agencias Commercialles, sómente nos casos de art. 73 poderão elles substitui-os. (Circular n. 3, de 12 de setembro de 1873.)

Art. 163. Os Vice-Consules e Agencias Commercialles darão parte aos Consules, nos oito primeiros dias de cada trimestre, de tudo quando tenha occorrido que interesse ao commercio e navegação brasileira, ou as pessoas dos cidadãos brasileiros.

Quando haja algumas occorrendas extraordinarias, a communicarão em officio especial. (Regulamento consular, art. 68.)

Art. 164. Na correspondência de que trata o art. 163, os Vice-Consules e Agencias Commercialles apresentarão um quadro ou mappa de todas as ordens do Governo da Republica, que o respectivo Consul lhes tiver enviado, e das instruções e observações de que ella se acompanhar, declarando as que foram executadas, as que ainda estão livres a sido, e as que se estiverem executando.

Faria parte do quadro de qualquer trimestre as ordens que ainda não estejam executadas, ou cuja execução estiver pendente. (Regulamento consular, art. 71, modelo n. 3.)

Art. 165. No quadro do artigo antecedente, que deve acompanhar o officio do art. 163 haurirão os Consules identicas communicações que lhes cumpre fazer, das ordens que tiverem recebido, declarando as executadas, e as que ainda o não foram, se sejam executando. (Regulamento consular, art. 73.)

Art. 166. Os Vice-Consules e Agencias Commercialles communicarão immediatamente aos Consules todos os acontecimentos, que não caberem no circulo ordinario de suas attribuições, para que este tome as reclamações e medidas necessarias. (Regulamento Consular, art. 74.)

Art. 167. Nos oito primeiros dias do mez seguinte ao em que os Consules receberam as participações do art. 163 remetterão em officio resumo dellas, e do que tiver occorrido no lugar de sua residência, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Regulamento consular, art. 80.)

Art. 168. Quando não se tiver dado qualquer occorrenda da de que tratam os arts. 163 e 167 isso mesmo declararão, na época marcada.

os Consules, Vice-Consules e Agentes Commercias. (Regulamento consular, art. 70.)

Art. 169. Os Consules deverão corresponder-se com os outros Ministerios, quando a correspondencia respeitar de suas repartições.

Esta correspondencia sera transmittida aberta por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores. (Regulamento consular, art. 63.)

Art. 170. Em negocios de seu Consulado corresponder-se-ão directamente os Consules com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a Legação, e bem assim com as autoridades locais, com os Vice-Consules e Agentes Commercias de sua dependencia. (Regulamento consular, art. 62.)

Art. 171. A correspondencia consular com a Secretaria das Relações Exteriores, pelo que respeita á numeração dos officios, formato e qualidade do papel para estes, e mais condições tendentes á regularidade e uniformidade da mesma correspondencia sera feito de conformidade com os artigos regulares. (Regulamento consular, art. 67.)

Art. 172. A correspondencia sobre assumpto do Ministerio das Relações Exteriores não deve ser cobrada com outro Ministerio. (Despacho ministerial de 18 de setembro de 1867.)

Art. 173. Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondencia devem ser escriptas, sem excepção alguma, em papel lizo mas, forte, de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, postada, de modo que offereça todas as quatro laços margens iguaes, as paginas serão numeradas no centro designando a primeira, no alto, o Consulado respectivo e a data, e na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem for dirigida e na ultima pagina o indice por paragraphos com os numeros correspondentes aos que tiverem no officio.

A' excepção da primeira pagina onde a designação do Consulado, a data, etc., exigem alguns espaços em claros, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando sómente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 174. Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a qualquer impressos serão acompanhados dos respectivos recibos

(indicados os títulos e datas), colados por sua ordem sobre folhas de papel do formato marcado. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 175. As cópias do mesmo formato e com as quatro margens iguais às dos officios indicão no alto o numero, data, seção e rubrica daquella a que vierem annexas.

O texto deve referir-se ás cópias em documentos annexos numerados successivamente, repetindo-se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos, devendo escluir-se absolutamente quaisquer abreviaturas. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 176. A' margem dos officios concernentes o assumpto já tratado em outro, mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior, relativo ao mesmo objecto. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 177. A recepção dos despatches que não exigirem resposta será accusada no ultimo paragrapho dos officios que tratarem de algum outro assumpto e as communicações sobre objectos transitorios, a respeito dos quaes não houver necessidade de continuar a correspondencia serão reunidos em um só officio, ao qual se vá addicionando tudo quanto decorrer até o ultimo momento. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 178. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados, e em confidenciaes sómente por excepção quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o Agente Consular e o Ministro de Estado. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 179. A numerção dos officios será especial para cada uma das seções da Secretaria de Estado e para cada uma das séries—ostensiva, reservada ou confidenciais—e bem assim começa e será encerrada dentro de cada anno civil. (Circular n. 1, de 22 de novembro de 1866.)

Art. 180. Deverão ser fechados com as palavras — saúde e fraternidade — todos os officios dirigidos aos funcionarios publicos brasileiros de qualquer categoria, como a particulares. (Circular de 7 de julho de 1869.)

Art. 181. Tendo sido extinctos pelo art. 72, § 2º da Constituição

da República, os títulos nobiliárquicos, fica vedado, mesmo entre pa-
rentes, a seu uso na correspondência. (Circular de 13 de julho
de 1893.)

Art. 132. A designação do funcionario que preside ao Ministerio
das Relações Exteriores é, nos termos do art. 43 da Constituição da
República: — *Ministro do Estado das Relações Exteriores* — e assim
deve figurar na correspondência official. (Circular n. 1, de 29 de janeiro
de 1893.)

Art. 133. A communicação por cartas particulares sobre objecto do
serviço publico não isenta o empregado consular do dever de tratar
della tambem officialmente. (Circular de 7 de junho de 1897.)

Art. 134. Toda a correspondência, inclusive a confidencial, dirigida
a quem quer que se, relativamente a serviço publico deve ser registrada.
(Circular de 7 de junho de 1897.)

Art. 135. Além de não augmentar sem necessidade o peso das
malas, não se deve fechar cada officio sobre si; cumpre separar unica-
mente os reservados e confidenciaes dos ordinarios sem distinguil-os
por selos, fazendo somente tres maços, além dos officios urgentes.
(Circular de 7 de junho de 1897.)

Art. 136. De todos os indices lançados nas minutas dos officios e
no principio do registro de cada um delles, será remittida no mes de
junho, uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo,
fazendo-se um indice para cada secção e para cada rubrica ordinaria,
reservados e confidenciaes. Elles serão assim organisados: Data do
secção, rubrica e anno. Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o
numero do officio, dia e mez. No centro o resumo com referencia aos
paragphos que tratam do assumpto. Ao lado direito tres columnas
destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao
objecto. Cada uma das rubricas se designará pela sua inicial: O. R. C.
(Circular de 7 de junho de 1897. Modelo n. 42.)

Art. 137. Logo que um officio ou carta se recebe, os Consules
marcando no intervallo mais conveniente o nome e o cargo de quem
o tiver scripto, o lugar onde o fez, o seu objecto e o dia da resposta.
(Regulamento consular, art. 219.)

Art. 124. Em cada Consórcio deverá igualmente existir um protocolo de entrada e todos os documentos ali recebidos. Nesse protocolo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, o procedimento, a serie do documento (cientifica, reservado ou confidencial) e o seu escripto. (Decreto n. 310, de 9 de Janeiro de 1899, Mod. n. 49.)

Art. 125. Todos os telegrammas officiaes passados (da Europa) deverão conter a seguinte designação — *Tenerife Norveta* — visto occasionar prejuizo aos cofres publicos a expedição por outra via. (Circular n. 7, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 126. Serão gratuitas os telegrammas officiaes entre o Governo do Brazil e os seus agencias no exterior, passados pela *Brazilian Submarine Telegraph Company*, e que se limitam a annunciar o apparecimento de alguma epidemia no Brazil ou nos outros paizes, não excedendo de 10 palavras, ou pagas sómente pelo que excederem desse limite.

Deverá ser declarado em officio ao Governo, qual a companhia por cujo intermedio tiverem sido transmitidos os telegrammas. (Circular n. 1, de 20 de Janeiro de 1894, e decreto n. 9068, de 11 de agosto de 1898, clausula XIV.)

Art. 127. As vantagens offercidas pela referida companhia ao poderão ser applicadas nos logares servidos pelo seu cabo, cujo ponto de terminação é a capital do Reino de Portugal. (Circular n. 3, de 14 de agosto de 1894.)

Art. 128. As companhias *South American Cable*, *Brazilian Submarine Telegraph* e *Western and Brazilian Telegraph*, em virtude de seus contractos, dão uniformemente um desconto de 50 % nos lucros dos telegrammas officiaes, calculado o desconto entre os lucros proprios das companhias. Quanto a *South American Cable Telegraph* Submarine, esta commercia em Lisboa e destina-se aos Estados Unidos da America, não dando vantagem for para os telegrammas officiaes, além da prioridade na transmissão. (Circular n. 2, de 27 de março de 1894.)

Art. 129. Estes telegrammas deverão ser pagos integramente quando forem espedidos, visto como a redempção de 80 % suppricando o

enviada pelas companhias em favor do Governo Brasileiro, será accordada pela Repartição Geral dos Telegraphos na occasion dos ajustes de conta com as mesmas companhias. (Circular n. 8, de 14 de setembro de 1894.)

Art. 178. Nasir ou Succiosario consular deverá expedir como officios telegrammas que tratem de assumptos officios de suas attribuições legaes.

Os telegrammas expedidos em contrario não serão respondidos sem indemnizadão. (Circular n. 3, de 24 de janeiro de 1895.)

Art. 183. Só devem ser expedidos telegrammas por motivos urgentes, empregando-se nella apenas o numero de palavras indispensável á boa intelligencia do assumpto.

Os Succiosarios que transgredirem essa disposição serão responsaveis pelo custo dos telegrammas ou palavras inúteis.

Quanto aos telegrammas de interesse particular só serão respondidos quando trouxerem resposta paga. (Circular n. 4, de 23 de junho de 1897.)

CAPITULO V

DA CHANCELLARIA E SUPLENTE: CONSULAR

Art. 186. A secretaria consular deverá estar no sítio mais central e mais commodo para os legoalantes e frezencia maritima, e achar-se aberta em todos os dias uteis, sem que todavia, delae o Consul de Noite, em qualquer hora do dia, o que exigirem os interesses de seus compatriotas. (Regulamento consular, art. 200.)

Art. 187. Havrá na secretaria consular em logar seguro, uma caixa destinada á recepção dos papas, que o Consul legatário, se mais tardar, dentro de 24 horas, depois que lla for requerida, si o dia seguinte não for feriado. (Regulamento consular, art. 201.)

Art. 194. Os Consules que exercerem qualquer governo de Indias terão sempre a escripturação e ella relativa, distincta e separada, e lla de sala de archivo, de maneira que nunca se possa confundir a ditta com aquella. (Regulamento consular, art. 202.)

Art. 199. Devem ter, pelo menos, duas sellos, um para o laço, e outro directamente para o papel.

Para esses sellos servirá de symbolo a esphera calçada que se debenha no centro da bandeira nacional, tendo em volta as palavras « Republica dos Estados Unidos do Brazil », acrescentando-se (sempre em portuguez) as palavras « Consulado Geral, Consulado ou Vice-consulado em... », (o nome do paiz) na parte inferior, de modo que se destaquem dos outros, mas completando o circulo.

Estes sellos serão circulares e terão tres centímetros de diâmetro. (Regulamento consular, art. 203, decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 e circular de 24 de dezembro de 1889.)

Art. 200. Os sellos de que trata o artigo antecedente serão cuidadosamente guardados, de maneira que só os consules ou seu chancelier, os vice-consules e agentes consulares possam servir-se delles. (Regulamento consular, art. 204.)

Art. 201. Além dos objectos mencionados e de outros que formem o archivo, haverá os moveis e utensils necessarios ao prompto expediente consular. (Regulamento consular, art. 205.)

Art. 202. Os livros que os consules devem ter são os designados na relação annexa a esta Consolidação. (Regulamento consular, art. 206.)

Art. 203. Os consules só expedirão os papéis e documentos que lhes tiverem sido requeridos em nome, ou de ordem superior, exigidos ou determinados por lei. (Regulamento consular, art. 211.)

Art. 204. Darão certidões dos documentos e dos termos que fôrrem, quando fôrrem requeridos pelos interessados. (Regulamento consular, art. 220.)

Art. 205. Só são valiosas as actas praticadas pelos consules nos limites de seus districtos ou residência e revestidas de todas as formalidades legais. (Regulamento consular, art. 215.)

Art. 206. Em tais actas deverão ser declarados os nomes, estado, profissão, noção e domicilio das pessoas que fôrrem nelles mencionadas; bem como a hora, dia, mez, anno e lugar em que tais actas fôrrem feitas.

As datas e asperianças devem ser escriptas por extenso. (Regulamento consular, arts. 216 e 217.)

Art. 217. Todos os actos que os Consules fizerem sendo redigidos e lidos em presenca de duas testemunhas, varões maiores de 21 annos, e assignados por elles, como pelos interessados. (Regulamento consular, art. 218.)

Art. 218. O auto authentico e original constitue prova plena e inteira, e sua copia ou publico-firma, sem citacao da parte interessada, prova semi-plena, ainda que no Consulado seja feita, e ad terri igual valor si o consul declarar que o original fôr depositado em seu archivo. (Regulamento consular, art. 219.)

Art. 219. Perdido o primeiro auto, póda ser dado outro, conquanto que a perda seja verificada, em falta de outras provas, por declaracao, ou pelo testemunho de pessoas fide dignas, declarando-se nelle ser segundo, e por motivo de perda justificada. (Regulamento consular, art. 220.)

Art. 220. As copias devem ser feitas em sua integridade, não por extractos.

Os consules terão todo o cuidado em não dar copias sem se conferir attentamente com os originaes. (Regulamento consular, art. 221.)

Art. 221. Si um documento se compuzer de muitas folhas, devem ser estas unidas por um fio ou fita, cujas extremidades serão lacradas e selladas com o sello do Consulado. (Regulamento consular, art. 222.)

Art. 222. Todo o documento destinado a ser produzido em juizo, ou exhibido para qualquer fim legal, deve ser necessariamente assignado pelo consul, e sellado com o sello do Consulado, sem o que não fará fé. (Regulamento Consular, art. 223.)

Art. 223. Em nenhum caso, e sob nenhum pretexto, os Consules confierão os papeis pertencentes aos archivos consulares a quequer pessoas ou autoridades estrangeiras. (Regulamento consular, art. 224.)

Art. 224. Quando um commandante de navio ou outra pessoa, brasileiro ou estrangeiro, recusar receber papeis determinadas por lei, os consules, depois de se advertirem das penas em que por sua recusa incorrerem, lhes entregarão simenle os que elles quizerem receber e

imediatamente communicar esta infracção ás autoridades competentes pelo meio mais rapido. (Regulamento consular, art. 212.)

Art. 213. Os modelos ns. 30 a 33, que acompanham esta Consolidação, devem servir de regra em geral aos consules, que os adoptarem quanto for possível aos casos respectivos; e ainda, são autorizados para fazer mudanças, quando o acto reclamar, por sua natureza, declarações ou formalidades não especificadas no modelo. (Regulamento consular, art. 214.)

Art. 214. No intuito de uniformisar o serviço das chancellarias consulares, nelleas só constituirão a master-se aquellas praxes que forem claramente autorizadas por disposições legais, cumprindo nos empregos consulares em casos de duvida consultar o Ministerio das Relações Exteriores afim de serem resolvidos por meio do circular. (Circular n. 5, de 1 de setembro de 1898.)

TITULO II

DA RECEITA E DESPESA

CAPITULO I

DOS EMOLUMENTOS CONSULARES E SUA ESCRITURAÇÃO

Art. 217. A cobrança dos emolumentos nos Consulados Brasileiros é regulada pela tabela annexa a esta Consolidação. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 1.º.)

Art. 218. Een cobrança nos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal e nos não remunerados, que o Governo determinar, será feita por meio de estampilhas. Nos outros será realizada por vales e escripturas para conhecimento do Governo. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 2.º.)

Art. 219. Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 37 dinheiros esterlinos por 50 brazileiros, em moeda inglesa ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou, na falta desta, pela mais fidéigna, estabelecida no primeiro dia útil de cada mez, na propria praça ou na mais proxima com que aquella tiver transações.

Deste extracto será enviado trimestralmente um documento synoptico á Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 3^o.)

Art. 210. Em todas as Chancellarias consulares e vice-consulares, estarão sempre expostos um exemplar da tabela dos emolumentos e custo das instruções para a sua cobrança, em portuguez e na lingua do país, de modo que possam ser consultados pelos interessados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 4^o, annexo B.)

Art. 221. Haverá em todos os Consulados e Vice-consulados, sem excepção, um livro (modelo n. 3), destinado á scripturação dos emolumentos cobrados e das despesas que concernem por conta do cobrados mesmos Consulados e Vice-consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 15.)

Art. 222. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo consel do districto, que lavrará tambem os termos de abertura e encerramento, e delle extrahirá o fannctionario consular trimestralmente, um mappa da receita e da despesa (modelo n. 6). (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 16.)

Art. 223. Os mappas dos Vice-consulados será remettido em duplicata ao respectivo consel nas 10 primeiros dias depois de findo o trimestre de que elle tratar : e o dos Consulados, á Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via, dentro do primeiro mez.

Este ultimo será acompanhado de um exemplar dos primitivos, dos quaes só mencionará a somma da receita e da despesa. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 17.)

Art. 224. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-consulados delle dependentes, o Consel remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do trimestre, acompanhada de outra sua, em additamento á primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e da despesa já operadas. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 18.)

Art. 225. Esses mappas deverão ser resumidos, os tendo a somma das folhas da mesma natureza, bem como a dos respectivos emolumenta-

tos, durante cada mez. Serão, porém, acompanhados de relações das navios despachados com a declaração das respectivas toneladas e do primeiro porte de partido, o numero de manifestos apresentados por cada um e a especificação dos portos, bem como os quantos colrados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, art. 13, e circular n. 4, de 14 de março de 1893.)

Art. 226. Nos 10 primeiros dias de cada trimestre, todos os consules, inclusive os não remunerados pelo Thesouro Federal, remetterão á Delegacia do mesmo Thesouro em Londres o saldo da renda dos emolumentos na sede do Consulado, no trimestre anterior. No mesmo prazo os vice-consules remetterão aos respectivos consules os saldos dos emolumentos por elles colrados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, arts. 26 e 27.)

Art. 227. Estes ultimos saldos serão remittidos pelos consules á referida Delegacia no principio do trimestre seguinte, conjuntamente com o seu do ultimo trimestre. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, art. 28.)

Art. 228. Os lucros e perdas na remessa dos saldos dos emolumentos para a supradita Delegacia serão escripturados na receita ou despesa dos Consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, art. 29.)

Art. 229. Os funcionarios consulares que nultiverem em seu poder os saldos trimestraes dos emolumentos além do prazo de 10 dias fixado pelo art. 226 desta Consolidação terão de pagar o juro annual de 8%, sobre a importancia dos referidos saldos desde o 11º dia de cada mez até o da remessa, exclusive, de conformidade com o art. 43 da lei n. 514, de 28 de outubro de 1848. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, art. 30.)

Art. 230. Compellido ao delegado do Thesouro Federal em Londres a cobrança dos juros de que trata o artigo antecedente, devem os consules, ou seus substitutos, communicar-lhe sempre, quando lles fluarem as remessas dos saldos dos Vice-consulados, os dados em que os respectivos vice-consules os emitiram, e aquellos em que foram elles recebidos nos Consulados. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1893, art. 31.)

Art. 231. Os funcionarios consulares são depositarios das quantias que arrecadarem e como tales unicas responsáveis por ellas. Si os recu-

terem em estabelecimentos bancários, a Fazenda Nacional em caso algum figurará como credora de tais estabelecimentos. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 32.)

Art. 312. Os consules e vice-consules só receberão dos emolumentos além do metade dos mesmos, quando a lei tiverem desta, os quantos previamente determinados pelo Ministério das Relações Exteriores, devendo os pedidos de pagamento de qualquer despesa ser feitos directamente, e os quantos reclamados, em moeda inglesa. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 31 e circular n. 7, de 25 de setembro de 1904.)

Art. 313. Serão documentadas todas as despesas dos Consulados e Vice-Consulados que excederem as quantias fixadas para o expediente e resto dos mesmos. Essas quantias serão fixadas à vista de propostas dos consules. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 31.)

Art. 314. Os pagamentos realizados pelos consules e vice-consules por conta dos emolumentos, não devem ser relativos a despesas feitas em prazos que excedam o anno em que estas forem cobradas.

Não poderão, portanto, os ditos funcionarios despendar com o expediente de cada anno quantia superior á metade dos emolumentos nelle arrecadados, a toda lenda dilata, si os respectivos Consulados e Vice-Consulados no mesmo prazo não tiverem renda alguma. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 31.)

Art. 315. Antes de findo o primeiro trimestre de cada anno, os consules remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido da receita e despesa do seu Consulado e dos Vice-Consulados delle dependentes durante o anno anterior. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 31.)

Art. 316. Os mappaes relativos aos emolumentos devem ter 32 centímetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 35.)

Art. 317. É prohibido aos consules ou vice-consules encarregados de Consulados deduzirem das saldas dos emolumentos a importância dos seus vencimentos ou qualquer outra que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres esteja autorizada a pagar-lhes. (Decreto n. 2457, de 21 de março de 1908, art. 33.)

Art. 238. Os consules e vice-consules que não prestarem contas dos emolumentos nos prazos determinados incorrerão em falta considerada grave. (Decreto n. 2487, de 31 de março de 1898, art. 20.)

Art. 239. Tendo os agentes consulares no processo de arrecadação dos bens de brasileiros fallecidos as obrigações de curadores de heranças e bens de ausentes, os porcentagens estabelecidas no decreto n. 2433, de 13 de junho de 1898, que competem ao mesmos curadores, cabem igualmente ao consules brasileiros, quando exercerem funções identicas, e serão escripturados como renda dos Consulados, sem prejuizo dos emolumentos devidos pelos diversos actos ligados ao tabella de emolumentos consulares.

Essas funções poderão ser exercidas de conformidade com as disposições da 2ª parte do art. 1º do regulamento annexo ao decreto n. 805, de 3 de novembro de 1891, das quaes gozem os paizes que, em virtude de accordo, accitam a reciprocidade quanto aos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 9º e 11 sobre successões. (Decreto n. 2286, de 22 de maio de 1896.)

Art. 240. Os consules poderão sacar sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, independente de ordem do Ministerio das Relações Exteriores, a importancia de socorros a brasileiros desvalidos e naufragados em peizes estrangeiros, telegrammas e outras despezas eventuaes, remettendo, porém, áquelle repartição os documentos comprobatorios da despesa e fornecendo a esta todas as informações indispensaveis para a sua approvação.

Não deverão mais retirar provisoriamente dos emolumentos as quantias necessarias para os retridos fins. (Circular n. 3, de 10 de junho de 1898.)

CAPITULO II

DAS ESTAMPILLAS CONSULARES E SUA INSCRIPTURAÇÃO

Art. 241. As estampillas serão coladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e inutilizadas com o dote e a assignatura do

funcionario consular, postas no fim do acto que elle praticar, ou com o carimbo do Consulado.

Quando aos conhecimentos de cargo, p. exm, as estampilhas deverão ser coladas por justo no fim de uma declaração de nome do delicto, que o dito funcionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita preta com o sello de lacro do Consulado ou Vice-Consulado. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 3^a.)

Art. 241. Os consules e vice-consules mencionados em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz.

Tem estabelecida a seguinte formula: Recbi... P. (só a rubrica). (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 6^a.)

Art. 242. Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente, será feita declaração expressa e justificada dessa circumstancia, a qual os hontará de estampilhas.

Se o funcionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnizar o prejuizo. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 7^a.)

Art. 244. A formula do sello de verbo continuará a ser a seguinte que poderá ser gravada em carimbo :

N. . . .

Po. . . .

Pg. . . réis de emolumentos.

Consulado. . do Brazil em. . de. . de 88. .

P.

Consul.

(Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 9^a.)

Art. 245. As estampilhas terão o valor que o Governo julgar conveniente e serão fornecidas pela Secretaria do Estado das Relações Exteriores, mediante requisição dos consules (modelo n. 7), os quaes enviarão recibos logo que as receberem. Esses documentos devem ser encaminhados á 4^a secção de dita secretaria por meio de offatos repodiaes. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 9^a.)

Art. 245. A distribuição das estampilhas aos Vice-consulados será feita pelos consules, mediante o mesmo processo (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 10.)

Art. 247. Nos consulados e vice-consulados em que se deve fazer uso de estampilhas não é permitida a cobrança de emolumentos por verbos. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 11.)

Art. 248. Não é lícito aos Consules e Vice-Consules emprestarem estampilhas uns aos outros e por isso cumprem-lhes scõficar-se sempre com a devida autendência, de modo que nunca falkem nas respectivas chancelarias. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 12.)

Art. 249. Haverei em todos os Consulados que tiverem estampilhas um livro destinado à escripturação de sua entrada e sahida, com especificação das utilizadas pelos ditos Consulados e das por elles fornecidas aos Vice-consulados (modelo n. 8). Estes terão também livro identico para o mesmo fim. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 13.)

Art. 250. Nos primeiros 10 dias de cada trimestre os consules remetterão à Secretaria das Relações Exteriores, com officio especial, um mappa resumido do movimento das estampilhas no trimestre anterior e do respectivo saldo com a especificação do numero de cada valor. (Modelo n. 9.) Igual procedimento terão os vice-consules para com os consules, enviando, porém, duplicata desse mappa para ser transmittido à respectiva Secretaria nos primeiros 10 dias do trimestre seguinte. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 14.)

Art. 251. Os consules e vice-consules, que não prestarem contas das estampilhas nos prazos determinados, incorrerão em falta grave. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 20.)

Art. 252. Antes do findo o primeiro trimestre de cada anno os consules remetterão à Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido do movimento das estampilhas do seu Consulado e dos Vice-consulados dells dependentes durante o anno anterior. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 24.)

Art. 253. Os mappas relativos às estampilhas devem ter 28 centimetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2487, de 21 de março de 1898, art. 15.)

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA TABELA DE EMOLUMENTOS

Art. 254. Os navios deverão trazer todos manifestos quanto forem os portos de destino e pagarão pelo que tiver de ser apresentado no primeiro porto a respectiva taxa completa, e por cada um dos outros metade. Pelos manifestos supplementares será cobrado igualmente metade da taxa. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2332, de 14 de março de 1893, art. 1.^o e circular n. 4, de 14 de março de 1899.)

Art. 255. A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brazil deverá legalisar os manifestos em cada um desses portos. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2332, de 14 de março de 1893, art. 2.^o.)

Art. 256. A base para cobrança da legalização de manifesto é a tonelagem total da arqueação do navio. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2332, de 14 de março de 1893, art. 3.^o.)

Art. 257. Tratando-se de vapores, a tonelagem total deve ser entendida como a líquida e não a bruta. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2332, de 14 de março de 1893, art. 4.^o.)

Art. 258. A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaportes ou documento equivalente, referida á tonelada brasileira de 2,23 metros cúbicos nos termos do art. 178 da *Consolidação das Leis dos Alfândegas e Minas do Brazil*. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2332, de 14 de março de 1893, art. 5.^o.)

Art. 259. Pela legalização dos manifestos de um navio estrangeiro não se deverá repetir integralmente os emolumentos da tabela respectiva tantas vezes quantas forem os portos em que carregarem; devem se receber os emolumentos por inteiro só no primeiro porto do despacho e metade nos outros, sejam ou não do mesmo districto consular. Para

esse fim o carregado consular do primeiro porto dará gratuitamente ao comandante do navio um certificado dos emolumentos allí pagos. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 6º.)

Art. 250. Os certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercaderia ou objecto algum, ou si houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercaderias descarregadas, devem pagar cada um a taxa de 4\$ em todos os portos, como certificado para servir em qualquer estajo. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 7º e circular n. 4, de 14 de março de 1892.)

Art. 251. Os navios que só conduzem passageiros e suas bagagens e os que só os tomam nos portos intermediarios, além do canal, terão de pagar apenas a taxa desses certificados, isto é, 4\$ por cada um. (Instruções para a execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 8º.)

Art. 252. Os conhecimentos de mercadorias em trânsito para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 9º.)

Art. 253. Os navios pagam a taxa de 12\$ tantas vezes quantos forem os certificados de lastre de que necessitarem. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 10º.)

Art. 254. Os emolumentos pelos visdos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou armadores pela serie de conhecimentos emitida no momento, cobrando-se as estampilhas na declaração consular que os acompanha. (Instruções para execução da tabela de emolumentos approvada pelo decreto n. 2522, de 14 de março de 1892, art. 11º.)

Art. 255. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pelo conhecimento de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Go-

verso Britânico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos Consulados em casos analogos. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2532, de 14 de março de 1893, art. 12.)

Art. 265. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes consulares, funcionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brasileiros e imigrantes são isentos de emolumentos, e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os visos laçados em documentos de imigrantes e os documentos que os marinheiros, moços, e queesquer outros desvalidos pedirem aos empregados consulares. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2532, de 14 de março de 1893, art. 12, e regulamento consular, art. 37.)

Art. 267. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos Consulados, deverão ser cobrados os emolumentos determinadus para o registro de qualquer documento (1^o por pagina de parte da pagina) e reconhecimento das firmas (10^o pelo de cada uma.) (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2532, de 14 de março de 1893, art. 14.)

Art. 268. Pelas que foram passadas nos livros dos Consulados de accordo com a circular da 3^a Secção do Ministerio das Relações Exteriores, n. 11, de 12 de maio de 1893, os consules cobrarão 100^o por traslado, devidamente legalizado e escripto em meia folha de papel, cujas dimensões não excedam de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2532, de 14 de março de 1893, art. 14.)

Art. 269. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um delles pagará o emolumento de 10^o. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e co-herdeiros para o inventario e herança common, universalidade, colégio, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica ou artistica, que pagará como um só outorgante. (Instruções para execução da tabella de emolumentos approvada pelo decreto n. 2532, de 14 de março de 1893, art. 15.)

Art. 270. Quando no primeiro porto de despacho e segredos o navio não tiver legalizado manifestos de carga, mas simplesmente os certificados de que trata o art. 260, 261 e 262 desta Consolidação, deverá pagar no primeiro porto onde legalizar os ditos manifestos o taxa integral fixada para o primeiro porto de despacho. Igual pagamento deverá effectuar quando não trazer certificado de exportação alguma dos portos anteriores.

As agências consular desse porto caberá ainda a obrigação de dar gratuitamente ao commandante do navio o certificado dos emolumentos allí pagos, de que trata o art. 258. Esse certificado em todos os casos deverá declarar para quantos portos leva o navio manifesto de carga e para quantos simples certificado. (Circular n. 3, de 6 de julho de 1888.)

Art. 271. Ficam reduzidos de 50 % as taxas dos emolumentos consulares para os vapores das companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União. Esta redução será applicada sómente as taxas de emolumentos que devam ser pagas pelas referidas companhias por quaisquer actos ou documentos consulares relativos aos seus vapores. (Circular n. 1, de 7 de janeiro de 1889.)

Art. 272. Será gratuita nos consulados a celebração do casamento civil, de accordo com o art. 73 da Constituição da Republica; mas quaisquer actos de registro, certidão ou busca a elle relativos estão sujeitos as taxas da mesma tabela, bem como os referentes aos nascimentos e óbitos. (Circular n. 1, de 23 de abril de 1888.)

TITULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREHEIROS CONSULARES EM RELACÃO AO COMMERÇO E À NAVEGAÇÃO

CAPITULO I

DAS ATRIBUIÇÕES CIRCUNDAIAS, CONTRACTOS, ESCRITURAS E PROTESTO DE LETRAS

Art. 273. Os Consules deverão prestar ao Governo em relatorios annuos e trimestraes, acompanhados de precise mappa, informações relativas aos assumptos de sua competencia.

Esses relatórios devem ser concisos e claros, e fundar-se em dados colhidos em documentos officiaes e em qualquer outro fonte digno de confiança, complementados nestes dados os elementos que resultem da propria observação e registro dos Consolados; cumprido em todo o caso declarar a origem de uns e outros dados e o gráo de exactidão que possam offerecer. (Regulamento consular, art. 80.)

Art. 274. Os relatórios trimestraes apresentarão uma apreciação geral das operações commerciaes, e outra especial das que respeitam ao Brazil; acompanhada esta de observações sobre os preços correntes dos generos brasileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas de decaimento, fretes, seguros, comissões e offeitos ordinarios da concorrência dos productos similares aos nossos, devendo servir de modelos para os respectivos mapas os que acompanham esta Consolidação sob ns. 10 a 14. (Regulamento consular, art. 81.)

Art. 275. Os relatórios annuaes serão a synthese dos trimestraes, comprehendendo, sempre que for possível, uma comparação dos seus resultados com os dos tres annos anteriores mais proximos; e além disso informação circumstanciada sobre quasi os ramos da produção brasileira que mais sahida tiveram no anno anterior; qual a competencia em que se acham com as produções da mesma especie, mas de origem differente; quasi os meios que devem ser empregados para que se avantejem na competencia; quasi os artigos novos de commercio que, segundo sua opinião, podem ter consumo alli; e, finalmente, quasi as machinas de nova invenção e melhoramentos do processo industria; adoptados nos outros paizes, que convem se applicuem na Republica; declarando neste caso seu custo e meios de aquisição. E para os mapas, que se devem acompanhar serviro de modelo os annexos a esta Consolidação sob ns. 14 a 17. (Regulamento consular, art. 82.)

Art. 276. As observações concernentes ás tarifas de direitos de importação e exportação e aos trabalhos de commercio, navegação e correspondencia postal farão objecto de offeitos ou relatórios especiaes, sempre que sua exposição exija maior desenvolvimento. (Regulamento consular, art. 83.)

Art. 277. As tarifas e suas necessárias alterações, na parte que interessar ao commercio do Brazil, devem ser analysadas, comparando-se as ditas antigas com as modernas, e mostrando-se a influencia que possa exercer sobre os productos brasileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou produção de outros paizes; não devendo neste ponto os Consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, mas compellido-lhes procurar preveni-los, tendo em attenção os trabalhos praticados, as modificações da imprensa e as declarações officiaes que de ordinario procedem a tais medidas. (Regulamento consular, art. 84.)

Art. 278. Os tratados de commercio e navegação e as convenções postaes serão apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que delhi possam provir á Republica. (Regulamento consular, art. 85.)

Art. 279. Nos mappaes sobre preço corrente e quantidade de generos importados e exportados cujos modelos tem os ns. 11, 12, 16 e 17, deverá ser observada a ordem alphetica. (Circular n. 3, de 11 de abril de 1893.)

Art. 280. Os relatorios annuos serão organizados dentro do anno civil, que se conta de janeiro a dezembro, e os documentos que a elles vierem annexos serão traducidos.

Esses relatorios terão numeração especial e sua remessa deverá ser feita até mais do anno seguinte á Secretaria de Estado, sendo antes, os trimestres o mais brevemente possível e nunca depois do seguinte mez do trimestre immediato. (Regulamento consular, art. 86 e circular n. 6, de 24 de abril de 1893.)

Art. 281. Os empregados consulares deverão, quando forem requeridos :

§ 1.º Dar certificados da origem das mercadorias. (Modelo n. 13.)

§ 2.º Passar certificados do preço dos generos e mercadorias vendidas em leilão. (Modelo n. 19.)

§ 3.º Nomear leilaoes, presidir ao exame de todos os moveis ou immoveis pertencentes a nacionaes, si as leis do paiz o permitirem. (Modelos ns. 20 e 21.)

§ 4.º Fazer o protesto de letras de cambio, redigir escripturas do contracto de juros. (Modelos ns. 22 e 23.)

§ 5.º Redigir contractos de fidejussão. (Modelo n. 24.)

§ 6.º Fazer escripturas de formação, dissolução ou prorrogação da sociedades. (Modelo n. 25.)

§ 7.º Passar escripturas de hypotheca. (Modelo n. 26.)

§ 8.º Legalizar toda a transacção commercial destinada a fazer fe em juizo.

§ 9.º Regular os annuos quando os únicos interessados nellas forem brasileiros e for reclamado seu serviço. (Regulamento consular, art. 16.)

Art. 162. Cumpre aos consules prestar a mais séria attenção ás leis e regulamentos concernentes á emigração e aos meios que mais convemto empregar da parte do Governo para favorecer a se interesse da Republica; dando de tudo conta circunstanciada ao Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas. (Regulamento consular, art. 37.)

Art. 163. Cumpre igualmente aos consules informar ao mesmo Ministerio sobre o movimento da emigração e immigração nos respectivos districtos, declarando : o numero de emigrantes, para onde se dirigem e de onde procedem; em que portos embarcaram; quanto custa o transporte até esses portos e a.é o seu destino definitivo; em que condições pecuñarias emigram; porque preferem tal paiz a tal outro; quais os profissões, religião, costumes e moralidade da gente propensa á emigração, como são recebidos e auxiliados nos portos a que se destinam. (Regulamento consular, art. 38.)

CAPITULO II

DAS EXIBIÇÕES, SEU DESPACHO, LEGALIZAÇÃO DE NINHETOS, CONHECIMENTOS E FACTURAS DE MERCADORIAS, CARTAS DE SAUDE E MATRICULA DE EQUIPAGEM.

Art. 164. Os consules participando o estabelecimento ou supressão dos pharos, balizas e boias, e de todas as mudanças mais notaveis que occorrerem nos bancos e correntes do seu districto; assim como

remetendo mappa, plansa, ortosa e outros documentos hydrographicos, que se publicarem a este respeito. (Regulamento consular, art. 97.)

Art. 285. O mais tardar, 24 horas depois de fundada qualquer embarcação brasileira em um dos portos do seu Consulado, o capitão ou mestre entregará aos consules um relatório ou declaração do lugar e tempo da sua saída, do leitão e carga do navio, da derrota e dia de viagem, das doenças, accidentes, excozias, perigos e mais circumstancias que occorrerem, o manifeste da carga ou copia juramentada delle, o passaporte do navio e a matricula da equipagem, que se conservarão no Consulado até a sua saída; e quando pareça aos consules conveniente, para verificar a declaração dada, ou para examinar toes documentos, por qualquer motivo que se offereça, poderão exigir a provisão de arcação, o livro dos ajustes, certificado de matricula, o contracto de fretamento e quaesquer outros documentos, até os mesmos passaportes dos passageiros.

A disposição deste artigo terá lugar quando a embarcação se dirijir áquelle porto, ou lá a elle ter por escala ou por chegada.

O capitão que faltar a este dever, depois de ter legalmente intimado, incorrerá na pena de 100\$ para o socorro dos desvalidos nacionaes, e si negar-se ao pagamento desta multa, os consules o declararão ao effeito do passaporte especial de viagem, para que a autoridade a quem for apresentada na sua volta á Republica logo satisfazer, sob sua responsabilidade, o duplo da multa arbitrada, em castigo da contumacia do capitão; ficando n'este o recurso para o Ministro das Relações Exteriores, executada a condemnação. (Esta disposição está dependendo da approvação do Congresso Nacional.) (Regulamento consular, art. 98.)

Art. 286. A falta de satisfação da multa não impede a saída da embarcação, nem autorisa demora aos papéis para esse fim precisos, e que devem ser dados pelos consules.

Aos consules fica o recurso de submeterem ao conhecimento do Governo os motivos da queixa que possam ter contra o capitão, sobrecarga ou quaesquer outras pessoas por quem a mesma embarcação responder. (Regulamento consular, art. 99.)

Art. 237. Os consules prestarão todo o auxilio para que os capitães das embarcações brasileiras produzam, aquelles preços de suas tripulações que por algum motivo ou accidentes lhes faltarem e farão na maioridade as observações neccessarias. (Regulamento consular, art. 230.)

Art. 238. O capitão de qualquer embarcação que estiver de partida, tendo com anticipação participado aos consules o dia em que pretende effectual-a, o porto a que se destina, e aquella ou aquellas por onde intenta fazer escala, comparecerá no Consulado na véspera da partida e apresentará os despachos da Alfandega e os conhecimentos numerados progressivamente, o manifesto da carga, na forma das leis commerciaes e da Alfandega, e os passeportes dos passageiros. (Regulamento consular, art. 104.)

Art. 239. Os consules examinarão si a embarcação está desembarcado pelas autoridades do porto para sahir do porto; e das faltas que encontrarem advertirão o capitão. (Regulamento consular, art. 12.)

Art. 240. Os consules verificarão pela matricula da equipagem si a embarcação leva as mesmas peças comprehendidas nella, e si com sua autoridade, ou sem ella, tiverem desembarcado algumas, ou desembarcado diversas, declararão essas e outras alterações na mesma matricula. (Regulamento consular, art. 134.)

Art. 241. Tendo feito o capitão assignar o termo de declaração pelo qual affirmo que não tem conhecimento de que esteja a bordo do seu navio outra carga, que não seja a declarada no seu manifesto que apresenta, o consuli legalizará o mesmo manifesto, que levará com direcção ao Inspector da Alfandega, entregando-o ao capitão, assim como o passeporte e os mais documentos respectivos por elle, consuli, visados. Do mesmo modo procederá quando o navio sahir em lastro.

O manifesto será acompanhado do officio do control ao Inspector da Alfandega do porto para onde se dirige o navio, declarando-lhe o nome desta e do capitão, o porto do qual sahir assim como numero de conhecimentos de carga.

Si houver o menor suspecto de fraude, a communicará de officio ao mesmo Inspector, transmittindo todas as esclarecimentos que

poderem aclarar a verdade. (Regulamento consular, art. 101. Modelos ns. 22 e 14.)

Art. 202. Os manifestos devem ser feitos na forma prescripta na *Novo Caudatário das Leis das Alfândegas e Moedas de Rendas da República*. (Regulamento consular, art. 106.)

Art. 203. Os consules desempenharão todo o zelo na verificação dos manifestos e facturas, documentos estes que devem ser organizados segundo os preceitos legais e cujo forma na legislação fiscal se acha claramente definido. (Circular n. 12, de 12 de setembro de 1886.)

Art. 204. Prestarão igualmente toda a atenção na legislação dos conhecimentos, prestando quanto for possível no que lhes disser respeito a reprodução de emendas, resumos e declarações contraditórias nas diversas vias dos mesmos conhecimentos. (Circular n. 1, de 3 de março de 1886.)

Art. 205. Quando legalizarem manifestos relativos á remessa de artigos de arca, munições e espingardas para qualquer dos Estados da União, darão a esse respeito aviso em tempo aos respectivos Governos, indicando-lhes os nomes dos carregadores e recebedores, as marcos, os números e as marcações. (Circular n. 15, de 20 de novembro de 1894.)

Art. 206. Exercerão igualmente a maior vigilância e comunicação immediatamente ao Ministerio da Fazenda todo e qualquer embarque, tanto para esta Republica como para os países limitrophos, de armamento, artigos bellicos e dynamite, enviando-lhes posteriormente participação circumstanciada. (Circular n. 7, de 13 de outubro de 1887.)

Art. 207. Além de evitar que cheguem tardamente aos portos de destino as communicações de remessa de armas e munições de guerra, deverão essas communicações ser enviadas directamente ás autoridades fiscaes, podendo o Ministerio da Fazenda ter conhecimento delleas por meio de avisos. (Circular n. 4, de 11 de novembro de 1888.)

Art. 208. Não deverão ser legalizados os manifestos organizados por diversos collaboradores nem os escriptos com tinta rosa ou violeta (Circular n. 3, de 6 de setembro de 1883, e despacho ao Consulado em Bordos, de 7 de março de 1884, 3.ª Secção.)

Art. 299. É exigível a legalização dos manifestos, seja qual for o importante do commercio a que se referem. (Despacho do Consulado Geral em Copenhague, de 18 de setembro de 1893, 3.^a Seção.)

Art. 300. Os consules dão declaração no manifesto dos paqueiros nelle contida, cuja entrada seja prohibida no Brazil e bem assim de que esclarecerem o capitão a tal respeito. (Regulamento consular, art. 108.)

Art. 301. As agencias das companhias, principalmente das que gozam no Brazil de privilegios de paquetes e toem dasas linhas de cabida para os seus vapores, deverão dar rigoroso cumprimento ás disposições dos arts. 341, 342, 347 e 356 da Consolidação dos Leis das Alfandegas. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 302. Quando aos portos de procedencia e sãde das companhias de paquetes ou embarcações de linhas regulares e de portos fixos, não tem applicação o art. 341 da Consolidação. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 303. Os conhecimentos de embarque feitos á ultima hora, lidos aos consulados, serão acompanhados de manifesto supplementar distincto do primeiro com todos os prediccões do art. 342 da Consolidação, salvo a unica excepção do § 1.^o do art. 344, cobrando-se os respectivos emolumentos. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 304. É livre ao Governo retirar o privilegio de paquete de embarcações de linhas regulares, desde que as suas directrizes e agencie não obstruem falmante os portos fixos do Brazil e não obtem as exigencias legais dos consulados sobre esse serviço. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 305. Os consulados communicarão ao Ministerio da Fazenda as transgressões praticadas pelas companhias, bem como que, em officio reservado, avisarem aos inspectores das Alfandegas dos carregamentos de ultima hora. (Circular n. 4, de 11 de outubro de 1897.)

Art. 306. Os manifestos de mercadorias destinadas a Porto Alegre com habitação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevideo não deverão vir com additamento aos manifestos levantados em portos estrangeiros, visto resultar dessa pratica grave prejuizo para os rendos

públicas e sim serem levantados manifestos em separado em observância ao disposto nos arts. 312, 313, 315, 337 e 338 da Nova Consolidação das Leis dos Alfândegas e Alfândegas de Marinha. (Circular n. 1, de 8 de fevereiro de 1888.)

Art. 307. Quando os manifestos, assim legalizados pelos Consules, continham irregularidades ou defeitos que elles deveriam impedir ou corrigir antes da legalização, os Consules são os únicos responsáveis pelas multas ou penas que por semelhantes omissões puderem ser impostas aos navios ou as cargas. (Regulamento consular, art. 305.)

Art. 308. Os capitães dos navios estrangeiros que carregarem gêneros para os portos do Brazil são obrigados igualmente a apresentar aos Consules o manifesto para o legalisar, como está prescripto nos arts. 332 e 307; e o matricula da tripulação e carta de sado. (Regulamento consular, art. 307.)

Art. 309. Os Consules poderão occorria, em vez do original da matricula dos navios estrangeiros, a copia autentica expedida pela respectiva Legação ou Consulado. (Circular n. 1, de 27 de fevereiro de 1888.)

Art. 310. Os Consules esboçando polcia o bordo dos navios mercantes, já deliberando como nos casos dos arts. 313 e 333 e 335, e já dando outras providencias em regulamentos apropriados nos portos de seus districtos, os quaes serão, antes de esboçados, sujeitos á approvação do Governo. (Regulamento consular, art. 114.)

Art. 311. Entrando algum vaso de guerra da Republica ao porto de sua residencia, ou em qualquer outro do seu districto, os Consules se offerecendo ao commandante para lhe fornecer os providimentos de que possa necessitar, e procurarão prestar-lhe todos os serviços que couberem nas suas forças, afim de promover e facilitar o bom exito da expedicção. (Regulamento consular, art. 113.)

Art. 312. Si o commandante de um vaso de guerra for por qualquer accidente obrigado a cortar as amarras ou a deixar em terra algunos munhões, os effeitos das embarcações do seu commando, os empregados consulares cuidando logo em fazer recoger os ferros, arrecadações as referidas munhões e effeitos, e remettendo pela primeira occasião opportuna esses artigos para o porto de armamento.

Acheado-se, porém, elles muito averiados e incapazes de conservação e uso, ou si se dispuser da remessa observar a importancia de seu valor, ficam os Consules autorizados para vendel-os, dando conta ao Governo. (Regulamento consular, art. 116.)

Art. 313. Si acontecer que uma embarcação, vindo com destino para algum porto do Brazil, largue em porto estrangeiro parte do carregamento comprehendido no seu manifesto, o Consul brasileiro legalizará as certidões das mercadorias descarregadas, com referencias ás declarações relativas dos manifestos em que elles estiverem incluídos. (Regulamento consular, art. 112.)

Art. 314. Os Consules informarão aos capitães e mestres de embarcações, que se destinarem ao Brazil, dos deveres que tocam de prever a sua chegada, e especialmente da entrega das cartas, e outras obrigações determinadas por lei. (Regulamento consular, art. 109.)

Art. 315. Os Consules dos portos em que tocarem por arribada as embarcações que de outros portos se dirigem ao Brazil examinarão si os papéis de bordo estão em conformidade com os artigos antecedentes: neste caso porão o visto sómente na carta de saúde, acrescentando nella a noticia do estado sanitario do porto e dos seus arredores, e nenhum outro emolumento perceberão. (Regulamento consular, art. 110.)

Art. 316. Pelos livros e documentos do art. 385 examinarão si faz parte do cargo algum artigo que não tenha pago os direitos a que estava sujeito.

E reconhecendo a existencia de contrabando, o communicarão ao Ministerio da Fazenda, especificando o nome, nacionalidade e classe da embarcação, sua lotação e equipagem; o dia, mez e anno em que sahio do Brazil, e o em que chegou ao porto de sua residencia, o nome do capitão ou mestre, e a carga que custodiava a embarcação, o porto de onde partiu e o seu destino, si d'elle tiver conhecimento. (Regulamento consular, art. 39.)

Art. 317. Requererão certidões das Alfandegas, para verificar e virem generos ou effeitos do artigo antecedente não mencionados no manifesto. (Regulamento consular, art. 90.)

Art. 318. A comunicação do art. 316 será sempre reservada, feita na forma do art. 169. (Regulamento consular, art. 91.)

Art. 319. Os empregados consulares fornecerão aos capitães brasileiros que pela primeira vez entrarem nos portos dos respectivos Consulados, ou que não tiverem pratica sufficiente do país, uma instrução ou nota impressa, em que os informarem de todos os regulamentos locais que lhes for necessário conhecer, especialmente de dos que respeitam a policia e a prohibição dos generos e effeitos de importação e exportação. (Regulamento consular, art. 92.)

Art. 320. No caso de bitarona ou estarem impedidos o consignatario, o sobrecargo e o capitão do navio, não haverem os donos ou o sobrecargo providenciado a respeito desta falta ou impedimento, os Consules, de accordo com quem ficar os seus do capitão, passarão a vender em leilão publico os artigos e effeitos perivida, e procurarão conservar os outros, sollicitando immediatamente as ordens dos ditos donos. (Regulamento consular, art. 94.)

Art. 321. Avisarão, quando der-se o caso, do sahida de corsarios, e da existencia de piratas nos mares adjacentes, assim como de preparativos nos portos de seu Consulado, que indiquem proxima guerra. (Regulamento consular, art. 95.)

Art. 322. Informarão, com a possível brevidade e exactidão, do estado da saúde publica no seu districto, e, havendo molestia contagiosa, dos regulamentos destinados a prevenir o contagio, ou obstar o seu progresso. (Regulamento consular, art. 96.)

Art. 323. Os consules não deverão dar carta de saúde antes do chegada de qualquer embarcação, ainda mesmo quando alleguem os agentes ou commandantes a carta demora no porto; limitar-se-hão a visar a carta de saúde do navio. (Circular n. 8, de 21 de julho de 1894. Modelo n. 35.)

CAPITULO III

DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM, COOPRA E VENDA DE EXTRANÇEIRAS

Art. 324. A mudança do capitão, ou commandante de qualquer embarcação, só pôde realisar-se exhibindo o consignatario que tem de

e fazer, os poderes que lhe forem conferidos pelo proprietário, no caso de ter este feito ajuste com o capitão para deixar o navio naquella porto; concordando na mudança o mesmo capitão e o consignatário, ou apresentando este poderes e justificados meios para tirar aquelle o commando do navio.

A' vista de todos documentos e circumstancias o consul reconhecerá si o que vai ser nomeado é cidadão brasileiro, e, verificando que seja, mandará levar em sua presença o termo de nomeação, e o mencionará no encadado do passaporte especial de viagem, e na matrícula da equipagem. (Regulamento consular, art. 129. Modelo n. 31.)

Art. 325. Terão tambem inspecção sobre a venda de qualquer embarcação brasileira, que haja de ter effeitos nos portos dos seus districtos. Nesse caso exigirão do capitão procuração bastante ou outro documento legitimo que o autorisa para effectuar a venda, e, achando este documento em termos, consentirão nella, si estiverem convencidos de que o preço dado pela embarcação é lícito, e de seu valor. (Regulamento consular, art. 143.)

Art. 326. Sem procuração do proprietario, os consules não consentirão na venda de embarcação alguma, salvo no caso de innavegabilidade.

A innavegabilidade sómente se haverá por justificada quando se provar alguns desta casos:

1.º, de ter havido naufragio;

2.º, de prichar a embarcação de concreto, cuja despesa exceda a tres quartos do seu valor;

3.º, de não ter o capitão ou mestre fundos nem credito sufficiente para fazer o necessario reparo, ainda mesmo que a sua importancia seja inferior a do segundo caso. (Regulamento consular, art. 141.)

Art. 327. Não sendo o comprador brasileiro, os consules reconhecerão todos os documentos que provem a nacionalidade da embarcação.

Esta mesma pratica se observará a respeito dos navios naufragados, condemnados por innavegaveis, ou abandonados.

Estes documentos devem ser remettidos ao Ministério dos Negocios da Marinha, na primeira oportunidade. (Regulamento consular, art. 142.)

Art. 138. Si a venda de que trata o artigo antecedente for feita onde não haja agente consular, os consules, tendo della noticia, se dirigirão ás autoridades locais, pedindo que signifiqueem em todos os lugares de sua alçada aos notarios publicos, corretores e mais pessoas que possam envolver-se na venda da embarcação, para que se procedam a ella depois de ter o capitão ministerial provas do seu direito para aquelle fim, e si o comprador não for cidadão brasileiro, recolham todos os documentos que nacionalisem a embarcação. (Regulamento consular, art. 143.)

Art. 139. Quando em qualquer dos casos dos artigos antecedentes o empregado consular julgar necessarios mais esclarecimentos do que os que lhe tiverem sido apresentados, poderá ir a bordo da embarcação e fazer nella as precisas perguntas ao capitão, offiçaes e tripulação e até aos passageiros, sobre os factos e circumstancias expostas, assim como sobre a carga, seu destino ou outro objecto relativo á viagem. (Regulamento consular, art. 144.)

Art. 140. Comprando qualquer cidadão brasileiro algum navio em porto estrangeiro, deve apresentar ao consul a respectiva escriptura de compra, para proceder-se ao exame de validade da mesma compra, da matricula, ajuste dos accedidos dos offiçaes e tripulação, descripção e arqueação do mencionado navio, bem como para pagar quaesquer direitos estabelecidos por lei. (Regulamento consular, art. 145.)

Art. 141. Ficam isentos de respectivo imposto as transmissões de embarcações estrangeiras quando adquiridas por sociedades, de conformidade com o disposto no art. 35 da lei n. 413, de 10 de dezembro de 1893; porém tal isenção não comprehendendo o imposto de selo, estabelecido na tabela A, § 1.º, n. 11, do regulamento de 19 de maio de 1889.

O imposto, qualquer que seja a sua natureza, deve ser satisfeito no lugar onde for effectuada a transmissão ou o contracto para a

construção do navio e, neste ultimo caso, o referido contracto sub-
stítua a escriptura publica de compra e venda, e della deve, por-
tanto, constar o pagamento do respectivo imposto. (Circular n. 3, de
28 de maio de 1897.)

Art. 332. O consel, feitas as exames do art. 330, si os achar exactos,
fez levar e passar os documentos necessarios ou os legalisará. (Re-
gulamento consular, art. 143.)

Art. 333. Aos Consulados compete dar o passaporte extraordinario
que autorise a sahida com a bandeira nacional das embarcações que
estiverem nas circumstancias dos artigos antecedentes, além de diri-
girem-se com ellas aos portos da Republica paraahi se habilitarem
competentemente. (Circular n. 6, de 13 de dezembro de 1898, e regu-
lamento consular, art. 146.)

Art. 334. A mudança de bandeira de uma embarcação sem a do-
cêdo da mesma não está sujeita ao imposto de 5 %.. (Decreto de 21 de
março de 1874, art. 14, n. 3 e despacho ao Consulado Geral de Igualos,
de 14 de setembro de 1892, 3ª secção.)

Art. 335. Os consules cumprirão fielmente as disposições de de-
creto n. 2304, de 2 de julho de 1895, que regula a navegação do
cabotagem, especialmente na parte que lhes diz respeito. (Circular n. 19,
de 3 de agosto de 1896.)

CAPÍTULO IV

DOS ACCIDENTES, FURTOS E MAIS CIRCUNSTANCIAS OCCORRIDAS EM VIAGENS

Art. 336. Se nascer durante a viagem alguma criança, procede-se
a termo escripto pelo escriptão dos navios de guerra, ou pelo capitão
ou mestre dos mercantes, nos 24 horas seguintes ao nascimento, em
presença do pop, si estiver a bordo, e de duas testemunhas, contando
o nome e sexo do recém-nascido, a hora, dia, mae e anno, em que
aílla nasceu e todas as circumstancias de nascimento, assim como
dos nomes, estado, profissão e patria dos pais e avós, sendo conhecidos.

Nesses termos serão igualmente observadas as disposições do

regulamento approved pelo decreto n. 9038, de 7 de março de 1888. (Regulamento consular, art. 117.)

Art. 327. Os consules exigirão duas copias autênticas do termo de que trata o artigo antecedente e transmittirão uma ao Ministerio das Relações Exteriores e guardarão a outra no archivo. (Regulamento consular, art. 118.)

Art. 328. O Ministro das Relações Exteriores mandará a copia do termo, que lhe tiver sido remittida em observancia do artigo antecedente, á autoridade competente, para fazê-lo registrar no cartorio do domicilio dos pais da criança mencionada, ou para o archivo publico, não se sabendo de domicilio. (Regulamento consular, art. 119.)

Art. 329. No primeiro porto estrangeiro a que chegar o navio, as copias do termo dos artigos antecedentes serão entregues ao consul nelle residente, e, não o havendo ali, remittidas pelo Correo ao mais vicino Consulado Geral. (Regulamento consular, art. 120.)

Art. 330. A disposição do artigo antecedente é tambem applicada ao caso de morte de qualquer individuo, que se tambem verificada durante a viagem. (Regulamento consular, art. 121.)

Art. 341. Fallecendo algum passageiro ou individuo da tripulação, durante a viagem, o capitão procederá a inventario de todos os bens que o fallecido deixar, com assistencia dos officiaes da embarcação e de duas testemunhas, que devem ser com preferencia passageiros, pondo tudo em boa arrecadação; e logo que chegar ao porto de seu destino, em que haja consul brasileiro, fará entrega o esboço do inventario e bens, para serem remittidos á autoridade competente da Republica. (Regulamento consular, art. 122.)

Art. 342. Os consules receberão, na forma das leis commerciaes e com as cautelas devidas, as declarações dos capitães ou mestres das embarcações, e os protestos de arribadas e avarias, qualquer que seja a sua natureza, e as que forem requeridas por elles ou pelas sobrecargos, passageiros e pessoas da tripulação, não só a fim de seus direitos e dos interessados no casco e carga, como sobre máo tratamento a bordo. A requerimento das partes, darão traslado das ditas declarações e protestos. (Regulamento consular, art. 123. Modelo n. 26.)

Art. 343. Nos casos do artigo antecedente, quando for presente aos consules representação conjunctamente produzida pelo capitão, officiaes e tripulação, pôde elle exigir declaração sobre seu conteúdo. (Regulamento consular, art. 125.)

Art. 344. Os consules podem resar o contracto dos officiaes ou agente de equipagem si lh'o requererem e provarerem que foram ou são maltratados pelo capitão ou privados por elle do devido sustento, no porto ou durante a viagem. (Regulamento consular, art. 125.)

Art. 345. Si durante a viagem houver necessidade de concerto da embarcação ou de correção de virtuosos, e si as circumstancias ou distancia dos domicilios dos donos do navio ou do sobrecarga impedirem ao capitão de autorisar-se com as suas ordens, os consules, tendo presente o acto assignado pela maioria da equipagem, o podem mandar fazer, (Regulamento Consular, art. 125.)

Art. 346. Tambem poderão os consules, na ausencia do dono do navio ou do sobrecarga, nos termos do artigo antecedente, autorisar a descarga de um navio na fôrma das leis commerciaes, contanto que seja ella indispensavel para os concertos que si tiver de fazer, ou por causa de averia na carga. (Regulamento consular, art. 125.)

Art. 347. Naufragado qualquer embarcação brasileira, os consules do districto deverão providenciar sobre o seu salvamento, recorrendo ás autoridades locais para o soccorro necessario, sem contudo obstar as diligencias das capitães, donos e consignatarios.

Na ausencia destes, farão ellas os requerimentos e protestos convenientes para o auxilio opportuno e prevenção de roubos e desaminhos; procederão a inventario do que se achar, e o sua boa arrecadação, a beneficio de quem tiver direito, pagando as despezas de salvamento, segundo o estylo do paiz, por conta dos interessados, conformando-se em tudo o mais com o disposto no artigo antecedente. (Regulamento consular, art. 128.)

Art. 348. No caso em que as embarcações naufragadas levarem carga para outro porto, dirigirão o inventario ao respectivo empregado consular brasileiro para lhe dar publicidade.

E' entendido que em todos os casos de naufragio, apparecendo

soas, correspondentes ou quaisquer pessoas propostas para esta arrecadação pelos proprietários, carregadores, consignatários ou seguradores, devem estas preferir para a mesma arrecadação e disposição dos objectos salvados, conforme as ordens e expressa vontade dos donos.

Nesta circumstancia os consules poderão pretender mais do que os emolumentos correspondentes aos documentos que na occasião fuerem os que perante elles forem feitos na conformidade desta Consolidação. (Regulamento consular, art. 123.)

Art. 129. Sendo alguma embarcação condemnada por innavegavel pela autoridade competente, ou abandonada por qualquer motivo pelo capitão ou consignatário, os consules, não existindo no lugar proceder bastante do dono, proverão a que se ponha em boa arrecadação o seu casco e carga, até que os respectivos proprietários transmitam as suas ordens. (Regulamento consular, art. 130.)

Art. 130. Deverão empregar toda a intelligencia e zelo para haver cabos, ancoras, boias ou outros pertences dos navios de guerra ou mercantes, quando esses objectos tenham sido achados no mar ou no porto, si seu valor exceder os despezas ou direitos de salvamento. (Regulamento consular, art. 131.)

Art. 134. Si quaisquer marinheiros, ou outras pessoas embarcadas em uma embarcação brasileira mercante commetterem no mar levantamento, morte, ferimento ou outros quaisquer crimes, quer os capitães os tenham presos, ou não, os consules tomarão conhecimento do caso somente para o effeito de reter os réus a bordo, e de os remetter com os autos de imputação da culpa, pela primeira embarcação que se dir para o Brazil, afim de serem entregues ás justicas competentes.

No caso em que a embarcação onde se achar o preso ou presos quizer partir para outro destino, e não haja a esse tempo no porto embarcação que os conduza para o Brazil, os empregados consulares requisitarão as autoridades do paiz que os detinham em custodia, até haver occasião de os fazer partir, como fica dito (Regulamento consular, art. 132.)

Art. 132. Os consules procederão a um summary de informação da culpa, ou crime commetido, quando o capião o não tenha feito no caso do artigo antecedente. (Regulamento consular, art. 132.)

Art. 133. Si os delictos do art. 131 forem commetidos a bordo depois da entrada do navio no porto estrangeiro, entre pessoas da equipagem do mesmo navio ou de outros navios brasileiros, os consules procederão a informação da culpa e remetterão os culpados para o porto desta República a que pertencer o navio, além de serem ali julgados. (Regulamento consular, art. 133.)

Art. 134. Si as leis do país em que estiver o navio não permitirem aos consules estrangeiros este direito, ou as autoridades locais reclamarem os criminosos, por correr perigo a tranquillidade pública, devem estes ser-lhes entregues. (Regulamento consular, art. 134.)

Art. 135. No caso de naufragio de embarcação de guerra nacional, os consules procederão com zelo de diligencias necessárias para a salvagão, de accordo com o commandante e officios respectivos, pondo em boa arrecadação os salvados pela maneira determinada a respeito de semelhantes infortunios dos navios mercantes, salvo sempre a preferencia devida aos rebridos commandantes e officiaes.

Si os aprestos, apparelhos e outros effeitos salvados, bem que avariados, forem aliado capazes de espera e serviço, assim o participão ao Governo, que lhes dará as suas ordens. (Regulamento consular, art. 135.)

Art. 136. Desertando algum ou alguns marinheiros de bordo de qualquer embarcação mercante brasileira, os consules darão parte ás autoridades locais, requerendo-lhes a sua assistencia e auxilio para se descobrirem e apprehenderem os mesmos desertores, que deverão ser remettidos para bordo da embarcação a que pertencerem.

O mesmo proficará com os marinheiros ou outras quaisquer pessoas que desertarem dos vasos da marinha nacional. (Regulamento consular, art. 136.)

Art. 137. Si o desertor fór estrangeiro, procurando obrigal-o ao cumprimento do seu dever, ou por intermedio do consul da sua nação, ou, segundo as circumstancias, pelo das autoridades locais. (Regulamento consular, art. 137.)

[TÍTULO] IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS CONSULARES COM RELAÇÃO AOS BRASILEIROS

CAPÍTULO I

DA MATRÍCULA DOS CIDADÃOS BRASILEIROS, PROTEÇÃO E SOCORROS

Art. 158. Os consules suprirão aos brasileiros a ignorância da língua e das leis do país em que residem, servindo-lhes de interprete nos requerimentos e mais dependências que tiverem para com as diversas autoridades, e procurarão facilitar-lhes a expedição de seus negócios. (Regulamento consular, art. 150.)

Art. 159. Têm direito à proteção dos empregados consulares os cidadãos brasileiros :

§ 1.º Pertencentes aos navios abandonados por innavesíveis e os que por qualquer modo os accidentes forem deixados em terra.

§ 2.º Os doentes, naufragados, e os prisioneiros que por qualquer acidente optarem nos distritos consulares. (Regulamento consular, art. 151.)

Art. 160. Os cidadãos brasileiros que por doença ficarem em terra, ou não puderem fazer viagem, receberão pelo serviço em que tiveram ido uma quantia indispensável para sua subsistência, arbitrada pelos consules, que solicitarão das autoridades competentes sua admissão nos hospitais. (Regulamento consular, art. 152.)

Art. 161. São poderão reclamar a proteção dos artigos antecedentes os cidadãos brasileiros nos casos :

§ 1.º De perpetração de algum crime ou desordem grave, que perturbe a ordem da embarcação, insubordinação, falta de disciplina ou de cumprimento de deveres.

§ 2.º De embriaguez habitual.

As disposições deste artigo só se verificarão quando, em virtude della, tiverem sido despedidos dos navios os que reclamarem o auxilio. (Regulamento consular, art. 153.)

Art. 362. Também não tem direito á protecção do art. 364 os marinheiros que fizeram parte da tripulação de navios estrangeiros, salvo si provarem que foram constrangidos a empregar-se ao serviço d'elles. (Regulamento consular, art. 154.)

Art. 363. Nas vendas de navios brasileiros em portos estrangeiros e em quaesquer outros actos em que intervierem os consules, devem estes providenciar sobre as pessoas da equipagem d'elles e de quaesquer outros navios que não vullarem ao Brazil, ou aos portos de onde sahiram, afim de não alocresceperem o Thesouro Nacional com as despezas de sua passagem, e com as que fizeram antes de sahirem dos portos em que se acharem. (Regulamento consular, art. 155.)

Art. 364. Os consules arbitram os mencionados nos artigos antecedentes uma quantia indispensavel para a sua subsistencia. (Regulamento consular, art. 156.)

Art. 365. Promoverão a brevidade do regresso dos individuos que tiverem reclamado sua protecção :

§ 1.º Fazendo-os embarcar com prego nos navios nacionaes, cujas tripulações não estiverem preenchidas, vencendo á respectiva sociedade e tendo entrada na matricula e livro dos ajustes.

§ 2.º Ordenando aos capitões das embarcações brasileiras que estiverem a largar para algum porto do Brazil que transportem os que lhes compellirem, na fórma do artigo seguinte, quando n'elles não achem pregos com vencimento, ou os protegidos não estejam nas circumstancias de fazer parte da tripulação. (Regulamento consular, art. 157.)

Art. 366. O capitão de embarcação de 200 a 300 toneladas é encarregado de receber e conduzir ao porto do seu destino quatro marinheiros, e dahi para cima um por tantas quantas 30 toneladas de arqueação alocresceam.

Estes marinheiros irão fazendo o serviço e tem a ração do estylo, que se satisfaz ao proprietario, assim como as despezas do transporte das que não podem effectivamente trabalhar. (Regulamento consular, art. 158.)

Art. 377. As despesas feitas com os meios e transportes dos brasileiros desarmados, e das equipagens de navios mercantes naufragados ou abandonados, serão pagas à custa do Estado.

As identicas com indivíduos da tripulação dos navios condemnados por insubordinação, ou vendidos, e bem assim com os marinheiros e outras pessoas de bordo, que sem culpa sua não regressarem ao Brasil no mesmo navio, serão satisfeitas pelos respectivos proprietários. (Regulamento consular, art. 158.)

Art. 378. As despesas referidas no artigo precedente serão pagas pelos consules conforme as distancias da viagem, e pagas aos donos das respectivas embarcações, mostrando estes por attestação do consul o numero e identidade das pessoas que transportaram. (Regulamento consular, art. 159.)

Art. 379. Os capitães das navios mercantes, que recusarem obedecer ás ordens do consul, subtraindo-se ao referido transporte incorrerão na multa de 15 pesos (moeda forte) por marinheiro que deixarem de receber na firma declarada no art. 674. (Esta dependente da approvação do Congresso.) (Regulamento Consular, art. 160.)

Art. 380. Nenhum marinheiro brasileiro de marinha mercante terá direito a ser repatriado á custa dos cofres publicos, visto que no termo do contrato de embarque, lavrado nos Capitães dos Portos, deve constar a clausula da repatriação e expensas do capitão ou mestre de embarcação. Se no caso de existir esta clausula e não quizerem estes ultimos dar-lhe cumprimento, poderá o marinheiro apresentar o matriculo pessoal ao consul do porto onde se effectuar o desembarque, para que intervenha em seu favor. (Circular n. 44, de 18 de novembro de 1894.)

Art. 381. Quando os indivíduos mencionados forem marinheiros e preças desarmadas dos navios de guerra ou que por qualquer motivo tenham ficado em terra, os cofres das despesas feitas com elles devem ser apresentadas ao Vice-Parte de Marinha e quando forem preças do estrodo ao Ministerio da Guerra. (Circular de 28 de fevereiro de 1894.)

Art. 382. Os consules poderão autorisar qualquer capitão ou mestre brasileiro a transportar o marinheiro que não tenha direito á sua

protecção, uma vez que não seja criminoso: e disto fôrão menção na maxilla de epigrama. (Regulamento consular, art. 114.)

Art. 373. Havendo na porta embarcação da armada nacional, os navios poderão prôpor ou passearem nella os commandantes respectivos, que estiverem de que forem compatíveis com o porte da mencionada embarcação. (Regulamento consular, art. 115.)

Art. 374. Na falta de embarcação nacional, poderão diligenciar a referido transporte em navios estrangeiros, que se dirigirem aos portos do Brasil, com a maior economia possível para os cofres públicos. (Regulamento consular, art. 116.)

Art. 375. Os consules terão o maior cuidado em não proteger os cidadãos brasileiros que não mostrarem sua nacionalidade, profissão, e que não são criminosos.

Quando nestes casos chegarem ao conhecimento de que estes cidadãos são criminosos no Brasil, apressar-se-hão a communicar-o directamente á Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, com todas as informações que houverem colhido. (Regulamento consular, art. 117.)

Art. 376. Os agentes consulares deverão, quando se lhes apresentar algum individuo requerendo soccorros, verificar primeiro sua nacionalidade, e si for brasileiro e desvalido, depois de bem conhecendo os motivos que o levaram áquelle estado, sua moralidade e profissão, prestar-lhe os soccorros ordenados pelo Consolidação. (Circular de 23 de fevereiro de 1881).

Art. 377. Cumpre mais aos agentes consulares da Republica na protecção dos soccorros terem sempre em vista que a condição de desvalido lhes impõe o dever de limitarem-se ao que for estritamente indispensavel para a sua subsistencia e transporte para o Brasil, quando este transporte se não possa verificar sem despesa para o Thesouro Publico.

Si o individuo que se apresentar reclamando soccorros tiver meios de indemnizar a Fazenda Publica, quando regressar ao Brazil, das quantias de que necessitar para sua subsistencia e transporte de-vêrão esta indemnisação ser calculada como permitirem as circumstancias. (Circular de 23 de fevereiro de 1881.)

Art. 373. Succedendo apresentarem-se nos Consúdos Brasileiros pedido repatriação indivíduos que vão voluntariamente para países estrangeiros e ali se acham em dificuldades pela sua imprvidencia e desorganamento, fica estabelecido que os agentes consulares só auxilium e repatriarão os brasileiros que se acharem em condições precárias por qualquer acidente ou circumstancias de força maior. (Circular n. 7, de 17 de novembro de 1887.)

Art. 374. Os cônsules terão a maior diligencia e cuidado em conciliar os brasileiros desavindos, sem apparo de processo, por meio de composição ou de arbitros escolhidos pelas partes. (Regulamento consular, art. 283.)

Art. 375. Os cônsules terão devida em que as autoridades locais não procedam contra os brasileiros ainda com as formalidades e nos termos prescritos nos tratados e leis, representando contra quaisquer vexatos, injustiças ou violencias, que se lhes possam suocer no decurso de suas transações; e quando estas os não attendam, ao Governo, em cujo territorio residirem, directamente, ou pelo Ministro Diplomático Brasileiro, si houver. (Regulamento consular, art. 167.)

Art. 376. Os cônsules não poderão ser em juizo procuradores de qualquer outra pessoa; mas, sendo o caso de cidadãos brasileiros ausentes, sem procuradores bastantes, tanto em demandas civis, como em occorrenças criminaes, que correrem á revella dos mesmos, poderão ser defensores officiaes e apresentar nos juizes e tribunaes os documentos favoraveis aos réus, salvo os direitos destes. (Regulamento consular, art. 168.)

Art. 377. Incumbe aos Consules a matricula dos brasileiros que residirem no seu districto, e bem assim o registro dos nascimentos e óbitos de seus compatriotas e a celebração de casamentos. (Regulamento consular, art. 292.)

Art. 378. A matricula será feita em um livro especial. Este livro será aberto, numerado, rubricado e assinado pelo Consul, e deverá ser escripturado, como os demais livros mencionados na presente Consolidação, sem encada, recuro, entrelinha ou abreviatura e integrellos,

seja os que forem necessários para as assignaturas. (Regulamento consular, art. 170.)

Art. 364. O auto da matrícula deverá conter o nome, prenome, idade, nacionalidade, estado, profissão, ultimo domicilio do matriculado no Brazil, ou o dos ascendentes; nome, prenomes, idade e sexo dos filhos fazendo-se menção dos documentos justificativos da nacionalidade.

O auto será assignado pelo matriculado e duas testemunhas.

Os documentos de que trata este artigo serão archivados no Consulado, assignando-se nelles um numero de ordem, que será communicado ao matriculado. (Regulamento consular, art. 171.)

Art. 365. São documentos comprobatorios da nacionalidade: passaporto dado por autoridade brasileira, certidão de idade ou de casamento, diploma conferido pelas faculdades do Brazil, nomeação para corpos de eleição ou para empregos gerais, estaduais ou municipais, certificado da matrícula em outro Consulado Brasileiro, ou qualquer documento autentico passado pelas autoridades da Republica. (Regulamento consular, art. 172.)

Art. 366. Os Consules não poderão excluir da matrícula, por qualquer motivo que seja, as pessoas que já estiverem matriculadas, sem que primeiro justifiquem perante o Governo as razões que ha para a exclusão, e esta seja approvada. (Regulamento consular, art. 173.)

Art. 367. Os Consules remetterão no fim de cada anno um mappa dos cidadãos brasileiros residentes nos seus districtos e matriculados no Consulado ou Vice-Consulados de sua dependencia, contendo todas as circumstancias que constarem do respectivo livro de matrícula. (Regulamento consular, art. 174.)

Art. 368. Os Consules, antes de procederem á matrícula deverão verificar si os referentes são criminosos no Brazil.

Si a criminalidade for notoria, recusar-lhe-hão o certificado, ainda que apresentem os documentos de que trata o art. 365.

Quando, porém, houver simples suspeita de criminalidade, concederão o dito certificado, uma vez que os requerentes exhibem algum dos documentos acima indicados; mas, exigirão a apresentação, dentro de um prazo razoavel, do documento comprobatorio de sua

- moralidade ; pedindo, extraiam, informações das autoridades brasileiras do lugar em que os requerentes tiveram um último domicilio.

Fica entendido que os certificados de nacionalidade, concedidos nesta ultima hypothese serão emitidos, logo que os Consules, melhor informados, chegarem ao conhecimento de que seus portadores são criminosos no Brazil. (Regulamento consular, art. 175.)

Art. 189. Os Consules não deverão recusar titulo de nacionalidade aos individuos que, não possuindo os documentos mencionados no art. 188, justificarem a condição de brasileiros, por meio de testemunhas dignas de fé. (Regulamento consular, art. 176.)

Art. 190. Para justificação, bem como para os demais actos de que trata esta Consolidação, não serão admitidas pessoas que não se acharem devidamente matriculadas, salvo o caso de não haver na localidade cidades brasileiras nestas condições. (Regulamento consular, art. 177.)

Art. 191. Os Consules não poderão recusar protecção aos brasileiros leaes no Brazil de culpa e pena, que ainda não se tiverem matriculado, mas, os incluirão immediatamente na matricula. (Regulamento consular, art. 178.)

Art. 192. Nos casos em que os interessados devam comparecer e o não possam realizar, poderão dar procuração, a qual será feita por tabelião ou do proprio panno e deverá conter poderes especiaes para o acto para que foi outorgada, fazendo-se no locuamento delle admente as declarações que forem expressas das procurações. (Regulamento consular, art. 179 e decreto n. 78, de 28 agosto de 1893.)

Art. 193. Logo que as procurações forem apresentadas, serão numeradas pelo Consul rubricadas por elle e pelos procuradores que as apresentarem ; registrados no competente livro e encimados segundo o numero do ordem. A' margem do acto se escreverá o numero da ordem das procurações de que nelle se fizerem menção. (Regulamento consular, art. 180.)

Art. 194. Todos os actos de que trata o 2º parte do art. 182, relativos a brasileiros ou estrangeiros, serão vallozes, tendo-o sido na forma das leis deves países, legalizados pelos respectivos Apositos

Consulares ou Diplomáticos nelles residentes. (Regulamento consular, art. 131.)

Art. 132. O registro será encerrado e fechado por um termo, que os consules terão de fazer no ultimo dia de dezembro de cada anno. (Regulamento consular, art. 132.)

CAPITULO II

DO TESTAMENTOS E DO ULTIMA VOLUNTARIE

Art. 133. Na feitura, approvação e abertura dos testamentos, se conformando com as leis de ns. 37, 25 e 29. (Regulamento consular, art. 133.)

Art. 137. Faltando qualquer cidadão brasileiro, sem herdeiro sem testamentário, ou com herdeiros menores, que sejam brasileiros, o caso procederá como estiver estipulado em tratados, ou as leis do país o permitirem, promovendo por todos os meios e sem alarde o interesse dos cidadãos brasileiros ausentes e dos herdeiros menores que sejam ou possam vir a ser cidadãos brasileiros, conforme o art. 68 da Constituição da Republica. (Regulamento consular, art. 133.)

Art. 138. Quando as leis do país o permitirem, procedendo a inventario de todos os bens, effeitos, ações, litteras e mais papéis do fallecido, pondo tudo em boa e segura arrecadação para ser entregue a todo o tempo a quem de direito pertencer. (Regulamento consular, art. 138.)

Art. 139. Aos consules devem ser entregues os bens da herança, uma vez que estejam munidos da prescrição em firma legal dos herdeiros regularmente habilitados. Exceptuam-se os casos:

§ 1.º De não terem sido ainda pagos os direitos da herança.

§ 2.º De embargo de algum credor nacional ou estrangeiro. (Regulamento consular, art. 139.)

Art. 140. Os consules requererão a venda, em leilão, dos bens pertencentes, e de todos cujo conservação seja mais dispendiosa. (Regulamento consular, art. 140.)

Art. 141. Os consules requererão que se afforem editaes convidando a comparecer os que se entenderem com direito á herança,

e que seja fixado um prazo além do qual se poderão ser vendidos no país a que pertencerem os fallidos. (Regulamento consular, art. 139.)

Art. 428. Farto publicar os offícios nas gazetas dos seus districtos e os transmittir ao Ministerio das Relações Exteriores, bem como, logo que lhes seja possível, cópia dos referidos inventarios. (Regulamento consular, art. 134.)

Art. 429. Si no prazo marcado nas leis não apparecerem herdeiros do fallido, dar-se-he d'isso conhecimento ao Governo (Regulamento consular, art. 135.)

Art. 434. No caso de fallecimento de um brasileiro que não deixo valor algum no país, os consules communicarão ao Ministerio das Relações Exteriores todas as particularidades sobre a posição do defuncto e as circumstancias de sua morte. (Regulamento consular, art. 136.)

Art. 435. Em todos os casos em que os empregados consulares são autorizados a dar administrações e ordinar a arrecadação de bens pertencentes a cidadãos brasileiros, procederão a inventario com a assistencia de dois negociantes nacionaes, e, na falta destes, de quaisquer outros de sua escolha, que assignarão o auto do mesmo inventario e entrega.

Esses alguns artigos de natureza perivel, os poderão vender em publico, com assistencia dos mesmos negociantes; fazendo, nos autos do inventario, termo da necessidade de venda, com especificação da avaliação por peritos, dos seus preços, do ultimo lance, dos nomes dos arrematantes ou compradores; e que tudo se roborará com a assignatura dos consules e dos d'itos adjuntos. (Regulamento consular, art. 137.)

Art. 436. Quando os consules procederem á venda dos artigos da fazenda publico ou por entenderem absolutamente necessaria e não admittirem demora, ou porque para isso receberam ordem, o farão com as formalidades prescriptas no artigo antecedente. (Regulamento consular, art. 138.)

CAPÍTULO III

DO REGISTRO CIVIL E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO CIVIL

Art. 407. Os assentos de nascimentos devem ser feitos de conformidade com o disposto no regulamento aprovado pelo decreto n. 9836, de 7 de março de 1898.

Art. 408. Os do casamento civil devem ser realizados conforme determinam os decretos n. 134, de 24 de janeiro de 1890, n. 233, de 27 de fevereiro de 1890, n. 521, de 26 de junho de 1890, e n. 713, de 20 de setembro de 1891.

Art. 409. Os assentos de obito devem, como os de nascimento, ser feitos de conformidade com o disposto no regulamento aprovado pelo decreto n. 9836, de 7 de março de 1898.

TÍTULO V

DA ATTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS CONSULARES COM RELAÇÃO AOS PASSAPORTES E DEMAIS DOCUMENTOS

CAPÍTULO ÚNICO

DA EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES, PRATICAÇÃO, RECONHECIMENTOS DE FIRMAS E LEGALIZAÇÃO DOS DEMAIS DOCUMENTOS

Art. 410. A expedição dos passaportes fica pertencendo aos Consules, sem prejuizo da atribuição que cabe as Legações.

Os Consules não deverão conceder passaportes aos menores e ás mulheres casadas, sem autorização expressa do pai tutor ou marido. Esta restrição não comprehendê os estrangeiros cujos passaportes não tem de ser passados, mas si: somente visados pelos Consules. (Regulamento consular, art. 148.)

Art. 411. Os Consules ficam prohibidos de pôr o visto em passaportes e em quaisquer outros actos expedidos pelos Ministros Diplomáticos brasileiros. (Regulamento consular, art. 149.)

Art. 412. Além de que o serviço relativo ás procurreções nos Consúlhados esteja de accordo com a legislação actual da República, além do livro destinado a registrar procurreções, deverá haver outro em que serão lavradas aquellas que por não querram ou não poderem os interessados fazer de seu proprio punho forem os empregados consulares incumbidos de lavral-as. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 413. No primeiro dos livros de que trata o artigo antecedente só serão registradas procurreções a pedido dos interessados, visto não ser esse acto obrigatorio em virtude do decreto n. 78, de 23 de agosto de 1892; e por elles sómente serão cobrados os emolumentos determinados para o registo de qualquer documento e o reconhecimento das firmas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 414. No segundo dos livros de que trata o art. 412, em que poderá ser impressa a parte invariavel, serão lavradas as procurreções que deverão conter nome e residencia do constituinte, data e declaração, si foi lavrada no Consúhdo ou fora d'elle; nome dos procuradores, causa ou negocios para que se constituem; poderes que conferem; fecho pelo Consul; e assignatura do constituinte ou de alguém a seu rogo com a especificação do motivo por que não assigna elle proprio e as de dois testemunhas conhecidas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 415. Nos casos do artigo antecedente serão dados treslados devidamente legalizados e escriptos em meio folha de papel, cujas dimensões não excedam de 33 centímetros de comprimento e 23 de largura, devendo cada um ser considerado como uma procurreção para a cobrança dos emolumentos. A parte invariavel delles poderá tambem ser impressa. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 416. As mesmas regras deverão ser observadas tanto nos Consúlhados geraes e Consúlhados como nos Vice-consúlhados. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 417. As procurreções passadas pelos empregados consulares em que dão poderes para tratar de seus negocios particulares, depois de assignados pelos referidos empregados, deverão receber o visto e o selo delles mesmo logo em seguida a assignatura para serem legal-

zadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou repartições fiscaes. (Circular n. 4, de 21 de junho de 1885, decreto n. 2323, de 30 de julho de 1896 e circular n. 3, de 17 de setembro de 1897.)

Art. 418. As procurações dos empregados diplomaticos são como em geral authenticadas pelos empregados consulares brasileiros, cuja firma é por seu turno legalizada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou pelas repartições fiscaes. (Circular n. 1, de 11 de janeiro de 1883, decreto n. 2323, de 30 de julho de 1896, e circular n. 3, de 17 de setembro de 1897.)

Art. 419. Em todos os documentos passados nas chancelarias consulares será deixado o espaço em branco de 12 centímetros de largura, a este de altura para reconhecimento das firmas dos empregados consulares. (Circular n. 3, de 6 de junho de 1888.)

Art. 420. Aos documentos que forem apresentados para serem authenticados, si não tiverem espaço para que fiquem sellos postos os actos de legalização consular e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou das repartições fiscaes, deverá ser annexado uma folha de papel devidamente presa e selada. (Circular n. 3, de 6 de junho de 1888 e decreto n. 2323, de 30 de julho de 1896.)

Art. 421. Nos instrumentos de reconhecimento declarar-se os empregados consulares que para produzirem effeito no Brazil devem suas firmas ser por seu turno legalizadas e que essa legalização é facultada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e nas repartições fiscaes. (Circular n. 6, de 15 de outubro de 1888, e n. 9, de 1 de agosto de 1896.)

Art. 422. No acto do reconhecimento declarar-se-ha a categoria do signatario, o numero do documento comparativo do que é legalizado, devendo ser todos numerados, rubricados e ligados a este por fio ou fita com o sello consular. (Modelo n. 38) (Circular n. 6, de 15 de outubro de 1888.)

Art. 423. Os Consules poderão fazer legalizar e visar todos os actos e escripturas publicas que tiverem de ser produzidos perante as justicas e mais autoridades do Brazil, conformando-se com as leis d'elles. (Regulamento consular, art. 235.)

TITULO IV

CONVENÇÕES ESTRA

CAPITULO UNICO

Art. 214. Os Consules relatarão em que sejam periodicamente observados os privilégios, isenções e direitos accordados pelos tratados de commercio, convenções e ajustes, por leis ou ainda por direito consuetudinario, favor do Governo ou fidal de posse. (Regulamento consular, art. 228.)

Art. 225. Publicarão pela imprensa, e por quaesquer outros meios, as ordens do Governo tendentes a promover as vantagens do commercio entre o Brazil e a potencia ou potencias que constituam o seu direito. (Regulamento consular, art. 227.)

Art. 235. Providenciarão de maneira que esta Colecção e as disposições que lhe fazem de servir de complemento estejam em todo tempo ao alcance dos que della se quizerem informar, no districto do seu Consulado. (Regulamento consular, art. 223.)

Capital Federal, 11 de abril de 1889. — *Olybio de Menezes*.

MÓDULO N. 1

(TIT. I, CAP. I, ART. 20)

Typicus sui vice-comes

(Armas da República e a indicação do Consul Geral ou Consul)

(Nome do Consul Geral ou Consul, seus títulos e empregos.)

Em virtude da autoridade que o Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil confere-me pelo art. 13 do tit. 1.^o cap. 1.^o da Consolidação das Leis Consulares da República bem como pela minha carta patente de. . . Nomeio ao Sr. Vice-Consul da Nação Brasileira... (a indicação positiva do distrito do Vice-consulado), incumbindo-o de presenciar aquellas funções segundo o que está determinado na supradicta Consolidação. Em nome do Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, rogo as autoridades, a quem possa saber o conhecimento desta e ordeno aos cidadãos Brasileiros residentes naquella Districto Vice-Consular, ou que o elle apurarem, o reconheçam neste caracter, collocando-lhes as mencionadas autoridades todas as honras e immunições, que lho devam competir, e o favor e auxilio de que necessitar para o cabal desempenho de suas funções.

Em fê de que o muni do presente diploma por mim assignado, sellado com o sello das armas deste consulado geral ou consulado, devendo desde hoje começar o effeito interno desta nomeação, que só terá o caracter de definitiva depois de obtida a confirmação do Governo da República pela respectiva Secretaria de Estado dos Relações Exteriores.

Consulado Geral ou Consulado da República dos Estados Unidos do Brasil em. . .

(Assinatura do Consul Geral ou Consul.)

MODELO N. 2

(TÍT. I, CAP. I, ART. 25)

Nomeação de um agente commercial

(APOLAS DA REPUBLICA)

F. Vice-Consul da Republica dos Estados Unidos do Brasil
em.

Em virtude dos poderes de que me acho munido, nomeio o Sr.
N. . . . agente commercial da Nação Brasileira neste porto de. . . .
e seu Districto, para substituir-me na minha ausência ou impedimentos: e, em nome do Sr. Presidente da Republica, rogo a todas
as autoridades do San Magostão. . . (ou da Republica.), que
o reconheçam naquella caracter. Ee concedam todas as immunições
que lhe devam competir, e lhe prestem todo o favor e auxilio, de
que necessitar, para o cabal desempenho de suas funções.

Em fé do que passa a presente nomeação por mim assignada e
sellada com o selo deste Vice-Consulado.

Fecho. . . aos. . . de. . . de. . .

(L. S.)

F.

Vice-Consul.

Version 1.0

(TIT. II, CAP. I, ART. 259)

Meyers do mesmo e depois de consultado, o com. do 1º Quartel do 100, ...

[illegible]

Downloaded from <http://ajphaphysiol.physiology.org/> by guest on September 11, 2015

MODELO N. 8
(TÍT. II, CAP. II, ART. 249)

Esquematização de estampilhas

O CONSULADO. . . KM. . . KM C/C COM O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NOME				VALOR			
EST. . .				EST. . .			
Jornais . . .	1 Para cada um das estampilhas coladas nas Consules. . . a saber:			Jornais . . .	17 Para as estampilhas das seguintes valises, destinadas ao Vize-Consulado de . . .		
						100 de valor de 10000	100000
						50 " " " 5000	50000
						25 " " " 2500	25000
						100 " " " 10000	100000
Merg. . .	18 Para as estampilhas das seguintes valises, destinadas ao Consulado, no distrito de . . .	1.000 de valor de 10000	1000000	Merg. . .	18 Para as estampilhas das seguintes valises, destinadas ao Consulado, no distrito de . . .	1.000 de valor de 10000	1000000
		500 " " " 5000	500000			500 " " " 5000	500000
		250 " " " 2500	250000			250 " " " 2500	250000
		100 " " " 1000	100000			100 " " " 1000	100000
Merg. . .	19 Para as estampilhas das seguintes valises, destinadas ao Consulado, no distrito de . . .	1.000 de valor de 10000	1000000	Merg. . .	19 Para as estampilhas das seguintes valises, destinadas ao Consulado, no distrito de . . .	1.000 de valor de 10000	1000000
		500 " " " 5000	500000			500 " " " 5000	500000
		250 " " " 2500	250000			250 " " " 2500	250000
		100 " " " 1000	100000			100 " " " 1000	100000

MODELO N. 10

(TIT. III, CAP. 1, ART. 276)

Mapa do movimento de navegação entre o Brasil e . . . no 1.º trimestre de 18. . .

ENTRADA

Origem	Navios	Portos de origem	Portos de destino	Valor declarado
Brasil				
Estrangeiros				
Total				

SAÍDA

Destino	Navios	Portos de destino	Portos de origem	Valor declarado
Brasil				
Estrangeiros				
Total				

Comando Geral do Comandante do Brasil em . . .

MODELO N. 11

(TIT. III, CAP. I, ART. 374)

Forma correta e quantidade dos gêneros importados do Brasil na época de . . .
Ano de . . . e 2º trimestre de 20 . . .

Descrição	Paço da Marinha	Armazém (ou Armazém)	Quantidade de cada gênero	Preço		
				Junho	Preço	Março
Algodão						
Arroz						
Café						
Feijão						
.						
.						
.						
.						
.						

MÓDELO N. 13

(TIT. III, CAP. 1, ART. 234)

Quadro da cotação do cambio, taxa de desconto e fretamento das embarcações no mercado de correspondentes ao 1.º trimestre de 18.

CAMBIO

DESTINOS	PARTELA	PEREGRINA	MAIÃO
Salas de Brasil			
" de França			
" de Inglaterra			
"			

TAXA DE DESCONTOS

DESTINOS	PARTELA	PEREGRINA	MAIÃO
Desse do Estado.			
" do			
Em grupo			
"			

PREÇO DO FRETE

DESTINOS	PARTELA	PEREGRINA	MAIÃO

MODELO N. 14

(TÍT. III, CAP. I, ART. 223)

**Mapa das embarcações que entrarem no porto desta Consulado Geral
do Rio de Janeiro, no mês de 19... e 19...**

Ordem	Embarcação	Porto		Número		Valor da Contribuição por Cada Porto
		De onde procedem	Para onde	Toneladas	Equipagem	
4	Brasileira . . .	São Paulo	Pernambuco	400	40	R\$ 1.400
5	Estadual . . .	"	"	1.200	112	R\$ 1.200
12	Somalia . . .	"	"	1.200	900	R\$ 3.000
..	Brasileira . . .	Santos	Pernambuco	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estadual . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somalia . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estadual . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somalia . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estadual . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somalia . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estadual . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somalia . . .	"	"	" . . .	" . . .	" . . .
Total . . .				" . . .	" . . .	" . . .

Consulado Geral do Rio de Janeiro em 19... e 19...

MODELO N. 15

(TIT. III, CAP. I, ART. 213)

**Regra das embarcações que saírem dos portos do Estado Geral
para os do Brasil no anno de 18. . . a 18. . .**

Ordem	Embarcações	Portos		Tributos		Valor da embarcação em para portos
		De onde procedem	Para onde vão	De tributo	Equipar- gem	
6	Brasileira . . .	Bahia . . .	Bahia . . .	100	50	150
7	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	1.000	100	1.100
12	Somma . . .	" . . .	" . . .	2.100	150	2.250
..	Brasileira . . .	Bahia . . .	Bahia . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somma . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somma . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somma . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somma . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Brasileira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Estrangeira . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .
..	Somma . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .	" . . .

VOLUME 11 17

TIT. III, CAP. I, ART. 335

Mayra dos Santos experimentou as portas da Comunidade Total para se de Brasil, no ano de 1988. . . a 1988. . .

[illegible]

Downloaded from <http://ajph.org/> on November 10, 2014

W. D. — O relatório deve incluir a forma média dos preços esperados.

MODELO N. 18

(TIT. III, CAP. I, ART. 381, § 1.º)

To certidão de origem de mercadorias

(Armas da República e indicação do Consulado Geral (Consulado ou Vice-consulado)

(Nome do Consul geral, Consul ou Vice-consul, seus títulos, etc.)

Certifico que a assignatura supra é a propria de que nos F. . . a qual declara neste documento que as caixas (segue-se a especificação das caixas ou bultos, seus numeros, conteúdo), embarcadas a bordo do navio (o nome, porto e capitão do navio), e as quaes se referem as mercaderias as . . . são realmente de produção (manufactura, origem, fabricação, producto, industria, construcção, etc., etc.) de . . . (o lugar de produção).

Em fé do que passo o presente certificado, que vos selado com o selo deste Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado.

Data, selo e assignatura do Consul Geral, Consul ou Vice-consul.

MODELO N. 19

(TIT. III, CAP. I, ART. 231, § 2º)

(Armas da República)

F. . . Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . .

LOCAL	DEPARTAMENTO	PROVINCIA	CAPITAL, OUTRA		CONTEÚDO	PAÍS	PORTO	COMERCIO	ARMAMENTO

Certifico que em. . . (dia, mês e anno, em que se procedeu a leilão) a requerimento de F. . ., assisti á venda pública das mercadorias depositadas em. . . (lugar do depósito), que constam de uma parte (ou de todo) do carregamento do navio. . . (nome, perfilho, capião, porto de partida, da entrada, data de uma e outra), as quas mercadorias, havendo sido postas em lotes, marcadas e numeradas como se vê no quadro acima, foram vendidas pelo mais alto preço que foi possível obter, tendo sido feitos todos os esforços em benefício dos proprietarios.

Em fé do que, por me ser pedida, passei a presente por mim assignada e sellada com o sello desta Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) em. . . (dia, mês e anno, em que e passada a certidão).

Assinatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N.º 20

(TIT. III, CAP. I, ART. 281, § 3º)

Em nome do levalde

(Armas da Republica)

F. . . Consul geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . .

Havendo sido informado que o navio... (nome do navio, e capitão), vindo de. . . (porto de partida), chegou ao porto de. . . (porto da chegada), tendo na viagem, mais elle como as mercadorias que compoem seu carregamento, soffido avarias, — nomeal, para verificar a existencia, natureza, origem e extensão das ditas avarias, a F. . . e F. . . os quees, havendo comparecido perante mim e excedido aquelle encargo, prestaram em minhas mãos juramento de preencher-o conforme as leis e usos do commercio.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . . aos. . . dias do mez de. . . do anno de. . .

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

17

MODELO N. 31

(TTT. III, CAP. I, ART. 381, § 3º)

De exam. e que devem preside as empresas comerciais, quando forem requeridas, nos seus navios e immoveis pertencentes a nacionaes, si as leis do pae e justifficam.

(Armas da Republica)

Aos . . . dias . . . do mez de . . . do anno de . . . havendo eu, na qualidade de Consul geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em . . . , sido requerido por F. . . (especifique-se si este requer por si ou como delegado de outrem) para que houvesse de proceder e presidir a exame em (designação do objecto sobre que recai o exame) ; não se oppondo as leis do pae ao exame requerido, compareci na rua . . . armazem . . . n. . . , e sendo ali presentes os leuados F. . . e F. . . lhas defrei compromisso, para conscienciosamente examinarem . . . (o objecto que deve ser examinado) e, forem mercadorias ovariadas dees acortescer-se — e declarar a avaria que soffreram, sua causa, que a diminuição por ella produzida no valor primitivo das mercadorias, e si tal perda poderia ter sido evitada pelo capitão. E havendo elles assim jurado e procedido ao exame requerido, pela maneira e mais minuciosas, declararam: (segue-se o resultado do exame).

E tendo assegurado que nada mais tinham que acortescer, sendo-lhes lido este termo o assignaram com F. . . que requereu o exame, com as testemunhas F. . . e F. . . o commigo Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Em fé do que levou o presente, que vai sellado com o sello deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado),

Assignatura dos leuados.

» de quem requereu o exame.

» das testemunhas.

» do Consul Geral (Consul ou Vice-consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MÓDULO N. 22

(TIT. III, CAP. I, ART. 253, § 4º)

Do protesto das letras de cambio

(Armas da Republica)

F. . . Consul geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . .

Sabem todos quantos este termo de protesto de letras virem que, aos. . . dias do mez de. . . do anno de. . . compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado). F. . . e me apresentou a letra do teor seguinte: (copie-se toda a letra) e, requerendo-me o protesto d'elle, dirigi-me á casa n. . . da rua. . . (ou, escrevi a F. . . uma carta que lhe foi entregue) intimando-lhe que houvesse de accellar (ou pagar quando seja letra já accella) a mencionada letra, e por elle me foi respondido que. . . (transcreva-se a resposta dada em carta ou verbalmente, declarando a falta d'elle, quando a não haja por uma e outra forma), do occorrido dal parte ao apresentante, o qual declarou que pela maneira a mais solenne protestava haver do sacador (accellante, ou endossante), ou de quem mais de direito for, toda a importancia de juros, custas, perdas e danos, como de mercador e mercador, na forma do costume; e me pediu levasse o presente instrumento.

Em si do que, etc. etc.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil (dia, mez e anno).

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 29

(TIT. III, CÁP. I, ART. 281, § 4º)

Descriptura de contrato de juro

(*Actos da Republica*)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . .

Aos . . dias do mez de . . do anno de . . perante mim F. . ., Consal Geral (Consal ou Vice-consal) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . . e na minha Chancelleria compareceram justos e contrahidos F. . . e F. . . ambos residentes em. . . e de mim reconhecidos pelos proprios, e das testemunhas abaixo assignadas, e por F. . . (o nome de quem empresta o dinheiro) me foi dito que a F. . . (o nome da pessoa a quem é emprestado) emprestava nesta data (ou havia emprestado em. . .) o quantia de. . ., mediante o juro annual de. . . com as condições seguintes (transcreveram-se as condições). E logo por F. . . (o nome de quem recebe o dinheiro) me foi declarado que recebia (ou recebera em. . .) a mencionada quantia de. . . com as condições acima propostas, e que, para garantia desta sua divida, hypothecava todas as suas bens e especialmente os. . . (designem-se os bens da hypotheca especial), dando, além disso, por seus fiadores F. . . e F. . ., os quaes achando-se presentes e sendo de mim e pelos testemunhas reconhecidos pelos proprios, declararam que conjuntamente, solict si, em comum, e cada um em separado, tomavam toda a obrigação e responsabilidade de devedores, consentindo em ser como tais tratados e demandados, renunciando de seu lado proprio o direito do seu fôro. E havendo eu perante todos os interessados lido a presente escriptura de contrato de juro e hypotheca, que por todos foi achada conforme suas vontades, a assignaram com as testemunhas já mencionadas e comigo, da que dos li.

Assignatura de quem empresta o dinheiro.

„ „ „ o recebe.

„ dos fiadores.

„ das testemunhas.

„ do Consal Geral (Consal ou Vice-consal).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 24

(TIT. III, CAP. I, ART. 381, § 5º)

(Armas da Republica.)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . .

Carta de fretamento do
capitão

fretado pelo Sr.
com destino para

ENTRE OS ADAPTO ASSOCIADOS,

de uma parte e da outra

do

do lote de

está hoje contractado e concluido, por nossa intervenção o seguinte:

ARTIGO O freta o dito navio, estanco de quilha & bordo bem acondicionado e provido de todo o necessario, á satisfação do fretador, para

ARTIGO O capitão se recorta a camara e ante-camara do navio e os lugares necessarios e usados para recolher a sua equipagem e para guardar seu apparelho, velas, amarras, agua e mantimentos.

ARTIGO Finalizada que seja a descarga o fretador pagará ao
a
quantia de

ARTIGO Incluem-se em todo o caso os perigos e riscos dos mares e da navegação e o tollimento de principes e governadores.

ARTIGO Concedem-se ao dias corridos para effectuar o carregamento do

ARTIGO Excedendo os dias referidos no artigo antecedente, o fretador pagará ao a quantia de por cada um dia de demora.

ARTIGO Qualquer das partes contractantes que faltar aos artigos acima (não sendo por força maior), pagará á outra uma multa de

Em fé do que lavrei este contracto em vias que ambas as partes assignaram commigo em. . . aos dias de do anno de 18. . .

Seguem-se as assignaturas.

F. Consal geral (Consal ou Vice-consal).
(Lugar do sello.)

MODELO N. 95

(TIT. III, CAP. I, ART. 264, § 6º)

Das escripturas de formação da sociedade

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da República dos Estados Unidos do Brasil em. . .

Aos. . . dias do mez de. . . do anno de. . . perante mim F. . . Consol Geral (Consul ou Vice-consul) da Republica dos Estados Unidos do Brasil em. . . e na minha Chancellaria, compareceram juntos e contraheidos F. . . e F. . ., ambos residentes em. . . e de mim conhecidos e das testemunhas ao diante assignadas, e por ambos elles me foi dito que haviam (ou leem) formado entre si uma sociedade commercial (declaração da natureza da sociedade), sob as condições e clausulas seguintes (cópia da integra do contracto apresentado). E havendo eu lido o presente acto, que lida foi lido, declararam que mutuamente empenham em suas palavras, suas pessoas e bens para o exato e completo cumprimento do presente contracto, cujo original fica archivado na Chancellaria deste Consulado Geral; e em presença das testemunhas entreguei a cada um dos interessados uma cópia authenticica deste mesmo instrumentario. Em té de que nelle imprimo o sello consular.

Seguem-se as assignaturas:

1º dos interessados;

2º das testemunhas;

3º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 28

(TIT. III, CAP. I, ART. 281, § 7º)

Das escripturas de hypothecas

O modelo destas escripturas é, materialmente, o n. 28.

MODELO N. 27

(TIT. IV, CAP. II, ART. 296)

Do testamento

Aos . . . dias do mez de . . . do anno de . . . de . . . horas da . . .
havendo eu sido convidado na qualidade de Consul Geral (Consul ou Vice-
Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em . . . pelo Sr. F. . . ,
dirigi-me a sua casa, rua d. . . n. . . em companhia do meu chanceller
F. . . e ali encontrei o sobredito F. . . , enfermo de corpo, mas no
posso de todas as suas faculdades mentaes, segundo pude colligir de
suas palavras e gestos ; e havendo-me elle requerido que houvesse eu
de recolher por escripto as suas ultimas vontades, — dictando-as elle
perante F. . . , F. . . e F. . . , que como testemunhas escolhidas pelo
testador estavam presentes ao acto, foram ellas escriptas pelo meu
chanceller, e são as seguintes : (seguí as disposições testamentarias).
E havendo o Sr. F. . . declarado que tal era a sua ultima vontade,
que desejava fosse considerada como testamento (ou codicillo), im-
portando a annullação de qualquer outro anteriormente feito ; em
minha presenca, do meu chanceller e das testemunhas acima nomeadas,
rubeiquei todas as folhas, e o testador assignou a ultima no dia,
mez e anno acima indicados. Em 2.º do que o subscrverei, e assignarem
as testemunhas, e o meu chanceller.

Seguem-se as assignaturas:

- 1.º do testador ;
- 2.º das testemunhas ;
- 3.º do chanceller ;
- 4.º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

N. B. Si por ventura o testador não poder assignar, tal-o-ha em
seu lugar o Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), fazendo-se disso a
necessaria declaração no lugar proprio.

MODELO N. 38

(TIT. IV, CAP. II, ART. 296)

Approvação de um testamento

Señem quantos este presente instrumento de approvação do testamento virem, que no anno de. . . , aos. . . dias do mez de. . . em esta (cidade, villa, etc.) e neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) perante mim (Consul Geral, Consul ou Vice-Consul) appareceu F. . . reconhecido por mim pelo proprio, com saude, e em seu perfeito juizo e entendimento, o que mostrou pelo bom acerto de suas palavras, e por elle na presenca de cinco testemunhas que presentes estiveram me foram entregues das suas de minhas mãos estas (tantas) folhas de papel e nellas achai escriptas (tantas) lousas, e dizendo ser o seu testamento que o tinha mandado escrever, e que elle testador sómente o assignari do seu punho (ou declarou que era o seu testamento dactygrapho), e que por estar em tudo á sua vontade, o havia por bom, valido e firme e que podia ás justicas o quem o conhecimento desta pertencer lh'o comparem, e a mim Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) lh'o approvasse; e por achai-o sem vicio nem emenda alguma lh'o approvei, numerei e rubriquei com a minha rubrica que diz (aqui a rubrica). Em fide que me pediu este instrumento, que leu e assignei com as testemunhas presentes a todo este acto, que são F. F. F. F. F., maiores e pessoas livres, reconhecidas por mim, F. que o escrevi e assignei em publico e raso, etc. etc.

N. B.— Quando for chamado á casa do testador por se achar doente, poderá fazer-se a assignação em vez de comparecer neste Consulado em casa de F., cidadão brasileiro, onde ou F. viva, e achando-o enfermo de corpo, mas no gozo de todas as suas faculdades mentaes, segundo pode colligir de suas palavras e gestos. (Seguem-se as assignaturas, como no n. 11.)

MODELO N. 28

(TIT. IV, CAP. II, ART. 296)

De termo de abertura de testamento

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da República dos Estados Unidos do Brasil em. . .

Aos. . . dias do mês de. . . de anno de. . . neste Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado, da República dos Estados Unidos do Brasil em. . . compareceu F. . . (nome do apresentante do testamento) e declarou que me vinha apresentar, para ser aberto (si o apresentante compareceu a mando de outrem, declare-se quem este seja, e as relações de ambos com o testador) o testamento com que em (dia, mês, anno e lugar do fallecimento) havia fallecido F. . . (declaração do nome, estado, naturalidade, filiação e residência do morto). E assim requerido perante os testemunhas F. . ., e F. . . que certificaram a morte do testador, e a competencia do apresentante do testamento para proceder a esse acto, examinei minuciosamente aquelle documento, e reconheci que elle estava intacto, cosido com linha branca, fechado, em tres differentes lugares, com laço encarnado, sem emenda, rasura ou outro qualquer vicio de escripta, e era do teor seguinte: (transcreva-se todo o testamento). Em fi do que levei o presente termo, que fica registrado no archivo deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado), a fm. . . do Liv. . .; e assignei com o apresentante do testamento e os testemunhas acima mencionadas no mesmo dia, mês e anno, acima referidos.

Seguem-se as assignaturas:

1º do apresentante;

2º das testemunhas;

3º do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 30

(TIT. III, CAP. IV, ART. 312)

Forma do protesto de arribada

F. . . Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Por este publico instrumento de protesto se faz saber a todos os que o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado), F. . . capitão do navio denominado. . . de. . . toneladas, do porto de. . . F. . ., 1.º piloto do dito navio e FF. . . marinheiros, os quaes, cada um por si declararam que o dito navio foi carregado com. . . fardas, e que achando-se provido de aparelhos, estenques de quiltes, e com todos os mantimentos precisos, e de tudo completamente preparado para seguir viagem, se fez á vela do porto de. . . com destino para. . . e que o dito navio no decurso da sua viagem no dia. . . do mez. . . achando-se em latitude. . . e longitude. . . soffreu uma violenta tempestade (o que occorreu, se deve extrahir do termo de mar, e do livro da derrota); depois de que acalmado mais o vento, e fazendo o navio. . . polegadas de agua, vendo-se, enfim, na necessidade de arribar ao porto mais perto, flizaram rumo para este porto, onde chegaram e fundaram ás. . . horas do dia. . . deste presente mez; que durante a sua viagem, elle capitão, officiaes e marinheiros flizaram todos os esforços possiveis para preservar o dito navio e sua carga de qualquer avaria. Pelo que elle capitão me pediu lbe tomasse este solemn protestó contra mar e vento, ou contra quem de direito for, declarando que todos os danos, avarias e perdas que tenham havido no dito navio e sua carga, devem ser por conta dos interessados do dito navio e carga, ou seguradores (por via de recibo ou de outra qualquer firma), tendo acontecido os ditos transtornos, como acima fica mencionada, e tão porque o navio se achasse em tão estado quando sahio do porto de. . . ou negligencia d'elle capitão e tripulação. Em consequencia dos ditos conhecimentos os comparecentes me requereram um auto, que servisse para elles e todos os interessados, onde e quando lhes for necessario; e, por isso, em virtude do dito seu requerimento lhas ratifiquei o presente protestó, que elle capitão e todos os mais conmigo assignaram.

Em 26 do qua, etc.

(L. S.) F.

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul)

F. capitão.

F. piloto.

FF. marinheiros

MÓDULO N. 31

(TIT. III, CAP. IV, ART. 342)

Forma da protesta sobre frete

F. . . Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) etc.

Por este público instrumento de protesto sabem quantos o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado), F. . . capitão do navio denominado . . . do porto de . . . e F. . . 1.º piloto, os quais, cada um de por si, declararam que achando-se o dito navio fretado pelos Srs. FF, de tal preça, para conduzir tal e tal carga a este porto, onde chegou em o dia . . . do mes. . . sendo pela mesma carta de fretamento. . . dias correntes para a descarga do sobredito navio. Que por um dos conhecidos em . . . aos. . . do mes. . . os ditos FF. consignaram aos Srs. FF. duas volantes com a marca á margem, e que elle capitão lhes pediu houvesssem de mandar o bordo buscar para pagarem o frete competente, o que elles têm recusado fazer, demorando assim o dito navio com grande damno dos seus proprietarios; e, portanto, elle capitão me requereu que queria protestar, tanto com effeito protesta, tanto os ditos FF., os contra quem de direito fir, pela falta de cumprimento do sobredito fretamento, por todas as perdas e despesas que tenham ou hajam de correr, e por não terem pago, como deveriam, o dito frete.

Em fé do que, etc.

MODELO N. 32

(TIT. III, CAP. IV, ART. 327)

Forma de nomeação de capitão

F. . . Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Perante mim pessoalmente compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) aos . . . dias do mes de. . . F. . . como dono, ou consignatario do navio. . ., surto neste porto, e pelas poderes que me apresentou de F. . . residente em. . . cidade do Brazil, e dono do referido navio, me disse que pretendia fazer a mudança do capitão F. . . (por assim estarem convencidos ou por apresentar o consignatario poderes e justificados motivos para tirar aquelle o commando do navio ou por ter fallecido o que existia) e para isso recorria a esse Consulado Geral, affirm de eu lhe approvar tal nomeação, o que achando conforme com as leis da Republica lh'a approvei; e sendo nesse acto F. . . novo capitão nomeado, disse que accellava a sobre dita nomeação, sujeitando-se em tudo ás mesmas leis; e para constar mandei levar o presente termo, que ambos commigo assignaram.

Em 22 de que, etc.

MODELO N. 34

(TIT. III, CAP. II, ART. 204)

Certificado de manifeste da carga

F. . . Consel geral (Consel ou Vice-consel), etc.

Certifico que, tendo o capitão F. . . feito perante mim o depoimento e juramento, que assigna ao pé do manifeste annexo da embarcação. . ., consta ser este manifeste copia exata e verdadeira daquella com que se despachou a referida embarcação na Alfândega desta cidade; e o qual, junto por mim aos despachos originaes, deverá o mencionado capitão, na sua chegada, entregar na Alfândega do porto da. . .

Em B de que, etc.

MODELO N. 35

{TIT. III, CAP. II, ART. 333}

Seria de nada

{Armas da República}

P. Consul geral (Consul ou Vice-consul) etc.

Fago saber a todas as autoridades da República que esta minha certidão virem que a cidade de. . . . está livre do mal de peste, e de qualquer outro contagio: e para que nos portos do Brazil se não ponha impedimento algum á entrada do navio. . . . capitão P. . . . que daqui segue viagem para. . . . levando. . . . pessoas de tripulação, e. . . . passageiros, o muni da presente, que vos por mim assignada e selada, etc.

MODELO N. 36

Subsc. do passaporte de um navio

F. . . . Consal Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Certifico que F. . . . capitão do navio. . . . de que trata este
passaporte, chegou a este porto em. . . . vindo do. . . . com a
carga mencionada em seu manifesto registrado a fl. do livro das
entradas e saídas : e agora faz viagem para. . . . com a carga
constante do manifesto, que fica registrado a fl. do livro competente.

Em té de que, etc.

N. B.— Havendo mudança de capitão, cumpre declarar-a.

MODELO N. 37

(TÍT. V, CAP. UNICO, ART. 410)

Passaportes a Indivíduos

N. . .

(Armas da República)

Signares !	F. . . Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.
Nome	Fazer saber que desta parte segue viagem para . . .
Nascimento	com estado civil . . . F. . . que é cidadão . . .
Cônjuge	está acompanhado pelo documento que segue ao re-
Profissão	curso deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-
Religião	Consulado).
Sexo	N. . . em . . . de . . . de . . .
Idade	
Qualificação	
Outros	
Seguam particulares	
Assinatura da parte.	

— Visto — nos passaportes são postos pelo Consulado.

Visto neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da
República dos Estados Unidos do Brasil em . . . aos . . . de . . .
de . . .

F. . .

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

MODELO N. 38

(TIT. V, C.A.P. UNICO, ART. 422)

Legitimação

(Reconhecimento de firmas)

Reconheço verdadeira a assignatura supra (retro) de F. . . de tal occupação; e para constar onde convier, a pedido do. . . passei o presente que assignei e fez sellar com o selo das armas desta Consulado-Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em. . . aos. . . de. . . de. . .

(Outro reconhecimento)

Certifico que o documento supra (retro) está revestido de todas as formalidades exigidas pelas leis deste país; e para constar onde convier, etc.

MÓDELO N. 20

(TÍT. V, CAP. UNICO, ART. 423)

Certificado de matrícula

Certifico ser o documento anexo a verdadeira matrícula da embarcação. . . constante da. . . pessoas da tripulação, inclusive o respectivo capitão F. . . que seguem viagem desta para o porto de. . . não levando a seu bordo (segundo declarar) mais peixe alguma.

Em 16 de que, etc.

MODELO N. 40

(TIT. I, CAP. IV, ART. 138)

Data de recebimento		Procedência		Assinatura
Número da ordem da matrícula		Lugar de origem	Antiquário do valor	
Descrição do documento (Obs., Brevet., Cart.,)				Data
Serviço a que pertence o documento				
Número do documento				
		Dia	Mes	Ano

MÓDELO N. 41

(TIT. I, CAP. II, ARTS. 62 E 64)

Declaração de entrega de archivo

Nesta data, de accordo com o disposto no decreto n. 3216, de 9 de dezembro de 1899, procedeu-se á verificação dos papéis e registros que compoem o archivo da Legação (ou Consulado) do Brasil em . . . entre o Sr. . . (nome do funcionario que se retira) e o Sr. . . (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou :

1ª, que o dito archivo contém os papéis, registros, correspondencias, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição de accordo com o inventario procedidoem . . . (data);

2ª, (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr. (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhuma original ou copia dos papéis que recebeu em seu caracter official.

ANNEXO A

LIVROS DE REGISTRO QUE DEVEEM HAVER NOS CONSULADOS

Um livro para registro desta consolidação, das patentes dos consules e dos vice-consules de seus districtos.

Um dito dos officios que os consules dirigirem a esta Repartição, onde se registrarão tambem todas as peças que hincisar e que não estejam registradas em outro livro respectivo.

Um dito dos officios que os consules dirigirem aos ministros diplomaticos a que são subordinados, e aos vice-consules de suas dependencias.

Um dito dos officios que os consules dirigirem ás autoridades locais.

Um dito dos officios que os consules dirigirem ás autoridades diversas da Republica.

Um dito para registro das entradas e saídas das embarcações, manifestos de seus cargos, e cartas de saude.

Um dito para registro dos mappaes que remettorem á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Um dito dos contratos mercantis, protestos de arribados e avarias.

Um dito para registro de passaportes e viasos.

Um dito para as declarações.

Um dito para a escripturação das multas.

Um dito para escripturas.

Um dito para termos de juramento.

Um dito para registro de testamentos e inventarios.

Um dito para assentimento das quantias arrecadadas do producto das vendas das propriedades publicas e particulares.

Um dito para inventario do archivo.

Um dito para actos de nascimentos.

Um dito para actos de casamento.

Um dito para actos de obito.

Um dito para a matricula dos cidadãos brasileiros.

Um dito para registrar procurações.

Um dito para escripturação da receita e despesa.

Um dito para escripturação de estampilhas.

Um dito para o monte-pio.

ANEXO B

TABELLA DOS EMOLUMENTOS CONSULARES QUE SE DEVEM COBRAR NOS CONSULADOS E VICE-CONSULADOS BRASILEIROS, EM VIRTUDE DO DECRETO N. 2622, DE 14 DE MARÇO DE 1908.

1. Legalização do manifesto de carga de um navio, calculada e tassellagem segundo a legislação dos respectivos países, até 500 toneladas, por tonelada para o primeiro porto	\$400
2. Idem para os outros portos.	\$200
3. Pelo que exceder para o primeiro porto.	\$200
4. Pelo que exceder para os outros portos.	\$100
5. Visto de cada conhecimento de carga.	1\$000
6. Carta de saúde de cada navio nos lugares onde não houver repartição que as confira, ou visto nas mesmas . . .	10\$000
7. Visto na matrícula da equipagem.	1\$000
8. Matrícula da tripulação	10\$000
9. Mudança na lista da equipagem, por cada homem. .	1\$000
10. Passaportes a navios.	10\$000
11. Endosso no passaporte de um navio.	1\$000
12. Certificado de vir um navio ao leatro, cada um. . .	10\$000
13. Inventário de um navio.	10\$000
14. Visitação de um navio.	10\$000
15. Visitação da lanchas a bordo	10\$000
16. Autorizar um novo diário da navegação e retribuir todas as suas folhas, cada uma.	\$400
17. Mudança da bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em depósito dos papéis do navio, além da taxa.	10\$000
18. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, além da taxa	10\$000
19. Mudança da bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em depósito dos papéis do navio, sobre o preço do arrendamento anual . . .	2 1/2

20. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, sobre o preço do arrendamento actual	1 1/2
21. Nomeação ou approvação da nomeação de um capitão e seu registro.	5000
22. Carta de freamento	10000
23. Viso de um diário nautico	1000
24. Venda publica de mercaderias avariadas ou outros pertencentes á carga de um navio, até 1.000\$000	1 1/2 1/2
25. Pelo que exceder	1 1/2
26. Arrecadação da objectos pertencentes á carga e casco de um navio naufragado, sobre o valor ou somma.	2 1/2 1/2
27. Registro de um brasileiro na matricula do Consulado e expedição do competente titulo de nacionalidade	4000
28. Pela renovação desse titulo.	2000
29. Passaporte expedido a individuos	5000
30. Sendo simplesmente visado	3000
31. Viso na certidão de nacionalidade	2000
32. Viso annual na certidão de matricula	2000
33. Inventario de bens por fallecimento, até 2.000\$000	8 1/2
34. Dessa quantia em diante.	1 1/4
35. Testamento	10000
36. Approvação de dito	10000
37. Termo de abertura de dito	10000
38. Escriptura de compra e venda e acto de sociedade	10000
39. Uma procuração ou sub-stabelecimento.	10000
40. Reconhecimento de assignatura ou legalização de qualquer documento não passado no Consulado	5000
41. Certidão por paginas ou parte de pagina.	2000
42. Certidão ou attestado do Consulado para servir em qualquer estação	4000
43. Registro de qualquer documento nos livros do Consulado, que não seja o manifesto, carta de saúde, matricula de equipagem e passaportes, por pagina ou parte de pagina	2000

44. Buscas nos livros ou papéis do Consulado, além das emolumentos das certidões, por anno.	25000
45. Si a parte indicar o anno	2500
46. Tradução de qualquer documento, por pagina ou parte de pagina	50000
47. Assistencia do Consul a actos que exijam a sua assistencia do Consulado, por cada dia ou cada tres milhas de distancia, além das despesas do transporte, si as houver	100000
48. Assistencia do Consul a qualquer venda, sendo requerida, uma commissão de.	1 1/2
49. Visitação de fazendas em terra	150000
50. Nomeação de peritos, cada um.	50000
51. Interrogatorio de testemunha, cada uma	100000
52. Protesto ou declaração	100000
53. Certidão de vida	50000
54. Dinheiro recebido ou depositado por conta de particulares, uma commissão de	2 1/2 1/2
55. Escripçã e registro de qualquer contracto até 1:000\$	1 1/2
56. Pelo excedente	1/2 1/2
57. Contracto de dissolução de sociedade	200000
58. Dinheiro despendido por conta de particulares	5 1/2
59. Legalisação de cópia ou conferencia de traducção de qualquer documento feito fora da Chancelleria, pela primeira leuda	25000
60. Por cada uma das seguintes	15000
61. Legalisação de facturas	50000
62. Cópia de qualquer documento escripto em lingua estrangeira, pela primeira pagina.	25000
63. Por cada uma das seguintes	15000
64. Sentença arbitral, sendo de valor determinado :	
Até 500000	25000
» 1:000000	45000
» 1:000000	80000

Até 3:000\$000	12\$000
» 10:000\$000	30\$000
De 10:000\$000 para cima, por cada 1:000\$000 . . .	2\$000
65. Sendo de valor indeterminado os sobre objecto que o não tenha	10\$000
66. Qualquer documento official ou instrumento não no- mendo ou enumerado nesta tabela, que não exceda de 100 palavras	1\$000
67. Por cada 100 outras addicionaes	1\$000
68. Termos de qualquer natureza não especificados na ta- bela.	5\$000

Decreto n. 3303 — de 20 de abril de 1899

Approva a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil :

Atendendo á conveniência de serem reunidas todas as disposições sobre o Corpo Diplomático Brasileiro, constantes de diversas leis, decretos, circulares, despachos, para maior regularidade do serviço a seu cargo, decreta :

Art. 1.º E' approvada a Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro, mandada elaborar pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que a subscreve.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1899, 10ª da Republica.

M. FERREAS DE CAMPOS SALLES.

Officio de Moynados.

Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro

CAPÍTULO I

DO NÚMERO DAS LEGAÇÕES E RESPECTIVO PESSOAL

Art. 1.º A República dos Estados Unidos do Brazil deve ter legações nos seguintes países :

Europa : Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Portugal, Austria-Hungria, Belgica, Hespanha, Russia, Suissa e junto á Santa Sé ;

America : Estados Unidos da America, Republica Argentina, Chile, Republica Oriental do Uruguay, Bolivia, Paraguay, Peru, Venezuela, Ecuador e Columbia ;

Asia : Japão.

(Decreto n. 140, de 16 de abril de 1891, arts. 1.º e 2.º, lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3.º, decreto n. 435, de 14 de abril de 1897.)

Art. 2.º Todas ellas serão regidas por enviados extraordinarios, havendo uma só para o Ecuador e Columbia.

Parágrafo unico. O Governo fixará a sede desta ultima na Capital de uma dessas Republicas, devendo permanecer na outra o 1.º secretario. (Decreto n. 140, de 16 de abril de 1891, art. 1.º, lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3.º.)

Art. 3.º As legações na Inglaterra e França terão um 1.º e dois 2.º Secretarios ; assim nos Estados Unidos da America, Republica Argentina, Republica Oriental do Uruguay, Ecuador e Columbia, Portugal, Alemanha e Italia, um 1.º e um 2.º ; as demais legações na America um 1.º e na Europa um 2.º. (Lei n. 322, de 1895, art. 1.º, § 8.º e art. 3.º.)

Art. 4.º Em casos extraordinarios poderá o Governo nomear embaixador ou enviado extraordinario em missão especial, arbitrando-lhe o que for necessario para as respectivas despezas e dando-lhes o pessoal preciso. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 17.)

Art. 5.º Sómente por decreto poderão ser creadas novas missões ou extincas as que por alguma razão não devam subsistir. O Governo, porém, terá a faculdade de não prestar alguma missão por motivo transitório sem supprir a, bem como algum lugar de 1.º ou 2.º secretario, conforme a conveniência do serviço publico. (Decreto n. 907 A, art. 3.º.)

CAPITULO II

DOS EMPREGADOS NO CORPO DIPLOMATICO

Art. 6.º O pessoal do Corpo Diplomático será dividido em tres classes :

- a) dos empregados em effectividade ;
- b) dos empregados em disponibilidade ;
- c) dos empregados aposentados. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1883, art. 11.)

a / Dos empregados em effectividade

Art. 7.º A classe dos empregados em effectividade comprehenderá os do Corpo Diplomático em missão ordinaria, como também os que se acharem em missões especiais ou extraordinarias. (Decreto n. 940, art. 12.)

Art. 8.º O Corpo Diplomático das missões ordinarias se comporá de embaixadores extraordinarios e ministros plenipotenciarios de uma só classe e de 1.º e 2.º secretarios.

§ 1.º O Secretario que substituir o Ministro assumirá o título de Encarregado de Negocios, sem o qualificativo de Interino.

§ 2.º Os Ministros serão conjuvados pelos 1.º e 2.º Secretarios e por adidos sem vencimentos, que serão preferidos nas nomeações de 2.º Secretarios. (Decreto n. 907 A, de 1880, art. 1.º e lei n. 333, de 1898, art. 1.º, § 2.º.)

Art. 9.º Os 2.º Secretarios começarão a servir na America e não serão promovidos ou removidos para a Europa sem que tenham completado quatro annos desse serviço effectivamente. (Decreto n. 907 A, de 1880, art. 3.º.)

Art. 10. Os Ministros poderão ser chamados ao pelo pelo Governo a serviço público, sem prejuizo dos seus lugares nas Legações. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1885, § 2º do art. 1º.)

Art. 11. Os Secretarios poderão ser chamados de tres em tres annos, sem prejuizo de seus lugares nas Legações, a servir durante um periodo que não excederá de um anno, na Secretaria de Estado, como auxiliares dos directores da secção, ficando equiparados aos demais empregados quanto á frequencia e disciplina. (Lei n. 322, § 7º do art. 1º.)

b) Dos empregados em disponibilidade

Art. 12. A classe dos empregados em disponibilidade comprehenderá aquellos cuja missão o Governo der por acabada, mandando-os retirar para a Capital Federal, sem contido demittir-os do serviço.

§ 1.º A disponibilidade somente poderá ser concedida aos agentes diplomaticos depois de 10 annos de effectivo exercicio.

§ 2.º Esta disponibilidade será considerada activa ou inactiva, conforme o empregado for ou não admittido ao serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou de qualquer outra repartição, ou exercer algum cargo administrativo. (Decreto n. 340, de 20 de março de 1883, art. 13 e lei n. 322, de 8 de novembro de 1885, § 2º do art. 1º.)

Art. 13. Os empregados diplomaticos postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal e apresentar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dois meses, contados da data em que tiverem a respectiva communicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Esse prazo poderá ser prorrogado pelo Ministro do Estado das Relações Exteriores por motivos de força maior, devidamente comprovados. Os empregados que excederem o referido prazo, ou a prorrogação, ficarão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 1538, de 14 de outubro de 1887.)

Art. 14. Os empregados que o Governo constrear cinco annos em disponibilidade inactiva deixarão de pertencer ao Corpo Diplomatico,

ficando, por consequencia, privados do ordenado e das honras. Sendo, porém, aposentados, e já tiverem tempo para isso, não se lhes contendo o daquela disponibilidade. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 15. Os agentes diplomaticos postos em disponibilidade só poderão servir fora do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 331, de 8 de novembro de 1893, art. 2º, § 2º.)

Art. 16. Os empregados que se acharem em disponibilidade conservarão o tratamento e poderão usar de uniformes correspondente ao ultimo cargo que serviram no Corpo Diplomatico. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1892, art. 17.)

Art. 17. Os empregados em disponibilidade podem voltar á affectividade na mesma ou em superior categoria. (Decreto n. 940, art. 52; decretos ns. 937 A e 997 B, de 11 de novembro de 1890 e lei n. 331, de 8 de novembro de 1893.)

c) Dos empregados aposentados

Art. 18. Poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro os empregados que tiverem 30 annos de effectivo exercicio e com o correspondente os que contarem 10 ou mais, e menos de 30, quando preta a sua invalidar em inspecção de saúde. Com menos de 10 annos nenhum será aposentado. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 14, decreto n. 117, de 1892, arts. 2, 3 e 4, lei n. 331, já citada, § 2º do art. 1º.)

Art. 19. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo logar, si o empregado o tiver servido pelo menos dous annos, e, no caso contrario, o do immediatamente inferior.

Paragraphe unico. Os vencimentos accrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para as aposentadorias, decorrido o mesmo periodo de dous annos apoz a sua decretação. (Decreto n. 117, de 1892, art. 4º, §§ 2º e 3º.)

Art. 20. O empregado diplomatico que se aposentar-se, contando mais de 30 annos de effectivo servico, tem direito ao respectivo ordenado e

mais 5 2/3 da gratificação, por anno que exceder doquelle tempo. (Decreto legislativo n. 117, de 1893, art. 34.)

Parágrafo unico. Os empregados aposentados conservando o tratamento e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo que serviram no Corpo Diplomático. (Decreto n. 240, art. 17.)

CAPITULO III

NOMINAÇÃO, PROMOÇÃO, DEMISSÃO, INCOMPATIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

Art. 21. Os Encargados Extraordinarios serão tirados da classe dos 1.º Secretarios e este da dos 2.º.

Para os lugares de 2.º Secretarios ninguem será nomeado sem exame ou sem exhibir diploma de faculdade de direito brasileira.

O exame versará sobre as seguintes materias:

1.º, conhecimento das linguas modernas, especialmente da inglesa e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e falar esta ultima;

2.º, historia geral e geographia politica, historia nacional, e noticia dos tratados feitos entre o Brazil e as potencias estrangeiras;

3.º, principios gerais de direito das gentes e de direito publico nacional e das principaes nações estrangeiras;

4.º, principios gerais de economia politica e do systema commercial dos principaes Estados e da produção, industria, importações e exportações do Brazil;

5.º, a parte do direito civil relativo as pessoas e principios fundamentais em materia de successão;

6.º, estylo diplomatico, redacção de despatches, notas, relatorios, etc. (Decreto n. 227 A. de 11 de novembro de 1890, art. 3.º; lei n. 323, de 8 novembro de 1893; art. 1.º § 4.º, instrucções de 17 de novembro de 1893.)

Art. 22. Os empregados da Secretaria do Estado das Relações Exteriores poderão ser nomeados para cargos diplomaticos sem dependencia de tirocinio e mais habilitações exigidas, excepto feita dos brasileiros, que para tal fim devem ser formados em direito ou

prestarem exame para 1.^o secretario ou mesmo para 2.^o official, si tiverem tres annos de effectivo servico. (Decreto n. 940, cõ. art. 2.^o; lei n. 383, cõ. art. 1.^o, § 6.^o.)

Art. 23. Qualquer dos empregados da dita Secretaria de Estado, que, na conformidade do artigo antecedente, for nomeado para um cargo diplomatico, salvo o caso de missão especial, deixará vago o respectivo lugar na mesma Secretaria. (Decreto n. 940, já cil., art. 8.^o.)

Art. 24. A disposição da 1.^o parte do art. 21 não veda a nomeação, autorizada pela lei n. 383, de 23 de outubro de 1875, de qualquer cidadão habilitado para o cargo de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario sem direito a disponibilidade e aposentadoria.

Paraphrasis unico. Ficam pertencendo ao quadro diplomatico e, portanto, com direito áquellas garantias, os cidadãos que foram nomeados pelo Governo Provisorio para qualquer das categorias então existentes. (Decreto n. 987 A, já cil., art. 4.^o.)

Art. 25. Tendo o Governo de submeter á approvação do Senado Federal a nomeação dos Ministros, sem por isso ficar inibido de nomeal-os por promoção e os assim nomeados gozarão de todas as vantagens concedidas aos demais. (Decreto n. 987 A, de 1880, art. 5.^o.)

Paraphrasis unico. Si a approvação for negada, o funcionario proposto poderá ser conservado na categoria que tiver, ou aposentado, conforme o motivo da recusa.

Art. 26. A antiguidade sómente dará direito a promoção, no caso de igualdade de merecimento e servicos. (Decreto n. 940, art. 5.^o.)

Art. 27. O Governo pôde demittir livremente sem lras dar outro destino e sem os pôr em disponibilidade, qualquer que seja o tempo de servico que tiverem :

1.^o, os empregados nas missões especiaes ou embaixadas, comtanto que não tenham sido tirados das missões ordinarias ;

2.^o, os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios de que trata o art. 24, salvo o paraphrasis unico.

3.^o, os empregados em missões ordinarias que ainda não tiverem servido por 10 annos ;

4º, os addidos sem vencimentos. (Decreto citado, n. 940, art. 13; decreto citado n. 993 A, art. 4º.)

Art. 26. Os indivíduos que tiverem servido 10 annos os lugares de chefe ou secretario de Legação sómente poderão ser demittidos por sentença do Tribunal competente. (Lei n. 614, de 22 de agosto de 1894, art. 4º.)

Art. 27. Os empregados ordinarios que tiverem servido 10 annos os lugares de chefe ou secretario de Legação e que, sendo nomeados ou removidos para uma missão de igual ou superior categoria recusarem-se, não serão postos em disponibilidade. Sómente serão aposentados si, tendo dez ou mais annos de serviço, promoverem impossibilidade physica de continuarem nelle. (Decreto citado n. 940, art. 19; decreto citado n. 117; lei citada n. 322, art. 1º, § 2º; lei n. 117, art. 2º.)

Art. 28. Os empregados diplomaticos brasileiros são incompetentes com a função de agente ou delegado de qualquer sociedade no Brazil ou fóra d'elle. Na prohibição comprehendem-se as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas, não as litterarias, sem fim commercial. (Circulares n. 3, de 17 de agosto de 1883, e n. 4, de 30 de abril de 1888, 2ª secção.)

Art. 29. Os Ministros Diplomaticos serão processados e julgados originaria e privativamente pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs e de responsabilidade. (Constituição da Republica, art. 59º I letra b.)

CAPITULO IV

DAS LICENÇAS

Art. 30. Para vir ao Brazil terá o empregado direito a uma licença de seis meses, de quatro em quatro annos, com todos os seus vencimentos, exclusive a quantia para despezas de representação, descontadas as gratificações que se abonarem ao seu substituto e ao desse pelo serviço interior. Essa licença poderá ser prorrogada; mas, durante a prorrogação, como durante qualquer outra licença que o empregado obtinha, receberá : nos primeiros seis meses — o ordenado

e a metade da gratificação; nos seguintes — o ordenado e um quarto da gratificação e depois nada. (Decreto n. 907 A, art. 15 e lei n. 343, art. 1.º e § 1.º.)

Art. 32. Os pedidos de licença devem ser feitos por intermédio do chefe da Legação e informados por este. (Circular de 21 de abril de 1876.)

Art. 34. O empregado que sem licença expressa do Governo, estiver por mais de oito dias fora do respectivo posto, não será pago dos seus vencimentos integres durante o excesso desse prazo. Bastará para esse fim, comunicação do chefe da Legação a respeito do tempo excedido, ainda quando a ausência seja d'elle proprio. (Circular de 30 de abril de 1880 e despachos ao Delegado em Londres, de 1 de junho de 1870 e 10 de agosto de 1889.)

Art. 35. Ficam sem effeito as licenças em cujo prazo não entrarem os empregados diplomaticos dentro de seis meses, contados da data de sua concessão. (Circular de 23 de outubro de 1871.)

Art. 36. O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será justo se dos antecedentes para o fim de fazer-se nos ordenados os devidos descontos. (Regulamento da Secretaria de Estado, art. 27, decreto n. 4138, de 6 de abril de 1858, art. 19.)

CAPITULO V

DOS VENCIMENTOS E DAS QUANTIAS PARA REPRESENTAÇÃO, EXPENSES, ETC.

Art. 37. Os Embaixadores Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios recebem mensalmente 15:000\$, sendo: 6:000\$ de ordenado e 9:000\$ de gratificação; os 1.º secretarios 6. 00\$, igualmente divididos em ordenado e gratificação. os 2.º 3:000\$, também igualmente divididos em ordenado e gratificação. (Lei n. 343 citada, art. 1.º e Decreto de citado n. 907 A, art. 7.º.)

Art. 32. Aos Ministros, além dos vencimentos, abontar-se-ha para representação uma quantia fixada na tabella seguinte :

Tabella da gratificação annexa ao Minisro Espectativa para dezas a represente

LEGAÇÕES

Estados Unidos da America, Chile, Republica Argentina,	
Uruguay, Inglaterra, Franca, Italia, Portugal	
e Alemanha	20:000\$000
Hespanha, Austria-Hungria e Santa Sé	15:000\$000
Ecuador e Colombia, Venezuela, Peru, Bolívia, Paraguay,	
Russia, Belgica e Suissa	10:000\$000

Parapho unico. O 1.^o secretario da Legação no Ecuador e Colombia que residir em ponto diverso do Ministro terá tambem para o mesmo fim uma gratificação de 3000\$. (Lei n. 322, art. 1.^o, § 1.^o do art. 2.^o.)

Art. 33. Os 1.^{os} secretarios encorregados de reger interinamente legações vagas, isto é, sem Ministros para ellas nomeadas, percibendo, além dos seus vencimentos, a gratificação annual de 3000\$. (Lei n. 322, art. 2.^o, §§ 3.^o e 4.^o.)

Art. 40. Aos secretarios serão concedidas por serviço interno como chefes de missão, as seguintes gratificações:

Ao primeiro, além dos seus vencimentos, 6000\$ quando a Legação for de primeira categoria quanto a representação dos seus chefes, ou 5000\$ quando for de qualquer outra categoria.

Ao segundo, além dos seus vencimentos, 3000\$ annuos. (Decreto n. 287 A, art. 11.)

Art. 41. Ao 3.^o secretario, que servir de 1.^o, competa a gratificação de 1000\$. (Circular n. 5, de 23 de setembro de 1897.)

Art. 42. Os empregados que estão ou forem postos em disponibilidade activa receberão todo o ordenado; os que estão ou forem postos em disponibilidade inactive dosargos e os que forem aposentados o que lhes competir, segundo o tempo de serviço. (Decreto n. 287 A, art. 3.^o.)

Art. 43. Os empregados, que, estando em disponibilidade activa, forem admitidos a serviço publico estranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto citado n. 997 A, art. 12.)

Art. 44. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para o aposentadoria. (Decreto citado n. 997 A, art. 10.)

Art. 45. Os Ministros e Secretarios chamados ao paiz pelo Governo a serviço publico receberão seus vencimentos integrais em moeda corrente do paiz. (Lei citada n. 323, art. 1º, §§ 3º e 7º, decreto n. 2146, de 23 de outubro de 1896, art. 3º.)

Art. 46. Na mesma especie de moeda receberão os vencimentos que lhes competirem, os empregados diplomaticos que vierem ao Brazil com licença, ou aqui permanecerem no desempenho de qualquer commissão. (Decreto n. 2146 citado, art. 3º.)

Art. 47. Os empregados diplomaticos devem declarar no pedido de licença onde pretendem goza-la, afim de se providenciarem com fôr de direito.

§ 1.º Quando os mesmos empregados quizerem gozar parte da licença no Brazil e parte no estrangeiro, deverão dizal-o opportunamente para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade.

§ 2.º Os que vierem ao Brazil e receberem depois passar parte do tempo no estrangeiro, ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior do dia que especificar para o seu começo em diante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 48. Os vencimentos dos empregados do Corpo Diplomatico serão pagos no estrangeiro ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ e por meses vencidos. (Decreto n. 954, de 6 de abril de 1892 e decreto n. 2146, art. 1º.)

Art. 49. Os ordenados dos empregados em disponibilidade bem como os dos aposentados, serão pagos mensalmente e depois de vencidos, em moeda corrente do paiz, e pelas respectivas folhas. (Decreto citado n. 940, art. 2º.)

Art. 50. Os empregados diplomaticos soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes for marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificado; e enquanto não chegarem á sede da Legação, receberão somente o ordenado que lhes será aborçado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade do serviço. (Decreto n. 2148 já citado, art. 2.º.)

Art. 51. Os empregados diplomaticos nomeados e removidos pertencem para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos, ao prazo de duas meses contados da data em que tiverem a communicação official, cujo recebimento será logo accusado; salvo os casos que, por conveniencia do serviço, o Governo entender que devam fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 800, de 28 de abril de 1892.)

Art. 52. O ordenado fiao dos empregados em effectividade, bem como as quantias que lhes são concedidas a titulo de despesa de representação e de gratificação, deixarão de ser percebidas da data em que receberem communicação official da sua demissão ou retirada, salvo si o Governo marcar a epocha de sua partida, porque então somente deixarão de perceber o dito ordenado e quantias, dessa epocha em diante. (Decreto citado n. 940, art. 38 e lei n. 328, art. 1.º.)

Art. 53. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebiam em effectividade. (Decreto n. 940, art. 39.)

Art. 54. O ordenado dos empregados, que forem aposentados, estando em effectividade, começará a correr do dia em que tiverem cessado os vencimentos que antes percebiam. E o dos que forem aposentados, achando-se em disponibilidade, da data do decreto de aposentadoria. (Decreto n. 940, art. 40.)

Art. 55. O empregado removido tem direito apenas ao ordenado desde que deixa o exercicio do seu cargo; e, no caso de promoção, só perceberá o novo ordenado do dia em que partir para o seu destino. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores (2.ª Secção) n. 1, de 10 de julho de 1899 e decreto n. 2148 citado, art. 2.º, paragrapho unico.)

Art. 56. O que estiver no gozo de licença só poderá continuar a

receber seus vencimentos integros do dia em que voltar ao exercicio, salvo si, antes do termo della, partir para um novo destino, em virtude de remoção, com ou sem promoção. (Despacho ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 30, de 23 de maio de 1873, e 34 de 31 de outubro de 1885.)

Art. 57. Os Agentes Diplomaticos só podem saçar pelos seus vencimentos, depois de terem chegado ao paiz em que devem residir. (Circular de 3 de fevereiro de 1884, e despacho ao Delegado n. 1, de 13 de setembro de 1887.)

Art. 58. Os funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores com exercicio fora do paiz, só devem saçar sobre o Delegado do Thesouro Federal em Londres, depois de receberem aviso della os que residirem na Europa, e depois de autorizados pela Secretaria de Estado os que residirem na America. (Circular n. 8, de 3 de dezembro de 1887.)

Art. 59. Os 1.^{os} Secretarios de Legação, quando servirem de Bacarcapães de Negocios, e os 2.^{os}, quando servirem de 1.^{as}, poderão saçar as respectivas gratificações sobre o Delegado do Thesouro Federal, em Londres, independentemente de qualquer autorização ou providencia do Ministerio das Relações Exteriores. (Circular n. 5, de 28 de novembro de 1887.)

Art. 60. Para a execução do disposto nos precedentes artigos, deverão os chefes de missão em effectividade dar conhecimento pela 1.^a secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da data em que sahirem para seus destinos, daquela em que começarem ou deixarem o exercicio, daquela em que receberam communicação da discussão ou retirada, e daquela em que começou e terminou o gozo das licenças que lhes forem concedidas. O mesmo parecerão a respeito das suas subordinados, cumprido e cota fazel-o quanto á data de suas partidas. (Decreto n. 940, art. 33, circular n. 8, de 13 de outubro de 1885.)

Art. 61. Quando effectuarem os seus saques devem os empregados diplomaticos, não só avisar a Delegacia do Thesouro, em Londres, como discriminar no documento que lhe remetter as quantias que tenha de abater, quer do selo de nomeação, quer do imposto sobre

vencimentos, quer do montepio, afim de que ella possa fazer a necessaria escripturação.

O recibo deve ser, porém, do quantum integral a que tiverem direito. (Despacho do Delegado, n. 40, de 15 de junho de 1888. Decreto n. 1778, de 29 de dezembro de 1887, arts. 4, 5 e 8.)

Art. 62. Em vez de effectuarem saques, podem os mesmos immediatos ter procuradores em Londres ou enviar os seus recibos a negociantes daquella praça para apresental-os á Delegacia do Theouro, ao devido tempo, afim de receberem seus vencimentos.

Procederão, porém, a respeito das communicações como em relação aos saques. (Despacho ao Delegado, n. 38, de 12 de julho de 1873.)

Art. 63. Os chefes da Legação deverão communicar em officio especiaes á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pela 1.^a Secção, os saques que o pessoal da mesma Legação effectuar por conta do respectivo Ministerio, expressando as quantias sacadas em moeda nacional, com a indispensavel discriminação quando tratar-se de mais de uma importancia e com a especificação dos vencimentos e de todos os descontos. (Circulares ns. 3 e 8, de 1 de abril e de 15 de outubro de 1886.)

Art. 64. A referida Secretaria não providenciara sobre o pagamento no Theouro Federal, dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brazil, sem que proven com documento da Delegacia, em Londres, qual a data do seu ultimo saque alli satisfeito; e todos os que trouzerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição, sem que proven com outro documento de dito Theouro que não os receberam nelle em, no caso contrario, até quando os receberam. (Circulares ns. 3 e 10, de 1 de abril e de 31 de outubro de 1886.)

Art. 65. Além dos seus vencimentos e da quantia destinada ás despezas de representação, os chefes da Legação receberão, por estas funcções, a quantia annual, votada pelo Congresso Federal para os despens de expediente. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1882, art. 29, decreto n. 2146, de 28 de outubro de 1886, art. 1.^o, paragrafo unico.)

Art. 65. O Governo alugará em cada Capital, cada Honor Legação, casa para Chancelaria, despendendo com isso até 2:000\$ annuos. (Lei n. 322, art. 1.º, § 3.º.)

CAPITULO VI

DAS AJUDAS DE CUSTO

Art. 67. As ajudas de custo consistirão de despezas de transporte e de estabelecimento.

§ 1.º As despezas de transporte serão calculadas pela Secretaria do Estado, á vista de demonstração que o interessado offerecer com a indicação do numero de pessoas da familia que não tiverem economia separada. Para os effeitos deste artigo a familia comprehenderá a mãe viuva ou divorciada, a esposa, as filhas solteiras, viúvas ou divorciadas, os filhos e enteados menores de 21 annos, os netos, orphãos de pai ou de mãe e as irmãs solteiras. Esse calculo será submettido á approvação do Ministro.

§ 2.º Nos casos de remoção ou disponibilidade a pedido, debrar-se-á ser abonada a indemnização de despezas de transporte, quer o pedido conste de requerimento quer não.

§ 3.º A familia do que fallar no exercicio do emprego ou no gozo de licença fora da Republica, serão abonados no dobro as despezas de transporte, segundo o § 1.º.

§ 4.º A demissão ou disponibilidade a bem do serviço publico ou por sentença, assim como a demissão a pedido, sómente obrigará o Governo a repatriar o empregado e sua familia.

§ 5.º Nos demais casos será sempre abonada a indemnização de despezas de transporte.

§ 6.º Tendo direito ás despezas de estabelecimento :

- a) os agentes diplomaticos que tiverem primeira assignação ;
- b) os 1.ºs Secretarios promovidos a Ministros ;
- c) os 2.ºs Secretarios promovidos a 1.º para outras legações ;
- d) os agentes diplomaticos removidos por conveniencia do serviço ;

c) os agentes diplomaticos que estiverem em disponibilidade sem pedido e possurem é effectividade.

§ 7.º Para despesa de estabelecimento terão :

a) no caso de primeira nomeação, os agentes diplomaticos metade dos vencimentos totaes de um anno ;

b) os 1.º Secretarios promovidos a Ministros um terço e os 2.º Secretarios promovidos a primeiros para outras legações, metade dos vencimentos de um anno do cargo que forem exercer;

c) no caso de remoção por conveniencia do serviço ou de volta é effectividade, os agentes diplomaticos um terço dos vencimentos totaes de um anno ;

d) no caso de suppressão ou annexação de legação, a remoção sempre dará direito ás despesas de estabelecimento.

§ 8.º Quem o empregado tenha quer não, direito ás despesas de estabelecimento, poderá o Ministro, si julgar conveniente, mandar abonar-lhe, como adiantamento, para descontar-se dentro do anno financeiro, quantia igual aos vencimentos de um trimestre.

§ 9.º Quando, por motivo de ordem publica, o empregado for designado para temporariamente servir em diversa legação, além das despesas de transporte, poderá o Governo abonar-lhe uma outra indemnização até um quarto dos vencimentos.

§ 10. Fora dos casos estabelecidos não serão abonadas despesas de estabelecimento.

§ 11. As ajudas de custo serão pagas ao cambio de 37, comprehendendo-se para o effeito das despesas de estabelecimento no calculo dos vencimentos dos Ministros a quantia dada para representação. (Decreto n. 1504, de 26 de janeiro de 1894, lei n. 322, art. 4.º.)

Art. 68. O disposto no artigo antecedente não é applicavel ás comissões de limites, nem aos casos do art. 4.º desta Consolidação. (Decreto n. 1861, art. 2.º, lei n. 322, art. 4.º.)

Art. 69. O empregado diplomatico que tiver de ausentar-se do seu posto por motivo de serviço publico será indemnizado da despesa que fizer com a sua viagem. (Decreto n. 606, de 17 de outubro de 1891.)

Art. 70. O pagamento das ajudas de custo para viagem e primeiro estabelecimento será autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores logo que o empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino, salvo o caso em que se ache em país estrangeiro ou distante da Capital Federal, porque então será expedida ordem competente logo que assim convenha. (Decreto n. 940, art. 70.)

Art. 71. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo Ministro logo que forem expedidos os decretos de demissão ou remoção. (Decreto n. 940, art. 71, decreto n. 1561, de 26 de janeiro de 1888.)

Art. 72. Aos empregados nomeados em missão especial para diversas partes serão abonadas tantas ajudas de custo quantas forem as viagens que forem obrigados a fazer de uma para outras partes, deixando aquelles onde houverem terminado a sua missão. (Decreto n. 940, art. 72.)

Art. 73. Se, porém, uma legação comprehender duas ou mais partes e tiverem por isso os respectivos empregados de passar-se em certas épocas de uma para outra, para ali exercerem as suas funções, não lhes será por isso abonada separadamente quantia alguma, nem lhes serão recebidas contas de despesas, havendo-as, porém, atenção ás que provavelmente poderão fazer na fixação da quantia que lhes é concedida a título de despesa de representação. (Decreto n. 940, art. 73.)

CAPÍTULO VII

DO MODO DE CONTAR O TEMPO DE SERVIÇO

Art. 74. Os annos de serviço exigidos para os effeitos de demissão, aposentadoria e disponibilidade serão contados da data da partida para o primeiro posto, comprehendido tanto o serviço em effectividade, como o tempo de disponibilidade activa. (Decreto n. 940, arts. 41 e 42, lei n. 614, art. 4.º, lei n. 323, art. 1.º, § 2.º.)

§ 1.º As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade activa serão descontadas para os referidos effeitos. (Decreto n. 940, art. 44.)

§ 2.º Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que tem lugar entre um e outro despacho, para preparar-se o empregado, receber instruções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 830, art. 45.)

Art. 76. Não se considerará tempo de exercício o de licença e enfermidades que se prolonguem por mais de seis meses, nem o desampenho de emprego que não dê direito á aposentadoria. (Decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892.)

Art. 76. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que fazem actualmente ou passaram a fazer parte do Corpo Diplomático, será contada o tempo de serviço que tiveram naquella repartição para a aposentadoria como membros do mesmo corpo. (Decreto n. 940, art. 47.)

Parágrafo unico. Na contagem do tempo para a aposentadoria deverá igualmente ser incluído o de exercício de emprego de caracter federal. (Aviso n. 13, de 1 de julho de 1896, do Ministerio da Fazenda, decreto n. 117 A de 1892.)

Art. 77. Haverá na Secretaria de Estado um livro de matricula das empregados do Corpo Diplomático, no qual serão apontados se descreitas de suas nomeações, remoções, retíredas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os legares e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido, com todas as indicações e esclarecimentos necessários, para que se possa logo e facilmente conhecer o seu tempo de serviço e o direito que em virtude de mesmo tiverem. (Decreto n. 940, art. 48.)

CAPITULO VIII

DEPOSIÇÃO CHAMADA

Art. 78. Havendo mais de um 2º Secretario em uma Legação e faltando o 1º Secretario, servirá como tal aquelle que tiver neste habilitações e merecer mais confiança do seu chefe, não se entendendo a substituição alíngue na ausência de igualdade de circumstancias. (Decreto n. 940, art. 49, decreto n. 737 A, art. 1.º.)

Art. 79. As pessoas que têm feito parte do Corpo Diplomático poderão tornar a ser empregados, si assim convier, na mesma ou em superior categoria á em que serviram, e nesse caso ser-lhes-ha contado, sómente para a aposentadoria, o tempo de serviço effectivo que já tiverem. (Decreto citado n. 940, art. 53.)

Art. 80. Os empregados do Corpo Diplomático são obrigados a concorrer para o montepio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e regulado de accordo com os decretos ns. 1029, de 28 de novembro do mesmo anno, n. 130, de 14 de abril de 1891, e n. 1883, de 11 de março de 1895.

Art. 81. Em caso de moléstia, os empregados, desde que não tenham obtido licença, são considerados em exercício. (Despacho ao Delegado, n. 5, de 7 de agosto de 1891.)

Art. 82. Os pedidos de pagamento de qualquer despesa serão directamente feitos á 4.^a Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo as suas importancias ser reclamadas em moeda inglesa. (Circular de 13 de abril de 1893.)

CAPÍTULO IX

DO ESTABELECIMENTO DAS LEGAÇÕES

Organização e policia da Secretaria e do seu archivo

Art. 83. O Chefe da Legação, logo que chegar ao lugar do seu destino, mandará proceder á organização do respectivo archivo que constará dos livros designados mais adiante (art. 11) ; á aquisição dos sellos das Armas da Republica e da mobilia indispensavel para o Secretario da Legação, não tendo menor em vista a decencia que cumpre manter de que a restricta economia que deverá regular todas quantas despesas estiver autorizado para fazer. (Regimento das Legações promulgado pelo decreto n. 3248, de 7 de abril de 1899, art. 1.^o.)

Art. 84. Organizado o Archivo e depois de rubricados pelo Ministro todos os livros que o compoem, fica a sua immediata inspecção pertencendo

endo ao Secretario, sob responsabilidade sua. (Regimento das Legações, art. 3^o.)

Art. 84. Logo que se achar installada qualquer Legação do Brazil devêr o respectivo chefe assim communicar-o á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e todas as outras Legações Brasileiras e, na falta destas, aos Consolos Brasileiros, assim como ao que residir no Estado onde se acreditar. (Regimento das Legações, cap. 1^o, art. 3^o.)

Art. 85. Os despachos que a Legação receber do Ministerio e que serão competentemente encadeados no fim do anno, farão tambem parte do archivo, assim como as communicações que lhe dirigirem o Governo, junto ao qual estiver acreditada, as mais Legações, Consolados e autoridades Brasileiras e de outras Potencias. (Regimento das Legações, art. 4^o—, circular de 7 de junho de 1887.)

Art. 87. Toda a correspondencia das Legações de qualquer caracter — ostensivo, reservado, confidencial — trocada entre o Ministerio das Relações Exteriores e os seus agencias, as memorias, relatorios ou quaisquer outros documentos officiaes por elles expedidos ou recebidos, assim como os tratados e convenções entre o Brazil e as demais Potencias, constituem propriedade do Estado.

E' inteiramente vedado tirar-se copia de qualquer daquellas documentos sem previa authorisação do Governo, quando não fôr para uso officia. (Decreto n. 3210, de 9 de fevereiro de 1889, art. 7^o.)

Art. 88. O livro secreto B, da que faz menção o art. 83 e as cifras devêrão estar sob a guarda do proprio Ministro, por ser destinado tanto para o registro das informações que se lhe ordenarem (art. 124) sobre a idoneidade de todos os empregados e capacidade dos cidadãos brasileiros sujeitos á Legação, como para outras quaisquer communicações secretissimas. (Regimento das Legações, cap. 1^o, art. 4^o.)

Art. 89. De igual modo se conservarão as instrucções especiaes, as cifras e as informações do 1^o Secretario sobre a capacidade dos 2^{os} e dos auxiliaes e dos empregados da Legação esbaltados. (Regimento das Legações, art. 7^o.)

Art. 83. Além do protocolo mencionado no artigo antecedente, deverá haver os seguintes livros :

N.º	Titulo	Partidas
1	Mistério	Officio dirigidos ao Governo Brasileiro.
2	Diversos	Comunicações á diversas autoridades e pessoas dentro e fora do Brazil.
3	Legações	Comunicações ao Corpo Diplomatico Brasileiro.
4	Consulados	Comunicações ao Corpo Consular Brasileiro.
5	Termos e declarações	Vid. art. 181.
6	Passaportes	Registro dos que conceder ou legitimar a Legação.
7	Notas	Comunicações ao Governo junto as qual a Legação está acreditada.
8	Inventario e contas	Escripção de todas as despesas e aquisições por conta do Governo.
9	Secreto	Comunicações dessa Officio.
10	Secreto B	Comunicações de que trata o-art. 88.
11		Registro do historico dos assumplos de mais importancia, tratados na Legação.
12		Registro especial das conferencias sobre os negocios a cargo da Legação.
13		Registro especial das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores.
14		Registro dos editaes de proclamas e dos assumplos (art. 11 do decreto n. 133, de 27 de Novembro de 1890.)
15	Registorias	Livro em que serão anothadas as suas entradas e saídas.
16	Montepio	Livro destinado ás inscripções para o montepio.

CAPÍTULO X

DO USUFRUO E USO DE CONDECOORAÇÕES

Art. 91. Os membros do Corpo Diplomático regular-se-hão em seus uniformes pelos figurinos anexos a esta Consolidação. Os bofes da farda e os copos do espadim terão as Armas da República, e o chapéo um laço sem ornatos.

§ 1.º Todos os bordados marcados com as letras A—B—C, pertencem ao pequeno uniforme e os marcados com as letras subsequentes ao grande.

§ 2.º Com o pequeno uniforme poderá usar-se de calça do mesmo panno da farda (verde escuro) com gilete de ouro e colete de casemira branca com botões pequenos de padrão igual ao que use marcado. Chapéo com plumas pretas.

§ 3.º Com o grande uniforme poderá usar-se de calça de casemira branca com gilete de ouro. Chapéo com plumas brancas. (Regimento das Legações, art. 11.)

Art. 92. Os membros do Corpo Diplomático deverão ter em vista o art. 72, § 2.º da Constituição da República, que extingue as ordens honoríficas brasileiras, sendo-lhes vedado, pois, o uso de títulos nobiliarchicos na correspondência official, e de condecorações daquellas ordens a que lhessem pertencido, e bem assim o mesmo art. 72, § 11, em virtude do qual perdendo todos os direitos políticos os cidadãos brasileiros que acolherem condecorações ou títulos nobiliarchicos estrangeiros. (Regimento das Legações, art. 11.)

CAPÍTULO XI

DA APRESENTAÇÃO E RETIRADA DO MINISTRO

Art. 93. O Chefe da Legação Brasileira, noticiando ao Ministro dos Negocios Estrangeiros da Nação onde deve residir, a sua chegada, pedirá particularmente informações sobre a apresentação que lhe possa competir, entendendo-se com a pessoa que lhe for designada, caso seja este o estilo.

§ 1.º Os Ministros Brasileiros receberão todas aquellas honras

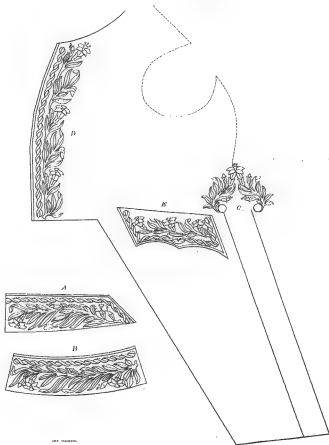
N.º 3.º. *Ardeletas.*



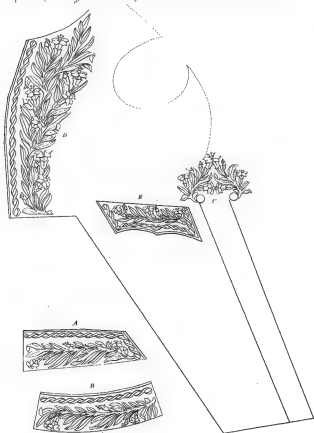
A. B. São Tomé e Príncipe

100, RUA DE M. L.

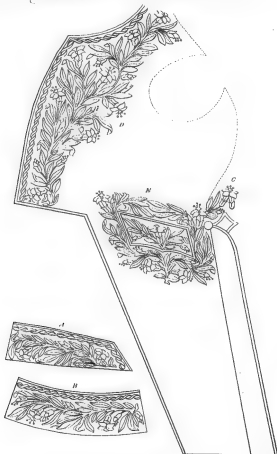
N.º 4 Secretarias de Legação



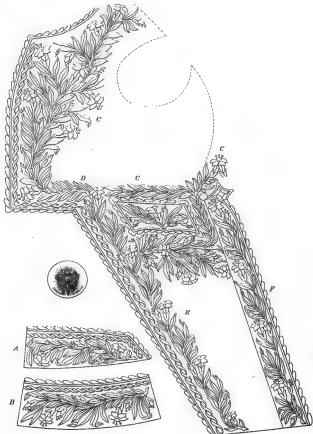
V. F. J. Encarnaguedes da Menezes, e Secretarius da Embaixada.



N^o 2. Ensembles Extraordinaires et Variations. Pluripolymorphes



Nº 1 Embroidered.



que lhes constar terem sido feitos aos de igual categoria de outros Paizes, e bem assim, a perfeita reciprocidade do que se praticar no Brazil relativamente aos Ministros desse Estado, revestidos de mesmo carácter.

§ 2.º Serão acompanhados no acto da sua apresentação pelos secretarios e addidos, quando isso não fôr contrario ao costume da paiz onde tiverem de residir.

§ 3.º Quanto da visitas de etiqueta que deverão fazer aos Ministros do Estado, Corpo Diplomático e mais personagens de distincção, regular-se-hão pela pratica seguida nos paizes de sua residencia. (Regimento das Legações, art. 14.)

Art. 97. Os Chefes de Legação conformar-se-hão com as disposições do artigo antecedente quando tiverem de retirar-se dos paizes onde se acharem acreditados. (Regimento das Legações, art. 15.)

Art. 98. Na eventualidade de se julgarem os Chefes de Legação habilitados de continuar a manter relações amigáveis com os Governos Justo aos quos estejam acreditados, cumpre-lhes dar, pelo modo mais prompto, conhecimento disso ao Governo Federal, que, pelo mesma forma, lhes indicará o procedimento que devem ter. (Regimento das Legações, art. 16.)

Art. 99. No caso de ruptura de relações diplomaticas os Chefes de Legação só procederão de conformidade com as instrucções que lhes expedir o Governo Federal. (Regimento das Legações, art. 17.)

Art. 100. Os chefes de Legação, dado o caso do artigo anterior, antes de se retirarem, confiarão aos Consules Brasileiros e, na falta destes, a qualquer Legação de paiz amigo, a guarda do respectivo archivo. (Regimento das Legações, art. 18.)

CAPITULO XII

DA ENTREGA DA LEGAÇÃO

Art. 101. Aumentando-se da Legação o Ministro com Honça ou por ordem do Governo, acreditará, na qualidade de Encarregado de Negocios, o 1.º Secretario, e na falta deste, o 2.º, quando houver, montando-se

das precisas instruções para que prosigam no andamento das negociações pendentes e ao cumprimento dos ordens do Governo.

§ 1.º Os funcionarios diplomaticos quando forem removidos ou exonerados, entregará ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto, todos os documentos pertencentes ao archivo confididos á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas numeradas por ordem de datas por elles dirigidas.

§ 2.º Essa entrega será feita por uma declaração escripta em triplicata, conforme o modelo seguinte:

MODELO

Nesta data, de accordo com o art. 19 do Regulamento para o serviço das Legações Brasileiras, procedeo-se á verificação dos papéis e registros que compõem o archivo da Legação do Brazil em. . . entre o Sr. (nome do funcionario que estiver) e o Sr. (nome do funcionario Elizer ou substituto interino.)

Desta verificação resultou:

1.º que o dito archivo contém os papéis, registro, correspondencias, documentos e mais colleções pertencentes a esta repartição, de accordo com o inventario procedido em. . . (data);

2.º (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr. . . (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papéis que recebeu em seu caracter official.

§ 3.º Dequella triplicata um exemplar ficará na respectiva Chancellaria, outro será remettido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retira.

§ 4.º Além da referida entrega, deverá o Ministro fornecer ao seu successor as necessarias informações sobre o estado e andamento dos negocios a seu cargo, especificação dos empregados da Legação e finalmente todos aquelles esclarecimentos que o possam habilitar para dignamente prestar o lugar de que o empousa. (Regulamento das Legações, art. 19.)

Art. 102. As pessoas encarregadas de missões especiais e de outras quaisquer comissões do Ministério das Relações Exteriores, ficam obrigadas a depositar no mesmo Ministério, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papéis relativos aos serviços temporários que lhes foram confiados. (Regimento das Legações, art. 20.)

CAPÍTULO XIII

DA CORRESPONDÊNCIA

Art. 103. As Legações Brasileiras se corresponderão directamente com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com as demais Legações Brasileiras e com o Consulado estabelecido no Estado de sua residência, e, em officios abertos, com os mais Ministerios por intermédio da Secretaria. (Regimento das Legações, art. 21.)

Art. 104. Em caso de gravidade ou urgencia, deverão os Ministros Brasileiros transmitir directamente aos Governadores ou Presidentes dos Estados quaisquer comunicações que interessem á segurança ou á saúde pública e os habilitam a tomar com oportunidade convenientes medidas preventivas e outras. (Regimento das Legações, art. 22.)

Art. 105. Os officios relativos a objectos de serviço publico devem ser separados dos que versarem sobre negócios particulares ou tratarem de acontecimentos politicos e terão numeração especial para cada uma das secções da Secretaria de Estado e para cada uma das series —offensiva, reservada, confidencial; essa numeração começará e se encerrará dentro de cada anno civil. (Regimento das Legações, art. 23; Circular de 7 de Junho de 1867; Circular de 23 de novembro de 1893.)

Art. 106. Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondência devem ser escriptos, sem excepção alguma, em papel leve, mas forte, de vinte e dois centímetros de largura sobre trinta e tres de altura e pautado de modo que offereça em todos os quatro lados margens iguaes, as paginas numeradas no centro; designando a primeira no alto á direita, a Legação respectiva e a data; á esquerda a secção e o

numero; na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem for dirigido e na ultima pagina o indice por paragraphos com os numeros correspondentes aos que servir os officios. (Regimento das Legações, art. 24.)

Art. 107. De todos os indices, lançados nas minutes dos officios e no principio do registro de cada um d'elles, será remittida no mez de Janeiro uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo, formando-se um indice para cada seção e para cada rubrica — extensiva, reservada e confidencial.

§ 1.º Elles serão assim organizados:

Declaração da seção, rubrica e anno ;

Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez ;

No centro o resumo com referencia aos paragraphos que tratam do assumpto ;

Ao lado direito tres columnas, destinadas á rubrica, numero e anno de officio anterior concernente ao objecto ;

Cada uma das rubricas se designará pelo seu letra inicial — O., R., C.

§ 2.º As cópias do mesmo formato e com es quatro margens iguais ás dos officios indicarte no alto o numero, data, seção e rubrica d'aquelle a que vierem annexos.

§ 3.º A' margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros, mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior ao mesmo objecto.

§ 4.º O texto deve referir-se ás copias ou documentos annexos, numerados successivamente, repetindo-se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos.

§ 5.º Excluem-se absolutamente quesequer abreviaturas.

§ 6.º A' excepção da 1.ª pagina, onde a designação da Legação, o d'cto, etc., exigem alguns espaços em branco, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando somente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos.

§ 7.º Nos termos do art. 49 da Constituição Federal, o funcionario que preside o Ministerio das Relações Exteriores é o — *Ministro de*

Estado das Relações Exteriores — o assim deve ser designado na correspondência official.

§ 8.º Os officios se encerrando com esta formula—Saude e fraternidade — procedendo a assignatura, e o tratamento official será unicamente — Vós.

§ 9.º Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos (indicados os titulos e datas), coladas por sua ordem sobre folhas de papel de formato já indicado no art. 108.

§ 10. A recepção dos despatches que não exigirem resposta será feita no ultimo paragrapho de officios que tratarem de algum outro assumpto, e as communicações sobre objectos transitorios a respeito dos quaes não houver necessidade de correspondencia serão reunidos em um só officio, ao qual se irá addicionando tudo quanto occorrer até o ultimo momento.

§ 11. Na remessa dos officios deve-se evitar o augmento desnecessario do peso das malas, cumprindo separar unicamente os reservados e confidentiaes dos estensivos, sem distinguil-os por secções e fazendo-se somente tres maços, além do dos officios.

§ 12. A correspondencia deve consistir unicamente em officios offectivos e reservados, e em confidentiaes, somente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o Agente Diplomático e o Ministro.

§ 13. A communicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não ignia o Agente do dever de tratar delle officilmente.

§ 14. Toda a correspondencia, inclusive a confidential, dirigida a quem quer que seja, relativamente ao serviço publico, deve ser registrada. (Regimento das Legações, art. 35.)

Art. 108. A's missões especiaes e a quaesquer outras comissões são necessariamente extensivos as regras estabelecidas quanto á correspondencia. (Regimento das Legações, art. 35.)

Art. 109. Nas communicações de maior importancia o segredo se usará das cifras, segundo o systema do alphabeto polygraphico. (Regimento das Legações, art. 37.)

Art. 110. As de maior urgencia devem ser feitas pelo telegrapho.

Os telegrammas serão redigidos com o maior lacónismo possível e escriptos em cifra unicamente quando a materia for muito reservada e supprimindo-se as palavras e particulas cujo omisso não prejudique a sua intelligenda, ficando responsáveis pelo custo dos telegrammas os das palavras iniciais os funcionarios que transgredirem esta disposição.

Não serão immediatos nem respondidos os telegrammas officiaes entre objecto a below as attribuições legais. Só serão respondidos os de interesse particular quando trouxerem resposta paga. (Regimento das Legações, art. 28.)

Art. 111. As informações sobre os assumptos constantes dos arts. 118, 121, 122 e 123 serão annualmente publicadas com o *Walo* — *Informações Diplomaticas e Consulares do Brazil* —; os documentos estrangeiros que figurarem naquella collecção, deverão ser traduzidos e os dallas terão noticia ou extracto, segundo a sua extenção e natureza; nem conterão noticias e observações de caracter reservado, devendo estas ser communicadas separadamente em officio dessa serie. (Regimento das Legações, art. 29.)

Art. 112. Os relatorios de que trata o art. 129 serão em forma de artigo ou correspondencia, deixando sempre o verso em branco, de modo que, apenas recebidos, possam ser mandados para o *Diário Oficial*, e serão dirigidos á Secretaria de Estado com endereço ao respectivo director geral, a fim de serem examinados antes da publicação. (Regimento das Legações, art. 30.)

Art. 113. Os relatorios de noticias, a que se refere o art. 130, tendo de ser reunidos no fim de anno, terão numeração especial e um indice que facilite a sua busca. (Regimento das Legações, art. 31.)

CAPITULO XIV

DEVERES DOS CHEFES DE LEGAÇÃO

Art. 114. Os principaes deveres dos chefes de Legação são :

1.º, procurar manter inalteravel a mais perfeita harmonia e boa intelligencia entre o Brazil e a Potencia jante á qual se acham acreditados ;

2º, zelar constantemente a dignidade do Chefe do Estado e da Nação que representam;

3º, pagar incessantemente pelos direitos e interesses dos seus cidadãos. (Regimento das Legações, art. 32.)

Art. 115. Para os mencionados effeitos vigiarão sollicitamente sobre a fiel observancia dos tratados com o Brazil e reclamarão contra qualquer infracção que occorrer. (Regimento das Legações, art. 33.)

Art. 116. Exigirão ainda aquellas regalias geraes que se lhes possam negar e forem aliás consagradas pelo Direito das Gentes, favor do Governo, título de posse ou direito consuetudinario; preferindo, sempre que seja praticavel, tratar verbalmente desses assumptos. (Regimento das Legações, art. 34.)

Art. 117. Terão a' maior circumspecção em todas essas reclamações, que deverão sempre ser feitas com o mais cordel urbanidade, conciliando-se o decore da Republica com a respectiva consideração devida ás nações amigas e aliadas. (Regimento das Legações, art. 35.)

Art. 118. Procurarão intertir cabalmente o Governo do Estado das relações politicas entre o paiz de sua residencia e as outras Potencias, e darão tambem circumstanciada conta do que colligirem a respeito da natureza e andamento das pretensões destas. (Regimento das Legações, art. 36.)

Art. 119. Darão parte da conclusão de quesequer tratados, convenções ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas e consequencias. (Regimento das Legações, art. 37.)

Art. 120. Jamais deverão omittir na sua correspondencia ordinaria a participacção das noticias concelhadas que houver sobre a conservacão do secego interno e externo do paiz, mencionando os preparativos e armamentos que indicarem alguma ruptura e outros quesequer movimentos que causem sensacão no publico. (Regimento das Legações, art. 38.)

Art. 121. Comunicarão as leis e regulamentos promulgados: as discussões importantes a que darem logir no Parlamento ou Camaras Legislativas, e as difficuldades praticas que entorpecerem a sua litteral execucao. (Regimento das Legações, art. 39.)

Art. 122. Participará as invenções de qualquer natureza: os progressos das sciencias e artes; as medidas adoptadas para promovê-las e protegê-las, bem como os meios por que se poderão estender os seus benefícios aos cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 40.)

Art. 123. Não só dará noticia do estado da saúde publica como também communicarão os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste. (Regimento das Legações, art. 41.)

Art. 124. Transmittirão copia das notas que passarem e receberem sobre negócios de maior attenção e bem assim os Protocollos das conferencias que a respeito das mesmas tiverem. (Regimento das Legações, art. 42.)

Art. 125. Accomodarão as cilações que sobrevierem na pessoal e systema da administração publica. (Regimento das Legações, art. 43.)

Art. 126. Remetterão os principaes e mais conceituados jornaes que se publicarem, tanto a favor do Governo do Brazil, como em opposição, e nellees terão discretamente inserir a refutação dos ataques que se possam dirigir contra o mesmo Governo. (Regimento das Legações, art. 44.)

Art. 127. Remetterão um relatório annual dos negócios tratados na respectiva Legação. (Regimento das Legações, art. 45.)

Art. 128. Farão além disso o historico, que remetterão á Secretaria, de cada um dos negócios de mais vulto que pela mesma Legação tenham passado desde a sua criação. (Regimento das Legações, art. 46.)

Art. 129. Remetterão, para serem publicados no *Diário Official*, relatórios de noticias politicas, economicas e financeiras. (Regimento das Legações, art. 47.)

Art. 130. Enviarão á Secretaria um relatório de noticias mais desenvolvido e que abranja todas as grandes questões que possam estabelecer precedentes, citando os factos mais autorisados e em que se encontre a exposição circumstanciada de todos os incidentes. (Regimento das Legações, art. 48.)

Art. 131. Corresponder-se-ão directamente com as demais Legações Brasileiras, afim de que se coadjuvem e mutuamente promoveam e facilitem o cabal desempenho das suas respectivas incumbencias. (Regimento das Legações, art. 49.)

Art. 132. Enviarão no fim do anno uma fiel recapitulação da correspondencia a que se refere o artigo precedente, trocada sobre objecto do serviço publico. (Regimento das Legações, art. 50.)

Art. 133. De mesmo modo communicarão ás demais Legações todas aquellas noticias que alcançarem no paiz de sua residencia relativamente aos negocios das outras, onde existem igualmente Missões Brasileiras, uma vez que toes negocios affectem de qualquer modo os interesses do Brazil. (Regimento das Legações, art. 51.)

Art. 134. Prestarão aos agentes consulares que lhes são subordinados, a mais franca e cordial cooperação, apolando quando for preciso as reclamações que fizerem em virtude do Regulamento Consular. (Regimento das Legações, art. 52.)

Art. 135. Julgando conveniente a creação de Consulados Brasileiros no Estado onde residirem e porventura os não haja, descreverão assim signifiçal-o ao Governo. (Regimento das Legações, art. 53.)

Art. 136. Interporão parecer sobre a creação de vice-consulados e a nomeação de Vice-Consules e agentes commerciaes propostos pelos Consulles, afim de serem confirmadas pelo Governo, ao qual as encaminharão, podendo assentir no provimento interino dos lugares já creados antes da approvação do Governo. (Regimento das Legações, art. 54.)

Art. 137. Compete-lhes a benedicção ás demissões de Vice-Consules não confirmadas pelo Governo, dadas pelos Consulles, quando aquelles não correspondam a confiança destes. (Regimento das Legações, art. 55.)

Art. 138. Promoverão a obtenção de cr-quasur para as cortas pontaes que os Consulles são obrigados a entregar-lhes afim de entrarem no exercicio das suas funcões. (Regimento das Legações, art. 56.)

Art. 139. Observarão a mais perfeita urbanidade com as Legações dos outros Estados, jamais se negando aos bons officios que elles lhes requirirem, comtanto que nem levemente comprometam o decoro e a dignidade do Governo do Brazil, em cujo nome nunca deverão igualmente contrahir queesquer ajustes para que se não acharem devidamente autorizados, Enkando-se nesse caso a acceller a reftremção as propostas que se lhes possam fazer. (Regimento das Legações, art. 57.)

Art. 140. Prestarão aos cidadãos brasileiros todos os auxilios necessarios para a manutenção dos seus direitos, promovendo por todos os meios ao seu alcance a criação prosperidade e consolidação dos seus estabelecimentos. (Regimento das Legações, art. 58.)

Art. 141. Aos devulidos, que justificarem ser cidadãos brasileiros, mandarão soccorrer pelos Consules, fazendo observar, na falta destes, o que a semelhança respeito se acha estabelecido na respectiva Consolidação. (Regimento das Legações art. 59.)

Art. 142. Da prestação de taes soccorros cumpre que haja toda a circumspecção, devendo unicamente considerar-se como desampados, além dos prisioneiros de guerra e naufragos nacionaes, aquelles brasileiros que satisfactoriamente provarem que a sua honra nada soffre com o estado de penuria, a que se acham reduzidos, sendo esta occasionada por acontecimentos inteiramente independentes da sua regular conduta. (Regimento das Legações, art. 60.)

Art. 143. Darão passaportes aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores ou comissionados do Governo, e, nos casos urgentes e especiais, aos demais cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 61.)

Art. 144. Podarão exigir dos empregados consulares todas as informações relativas aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regimento das Legações, art. 62.)

Art. 145. Solicitarão o cumprimento das registorias logo que as recebem, annotando no livro proprio as suas entradas e sahidas, e não ficando desampados para tao sem ordem do Governo, salvo quando forem expedidas ex-officio. (Regimento das Legações, art. 63.)

Art. 145. Só poderão receber aquellas registorias por intermedio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Regimento das Legações, art. 64.)

Art. 147. Competem-lhes o exercicio de attribuições sobre o casamento civil, conforme determinam a lei n. 531, de 24 de janeiro de 1890, e o decreto, que a regula, n. 252, de 27 de fevereiro do mesmo anno, e bem assim das que lhes confere o decreto n. 3885, de 7 de março de 1893, sobre o registro civil. (Regimento das Legações art. 65.)

Art. 148. Os Chefes das Legações, a cujo cargo estiver o expediente do montepio, são competentes para abonar as quantias destinadas ao funeral dos contribuintes, que fallecerem, de accordo com o art. 47 do decreto n. 242 A, de 30 de outubro de 1890, podendo ser pagas pelo cetro do Consulado, quando os encolumentos arrecadados o permitirem. (Regimento das Legações, art. 66.)

Art. 149. Até o dia 15 de janeiro de cada anno os Chefes daquellas Legações remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um relatório sobre todas as occorrendas que se tiverem dado durante o anno relativas ao montepio. (Regimento das Legações, art. 67.)

Art. 150. Mandando registrar nos livros da Legação e extrahir d'elles, não havendo inconveniente, os documentos que os cidadãos Brazileiros lhes apresentarem ou requererem. (Regimento das Legações, art. 68.)

Art. 151. Incumbe-lhes a maior vigilancia e respeito da Secretaria da Legação e dos empregados que lha estão sujeitos e postarão, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado, sem numero informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular, não só daquelles empregados, como tambem dos Consules Geraes e dos Agentes Consulares. Essas informações só sendo vistas pelo Governo e guardadas com a maior segurança. (Regimento das Legações, art. 69.)

Art. 152. Iniciarão devidamente nos negocios da Legação os respectivos secretarios, que se devem substituir nos seus impedimentos, bem

entendido, enquanto a circunstanciação destes justificar a confiança do Governo e o conselho que anteriormente lhes merecessem ; e, no caso contrario, dar-lhe immediata conta ao-Governo para providenciar como convier. (Regimento das Legações, art. 70.)

Art. 133. Além de habilitar os secretarios e edidos para superiores cargos de carreira diplomatica, propoem-lhes-lão memorias sobre qualquer objecto proprio para desenvolver o seu entendimento e mostrar a intelligencia e talentos de que forem dotados, communicando os trabalhos mais importantes de uns e outros. (Regimento das Legações, art. 71.)

Art. 134. Marcando as horas de trabalho durante as quaes os empregados da Legação nella devem permanecer. Além desse tempo marcado, poderão estes ser convocados todas as vezes que o serviço assim o exigir. (Regimento das Legações, art. 72.)

CAPITULO XV

DEVERES DOS 1.^o E 2.^o SECRETARIOS E DOS ADOIDOS

Art. 135. Incumbe aos 1.^{os} Secretarios ou aos 2.^{os} das Legações onde não houver 3.^{os} :

I — Substituir os Ministros nos casos já marcados ou no do seu fallecimento e assumir então o caracter de Encarregado de Negocios, ficando ligados a todas as obrigações prescriptas pela presente Consolidação aos Chefes da Legação ;

II — Lembrar a estes tudo quanto lhes parecer conveniente e útil e representar-lhes mesmo, com o respeito que lhes devem sempre tributar, sobre aquellas decisões que julgarem menos acertadas, as quaes ellas cumprião, instigado o Ministro ;

III — A inspecção da Secretaria que rege e a guarda do respectivo archivo e selo da Legação ;

IV — Os trabalhos de segredo e seu registro que exclusivamente lhes pertence ;

V — A redacção das memorias, informações e relações que exigir o Chefe da Legação ;

VI — A redacção do expediente principal e sua distribuição pelos 2.^{os} Secretários e Adidos ;

VII — A formação dos mappaes, series e outros documentos para o Ministério ;

VIII — Requerer ao Ministro os livros, papel e outros artigos precisos para o expediente e satisfazer essas despesas e outras, á vista da competente ordem do Ministro para esse effeito ;

IX — Formalisar, sob responsabilidade propria, uma lei informação semestral sobre a capacidade, applicação, distribuição e conduta dos 2.^{os} Secretários e Adidos e sobre o modo por que os empregados subalternos desempenham as suas funções ;

X — Passar certidões requeridas, procedendo despesa do Ministro. (Regimento das Legações, art. 73.)

Art. 186. Incumbe aos 2.^{os} secretarios das Legações que tiverem 1.^o, cujos votos não se encontre no impedimento ou ausência destes, e aos adidos, debaixo da inspecção dos secretarios :

I — A escripturação e registro da Legação ;

II — Pôr a limpo o expediente, tirar as 2.^{as} vias, copias e mais trabalhos de que os encarregarem os 1.^{os} secretarios ;

III — Fazer os exercicios de que trata o art. 153 pelos quaes se habilita e instruo a sua idoneidade para superiores empregos ;

IV — Classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Legação receber. (Regimento das Legações, art. 74.)

Art. 187. Os adidos coadjuvam os secretarios naquillo que lhes for determinado pelo Ministro ou Chefe da Legação. (Regimento das Legações, art. 75.)

CAPITULO XVI

DO REGISTRO EM GERAL

I — Registro da relatoria de informações

Art. 188. O relatório de que trata o art. 186 deve ser registrado, nas Legações, em livro proprio e continuado pelo mesmo systema, sendo a continuação remetida á Secretaria do Estado todos os annos pelo

primeiro período da março impeditivamente. (Regimento das Legações, art. 75.)

Art. 159. Si acontecer que antes daquelle mez seja mudado o Chefe da Legação, entregará elle ao seu successor ou ao secretario incumbido da Legação o antefolio relatorio, comprehendido o tempo até a sua retirada. (Regimento das Legações, art. 77.)

II — Registro das conferencias

Art. 160. As conferencias sobre negocios a cargo da Legação serão consignadas por extenso em registro especial para ser consultado quando couvier e sobretudo nas cases em que, retirado o Chefe da Legação, careça o seu successor ter conhecimento perfeito de todos os incidentes de tais conferencias. (Regimento das Legações, art. 78.)

Art. 161. Esse registro será feito assim :

1º, dia, mez e anno ;

2º, especificação do assumpto ;

3º, exposição do que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-ha ao lado direito margem sufficiente para a data de conferencia immediatamente anterior e da subsequente, relativas ao mesmo assumpto. (Regimento das Legações, art. 79.)

Art. 162. Os officios que versarem sobre o objecto das conferencias serão acompanhados de copias textuaes delleas. (Regimento das Legações, art. 80.)

III — Registro das ordens recebidas

Art. 163. Para que no caso de mudança do Chefe da Legação ou do secretario, seus successores, tenham prompto conhecimento das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devem ser registradas chronologicamente em livro especial todas aquellas que por sua natureza tiverem execução permanente, procedendo-se para esse fim a um exame minucioso, quanto ao passado.

Esse registro terá á direita margem sufficiente para notar-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente. (Regimento das Legações, art. 81.)

IV — Registros especiais

Art. 151. As Legações terão, além d'elles, registros especiais :

§ 1.º Para os editaes de proclamaes e dos casamentos civis ;

§ 2.º Para as entradas e saídas das repartições ;

§ 3.º Para as inscripções do monte-pio, de accordo com o art. 32 do decreto n. 942 A, de 26 de outubro de 1890. (Regimento das Legações, art. 32.)

Capital Federal, 30 de abril de 1899. — *Óyvio de Magalhães.*

N. 3

CIRCULARES

Circular sobre regios pela retribuição — Extraordinária ao Exterior.

4.ª Seção — N. 3 — Circular, Rio de Janeiro — Ministerio das Relações Exteriores, 10 de junho de 1898.

Comunico-vos que de ora em diante poderá ocorrer sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres, independentemente de ordem deste Ministerio, a importancia de soccorros a brasileiros doentes e naufragados em países estrangeiros, telegrammas e outras despesas eventuaes, remettendo, porém, aquella repartição os documentos comprobatorios da despesa e fornecendo á este todas as informações indispensaveis para a sua approvação.

Em vista dos arts. 21 e 34 combinados do Regulamento anexo ao decreto n. 2347, de 21 de março de 1893, está revogada a circular n. 13, de 30 de dezembro de 1893 e, portanto, os consules não podem mais retirar provisoriamente dos emolumentos as quantias necessarias para os referidos fins.

Saúde e Integridade.

Dionísio E. de Castro Corgueto.

Ao Sr. (Ass chefes de legação e consules).

Circular sobre a expedição da tabella de emolumentos.

4ª Secção — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 4 de julho de 1884.

Para evitar dúvidas que se tenham suscitado declaro-vos o seguinte :

Quando no 1º porto de despacho e seguintes o navio não tiver legalizado manifestos de carga, mas simplesmente os certificados de que trata o arts. 7º, 8º e 10º das Instruções para a execução da tabella dos emolumentos consulares a que se refere o decreto n. 5832, de 14 de março do corrente anno, deverá pagar no 1º porto onde legalizar os ditos manifestos a taxa integral fixada para o 1º porto de despacho. Igual pagamento deverá effectuar quando não trouzer certificado de especie alguma dos portos anteriores.

As agencias consulares desse porto caberá então a obrigação de dar gratuitamente ao commandante do navio o certificado dos emolumentos allí pagos, de que trata o art. 8º das supraditas Instruções. Esse certificado em loção de pesos deverá declarar para quantos portos leva o navio manifestos de carga e para quantos simples certificados.

Saude e fraternidade.

Dionísio E. da Castro Carqueira.

Ao Sr. Casal. . .

—

Circular sobre a remuneração dos agentes consulares sem vencimentos.

4ª Secção — N. 4 — Circular — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 30 de agosto de 1884.

No intuito de reunir as disposições em vigor sobre a remuneração dos agentes consulares sem vencimentos, e de aclarar algumas dúvidas que se tem suscitado, expoz-vos a presente circular, que torna sem effeito as anteriores sobre o mesmo assumpto.

Os consules e vice-consules sem vencimentos, de conformidade com o art. 3.^o da lei n. 332, de 8 de novembro de 1895, têm direito apenas á metade dos emolumentos que perceberem, não podendo porém, a sua remuneração exceder de 4:000\$ por anno.

Os consules sem vencimentos e os vice-consules encarregados da gestão dos Consulados só têm direito á metade dos emolumentos arrecadados nas sedes dos Consulados, até aquella quantia.

A metade dos emolumentos de que se trata deve ser retirada mensalmente por todos os agentes consulares sem vencimentos, até a quantia de 333\$333 no maximo. Quando, porém, em alguns meses a dita metade for inferior a essa quantia e em outros superior, os mesmos funcionarios poderão indemnizar-se retirando do excesso de outros meses o que deixarem de retirar em tempo, ou accendo sobre a Delegacia do Thesouro em Londres a devida importancia no fim do anno por conta do excesso dos meses cujos saldos já lhe tenham sido retirados.

Os consules e vice-consules que não exercerem os seus cargos todo o anno só deverão proceder por esta forma em relação ao tempo que estiverem em exercicio; e, aquelles que funcionarem apenas alguns dias terão direito unicamente á metade dos emolumentos que arrecadarem, proporcionalmente á quantia de 333\$333 mensaes.

Os vice-consules encarregados de Consulados com verba no orçamento, quando seerem sobre a Delegacia do Thesouro Federal em Londres a sua remuneração correspondente á metade dos emolumentos, de accordo com o estabelecido no art. 3.^o do regulamento approved pelo decreto n. 2847, de 21 de março do corrente anno, deverão declarar-lhe qual a renda mensal dos respectivos Consulados.

Saúdo e fraternidade.

Dionísio E. de Castro Corrêa.

Ao Sr. Consul. . . etc. .

Circular recomendoando a confinação apenas ás praxes autorizadas por disposições legais.

4.^a Secção — N. 5 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1 de setembro de 1898.

No intuito de uniformizar o serviço das Chancellarias consulares, recomendo-vos que só continueis a manter ahí aquellas praxes que forem claramente autorizadas por disposições legais, cumprindo-vos em caso de duvida consultar este Ministerio afim de serem resolvidas por meio de circular.

Quando á cobrança de emolumentos, deveis regular-vos apenas pelo disposto nos decretos ns. 2622 e 2647, de 14 e 21 de março e circulares ns. 1 e 3 de 23 de abril e 6 de julho do corrente anno.

Saúde e fraternidade.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.

Ao Sr. Consul. . . em. . .

Lista das Repartições Fiscoas que devem possuir autographos de assignaturas consulares.

3.^a Secção — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 17 de setembro de 1898.

Inclussa remetto-vos uma lista das repartições a que tendes de enviar autographos de assignaturas consulares.

Essa lista foi ministrada pela Directoria do Expediente do Thesouro Federal, segundo o aviso de 24 de agosto ultimo do Ministerio dos Seguros da Fazenda.

Saúde e fraternidade.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.

Ao Sr. Consul. . . em. . .

Uma das repartições a que tem de ser remettidos assignaturas de assignaturas
consulares.

- 1 Alfandega de Manaus
- 2 " do Pará
- 3 " " Maranhão
- 4 " da Pernambuco
- 5 " do Ceará
- 6 " " Bahia
- 7 " da Paraíba
- 8 " de Pernambuco
- 9 " " Alagoas
- 10 " " Penedo
- 11 " " Sergipe
- 12 " da Bahia
- 13 " " Victoria
- 14 " de Santos
- 15 " " Paranaíba
- 16 " " Florianopolis
- 17 " do Rio Grande
- 18 " de Uruguayana
- 19 " " Corumbá
- 20 Delegacia Fiscal de Minas Geraes
- 21 " " " Goyaz.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal, 28 de agosto de
1888.—Henrique Aff. MagN, 2º escriptuario.

Circular sobre assignaturas de remessas de armas e munições de guerra.

3º Secção—N. 4 —Circular — Rio de Janeiro, Ministerio das Re-
lações Exteriores, 11 de novembro de 1888.

Tendo se pralica demonstrado que as communicações de remessas de
armas e munições de guerra chegam muito tardamente aos portos do

destino dessas mercadorias, e sendo mister obviar o inconveniente que desse facto decorre para o exercício da acção fiscal applicavel ao caso, fica, de ora em diante, segundo deliberação do Ministerio da Fazenda, adoptada a seguinte pratica: Os consules das praças remittentes enviando directamente ás autoridades fiscaes e consulares brasileiras das destinatarias as communicações daquella natureza; podendo, entretanto, continuar aquelle Ministerio a ter delle conhecimento por meio de avisos.

Saude e fraternidade.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Ao Sr. Consul. . . . em.



Consul. sobre a expedição de passaportes a navios.

4.ª Secção — N. 6 — Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 13 de dezembro de 1888.

Devido os Consules nacionaes cobrar a quantia de 20\$ pelos passaportes a navios, de accordo com o n. 10 da tabela de encômnos annexa ao decreto n. 2332, de 14 de março do corrente anno, declaro-vos que por essa disposição ficou annullada a 1.ª parte do art. 143 do Regulamento Consular e que não podeis mais dar aquelles documentos.

Saude e fraternidade.

Oyrtlio de Menezes.

Ao Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em. . .



Quanto sobre a redução da taxa de emolumentos consulars para navios,

4.^a Secção — N. 1 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 7 de janeiro de 1899.

Comunico-vos que pela lei n. 389, de 31 de dezembro de 1898 foram reduzidos de 50 % as taxas dos emolumentos consulars para os vapores das Companhias nacionais de navegação, subvencionadas pelo União.

Caso já tenhamos effectuado alguma cobrança em contrario a essa disposição, a partir do 1.^o do corrente, deveis restituir a diferença.

Sede a fraternidade.

Offício de Magalhães.

Ao Sr. Consul. . . em. . .

—

Circular chamando a attenção para a lei n. 389, de 31 de dezembro de 1898.

4.^a Secção — N. 2 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 9 de janeiro de 1899.

Para evitar duvidas nos saques, chamo a vossa attenção para a lei n. 389, de 31 de dezembro proximo findo, publicada no *Diário Official* do 1.^o do corrente, na parte relativa a este Ministerio (art. 13).

Sede a fraternidade.

Offício de Magalhães

Ao Sr. . .

—

Legislação monográfica sobre a indústria de mineração.

3.^a Seção — Circular n. 1 — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 7 de fevereiro de 1899.

Desejando o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas reunir elementos que sirvam de base ao estudo e preparo de uma lei sobre o exercício da indústria de mineração em nosso país, medida esta que será apresentada ao Congresso Nacional, em sua próxima sessão, recomendo-vos, com urgência, a remessa de todos os actos legislativos e regulamentos sobre aquella materia, assim como qualquer livro ou monographia, reputado de valor, em que o referido assumpto seja estudado sob o ponto de vista juridico.

Sede e fraternidade.

Óptimo de Menezes.

Ao Sr. . . .

Circular de Legações e Consules Brasilieiros, mandando prestar a um inventario dos archivos das Legações e dos Consules até o dia anterior ao da abertura do Protocollo estabelecido pelo art. 2.^o do Decreto n. 3233 de 9 de fevereiro de 1899.

1.^a seção — N. 1 — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 5 de março de 1899.

Remetto-vos exemplares do decreto n. 3233 de 9 de fevereiro ultimo que dá providencias sobre a guarda e entrega dos archivos das Legações e dos Consules e recomendo-vos que procedaes desde ja a um inventario, de que me remettereis copia com a possível brevidade, de todos os documentos e livros existentes nesse archivo até o data anterior á da abertura do Protocollo estabelecido pelo art. 2.^o de supra-mencionado decreto.

Sede e fraternidade.

Óptimo de Menezes.

Ao Sr. . . .

Circular sobre as Chancellarias consulares.

4.ª Secção — N. 3 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 8 de março de 1898.

Não convindo que as Chancellarias consulares, cujos alugueis forem pagos pelo Governo Federal, funcionem nas casas de residência dos cónsules, o Sr. Presidente da República resolveu que sejam mudadas aquellas que se acharem nessas circumstancias ; o que vos communico para vosso conhecimento e devida execução.

Por casa de residência para o fim de ser arvorada a bandeira nacional e de serem collocadas as armas da Republica, de accordo com os arts. 50 e 51 do Regulamento Consular, deve entender-se aquella onde o funcionario consular tem permanencia official, isto é, a da Chancellaria.

Seiba e fraternidade.

Wynão de Magalhães.

Ao Sr. consul. . . em. . .

Circular sobre a cobrança e scripturação de emolumentos.

4.ª Secção — N. 4 — Circular — Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 14 de março de 1898.

Nada tendo disposto as instruções para execução da tabela de emolumentos sobre a cobrança dos mesmos para os manifestos supplementares, declaro-vos que pela legislação destes não se deve cobrar de novo integralmente os emolumentos, mas apenas metade.

Quanto aos certificados de que trata o art. 7.º das referidas instruções, devem pagar sempre \$5 cada um em todos os portos.

A redução de 50 % estabelecida pelo art. 1.º n. 34 da lei n. 359 de 21 de dezembro ultimo é applicavel admente ás taxas dos emolumentos que devam ser pagas pelas Companhias nacionaes de navegação subvencionadas pela União por quaisquer actos ou documentos consulares relativos aos seus vapores.

Para facilitar á Secretaria de Estado o exame dos mappaes dos emolumentos, convém que as relações dos navios despachados, além da

declaração das respectivas toneladas e do primeiro porto de partida, determinada pelo art. 19 do regulamento de 21 de março de 1886, contendo também o numero de manifestos apresentados por cada um e a especificação dos portos do seu destino, bem como as quantias cobradas. Recommendo-vos, pois, que assim as organisaes d'ora em diante.

Saída e fraternidade.

Dionísio de Magalhães.

Ao Sr. consul. . . em. . .

N. 4

PORTARIAS

Relaciondo os addidos sem vencimentos, em exercicio na Secretaria de Estado, ao mesmo regime dos empregados desta.

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 22 de setembro de 1886.—Gabinete do Ministro.

Devido ter preferencia nas nomeações de 2.^o secretarios os addidos sem vencimentos, em virtude do § 4.^o do art. 1.^o da lei n. 322 de 3 de novembro de 1880, afim de poderem ser apreciadas a sua assiduidade e applicação, recommendo-vos que sujeitais ao mesmo regimen dos empregados dessa Secretaria de Estado aquelles que nella foram mandados ter exercicio provisoriamente, do mesmo modo que os secretarios de que trata o § 7.^o do referido artigo.

Recommendo-vos tambem que sempre que se der vaga de 2.^o substituto no Corpo Diplomatico, me informeis acerca do procedimento dos supranombrados addidos.

Saída e fraternidade

Dionísio E. de Castro Cargueira.

Ao Sr. Director Geral da Secretaria de Estado desta Ministerio.

Despedida do Sr. Ministro General Dinisio Corqueira e Soares.

Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 14 de novembro de 1898. — Gabinete do Ministro.

Sr. Director Geral. — Deixando amanhã o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ter de passar o Exm. Sr. Dr. Prudente de Moraes o Governo da República ao seu illustre successor, venho trazer-vos as minhas despedidas e manifestar-vos o meu profundo reconhecimento pela vossa valiosissima e efficaz cooperação e inextinguivel patriotismo e lealdade.

Pego-vos que sejais junto aos Srs. directores de secção e a todos os funcionarios desta secretaria o interprete da minha gratidão pela dedicação, zelo, intelligenda e criterio com que prestam os seus serviços a Patria.

Agradeço, Sr. Director Geral, as seguranças da minha veneração e respeitosa estima:

Dinisio E. de Castro Corqueira.

Ao Sr. Joaquim Thomaz de Azevedo, Director Geral da Secretaria de Estado deste Ministerio.

Consolidação da Legislação do Corpo Diplomático e do Consular.

Rio de Janeiro, Ministerio das Relações Exteriores, 17 de dezembro de 1898 — Gabinete do Ministro.

Convindo que sejam executadas as resoluções tomadas por um dos meus antecessores em portarias de 8 de novembro de 1895, relativas á consolidação da legislação do Corpo Diplomático e do Consular, e desejando o Governo ver terminado esse trabalho no mais curto prazo possível, recomendo que cada uma das secções deste Ministerio prepare a parte que lhe compete, dedicando-se especialmente neste trabalho das 3 ás 4 horas da tarde de cada dia útil.

Fica dispensado de se conservar na Secretaria durante aquelle tempo o Sr. Director Geral, que poderá se limitar, depois de encerrado o expediente ordinario, a dar as ordens convenientes para a prompta execução da presente resolução.

Saude e fraternidade.

Olympio de Magalhães.

Ao Sr. Joaquim Thomaz do Amaral, Director Geral da Secretaria de Estado deste Ministerio.

Consolidação da legislação vigente sobre o Corpo Diplomático.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica, considerando que é actualmente da maxima conveniencia publicar-se uma consolidação de toda a legislação vigente sobre o Corpo Diplomático, resolve nomear para organisal-a uma commissão composta dos Directores de Secção da respectiva Secretaria de Estado Frederico Affonso da Carvalho, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro e José Antonio d'Espinoheira.

Capital Federal, 5 de Janeiro de 1898.

Olympio de Magalhães.

Consolidação da legislação vigente sobre o Corpo Consular.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica, considerando que é actualmente da maxima conveniencia publicar-se uma consolidação de toda a legislação vigente sobre o Corpo Consular, resolve nomear para organisal-a uma commissão composta dos Directores de Secção da respectiva Secretaria de

Estado Luiz Pedro da Silva Rosa e Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, e do Consul Geral de 1.^a classe em disponibilidade Manoel de Azevedo Soares Bastos.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1889.

Offício de Mogadão.

Inventaria, classificação e indicador dos papéis do archivo desta Secretaria de Estado.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da República, considerando da maior conveniencia reorganizar-se o archivo da respectiva Secretaria, de modo que facilite as buscas e o estudo de todas as questões, resolve nomear uma commissão para inventariar, classificar e fazer um indicador de todos os papéis existentes no referido archivo. Essa commissão se comporá dos directores da secção Luiz Pedro da Silva Rosa, Frederico Affonso de Carvalho, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro e José Antonio de Espinheiro e do archivista Eugenio Ferraz de Abreu, os quaes poderão chamar para auxilios-se fora das horas do expediente os empregados da dita Secretaria que julgarem necessarios.

Capital Federal, 25 de abril de 1889.

Offício de Mogadão.

ANNEXO N. 4

(Contabilidade)

N. 1

Plano de orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1960

DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA PARA 1960	TOTAL PARA 1960
1.º Ministério de Estado, montante da parte.....	287.000.000	287.000.000
2.º Legações e Consulados, no montante de R\$ 4.000.000, por 1960.....	740.000.000	740.000.000
3.º Despesas com deslocamento, montante da parte.....	10.000.000	10.000.000
4.º Ajuda de custo, no montante de R\$ 4.000.000, por 1960.....	100.000.000	100.000.000
5.º Esclarecimentos ao exterior, montante da parte.....	60.000.000	60.000.000
6.º Missões no exterior, montante da parte.....	60.000.000	60.000.000
7.º Comissões de Inquérito, montante de R\$ 100.000.000 no montante de R\$ 100.000.000 em montante da parte.....	400.000.000	400.000.000
	1.547.000.000	1.547.000.000

Tabelas explicativas do orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1960

DESCRIÇÃO DA DESPESA	APLICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA PARA 1960
1.º				
Ministério de Estado				
SECRETARIA				
Ministério de Estado.....	Ord.,	Des. n.º 11 de 1 de		287.000.000
	Map.	Des. n.º 117 de 11 de		11.000.000
1.º Primeiro-Secretário.....	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		400.000.000
	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
2.º Segundo-Secretário.....	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
3.º Terceiro-Secretário.....	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
4.º Quarto-Secretário.....	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
	Ord.,	Des. n.º 117 de 11 de		10.000.000
				10.000.000

[illegible]

Actividade da Pessoa	Descrição	Previsão 1960	Realiza	Restos a Pagar 1960
Transportes		14.000.000	12.000.000	
a - Fabricação de documentos oficiais autorizada pelo Decreto n. 432 de 25-Setembro de 1960.		10.000.000		
d - Transportes para os serviços		4.000.000	12.000.000	
			24.000.000	24.000.000
2.4				
Legislação e Jurisdição				
Atividades 1960 da Justiça				
1 Serviço Administrativo e Judiciário (Principalmente).....	Ord., Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	4.000.000		
	Ord., Mem.....	4.000.000		
	Rep., Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	14.000.000		
1 1º Serviço de Legislação.....	Ord., Mem.....	3.000.000		
	Ord., Mem.....	3.000.000		
1 Casa do Brasil em Nova-York.....	Ord., Mem.....	3.000.000		
	Ord., Mem.....	7.000.000		
1 Conselheiro em Nova-York.....	Ord., Dec. n. 8073 de 11 de setembro de 1960.	3.000.000		
	Ord., Mem.....	3.000.000		
Atos de assessoria e consultoria de Legislação.....	Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	3.000.000		
Expediente de Legislação.....	Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	100.000	40.000.000	
2.500'				
1 Serviço Administrativo e Judiciário (Principalmente).....	Ord., Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	4.000.000		
	Ord., Mem.....	4.000.000		
	Rep., Lei n. 385 de 3 de setembro de 1960.	4.000.000		
1 1º Serviço de Legislação.....	Ord., Mem.....	3.000.000		
	Ord., Mem.....	3.000.000		
		20.000.000	40.000.000	

REVENHOS DA RECEITA	LEGISLAÇÃO	REVENHOS	ANUAIS	REVENHOS PARA 1914
Transportes				
Aluguel de carro para a circumferência de Legação.....	Lei n. 100 de 8 de setembro de 1904.	2.000.000	70.000.000	
Expendente de Legação.....	Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1904.	1.500.000		
Transportes em Brasília e em Goiás	Idem.....	1.000.000	70.000.000	
Correio				
1º Correlato Administrativo e Administrativo (Parlamentar).....	Ord., Lei n. 100 de 8 de setembro de 1904.	4.000.000		
	Ord., Idem.....	4.000.000		
	Rep., Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1904.	1.500.000		
2º Secretário de Legação.....	Ord., Idem.....	3.000.000		
	Ord., Idem.....	3.000.000		
3º Idem.....	Ord., Idem.....	3.000.000		
	Ord., Idem.....	3.000.000		
4º Correlato Geral de Guerra.....	Ord., Idem.....	2.000.000		
	Ord., Idem.....	2.000.000		
5º Dito em Paris.....	Ord., Idem.....	2.000.000		
	Ord., Idem.....	2.000.000		
6º Dito em Bruxelas.....	Ord., Idem.....	2.000.000		
	Ord., Idem.....	2.000.000		
7º Dito em Berlim.....	Ord., Idem.....	2.000.000		
	Ord., Idem.....	2.000.000		
Aluguel de carro para a circumferência de Legação.....	Lei n. 100 de 8 de setembro de 1904.	2.000.000		
Expendente de Legação.....	Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1904.	2.000.000	70.000.000	
Receita de				
1º Correlato Administrativo e Administrativo (Parlamentar).....	Ord., Lei n. 100 de 8 de setembro de 1904.	4.000.000		
	Ord., Idem.....	4.000.000		
	Rep., Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1904.	1.500.000		
2º Secretário de Legação.....	Ord., Idem.....	3.000.000		
	Ord., Idem.....	3.000.000		
Aluguel de carro para a circumferência de Legação.....	Lei n. 100 de 8 de setembro de 1904.	2.000.000		
Expendente de Legação.....	Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1904.	2.000.000	22.000.000	
		500.000	22.000.000	
			42.000.000	

ORGANISMO, NO. DE MEMBROS	CLASSIFICAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTADO	VALOR DA COTA ANNUAL
TRIBUTOS				
1. Conselho Administrativo e Municipal Proprietários.....	Ord.. Lei n. 100 de 2 de novembro de 1900.	4. 1000000	100.000.000	
	Ord.. Decr..	1. 1000000		
	Rep.. Lei n. 100 de 21 de dezembro de 1900.	1. 1000000		
1. P. Secretário de Legislação.....	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
1. Conselho Municipal.....	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
Alçada de taxa para a administração da Legislação.....	Lei n. 100 de 2 de novembro de 1900.	1. 1000000		
Expediente da Legislação.....	Lei n. 100 de 21 de dezembro de 1900.	1. 1000000	10.000.000	
ADMINISTRAÇÃO				
1. Conselho Administrativo e Municipal Proprietários.....	Ord.. Lei n. 100 de 2 de novembro de 1900.	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Rep.. Lei n. 100 de 21 de dezembro de 1900.	1. 1000000		
1. P. Secretário de Legislação.....	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
1. Conselho Municipal.....	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
Alçada de taxa para a administração da Legislação.....	Lei n. 100 de 2 de novembro de 1900.	1. 1000000		
Expediente da Legislação.....	Lei n. 100 de 21 de dezembro de 1900.	1. 1000000	10.000.000	
LEGISLAÇÃO				
1. Conselho Administrativo e Municipal Proprietários.....	Ord.. Lei n. 100 de 2 de novembro de 1900.	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Rep.. Lei n. 100 de 21 de dezembro de 1900.	1. 1000000		
1. P. Secretário de Legislação.....	Ord.. Mem..	1. 1000000		
	Ord.. Mem..	1. 1000000		
		10.000.000	100.000.000	

INDICADA, EM DEMANDA	CLASSIFICAÇÃO	PROVIMENTO	SERVIDOR	PROVIMENTO
Transportes		20000000	20000000	
Aluguel de vans para a distribuição de Lapso	Lei n. 100 de 1 de dezembro de 1991	2000000		
Expeditos de Lapso	Lei n. 101 de 31 de dezembro de 1991	1000000	10000000	
TRAB				
1. Serviço Extraordinário e Altares Provisórios	Ord. Lei n. 100 de 1 de dezembro de 1991	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
	Rep. Lei n. 100 de 31 de dezembro de 1991	1000000		
2. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
3. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
4. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
5. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
6. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
7. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
8. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
9. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
10. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
11. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
12. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
13. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
14. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
15. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
16. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
17. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
18. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
19. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
20. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
21. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
22. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
23. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
24. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
25. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
26. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
27. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
28. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
29. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
30. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
31. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
32. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
33. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
34. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
35. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
36. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
37. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
38. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
39. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
40. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
41. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
42. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
43. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
44. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
45. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
46. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
47. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
48. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
49. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
50. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
51. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
52. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
53. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
54. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
55. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
56. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
57. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
58. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
59. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
60. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
61. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
62. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
63. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
64. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
65. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
66. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
67. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
68. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
69. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
70. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
71. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
72. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
73. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
74. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
75. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
76. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
77. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
78. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
79. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
80. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
81. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
82. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
83. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
84. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
85. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
86. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
87. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
88. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
89. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
90. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
91. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
92. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
93. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
94. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
95. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
96. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
97. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
98. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
99. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		
100. Serviço de Lapso	Ord. Lei	1000000		
	Ord. Lei	1000000		

ANNEXO N. 5

Synopse dos tratados, convenções,
protocollos e outros actos celebrados entre o Brazil
e as demais nações

PAIS	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Alemanha	18 20 — set. — 1873.	Assento de Brasil à Conferên- cia de _____ de _____ de dezembro 1873, procedendo em tempo de guerra, a espedição de pa- zela diplomática e militar marinha. (Nota da Legação Brasileira em B. Peters- burgo ao Governo do Bra- sil. (Relatório de 1873, pag. 250 do anexo n. 1.)	Não houve desfeito de proteção. Em pa- lavra a Alemanha no relatório de 1873, pag. 251, anexo n. 1.
	30 — set. — 1873.	Convenção postal concluída e assinada no Rio de Ja- neiro. — Firmada pelo Brasil n. 1873, de 3 de julho de 1874.	Folha art. 19 da Convenção postal universal. Im- munes de guerra as dis- posições desta que não se relacionam com ela.
	18 — jan. — 1877.	Acordo para assegurar a proteção das marinha de guerra e de commercio. Fato no Rio de Janeiro. (Decreto n. 1877, de 18 de junho de 1877.)	Vide 5º relatório de 1877, pag. 256 do anexo. Relação de 22 de junho de 1877 a Legação da Alemanha para con- sultar da lei sobre o passo de registro.
	4 20 — jul. — 1877.	Assento de Brasil à Con- venção telegraphica inter- nacional, celebrada em São Petersburgo em _____ de julho de 1873. (Decreto n. 1877, de 1 de outubro de 1877.)	
	17 — set. — 1877.	Tratado de extradição con- cluído e assinado no Rio de Janeiro. (Decreto n. 1877, de 12 de junho de 1877.)	Vide relatório de 1877, pag. 256 do anexo. Re- fere a convenção de art. 17 desse tratado, que se refere a 17 de jul. 1877 de ag. de 1877. Relatório de 1877, pag. 256 do anexo n. 1.
	14 — março — 1884.	Convenção internacional para a proteção dos rios in- ternos. (Decreto n. 1884, de 4 de julho de 1884.)	Referem-se a 14 de mar- ço de 1884. Vide Nota do Gov. Francês de 12 de abril de 1884 à Leg. Brasileira.
	21 — março — 1884.	Acordo internacional à conven- ção procedente. (Decreto n. 1884 citado.)	Na nota da espedição de representação da al- gum Estado foram destacadas.
	21 — março — 1884.	Acordo internacional à conven- ção procedente. (Decreto n. 1884 citado.)	Rel. de 1884, pag. 3 do re- latório e 121 do anexo n. 1. — Rel. n. 1884, de 20 de set. de 1887, art. 7º. — Decreto n. 1884, de 18 de jan. de 1888.
	1 — dez. — 1880 e a 22 de março — 1887	Declaração internacional, ra. dis- trib. 1º e 2º da Convenção de 11 de março de 1881 para a proteção dos rios in- ternos. (Decreto n. 1887, de 5 de maio de 1887.)	Vide relatório de 1887, pag. 22 e de 1887, pag. 3.

PAIS	Data	Assunto	Referencias
Alemannia.....	7 — julho — 1887.	Protocolo de encerramento da conferencia telegraphica para a proteccao das linhas telegraphicas, realizada em Paris para determinar a data em que deve entrar em vigor a Convencao de 14 de março de 1884.	Folhetim de 1888 pag. 142 do mesmo. A Convencao principa-mente a ser applicada em 1 de maio de 1888. (Vide nota de 28 de abril do mesmo anno. Id., cit. pag. 141.)
	28 — julho — 1887.	Regulamento da nova telegraphica Internacional applicado na conferencia de Badagost e applicado a rede. (Decreto n. 6285 de 2 de junho de 1887.)	
	25 — junho — 1887.	Convencao Postal Universal concluida no Congresso Postal de Varsavia. (Decreto n. 3673 de 28 de dezembro de 1887.)	Participam destes ajustes e dos ajustes anteriores concluidos no Congresso Postal de Varsavia, as potencias da Alemanha, Territorio da Alsacia, Comuna da Sere Quia, Territorio de Togo, Territorio da Africa do Sul, Territorio da Africa Oriental e Territorio dos Ilhas Kermadec.
	26 — junho — 1887.	Acordo relativo a percentagem de cartas e encomendas com valor declarado. (Circular de 1887 n. 2170 de 1887.)	
	26 — junho — 1887.	Acordo relativo ao serviço das cartas postaes. (Circular de 1887 n. 2170 de 1887.)	
America Central (República Mexicana)	25 — junho — 1887.	Convencao Postal Universal concluida no Congresso de Varsavia. (Decreto n. 3673 de 28 de dezembro de 1887.)	Constituem esta Republica, as de Honduras, Nicaragua e Salvador. (Vide Vol. de 1887, pag. 14.)
	26 — junho — 1887.	Acordo relativo a percentagem de cartas e encomendas com valor declarado. (Circular de 1887 n. 2170 de 1887.)	
	26 — junho — 1887.	Acordo relativo ao serviço das cartas postaes. (Decreto n. 2170 de 1887.)	

Paiz	Data	Assunto	Referências
Argentina (Buenos Aires)	11-ag.-1888.	Convenção preliminar da paz com a União Republicana das Províncias Unidas do Rio da Prata.	Por esta Convenção foi separada do Brasil a província de Montevideo, que passou a chamar-se República. Vide art. 3.º do tratado de amizade, commercio e navegação de 7 de março de 1889, publicado de maio de 1891, pag. 2 no 1.º sup. 2.º. Petrópolis. Placa T. 2.º, pag. 275.
	11-ag.-1888.	Adição adicional à Convenção preliminar da paz da mesma data.	Vide art. 30 do Tratado de 7 de março de 1889, Petrópolis. Placa T. 2.º, pag. 284.
	22-março-1891.	Convenção entre o Brasil e a República Oriental do Uruguay e os Estados da Entre-Rios e Corrientes para aliança offensiva e defensiva, além de manter a independência e de pacificar a fronteira daquelle Republica. (Sob o Montevideo. [Livre navegação dos rios Paraná, Rio da Prata, e suas afluentes para os ribeirões].)	Sob esta decreta da promulgação. Está publicado no Relatório de 1893, Anexo N.º, pag. 2.º. Vide a circular de 7 de novembro de 1892, relativa ao Tratado de S. José de Flores entre a livre navegação dos rios Paraná e Uruguay, publicado no Relatório de 1894, Anexo N.º, pag. 14.
	22-março-1892.	Convenção especial de aliança celebrada entre o Brasil, os Estados da Entre-Rios e Corrientes e a República Oriental do Uruguay, com o fim de assegurar a paz e manter de fazer offensiva a aliança com elles publicada no art. 12 do Decreto de 26 de maio do mesmo anno.	Também não foi promulgado. Está publicado no Relatório de 1894, Anexo N.º, pag. 2.º. O art. 14 intertraz a livre navegação dos rios Paraná e Rio da Prata e suas afluentes para os ribeirões.
	7-março-1893.	Tratado de amizade, commercio e navegação celebrado no estado da Paraná. (Decreto n.º 1792, de 14 de julho de 1894.)	Vide o anexo ao Relatório de 1894. Promulgado de 1 de setembro de 1897. Notas de 12 e 19 de abril de 1897 tratando entre o General Ceval do Brasil e o General Gálvez de Buenos Ayres. — (Rel. de 1897, Anexo N.º.) Promulgado de 22 de outubro de 1897. Notas de 27 de outubro e 2 de novembro de 1899 do Governo Argentino. (Rel. 1899 — Anexo N.º, pag. 35.) Relatório do Ministério dos Negocios Estrangeiros de 14 de maio de 1899, pag. 6.

PAIS	DATA	ACTO	OBSERVAÇÕES
Argentina (Buenos Aires).	25 — nov. — 1857.	Convenção sobre a navegação fluvial, complementando as estipulações do Tratado de 7 de março de 1856.	Não foi promulgada. Está publicada no Relatório de 1858. Anexo II, pag. 15.
	25 — dez. — 1859.	Protocollo relativo ao comércio da Ilha de Mar del Sur assignado em Buenos Ayres pelo Ministro residente do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da República Argentina.	Está annexo ao offício n. 6 de 26 de dezembro de 1859, da Legação em Buenos Ayres. Não foi publicado oficialmente. Havia protocollo foi annexo a correspondência dada pelo Governo Argentino de que o governo da Ilha de Mar del Sur não se oporia para interromper aos navios a livre navegação dos rios Paraná e Uruguay. A mesma questão foi versar a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América pelos tratados de 2. João de Pinar de 26 de julho de 1853.
	1 — maio — 1855.	Tratado de amizade, commercio e defesa entre o Brasil e as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguay contra o Governo do Paraguay.	Vide Relatório de 1855 pag. 2 do annexo; do de 1857 pag. 15 do annexo; do de 1860 mesmo anno (placet) pag. 7 da exposição e 25 do annexo. Tratado com o Paraguay de 2 de janeiro de 1852 e 2 de fevereiro de 1855. Protocollo de 26 de julho de 1857, e Relatório do Ministerio das Relações Exteriores de 30 de janeiro de 1857, pag. 26 dos annexos.
	1 — maio — 1855.	Resolução tomada entre os Plenipotenciarios brasileiros, argentinos e oriental convendo no director da Rodovia ao serviço da empresa fluvial de rio Paraguay.	Vide Relatório de maio de 1855, pag. 15 e 16, e fora annexa a nota do Ministro Especial do Brasil de 12 de janeiro de 1856. — Relatório annexo, pag. 122; do de dezembro de 1855, pag. 11 da exposição e 14 de annexo.
	25 — junho — 1855.	Acordo preliminar de paz celebrado mediante 27 estipulações de uniformidade com as bases antes estabelecidas entre os plenipotenciarios das tres nações aliadas — Brasil e Repúblicas Argentina e do Uruguay.	Vide relatório de 26 de junho de 55, pag. 17, e Protocollo de 23 de junho de 55 publicado no Relatório de 1857. — An. 1857 n. 1, pag. 5.

Paiz	Data	Assunto	Referências
Argentina (Buenos Aires)	21 - julho - 1876.	Convenção parcial concluída e assinada no Rio de Janeiro. Foram tomadas as resoluções a 28 de dezembro de 1876 (Decreto n. 1007 de 20 de dezembro de 1876).	Vista Relatoria de 1879 (dezembro) pag. 17 e de 1876, pag. 220 dos Anexos. Fol. 114 do Postal Universal. Sobre divergências as disposições que com ella são as seguintes.
	15 - dez. - 1876	Protocolo (n. 3) da Conferencia de Buenos Ayres, relativo aos seus primeiros artigos do projeto de tratado definitivo de paz com a Republica do Paraguay.	Publicado no Folheto de 1876 - pag. 100 do Anexo n. 1.
	22 - 27 de. - 1876.	Protocolo (n. 3) das Conferencias de Buenos Ayres, relativo aos arts. 7.º e 10.º do projeto de Tratado definitivo de paz com a Republica do Paraguay.	Idem dito, pag. 101.
	22 - 24 - 1876 e 14 - jan. - 1876.	Protocolo (n. 6) das Conferencias de Buenos Ayres, relativo á estipulação do projeto de Tratado definitivo de paz com a Republica do Paraguay, sobre a sua independencia e integridade, e outras providencias e bem da paz futura e da segurança do commercio e navegação fluvial.	Idem, dito, pag. 102.
	27 - nov. - 1876	Acôrdo celebrado entre os Representantes brasileiros e argentinos sobre as questões pendentes entre os dois Estados relativamente ao ajuste definitivo de paz com a Republica do Paraguay.	Vista Relatorio de 26 de dezembro de 1876, pag. 7 da exposição e 51 e 52 dos Anexos; data de 26 de janeiro de 1877. A este accordo allinha a Republica Oriental do Uruguay em 9 de dezembro do mesmo anno.
	3 - dez. - 1876	Protocolo da 1.ª Conferencia de Buenos Ayres, relativo ao andamento da ilha do Castor e da Villa Guaymas, e outras sobre direitos territoriaes da Republica e a Pesca fluvial.	Este protocolo foi assinado pelos Representantes brasileiro, argentino e paraguai e annexo á paz negociação do Rio Paraguay. Vista Relatorio de 1877 (julho), pag. 28 do mesmo.

Paiz	Data	Assunto	Ocorrências
Argentina (Rio de Janeiro.)	28 — julho — 1877.	Protocollo relativo ao prazo da guarda coletiva das independências, sobtancia e integridade territorial do Paraguay, assignado pelos Representantes do Brasil e dos Estados Unidos Americanos e Oriental do Paraguay, no tratado de Amizade.	Publicado no Relatorio de 1878, pag. 3 de Annexos n. 1.
	28 — set. — 1878.	Protocollo declarando a applicação do artigo 1º do Tratado de amizade, commercio e navegação de 7 de março de 1861, com referencia á entrega de soldados e administradores de guerra desertores.	Publicado no Relatorio de 1878, pag. 66 de Annexos n. 1.
	14 — dez. — 1880.	Acordo para a execução do Curso Regulatorio, concluido e assignado no Rio de Janeiro. (Decreto n. 1071 de 3 de novembro de 1880.)	Relatorio de Janeiro de 1881, pag. 139.
	14 — março — 1881.	Convenção internacional para a proteção dos authors litterarios. (Decreto n. 949 de 4 de julho de 1881.)	Vide illumens na mesma data.
	28 — abril — 1884.	Ajuda para erigir monumentos de memoriaes que guarnecam a fronteira entre o Brasil e a Republica Argentina, firm dos respectivos Imperes.	Vide Relatorio de 1884, pag. 9.
	5 — dez. — 1885.	Declaração interpretativa dos arts. 3º e 4º da Convenção de 14 de março de 1884, para a proteção dos authors litterarios. (Decreto n. 1149 de 4 de maio de 1885.)	Vide Relatorios de 1886, pag. 30 e de 1891, pag. 7.
	5 — set. — 1885.	Anexo á Convenção Telegraphica Internacional. — (Nota da Legação Alemã de 25 de novembro de 1885. — <i>Diário Official</i> de 29 de novembro de 1885.)	Foi collocada entre as promessas de 1ª classe como reconhecimento para as despesas da Secretaria Telegraphica em Berão.
	21 — julho — 1889.	Adheção á Convenção de 14 de março de 1884 para a troca de documentos officiaes e de publicações ministeriaes e litterarias. (Nota da Legação Belgica de 21 de agosto de 1889.)	
	7 — set. — 1889.	Tratado extendendo a applicação a questão de limites entre o Brasil e a Republica Argentina. (Decreto n. 10,400 de 3 de novembro de 1889.)	Vide Relatorio de julho de 1891, pag. 7 de Supplemento e 28 de Annexos.

Paiz	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Argentina (República.)	25 — Junho — 1890.	Regulamento do serviço internacional annexo á Convenção telegraphica da São Petersburgh. Revista de Paris de 1890.	Vide Admonica, nota, data.
	5 — Julho — 1890.	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Nota da Legação da Bélgica de 21 de Janeiro de 1891.)	Esta Convenção foi promulgada no Brasil por Decreto n. 1387 de 21 de Janeiro de 1891.
	9 — ag. — 1890.	Protocolo para o estabelecimento de marcos da fronteira entre o Brasil e o Uruguay, firmado pelo lado do Uruguay com as estipulações do Tratado de 7 de Setembro de 1850. (Aprovado pelo Governo Argentino, conforme nota da Legação da Argentina de 25 de Outubro de 1890.)	Vide Tratado de 10 de Setembro de 1850 — (Decreto n. 1000 de 5 de Março de 1890); Tratado de 7 de Setembro de 1850 — (Decreto n. 10 422 de 5 de Novembro de 1890); Tratado de 25 de Janeiro de 1890 — (Semella secreta de 12 de agosto de 1891 da Legação dos Paes Baixos); Tercio de 25 de Janeiro de 1890; — (Lanço do Presidente dos Estados Unidos de 5 de Janeiro de 1890; (Vol. de 1890, Anexo I — pag. 3.)
	22 — Julho — 1890.	Regulamento do serviço telegraphico internacional revisto pela Conferencia telegraphica de Stuttgart, a respectiva Tarifa. (Decreto n. 1389 de 5 de Junho de 1891.)	
	15 — Jan. — 1891	Convenção Postal Universal concluida no Congresso de Washington. (Decreto n. 213 de 28 de Setembro de 1890.)	
	15 — Jan. — 1891	Acôrdo relativo á participação de cartas comencendadas com valor declarado. (Decreto n. 213 de 28 de Setembro de 1890.)	
	16 — Jan. — 1891	Acôrdo relativo ao serviço das cartas postaes. (Decreto n. 213 de 1890.)	
Australia (ou Austrália.)	15 — Jan. — 1891.		Vide Tel-Examen, se adduza ois para Australia do Tel e Co-ordinat.
	15 — Jan. — 1891		

paiz	data	assunto	observações
Austria-Hungria.	20 — julho — 1888.		Vide Off-Brevetas neste dia.
	20 — julho — 1890.		Idem.
Austria-Hungria.	20 — jul. — 1890.		Vide Off-Brevetas neste dia.
	2 — julho — 1890.		Idem.
Austria-Hungria.	20 — março — 1891.	Assimilação do Brasil à Declaração de 20 de abril de 1890 sobre as prerogativas do direito marítimo em tempo de guerra, adoptadas pelas potências que assignaram o Tratado de Paris de 30 de março do mesmo anno.	Vide assignação na mesma data.
	11 — out. — 1890 20	Assimilação do Brasil à Declaração de 20 de novembro de 1890 promulgada em tempo de guerra o respeito da propriedade industrial e da propriedade. (Nota da Legação Austro-Hungarica em S. Paulo sobre as Convenções de Roma. Relatório de 1879, pag. 285 do Anexo n. 4.)	Idem.
	4 — jul. — 1891 15	Assimilação do Brasil à Convenção Telegraphica Internacional celebrada em S. Petersburgo em 10 de julho de 1875. (Decreto n. 804 de 1 de outubro de 1877.)	Idem.
	20 — maio — 1892.	Convenção para a organização da propriedade industrial no Rio de Janeiro. Foram assignadas as ratificações no dia 20 de julho de 1894. (Decreto n. 2894 de 27 de agosto de 1894.)	
	24 — março — 1894.	Convenção (internacional para a proteção das marcas e do commercio assignada no Rio de Janeiro. (Decreto n. 2454 de 4 de julho de 1895.)	Idem.
	20 — agosto — 1895.	Assimilação para a proteção das marcas de fabrica e de commercio assignada no Rio de Janeiro. (Decreto n. 2587 de 5 de novembro de 1897.)	

PAIS	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Austria-Hungria.	1 — dez. — 1898	Declaração interpretativa dos arts. 1º e 2º da Convenção de 24 de março de 1898 para a proteção dos dados telegraphicos telephonicos. (Decreto n. 752 de 5 de maio de 1897.)	Vide Alemanha no mesmo data.
	2 — julho — 1899	Convenção estabelecendo o Codigo internacional para a publicação dos telephonos marcos. (Decreto n. 1223 de 21 de janeiro de 1899.)	Vide Belgica no mesmo data.
	4 — junho e 24 de setembro de 1898.	Ajuste por meio de notas para a troca de dados telephonicos.	Vide Romania de 1898, pag. 14.
	10 — junho — 1898.	Admissão à Convenção relativa à permutação de telecomunicações postaes. (Nota annexa à nota do Conselho Federal Suizo de 22 de junho de 1898.)	
	15 — junho — 1898.	Admissão ao tratado relativo ao serviço de telephons. (Nota annexa à nota do Conselho Federal Suizo de 22 de junho de 1898.)	
	15 — junho — 1898.	Admissão ao tratado relativo à intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas. (Nota annexa à nota do Conselho Federal Suizo de 22 de junho de 1898.)	
	22 — julho — 1898.	Regulamento do serviço telegraphico internacional revisado na conferencia telegraphica internacional de Helssingfors, e respectiva Turca. (Decreto n. 1223 de 5 de junho de 1898.)	
	25 — junho — 1898.	Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 1270 de 25 de dezembro de 1898.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo à permutação de cartas e telecomunicações com valor deducido. (Nota decreto n. 2170 de 1898.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo ao serviço dos valores postaes. (Nota decreto n. 2170 de 1898.)	

DATA	DATA	ASSUNTO	COMPARAÇÃO
Belgex.	6-jun.—1862	Admissão à declaração de 18 de junho de 1862 sobre prisões de direito marítimo em tempo de guerra.	
	18 — julho — 1862	Tratado geral relativo ao regime da pesca do bacalhão. (Decreto n. 1864 de 14 de dezembro de 1861.)	Verê Relatório de 1863, pag. 122 da exposição e 129 do parecer e de 1865, pag. 39 da exposição e relatório de 1864, pag. 84 da exposição e 66 e seguintes dos anexos.
	21-dez.—1862	Acordo regulando as relações commerciaes entre o Brasil e a Bélgica. (Decreto Belgex de 24 de dezembro de 1862.—Nota do Ministério das Relações Internacionais Belgex de 14 de janeiro de 1864.)	Verê Relatório de 14 de maio de 1864, pag. 85 da exposição e 54 e seguintes dos anexos. (Tratamento da navegação mercante.)
	24 — abril — 1863	Acordo relativo aos direitos concedidos à correspondência de pacotes dos Pqs. Txs. e C.A., compreendida de serviço postal marítimo, mediante o transporte da correspondência oficial.	Verê Relatório de 1863, pag. 121, e de 1865, Anexo pag. 56; Lei n. 1750 de 30 de outubro de 1869. Relatório de 1870, pag. 88.
	21 — out.—1872	Acordo do Brasil à Declaração de 11 de dezembro 1862 promulgado em tempo de guerra e cessação da guerra e cessação da guerra e cessação da guerra.	Verê Afirmação na mesma data.
	22 — abril — 1873	Convenção para facilitar a regular a troca da correspondência. (Promulgada por Decreto n. 4571 de 12 de agosto de 1873)	Verê Lei n. 93 da correspondência postal marítima especial decorrente as disposições que não são as mesmas. Verê Relatório de 1871, pag. 128 dos anexos.
	22-jun.—1873	Tratado de extradição celebrado em Brussel. (Decreto n. 1865 de 24 de setembro de 1873.)	Verê Tratado adicional de 11 de dezembro de 1877. Relatório de 1874, pag. 389.
	22-out.—1874	Convenção adicional à Convenção Postal de 22 de abril de 1873. Promulgada por Decreto n. 1866 de 24 de dezembro de 1873.	Verê observação à Convenção de 22 de abril de 1873; Relatório de 1875, pag. 129 dos anexos.
	22-out.—1875	Declaração para a proteção dos navios de guerra e do comércio, feita no Rio de Janeiro. (Decreto n. 5287 de 2 de novembro de 1875.)	Relatório de 1875, pag. 129 do anexo.

Paiz	Data	Assunto	Observações
Bélgica.	4 — jul. — 1873	Acordo do Brasil e Bélgica sobre a topographia interna- cional, celebrada em 2. Fe- v.	
		— 20 — 20 — 20 de 1873. (Decreto n. 4704 de 1 de outubro de 1873.)	
	15 — jan. — 1877	Tratado adicional ao de extradição de 24 de junho de 1873, celebrado em Brussel- les a 12 de dezembro de 1873. (Decreto n. 4879 de de 6 abril de 1878.)	Vide Relatório de 1878, pag. 114 do anexo.
	29 — março — 1883.	Convenção internacional para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 9233 de 25 de junho de 1884.)	Ver Decreto n. 3241 de 14 de outubro de 1883 e 3288 de 21 de de- zembro do mesmo anno na disposição que in- tervenha a convenção dessa Convenção.
	14 — março — 1884.	Convenção internacional para a proteção dos nomes in- dustrial. (Decreto n. 3454 de 4 de julho de 1885.)	Vide Alameda na mes- ma data.
	12 — março — 1886.	Convenção para a troca in- tervista do jornal official e dos Annuaire e documents parlementaires. (Decreto n. 10.189 de 17 de feve- reiro de 1887.)	
	13 — março — 1886.	Convenção para a troca de documentos officiels e pa- ramentaires parlementaires e in- dustrial. (Decreto n. 10.189 de 17 de fevereiro de 1887.)	
	4 — dez. — 1886	Declaração interpretativa das arts. 3.º e 4.º da Convenção de 4 de março de 1884, para a proteção dos nomes industrial. (Decreto n. 3018 de 6 de maio de 1887.)	
	2 — set. — 1886	Acordo do Brasil e Conven- ção celebrando a União Internacional para a pro- teção das marcas e in- dustrial. (Decreto n. 3273 de 21 de janeiro de 1887.)	A adição foi communicada pela nota de La- paille em Brasília ao Governo Belgico de 2 de março de 1886. A Convenção ripete desde 2 de abril de 1886.
	24 — abril — 1891.	Decreto Promulgando a con- venção e acordo relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio, celebrado na Conferencia de Mar- del. (Decreto n. 3393 de 29 de novembro de 1891.)	

Paiz	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Bélgica.	15—abr.—1891	Tercero Protocolo, constituido a Comissão especialmente a direção da Secretaria Internacional da União para a proteção da propriedade industrial, constituido no Conferencia de Madrid. (Decreto n. 2260 de 29 de novembro de 1891.)	
	12—jul.—1891	Regulamento do serviço topographico (mensuravel), revisto na Conferencia de Brusellas e respectivo Tarifa. (Decreto n. 2229 de 2 de junho de 1891.)	
	12—jun.—1891	Commodo Postal Universal, constituido no Congresso de Washington. (Decreto n. 2179 de 28 de dezembro de 1891.)	
	15—jun.—1891	Acordo relativo a protellao de cartas e documentos com sellos de aduana. (Decreto n. 2270 de 28 de dezembro de 1891.)	
	15—jun.—1891	Acordo relativo ao serviço das vias postaes. (Decreto n. 2271 de 28 de dezembro de 1891.)	
Bolívia.	21—maio—1891.	Tratado de amizade, commercio e extradição. (Decreto n. 2269 de 22 de novembro de 1891.)	Declaracao de ter effeito desde 6 de novembro de 1891 no cumprimento de quanto nele prescreve. Vide as seguintes Resoluciones 1891, pag. 22 de annexo; 1875, pag. 223 do vol. 1875, pag. 10 da exposicao; 1875 (1.º vol.), pag. 18 de Reg. e 149 do annexo; 1875, pag. 6 da exposicao e 10 e seguintes do annexo; 1874, pag. 7 da exposicao e 101 do annexo, pag. 11.
	12—abr.—1891.	Notas relativas de 12 expedientes de 1874, 2.º de outubro de 1891.	Vide notas relativas a expedientes das Indias Negras, Caracas, Guayana, Maranhão e Ultramar.
	22—abr. e 11—maio—1891	Notas relativas a negocio de fusão do porto de correspondencia official e particular dos Agentes diplomaticos belgicenses no Brasil, e vice-versa.	Vide actas do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 11 de maio de 1891.

Paiz	Data	Assunto	Obras referidas
Bélgica	28-dez.-1877	Acordo para exchange de Cartas registadas. (Decreto n. 1807 de 13 de outubro de 1878.)	Vide o Relatório de Janeiro de 1882, pag. 150
	5-jul.-1880	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das listas aduaneiras. (Decreto n. 10778 de 21 de janeiro de 1881.)	
	25-fev.-1882	Protocolo relativo à demarcação das linhas entre a Bélgica e o Luxembro.	Vide Relatório de 1882, pag. 20 da exposição, e 192 do annexo; dito de 1877, pag. 8 da exposição e 19, 74 e 107 do annexo; dito de 1880, pag. 30 da exposição, pag. 141 e seguintes.
	12-jun.-1887	Convenção Postal Universal concluída no Congresso de Washington. (Decreto n. 3173 de 28 de dezembro de 1888.)	O texto com a tradução foi publicado no Relatório de 1888, 3 ^a vol.
Suécia-Norueguia.	1-out.-1873	Afilição à Convenção Telegraphica Internacional. [Nota da Legação Norueguesa de 1 de novembro e 2 de dezembro de 1873. Decreto n. 1304 de 1 de outubro de 1877.]	Vide Relatórios de 1873, pag. 120 do annexo e de 1884, pag. 17 da exposição.
	25-jul.-1880	Regulamento de serviço telegraphico internacional relativo ao Conferencia de Estocolmo e respectiva Minuta. (Decreto n. 3329 de 1 de junho de 1881.)	
	12-jun.-1887	Convenção Postal Universal concluída no Congresso de Washington. (Decreto n. 3173 de 28 de dezembro de 1888.)	
	23-jun.-1887	Acordo relativo a permutação de cartas e postagens-las com valor declarado. (Citedo decreto n. 3173.)	
	15-jun.-1887	Acordo relativo ao serviço das malas postaes. (Citedo decreto n. 3173.)	
Suegaa	22-fev.-1881	Afilição à Convenção Telegraphica Internacional de 12 de julho de 1875. (Nota da Legação Norueguesa de 17 de março de 1881.)	Vide Relatórios de 1875, pag. 15 do annexo e de 1882, pag. 155. Decreto n. 3798 de 1 de outubro de 1877.

Paiz	Data	Assunto	Referências
Bulgaria	21-jun.—1895	Regulamento do serviço telegraphico internacional revisado em Paris.	Vide Alemanha no mesmo data.
	8-jul.—1895	Accepto á União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Nota do Legação Bulgar de 3 de setembro de 1895.—Diário Oficial de 24 do mesmo mes.	
	24-jun.—1895	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva tarifa revisada na Conferencia de Budapesta. (Decreto n. 2598 de 3 de junho de 1895.)	Vide Bulstoria de 1895, vol. 3º.
	13-jun.—1897	Convenção Postal Universal, revellida no Congresso de Washington. (Decreto n. 3170 de 25 de dezembro de 1898.)	Mem.
	13-jun.—1897	Acordo relativo á permissão de moedas e sellos postaes com valor declarado. (Id. decreto n. 3170.)	Mem.
	13-jun.—1897	Acordo relativo ao serviço das valas postaes. (Id. decreto n. 3170.)	Mem.
Cabo da Boa Esperança.	16-dez.—1891	Adhesão á Convenção telegraphica internacional de 11 de julho de 1875. (Nota do Legação Portueza de 12 de janeiro de 1892.)	Vide decreto n. 5731 de 1 de outubro de 1897.
	17-mai.—1895	Adhesão á Convenção de 14 de março de 1891 para a permissão das valas telegraphicas aduaneiras.	
	3-jul.—1895	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1203 de 21 de janeiro de 1891.)	
	23-jul.—1895	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva tarifa revisada na Conferencia de Budapesta. (Decreto n. 2598 de 3 de junho de 1895.)	
	13-jun.—1897	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 3170 de 25 de dezembro de 1898.)	
Cabo Verde (Colónia portugueza).			Vide Portugal.

PAIS	DATA	ASSUNTO	COMPARAÇÃO
Canadá	27-out.—1888	Admissão à Convenção de 14 de março de 1884 para a proteção dos cabos telegraphicos submarinos.	Verê Cód.-Brevetado, nota data.
	5-jul.—1888	Convenção estabelecendo a União internacional para a proteção das marcas efigueiras. (Decreto n. 1281 de 31 de janeiro de 1891.)	
	21-jun.—1887	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2170 de 18 de dezembro de 1888.)	
Ceylão (Colônia Inglesa).	24-ale.—1887	Convenção telegraphica internacional. (Decreto n. 1287 de 4 de maio de 1887.)	Verê Relatório de 1888, pag. 209 dos Anexos. Verê—Índice Britânico.
Chile	12-ag.—1885	Admissão à Convenção de 10 de abril do mesmo anno sobre direitos maritimos.	Verê Aliamento em 10 de março de 1887.
	28 — maio — 1875.	Convenção Postal. (Decreto n. 1730 de 30 de outubro de 1875.)	
	5-jul.—1888	Convenção estabelecendo a União internacional para a proteção das marcas efigueiras. (Decreto n. 1281 de 31 de janeiro de 1891.)	Verê Relatório de 1873, pag. 66 do Anexo. Pelo art. 20 da Convenção Postal Universal Brevetado despojado as disposições desta que não se contradizem com ella.
	10-jun.—1884	Protocolo estabelecendo as bases para a negociação de um tratado de commercio e navegação.	
	22-jun.—1886	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tarifa, votados na conferencia de Baden. (Decreto n. 1223 de 6 de julho de 1887.)	
	4-mai.—1887	Convenção relativa ao exercicio das prerrogativas literarias. (Decreto n. 2287 de 14 de setembro de 1888.)	
	13-jun.—1887	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2170 de 18 de dezembro de 1888.)	Verê Relatório desta data (1887).

Paiz	Data	Assunto	Observações
Cuba	24-jun.—1897	Acordo relativo à prestação de socorro e assistência para vítimas do terremoto. (Cet. Decreto n. 2176.)	
	15-jun.—1897	Acordo relativo ao serviço dos valles peruanos. (Cet. Decreto n. 2176.)	
Chile	3-out.—1891	Tratado de amizade, commercio e navegação. (Decreto n. 2201, de 20 de dezembro de 1891.)	Vide p.º da p.º, p.º da l.º n.º 91 de 1 de outubro de 1891.
	19 — junho — 1894.	Adhesão à União Internacional para publicação das tarifas aduaneiras. (Nota da Legação Suíça de 27 de junho de 1894.)	Vide Relatório de 1895, pag. 224.
	18 — abril — 1895.	Declaração espontaneamente a entrada na União Postal ao actual posto da correio pendente.	Vide Relatório de 1895, Anexo 2º pag. 13.
Colômbia . . .	19 — julho — 1894.	Adhesão à Convenção Telegraphica Internacional. (Nota da Legação Brasileira de 23 de julho de 1894.)	Vide decreto n. 4281 de 1.º outubro de 1895.
	22 — julho — 1895.	Suplemento de serviço telegraphico internacional emitido na Conferência de Budapeste.	
Colômbia . . .	14 — março — 1895.	Convenção Internacional para a proteção dos cabos telegraphicos. (Decreto n. 5554 de 4 de julho de 1895.)	A Colômbia figura entre os Estados contratantes, mas não ratificou. Nota do Governo Francês à Legação Brasileira, de 23 de abril de 1895.
	19 — dez.— 1895.	Adhesão à União Internacional para publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1227 de 23 de janeiro de 1896.)	
	18-jun.—1897	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2176 de 23 de dezembro de 1897.)	

Paiz	Data	Evento	Considerações
Congo (Estado independente do)	1-jul.-1900. 15-jan.-1900	Convenção estabelecendo a União para a publicação das leis aduaneiras. Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 317, de 26 de dezembro de 1898.)	
Costa (Reino da).	15-jan.-1900	Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 317, de 26 de dezembro de 1898.)	Em 26 de abril do mesmo anno a Legação da Costa em Washington havia comunicado ao Ministro da Guerra a adesão do seu governo à Convenção principal do Congresso de Viena. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 26 de julho de 1900.) Primeiro representante no Congresso de Washington.
Cuba (Ilha)	14 - março - 1904. 1-dez.-1900 6-jul.-1900 25-jan.-1900	Convenção Internacional para a proteção das rotas marítimas. (Decreto n. 2424, de 4 de julho de 1905.) Declaração interpretativa da Convenção de 14 de março de 1904 para a proteção das rotas telegráficas marítimas. (Decreto n. 2745, de 2 de maio de 1901.) Convenção estabelecendo a União Internacional para publicação das leis aduaneiras. (Decreto n. 1207 de 26 de 21 de janeiro de 1900.) Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 317, de 26 de dezembro de 1898.)	Ver Relatório de 1905, pag. 22 e nota do Conselho Federal Suíço, de 26 de agosto de 1905. — Diário Oficial de 2 de outubro de 1905.
Cuba	19 - maio - 1900. 25-jul.-1900	Adesão à Convenção telegráficas internacional regulamentada sobre esta pela Legação Aliada. Convenção Postal Universal do Congresso de Washington.	

Data	Data	Acto	Observações
Congo . . .	10—agosto—1894.		Vide Tabelas Bóreas nesta data.
Dinamarca . . .	25—jul.—1895	Assento à declaração de 18 de abril de 1895 sobre princípios de direito marítimo.	Vide assento a 25 de março de 1897.
	11—out.—1895	Assento do Brasil à declaração de 25 de novembro de 1895, pronunciando em tempo de guerra o embargo de portos explorados e independentes.	Vide Alemanha na mesma data.
	4—julho—1897	Assento do Brasil à convenção telegráfica internacional celebrada em 12 de setembro de 1895, (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1897.)	
	10—julho—1891.	Declaração para a proteção das rotas de cabotagem e da pesca. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)	
	14—março—1898.	Convenção internacional para a proteção das rotas cabotagens. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)	Vide Alemanha na mesma data.
	1—dez.—1895	Declaração interpretativa dos arts. 1º e 2º da Convenção de 14 de março de 1898, para a proteção das rotas cabotagens. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)	
	3—jul.—1895.	Convenção estabelecendo a União Internacional para a proteção das rotas cabotagens. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)	Compreende as rotas cabotagens.
	1—out.—1894.	Assento à União para a proteção das rotas cabotagens. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)	Esta assento não compreende a Convenção das rotas cabotagens. (Decreto n. 8711, de 1 de outubro de 1891.)

PAIS	Data	Assuntos	Observações
Paraguay.	12-jul.—1885	Regulamento do serviço telegraphico internacional e telegraphico local, revisado na Conferencia de Stuttgart. (Decreto n. 3249, de 2 de junho de 1887.)	
	18-jun.—1887	Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 3170, de 22 de dezembro de 1888.)	
	18-jun.—1887	Acordo relativo a paratransito das cartas e pacotes, ficando postas. (Decreto n. 3174, citado.)	
	18-jun.—1887	Acordo relativo ao serviço das cartas postas. (Citado Decreto n. 3170.)	
Dominicana (República).	14—maio—1884	Convenção para a proteção dos cables telegraphicos submarinos. (Decreto n. 844, de 4 de julho de 1885.)	Foi a Adhesão a mesma data.
	14—dez.—1885	Declaração interpretativa das arts. 3.º e 4.º da Convenção de 14 de maio de 1884 para proteção dos Cables telegraphicos. (Decreto n. 974, de 6 de maio de 1887.)	
	11-jul.—1886	Acordo a Convenção Internacional de 29 de março de 1886 para a proteção da propriedade industrial. — (Nota do Conselheiro Federal de Laus, de 25 de julho de 1886. Jorna. Officia. de 25 de agosto de 1886.)	Foi adherido em 29 de outubro de 1886, ratificado em 1.º de novembro de 1886; mas, depois accedido sem data.
	24—dez.—1886	Acordo a União internacional para a proteção das cartas submarinas. (Nota do Legação de Laus, de 7 de janeiro de 1886.)	
	10—set.—1886	Adhesão a Convenção Postal Universal do Congresso de Washington. (Decreto n. 3256, de 7 de novembro de 1888.)	
Egyp.	21—dez.—1886	Adhesão a Convenção Telegraphica de S. Francisco de 1858. — de 2 de julho de 1886. (Decreto n. 4081, de 1 de outubro de 1887.)	Esta adhesão foi feita nos termos do art. 1.º da Convenção Postal Universal de Laus, de 25 de outubro de 1886.)

PAIS	Data	Assunto	Observações
Egypcio	21-jun.-1898	Regulamento do serviço telegraphico internacional relativo em Paris.	Vide A. Lemaître na mesma data.
	22-set.-1898	Acordo a União internacional para a publicação das cartas nauticas (Decreto n. 1233 de 21 de janeiro de 1898.)	Vide nota do Legação de Belgaes, de 7 de janeiro de 1898.
	22-jul.-1898	Regulamento do serviço telegraphico internacional a respeito de tarifas, previsto na Conferencia de Berlim, (Decreto n. 1233, dat. de janeiro de 1898.)	
	15-jun.-1898	Convenção Postal Universal do Congresso de Viena, (Decreto n. 1233, de 21 de janeiro de 1898.)	
	12-jun.-1898	Acordo relativo a publicação de cartas e documentos que não valer declarados. (Id. Decreto n. 1233.)	
	15-jun.-1898	Acordo relativo ao serviço que valer postas. (Id. Decreto n. 1233.)	
Espanha	2-out.-1898	Protocolo de assinatura de um tratado de amizade e relativo a navegação fluvial e aos limites	Publicado no relatório de 1898, pag. 4 de annexo II, de declaração feita por parte do Governo de Espanha neste protocolo podem ver alguns dos applicação ao caso de tratado de fronteiras fluvias e navegação. (Vide a nota "Relatório" pag. 47.)
	5-dez.-1898	Leitura e declaração de 10 de abril de 1898 sobre o plano de direito marítimo.	O Brasil aderiu em 18 de maio de 1898.
	21-jun.-1898	Regulamento do serviço internacional annexo a Convenção Telegraphica de S. Petersburgo, Berlim de Paris.	Vide A. Lemaître, mesma data.
	4-set.-1898	Acordo a União internacional para a publicação das cartas nauticas, (Nota do Legação de Belgaes, de 21 de janeiro de 1898. Nota do Legação de Belgaes de 21 de maio de 1898.)	

Paiz	Data	Assump.to	Observações
Estados Unidos da America.	10—dez.—1820	Trazido de paz, amizade, commercio e commercio, concluido e ratificado no Rio de Janeiro.	Todas as disposições relativas ao commercio e navigação do mar de entrar desde 15 de dezembro de 1811, com a mesma, porém, em vigor, por força do art. 15, o qual se refere a paz e amizade. Vide Relatorio de 1847, pag. 118 e seguintes de Annuaire e mais de 5 de agosto de 1813 e no Relatorio de 1854, pag. 450 de Annuaire.
	14 — março — 1824.	Convenção Postal concluida e ratificada no Rio de Janeiro, e ratificada em 15 de julho do mesmo anno. (Promulgada por decreto n. 4553, de 25 de julho de 1824.)	Pelo art. 19 da Convenção Postal Universal foram designadas as disposições desta que mais elle não se applicam.
	24—abr.—1825	Acordo para a protecção das marcas de fabrica e commercio, applicado e ratificado no Rio de Janeiro. (Decreto n. 7071, de 13 de maio de 1825.)	
	14 — março — 1824.	Convenção Internacional para a protecção das rotas maritimas. (Decreto n. 4454, de 4 de julho de 1824.)	Vide Alvarão sobre esta.
	15 — março — 1826.	Convenção para a troca de officiaes do Journal Officiel e dos Annuaire e documentos parlamentares. (Decreto n. 15.288, de 27 de fevereiro de 1826.)	
	15 — março — 1826.	Convenção para a troca de documentos officiaes e parlamentares e estatutos. (Decreto n. 15.288, de 27 de fevereiro de 1826.)	
	1—dez.—1825	Declaração da Imperatriz das arts. 19 e 40 da Convenção de 14 de março de 1824, para a protecção das rotas telegraphicas submarinas. (Decreto n. 5162, de 3 de maio de 1825.)	
	20 — maio —	Annuaire d'Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial. de 20 de março de 1883. (Acta da Comissão Federal Suiza, de 11 de abril e 2	Esta convenção foi assinada por a maioria de que o direito de legislar nos Estados Unidos, no que se refere a marinha de guerra, ou de commercio,

paiz	data	assunto	observações
Estados Unidos da América.		de Junho de 1888. — <i>Director Office</i> do CI de maio e 25 de Junho do mesmo anno. Relatório de 1888, pag. 172 e 173.) 3—jul.—1888 Convenção internacional a União Internacional para a protecção das patentes de invenção. (Decreto n. 137. 88, de 31 de Junho de 1891.) 8—set. e 7—dez.—1888 Acordo para a criação e manutenção do <i>Secretari</i> das Repúblicas Americanas. (Nota do Legação dos Estados Unidos da America de 2 de setembro, e do <i>Quartel</i> Suíço de 26 de dezembro de 1888.) 25—abr.—1891 3a Proclamação constituinte o <i>Acordo</i> referente a <i>Declaração</i> do <i>Secretari</i> Internacional da União para a protecção da propriedade industrial, <i>concluido</i> na <i>Conferencia</i> de <i>Basileia</i>. (Decreto n. 228, de 20 de novembro de 1891.) 25—jun.—1891 Convenção Postal Universal do Congresso de <i>Estados</i>-<i>unidos</i>. (Decreto n. 307, de 26 de dezembro de 1891.)	participando a cada um dos Estados da União Norte Americana. <i>Nota</i> assinada que se <i>disputa</i> sobre a <i>responsabilidade</i> a <i>serviço</i> <i>aplicando</i> no <i>Exercito</i> dos <i>policias</i> <i>contribuções</i> das <i>alças</i> <i>policias</i> <i>contribuções</i>. (Nota a <i>Nota</i> do <i>Comandante</i> Federal <i>Brasil</i>, de 11 de abril de 1887 <i>publicada</i> no <i>Relatório</i> de 1888, pag. 172 da <i>América</i>.) Vide <i>Relatório</i> de <i>Junho</i> de 1891, pag. 18, e de 1892 pag. 13 de <i>explicação</i>, e 25 e seguintes do <i>anexo</i> n. 1.
Perol (Ilha da...) (Colônia Dinamarquesa.)	1—out.—1891	Acordo à <i>Convenção</i> Internacional para a protecção da propriedade industrial. (Nota do <i>Comandante</i> Federal <i>Brasil</i> , de 2 de outubro de 1891.)	
França.....	24—abril.—1893 3—jun.—1893	<i>Tratado</i> de <i>amizade</i> e <i>protecção</i> entre <i>Portugal</i> e <i>França</i> (Lisboa.) <i>Acta</i> final do <i>Congresso</i> de <i>Viena</i>.	Vide <i>Borges</i> de <i>Castro</i> vol. 2, pag. 248. <i>Idem</i>, vol V pag. 248.

Paiz	Data	Assuntos	Considerações
França.....	18-ag. — 1867	Convenção celebrada em Paris para restituição da Guyana Francesa e para a delimitação da Guyana Portuguesa.	Vide Positiva. Picta. Tomo 1.º pag. 129.
	3-jan. — 1895	Tratado de amizade, navegação e commercio. (P. Portugal de 21 de junho de 1895.)	Vide art. 1.º e 2.º dos artigos da 1.ª de junho de 1895 e artigo adicional da 21 de agosto de 1895 e Relatorio de 1897, pag. 31. Positiva. Picta. Tomo 1.º pag. 12, 30 e 31. Não taparam as emblemas celebradas no tratado e no artigo de ratificação.
	7-jan. — 1898	Artigos adicionais declarados dos artigos IV, XII e XIV do Tratado de amizade, navegação e commercio, de 3 de janeiro do mesmo anno.	Vide Relatorio de 1893, pag. 3 da expenção, e 40 do Annexo. Relatorio aos Conselhos.
	21-ag. — 1899	Artigo adicional regulando os princípios da limpeza, a que se refere o artigo XII do Tratado de amizade, navegação e commercio de 3 de janeiro de 1895.	Vide Relatorio de 1897, Annexo J, pag. 31. Nota de 24 de novembro de 1898, (Relatorio citado pag. 30 do Annexo J), que constitua o annuo seguinte.
	14-mar. — 1904	Acordo para o restabelecimento dos princípios da limpeza consagrados no artigo de 21 de agosto de 1899, adicional ao Tratado de 3 de janeiro 1895.	Relatorio de 1897, pag. 36 do annexo J.
	12-jul. — 1941 25-dez.	Acordo para neutralização do territorio luso-gaio no frontão, entre o Brasil e a Guyana Francesa. (Despacho do Ministro dos Negocios Estrangeiros de France de 3 de julho de 1941 — Nota do Governo Brasileiro, de 15 de dezembro do mesmo anno.)	Arquivo da Secretaria. Vide Relatorio de 1893 pag. 31 e annexo C. Nr. 4 e 12 de 1893 pag. 133; de 1900 pag. 177; de 1902 pag. 95; de 1903 pag. 38 e annexos de 1905 pag. 45 de 1904 pag. 30, de 1905 pag. 37 e 52, de 1914 pag. 38; de 1920 pag. 13; de 1929 pag. 22, de 1930 pag. 32 da expenção e 37 do annexo; de 1935 pag. 41 da expenção e 136 do annexo de 1936 pag. 43; de 1937 pag. 13; de 1938 pag. 38.
	22-dez. — 1945 25 — janeiro — 1946	Ajuste de responsabilidade feito por meio da nota para o restabelecimento da neutralidade e luso-gaio Brasileira.	Vide annexo de 4 de fevereiro de 1947 e as notas das datas indicadas. Relatorio de 1947 pag. 120 e 126.

Fato	Data	sumário	observações
Feroz	12 — junho — 1901.	Acordo do Brasil e da Alemanha de 12 de abril de 1901 firmado principal de direito marítimo em tempo de guerra.	Vide Alemanha nesta data.
	21 — jan. — 1902	Acordo para determinar a jurisdição a que devem ficar sujeitos os crimes cometidos no território em triple fronteira com o Uruguai e França. (Decreto n. 288, de 22 abril de 1902).	Vide Relatório de 1902, pag. 126 e 127 a 131 e de Janeiro de 1903, pag. 39 e 40.
	23 — jan. — 1903	Acordo para a amplificação das fronteiras a que estão sujeitos os crimes da Companhia das Minas-gerais no estremo do território das partes do Brasil e sobre praias a bordo.	Vide as providências adoptadas pelo Ministério da Justiça a 26 de junho de 1903 e verso do Império de 26 de novembro de 1903, e Nota à Legação de França de 26 de jan. e 1 de jul. de 1903, Relatório de 1904, pag. 57 dos annuaire e de 1905, pag. 181 e 182.
	25 — abril e 5 maio — 1905	Acordo de reciprocidade feito por meio de notas trocadas entre a Legação Francesa e o Governo Brasileiro, para a extradição, pelo crime de atentado contra a peço.	Letras da Secretaria. O crime não estava previsto no nosso Código Criminal. Foi accordado mandado prisão para justificar a extradição.
	1 — 3 — set. — 1906	Acordo de reciprocidade feito por meio de notas para a prisão e extradição de um autor de crime de homicídio.	Vide Relatório de 1906, pag. 157 e 158 do annuaire. Foi accordado mandado de prisão para justificar a extradição.
	11 set. — 1908	Acordo do Brasil e da Alemanha de 11 de novembro de 1908 preservando, em tempo de guerra, o emprego de projectos explosivos e inflammáveis.	Vide Alemanha nesta data.
	21 — 26 — julho — 1912	Acordo de reciprocidade em caso de extradição por meio de notas. (Crime de homicídio fraudulento.)	Vide Relatório de dezembro de 1912, pag. 14 e 15 e 127 do annuaire. Neste caso a extradição foi accordada pelo Brasil sob a condição de não se ser punido por homicídio fraudulento e não prescripto pelo tempo. O mandado de prisão foi de acordo para justificar a extradição policial. Não houve prisão preventiva. A extradição foi accordada a vista da prisão.

PAIS	DATA	ANEXO	OBSERVAÇÕES
Frans.	30 — março — 1873.	Convenção Postal concluída e assinada no Rio de Janeiro. (Foiho assinada em ratificação em Paris a 7 de agosto de 1873.) (Prescrita por decreto n. 1534, de 26 de setembro de 1874.)	Relatório de 1873, pag. 251 do anexo. Foi ori. 29 da Convenção Postal Universal. Serão despendidas as despesas de mais que não se reuniram com ela.
	12 — abril — 1873.	Declaração para a proteção dos direitos de fábrica e de invenção. (Decreto n. 1521, de 25 junho de 1873.)	Relatório de 1873, pag. 252 do anexo.
	4 — junho — 1873.	Assento do Brasil à Convenção Telegraphica Internacional celebrada em St. Petersburgo em 22 de julho de 1873. (Decreto n. 1521, de 1 de outubro de 1873.)	
	30 — julho — 25 agosto — 1873.	Acordo feito por meio de notas para a reciprocidade em caso de interrupção pelo envio de fidejussão em cartas comerciais.	Arquivo da Secretaria. Nota para a reciprocidade em caso de interrupção pelo envio de fidejussão em cartas comerciais. Fica estabelecido o prazo de 1 mes para a primeira provisoriedade e que o mandato de primeira expedido por autoridade judicial, d documento suficiente para justificar a interrupção. O rio em truncamento e do prazo a bordo.
	30 — março — 1882.	Convenção Internacional para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 1522, de 21 de junho de 1884.)	Vide Belgica, ante data.
	1 e 7 — fev. — 1884.	Acordo feito por meio de notas para a reciprocidade em caso de interrupção em caso de quebra financeira.	Arquivo da Secretaria. O acordo foi feito em Paris, a bordo de um paquete.
	11 — março — 1881.	Convenção Internacional para a proteção dos direitos autorais. (Decreto n. 1523, de 4 de julho 1882.)	Vide Alemanha, ante data.
	1 — julho — 1882.	Assento pelo Senegal à União Telegraphica. (Nota do Legação Francês de 29 de agosto de 1882.)	

Paiz	Data	Assunto	Observações
França . . .	23 e 24—maio—1899.	Ajunta feita por meio de notas para a reciprocidade em casos de extradição, pelo crime de abuso de confiança.	Arquivo da Secretaria.
	1 — dez. — 1899.	Declaração interpretativa da art. 1.º e 2.º da convenção internacional para a protecção dos actos criminosos. (Decreto n. 9228, de 8 de maio de 1897.)	
	23—24—set.—1899.	Acordo para a applicação, mediante reciprocidade, do decreto n. 922, de 8 de novembro de 1894, de accusação dos criminosos fidejados no Brasil. (Decreto n. 10.578, de 26 de setembro de 1899.)	Vide Circular de 21 de março de 1899, expedida pelo General dos Paes e Ministro da Justiça e coteja em França, publicada no Journal de droit international, Clarend, 1899, pag. 551. O Arto de 21 de junho de 1899 trouxe a intelligencia do art. 3.º do decreto n. 922.
	2—jul.—1899	Convenção estabelecida a União Internacional para a pelo Acordo das faculdades aduaneiras. (Decreto n. 10773, de 21 de junho de 1899.)	
	8 — abril — 1899.	Ajunta feita por meio de notas para a reciprocidade em casos de extradição, pelos crimes de furto-cylo fraudulento e falsificação em scripts commerciaes.	Arquivo da Secretaria. O pedido foi julgado por um mandado de prisão.
	14 — abril — 1899.	Acordo relativo á separação das linhas indicadas da procedendo sobre as mercaderias. (2.º Protocolo da Conferencia de Madrid.)	
	24 — abril — 1899.	Acordo relativo ao registro commerciaes das marcas de fôrma e de commercio. (2.º Protocolo da Conferencia de Madrid.)	
	25 — abril — 1899.	Protocolo (3.º) referente á direção da Secretaria Internacional da União para a protecção da propriedade industrial, annexado ao Convenção de Madrid.	
	23—abr.—1899.	Ajunta feita por meio de notas para reciprocidade em casos de extradição pelo crime de abuso de confiança.	Arquivo da Secretaria. Foram mais duas prisões por extradição e o mandado de prisão veio acompanhado de depoimento de testemunhas.

PAIS	DATA	MATÉRIA	OBSERVAÇÕES
França. . . .	17 — abril — 1896.	Adesão pela nova Catalonha à Convenção telegraphica internacional. (Nota do Legado da França, Paris, 17 de mesmo mes.)	
	28 — jul. — 1896.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectivas vertes revisões no Conferecia de Berlim. (Decreto 1896, de 2 de junho de 1897.)	Nota sobre este Regulamento: a Alsacia, Condado de Alsacia e a Alsacia.
	18 — abril — 1897.	Tratado de reconhecimento para a Grécia da Grécia, entre a Grécia e a Grécia. (Decreto 1897, de 2 de agosto de 1897.)	
França e Alemanha.	15 — jan. — 1897.	Convenção Postal Universal assinada no Congresso de Washington. (Decreto 1897, de 25 de dezembro de 1896.)	
	15 — jan. — 1897.	Acordo relativo à apresentação de cartas e encomendas com valor declarado. (Lei, Decreto 1897, de 15 de jan.)	
	15 — jan. — 1897.	Acordo relativo ao serviço das cartas postais. (Lei, Decreto 1897, de 15 de jan.)	
Grécia. . . .	25 — dez. — 1897.	Adesão à Convenção Telegraphica Internacional de 1. Petersburg.	Nota: Grécia, Recolha das leis, t. 1.º, pag. 118.
	7 — jan. — 1898.		
Grécia e Portugal. . . .	11 — abril — 1898.	Tratado de paz e amizade entre Portugal e França, assinado em Lisboa.	No art. 18 deste tratado há menção a paz e amizade oferecida pela Grécia para a paz e amizade, válida e duração de mesmo tratado.
	15 — dez. — 1898.	Artigo sobre incorporação do Tratado de paz e amizade entre Portugal e Grécia assinado no Rio de Janeiro.	Interessa a questão da incorporação com a Grécia. (Decreto 1898, de 15 de dez.)

PAIS	DATA	ASSUNTO	BIBLIOGRAPHIA
Grã-Bretanha.	29-ag. — 1842 set. 1842.	Acordo entre o Brasil e a Grã-Bretanha relativo à neutralidade de navios e tripulação no comércio do Brasil com a Guayana Inglesa.	Vide Relatório de 1851, pag. 14 e Arquivo da Secretaria.
	12 — março — 1851.	Acordo do Brasil e da Inglaterra de 15 de abril de 1851 ficando alguns princípios de direito marítimo em tempo de guerra.	Vide Alemanha.
	13-ag. — 1855	Acordo para a simplificação das formalidades a que estão sujeitos os navios da Real Companhia Brasileira de navegação no comércio dos portos do Brasil, e sobre prazos e fundo.	Vide Relatório de maio de 1855, pag. 42, 43 e 44 de annexo.
	31 — set. — 1859. 22	Acordo do Brasil e da Inglaterra de 20 de novembro de 1859 de 31 de dezembro de 1859 preservando em tempo de guerra o emprego de explosivos e inflammáveis. (Nota do Legação Brasileira ao Governo Brasil.)	Vide Alemanha, nota data.
	25-dez. — 1859	Convenção por parte do Brasil para que os aduaneiros brasileiros dos navios, mercaderias e navios de guerra com suas fortificações possam prender e investigar, além das tres milhas de sua jurisdicção, sobre os navios das embarcações estrangeiras pelas navegação e sobre os navios estrangeiros das mesmas ilhas. (Nota do Governo Brasileiro a Legação Britânica.)	Vide Relatório de 1873, pag. 15 e annexo. 1 pag. 113.
	12-mar. — 1859	Tratado de amizade celebrado e assinado no Rio de Janeiro. (Decreto n. 534, de 19 de abril, e 1859 de 1 de setembro de 1859.)	Vide Relatório de 1851, pag. 57 dos annexos de 1855, pag. 30 e 31, e de 1855, pag. 55 dos annexos.
	18-ag. — 1873.	Convenção postal. (Decreto n. 515, de 30 de outubro de 1873.)	Vide o 1.º Relatório de 1873, pag. 52 dos annexos e o vol. 3.º da Convenção Postal Universal.
	26-dez. — 1873 — jan. — 1873	Acordo por Gibraltar e o Brasil a convenção telegraphica internacional de 10-26 de julho de 1873.	Vide: De Gouveia, Resol. dos annos, vol. 3, pag. 124.

Data	Data	Assunto	Referências
Cód. Braille . . .	4 — jul. — 1877. 18	Jornada do Brasil à Con- venção Internacional telegrá- fica em B. 21 Petersburgo em — de Ju- 20 lho de 1875. (Decreto n. 2584) de 1 de dezembro de 1877.)	A Cód. Braille sobre a convenção em (26 de Jan. de 1875.) de janeiro de 1875, por m. por Cód. Braille e pela Linha.
	18 — abril — 1881.	Admissão pela Colômbia da Tabela de Convenção telegrá- fica Internacional de — 20 de julho de 1875. (Nota da Legação Brasileira de 26 de abril de 1881.)	Vide Relatório de 1882, pag. 261 da mesma. N
	28 — dez. — 1882	Admissão pela Colômbia do Cód. da 2da Exposição à Con- venção Telegráfica Inter- 20 nacional de — de julho de 22 1875. Nota da Legação Bra- sileira de 18 de janeiro de 1882.	Vide Relatório de 1882, pag. 34.
	14 — março — 1884	Convenção Internacional para a proteção das obras sub- mariças. (Decreto n. 2424, de 4 de julho de 1885.)	Vide Alameda sobre esta.
	1 — abril — 1884.	Acordo à Convenção Inter- nacional para a proteção da propriedade industrial de 19 de março de 1883.	Vide Acta de deposito das ratificações e Acta de admissão de 1 de Ju- lho de 1884. Rel. 1885, pag. 121.
	4 — jul. — 1885	Acordo à Convenção Tele- gráfica Internacional pela colômbia da Venezuela. (Nota da Legação Brasileira de 17 de agosto de 1885.)	
	28 — jul. — 1885	Admissão da Cód. Braille por uma Colômbia da Améri- ca do Sul à Convenção In- ternacional de 14 de março de 1881 para a proteção das obras submariças. (Nota da Legação Brasileira de 26 de julho de 1885.)	Vide Relatório de 1885, docs. nn. 1, 2 e 4.
	1 — dez. — 1886	Declaração Incorporação das arts 2º e 4º da Convenção de 14 de março de 1881 para a proteção das obras telegráficas submariças (Decreto n. 2708, de 1º de maio de 1887.)	Vide Relatório de 1886, pag. 26, e de 1887, pag. 1

Paiz	Data	Assumpção	Referências
Grã-Bretanha.	30-jul.—1884	Acordo para a entrega de documentos de navios mercantes. (Jornal n. 1892 de 5 de agosto de 1884.)	Vide Relatório de 1886, pag. 145 e 146 dos Annuos.
	27-out.—1884	Acordo pelo Canadá, Terra Nova, Cabo da Brejão, Sinal, Nova Gales do Sul, Tasmânia, Austrália Occidental e Nova Zelândia a concessão de 14 de agosto de 1884 para a proteção dos cabos telegraphicos submarinos.	Vide De Garmis. — Recueil de traites, vol. XIX, pag. 451.
	28-jun.—1885	Regulamento de serviço internacional para a concessão da Concessão Telegraphica de R. Petersburgo, revisto em Paris.	Vide França nesta data.
	3-jul.—1886	Convenção estabelecendo o União Internacional para a proteção das tarifas aduaneiras. (Jornal n. 1901 de 11 de janeiro de 1887.)	Jornal, também pela Austrália Occidental.
	11-ago.—1884	Acordo concernente a proteção de falsas patentes de propriedade das manufacturas. (1º Protocolo da conferência de Madrid.) (Jornal n. 1878 de 15 de dezembro de 1884.)	
	13-dez.—1885	Protocolo (2º) constituido a respeito do Protocolo a Convenção da Secretaria Internacional da União para a proteção da propriedade industrial. (Jornal n. 1878 de 1884.)	
	2-out.—1886	Acordo da Nova Zelândia e da Queensland a União Internacional para a proteção da propriedade industrial. (Jornal do Conselho Federal Britânico de 15 de setembro de 1886.)	
	1-jan.—1886	Acordo pela Austrália a União Telegraphica Internacional. (Nota do Legado da Republica Francesa de 5 de abril de 1884. — Jornal Officiel de 50 de maio de 1884. Nota do mesmo Legado de 3 de janeiro de 1884.)	Vide Relatório de 1884, pag. 102.

PAIS	Data	Assumpto	Obras pagas
Grecia	1 — dez. — 1893.	Declaração relativa á interpretação dos arts. 2º e 4º da Convenção de 14 de março de 1884 para a protecção dos cabos telegraphicos. (Decreto n. 1743, de 4 de maio de 1897.)	
	5 — julho — 1893.	União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1277 III, de 14 de janeiro de 1894.)	
	22 — julho — 1893.	Regulamento de serviço telegraphico internacional e respectiva Tarifa revisada no Consistorio de Budapest. (Decreto n. 1278, de 5 de junho de 1897.)	
	25 — junho — 1894.	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 1476, de 25 de dezembro de 1893.)	Fazem parte da União desde 2º de agosto de 1893, por ter adherido a Convenção de Paris de 1º de junho de 1878. (Ver Annuaire, Annuaire des postes vol. XII pag. 31.)
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo ao serviço dos cabos postaes. (Lei, Decreto n. 1278.)	
Guatemala	28 — agosto — 1895.	Acordo á declaração de 27 de abril de 1894, firmada, alguns principios de direito maritimo em tempo de guerra.	Vide Alemanha em 28 de março de 1897.
	14 — março — 1894.	Convenção internacional para a protecção dos cabos telegraphicos. (Decreto n. 1274, de 4 de julho de 1895.)	Vide Alemanha nota dat.
	1 — dez. — 1893.	Declaração interpretativa dos arts. 2º e 4º da Convenção de 14 de março de 1884 para a protecção dos cabos telegraphicos internacionais. (Decreto de 1743, de 4 de maio de 1897.)	
	5 — julho — 1893.	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1277 III, de 14 de janeiro de 1894.)	

Paiz	Data	Assuntos	Observações
Guatemala . . .	10 — junho — 1887.	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2078, de 22 de dezembro de 1888.)	Foi parte da União desde 1.º de agosto de 1881, por ter adherido à Convenção de Paris, de 1 de junho de 1878. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 23 de maio de 1881.)
	15 — junho — 1887.	Acordo relativo ao serviço das malas postaes. (Dec. Decreto n. 2078.)	
Guiné	13 — março — 1888.		Vide Portugal na mesma data.
Itália (República).	13 — março — 1882.	Acordo do Brasil à declaração de 15 de abril de 1880, ficando alguns princípios de direito marítimo em tempo de guerra.	A Expedição do Itáli saíra a 17 de setembro de 1880. Vide Alemanha.
	1 — julho — 1880.	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1107 de 21 de janeiro de 1881.)	
	15 — junho — 1887.	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2176, de 22 de dezembro de 1888.)	Adheriu em 1.º de abril de 1881 à Convenção de Paris, de 1878, e em 22 de maio de 1882 à de Viena, de 4 de julho de 1879, em 23 de maio de 1880. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 13 de junho de 1882.)
Espanha	11 — junho — 1881.	Tratado para a abolição definitiva por meio de empréstitos dos direitos de cado ou do Bractonagem. (Decreto n. 2214, de 7 de maio de 1882.)	Em consequência dos accões de 1880 e de 1881 promulgada na Prussia, esta Italia foi incorporado à monarquia prussiana. (Vide Nota da Legação da Prussia, de 3 de dezembro de 1880.—Relatório de 1887, pag. 188.)
Espanha (República).	13 — junho — 1887.	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2176, de 22 de dezembro de 1888.)	A adheriu à União, por se adherindo em 9 de janeiro de 1881, à Convenção de Paris, de 1 de junho de 1878. Nota do Cons. Fed. Suíço, de 10 de agosto de 1881. Também adheriu à Convenção principal de Viena, de 4 de julho de 1881.

PAIS	DATA	LEGISLAÇÃO	CONTERAÇÕES
Espanha . . .	31-jan.—1878	Convenção Postal, (Decreto n. 4081, de 7 de maio de 1878.)	Relatório de 1878, pag. 307 de Anexo. A Convenção Postal Universal deroga as disposições que ella se encontrava com ella.
	30 —fev.—1878	Reverencia contendo disposições relativas á Convenção Postal supra.	Citão Relatorio pag. 305 e 306 de Anexo.
	30 — março — 1878.	Tratado de extradição. (Decreto n. 4078, de 27 de junho de 1878.)	
	4 —jul.—1877.	Convenção telegraphica internacional d' — de julho de 1875. (Decreto n. 5781, de 1 de outubro de 1875.)	Assemblea do Brasil, .
	10 — março — 1883.	Convenção internacional para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 2023, de 28 de junho de 1883.)	Vide Belgica nesta data.
	14 — março — 1883	Convenção internacional para a proteção dos salios telegraphicos e telephonicos. (Decreto n. 2024, de 4 de julho 1883.)	Vide Alemanha nesta data.
	15 — março — 1883.	Convenção para a troca de official Gleanes, dos eleanes e «Documentos parlamentares». (Decreto n. 18.189, de 17 de dezembro de 1883.)	
	15 — março — 1883.	Convenção para a troca de documentos officals e publicações scientificas e literarias. (Decreto n. 2026, de 27 de fevereiro de 1883.)	
	1 — set.—1886	Declaração interpretativa dos arts. 2º e 3º da Convenção de 14 de março de 1884 para a proteção dos salios telegraphicos submarinos. (Decreto n. 9145, de 3 de maio de 1887.)	

PAIS	DATA	LEGISSIMO	OBSERVAÇÕES
Paraguai . . .	20 e 21 — ag. de 1889. 2 — jul. — 1890 14 — abr. — 1891 22 — abr. — 1892 22 — jul. — 1894 15 — jan. — 1897 15 — jan. — 1897	Acordo para a publicação de cartas n. 125, de 8 de novembro de 1889, de autorização das legações sul-americanas no Brasil. (Decreto n. 15.215, de 27 de agosto de 1889.) Convenção para a publicação das cartas administrativas. (Decreto n. 1327 de 26 de janeiro de 1891.) Assento concernente à representação de linhas indicadas de propriedade das companhias. 11ª Convenção da cooperação de Madrid. (Decreto n. 1008, de 20 de novembro de 1890.) Protocolo (2º) relativo à criação da Secretaria Internacional da União, para a promoção da prosperidade industrial. (Decreto n. 1008, de 20 de novembro de 1890.) Regulamento de serviço telegraphico internacional a respeito Turin, revisado na Conferência de Berlim. (Decreto n. 2209, de 1 de junho de 1892.) Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 1176, de 28 de dezembro de 1893.) Acordo relativo à permissão de cartas e comunicações sem valor declarado. (Decreto citado n. 1278, de 1898.)	Vide notas trocadas com a Legação do Paraguai sobre o caso. Também pertencem a esta União, por a Espanha ter aderido ao Tratado de Cuba, Filipinas e Porto Rico. A esta Convenção a Espanha aderiu pelas colônias.
Rússia . . .	15 — jan. — 1897	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 1176, de 28 de dezembro de 1893.)	Rússia aderiu à Convenção Postal Universal de Washington em 1895. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 12 de agosto de 1895.) Assim, já havia aderido em 27 de março de 1878 à Convenção de Paris, de 1 de junho de 1875.
Santa Sérvia . . .	20 — dez. — 1875 7 — jan. — 1876	Adesão à Convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.	Ver: De Gaura, Recueil des traités, etc. Tome I, pag. 134.

PAIS	DATA	ASSUNTO	COMENTÁRIOS
India Britânica.	5—jul.—1890	Convenção estabelecendo a União Internacional para a proteção das marcas e dos sellos. (Decreto n. 1287/89, de 24 de janeiro de 1891.)	
	25—jul.—1890	Regulamento do serviço telegraphico internacional e da imprensa marítima, revisões na Conferencia de Indispana. (Decreto n. 1288, de 5 de junho de 1891.)	
India Oriental Neerlandesa . . .	1—Out.—1888	Adesão a Convenção internacional para a proteção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 3 de agosto de 1888.)	
	5—jul.—1890	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das marcas e sellos.	
	1—março—1890.	Adesão a Convenção internacional para a proteção das invenções. (Nota da Legação da França, de 10 de dezembro de 1889.)	
	25—jul.—1890	Regulamento do serviço telegraphico internacional e da imprensa marítima, revisões na Conferencia de Indispana. (Decreto n. 1288, de 5 de junho de 1891.)	
	15—jun.—1890	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 1270, de 15 de dezembro de 1890.)	Ad. pertencida à União Postal e tendo-lhe aplegurado o Congresso de Viena.
	15—jun.—1890	Acordo relativo ao serviço das vias postaes (Dp. decreto n. 1270.)	
India Portuguesa . . .	18—mar.—1890		Vila Portugal nos mares do sul.
	25—jul.—1890		
	15—jun.—1890		
Italia	28—março—1890.	Adesão do Brasil à declaração de 15 de abril de 1864 ficando alguns pontos da directiva maritima em tempo de guerra.	Ad. Sardinha, suscripta : Ao duque Sardinha adheriram em 11 de maio de 1864, e seguir também os Estados Romanos a 2 de junho de 1864. Parma em 10 de agosto e Toscana em 10 de julho, antes de novembro.

Paiz	Data	Assunto	Referências
Itália	4-4- agosto 1867.	Acordo por meio do qual se-remos para a resolução do lit. n. 126 de 10 de-tembro de 1866.	Vide Relatório de 1870, pag. 49 do Exposto e 713 — 118 do Anexo. E' interveniente a circular de 25 de agosto de 1861 dirigida ao Presi-dente da Provincia.
	11 — out. — 1867, 23	Acordo a declaração de 20 de novembro de 1866 de 11 de dezembro privando um tempo de guerra o emprego da pro-priedade agricola e indus-trial.	Vide Alameda man-dada.
	13 — nov. — 1873	Tratado de extradição. — (Decreto n. 1294, de 2 de maio de 1873.)	Vide Relatórios de 1873, pag. 28 e 182, e de 1874, pag. 31 e 32. (Votações tomadas sobre a Legis-lação de Italia e o Com-mercio Brasileiro em 10 e 11 de setembro de 1866.)
	25 — dez. — 1873	Terço da letra das modifica-ções do tratado de extradição de 12 de novembro de 1873.	Vide termo de interposi-ção a 30 de out. 2º do tratado.
	18 — maio — 1873.	Convenção Postal. (Decreto n. 1264, 10 de julho de 1873.)	A Convenção Postal Uni-versal depois de ratifica-da que não se concilia com ella. (Act. 27.)
	4 — julho — 1877, 15	Acordo de Brasil e Conven-ção Telegraphica Internac-ional de S. Petersburgo, 22 — de julho de 1875. 22 (Decreto n. 1281 de 1 de outubro de 1877.)	
	21 — jul. — 1877	Declaração para a resolução dos lit. n. 126 de 10 de setembro. (Decreto n. 1265, de 24 de agosto de 1877.)	Relatório de 1878, pag. 112 do Anexo.
	2-juiz. — 1879	Acordo para a construcção de linhas telegraphicas para a guerra. (Decreto n. 1279, de 21 de julho de 1879.)	Vide Protocolo de 20 de abril de 1880. Rel. de Janeiro 1882, pag. 125.)
	16 — jun. — 1880	Acordo para a construcção das linhas telegraphicas de intercomu-nicação telegraphica ou reco-nhecimento de linhas e ligações. (Decreto n. 1287, de 9 de junho de 1880.)	Vide Protocolo de 16 de abril de 1880. Relato-rio de Janeiro de 1882, pag. 125.)
	11 — set. — 1880	Protocolo interpretativo do tratado de 16 de junho 1879.	Este Protocolo: ha parte interpretativa do accordo.
	26 — set. — 1880	Protocolo interpretativo do accordo de 9 de junho 1879.	Idem.

Paiz	Data	Assunto	Referências
Itália.....	20 — março — 1893.	Convenção Internacional para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 1893, de 20 de junho de 1893.)	Vide Bélgica sem data.
	15 — março — 1894.	Convenção Internacional para a proteção das obras literárias e científicas. (Decreto n. 1894 de 1 de julho de 1894.)	Vide Alemanha sem data.
	11 — março — 1898.	Convenção para a troca do "Journal Officiel" dos alemães e "Documentos parlamentares". (Decreto n. 11, de 17 de fevereiro de 1898.)	
	13 — março — 1899.	Convenção para a troca de documentos oficiais e de publicações científicas e literárias. (Decreto n. 13, de 17 de fevereiro de 1899.)	
	1 — dez. — 1898	Declaração interpretativa das arts. 1.º e 4.º da Convenção de 11 de março de 1894 para a proteção das obras literárias e científicas. (Decreto n. 2741 de 1 de maio de 1897.)	
	19 e 20 — mar. — 1899.	Acordo para a aplicação do decreto n. 189, de 1 de novembro 1898 de concessão de patentes. (Decreto n. 19, de 20 de março de 1899.)	Vide as notas trocadas entre o Brasil com a Legação de Itália. (Boletim de 1899, pag. 128 a 130 do mesmo, e 1899, pag. 121 e 122 do mesmo n. 13.)
	2 — jul. — 1898	Convenção relativa à publicação das patentes industriais.	Vide Bélgica sem data.
	14 — abril — 1891.	Acordo relativo ao registro das marcas de fábrica e de comércio. (2.º Protocolo da Conferência de Madrid, na União, para a proteção da propriedade industrial)	
	23 — abril — 1891.	Protocolo relativo à proteção da propriedade industrial. (2.º Protocolo da Conferência de Madrid.)	
	4 — julho — 24 set. — 1891.	Acordo para a proteção das obras científicas. (Notas da Legação da Itália, de 4 de julho de 1891 e data de Quilento Espinalino, de 23 de setembro do mesmo anno.)	Arquivo da Secretaria.

Paiz	Data	Acto	Publicações
Italia	22 — julho — 1896.	Regulamento de serviço telegraphico internacional e respectivas tarifas, annexas. (Decreto n. 1829 de 5 de junho de 1897.)	
	15 — junho — 1897.	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 3179, de 21 de dezembro de 1894.)	Vej. parte da União Postal Universal desde a Convenção de Paris, de 1 de junho de 1878.
	22 — junho — 1897.	Acordo relativo de paratificação de cartas e correspondências com valor designado. (Lei, decreto n. 1846.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo concernente à entrega da Correspondencia Internacional pendente em Washington. (Lei, decreto n. 3179.)	
Suíça	28 — jan. — 1895.	Adhesão à Convenção Telegraphica Internacional de 10 de julho de 1894.	Vide, De Carrea, <i>Journal des postes</i> , vol. XI pag. 127.
	15 — abr. — 1896.	Adhesão à Convenção de 15 de março de 1894 para a proteção das cartas telegraphicas submarinas. (Nota da Legação Francesa, de 15 de julho de 1894.)	Estados à 4.ª Fôrma, as disposições da Regulamenta que regem as instruções da Convenção. (Nota da Legação de Friburgo, de 26 de dezembro de 1897. (Decreto n. 3725, de 14 de junho de 1878. <i>Bulletin</i> de 1898, pag. 255 de annexo.
	25 — out. — 1898.	Adhesão à declaração de 15 de abril de 1895 sobre o serviço de serviço marítimo.	Vide <i>Archives diplomatiques</i> , Tome I de 1897, pag. 159.
	15 — dez. — 1898.	Declaração interpretativa do art. 1.º e 2.º da Convenção de 15 de março de 1894 para a proteção das cartas telegraphicas submarinas. (Decreto n. 3725, de 4 de maio de 1897.)	
	2 — dez. — 1894.	Adhesão à União Internacional para a proteção das cartas submarinas. (Nota da Legação de Berlim, de 25 de maio de 1895.)	

PAIS	DATA	CONVENÇÃO	OBSERVAÇÕES
Japão	3-nov.—1876	Tratado de amizade, commercio e navegação. (Decreto n. 8478, de 21 de março de 1887.)	
	15-jun.—1887	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2179, de 28 de dezembro de 1888.)	Faz parte do Tratado de Paz e Convenção Postal Universal concluída em Paris, 1 de junho de 1878.
	19-jun.—1887	Acordo relativo ao serviço dos valores postaes. (Ct. decreto n. 2179.)	
Letônia (República).	15-jun.—1887	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2179, de 28 de dezembro de 1888.)	Em 21 de março de 1878, adheriu à Convenção Postal Universal concluída em Paris, em 1 de junho de 1878. (De Thumen. <i>Revue des Douanes</i> , vol. XI, pag. 120.)
	19-jun.—1887	Acordo relativo ao serviço dos valores postaes. (Ct. decreto n. 2179.)	
Luxemburgo (Grão-Ducado)	15-jun.—1887	Adheriu à Convenção Telegraphica Internacional de 18-21 de julho de 1875.	De Carola. <i>Revue des Douanes</i> , tome II, pag. 230.
	18-mayo—1884.	Convenção Internacional para a protecção dos cabos telegraphicos. (Decreto n. 9454, de 4 de julho de 1885.)	
	25-jul.—1884	Regulamento de serviço telegraphico internacional e respectivas tarifas relativas ao Conhecimento de Remessa. (Decreto n. 8990, de 2 de junho de 1887.)	
	15-jun.—1887	Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2179, de 28 de dezembro de 1888.)	Desde a Convenção concluída em Paris em 1 de junho de 1878, faz parte da União Postal Universal.
	25-jun.—1887	Acordo relativo à permissão de caixas e manifestações com valores declarados. (Ct. decreto n. 2179, de 1888.)	
	25-jun.—1887	Acordo concernente ao serviço dos valores postaes.	

PAIS	DATA	ANEXO	REMARKS
Martin e Timor (Provincia de)	12 — março — 1898. 21 — jul. — 1898. 15 — jan. — 1899.		Vide Portugal nesta data.
Madeira (Provincia de)	30 — março — 1898.		
Martim	1 — jul. — 1898. 15 — jan. — 1899.	Convenção relativa á publicação dos tarifas aduaneiras. (Cota de Legação de Belgica de 1 de janeiro de 1898. Decreto n. 1207 de 21 de janeiro de mesmo anno). Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2173 de 25 de dezembro de 1898).	
Mozambique	12 — março — 1898.		Vide Portugal nesta data.
Moulimpo	15 — fev. — 1898. 28 — jul. — 1898. 15 — jan. — 1899.	Adheção á Convenção Telegraphica Internacional de 1865 — de julho de 1875. (Nota de Legação Britanica de 19 de março de 1891.) Regulamento de serviço telegraphico internacional e regulativa Tarifa revisada na Conferencia de Budapeste. (Decreto n. 1025 de 8 de junho de 1897) Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 2173 de 25 de dezembro de 1898.)	Vide Relatorio de 1892. Pag. 285. Deuda a Convenção de 1 de junho de 1875, actualizada em Paris por voto de União Postal Universal.
Natal (Colonia Imperial portuguesa).	10 — abril — 1891. 15 — jan. — 1899.	Adheção á Convenção Telegraphica Internacional de 1865 — de julho de 1875. (Nota de Legação Britanica de 20 de abril de 1891.) Adheção á Convenção de 11 de março de 1894 relativa á publicação dos tarifas aduaneiras.	Vide Relatorio de 1891. pag. 286. Vide. De Guesda, Manuel dos Trópicos, Tomo I, IV, pag. 288.

PAIS	DATA	EVENTO	OBSERVAÇÕES
Paral (Colômbia, In- glaterra, Alemanha)	5 — julho — 1890.	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 127789, de 30 de junho de 1891.)	Voto Bôlgas na mesma data.
	22 — julho — 1890.	Regulamento do serviço telegráfico internacional e respectiva carta, assinados em a Conferência de Baden. (Decreto n. 1287, de 1 de junho de 1897.)	
	15 — junho — 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 1826, de 11 de dezembro de 1895.)	Em 1 de julho de 1897 aderiu à Convenção Postal Universal de Viena, de 4 de julho de 1891. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 15 e 17 de junho de 1897.)
Xinapaga.....	5 — julho — 1890.	Convenção relativa à publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 127789, de 31 de junho de 1891.)	Voto Bôlgas nesta data.
	15 — junho — 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 1826, de 11 de dezembro de 1895.)	A 25 de janeiro de 1899 aderiu à Convenção Postal Universal de Viena de 1891, e anteriormente (1 de maio de 1898) havia também aderido à Convenção de Paris, de 1 de junho de 1875. Esta Convenção foi assinada pelo representante da República Mexicana do Comércio Exterior, da qual faz parte Xinapaga.
			Voto Suécia e Noruega.
Sina (Colômbia (Colômbia Francesa)).	17 — abril — 1896.	Nota dada a Legação de França relacionando a adesão feita por esta Colômbia à Convenção Telegráfica Internacional de 1875. (Decreto n. 2555, de 17 de abril de 1896.)	Histórico de 1896, pag. 22 de número 39. Conta dos «Estatutos de la Conferencia telegráfica internacional de Suiza», pag. 166 por la «Union internationale télégraphique», (pag. 251) que a aderiu data de 1 de janeiro de 1895.

PAIS	DATA	ACORDO	REMARKS
Nova Zelândia do Sul (Colônia Inglesa Austrália)	26-dez.-1885	Afiliado à Convenção Tele- graphica Internacional. (Decreto n. 278, de 1 de setembro de 1885.)	Foi reconhecida nesta data por meio da Le- gislação Britânica.
	21-out.-1886	Afiliado à Convenção de 24 de março de 1864 para a protecção das linhas tele- graphicas submarinas.	Vide: De Gaudy, <i>Journal</i> des Travaux, Tome XIV, pag. 418
	3 - julho 1895.	Convenção relativa a políti- cação das linhas aéreas. (Decreto n. 1373 BR, de 21 de janeiro de 1895.)	
	22 - julho - 1895.	Regulamento do serviço te- legraphico internacional e respostas tertia, emitido na Conferencia de Budape- ste. (Decreto n. 1389, de 8 de junho de 1895.)	
	28 - julho 1895.	Convenção Postal Universal celebrada em Washington. (Decreto n. 2175, de 20 de dezembro de 1895.)	A carta adherida à esta Convenção prin- cipal do Congresso de Viena, de 1860, em 1 de outubro de 1861. (Notas do Conselho Fe- deral Suíço, de 2 de agosto de 1861 e 2 de agosto de 1861.)
Nova Zelândia	21-out.-1886	Afiliado à Convenção de 24 de março de 1864 para a protecção das linhas tele- graphicas submarinas	Vide Landonner, <i>Coleção</i> des Travaux Administrati- fs de la Belgique, n. 573.
	3-jul.-1895.	Convenção internacional a União Internacional para politicção das linhas aéreas. (Decreto n. 1373 BR, de 21 de janeiro de 1895.)	Vide Belgica nesta data.
	7-out.-1895	Afiliado à Convenção Inter- nacional para a protecção da propriedade industrial e commercial de 20 de março de 1883. (Nota do Conselho Federal Suíço de 15 de setembro de 1895.)	Vide Belgica nesta data.
	22-jul.-1895.	Regulamento do serviço te- legraphico internacional e respostas tertia, emitido na Conferencia de Budape- ste. (Decreto n. 1389, de 8 de junho de 1895.)	
Orizaba (Estado Ibero- dal)	12-jul.-1895	Afiliado à Convenção prin- cipal do Congresso Postal de Viena, de 4 de julho de 1860. (Decreto n. 2075, de 22 de novembro de 1895.)	

PAIS	Data	Assunto	Comentários
Polónia Beloruss.	7-jun.-1856	Adopção a declaração sobre alguns princípios de direito eleitoral adoptada em Paris a 16 do mesmo anno. (De Clercq, <i>Revue des Travaux de la France</i> tom. VI, pag. 85.)	Vide <i>Albania</i> , em data de 15 de março de 1857.
	15-jul.-1857	Protocollo relativo ao peço de Consta.	Ligação ao tratado celebrado com a Bélgica em 16 do mesmo anno para a abolição do duto poeiro. Vide <i>Belaruss</i> de 1855 e 16 de junho de 1861.
	21-out.-1858. 22	Assento a Declaração de Nam. 29 de novembro de 1858. 11 de dezembro presentemente, em tempo de guerra, o emprego da palavra replicaria é in- admissivel.	Nam.
	4-jul.-1857. 16	Assento da Junta a Con- venção Telegraphica Inter- national, celebrada em 8. 12 Fevereiro em — de julho 1857. (Decreto n. 1804, de 1 de outubro de 1877.)	
	26-jul.-1858.	Assento para a protecção das marcas de fabrica e de commercio. (Decreto n. 1805 de 10 de julho de 1879.)	Verbo de 1878, pag. 112 do mesmo.
	20-março-1859.	Convenção international para a protecção da propriedade industrial. (Decreto n. 1806, de 16 de junho de 1861.)	Vide <i>Bélgica</i> ante data.
	14-março-1861.	Convenção international para a protecção dos artigos manufacturados.	Vide <i>Belaruss</i> de 1858, pag. 85.
	1-set.-1858	Declaração interpositiva dos arts. 3º e 4º da Convenção de 11 de março de 1856 para a protecção dos artigos telegraphiques internationaux. (Decreto n. 1808, de 1 de maio de 1857.)	O Delegado belga adheriu ao tratado pela Convenção, declarou que no mesmo, o seu Governo ad-se obrigava pela intercepção, reservando-se a acceção adicionalmente pelo cumprimento da por uma parte de seus ob- jectos. O mesmo o fez, como se viu se veri.

PAIS	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Primeira Sessão.	2 ^a — maio — 1888	Assessão das Indias Orientaes participantes á Convenção Internacional de 20 de março de 1888 para a protecção da propriedade industrial. (Nota do Conselho Federal Suíço de 2 de agosto de 1888. <i>Revue Officiel</i> de 7 de setembro de 1888.)	
	2 ^a — julho — 1888	Assessão das colónias do Canada e Suez ao Conselho Internacional de 20 de março de 1888 para a protecção da propriedade industrial. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 20 de fevereiro de 1888.)	Vide Relatório de 1888, pag. 32.
	3 — julho — 1888	Convenção estabelecida a União Internacional para a protecção das patentes de invenção.	Também é applicavel ás colónias.
	14 — abril — 1888	Assessão relativa ao registo internacional das marcas de fabrica e de commercio (2 ^a Protocollo da Conferencia de Madrid). (Decreto n. 2280 de 23 de novembro de 1888.)	
	18 — abril — 1888	Protocollo relativo a designação da Secretaria Internacional de União, para a protecção da propriedade industrial. (2 ^a Protocollo da Conferencia de Madrid. Citedo Decreto n. 2280.)	
	7 — março — 1888	Assessão pelas Indias Orientaes ao Conselho Internacional para a protecção das cabos telegraphicos submarinos. (Nota do Legação Francesa, de 10 de dezembro de 1887.)	
	15 — jul. — 1887	Assessão pela colónia de Suez ao Conselho Internacional para a protecção das cabos telegraphicos submarinos. (Nota do Legação de França, de 18 de dezembro de 1887.)	
	18 — agosto — 1887	Assessão pela colónia do Canada ao Conselho Internacional para a protecção das cabos telegraphicos submarinos. (Nota do Legação de França, de 10 de dezembro de 1887.)	

PAIS	DATA	ASSUNTO	CONSTATÇÂO
Países Baixos	21—dez.—1895	Convenção para o estabelecimento de correios aéreos. (Decreto n. 1120 de 28 de dezembro de 1895.)	Esta convenção estabeleceu o serviço de 1 de julho de 1900, prorrogado por Decreto n. 1828 de 28 de outubro do mesmo anno.
	19—jul.—1895	Regulamento de serviço telegraphico internacional e a respectiva Tabela tarifaria do Correio-aéreo da Europa. (Decreto n. 1828 de 2 de junho de 1895.)	As Indias Neerlandesas foram parte desta União e foram representadas na Conferencia de Haia.
Países Baixos e colónias neerlandesas.	22—jun.—1897	Convenção Postal Universal concluida em Washington. (Decreto n. 1120 de 28 de dezembro de 1895.)	As colónias neerlandesas foram representadas na Conferencia de Washington e assignaram esta convenção e o accordo relativo aos valores postaes.
	23—jul.—1897	Accordo relativo á paragem de cartas e espedientes com valores deslizados. (Lei, Decreto n. 1120 de 1899.)	
	12—jun.—1899	Accordo relativo ao serviço dos valores postaes. (Lei, Decreto n. 1120.)	
Portugal	26—jun.—1878	Accordo preliminar de paz.	Vide Relatório de 1878.
	15—dez.—1878	Protocollo (n. 3) da Conferencia de Buenos Ayres, relativo, sob uma primeira assignatura, ao projecto de tratado colectivo de paz com a Republica do Paraguay.	Vide Relatório de 1878, pag. 128 de annexo n. 1
	23—17—dez.—1878	Protocollo (n. 14) da Conferencia de Buenos Ayres, sob a assignatura n. 14 do projecto de tratado colectivo de paz com a Republica do Paraguay.	Idem idem pag. 131.
	18—dez.—1878 e 18—jun.—1881.	Protocollo (n. 15) da Conferencia de Buenos Ayres, relativo ao projecto de tratado colectivo de paz com a Republica do Paraguay, sob a assignatura n. 15 do projecto de tratado colectivo de paz com a Republica do Paraguay, do momento da assinatura e ratificação da mesma.	Idem idem pag. 133.

Data	Data	Assunto	Observações
Portugal	3-jan.—1822	Tratado definitivo de paz e amizade perpetua. (Decreto n. 4818 de 27 de março de 1822.)	
	9-jan.—1822	Tratado de Indifer. (Decreto n. 4818 de 27 de março de 1822.)	Vide o Protocollo de 8 de janeiro de 1822 no Regulamento de maio de 1822, pag. 128 de annexos.
	18-jan.—1822	Tratado de extradição para crimes de homicídios. (Decreto n. 4818 de 27 de março de 1822.)	
	7-jan.—1821	Protocollo relativo da duração levantada sobre a principal natureza do rio Aço.	Vide Relatório de 1821, pag. 364 dos annexos.
	1-jan.—1822	Acordo sobre cartas postaes. (Decreto n. 2708 de 30 de agosto de 1822.)	Vide Relatório de 1822, pag. 109 do annexo.
	22-mar.—1822	Protocollo relativo à navegação e commercio de cabotagem.	Vide Relatório de 1822, pag. 17 dos annexos. O Portugal adheriu ao principio da liberdade de navegação no art. 7.º da sua Constituição.
	10-dez.—1822	Admissão a Convenção relativa à troca de commercios officiaes e privilegios antecellentes (Intervenção). (Nota de Legação da Belém de 1.º de dezembro de 1822.)	Vide Relatório de H. de janeiro de 1823, pag. 22
	3-jul.—1822	Convenção estabelecendo a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1827 de 19 de janeiro de 1824.)	Vide Belgica no mesmo tomo.
	13-jan.—1822	Convenção Postal Universal celebrada em Washington. (Decreto n. 2170 de 26 de dezembro de 1824.)	Em 4 de outubro de 1822 havia adherido à Convenção principal do Congresso Postal de Viena de 4 de julho de 1821. (Decreto n. 2110 de 7 de setembro de 1822.)
	12-mar.—1822	Denuncia do tratado de commercio. (Vide no Regulamento de Portugal de 12 de setembro de 1821.)	O tratado de commercio e navegação com o país 1.º de julho de 1822 e promulgado por Decreto n. 1826, de 26 de julho de 1822, em consequencia dessa denuncia cessou nos termos de seus offícios a 12 de setembro de 1822. (Vide Relatório de 1822)

PAÍS	DATA	ACORDADO	OBSERVAÇÕES
Portugal	10 — out. — 1889 29	Acordo de Brasi e declaração 29 de novembro de 11 de dezembro 1889 promulgada em tempo de guerra e sempre depen- dente expulsa a inden- tização.	
	11 — out. — 1889 29	Acordo e declaração de 29 de novembro de 11 de dezembro promulgada em tempo de guerra e sempre a depen- dente expulsa a inden- tização.	Vide Almanack de mar- ço de 1890.
	4 — jul. — 1897 19	Acordo de Brasi e Con- venção Telegraphica Inter- nacional celebrada em São Petersburgo. (Decreto n. 1, 1894 de 1 de outubro de 1897.)	
	18—jul.— 1898	Admissão a União Inter- nacional para a publicação das obras educativas (Nota da Legação Portuguesa de 10 de julho de 1898.)	Vide Belgica nota data.
	18—jul.— 1898	Regulamento de serviço tel- egraphico internacional e respectiva tarifa remittida ao conferencia de Berlim. (Decreto n. 1898, de 1 de julho de 1898.)	
	18—jul.— 1897	Convenção Postal Universal celebrada em Washington. (Decreto n. 1897, de 23 de dezembro de 1897.)	
França	23—out — 1854	Tratado de Commercio, Na- vegação e Linhas.	Vide Relatório de 1855, Annuaire 1, pag. 8. Ea convenção se estipula- ções sobre Linhas. Foi denunciada a França. Vide Relatório de 1858, pag. 24, relativamente a revolução da com- muna de Jersey.

PAIS	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Paral	12 — março — 1858.	Admissão de Brasil à delegação sobre alguns princípios de direito mercantil, negociada em Paris, em 19 de abril de 1858.	O Brasil aderiu à delegação em 21 de novembro de 1858.
	12 — mai. — 1859	Assenda relativa aos Protocolos de 21 de janeiro e 23 de abril de 1858 acerca de estabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil.	Vide as Relações Diplomáticas de 1854, pag. 19 da exp. e 125 da annexa, e de mais do mesmo anno pag. 17 e 18, bem como as decretos n. 1355, de 21 de dezembro de 1858 e 1358, de 21 de julho de 1857. Este accordo interessa à navegação fluvial, por rios de guerra.
	18 — dez. — 1871	Congresso Postal. (Decreto n. 1825, de 19 de abril de 1871.)	A Congresso Postal Universal sempre se dispôs com o Brasil em excellentes termos.
	11 — fev. — 1874	Accordo para a permanência de verificadores da linha de lã do Petrópolys. (Decreto n. 6026, de 20 de novembro de 1873.)	
	13 — set. — 1876	Accordo diplomático sobre a navegação da rio lã do Petrópolys.	Vide Relações de 20 de janeiro de 1871, pag. 949 das annexas.
	25 — set. — 1877	Assenda sobre Cartas Regulares. (Decreto n. 1358, de 21 de dezembro de 1877.)	
	2 — jul. — 1880	Convenção para publicação das leis da camara. (Decreto n. 1357, de 21 de janeiro de 1880.)	
	8 — jan. — 1881	Accordo diplomático sobre Cartas Regulares. (Decreto n. 1358, de 21 de dezembro de 1877.)	

PAIS	DATA	ANEXO	OBSERVAÇÕES
Pará	18-out.—1897	Tratado de Comércio e Vapores. (Decreto n. 226, de 26 de abril de 1898.)	Folha art. 2º da lei sancionada pelo Decreto n. 226, de 26 de agosto de 1898 sobre o Poder Executivo autorizado a criar e classificar a alfândega literária, que se refere art. 22, 1º desta lei.
	22-jul.—1898	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tabela, revisto e approvedo de Budapest. (Decreto n. 229, de 2 de julho de 1897.)	No artigo de 15 de julho de 1898 de conferencia telegraphica internacional de Budapest, o respectivo Presidente declarou que o Ministerio das Relações Exteriores havia-lhe comunicado oficialmente o accordo do Pará a União Telegraphica. (Publicação da respectiva secretaria [2 tomo pag. 809.]
	22 jan.—1897	Convenção Postal Universal celebrada em Washington. (Decreto n. 226, de 26 de fevereiro de 1898.)	O representante do Pará se apresentou com uma declaração, segundo as convenções do Conselho Postal Internacional, de 1 de janeiro a 9 de julho de 1897 o Pará adheriu ao accordo relativo ao serviço das Tabela postais e à Convenção sobre a permutação de encomendas postais, concluídas no Congresso de Vienna de 1894. (Decreto n. 226, de 1 de fevereiro de 1897 e n. 226, de 26 de agosto de mesmo anno.)
	21 — maio — 1898.	Adheção ao Accordo relativo à intervenção de correios de identidade no serviço postal internacional, concluido em Vienna, em 1894. (Nota do Conselho Postal Internacional, de 27 de julho de 1898, publicada por Decreto n. 226, de 26 de julho de 1898.)	
	21 — maio — 1898.	Adheção ao Accordo relativo à intervenção de correios nas antiguidades de pessoas e publicações periódicas, concluido em Vienna em 1894. (Nota do Conselho Postal Internacional, de 13 de junho de 1898 publicada por Decreto n. 226, de 26 de julho de mesmo anno.)	

PAIS	DATA	ACTO	REFERENCIAS
Philippinas	12 — maio — 1898. 22 — julho — 1898. 24 — junho — 1897.	Acordo á Convenção Telegraphica Internacional. (Nota da Legação Filipina, de 12 de maio de 1898.— Decreto Offical de 24 de junho de 1898.) Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectivos Tariffs, emitidos no Conferencia de Budapeste. (Decreto n. 1898, de 2 de junho de 1898.) Convenção Postal Universal, concluida em Washington. (Decreto n. 1120, de 23 de dezembro de 1898.)	Vide Relatorio de 21 de janeiro de 1894, pag. 34.
Pinto Rio	2 — maio — 1898. 22 — julho — 1898. 24 — junho — 1897.	Acordo á Convenção Telegraphica Internacional. (Nota da Legação Filipina, de 12 de maio de 1898.— Decreto Offical de 24 de junho de 1898.) Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectivos Tariffs, emitidos no Conferencia de Budapeste. (Decreto n. 1898, de 2 de junho de 1898.) Convenção Postal Universal, concluida em Washington. (Decreto n. 1120, de 23 de dezembro de 1898.)	Vide mesmo Relatorio na mesma pagina.
Portugal	20 — agosto — 1898. 20 — agosto — 1898. 12 — janeiro — 1898. 13 — maio — 1898. 18 — maio — 1898.	Tratado de Paz e Alliance. Convenção Adicional ao Tratado de Amizade e Alliance. Convenção para a repressão do crime de homicidio. Declaração sobre a intelligencia do art. 8º da Convenção para a repressão do crime de homicidio. Acordo do Brasil á declaração de 18 de abril de 1898, ficando algumas principaes de direito maritimo.	Vide Relatorio de 1898, annexo 28 de 1898, pag. 46 e seguintes do annexo. Vide Relatorio de 1898, pag. 34 do annexo de 1898, annexo 42, de 1898, de 1898 pag. 44 de exp. + 127 de annexo. Vide Relatorio de 1898, annexo 2º, pp. 37 e 47. Vide Boque de Cartas, vol. de arts., vol. 6, pag. 37 e 38. Portugal adhesion em 12 de julho de 1898.

PAIS	Data	Assunto	Observações
Portugal	24 — out. — 1890	Acordo a declaração relativa a prescrição em tempo de guerra do emprego de potencia explosiva e de dinamite.	Vide Affirmação na mesma data.
	25		
	26 — nov. e 25 — dez. — 1870	Acordo relativo ao pagamento das juras da dívida pública de Portugal (Notas trocadas entre a Legação Portuguesa e o Governo Brasileiro).	Vide Relatório de 1871, pag. 559.
	10 — junho — 1874.	Tratado de amizade. (Decreto n. 5173, de 19 de abril de 1873).	
	4 — julho — 1875 18	Acordo de Haasi á Convenção Telegraphica Internacional de V. Petersburgo.	Em 1 de janeiro de 1894 accediu pelas Calcutta.
	28 — out. — 1877	Declaração sobre marcas de fabrica e de commercio. (Decreto n. 5121, de 25 de maio de 1882)	
	15 — fev. — 1884.	Convenção para permutação dos fundos por intermediação do Correo e em numerario em valores. (Decreto n. 5225, de 20 de setembro de 1884.)	Vide Relatório de 1882, page. 179 a 184 dos Anexos.
	25 — março — 1893.	Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial. (Decreto n. 5233, de 21 de junho de 1894).	Vide Relatório mesma data.
	24 — março — 1894.	Convenção Internacional para a protecção dos obras typographicas subscritas. (Decreto n. 5234, de 4 de julho de 1895).	Vide Affirmação na mesma data.
	17 — 21 — maio 1894.	Acordo relativo á applicação do Decreto n. 525, de 8 de novembro de 1891 ás sociedades portuguezas. (Notas trocadas entre o Governo do Brasil e a Legação de Portugal).	Não foi promulgado por decreto, mas declarado por circular do Ministerio das Negocias Estrangeiras, de 21, do mesmo mes. Em Portugal foi publicado no Diário do Governo n. 142, de 2 de julho de 1894, e depois declarando que em virtude do ajuste feito por meio de notas trocadas, enquanto não houver nova Convenção Comprehensiva com o Brasil se observaram as disposições do Regulamento de 8 de novembro de 1891, jurem e foverem parte do mesmo decreto.

Vide o Protocolo de 25 de maio de 1895.

Paiz	DATA	ASSUNTOS	OBSERVAÇÕES
Portugal	13 — março — 1886.	Convenção para a troca do cartão oficial dos literatos e documentos portugueses — (Decreto n. 10.179, de 17 de janeiro de 1886).	
	13 — março — 1886.	Convenção para a troca de documentos oficiais e por diplomas académicos e literarios — (Decreto n. 10.179, de 17 de janeiro de 1886).	
	1 — maio — 1886.	Declaração unanimes da Assembléa, 8.º e 4.º da Conferência de 14 de março de 1886, para a protecção dos direitos de propriedade industrial — (Decreto n. 9.715, de 4 de maio de 1887).	
	3 — mai. — 1886.	Acordo para a protecção das obras literarias e artisticas. (Decreto n. 9.715, de 14 de setembro de 1887).	Vide Relatório de 2.º de janeiro de 1891, pag. 32.
	2 — jul. — 1886.	Convenção entre o Brasil e a Suíça para a protecção dos direitos de propriedade industrial. (Decreto n. 1.478, de 21 de janeiro de 1887).	
	13 — abril — 1886.	Acordo relativo a represão das falsas reproduções de procedimentos e marcas mercatorias. (2.º Protocolo da Conferência de Madrid da União para a protecção da propriedade industrial.) (Decreto n. 106, de 26 de novembro de 1886).	
	14 — abril — 1886.	Acordo relativo ao registro das marcas de fabrica e de commercio. (2.º Protocolo da referida Conferência.) (C.A. decreto n. 108).	O Brasil, não tendo comparecido, não tendo comparecido, adheriu depois ao accordo por elle ratificado.
	2 — abril — 1886.	Protocolo relativo à criação da Secretaria Internacional da União para a protecção da propriedade industrial. (2.º da referida Conferência.) (C.A. decreto).	
	1 — jan. — 1886.	Acordo à Conferência de Integração Internacional quanto ao uso da palavra. (Acto da Conferência de 14 de março de 1886 — (Decreto n. 9.715, de 14 de maio de 1887, e 10.179, de 17 de janeiro de 1886).	Por este accordo adheriram ao União Europeia, C.A. Viena, C.A. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º, 127.º, 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 137.º, 138.º, 139.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º, 146.º, 147.º, 148.º, 149.º, 150.º, 151.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, 158.º, 159.º, 160.º, 161.º, 162.º, 163.º, 164.º, 165.º, 166.º, 167.º, 168.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 177.º, 178.º, 179.º, 180.º, 181.º, 182.º, 183.º, 184.º, 185.º, 186.º, 187.º, 188.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 194.º, 195.º, 196.º, 197.º, 198.º, 199.º, 200.º, 201.º, 202.º, 203.º, 204.º, 205.º, 206.º, 207.º, 208.º, 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º, 214.º, 215.º, 216.º, 217.º, 218.º, 219.º, 220.º, 221.º, 222.º, 223.º, 224.º, 225.º, 226.º, 227.º, 228.º, 229.º, 230.º, 231.º, 232.º, 233.º, 234.º, 235.º, 236.º, 237.º, 238.º, 239.º, 240.º, 241.º, 242.º, 243.º, 244.º, 245.º, 246.º, 247.º, 248.º, 249.º, 250.º, 251.º, 252.º, 253.º, 254.º, 255.º, 256.º, 257.º, 258.º, 259.º, 260.º, 261.º, 262.º, 263.º, 264.º, 265.º, 266.º, 267.º, 268.º, 269.º, 270.º, 271.º, 272.º, 273.º, 274.º, 275.º, 276.º, 277.º, 278.º, 279.º, 280.º, 281.º, 282.º, 283.º, 284.º, 285.º, 286.º, 287.º, 288.º, 289.º, 290.º, 291.º, 292.º, 293.º, 294.º, 295.º, 296.º, 297.º, 298.º, 299.º, 300.º, 301.º, 302.º, 303.º, 304.º, 305.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 315.º, 316.º, 317.º, 318.º, 319.º, 320.º, 321.º, 322.º, 323.º, 324.º, 325.º, 326.º, 327.º, 328.º, 329.º, 330.º, 331.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 338.º, 339.º, 340.º, 341.º, 342.º, 343.º, 344.º, 345.º, 346.º, 347.º, 348.º, 349.º, 350.º, 351.º, 352.º, 353.º, 354.º, 355.º, 356.º, 357.º, 358.º, 359.º, 360.º, 361.º, 362.º, 363.º, 364.º, 365.º, 366.º, 367.º, 368.º, 369.º, 370.º, 371.º, 372.º, 373.º, 374.º, 375.º, 376.º, 377.º, 378.º, 379.º, 380.º, 381.º, 382.º, 383.º, 384.º, 385.º, 386.º, 387.º, 388.º, 389.º, 390.º, 391.º, 392.º, 393.º, 394.º, 395.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º, 406.º, 407.º, 408.º, 409.º, 410.º, 411.º, 412.º, 413.º, 414.º, 415.º, 416.º, 417.º, 418.º, 419.º, 420.º, 421.º, 422.º, 423.º, 424.º, 425.º, 426.º, 427.º, 428.º, 429.º, 430.º, 431.º, 432.º, 433.º, 434.º, 435.º, 436.º, 437.º, 438.º, 439.º, 440.º, 441.º, 442.º, 443.º, 444.º, 445.º, 446.º, 447.º, 448.º, 449.º, 450.º, 451.º, 452.º, 453.º, 454.º, 455.º, 456.º, 457.º, 458.º, 459.º, 460.º, 461.º, 462.º, 463.º, 464.º, 465.º, 466.º, 467.º, 468.º, 469.º, 470.º, 471.º, 472.º, 473.º, 474.º, 475.º, 476.º, 477.º, 478.º, 479.º, 480.º, 481.º, 482.º, 483.º, 484.º, 485.º, 486.º, 487.º, 488.º, 489.º, 490.º, 491.º, 492.º, 493.º, 494.º, 495.º, 496.º, 497.º, 498.º, 499.º, 500.º, 501.º, 502.º, 503.º, 504.º, 505.º, 506.º, 507.º, 508.º, 509.º, 510.º, 511.º, 512.º, 513.º, 514.º, 515.º, 516.º, 517.º, 518.º, 519.º, 520.º, 521.º, 522.º, 523.º, 524.º, 525.º, 526.º, 527.º, 528.º, 529.º, 530.º, 531.º, 532.º, 533.º, 534.º, 535.º, 536.º, 537.º, 538.º, 539.º, 540.º, 541.º, 542.º, 543.º, 544.º, 545.º, 546.º, 547.º, 548.º, 549.º, 550.º, 551.º, 552.º, 553.º, 554.º, 555.º, 556.º, 557.º, 558.º, 559.º, 560.º, 561.º, 562.º, 563.º, 564.º, 565.º, 566.º, 567.º, 568.º, 569.º, 570.º, 571.º, 572.º, 573.º, 574.º, 575.º, 576.º, 577.º, 578.º, 579.º, 580.º, 581.º, 582.º, 583.º, 584.º, 585.º, 586.º, 587.º, 588.º, 589.º, 590.º, 591.º, 592.º, 593.º, 594.º, 595.º, 596.º, 597.º, 598.º, 599.º, 600.º, 601.º, 602.º, 603.º, 604.º, 605.º, 606.º, 607.º, 608.º, 609.º, 610.º, 611.º, 612.º, 613.º, 614.º, 615.º, 616.º, 617.º, 618.º, 619.º, 620.º, 621.º, 622.º, 623.º, 624.º, 625.º, 626.º, 627.º, 628.º, 629.º, 630.º, 631.º, 632.º, 633.º, 634.º, 635.º, 636.º, 637.º, 638.º, 639.º, 640.º, 641.º, 642.º, 643.º, 644.º, 645.º, 646.º, 647.º, 648.º, 649.º, 650.º, 651.º, 652.º, 653.º, 654.º, 655.º, 656.º, 657.º, 658.º, 659.º, 660.º, 661.º, 662.º, 663.º, 664.º, 665.º, 666.º, 667.º, 668.º, 669.º, 670.º, 671.º, 672.º, 673.º, 674.º, 675.º, 676.º, 677.º, 678.º, 679.º, 680.º, 681.º, 682.º, 683.º, 684.º, 685.º, 686.º, 687.º, 688.º, 689.º, 690.º, 691.º, 692.º, 693.º, 694.º, 695.º, 696.º, 697.º, 698.º, 699.º, 700.º, 701.º, 702.º, 703.º, 704.º, 705.º, 706.º, 707.º, 708.º, 709.º, 710.º, 711.º, 712.º, 713.º, 714.º, 715.º, 716.º, 717.º, 718.º, 719.º, 720.º, 721.º, 722.º, 723.º, 724.º, 725.º, 726.º, 727.º, 728.º, 729.º, 730.º, 731.º, 732.º, 733.º, 734.º, 735.º, 736.º, 737.º, 738.º, 739.º, 740.º, 741.º, 742.º, 743.º, 744.º, 745.º, 746.º, 747.º, 748.º, 749.º, 750.º, 751.º, 752.º, 753.º, 754.º, 755.º, 756.º, 757.º, 758.º, 759.º, 760.º, 761.º, 762.º, 763.º, 764.º, 765.º, 766.º, 767.º, 768.º, 769.º, 770.º, 771.º, 772.º, 773.º, 774.º, 775.º, 776.º, 777.º, 778.º, 779.º, 780.º, 781.º, 782.º, 783.º, 784.º, 785.º, 786.º, 787.º, 788.º, 789.º, 790.º, 791.º, 792.º, 793.º, 794.º, 795.º, 796.º, 797.º, 798.º, 799.º, 800.º, 801.º, 802.º, 803.º, 804.º, 805.º, 806.º, 807.º, 808.º, 809.º, 810.º, 811.º, 812.º, 813.º, 814.º, 815.º, 816.º, 817.º, 818.º, 819.º, 820.º, 821.º, 822.º, 823.º, 824.º, 825.º, 826.º, 827.º, 828.º, 829.º, 830.º, 831.º, 832.º, 833.º, 834.º, 835.º, 836.º, 837.º, 838.º, 839.º, 840.º, 841.º, 842.º, 843.º, 844.º, 845.º, 846.º, 847.º, 848.º, 849.º, 850.º, 851.º, 852.º, 853.º, 854.º, 855.º, 856.º, 857.º, 858.º, 859.º, 860.º, 861.º, 862.º, 863.º, 864.º, 865.º, 866.º, 867.º, 868.º, 869.º, 870.º, 871.º, 872.º, 873.º, 874.º, 875.º, 876.º, 877.º, 878.º, 879.º, 880.º, 881.º, 882.º, 883.º, 884.º, 885.º, 886.º, 887.º, 888.º, 889.º, 890.º, 891.º, 892.º, 893.º, 894.º, 895.º, 896.º, 897.º, 898.º, 899.º, 900.º, 901.º, 902.º, 903.º, 904.º, 905.º, 906.º, 907.º, 908.º, 909.º, 910.º, 911.º, 912.º, 913.º, 914.º, 915.º, 916.º, 917.º, 918.º, 919.º, 920.º, 921.º, 922.º, 923.º, 924.º, 925.º, 926.º, 927.º, 928.º, 929.º, 930.º, 931.º, 932.º, 933.º, 934.º, 935.º, 936.º, 937.º, 938.º, 939.º, 940.º, 941.º, 942.º, 943.º, 944.º, 945.º, 946.º, 947.º, 948.º, 949.º, 950.º, 951.º, 952.º, 953.º, 954.º, 955.º, 956.º, 957.º, 958.º, 959.º, 960.º, 961.º, 962.º, 963.º, 964.º, 965.º, 966.º, 967.º, 968.º, 969.º, 970.º, 971.º, 972.º, 973.º, 974.º, 975.º, 976.º, 977.º, 978.º, 979.º, 980.º, 981.º, 982.º, 983.º, 984.º, 985.º, 986.º, 987.º, 988.º, 989.º, 990.º, 991.º, 992.º, 993.º, 994.º, 995.º, 996.º, 997.º, 998.º, 999.º, 1000.º, 1001.º, 1002.º, 1003.º, 1004.º, 1005.º, 1006.º, 1007.º, 1008.º, 1009.º, 1010.º, 1011.º, 1012.º, 1013.º, 1014.º, 1015.º, 1016.º, 1017.º, 1018.º, 1019.º, 1020.º, 1021.º, 1022.º, 1023.º, 1024.º, 1025.º, 1026.º, 1027.º, 1028.º, 1029.º, 1030.º, 1031.º, 1032.º, 1033.º, 1034.º, 1035.º, 1036.º, 1037.º, 1038.º, 1039.º, 1040.º, 1041.º, 1042.º, 1043.º, 1044.º, 1045.º, 1046.º, 1047.º, 1048.º, 1049.º, 1050.º, 1051.º, 1052.º, 1053.º, 1054.º, 1055.º, 1056.º, 1057.º, 1058.º, 1059.º, 1060.º, 1061.º, 1062.º, 1063.º, 1064.º, 1065.º, 1066.º, 1067.º, 1068.º, 1069.º, 1070.º, 1071.º, 1072.º, 1073.º, 1074.º, 1075.º, 1076.º, 1077.º, 1078.º, 1079.º, 1080.º, 1081.º, 1082.º, 1083.º, 1084.º, 1085.º, 1086.º, 1087.º, 1088.º, 1089.º, 1090.º, 1091.º, 1092.º, 1093.º, 1094.º, 1095.º, 1096.º, 1097.º, 1098.º, 1099.º, 1100.º, 1101.º, 1102.º, 1103.º, 1104.º, 1105.º, 1106.º, 1107.º, 1108.º, 1109.º, 1110.º, 1111.º, 1112.º, 1113.º, 1114.º, 1115.º, 1116.º, 1117.º, 1118.º, 1119.º, 1120.º, 1121.º, 1122.º, 1123.º, 1124.º, 1125.º, 1126.º, 1127.º, 1128.º, 1129.º, 1130.º, 1131.º, 1132.º, 1133.º, 1134.º, 1135.º, 1136.º, 1137.º, 1138.º, 1139.º, 1140.º, 1141.º, 1142.º, 1143.º, 1144.º, 1145.º, 1146.º, 1147.º, 1148.º, 1149.º, 1150.º, 1151.º, 1152.º, 1153.º, 1154.º, 1155.º, 1156.º, 1157.º, 1158.º, 1159.º, 1160.º, 1161.º, 1162.º, 1163.º, 1164.º, 1165.º, 1166.º, 1167.º, 1168.º, 1169.º, 1170.º, 1171.º, 1172.º, 1173.º, 1174.º, 1175.º, 1176.º, 1177.º, 1178.º, 1179.º, 1180.º, 1181.º, 1182.º, 1183.º, 1184.º, 1185.º, 1186.º, 1187.º, 1188.º, 1189.º, 1190.º, 1191.º, 1192.º, 1193.º, 1194.º, 1195.º, 1196.º, 1197.º, 1198.º, 1199.º, 1200.º, 1201.º, 1202.º, 1203.º, 1204.º, 1205.º, 1206.º, 1207.º, 1208.º, 1209.º, 1210.º, 1211.º, 1212.º, 1213.º, 1214.º, 1215.º, 1216.º, 1217.º, 1218.º, 1219.º, 1220.º, 1221.º, 1222.º, 1223.º, 1224.º, 1225.º, 1226.º, 1227.º, 1228.º, 1229.º, 1230.º, 1231.º, 1232.º, 1233.º, 1234.º, 1235.º, 1236.º, 1237.º, 1238.º, 1239.º, 1240.º, 1241.º, 1242.º, 1243.º, 1244.º, 1245.º, 1246.º, 1247.º, 1248.º, 1249.º, 1250.º, 1251.º, 1252.º, 1253.º, 1254.º, 1255.º, 1256.º, 1257.º, 1258.º, 1259.º, 1260.º, 1261.º, 1262.º, 1263.º, 1264.º, 1265.º, 1266.º, 1267.º, 1268.º, 1269.º, 1270.º, 1271.º, 1272.º, 1273.º, 1274.º, 1275.º, 1276.º, 1277.º, 1278.º, 1279.º, 1280.º, 1281.º, 1282.º, 1283.º, 1284.º, 1285.º, 1286.º, 1287.º, 1288.º, 1289.º, 1290.º, 1291.º, 1292.º, 1293.º, 1294.º, 1295.º, 1296.º, 1297.º, 1298.º, 1299.º, 1300.º, 1301.º, 1302.º, 1303.º, 1304.º, 1305.º, 1306.º, 1307.º, 1308.º, 1309.º, 1310.º, 1311.º, 1312.º, 1313.º, 1314.º, 1315.º, 1316.º, 1317.º, 1318.º, 1319.º, 1320.º, 1321.º, 1322.º, 1323.º, 1324.º, 1325.º, 1326.º, 1327.º, 1328.º, 1329.º, 1330.º, 1331.º, 1332.º, 1333.º, 1334.º, 1335.º, 1336.º, 1337.º, 1338.º, 1339.º, 1340.º, 1341.º, 1342.º, 1343.º, 1344.º, 1345.º, 1346.º, 1347.º, 1348.º, 1349.º, 1350.º, 1351.º, 1352.º, 1353.º, 1354.º, 1355.º, 1356.º, 1357.º, 1358.º, 1359.º, 1360.º, 1361.º, 1362.º, 1363.º, 1364.º, 1365.º, 1366.º, 1367.º, 1368.º, 1369.º, 1370.º, 1371.º, 1372.º, 1373.º, 1374.º, 1375.º, 1376.º, 1377.º, 1378.º, 1379.º, 1380.º, 1381.º, 1382.º, 1383.º, 1384.º, 1385.º, 1386.º, 1387.º, 1388.º, 1389.º, 1390.º, 1391.º, 1392.º, 1393.º, 1394.º, 1395.º, 1396.º, 1397.º, 1398.º, 1399.º, 1400.º, 1401.º, 1402.º, 1403.º, 1404.º, 1405.º, 1406.º, 1407.º, 1408.º, 1409.º, 1410.º, 1411.º, 1412.º, 1413.º, 1414.º, 1415.º, 1416.º, 1417.º, 1418.º, 1419.º, 1420.º, 1421.º, 1422.º, 1423.º, 1424.º, 1425.º, 1426.º, 1427.º, 1428.º, 1429.º, 1430.º, 1431.º, 1432.º, 1433.º, 1434.º, 1435.º, 1436.º, 1437.º, 1438.º, 1439.º, 1440.º, 1441.º, 1442.º, 1443.º, 1444.º, 1445.º, 1446.º, 1447.º, 1448.º, 1449.º, 1450.º, 1451.º, 1452.º, 1453.º, 1454.º, 1455.º, 1456.º, 1457.º, 1458.º, 1459.º, 1460.º, 1461.º, 1462.º, 1463.º, 1464.º, 1465.º, 1466.º, 1467.º, 1468.º, 1469.º, 1470.º, 1471.º, 1472.º, 1473.º, 1474.º, 1475.º, 1476.º, 1477.º, 1478.º, 1479.º, 1480.º, 1481.º, 1482.º, 1483.º, 1484.º, 1485.º, 1486.º, 1487.º, 1488.º, 1489.º, 1490.º, 1491.º, 1492.º, 1493.º, 1494.º, 1495.º, 1496

PAIS	DATA	ASSUNTO	REMARKS
Portugal . . .	29-maio-1896	Protocolo relativo á permissão de passagem a terra, pelas ilhas da Madeira, das embarcações da Marinha. (Decreto n. 1896, de 1 de Junho de 1896).	Ver Boletim de 1896, pag. 54 de 1897, pag. 25 da espelha e anexo n. 3, pag. 9.
	28-jul.-1896	Acordo relativo ao serviço telegraphico internacional e respectivos tarifas, entre os governos da Suécia e da Suécia. (Decreto n. 1896, de 2 de Junho de 1897).	Assim como também pelo Conselho.
	11-Jul.-1897	Convenção postal Universal, celebrada em Washington. (Decreto n. 3078, de 23 de Dezembro de 1898).	Idem.
	15-jun.-1897	Acordo relativo á permissão de navegação e comunicação com valor declarado. (Decreto n. 3174, de 28 de Dezembro de 1897).	Idem.
	11-jun.-1898	Acordo concernente ao serviço das cartas postais. (Lei Decreto n. 3175).	Idem.
	8-maio-1898	Acordo para a permissão de comunicação postal com valor declarado. (Decreto n. 3181, de 20 de Dezembro de 1898).	
Porto Rico . . .	18-maio-1898	Nota da, foi comunicada ao Brasil que a administração telegraphica do Porto Rico havia accedido a Convenção telegraphica de São Petersburgo. (Nota de Legação Alameda)	
	28-jul.-1898		Ver Boletim de 1898, nota de 1898.
	15-jun.-1897		Idem.
Guatemala (Estado Republicano)	1-jul.-1898	Convenção celebrada a União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. (Nota de Legação Belgica de 28 de Maio de 1898.)	

PAIS	DATA	ACORDO	COMENTÁRIOS
Quemadad (Colômbia) Inglaterra (Reino Unido)	1-set.-1890	Acordo e Convenção Internacional para proteção da propriedade intelectual (Código de Comércio Federal de 12 de setembro de 1890.)	
	9-abril-1895	Adesão à União Telegraphica Internacional. (Código de Legislação Prussiana de 12 de maio de 1895.)	Constituição da Carta de 3º artigo da Convenção telegraphica internacional de Berlim, (Ver a citada publicação da respectiva assinatura.)
	25-jul.-1898	Regulamento do Serviço Telegraphico Internacional e respectivas regras, adotados na conferência de Budapeste. (Decreto n. 3379, de 1 de junho de 1897.)	
	12-jul.-1897		Fide Uni-Veritas, noticiário. Em 1 de agosto de 1897 havia sido assinado a Convenção Postal Universal de Viena de 4 de julho do mesmo ano.
República Sul-Africana	12-jul.-1898		Fide Africa Meridional ou Estado da Transvaal.)
Romênia	4-julho-1877	Acordo do Brasil e Convenção Telegraphica Internacional celebrada em 3.º de julho em — de julho de 1873. (Decreto n. 2708, de 1 de outubro de 1877.)	A Romênia aderiu em 18 — de dezembro de 1878.
	18-1894	Convenção para a proteção dos cabos telegraphicos submarinos. (Decreto n. 2024 de 4 de julho de 1894.)	
	1-out.-1895	Declaração internacional dos arts. 3º e 4º da Convenção de 18 de março de 1894 para a proteção dos cabos submarinos. (Decreto n. 5749, de 6 de maio de 1897.)	

PAIS	DATA	ABRREVIO	COMENTÁRIOS
Alemanha	3-jul.-1906	Convenção internacional para a participação das telegraphistas.	(Decreto n. 1267 BR. , de 22 de janeiro de 1907.)
	23-jul.-1906	Regulamento de serviço telegraphico internacional e Projectos para, annexos ao Regulamento de Belgica (Decreto n. 2249, de 2 de junho de 1907.)	
	15-jun.-1907	Convenção Postal Universal celebrada em Washington. (Decreto n. 3173, de 25 de dezembro de 1906.)	Para parte da União desde 1908.
	15-jun.-1907	Acordo relativo à permissão de cartas e encomendas com valor declarado. (Civ. Decreto n. 3170.)	
	22-jun.-1907	Acordo relativo ao serviço de valores postaes. (Civ. Decreto n. 3178.)	
França	28 - março - 1903.	Adhesão do Brasil à declaração de 16 de abril de 1903, relativa a princípios de direito maritimo em tempo de guerra, annexa ao tratado de Paris.	Vide Alemanha, nota data.
	11 - set. - 1903	Acordo à declaração de 19 de novembro de 1903 11 de dezembro que prohem em tempo de guerra o emprego de projectos explosivos e incendiosos.	Vide Alemanha, nota data. Referente de 1903, pag. 364
	4 - jul. - 1877	Acordo do Brasil à Convenção Telegraphica Internacional celebrada em S. Petersburgo. (Decreto, 579, de 4 de julho de 1877.)	Relatório de dezembro de 1878, pag. 157 do annexo.
	14 - março - 1904.	Convenção internacional para a proteção dos cables telegraphicos. (Decreto n. 2654, de 4 de julho de 1903.)	Vide Alemanha, nota data.
	1 - Dez - 1887	Declaração interpretativa, do art. 2º e 4º da Convenção para proteção dos cables telegraphicos. (Decreto n. 2249, de 2 de junho de 1907.)	
	3-jul.-1906	Convenção relativa à participação das telegraphistas.	Vide Belgica, nota data.

PAIS	DATA	ASPECTO	CONSIDERAÇÕES
Rússia	22 — julho 1899.	Regulamento de serviço telegraphico internacional e regulamento carta, relativos ao Conhecimento de Mandado. (Decreto n. 1585, de 2 de julho de 1899.)	
	23 — junho 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 1170, de 25 de dezembro de 1897.)	
	23 — junho 1897.	Lei sobre o sistema de permissão de cartas e manifestos das com. vales declarada. (Lei, decreto n. 1174.)	
Salvador (República)	1 — janeiro 1901.	Admissão à declaração de 18 de maio de 1898 sobre princípios de direito marítimo.	Vide Alemanha em 15 março de 1901.
	26 — março 1901.	Convenção Internacional para a proteção da propriedade intelectual. (Decreto n. 1010, de 26 de junho de 1901.)	Vide Bélgica nesta data.
	14 — março 1901.	Convenção Internacional para a proteção dos navios submarinos. (Decreto n. 1014, de 8 de julho de 1901.)	Vide Alemanha nesta data.
	1 — dec. — 1901.	Declaração interpretativa das arts. 1º e 2º da Convenção para proteção dos navios telegraphicos submarinos. (Decreto n. 9749, de 8 de maio de 1902.)	
	3 — julho 1900.	Convenção estabelecendo a propriedade das obras literarias. (Decreto n. 1257, de 31 de janeiro de 1901.)	
	26 — junho 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 1170, de 25 de dezembro de 1897.)	Temos parte no Congresso de Viena de 1894 e sempre ali se deu Convenções e se acordou relativas à permissão de cartas e manifestos postais com vales declarada, ao serviço de vales postais, de cobrança e de correio de manifestos. Em 22 de maio de 1898 houve a reunião relativa à assignatura de jornais e publicações periódicas.

PAIS	DATA	ASSUNTO	REMARKS
Bolivia	25 — set. — 1902.	Convenção para regularizar a organização dos serviços postais no Brasil.	Vide Relatório de 1903, page, 281 e 282 de Anuário, e Item anexo n.º de 1904, pag. 28.
B. Thapud e Pongay (Tulim e Pongay port. grega.)	1 — jan. — 1904.		Vide Portugal nesta data.
	22 — julho — 1905.		Ibidem.
	13 — junho — 1907.		Ibidem.
B. Vassara (Colônia portuguesa).	6 — jan. — 1904.		Vide Portugal nesta data.
	22 — julho — 1905.		Ibidem.
	13 — junho — 1907.		Ibidem.
Senegal (Colônia francesa.)	1 — julho — 1905.	Adhesão à Convenção Telegraphica Internacional. (Nota da Legação de Senegal, de 27 de agosto de 1905.)	Vide Relatório de 1906, pag. 27 de Anuário.
	22 — julho — 1907.	Regulamento de serviço telegraphico internacional e respectiva tarifa, revistos na Conferencia de Budapest. (Bureau n.º 1906, de 1 de junho de 1907.)	
	13 — junho — 1907.	Convenção Postal Universal concluida em Washington.	Vide France nesta data. Adherem a alguns actos do Congresso Postal de Vienna, de 1906. (Vide Nota do Conselho Federal France, de 23 de junho de 1906, e Item anexo à Nota da Legação da Austria-Hungria, n.º 196, de 15 de julho do mesmo anno.
	13 — junho — 1907.	Acordo relativo à permutação de cartas e encomendas com o valor dellas, concluido em Washington.	

Paiz	Data	Assumpto	Observações
Suecia	25 — Junho — 1897. 3 — nov. — 1900.	Acordo relativo ao serviço das valas postaes. (Decreto n. 3078.) Affirmação ao 2.º Protocollo da Conferencia de Madrid, relativo à criação da Secretaria do Uniao para a protecção da propriedade industrial. (Nota do Conselho Federal Suico, de 9 de novembro de 1897.) (Decreto n. 2160, de 5 de janeiro de 1898.)	
Suiza	1 — julho — 1895. 1 — julho — 1896. 27 — julho — 1898. 14 — junho — 1897. 12 — junho — 1897.	Affirmação a Convenção Telegraphica Internacional de 30 — de julho de 1875. (Nota 22 da Legação Bernaesa de 1 de julho de 1895.) Convenção estabelecendo a união para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 4497 88, de 23 de janeiro de 1895.) Regulamento do serviço telegraphico internacional e impugnação tarifa revisada na Conferencia de Berlim. (Decreto n. 4589, de 5 de junho de 1897.) Convenção Postal Universal de Washington. (Decreto n. 3178, de 23 de dezembro de 1896.) Acordo relativo ao serviço das valas postaes. (Ca. Decreto n. 3175, de 1896.)	Vide Relatorio de 1894, pag. 87.
Suiza e Noruega	28 — marzo — 1907. 21 — set. 1898 22	Acordo do Brasil e Suiza sobre princípios do direito maritimo. Acordo a declaração de 20 de novembro de 1896, 21 de dezembro proferendo em tempo de guerra a suspensão da propriedade industrial e inflamação.	Vide Nômeas nota data. Ibidem nota data.

DATA	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÃO
Santos e Sarney.	4 — julho — 1877 25	Associação do Brasil à Con- venção Telegráfica Inter- nacional de S. Petersburgo (Decreto n. 1251, de 1 de setembro de 1877.)	Vide Relatórios de 1888, pag. 132 dos anexos.
	11 — março — 1884.	Convenção para a proteção dos cabos telegraphicos submarinos.	
	1 — julho — 1885.	Associação à Convenção Inter- nacional para a proteção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883. (Nota do Conselho Federal, Sessão de 12 de junho de 1885.)	
	1 dea. — 1885.	Declaração interpretativa dos arts. 3º e 4º da Convenção para proteção dos cabos submarinos. (Decreto n. 2024, de 6 de maio de 1877.)	
	15 — abril — 1881.	Resolução Final da Con- ferência de Madrid, rela- tiva à criação da Secretaria Internacional da União para a proteção da pro- priedade industrial.	
	22 — julho — 1896.	Regulamento do serviço tele- graphico internacional e respectiva tarifa, aprovados na Conferencia de Badagory. (Decreto n. 2699, de 3 de julho de 1897.)	
	15 — junho — 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 3173, de 25 de dezembro de 1898.)	Anexos e afiliação à di- versas sessões do Con- gresso Postal de Vienna de 1894.
	15 — junho — 1897.	Associação relativa à permuta- ção de cartas e encomen- das com valor declara- do. (Decreto n. 3173.)	
	13 — junho — 1895.	Accordo relativo ao serviço de valores postaes. (Código Decreto n. 3173.)	
	31 — set. — 1893. 23	Associação à declaração de 25 de novembro ————— que pro- 11 de dezembro serviu em tempo de guerra, a suspensão da propriedade e a indemnização.	
Santos			Vide documentos na Mat- rês desta.

PAIS	DATA	ANTEPOS	REMARKS
Brasil	4 — jul. — 1877, 18	Assento de Bressi à Commissão Telegraphica Internacional de S. Francisco, (Decreto n. 6301, de 1 de outubro de 1877.)	
" "	7 e 27 set. — 1881. 23 set.	Ajuda relativa aos ramos de peixe preta, appo- simento de valores e sim- bolico. (Officio do Consul Geral da Suiza, de 13 de setembro de 1881.)	Archivo da Secretaria.
" "	28 — março — 1883.	Convenção Internacional para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 6023, de 28 de junho de 1884.)	Vide Belgica nota data.
" "	8 — abril — 1883. 18	Ajuda relativa aos ramos de peixe preta e appo- simento de valores. (Officio do Consul da Suiza, de 2 de abril e 14 de julho de 1883, e do Ministerio das Negocias Estrangeiras, de 18 de abril do mesmo anno.)	Archivo da Secretaria.
" "	13 — março — 1885.	Convenção para a troca de documentos officiaes e de publicações scientificas e literarias. (Decreto n. 18.185, de 17 de fevereiro de 1885.)	
" "	8 — julho — 1885.	Convenção estabelecida a União Internacional para a publicação das leis nacionais. (Nota da Legacão de Belgica, de 7 de jan- eiro de 1885.)	Vide Alemanha nota data.
" "	24 — abril — 1886.	Assento relativo a reprodução das filias e simboles de proteção sobre os mar- cadores. (1.º Protocolo da Conferencia de Madrid de União para a proteção da propriedade industrial. (Decreto n. 6305, de 19 de novembro de 1884.)	
" "	11 — abril — 1886.	Assento relativo ao regulamento internacional das mar- cas de fabrica e de commercio. (2.º Protocolo da conferen- ciada Conferencia.) De- creto n. 6309.	
" "	15 — abril — 1886.	Protocolo relativo a detenção da Secretaria da União. (3.º Protocolo da conferen- ciada Conferencia.) De- creto n. 6309.	

Paiz	Data	Assumpto	Observações
Suíça	30 — abril a 25 nov. — 1895.	Acordo para applicação do decreto n. 825, de 8 de novembro de 1894 de nacionalidade. (Decreto n. 2166, de 21 de novembro de 1895.)	Vide Rel. deste ann.
	25 — julho — 1895.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva tarifa, revisado no Conferencia de Berlim. (Decreto n. 2529, de 8 de junho de 1895.)	
	15 — junho — 1895.	Convenção Postal Universal concluida em Washington. (Decreto n. 2178, de 25 de dezembro de 1894.)	
	15 — junho — 1895.	Acordo relativo ao serviço dos valores postaes. (Decreto sobre n. 2178.)	
	15 — junho — 1895.	Acordo relativo á entregação de cartas e encomendas com valor declarado. (Citado Decreto n. 2178.)	
Suíça, (Confederação Suíça).	1 — julho — 1895.	Acordo á Convenção de 25 de março de 1893 que estabelece a União Internacional para a protecção da propriedade industrial. (Nota do Conselho Federal Suíço, de 25 de fevereiro de 1895.)	
	25 — julho — 1895.	Adheção á Convenção Internacional para a protecção dos direitos litterarios. (Nota da Legação Prussiana de 20 de dezembro de 1895.)	
	25 — junho — 1895.		
Tunisia (Colónia Inglesa tuniziana).	8 — julho — 1895.	Acordo á Convenção Telegraphica. (Nota da Legação Britannica de 17 de agosto de 1895.)	Vide Relatorio de 1895, pag. 155 dos Annuaire.
	27 — out. — 1895.	Adheção á Convenção de 14 de março de 1884 para a protecção dos valores telegraphicos internacionaes.	

PAIS	DATA	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Tanzania (Colónia Ingleso-alemã).	5 — julho — 1890.	Convenção relativa á publicação das cartas náuticas, (Decreto n. 1375 B, de 24 de janeiro de 1891.)	Vide Belgica nesta data.
	27 — julho — 1890.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectivos taxa, revistos na Conferencia de Stuttgart, (Decreto n. 1380, de 5 de junho de 1891.)	
	22 — junho — 1891.		Vide Grã-Bretanha nesta data.
Terra Nova . . .	27 — out. — 1893.	Adhesão á Convenção de 14 de março de 1884 para a protecção dos cabos telegraphicos submarinos,	
	5 — julho — 1890.	Convenção relativa á publicação das cartas náuticas, (Decreto n. 1375 B, de 24 de janeiro de 1891.)	
	25 — junho — 1891.		Vide Grã-Bretanha nesta data.
Território da África Occidental. (Protec- torado Alemão.)	15 — junho — 1897.		Vide Alemanha nesta data.
Território da África do Sul Oeste. (Protec- torado Alemão.)	15 — junho — 1897.		Vide Alemanha nesta data.
Território do Kamerun. (Protecção- do Alemão.)	15 — junho — 1897.		Vide Alemanha nesta data.
Território da Nova Guiné. (Protecção- do Alemão.)	15 — junho — 1897.		Vide Alemanha nesta data.

PAIS	Data	Assunto	Referências
Território do Togo. (Protectorado Alemão.)	10 — junho — 1897.		Tudo Alemanha neste data.
Tunísia.	5 — abril — 1894.	Assento à Convenção Inter- nacional para a proteção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883. (Decreto n. 2023, de 26 de junho de 1894.)	
	1 — julho — 1895.	Adesão à Convenção Tele- gráfica Internacional de 10 (17) de julho de 1875.	Tudo Ital., de 1896, pag. 156 das Actas.
	26 — agosto — 1897.	Adesão à Convenção de 14 de março de 1884 para a proteção dos nomes geogra- ficos estrangeiros (Nota da Legação Francesa, de 26 de setembro de 1897.)	
	24 — abril — 1897.	Acordo relativo à represen- tação das classes indicadas de propriedade sobre as mar- cas-fabril. (1º Protocolo da Conferência de Ma- drid da União para a pro- tecção da propriedade in- dustrial). (Decreto n. 2220, de 26 de novembro de 1896.)	21 Italia parte da União Postal, por haver assen- tido em 13 de março de 1896 à Convenção Postal de Paris, de 1 de junho de 1878, ao Acto Adicional de Lisboa, de 1882 e depois a de- creto ajuste do Con- gresso de Viena, de 1891.
	14 — abril — 1897.	Acordo relativo ao regime internacional das marcas de fabrica e de commercio. (2º Protocolo da inter- nacionalizada Conferência de Madrid). (Código decreto n. 2229.)	
	26 — abril — 1897.	Protocolo concernente à do- tação da Sociedade Inter- nacional da União. (3º Protocolo da inter-nacio- nalizada Conferência de Madrid). (Código decreto n. 2230.)	
	22 — julho — 1897.	Regulamento do serviço te- legraphico internacional e regulamento tarifa, servidos na Conferência de Berlim. (Decreto n. 2237, de 5 de junho de 1897.)	

PAIS	DATA	ACORDOS	OBSERVAÇÕES
Tunísia	25 — junho — 1897.	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 3170, de 26 de dezembro de 1898.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo a permutação de cartas e encomendas com valor declarado. (Dec. sobre n. 3173.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo ao serviço das valios postaux. (Circulo decreto n. 3175.)	
Turquia	28 — março — 1892.	Adesão do Brasil à declaração assignada em Paris, sobre princípios de direito marítimo.	Vide Alemanha nota 1892.
	3 — dez. — 1893.	Tratado de amizade, commercio e consular. (Decreto n. 1266, de 2 de outubro de 1894.)	
	22 — out. — 1899.	Acordo à declaração relativa à prescrição em tempo de guerra de ataques de projectos explosivos e infectuosos.	Idem.
	4 — jul. — 1877.	Acordo do Brasil à Convenção Telegraphica International de S. Petersburgo. (Decreto n. 3781, de 1 de outubro de 1877.)	
	24 — março — 1894.	Convenção International para a protecção dos cabos submarinos. (Decreto n. 9234, de 4 de julho de 1895.)	Vide Alemanha nota 1894.
	1 — dez. — 1893.	Declaração interpretativa dos arts. 1º e 1º da Convenção relativa à protecção dos cabos telegraphicos submarinos. (Decreto n. 5743, de 6 de maio de 1897.)	
	5 — julho — 1899.	Convenção relativa à publicação das cartas nauticas. (Decreto n. 131789, de 21 de janeiro de 1899.)	

PAIS	DATA	ASSUNTO	COMENTÁRIOS
Turquia	22 — julho — 1896.	Regulamento de serviço telegraphico internacional e respectivos tarifa, revisado na Conferencia de Jeddah. (Decreto n. 1208, de 8 de junho de 1897.)	
	14 — junho — 1897.	Convenção Postal Nacional concluida em Washington. (Decreto n. 2175, de 21 de dezembro de 1898.)	Foi anteriormente dada a Convenção Postal da Paris de 1 de junho de 1878.
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo á permutação de cartas e encomendas com valor designado. (Decreto citado n. 2176.)	
	15 — junho — 1897.	Acordo relativo ao serviço de valores postaes. (Citado decreto n. 2176.)	
Uruguay, Republica Oriental do	27 — agosto — 1888.	Convenção preliminar de paz com as gerencias lidas de Rio de Prata.	Por esta Convenção foi separada do Brasil a provincia de Montevidéo, agora chamado Estado Cisplatino, e havia sido incorporado ao Brasil pelo Tratado de 26 de julho de 1801.
	25 — maio — 1850.	Convenção para a lizanca offensiva e defensiva entre as nações e independencia, e de paz e de territorio da Republica Oriental do Uruguay	Vide Republica Argentina na mesma data.
	24 — out. — 1801.	Tratado de Amizade.....	O tratado de limites de 12 de maio de 1850 reconheceu a sua validade, artigo 31. Pelo Protocolo de 1 de setembro de 1857 foram declarados sem effeito os arts. V, VI, VII e VIII, ficando por dependencia d'elles, tambem sem valor, os arts. IX a XVI.

Paiz	Data	Assunto	Observações
Uruguay (República Oriental del).	22 — out. — 1821.	Tratado de amizade e troca de consules.	O art. 1º deste tratado foi substituído pelo Acordo de 15 de novembro de 1823, que contém estipulações novas e ampliativas. Com este acordo effizem-se a divergencia de interpretação mantida entre os dois Governos. O Brasileiro entende que a interpretação dos crimes no tratado era exemplativa e a Oriental—que era restrictiva. Interessa ao art. VII, desse tratado, o Acordo sobre equipamento para o serviço militar de 1 de dezembro de 1827.
	22 — out. — 1821.	Tratado de commercio e navegação.	Tambem foi reconhecido valido este tratado pelo de Lisboa de 15 de maio de 1822. A 4 de setembro de 1827 foi celebrado um tratado alterando e desenvolvendo o art. 3º deste, o qual foi mandado executar por decreto n. 2268, de 2 de setembro de 1828. Mais tarde, porém, não preenchido por parte do Governo Oriental o accordo constante das notas trocadas de 20 de setembro de 1828 (Rel. de 1828, annexo 3º) sob cuja 1ª foi reafirmado o mandado executar pelo Governo do Brasil, o mesmo Governo suspendeu a applicação e declaro inapplicavel esse art. de 12 de outubro de 1827, por decreto n. 1623, de 29 de novembro de 1828. Comem, depois, de vigorar a disposição do art. 4º, desde 26 de dezembro de 1828 por falta de accordo o Governo do Oriental em 26 de junho de mesmo anno.

PAIS	DATA	AMBITO	CONTEÚDO
Uruguay (República Oriental do).	18 — out. — 1851.	Acordo para a proteção de créditos da Geração da República Oriental do Uruguay e reconhecimento da dívida.	O decreto n. 381, de 5 de dezembro de 1851, mandou applicar as regras do crédito aberto pelo de n. 148, de 12 de outubro de mesmo anno, ao pagamento das prestações a que se refere o art. 1.º desta convenção, e para o mesmo fim foi aberto um crédito de 500:000 por decreto n. 383, de 1.º de março de 1852. Para cumprimento do art. III foi aberto o crédito de 500:000, por decreto n. 385, de 12 de outubro de 1851. Em nota de 17 de outubro de mesmo anno, o Ministro Oriental reclamou contra os juros mencionados no art. VI e foi atendida. (Vide Relatório de 1852, annexo G, tom. no. 1, p. 2.) Por seu lado, pelo art. I desta convenção, obrigada e hypothecada para o serviço e eventual pagamento das mesmas e juros sobre as rendas do Estado, todas as contribuições directas, e especialmente as directas de Almoço, a Legação Brasileira em Montevideo, por nota de 1 de julho de 1852, reclamou contra a convenção celebrada com a França e Grã-Bretanha a 26 de junho. (Rel. de 1852, pag. 136.)
	18 — out. — 1851.	Tratado de Sèvres.	O § 1.º do art. III do citado pelo Tratado de 15 de maio de 1852. Sobre a intelligencia gerencia e applicação do mesmo artigo foram trocadas com a Legação Oriental duas Copias as notas de 1 e 21 de dezembro de 1851. (Rel. de 1852, pag. 98, annexo B.) O art. IV foi modificado pelo art. II do Tratado de 15 de maio de 1852.

PAZ	DATA	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Demora Republica Colonial 99.	21 — nov. 1852.	Contrato especial entre de transporte e mado de mado afiliados a afiliação estabe- lecida no contrato de 23 de maio de mesmo anno.	O art. XIV deste con- trato interrompe a lre suspensão dos reis Pa- reia e dos demais afiliados do Rio de Janeiro.
	2 — dez.—1851. 21	Notas remessas declarando a guerra e a guerra de intelligencia de 1.º de art. 1.º e de art. 2.º de Tratado de Lincos.	Relatório de 1852, an- exo 1.º, pag. 21 e 22. Instrução 1.º do Rio de Janeiro e a lre de suspensão da lre de Lincos.
	13 — maio 1852.	Tratado mantido al- gumas estipulações de Tratado de Lincos.	Vide Rel. de 1852, an- exo 1.º, pag. 21 e 22. Instrução 1.º do Rio de Janeiro e a lre de suspensão da lre de Lincos.
	22 — abril 1853.	Protocolo de amodo es- tado em 1853 para a suspensão do art. 1.º do Tratado de 23 de maio de 1852.	Vide off. 1.º de 1853 do Legião em 1853 e o Rel. de 1854, anexo 1.º. Nota sobre as re- sultados da lre de Lincos, no reconhecimento da lre de Lincos.
	9 — maio 1853.	Contrato de empréstimo de 25.000 pesos colônias para a lre de 1853 e lre de Lincos e lre de Lincos (Rio de Janeiro).	Vide o Contrato de 12 de setembro de 1853, e o art. 1.º do Contrato de 1.º de junho de 1854.
	13 — nov. 1853.	Contrato relativo ao paga- mento dos empréstimos de 25.000 e 50.000 pesos lre de em 12 de junho de 1854 e 1.º de maio de 1855.	Vide Relatório de 1854, pag. 21, e Contrato de 1.º de junho de 1854; Rel. pag. 21 e 22 do anexo 1.º.

Data	Data	Assunto	Referências
Uruguay (República Oriental do).	20—jun.—1855	Acordo regulando o pagamento de indenizações por danos causados pela epidemia de 1850. (Nota remessa enviada ao Governo Oriental e a Legação Brasileira em Montevideo.)	Vide Relatório de 1855, pag. 29. Devido a greve de 1852 haviam cessado as produções de 40 mil pesos. A Legação Oriental solicitou a continuação desse subsídio, atendida a urgência que havia em 15 de setembro de 1851. O Governo brasileiro foi autorizado a continuar com o subsídio pela lei n. 103 de 26 de setembro de 1853. Em consequência deste acordo foram pagas quatro prestações correspondentes aos meses de dezembro de 1853 e janeiro, fevereiro e março de 1854. Em nota de 5 de fevereiro o Governo Oriental expôs a insuficiência desse subsídio, manifestando o desejo de ver esse elevado a 50.000 pesos. Foi atendida pela seguinte resolução de 1 de junho.
	1—junho—1854	Convenção relativa à prestação de um novo subsídio e à regulamentação do pagamento dos anteriores.	Relatório de 1855, Anexo E, pag. 1. Desta convenção o Governo Oriental reconheceu a Brasil como credor dos 50.000 pesos, que a casa Delmarbon & C. expressou pela contrata celebrada a 9 de maio de 1853. Em virtude da lei n. 723, de 26 de setembro de 1853, foram comprados à República Oriental 100.000 pesetas por Rs. 1.200.000, mediante os 50.000 pesetas de capital e juros que J. José Evangelista de Souza havia emprestado ao Governo Brasileiro paga em 15 de maio de 1853.

PAIZ	DATA	ASSUNTO	CONSIDERAÇÕES
Uruguay (República Oriental do)	2-out.—1851.	Acordo determinado a saber a intelligencia dos artigos do Tratado de Olinda, sobre os arts. 3. ^o e 4. ^o do Tratado com a Confederação Argentina de 7 de março de 1850.	Vide Ed. de 1858, Anexo II. Como accordo ficou regulado o modo de proceder nos casos de estabêllo as de movimento armado nos territorios limítrophos.
	25-out.—1851.	Acordo sobre os principaes que devem regular a navegação fluvial entre os dois países. (Protocollo assinado no Rio de Janeiro.)	Idem dito, pag. 6. E' o desenvolvimento dos artigos 14, 15 e 16 do tratado de commercio e navegação de 12 de outubro de 1851.
	28-out.—1855. 3-dez.	Ajuste por meio do qual se ratificam as certificações de nacionalidade. (Citas referencias trocadas no Rio de Janeiro.)	Vide Ed. de 1860, Anexo 46, pag. 7. Verão as Presidência do Rio Grande do Sul, de 25 de abril de 1860, Relatorio n.º, anexo 42, pag. 12.
	1-dez.—1857. 7	Ajuste relativo ao regimento de brasileiros no oriente para o serviço militar.	Idem, pag. 4.
	29 — Jan. — 1858.	Protocollo estabelecendo as condições de um empréstimo de cento e dez mil parcos.	Vide Ed. de 1858, pag. 66 da Exposição. Por decreto n.º 3113, de 10 de abril de 1858, foi autorizada o Ministro dos Negocios Exteriores a despendar no empréstimo de 1857-58, por um esboço de 1857-58, a quantia de \$2.344.800. A applicação da alteração desta somma está no ciroto logar do Relatorio.
	8 — maio — 1858.	Acordo relativo a indemnizações por prejuizos causados a nauticos brasileiros durante a guerra civil.	Vide Relatorio de 1858, Anexo F, pag. 18 e 19, e nota do General D. Venancio Flores, de 28 de janeiro e o Congresso de paz convocado na villa de Uzuza, em 28 de fevereiro de 1858. (Ed. de 1858.)

DATA	DATA	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
Uruguay (República Oriental del)	20 — ag. — 1858.	Ajuda relativa à navegação de um lagoarito, (lugar trechos entre o Governo Brasileiro e a Legação Oriental.)	Vide Rel. de 1861, pag. 52 e 53 do Anexo. Atos do Ministério da Frotada, de 29 de outubro de 1858. Instruções n. 3, expedidas para execução do decreto n. 3085, de 21 de setembro de 1860. 55 é permitida a navegação por dois lanchas para transporte de passageiros, facultada pela mesma autoridade administrativa.
	20 — jan. — 1862.	Compreensão tomada pelo brigadeiro general D. Venancio Flores em nome do Campo Oriental, com o objecto del a compração, ao objecto de autoridade superior e decretando.	Seria compração ao governo a concessão da concessão de 5 de maio de 1858 e da concessão pelo Governo da paz de 20 de fevereiro. (Rel. de 1862, pag. 186 do Anexo.)
	22 — dez. — 1862.	Convenção de paz celebrada na villa da União, celebrada entre o brigadeiro D. Venancio Flores e o Representante do governo legal D. Manuel Herrera e Obes, com assistência do Representante do Brasil.	Esta convenção foi approvada e ratificada pelo Presidente da República D. Thomas Villalba, em nota dirigida ao Representante do Brasil, na mesma data. (Rel. de 1862, Anexo.)
	1 — maio — 1862.	Tratado de amizade, commercio e consules entre o Paraguay.	Vide República Argentina na mesma data.
	1 — maio — 1862.	Declaração ratificando os direitos da Bolívia a territorio da margem direita do rio Paraguay. (Resolução tomada sobre os Representantes Brasileiros, Argentinos e Oriental.)	Vide República Argentina na mesma data.
	3 — maio — 1862.	Convenção para o pagamento de empréstimo ao Brasil.	Vide Relatório de 1876, pag. 324 do Anexo e de 1874, pag. 37 da Exp. e 230 do Anexo.
	3 — jan. — 1862.	Protocollo relativo às condições de empréstimo de empréstimo ao Brasil.	Vide Rel., pag. 324 e de 1874, pag. 37 da exp. e 230 do Anexo.
	23 — nov. — 1862.	Protocollo para ajuizar as bases de um empréstimo de empréstimo ao Brasil.	O mesmo Relatório, pag. 324 do Anexo e de 1874, pag. 37 da Exp. e 23 do Anexo.
	23 — jan. — 1862.	Protocollo que estipula as bases de um empréstimo ao Brasil de empréstimo ao Brasil.	Idem dito, pag. 325, e de 1874, pag. 37 da exp. e 230 do Anexo.

Fato	Data	Assumpto	Observações
Tratado (República Oriental do)	14—set.—1868.	Protocollo limitando a zona de caubado, ou empastamento mineral, entre polo do Ur de janeiro de 1867.	Idem dito, pag. 117; de 1870, pag. 10 da Rep. e 112 do anexo; de 1873, pag. 8 da Rep. e 91 do anexo; de 1876, pag. 27 da Rep. e 12 do anexo.
	21—jul.—1870.	Leyenda preliminar de paz celebrada em Montevideo.	Vide Republica Argentina na mesma data.
	12—dez.—1873.	Protocollo da Conferencia de Buenos-Ayres relativo aos seus primeiros artigos do Projeto de Tratado definitivo de fronteira com o Paraguay.	Idem dito. Refere-se á paz e amizade e á independência pelas proposições da guerra do Paraguay.
	20—dez.—1870 27	Protocollo das Conferencias de Buenos-Ayres relativo aos arts. 1. ^o e 12 do projecto de Tratado definitivo de paz com o Paraguay.	Idem dito. Refere-se á negociação final.
	10—dez.—1870 e 14—jan.—1871.	Protocollo relativo ás negociações do projecto de Tratado definitivo de paz com o Paraguay.	Idem dito. Refere-se á garantia da independencia, á neutralidade do Paraguay.
	9—dez.—1873.	Adenda ao Acordo sobre as questões pendentes entre o Brasil e a Republica Argentina relativas aos ajustes definitivos de paz com o Paraguay. (Nota do Governo Oriental ao Brasil, etc.)	Retirada de dezembro de 1873, pag. 10 e 11 do anexo n. 1.
	10—jul.—1877.	Protocollo relativo ao projecto da garantia collective da independencia, soberania e integridade territorial do Paraguay.	Vide Republica Argentina na mesma data.
	2—mar.—1877.	Convenção Postal. (Decreto n. 719, de 4 de fevereiro de 1878.)	Relat. de 1878, pag. 3 do anexo. Pelo Congresso Postal Universal foram designadas as disposições desta que com ella não se conciliavam.
	25—mar.—1878.	Acordo substitutivo do art. 1. ^o do Tratado de amizade. (Decreto n. 1876, de 1 de março de 1879.)	Relatoria de 1879, pag. 9 do anexo. Este accordo ampliou o tempo para a negociação. A promulgada estipulada no art. 1. ^o do Tratado de 1851 originou uma serie de discussões que deram em resultado finalmente a negociação.
			O 2. ^o d'este accordo, por proposta do Governo Oriental, foi modificado pelo accordo de 11 de maio de 1883.
			O 3. ^o também foi alterado pelo mesmo accordo.

PAIS	DATA	ASSUNTOS	OBSERVAÇÕES
Uruguay (República Oriental del).	14-dez.—1879	Acordo para a reunião do Congresso Sul-Americano. (Decreto n. 1175, de 1 de março de 1879.)	
	14 — maio — 1883.	Acordo relativo aos ts ts e ts de Acordo sobre o ts ts. (Decreto n. 545, de 12 de março de 1884.)	Relatório de 1884, pag. 125 do anexo. Quando se celebraram entre os ts ts de Acordo de 12 de novembro de 1879, ocorreu observação que os departamentos da República Oriental que atualmente compõem com o Rio Grande do Sul são: Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta e Treza e Flores.
	14 — maio — 1884.	Convenção Internacional para a proteção dos cabos telegráficos.	Vide Alemanha na mesma data.
	1 — dez. — 1888	Declaração interpretativa dos arts. 2º e 4º da Convenção para a proteção dos cabos telegráficos.	Idem.
	3 — maio — 1888.	Admissão à Convenção relativa à troca de documentos oficiais e publicações científicas e literárias. (Nota da Legação da Bélgica, de 12 de junho de 1888.)	
	3 — jul. — 1894	Convenção relativa à publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 2205 de 3 de janeiro de 1894.)	Vide Alemanha na mesma data.
	15 — jan. — 1897	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 3170, de 22 de dezembro de 1899.)	Em 1894, no Congresso de Viena, além da Convenção Principal, concluídas as seguintes acordos: Convenção relativa à permutação de recomendações pessoais, e os Acordos relativos ao serviço dos correios postais e à interconexão de Correios nas suas respectivas do jornais e publicações periódicas.

PAIS	Data	Acordo	Observações
Venezuela . . .	8 — maio — 1899.	Tratado de limites e navegação fluvial, (Decreto n. 8795, de 1 de janeiro de 1904.)	A demarcação a que se refere o art. 3.º deste tratado foi feita por uma Comissão Mista, dada a um ponto de partida, na principal margem do Mamoré sob o nome Cuyr. (Jah.) no ponto Atoy, próximo limo da divisa, foi promulgado o mesmo pelo presidente brasileiro, por ordem do Externo, por despacho do Sr. de Souza Azevedo, visto ter-se a fronteira pelo ato do reconhecimento e não haver possibilidade de dar-lhe outro a sua direção. Condição o trabalho da comissão brasileira, foi submetido ao Decreto da Venezuela a certo ponto em setembro de 1899, a qual declarou em janeiro de 1900 que não podia considerar definitiva a direção dada à fronteira. Em consequência do laudo, proferido pela Comissão de Espanha, na questão entre Venezuela e Colômbia, a Espanha deixou de limitar com Venezuela, dando a Mamoré o nome Cuyr. Vê-se os referidos de 1894, pag. 99; de 1895, pag. 14; de 1896, pag. 5 da exposição e 11 do anexo; de janeiro de 1898, pag. 11; de 1904, pag. 11 da exposição e 12 o anexo das actas de 1894, pag. 17, e de 1895, pag. 11.
	28 — jul. — 1899	Declaração confirmada as divisões que os brasileiros e venezuelanos tinham à navegação fluvial antes da celebração do Tratado de 5 de maio de 1898, e referenciada a troca das ratificações do Tratado de limites assinado.	Vide Relatório de 1901, pag. 97 do anexo.

Paiz	Data	Acordo	Observações
Venezuela . . .	21 — set. — 1881. 5 — jul. — 1890	Acordo estabelecendo o princípio da reciprocidade em caso de estradição. Convenção relativa à publicação das tarifas aduaneiras.	Vide Relatório de 1882, page. 74 e 90 do volume 2. L. Vide Acordo-Brasil, na mesma data.
	15 — jan. — 1890	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 2172, de 26 de dezembro de 1890.)	No Congresso Postal de Viena, além da Convenção principal, assinaram a Convenção relativa à permissão de encomendas postais e o Acordo relativo aos livros de identidade.
Vizcaya (Ilhas de) (ilhas atlânticas).	4 — jan. — 1884 5 — jul. — 1890 19 — jul. — 1890 19 — jan. — 1897	Adesão à Convenção para a proteção dos cabos submarinos. (Nota de 5 de janeiro de 1884, da Legação Francesa.) Convenção estabelecendo a União para a publicação das tarifas aduaneiras. (Decreto n. 1207 de 24 de janeiro de 1891.) Regulamento de serviço telegráfico internacional e respectiva tarifa, revisado na Conferência de Berlim. (Decreto n. 2505, de 5 de junho de 1897.) Convenção Postal Universal concluída em Washington.	Vide Adesão na mesma data. A Gôl Bretanha, em 1 de janeiro de 1894, aderiu à Convenção Telegraphica Internacional pela Austrália, de qual faz parte esta ilha. Adesão à União Postal (Convenção principal de Viena). Faz parte do conjunto das colônias britânicas da Austrália.
Zanzibar (Proteção britânica).	15 — jan. — 1897	Convenção Postal Universal concluída em Washington. (Decreto n. 2172, de 26 de dezembro de 1890.)	Em 1 de dezembro de 1895 a Gôl-Bretanha aderiu à Convenção principal de Viena, de 4 de junho de 1891, por esta sua colônia. Faz parte do conjunto das colônias britânicas compreendida a Austrália, art. 27 da Convenção.

N. 2

Companhias e Sociedades que adheriram á União Telegraphica Internacional

EMPRESA	Data	Assumpção	Observações
Black Sea Telegraph Company.	20-jul. — 1886	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tarifa, revisados na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 1286, de 3 de junho de 1887.)	Copias das atas da Conferencia telegraphica internacional de Budapest, que se fez representativa.
Commercial Cable Company.	19-dez. — 1886	Adheção á Convenção telegraphica internacional. (Nota da Legação Russa em 27 de maio de 1885.)	Esta companhia annexa-se ao cable entre a Europa e a America para a transmissão de telegrammas americanos no espaço entre os dois cables que passam entre a Irlanda e a America do Norte, e quasi a este cable foi assignada a adherir ao Regulamento do serviço telegraphico internacional. (Rev. de 1886, pag. 154.)
	22-jul. — 1886	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tarifa, revisados na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 1286, de 3 de junho de 1887.)	Pouco representativa na Conferencia de Budapest.
Compagnie Allemande de Telegraphes Internationaux.	2-jun. — 1887	Nota dada a Legação de Viena-Budapesta, informando a adherência desta companhia á Convenção telegraphica internacional de 18 — 22 de julho de 1875. (Decreto n. 2576, de 13 de junho de 1887.)	
Compagnie Française des Cables Telegraphiques.	21-jul. — 1886	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tarifa, revisados na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 1286, de 3 de junho de 1887.)	Esta companhia é autorizada pelo Estado da Compagnie Française Telegraphique de Paris e New-York com a Sociedade Française des Telegraphes internationaux.
			Copias das atas da Conferencia de Budapest, que se fez representativa.

EMPRESA	DATA	ASSUNTO	COMPARAÇÃO
Compagnie Française de Télégraphie de Paris à New York	21 — dez. — 1880	Affluente à Convenção telegraphique internationale de S. Petersbourg. (Nota da Legação Francesa de 1 de abril de 1881.)	Fica Relatorio de junho de 1882, pag. 120 dos annes, 1881, compo-uzta também com a Sociedade Française des Telegraphes sub-marins, formando a Compagnie Française des Telegraphes. (Actas da Conferencia internacional de Budapest.)
Compagnie Télégraphique et Téléphonique de La Plata.	Março — 1881.	Affluente à Convenção telegraphique internationale de S. Petersbourg.	Conta das actas da Conferencia de Budapest, que se ha representar.
	22 — julho — 1881.	Regulamento do serviço telegraphique international e respectiva Tarifa, revisos na Conferencia de Budapest.	Idem.
Direct Spanish Telegraph Company.	22 — julho — 1881.	Regulamento do serviço telegraphique international e respectiva Tarifa, revisos na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 3229 de 8 de junho de 1881.)	Conta das actas da Conferencia telegraphique internationale de Budapest, que se ha representar.
Eastern Telegraph Company.	22 — julho — 1881.	Regulamento do serviço telegraphique international e respectiva Tarifa, revisos na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 3229 de 8 de junho de 1881.)	Idem.
Telefun and National Cable Company.	Janho — 1881.	Affluente à Convenção telegraphique internationale de S. Petersbourg. (Decreto n. 1870, de 23 de fevereiro de 1881.)	Nota da Legação Francesa de 13 de fevereiro de 1881. (Actas da Conferencia de Budapest.)
	22 — julho — 1881.	Regulamento do serviço telegraphique international e respectiva Tarifa, revisos na Conferencia de Budapest. (Decreto n. 3228, de 4 de junho de 1881.)	Conta das actas da Conferencia de Budapest, que se ha representar.
Indo European Telegraph Company.	24 — maio — 1881.	Nota, data 19, communicada ao Governo Hollandês a respeito à Convenção telegraphique internationale. (Nota da Legação Allemã.)	
	22 — julho — 1881.	Regulamento do serviço telegraphique international e respectiva Tarifa, revisos na Conferencia telegraphique de Budapest.	Idem.

EMPRESA	DATA	ASSUNTOS	REMARKS
Société Financière des Télégraphes Belges.	22 — julho — 1897.	Nesta data foi reconhecida a adesão à Convenção telegráfica internacional. (Nota da Legação Alemã.)	Esta companhia finda-se com a da Telegraphs de France e Nova York e constitui a «Compagnie Financière des Câbles Télégraphiques».
South American Cable Company.	12 — dez. — 1892.	Adesão à Convenção telegráfica internacional, com relação ao cable telegraph entre S. Loure de Maragnão e Pernambuco. (Nota da Legação Francesa de 22 de junho de 1893.)	
	22 — julho — 1897.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tabela, revisões na Conferência de Budapeste. (Decreto n. 2492, de 2 de junho de 1897.)	Consta das notas da mesma Conferência que se foi representar.
Telegraphes Belges-National.	24 — out. — 1892.	Nesta data foi reconhecida a adesão à Convenção telegraphica internacional. (Nota da Legação Alemã.)	Das notas da Conferência de Budapeste não consta que esta companhia se tenha representar.
West-African Telegraph Company.	24 — out. — 1892.	Nesta data foi reconhecida a adesão à Convenção telegraphica internacional. (Nota da Legação Alemã.)	
	22 — julho — 1897.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tabela, revisões na Conferência de Budapeste. (Decreto n. 2492, de 2 de junho de 1897.)	Foi-se representar em Budapeste.
West-India and Panama Telegraph Company.	22 — abril — 1892.	Nesta data foi reconhecida a adesão à Convenção telegraphica internacional. (Nota da Legação Alemã.)	
	22 — julho — 1897.	Regulamento do serviço telegraphico internacional e respectiva Tabela, revisões na Conferência Internacional de Budapeste. (Decreto n. 2492, de 2 de junho de 1897.)	Idem.

N. 3

Índice dos Tratados e outros actos internacionais que interessam aos Unidos da Esquahia

data	assunto
1498—jan. 30.	Tratado de paz entre a Hespanha e as Províncias Unidas dos Países Baixos, celebrado em Münster.
1502—junho 25.	Tratado de paz e amizade entre os Reis D. João IV de Portugal e Carlos II de Grã-Bretanha, e paz e casamento desta monarchia com o Infante de Portugal D. Catharina, celebrado em Londres.
1601—agosto 8.	Tratado de paz e de confederação entre Portugal e as Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, celebrado em Haia.
1602—dez. 13.	Tratado de paz entre Hespanha e Portugal feito e concluido no Convento de Santa Elay da cidade de Lisboa.
1601—maio 5.	Tratado preliminar entre Portugal e Hespanha para resolver as differenças originadas pelo estabelecimento do Cabo do Sacramento na margem septentrional do Rio do Prata.
1606—março 4.	Tratado preliminar entre Portugal e França para resolução e demarcação dos limites que os portuguezes tinham estabelecido ao norte do Amazonas, desde o rio do Teco até ao rio Oyapock em do Yacaré Parana. Assinado em Lisboa.
1701—junho 28.	Tratado de nova alliança entre Portugal e Hespanha, pelo qual D. Pedro II se obriga a garantir e proteger os Reis Dons Carlos II ao que se refere à coronção de D. Philippe V e monarchia de Hespanha. Assinado em Lisboa.
1701—junho 18.	Tratado de alliança e garantia ao instrumento de El-Rei D. Carlos II de Hespanha, celebrado entre os Reis de Portugal e França e assinado em Lisboa.
1702—maio 18.	Tratado de alliança alliança e defensiva entre Portugal, Austria, Grã-Bretanha e Estados Gerais dos Países Baixos para manter e defender os seus d'Astoria no Rio de Hespanha. Concluido em Lisboa.
1703—maio 18.	Artigos secretos e separados incorporados ao Tratado de alliança feito na mesma data, entre a Austria, Inglaterra, Estados Gerais dos Países Baixos e Portugal contra Philippe V para reflectir a alliança d'Austria ao throno de Hespanha.
1713—abril 11.	Tratado de paz e amizade entre Portugal e a França, assinado em Utrecht.
1713—abril 11.	Tratado de paz e amizade entre a França e Grã-Bretanha. Concluido em Utrecht.
1713—dez. 4.	Tratado de paz entre Portugal e Hespanha, assinado em Utrecht.
1750—jan. 13.	Tratado de limites das possessões entre Portugal e Hespanha. Assinado em Madrid. (Vide Tratado de Madrid (nos 7-9-1426).)
1761—dez. 12.	Tratado entre Portugal e Hespanha, pelo qual foi annullado o de 13 de junho de 1750, mandando-se observar os anteriores. Assinado em Paris.
1763—ago. 3.	Artigos preliminares de paz, entre a França, a Grã-Bretanha e a Hespanha, assinados em Fontenoybleau, e que Portugal accedeu ratificando em 20 de dezembro.

Data	ANEXO
1793 — dez. 18.	Tratado definitivo de paz entre as Cortes de França, Grã-Bretanha e Espanha, assinado em Paris.
1793 — out. 1.	Tratado preliminar de União na América Meridional entre Portugal e Espanha. Assinado em Santa Fé de Bogotá.
1793 — março 12	Tratado de amizade e proteção recíproca, das respectivas fronteiras na América, celebrado entre Espanha e Portugal no Real Sítio de Pardo e ao qual a França aderiu por acto assinado em Madrid a 10 de julho de 1793.
1793 — ag. 26.	Tratado de paz entre Portugal e a República Francesa concluído em Paz a 25 Transmittido ao senado da República.
1801 — junho 3.	Tratado de paz, feito por mediação da Espanha, entre Portugal e a República Francesa, assinado em Badajoz a 17. Precedido de uma CX da República.
1801 — set. 28.	Tratado de paz feito por mediação de José Miguel de Gálvez, entre Portugal e a República Francesa, assinado em Madrid a 7. Precedido de uma CX da República Francesa.
1802 — março 27.	Tratado definitivo de paz concluído em Amiens entre a Grã-Bretanha de um lado e as Repúblicas Francesa e Helvética de outro.
1807 — out. 31.	Tratado entre a Espanha e a França para a concentração e redistribuição dos Exércitos Portuguezes. Assinado em Fontainebleau.
1810 — fev. 19.	Artigos annexos incorporados ao Tratado de amizade e união entre Portugal e a Grã-Bretanha, concluído no Rio de Janeiro.
1814 — maio 10.	Tratado de paz entre Portugal e seus aliados, e a França, concluído em Paris.
1814 — maio 26.	Artigo adicional ao Tratado entre Portugal e a França, feito em Paris.
1815 — jan. 22.	Artigos annexos incluídos ao Tratado celebrado entre Portugal e a Grã-Bretanha para a criação de linhas de armadas. Assinado em Viena.
1815 — abril 4.	Artigo adicional e secreto do Tratado de armistício por parte de Portugal ao do aliado, celebrado em Viena em 26 de março de 1815 entre a Austria, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia. Foi concluído em Viena a 3 de abril do mesmo anno.
1815 — maio 11/22	Convenção feita por parte de tropas de ambas as partes entre os Representantes de Portugal e o da França relativamente a entrega da Guiana Francesa. Assinado em Viena.
1815 — junho 3.	Acto final do Congresso de Viena celebrado entre Austria, França, Grã-Bretanha, Portugal, Prússia, Rússia e Suécia.
1817 — ag. 28.	Tratado de estabelecimento de paz entre as Cortes de Portugal e França, concluído em Paris.
1817 — ag. 28.	Convenção celebrada entre Portugal e a França para a restituição da Guiana Francesa e a demarcação de suas fronteiras com a Guiana Portugueza. Assinado em Paris.
1861 — julho 31.	Tratado para a incorporação do Estado Chiquito ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, concluído e assinado em Montevideo.

DATA	ANEXO
1822—agosto 29.	Tratado de Paz e amizade entre Brasil e Portugal. Assinado no Rio de Janeiro.
1825—agosto 29.	Convenção adicional ao Tratado de unidade e amizade entre o Brasil e Portugal. Assinado no Rio de Janeiro.
1841—julho 3.	Acordo entre o Brasil e o Paraguai para neutralização do território Buzos na fronteira das Guayras.
1842—agosto 25 e set. 3.	Acordo entre o Brasil e a Colômbia relativo à neutralização do território indígena na fronteira do Brasil com a Guayana Inglesa.
1851—set. 27.	Tratado de limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguay. Concluído no Rio de Janeiro.
1851—set. 25.	Tratado de comércio, navegação e pesca entre o Brasil e o Perú. Concluído e assinado no Salto de Lina.
1851—dez. 2 e 12.	Vozes diversas trocadas entre o Governo Brasileiro e a Legação da República Oriental do Uruguay sobre a denúncia e arbitragem arbitragem de 9 de set. 5 e de set. 4 do Tratado de limites de 27 de outubro de 1851.
1852—maio 21.	Tratado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguay, modificando algumas disposições do Tratado de limites de 27 de outubro de 1851. Feito e assinado em Montevideo.
1853—abril 25.	Protocolo de acordo relativo às divergências suscitadas entre os Comandantes de forças Brasileiras e Orientais no reconhecimento da linha Chuy, estipulada no tratado de 21 de maio de 1852.
1853—julho 25.	Tratado de comércio e pesca assinado entre o Brasil e a República de Nova Granada, na cidade Bogotá. (Não foi aprovado pelo Congresso Colombiano.)
1854—abril 6.	Convenção entre o Brasil e o Paraguai relativa ao adiantamento da ajuste definitivo de limites entre os dois países.
1855—set. 4.	Acordo para a perpetuação de territórios com o fim de regular a linha fronteira entre o Brasil e a República Oriental do Uruguay demarcada no ponto em que corra as dependências de San Juan do Livramento. (Não foi aprovado pelo Poder Legislativo Brasileiro.)
1857—dez. 14.	Tratado de limites entre o Brasil e a Confederação Argentina, concluído e assinado na cidade de Paraná e ratificado pelo Brasil em 25 de janeiro de 1858. (Não foi ratificado pelo Governo Argentino.)
1859—maio 9.	Tratado de limites e navegação fluvial entre o Brasil e a República de Venezuela. Assinado no Salto de Caracas.
1860—julho 26.	Declaração ratificada em direito que os territórios e navegação fluvial entre os dois países e tratado de 9 de maio de 1859.
1862—maio 1.	Tratado de amizade, defesa e defesa entre o Brasil e as Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguay contra o Governo do Paraguai. Assinado em Buenos Aires.
1867—março 21.	Tratado de amizade, defesa, navegação, comércio e extradição entre o Brasil e a Bolívia. Assinado na cidade de La Paz de Ayacucho.
1872—jan. 9.	Tratado de limites concluído e assinado em Assumpção entre o Brasil e a República do Paraguai.

Data	Assunto
1874 — jan. 3.	Protocollo pelo qual se resolve a questão levantada entre os Comissarios Democráticos das Províncias entre o Brasil e o Paraguay sobre a principal nascente do rio Apa.
1874 — fev. 11.	Acordo para a permanência de fortificações na Baía de Ilo na Patagonia. Concluido e assinado na cidade de Lima.
1875 — set. 25.	Tratado entre o Brasil e a Republica Argentina para o reconhecimento das rios Papari-guazet, Santa Isabela, Chaparral ou Papari-guazet e Chaparral ou Santa Isabela-guazet, e do territorio que se separa e está em litigio entre o Brasil e a Republica Argentina. Concluido e assinado em Buenos Ayres.
1880 — out. 7.	Tratado para a prompta solução da questão de limites pendente entre o Brasil e a Republica Argentina. Concluido e assinado na cidade de Buenos Ayres.
1889 — jan. 30.	Tratado celebrado entre o Chefe do Gyverno Provisorio dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica Argentina para pôr termo á questão de limites no territorio litigioso das Missões, Assigando na cidade de Montevideo. (Rejittado pelo Congresso Brasileiro.)
1890 — set. 14-15.	Acordo entre o Brasil e a França para a nomeação de uma commissão mista encarregada de explorar o territorio em litigio da Guyana.
1895 — fev. 12.	Protocollo relativo á demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolívia, na Baía de Madera no Paray.
1895 — agosto 9.	Protocollo para o estabelecimento dos marcos da fronteira fixada pelo Tratado de 3 de dezembro de 1893, de accordo com as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1890.
1897 — abril 10.	Tratado de reconhecimento para a fixação da fronteira do Brasil e da Guyana Francesa, celebrado entre o Brasil e a França.
1897 — maio 28.	Protocollo relativo á estabelecimento dos marcos que devem ser levantados para regular a fronteira entre o Brasil e a Perú, de conformidade com o Tratado de 1841.

N. 4

Apêço das leis gres e Unão Internaciona

ARTIGO	DATA	QUALQUER DAS AÇÕES	CONSTRUÇÃO
Princípios da Direito internacional.	1875	Declaração unânime no Tratado de Paris, de 20 de março de 1875, assinada pela Alemanha, França, Grã Bretanha, Rússia, Itália e Ser- dénia.	Não foi promulgada, como actos antes que regulam, o mesmo direito internaciona- l. Como de Gabinete do Ministro das Relações Ex- ternas, de 1875, a mesma C. não se trata a mesma mente correspondência sobre o assunto.
			o Brasil foi comunicado pelos governos da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e Serdénia, para admitir os quatro princípios do direito internacional aprobados nesta Declara- ção internacional; e assim o foi pela actuação, a 10 de março de 1875, dirigiu a cada um dos representantes dos governos governos, na capital. A mesma declaração adhe- raram os seguintes países: Espanha, em 10 de junho de 1875; Itália, 1 de julho de 1875; Bélgica, 8 de ju- nho de 1875; Rússia, 11 de junho de 1875; Rou- mânia, 7 de dezembro de 1875; Chile, 13 de agosto de 1875; Argentina, 1 de setembro de 1875; Confede- ração Alemã, 10 de julho de 1875; Confederação Suí- ça, — de julho de 1875; Espanha, 1 de dezembro de 1875; Romênia Romanes, 7 de junho de 1875; Prússia, 13 de junho de 1875; Grecia, 20 de junho de 1875; Congo, 20 de agosto de 1875; Luxemburgo, 20 de ju- nho de 1875; Haia, 21 de maio de 1875; Haiti, 17 de setembro de 1875; Dinamarca, 15 de junho de 1875; Nova Guiné, 8 de ju- nho de 1875; Leste, 20 de junho de 1875; Oporto- burgo, 20 de junho de 1875; Molinsburg (Alemanha), 20 de agosto de 1875; Níngua, 16 de junho de 1875; Polónia

ASSUNTO	DATA	QUALQUER OUTROS ACTOS	CONFERÊNCIAS
Princípios de Direito mercantil e internacional,	18-21 de fev. — 1855		Basileia, 7 de junho de 1854; Paris, 29 de novembro de 1855; Portland, 25 de junho de 1856; Salzdorf, 2 de janeiro de 1856; Saxe-Altenburgo, 9 de junho de 1856; Saxe-Coburgo-Gotha, 25 de junho de 1856; Saxony e Saxe, 13 de junho de 1856; Teuberg, 5 de junho de 1856; Wurzburgo, 25 de junho de 1856. (Do Chron. Rev. des juristes de la Prusse, Tom. VII, pag. 51).
Proibição de uso de certos projectos de pistolas e infantaria,	22-24 de mar. — 1855	Declaração assinada em S. Petersburgo pela Rússia, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Prússia, Reino Unido, Portugal, Romênia, França, Suécia, Suíça e Wurzburgo.	Também são as promulgadas esta Declaração internacional. Fol. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º, 127.º, 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 137.º, 138.º, 139.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º, 146.º, 147.º, 148.º, 149.º, 150.º, 151.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, 158.º, 159.º, 160.º, 161.º, 162.º, 163.º, 164.º, 165.º, 166.º, 167.º, 168.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 177.º, 178.º, 179.º, 180.º, 181.º, 182.º, 183.º, 184.º, 185.º, 186.º, 187.º, 188.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 194.º, 195.º, 196.º, 197.º, 198.º, 199.º, 200.º, 201.º, 202.º, 203.º, 204.º, 205.º, 206.º, 207.º, 208.º, 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º, 214.º, 215.º, 216.º, 217.º, 218.º, 219.º, 220.º, 221.º, 222.º, 223.º, 224.º, 225.º, 226.º, 227.º, 228.º, 229.º, 230.º, 231.º, 232.º, 233.º, 234.º, 235.º, 236.º, 237.º, 238.º, 239.º, 240.º, 241.º, 242.º, 243.º, 244.º, 245.º, 246.º, 247.º, 248.º, 249.º, 250.º, 251.º, 252.º, 253.º, 254.º, 255.º, 256.º, 257.º, 258.º, 259.º, 260.º, 261.º, 262.º, 263.º, 264.º, 265.º, 266.º, 267.º, 268.º, 269.º, 270.º, 271.º, 272.º, 273.º, 274.º, 275.º, 276.º, 277.º, 278.º, 279.º, 280.º, 281.º, 282.º, 283.º, 284.º, 285.º, 286.º, 287.º, 288.º, 289.º, 290.º, 291.º, 292.º, 293.º, 294.º, 295.º, 296.º, 297.º, 298.º, 299.º, 300.º, 301.º, 302.º, 303.º, 304.º, 305.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 315.º, 316.º, 317.º, 318.º, 319.º, 320.º, 321.º, 322.º, 323.º, 324.º, 325.º, 326.º, 327.º, 328.º, 329.º, 330.º, 331.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 338.º, 339.º, 340.º, 341.º, 342.º, 343.º, 344.º, 345.º, 346.º, 347.º, 348.º, 349.º, 350.º, 351.º, 352.º, 353.º, 354.º, 355.º, 356.º, 357.º, 358.º, 359.º, 360.º, 361.º, 362.º, 363.º, 364.º, 365.º, 366.º, 367.º, 368.º, 369.º, 370.º, 371.º, 372.º, 373.º, 374.º, 375.º, 376.º, 377.º, 378.º, 379.º, 380.º, 381.º, 382.º, 383.º, 384.º, 385.º, 386.º, 387.º, 388.º, 389.º, 390.º, 391.º, 392.º, 393.º, 394.º, 395.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º, 406.º, 407.º, 408.º, 409.º, 410.º, 411.º, 412.º, 413.º, 414.º, 415.º, 416.º, 417.º, 418.º, 419.º, 420.º, 421.º, 422.º, 423.º, 424.º, 425.º, 426.º, 427.º, 428.º, 429.º, 430.º, 431.º, 432.º, 433.º, 434.º, 435.º, 436.º, 437.º, 438.º, 439.º, 440.º, 441.º, 442.º, 443.º, 444.º, 445.º, 446.º, 447.º, 448.º, 449.º, 450.º, 451.º, 452.º, 453.º, 454.º, 455.º, 456.º, 457.º, 458.º, 459.º, 460.º, 461.º, 462.º, 463.º, 464.º, 465.º, 466.º, 467.º, 468.º, 469.º, 470.º, 471.º, 472.º, 473.º, 474.º, 475.º, 476.º, 477.º, 478.º, 479.º, 480.º, 481.º, 482.º, 483.º, 484.º, 485.º, 486.º, 487.º, 488.º, 489.º, 490.º, 491.º, 492.º, 493.º, 494.º, 495.º, 496.º, 497.º, 498.º, 499.º, 500.º, 501.º, 502.º, 503.º, 504.º, 505.º, 506.º, 507.º, 508.º, 509.º, 510.º, 511.º, 512.º, 513.º, 514.º, 515.º, 516.º, 517.º, 518.º, 519.º, 520.º, 521.º, 522.º, 523.º, 524.º, 525.º, 526.º, 527.º, 528.º, 529.º, 530.º, 531.º, 532.º, 533.º, 534.º, 535.º, 536.º, 537.º, 538.º, 539.º, 540.º, 541.º, 542.º, 543.º, 544.º, 545.º, 546.º, 547.º, 548.º, 549.º, 550.º, 551.º, 552.º, 553.º, 554.º, 555.º, 556.º, 557.º, 558.º, 559.º, 560.º, 561.º, 562.º, 563.º, 564.º, 565.º, 566.º, 567.º, 568.º, 569.º, 570.º, 571.º, 572.º, 573.º, 574.º, 575.º, 576.º, 577.º, 578.º, 579.º, 580.º, 581.º, 582.º, 583.º, 584.º, 585.º, 586.º, 587.º, 588.º, 589.º, 590.º, 591.º, 592.º, 593.º, 594.º, 595.º, 596.º, 597.º, 598.º, 599.º, 600.º, 601.º, 602.º, 603.º, 604.º, 605.º, 606.º, 607.º, 608.º, 609.º, 610.º, 611.º, 612.º, 613.º, 614.º, 615.º, 616.º, 617.º, 618.º, 619.º, 620.º, 621.º, 622.º, 623.º, 624.º, 625.º, 626.º, 627.º, 628.º, 629.º, 630.º, 631.º, 632.º, 633.º, 634.º, 635.º, 636.º, 637.º, 638.º, 639.º, 640.º, 641.º, 642.º, 643.º, 644.º, 645.º, 646.º, 647.º, 648.º, 649.º, 650.º, 651.º, 652.º, 653.º, 654.º, 655.º, 656.º, 657.º, 658.º, 659.º, 660.º, 661.º, 662.º, 663.º, 664.º, 665.º, 666.º, 667.º, 668.º, 669.º, 670.º, 671.º, 672.º, 673.º, 674.º, 675.º, 676.º, 677.º, 678.º, 679.º, 680.º, 681.º, 682.º, 683.º, 684.º, 685.º, 686.º, 687.º, 688.º, 689.º, 690.º, 691.º, 692.º, 693.º, 694.º, 695.º, 696.º, 697.º, 698.º, 699.º, 700.º, 701.º, 702.º, 703.º, 704.º, 705.º, 706.º, 707.º, 708.º, 709.º, 710.º, 711.º, 712.º, 713.º, 714.º, 715.º, 716.º, 717.º, 718.º, 719.º, 720.º, 721.º, 722.º, 723.º, 724.º, 725.º, 726.º, 727.º, 728.º, 729.º, 730.º, 731.º, 732.º, 733.º, 734.º, 735.º, 736.º, 737.º, 738.º, 739.º, 740.º, 741.º, 742.º, 743.º, 744.º, 745.º, 746.º, 747.º, 748.º, 749.º, 750.º, 751.º, 752.º, 753.º, 754.º, 755.º, 756.º, 757.º, 758.º, 759.º, 760.º, 761.º, 762.º, 763.º, 764.º, 765.º, 766.º, 767.º, 768.º, 769.º, 770.º, 771.º, 772.º, 773.º, 774.º, 775.º, 776.º, 777.º, 778.º, 779.º, 780.º, 781.º, 782.º, 783.º, 784.º, 785.º, 786.º, 787.º, 788.º, 789.º, 790.º, 791.º, 792.º, 793.º, 794.º, 795.º, 796.º, 797.º, 798.º, 799.º, 800.º, 801.º, 802.º, 803.º, 804.º, 805.º, 806.º, 807.º, 808.º, 809.º, 810.º, 811.º, 812.º, 813.º, 814.º, 815.º, 816.º, 817.º, 818.º, 819.º, 820.º, 821.º, 822.º, 823.º, 824.º, 825.º, 826.º, 827.º, 828.º, 829.º, 830.º, 831.º, 832.º, 833.º, 834.º, 835.º, 836.º, 837.º, 838.º, 839.º, 840.º, 841.º, 842.º, 843.º, 844.º, 845.º, 846.º, 847.º, 848.º, 849.º, 850.º, 851.º, 852.º, 853.º, 854.º, 855.º, 856.º, 857.º, 858.º, 859.º, 860.º, 861.º, 862.º, 863.º, 864.º, 865.º, 866.º, 867.º, 868.º, 869.º, 870.º, 871.º, 872.º, 873.º, 874.º, 875.º, 876.º, 877.º, 878.º, 879.º, 880.º, 881.º, 882.º, 883.º, 884.º, 885.º, 886.º, 887.º, 888.º, 889.º, 890.º, 891.º, 892.º, 893.º, 894.º, 895.º, 896.º, 897.º, 898.º, 899.º, 900.º, 901.º, 902.º, 903.º, 904.º, 905.º, 906.º, 907.º, 908.º, 909.º, 910.º, 911.º, 912.º, 913.º, 914.º, 915.º, 916.º, 917.º, 918.º, 919.º, 920.º, 921.º, 922.º, 923.º, 924.º, 925.º, 926.º, 927.º, 928.º, 929.º, 930.º, 931.º, 932.º, 933.º, 934.º, 935.º, 936.º, 937.º, 938.º, 939.º, 940.º, 941.º, 942.º, 943.º, 944.º, 945.º, 946.º, 947.º, 948.º, 949.º, 950.º, 951.º, 952.º, 953.º, 954.º, 955.º, 956.º, 957.º, 958.º, 959.º, 960.º, 961.º, 962.º, 963.º, 964.º, 965.º, 966.º, 967.º, 968.º, 969.º, 970.º, 971.º, 972.º, 973.º, 974.º, 975.º, 976.º, 977.º, 978.º, 979.º, 980.º, 981.º, 982.º, 983.º, 984.º, 985.º, 986.º, 987.º, 988.º, 989.º, 990.º, 991.º, 992.º, 993.º, 994.º, 995.º, 996.º, 997.º, 998.º, 999.º, 1000.º
Tratado para a prohibição da propriedade industrial e do commercio,	28 — março — 1855	Convenção internacional entre o Brasil, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Prússia, Reino Unido, Portugal, Romênia, Rússia e Suécia.	A fim de constituir uma União para protecção da propriedade industrial, appoimada e promulgada em 1.º de março de 1855, em consequência da exposição de Viena, em 1853. Reunião-se, depois, em Paris, a 4 de setembro de 1855, uma conferência para tratar deste objecto, a qual, a convite da França, o Brasil e outros países se fizeram representar. Vê-se no organo-

ASSUNTO	DATA	QUALIFICAÇÃO DO AUTOR	OBSERVAÇÕES
Chamada para a apresentação da proposta de lei industrial e de manufactura.	20 — Março — 1893.		made em projecto que foi adoptado pelo Governo Provincial nos dias seguintes que haviam quinquenta delgadas a Conferecia, a 20 de Junho de 1893, o Governo Provincial deu o seu assento ao dito projecto. (Vide o Rel. do Ministerio de Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 1893.) Esta convenção foi enviada a varias periodicos. A Conferecia de Roma, realizada no ano 1891, celebrando as suas sessões em abril de 1891, tendo sido preparada de acordo com o Governo do Brasil o projecto, e sendo publicado no Ministerio de 1891. Tendo-se, porém, recebido diversas, foi remittido ao projecto e novo texto na Conferecia que ainda foi enviada para Madrid, em 1893, mas, que teve lugar em abril de 1893, remittendo della as seguintes actas, de 14 e 15 de abril de 1893. Esta Convenção Internacional foi promulgada por Decreto n. 5033, de 20 de Junho de 1894. A legislação brasileira referente ao assumpto é a seguinte. a) sobre marca de fabrica : Decreto (legislacao) n. 1068 de 14 de outubro de 1887; dita (legislacao) n. 5033 de 20 de dezembro de 1893; Código Penal, arts. 353 a 355; Lei n. 201 de 20 de novembro de 1894. b) sobre patentes de invenção: Lei de 20 de agosto de 1890; Lei n. 2146, de 14 de setembro de 1892; Decreto n. 1008, de 20 de dezembro de 1893; Código Penal, arts. 353 a 355; Lei n. 201 de 20 de novembro de 1894; arts. 12, 13 e 14. Segunda copia da nota do Conselho Federal Suizo, de 20 de novembro de 1894 —

Assunto	Data	Descrição dos actos	Observações
União para a protecção da propriedade industrial e do commercio.	19 — março — 1883.		Constituiu a convenção esta Convenção; e assim chamada a União, para a União, em 1883. Deferencia parcial para quem os países que aderiram.
Representação de vários indivíduos da sociedade democrática.	14 — abril — 1883.	O Protocolo da Conferência de Madrid celebrada em Madrid. Adquiriu então a Bélgica, França, Guatemala, Itália, Países Baixos, Portugal, Suíça e Tunísia.	Esta acção tende a representar a União antes qualquer aspecto que se apresente, foi discutida na Conferência de Roma, de 1883, e assim os princípios: a Convenção de Madrid a respeito de quem todas as nações representadas.
	14 — abril — 1883.	Decreto da convenção.	A disposição desta acção, que amplexa o art. 19, da Convenção de 1883, já havia sido prevista na acção em sobre a União de fábrica, a. 1883, de 14 de agosto de 1883, como se do § 1º de art. 19. Este acordo de acordo pela Conferência de Roma para ser discutido na de Madrid, foi reformado de modo a igualar as condições para as entidades e assim os interesses das Entidades reconhecidas que possuem as licenças não foram vendidas com a União de pagamento de imposto de registro das marcas de fábrica. O Regulamento para a aplicação desta acção foi posto em harmonia com o texto do mesmo acordo para a harmonia internacional, sob a direcção do Governo Suíço. (Rel. de junho de 1883). O Brasil não assinou este acordo por se fazer julgado dependente da deliberação legislativa. (Vide Rel. de 1883, pag. 116, Alberto de Melo). Antes desta acção já estava regulada esta matéria, sob os aspectos seguintes: de acordo com a Lei n. 1883, de 19 de outubro de 1883, por meio das classificações constantes da appropriação geral.

TITULO	DATA	QUALIDADE DOS ACTOS	CONSERVAÇÃO
Declaração da Assembleia Internacional da União para o protocolo da propiedade industrial	G — abril — 1881.	B — Protocolo da Conferência da União celebrada em Madrid. Protocolo assinado entre a Bélgica, Brasil, Haiaquina, Grécia, Itália, França, Guatemala, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia.	Brazileiro e Guatemalteco, ambos da União, conservam seus nomes d'ela. Estei orestes do Alameda foram repositadas a designação do Congresso Nacional, por Alameda em 20 de agosto de 1881 e se foram approvadas em 1881. Por decreto n. 1881, de 10 de novembro de 1881, foram promulgadas.
Protocolo das uniones telegraphicas internacionais.	18 — março — 1858.	Convenção internacional, concluida em Paris, sobre a Alemanha, Argentina, Austria-Hungria, Bélgica, Costa Rica, Dinamarca, Egipto, Estados Unidos da America, Colombia, França, Grécia, Guatemala, Itália, Países Baixos, Luxemburgo, Países, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Noruega e Uruguay.	A. Declaração da presença dos uniones telegraphicas e telegraphicas, a qual se em dos membros do Instituto de Direito Internacional, o Sr. Luis Ruyroff, que preside na sessão de Paris, de 1858, que se continuou com o mesmo nome para estudos e conselhos. Assim a proposta de elle nomeado Ruyroff, e no nome seguinte, na sessão de Bruxellas, apresentou a sua relatorio e o Instituto adoptou diversas resoluções que depois foram, modificadas por esta Conferência Internacional, reunida em 1858. (Annuaire de l'Institut International, Tom. III, pag. 148, 150, 152 e 154.)
Resolução relativa da uniones telegraphicas.	18 — março — 1858.	Artigo adicional à Convenção.	Esta Convenção foi promulgada, por decreto n. 1858, de 4 de julho de 1858.
Interpretação da Convenção.	18 — abril — 1858.	Declaração.	Em virtude da designação imposta de porção internacional no art. XII, o Governo brasileiro, autorizado pelo art. 7, da lei n. 218, de 22 de setembro de 1858, expediu o Decreto n. 1858, de 14 de janeiro de 1859.
	7 — julho — 1857.	Protocolo de assinatura.	Tendo todas as Estados constituintes tomado as providencias previstas no art. 1.º, da Convenção, entre elles em vigor no dia 1 de maio de 1859. As adherentes de outras Estados, segundo da Syncope geral.

ARTIGO	Data	OFFICIALMENT MADE ACT	OBSERVAÇÕES
Tratado Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.	3-jul.-1890	Convenção Internacional concluída em Bruxellas entre a Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Chile, Estado Independente do Congo, Costa Rica, Dinamarca e Noruega, Estados Unidos da America, Franga e Suiçaa, Grã-Bretanha e Irlanda e diversas outras nações, India, Alemanha, Canada, Colombia da America do Norte, Cuba da Republica, Haai, Nova Guayia do Sul, Nova Zelândia, Quênia, Rumania, Tare, Nova e Victoria, Grecia, Guatemala, Haai, Italia e colônia, Mexico, Nicaragua, Panagoy, Paizs Saxos e colônias, Peru, Portugal e colônias, Rumania, Russia, Salvador, Selo, Siam, Turquia, Uruguay e Venezuela.	Em 18 de setembro de 1890 a Legação Belgica communicou ao Governo brasileiro que a Grã-Bretanha e depois a Dinamarca e a Suiçaa, haviam adherido a idea de criar-se em Belgica uma repartição internacional para a publicação das tarifas aduaneiras. Subsequentemente communicou, depois, aquesa adherencia de outras nações. O Brasil adheriu provisoriamente a idea, em 31 de janeiro de 1891. Em 12 de janeiro de 1893 foi concluída para fins de representação em uma Conferencia que se reuniu em 25 de março do mesmo anno. Não se fez representer athena, primeira Conferencia, mas a 2 de outubro, depois de um acordo e Nomineo da Fazenda, declarou adherir ao projeto a Convenção. A segunda Conferencia teve lugar em julho de 1893. Nesta ocasião o Brasil não se fez representar por não estar ainda reconhecido a Republica. Em nota de 3 de setembro de 1890, da Legação em Bruxellas foi communicada a adherencia do Brasil. No Diário Oficial de 7 de janeiro de 1891, foi publicado o Decreto n. 1287 BR, de 31 de janeiro do mesmo anno. O <i>Dictionnaire International des Aduanes</i>, cujo titulo Lado, é publicado em allemão, franses, ingles, hespanhol e italiano. O Brasil prefere manter publicado em franses.
Classificação das paises em posto de taxa de sua parte aduaneira.	3-jul.-1890	Acto de assignatura da Convenção.	
Sintetização da Secretaria a publicação do <i>Dictionnaire International des Aduanes</i> .		Populamento.	

ANEXO	DATA	QUALIDADE DO ATO	CONTEÚDO
Convenção Postal Universal.	...	Noruega, Estado Livre de Orange, Paraguai, Países Baixos, Colômbia, Venezuela, Peru, França, Portugal e Colômbia Portuguesa, Romênia, Suíça, Suécia, Reino da Itália, República da Alemanha, Grécia, Itália, Espanha de Tunes, Turquia, Uruguai e Estados Unidos da Venezuela.	Statuta da Convenção, (anexados entre as Leis), e todos os considerandos, artigos, dos quais resultam sempre os Artos Adicionais à Convenção Postal Universal, de 22 de março de 1890, mantidos sempre por Decreto n. 2000 de 22 de março de 1935.
		(Convenção Principal.)	O Congresso de Viena, de julho de 1815, referindo em si todos os tratados postais internacionais.
		Portugal e Colômbia Portuguesa, Romênia, Grécia, Suíça, Espanha de Tunes e Turquia.	A Convenção Principal e o seu regulamento constituem apenas uma modificação à Convenção de 1 de junho de 1875, revista no Congresso Postal de Lisboa, de 1905, e que estava em vigor até ao presente tempo. Os Adicionais, porém, e a Convenção sobre extensões, etc. devem ter sido mantidos em vigor, e os tratados internacionais, de há muito ratificados pelas autoridades competentes.
Decreto de 25 de art. 2º de Acordo supra.	25-jun.-1890	V. Protocolo final.	
Exatidão de Acordo	15-jun.-1891	VI. Regulamento.	
Talão postal.	25-jun.-1890	VII. Acordo firmado entre a Alemanha e os Países Baixos, Itália, República da Alemanha Central, República da Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Brasil, Rússia, Chile, Dinamarca e Colômbia, Grécia, Portugal, República da Alemanha, Itália, Suíça, Espanha de Tunes, Turquia e Uruguai.	
Exatidão de Acordo supra.	25-jun.-1891	VIII. Regulamento.	

ASSUNTO	DATA	CONSIDERAÇÕES DAS ACTAS	RESOLUÇÃO
Execução do accordo	12-jan.—1897	VI Regulamento	
Permissão de fundos por intermediação do Governo e por meio de valores postaes.	12-jan.—1897	VII Accordo firmado entre o Almirante e as pro- curações alleaes, Re- publica Helica da Jona- ria Central, Republicas Argentina, Austria, Hungria, Belgica, Ro- mania-Roumanica, Bra- sil, Bulgaria, China, Dinamarca e colonias dinasuicasas, Repu- blica Dominicana, Egy- pto, France, Grécia, Guatemala, Italia, Ja- pão, Republica da Li- beria, Lituania, Nor- uega, Países Baixos, Colômbia Neerlandesa, Portugalia e colônias por- tuguezas, Rumania, Sécia, Reino da Sécia, Suecia, Suíça, Repu- blica da Turquia, Turquia e Uruguay.	
Execução do accordo supra.	12-jan.—1897	VIII Regulamento.	